UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS-UFPel

Instituto de Ciências Humanas-ICH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Tese

Escravidão, Família e Criminalidade no sul do Brasil (Piratini–RS, 1810-1871)

Vinicius Cardoso Nunes

Pelotas, 2024

Vinicius Cardoso Nunes

Escravidão, Família e Criminalidade no sul do Brasil (Piratini–RS, 1810-1871)

Defesa de tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPel)

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

N972e Nunes, Vinicius Cardoso

Escravidão, família e criminalidade no sul do Brasil (Piratini–RS, 1810-1871) [recurso eletrônico] / Vinicius Cardoso Nunes ; Jonas Moreira Vargas, orientador. — Pelotas, 2024.
445 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Piratini. 2. Escravidão. 3. Campeiros. 4. Família. 5. Criminalidade. I. Vargas, Jonas Moreira, orient. II. Título.

CDD 326.0981

Elaborada por Fabiano Domingues Malheiro CRB: 10/1955

Escravidão, Família e Criminalidade no sul do Brasil (Piratini–RS, 1810-1871)

Defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Data da Defesa: 13/12/2024

Banca examinadora:

Orientador Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Santos Matheus
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Natália Garcia Pinto

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Finalizar o Doutorado em História pela UFPel é concluir uma etapa da vida que se iniciou em 2009 no primeiro semestre de História na mesma Universidade. Lembro que naquele ano ouvia na primeira semana meus Professores e Professoras falarem das suas teses, e ficava imaginando se chegaria a tal graduação. Durante um tempo achei até que não conseguiria alcançar tal título e hoje está prestes a se tornar uma realidade. Ao ver a trajetória de muitos dos meus professores na graduação, procurei aprender com cada um, em seus defeitos e qualidades. Quero deixar de pronto meus agradecimentos a todos meus Professores e Professoras, em especial ao meu Orientador no Doutorado, o Professor Dr. Jonas Moreira Vargas que foi importantíssimo na produção de toda a pesquisa do presente trabalho, que devido a pandemia de corona vírus, tivemos algumas dificuldades como a pesquisa in loco. Muito obrigado por tudo meu Professor! Ao meu orientador de Graduação e no Mestrado, Professor Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes que foi uma pessoa que sempre me incentivou no campo das pesquisas, muito obrigado por tudo! Durante a Graduação entre os anos de 2011 e 2014 tive duas pessoas que foram significativas para que não abandonasse o curso de História que foram os Professores Drs. Sebastião Peres e Edgar Avila Gandra, me apoiaram e deram oportunidades quando bolsista no Pibid. Em especial ao Prof. Dr. Gandra que se tornou um grande amigo que tenho sempre incentivando, muito obrigado! Agradeço também a Professor Doutora Ana Inês Klein pelo trabalho desenvolvido no Pibid entre 2012-14.

Agradeço também a Escola Imaculada Conceição tenho uma trajetória estando como Professor desde 2014, ali vivi e vivo momentos extremamente felizes como profissional e ser humano! Agradeço em especial a Carol Carvalho, Alessandra Griep, Simone Reis, Matheus Blank, Jane, Iolanda Beatriz F., Felipe B., Bruno, Vanessa, Leandro H., Jacimara, Miguel, André Alves, Olga, Fabricio, Maria Cardoso Cleusa Bruneto e demais colegas com quem convivo diariamente e são grandes amigos, muito obrigado! Quero deixar meu agradecimento também a cada estudante com quem pude compartilhar o conhecimento nestes anos!!

Agradeço também aquelas pessoas que contribuíram no meu crescimento como meus alunos, e amigos que fiz ao longo da vida como Luís Fernando, Junior Ávlila, Gilmar, Rose (in memoriam), Dona Maria, Valdemar, Josué, Everton Otazú, Elvis, Thiago, Mario Marcello Neto, ao meu Psicólogo Paulo Oliveira as funcionárias

Silvia e Fernando do consultório e tantos outros que me auxiliaram durante todos estes anos. Agradeço ao Mestre Peixe Cru de quem sou aluno na capoeira e durante a pandemia seus treinos e ensinamentos foram importantes para manter a alma e a mente firme, muito obrigado! Aos meus colegas de treino como Professor Sombra e seus alunos que desenvolvemos um projeto de fortalecer a nossa capoeiragem viva em Pelotas, muito obrigado!!

Agradeço aos meus familiares mais próximos que sempre estiveram comigo, em especial as minhas tias que são mães que tenho e são fundamentais na minha vida, quero destacar aqui: Sueli, Soila, Nilva (in memoriam), Maria, Miraci, Gladis, Maria Helena, Marinez e Ceni – obrigado por tudo sempre!! Aos meus tios, primos meus agradecimentos!! Dentre meus primos André, Michele, Thiago, Andressa e Mauricio com que tive mais contato e sempre me apoiaram nestes anos! Muito obrigado!!

As minhas avós que são muito importantes na minha trajetória, cada uma de sua forma e ao seu tempo: Vó Dorilia (in memoriam) e Celina, muito obrigado! Aos meus irmãos Anderson, Laison, Camila e Eric muito obrigado! Acredito que ser irmão não tem a ver com sangue e sim com alma. Anderson e Laison são duas pessoas que nos melhores e piores momentos estiveram comigo me apoiando e vez ou outra “puxando as orelhas”, TMJ!! E os meus agradecimentos vão as duas pessoas que são minhas bases, meus guias e onde mora meu amor! Sou o que sou graças aos meus pais Valdivino e Luiza! Nem sei como agradecer por tudo que sempre fizeram!! Nunca me faltou nada, muito pelo contrário, sempre tive muito: amor, respeito, educação e mais amor! Obrigado meus amores, amo vocês!!!

E a cativa desgraçada
Deita seu filho, calada,
E põe-se triste a beijá-lo,
Talvez temendo que o dono
Não viesse, em meio do sono, De seus braços arrancá-lo!
(ALVES, Castro, 1863).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a criminalidade escrava no Brasil oitocentista tendo como locus de análise a localidade de Piratini, entre 1810-1871. O norte para tal objetivo foi uma tentativa de insurreição de escravizados crioulos, campeiros do município no ano de 1865, em um período em que houve um aumento substancial de crimes na localidade. As fontes utilizadas nos capítulos da tese reúnem desde listas de criadores e outras atividades economicas, que apresentam um espaço de economia subsidiária e agropecuária; os inventários post-mortem, registros de batismos, que apresentam os perfis das escravarias em Piratini que seguia a tendência de outras regiões do Império brasileiro de muitos escravizadores com poucos escravizados. As fontes documentais quando cruzadas apresentam um contexto no qual estavam inseridos os escravizados de Piratini, em uma sociedade em que 40% da população era não branca, contestando a clássica visão açoriana da localidade. Piratini apresentava um forte impacto do tráfico Atlântico em que houve uma babel de heterogeneidade africana, que com as leis anti-tráfico fez crescer a importância da reprodução natural na localidade. Este trabalho ressalta a importância a família escrava e como essa experiência fez com que as lembranças de pais e mães fossem destacadas pelos escravizados frente às forças de repressão do Estado. Serão analisados os reflexos das leis antitráfico de escravizados naquela sociedade escravista, e como esse funcionamento social gerou tensões nas relações dos escravizados com seus escravistas e terceiros. É neste cenário em que os escravizados campeiros da localidade como Thomé, Casemiro e André foram indiciados como réus da tentativa de insurreição e fuga para o Estado Oriental.

Palavras-chave: Escravidão – Insurreição – criminalidade – Piratini.

Abstract:

The present research aims to analyze slave crime in nineteenth-century Brazil, taking as the locus of analysis the location of Piratini, between 1810-1871. The lead to this objective was an attempted insurrection by enslaved Creoles, peasants in the municipality in 1865, in a period in which there was a substantial increase in crimes in the locality. The sources used in the chapters of the thesis range from lists of breeders and other economic activities, which present a space for a subsidiary and agricultural economy; the post-mortem inventories, baptismal records, which present the profiles of slaves in Piratini, which followed the trend in other regions of the Brazilian Empire of many enslavers with few enslaved people. When cross-referenced, the documentary sources present a context in which the enslaved people of Piratini were inserted, in a society in which 40% of the population was non-white, contesting the classic Azorean view of the location. Piratini had a strong impact from the Atlantic trafficking in which there was a babel of African heterogeneity, which with anti-trafficking laws increased the importance of natural reproduction in the locality. This work highlights the importance of the slave family and how this experience made the memories of fathers and mothers highlighted by the enslaved in the face of the State's forces of repression. The consequences of anti-slave trafficking laws in that slave society will be analyzed, and how this social functioning generated tensions in the relationships between enslaved people and their slave owners and third parties. It is in this scenario in which enslaved campeiros from the locality such as Thomé, Casemiro and André were indicted as defendants in the attempted insurrection and escape to the Eastern State.

Keywords: Slavery; Insurrection; crime; Piratini.

Lista de Figuras:

Figura 1 - Atual localização do município de Piratini 48
Figura 2 - Divisão de Piratini por Distritos 49
Figure 3 - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição 58
Figure 4 - Vila de Piratini – 1830 58
Figure 5 - Distância atual entre Piratini e Herval 386

Lista de Tabelas:

Tabela 1 - Escravizados arrolados no inventário de Ambrósio Carlos da Costa (13/10/1856).... 43
Tabela 2 - Com os sesmeiros e suas propriedades no 3º Distrito de Rio Grande - Localidade do Cerro Pelado e demais posses (1785) 52
Tabela 3 - Perfil da população da freguesia de Piratini em 1814 76
Tabela 4 - Dados populacionais de Piratini, em 1858 77
Tabela 5 - Censo de 1872 da Vila de Piratini 79
Tabela 6 - Número de criadores e crias anuais da Relação de Fazendas - 1858 em Piratini (2º, 3º e 4º Distritos) 86
Tabela 7 - Maiores Criadores de Gado do 3º Distrito de Piratini – Relação de Fazendas – 1858 . 88
Tabela 8 - Atividades economicas exercidas em Piratini a partir da lista de homens na ativa e reserva da Guarda Nacional (1869) 89
Tabela 9 - Profissões dos livres-libertos nos processos-crimes (1851-1871) 91
Tabela 10 - Profissão dos livres nos processos-crimes – Nacionais e não nacionais 92
Tabela 11 - Escravizados por período e sexo nos inventários (Piratini, 1811–1871) 99
Tabela 12 - Escravizados por período e sexo nos inventários (Piratini, 1811–1871) 101
Tabela 13 - Estrutura de posse cativa em Piratini a partir dos inventários (1811 – 1871) 106
Tabela 14 - Escravarias de Piratini nos inventários post-mortem por período (1811-1871) 110
Tabela 15 - Estrutura de posse cativa em Piratini a partir dos registros de batismos (1810 – 1862) 119
Tabela 16 - Estrutura de posse com todos os cativos localizados nos batismos de Piratini (1810 – 1831) 122
Tabela 17 - Estrutura de posse apenas com cativos batizados (1810 - 1831) 127
Tabela 18 - Estrutura de posses com todos os cativos localizados nos batismos de Piratini (1832-1850) 128
Tabela 19 - Estrutura de posse com apenas os escravizados batizados em Piratini (1832-1850) 130
Tabela 20 - Estrutura de posse escrava de Piratini a partir dos Registros de Batismos com todos cativos descritos (1851 – 1862) 136
Tabela 21 - Média de escravizados por escravistas em Piratini (1851-1862) 136
Tabela 22 - Naturalidade e sexo dos escravizados batizados em Piratini (1832 - 1850)..... 138
Tabela 23 - Naturalidade dos escravizados batizados em Piratini (1851 - 1862) 139
Tabela 24 - Faixa etária e sexo dos escravizados em Piratini (1810-1871) 140
Tabela 25 - Crioulos escravizados batizados em Piratini (1810-1862)..... 140
Tabela 26 - Africanos nos inventários por sexo e período (1810 – 1871) 146
Tabela 27 – Macrorregiões da África e sexo nas escravarias de Piratini a partir dos inventários post-mortem (1810-1871) 149
Tabela 28 - Africanidade e sexo entre os escravizados adultos e idosos em Piratini (1810-1871) 150
Tabela 29 - Escravizados originários da África Central Atlântica (1810-1871) segundo os inventários de Piratini 153
Tabela 30 - Escravizados originários da África Ocidental (1810-1871) 155
Tabela 31 - Escravizados Da Costa ou Costa arrolados nos inventários post-mortem (1811 – 1871)..... 155
Tabela 32 – Africanidade em Piratini (1831-1840) 161
Tabela 33 - Crioulos por sexo, período e faixa etária nas escravarias de Piratini (1810-1871) . 166

Tabela 34 - Africanidade dos batizandos em Piratini por período (1810 – 1862)..... 167
Tabela 35 - Africanos batizados na Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini (1810 – 1862) 168
Tabela 36 - Africanos batizados em Piratini: sexo e idade (1810 – 1862) 171
Tabela 37 - Africanos batizados em Piratini distribuídos por escravarias (1810-1862)..... 173
Tabela 38 - Grupos de procedência dos africanos batizandos em Piratini (1810 – 1862) 173
Tabela 39 - Africanos nos registros de batismos: batizandos, mães, pais, madrinhas e padrinhos escravizados (1810 – 1862) 176
Tabela 40 - Africanos nos registros de batismos de Piratini (1810 – 1862): batizandos, mães, pais, madrinhas e padrinhos 179
Tabela 41 - Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1810 - 1831)..... 181
Tabela 42 - Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1832 - 1850)..... 182
Tabela 43 - Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1851 - 1862)..... 184
Tabela 44 - Africanidade das mães dos batizandos em Piratini (1810 - 1862)..... 185
Tabela 45 - Filiação dos escravizados de Piratini nos Registros Batismais (1810 - 1862) 197
Tabela 46 - Legitimidade dos pais e mães de escravizados batizandos: por procedência e naturalidade (1810-1831)..... 218
Tabela 47 - Africanas e Crioulas mães de escravizados em Piratini (1810 – 1831) 223
Tabela 48 - Legitimidade dos pais de escravizados Batizandos: por procedência e naturalidade (1832-1850)..... 227
Tabela 49 - Casais legítimos de escravizados Batizados: por procedência e naturalidade (1851 – 1862)..... 228
Tabela 50 - Legitimidade dos batizandos e quantidade de mães escravizadas em Piratini (1810 - 1862)..... 235
Tabela 51 - Crianças em Inventários e Batismos das idades de 0-14 anos por sexo entre 1810-1871..... 250
Tabela 52 - Condição social dos padrinhos nas escravarias de Piratini (1810 – 1862) 266
Tabela 53 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos africanos em Piratini (1810 – 1831)..... 271
Tabela 54 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos africanos em Piratini (1851 – 1862)..... 275
Tabela 55 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos crioulos em Piratini (1810 – 1831) 277
Tabela 56 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos crioulos em Piratini (1832 – 1850) 279
Tabela 57 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos crioulos em Piratini (1851 – 1862) 283
Tabela 58 - Tipificações de crimes – Piratini (1820-1871)..... 325
Tabela 59 - Crimes e réus – Piratini (1830-1871)..... 327
Tabela 60 - Africanidade dos réus nos processos-crimes (1820 – 1871) 330
Tabela 61 - Réus nos Processos-Crimes em Piratini (1820-1871)..... 331
Tabela 62 - Vítimas nos Processos-Crimes em Piratini (1820-1871)..... 331

Tabela 63 - Condição social das vítimas de Homicídios em Piratini..... 334

Lista de Gráficos:

Gráfico 1 - Preço dos escravizados em idade nos inventários de Piratini (1811-1871) 142
Gráfico 2 - Africanos escravizados em Piratini a partir dos registros de batismos (1810 - 1862) 177

Gráfico 3 - Batismos de escravizados por décadas em Piratini - 1810 – 1862 190
Gráfico 4 - Nascimentos de escravizados batizados (1810 – 1831)..... 191
Gráfico 5 - Nascimentos de escravizados batizados (1832 - 1850) 192
Gráfico 6 - crianças escravizadas nascidas em Piratini (1851 – 1862) 193
Gráfico 7 - Naturalidade e Grupo de Procedência das mães de escravizados batizados em Piratini (1810 - 1862) 222
Gráfico 8 - Condição social dos padrinhos e madrinhas de batizandos africanos em Piratini (1832 – 1850) 273
Gráfico 9 - número de padrinhos que foram duplas com madrinhas escravizadas (1851 – 1862) 284

Lista de Quadros:

Quadro 1 - Escravizados na posse dos herdeiros de Ambrósio Carlos da Costa (1857) 45
Quadro 2 - Com os sesmeiros e suas propriedades no 3° Distrito de Rio Grande - Localidade do Cerro Pelado 51
Quadro 3 - Escravizados de Maria Joaquina de Jesus 113
Quadro 4 - Escravizados de José Ulino/Ulina da Rosa 116
Quadro 5 - Escravaria de Inácio Pereira da Silva Batalha..... 133
Quadro 6 – Escravizados em idade produtiva na posse de Francisco d'Ávila da Rosa..... 160
Quadro 7 – Escravaria de Salvador Alves de Moraes (1831)..... 163
Quadro 8 - Filhos de Maria e Manoel - escravizados de Francisco Garcia de Vasconcelos (1818-1841): por ano de batismo, sexo, condição, naturalidade, ano de nascimento e legitimidade 258
Quadro 9 - Padrinhos mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1810 – 1831)..... 286
Quadro 10 – Madrinhas mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1810 – 1831) 287
Quadro 11 - afilhados africanos de José e Josefa escravizados de José Pereira da Silva Cacório .. 289
Quadro 12 – Padrinhos mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1832 – 1850)..... 299
Quadro 13 - Madrinhas mais chamadas para batizar escravizados em Piratini (1832 – 1850) 305
Quadro 14 - Padrinhos mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1851 – 1862)..... 308
Quadro 15 - Madrinhas mais chamadas para batizar escravizados em Piratini (1851 – 1862) 312
Quadro 16 - Profissão dos réus acusados de homicídios em Piratini (1851-1871)..... 337
Quadro 17- Profissão dos réus acusados de furto em Piratini (1831-1871)..... 339
Quadro 18- Escravizados réus com interrogados no processo-crime, constando suas Naturalidades, Cor, Idade, Estado civil, Profissão e Escravista..... 393
Quadro 19- Escravizados de José da Rosa Machado e sua esposa Ilena Joaquina de Jesus 400

Lista de Siglas:

A.M.D.Pel. Acervo da Mitra Diocesana de Pelotas

AHRS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
FEE: Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
L.R.B.E.F.N.S.C.P.: Livro de Registro de Batismos de Escravizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini
NCO: Não Consta Origem
S/R: Sem Registros

Sumário

INTRODUÇÃO 16

Capítulo 1 40
Piratini: Histórico, demografia e economia 40
1.1 - Memória e identidade açoriana em Piratini (mas e os outros grupos étnicos?) 47
1.2 – Piratini e a memória da capital Farroupilha 64
1.3 - Entre livres, libertos e escravizados: Piratini a partir dos dados populacionais do século XIX 75
1.4 - Léguas de campos, cabeças de gado: a pecuária, a agricultura e outras atividades econômicas em Piratini no século XIX 83
Capítulo 2 95
A POSSE CATIVA EM PIRATINI: A PRESENÇA E O PERFIL DOS ESCRAVIZADOS NO MUNICÍPIO (1810-1871) 95
2.1 – Estrutura de posse cativa a partir dos inventários *post-mortem* de Piratini 96
2.2 – Estrutura de posse cativa a partir dos registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini 112
2.3 - Perfis etários, de preço e de sexo dos escravizados em Piratini (1810-1871) 138
2.4 – Africanos, africanidade e grupos de procedência entre os escravizados de Piratini (1811-1871) 143
2.5 Os africanos na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Piratini: africanidade escrava a partir dos registros de batismos (1810 – 1862) 167
2.6 - Da lida do campo a da vila: as profissões dos escravizados nos inventários em Piratini (1811-1871) 186
Considerações gerais: 188
Capítulo 3: 189
A família escrava em Piratini (1810 – 1862): uma análise a partir dos registros de batismos 189
3.1 - Batizandos de filhos de casais legítimos, ilegítimos e naturais em Piratini 1810 - 1862 195
3.2 - Os casais de Piratini segundo os Registros de Batismos (1810 – 1862) 216
3.3 - “Que com efeito este casal de escravos até o presente nos tem servido de muito boa vontade e dado a produção de 8 filhos, de que existem sete: As mães e a reprodução natural de escravizados em Piratini 234
3.4 - Reprodução Natural de escravizados em Piratini (1810-1862) 250
3.5 - Compadrio nas escravarias de Piratini: apadrinhamento dos escravizados batizados em Piratini (1810 – 1862) 262
3.6 - Os campões de batismos de escravizados em Piratini (1810 – 1862) 286
Conclusões Gerais: 317
Capítulo 4 318

Resistindo ao cativeiro: os escravizados e a criminalidade nos processos judiciais de Piratini 318
4.1 - O que mostram os processos criminais envolvendo cativos em Piratini? 323
4.2 - Roubos, Furtos, ferimentos físicos e homicídios: uma análise qualitativa dos processos criminais.....340
4.2.1 - A morte de Albina Maria da Conceição: um homicídio seguido de dois pratos de feijão e uma fritada de ovos 352
4.3 - Escravizados Campeiros e os crimes contra propriedade 367
Capítulo 5.....383
1865 - A “Haitiada” de Piratini: uma análise da revolta cativa que não ocorreu 383
5.1 - Piratini, Caporoca e o Estado Oriental: uma revolta de campeiros.....402
5.3 - Ouvindo os insurgentes: o que disseram os escravizados interrogados pela Polícia 408
Conclusão: 420
Fontes e sites consultados:.....424
Referências bibliográficas: 428

INTRODUÇÃO

Os meses de janeiro e fevereiro geralmente são muito quentes no extremo sul do Brasil. Mas no verão de 1865, a “efervescência” daquela fronteira imperial, da qual Piratini fazia parte, devia-se também a outros dois fatores. O primeiro deles deve-se ao fato de que os moradores da região viviam sobre o temor de um grande conflito que já estava em andamento: a Guerra do Paraguai. Homens adultos de praticamente todos os municípios rio-grandenses foram mobilizados para o conflito. O segundo foi algo referente ao próprio cotidiano do município. Em uma quarta-feira de 08 de fevereiro de 1865, o jornal rio-grandino “O Comercial”[1], destacou a seguinte notícia:

> Última hora – chegou ontem uma força conduzindo um número considerável de presos, uns desertores do exército e outros matreiros[2], remetidos pelas autoridades de Piratini, os quais foram recolhidos a cadeia civil.
> **Informam nos mais, que em Piratini descobriu-se uma insurreição servil pelo que foram presos e foram castigados[3]** (grifo meu).

O autor da matéria do jornal não foi descrito, porém, seguia discorrendo informações sobre a situação nas localidades de Piratini e do Estado Oriental. Segundo a fonte, o responsável sobre o noticiário havia se informado no jornal Commércio[4], de Pelotas, e descreveu a situação nas localidades citada da seguinte maneira:

> Do Estado Oriental. - Consta-nos que o general Netto, desprendeu-se do exército com 2500 homens e 7 bocas de fogo, procurando a incorporação do general Carbajal para bater as forças blaquilhas[5] que se acham sobre nossa fronteira[6].
> De Piratini. – Recebemos pelo correio vindo ontem uma carta de 4 do corrente que nos relata o seguinte:
> << Nós por aqui, estamos desde 29 do passado, em alarme, não por medo dos blancos, mas sim pela escravatura e os emigrados que existem nesse munícipio.

---

[1] O Comercial – Rio Grande - Quarta-feira 8 de fevereiro de 1865. Proprietário Francisco de Paula Cardoso. Tipografia, rua do Pito n° 120 A, perto do largo de São Pedro. Ano IX. N° 31, pg. 2. O jornal encontra-se disponível na Biblioteca Pública de Rio Grande.
[2] Sobre o termo matreiros, segundo Natália Pinto, Paulo Roberto Moreira e Caiuá Al-Alam, esse termo remete a pessoas astutas e inteligentes. (PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020, pg. 49.
[3] O Comercial – Rio Grande - Quarta-feira 8 de fevereiro de 1865, pg. 2.
[4] Segui aqui a grafia da fonte por se tratar de nome próprio.
[5] Segui aqui a grafia da fonte por se tratar de uma forma que o autor se referia aos blancos do Estado Oriental.
[6] O Comercial – Rio Grande - Quarta-feira 8 de fevereiro de 1865, pg. 2.

> << Anteontem apareceu a notícia de haver convites entre os escravos para se sublevarem; isto foi descoberto e já se acham na cadeia 16 dos tais, entre eles o cabeça. O dia marcado dizem seria amanhã.
> << *Todas as famílias estão muito assustadas* (grifo meu).
> << Amanhã seguem para essa cidade, 7 emigrados que por aqui vagavam e trata-se de prender todos os mais que existem em grande número, por se desconfiar de muita gente; pois consta até que parte dos convites foram feitos por eles mesmos.[7]

Dentro deste contexto envolvendo as fronteiras do Império do Brasil com o Estado Oriental, e o conflito com o Paraguai, muitos dos "emigrados" que por ali viviam, faziam ao que tudo indica parte de um cenário onde esses sujeitos de classes subalternizadas conviviam com os cativos de Piratini, em espaços possivelmente de trabalho e sociabilidade. O Comercial, de Rio Grande, destacava que "*Todas as famílias estão muito assustadas*", e não era para "menos", pois, localizando o processo criminal referente ao episódio, percebi que uma parte do plano dos escravizados de Piratini era roubarem tudo que pudessem de mantimentos (roupas, comida e armamentos) e raptarem mulheres brancas[8]. Sobre a questão das mulheres brancas, descritas tanto na peça criminal[9] (processo-crime) quanto no jornal[10], pode haver a hipótese de que isto tenha sido criado por aquela sociedade escravista, como um argumento de transformarem aqueles escravizados insurgentes como sujeitos capazes de extrapolarem os "limites morais" daquela sociedade.

Segundo o processo-crime de 1865, Thomé, cativo de José Ulino da Rosa, percorria as terras ao sul da Vila articulando com outros escravizados uma insurreição. A marcha, diziam os cidadãos de Piratini na época, contava com alguns homens que passaram pela casa de José Brum e Silva. Logo, foram avisadas as autoridades policiais, e daí se segue o processo-crime[11] que será analisado no capítulo 5 deste trabalho, relacionando a tentativa de Insurreição com o cenário socioeconômico da história da escravidão na região.

A presente tese desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPEL) tem como objetivo compreender a criminalidade escravizada, tendo como lócus a localidade de Piratini nos anos de 1810 a 1871, que era formada inicialmente por uma população com

---

[7] O Comercial – Rio Grande - Quarta-feira 8 de fevereiro de 1865, pg. 2.
[8] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143, pg.13 verso
[9] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143
[10] O Comercial – Rio Grande - Quarta-feira 8 de fevereiro de 1865.
[11] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143

muitos açorianos e um elevado número de escravos. Piratini tinha uma economia de pequena produção de abastecimento interno, como a maioria das localidades escravistas no Brasil oitocentista. No entanto, a compreensão dessa criminalidade se fará a partir das relações sociais que caracterizaram a organização e as dinâmicas da escravidão na localidade. Piratini apresentou um alto índice de reprodução natural das escravarias, teve seu território como um dos principais palcos da Guerra dos Farrapos e parte de seus cativos recrutados para o exército local. Com o fim do tráfico, perdeu cativos no comércio interno, e tudo isso pode ter afetado as relações escravistas e os próprios projetos individuais e coletivos dos cativos.

Minha hipótese é que a tentativa de insurreição de 1865 possa ter alguns fatores relacionados com aspectos relativos à perda de autonomia dos cativos. Ao mesmo tempo em que a criminalidade contra senhores e capatazes e a resistência cotidiana tensionavam as margens da autonomia de cativeiro, elas também se constituíam em uma reação às crescentes restrições da política de domínio senhorial promovidas após as leis anti-tráfico. A diminuição das possibilidades de casamento, uma maior pressão pelo aumento da carga de trabalho e uma conjuntura de repressão local por conta do contexto de fronteira e de uma outra tentativa de insurreição em 1859 podem ter colaborado com a “Haitiada” de 1865.

Nesse sentido, será comum ao longo da Tese comparar dados relativos à escravidão em Piratini com o de outras localidades do Brasil. Na busca de interpretações mais consistentes sobre a escravidão em Piratini irei buscar em pesquisas em recortes territoriais do mundo atlântico exemplos para compreensão do cotidiano dos escravos, como aborda Maria Verônica Secreto em *Novas perspectivas na história da escravidão.* Segundo Secreto, o pesquisador Flavio Gomes alerta:

> que sem perder de vista os aspectos africanos do comércio de escravos, as áreas de captura, as lógicas locais de micros-sociedades envolvidas no comércio de escravos, é essencial analisar contextos sociais e demográficos específicos. Esses contextos locais, estudados em perspectiva comparada, poderiam sugerir uma cronologia das adaptações e sociabilidade dos africanos e seus mundos circundantes nas Américas.[12]

Ou seja, é necessário compreender o micro em relação ao macro, como propõe a autora, para perceber as especificidades destes sujeitos e contextos sociais

[12] SECRETO, 2016, p.447.

diversos, que colocavam em contato escravizados de grupos étnicos próximos, como os bantos, com crioulos e os de outros grupos de procedências africanas. Como veremos, Piratini apresentou um dos maiores percentuais de população escravizada do sul do Brasil e, assim como outras localidades do mundo atlântico, esteve diretamente vinculada aos impactos do tráfico negreiro. Portanto, estudar a história da escravidão em Piratini, analisando a resistência dos cativos, os seus laços de sociabilidade e a presença da família cativa, também é estudar a história do cativeiro negro no Brasil e as conclusões do presente trabalho podem contribuir para juntar-se à uma imensa historiografia que busca conhecer um pouco mais a história da população negra na diáspora atlântica, suas práticas de adaptação e sua resistência cotidiana.

Como o local não se opõem ao global, pensar essa "Piratini negra" também em confronto com a própria memória da comunidade é um dos guias da presente Tese. Atualmente, seus habitantes se "vangloriam" de sua história, principalmente o das "grandes figuras históricas" do Rio Grande do Sul e da cidade, que participaram da Revolução Farroupilha (1835-1845), guerra civil que tornou a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na República Rio-Grandense. O fato de Piratini ter sido uma das capitais farroupilhas reforça ainda mais essa memória coletiva na cidade e tal tema será melhor analisado no Capítulo 1. No entanto, o passado daqueles sujeitos que estavam à margem dos grandes eventos, pouco ou nunca são lembrados, assim como o papel central da escravidão negra na sociedade piratinense do século XIX. O fato de não existir nenhuma pesquisa de pós-graduação que tenha tratado da escravidão em Piratini também pode ser considerada como um dos fatores que contribuem com a contínua reprodução dessa memória coletiva na cidade.[13]

O recorte temporal da pesquisa será de 1810, que foi o ano da fundação da freguesia de Piratini, onde a partir de então documentos/fontes começaram a serem produzidos da própria localidade que auxiliam na construção deste trabalho, até 1871, ano que entrou em vigor a Lei do Ventre Livre, provocando algumas mudanças nas relações entre senhores e escravizados. É importante frisar que os anos de 1810 – 1814 são anos que caracterizam um aumento substancial de africanos nos registros

[13] O único trabalho existente sobre escravidão em Piratini foi minha dissertação de mestrado, onde abordei os crimes em que escravizados campeiros foram descritos como réus em processos-crimes. NUNES, 2017.

o que impactou no processo da escravidão, como mostrarei no transcorrer deste trabalho. Piratini, até a Revolução Farroupilha, era uma das principais vilas do interior da Província, dentro dos padrões regionais da época, estava inserida no contexto de ocupação da América Portuguesa onde diversas vilas e freguesias. Grande parte da mão de obra estava distribuída em pequenas escravarias e muitos dos cativos exerciam diversos tipos de atividades, sobressaindo-se a de campeiro, grupo que apresentava uma maior autonomia de locomoção e possibilitava relações sociais, seja com outros escravos, seja com pessoas livres[14]. A análise dessa população cativa será realizada a partir de diversas fontes documentais, mas três delas são centrais para o presente trabalho. A primeira delas são os inventários *post-mortem*. Na impossibilidade de permanecer em Porto Alegre para realizar uma pesquisa mais intensiva com os originais desses documentos, tomei uso do Catálogo organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul, pelo qual obtive informações referentes às escravarias das pessoas inventariadas no município. A segunda fonte são os registros de batismo de escravizados da paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Piratini, entre 1810 e 1862. Tal documento nos possibilitou estudar a importância do nascimento de crianças cativas, a formação de famílias, os ritmos do tráfico negreiro para a região, entre outros aspectos.[15]

O terceiro e último conjunto documental é formado pelos processos criminais. Tais oferecem a possibilidade de compreender e analisar as relações das pessoas escravizadas, as resistências dos escravizados mesmo sabendo que em muitos casos havia filtros colocados pelas autoridades. Os objetivos específicos que nortearam a compreensão desta criminalidade escravizada foram: a) os crimes cometidos por pessoas escravizadas aumentaram após 1850? b) os tipos de crimes e seus motivos se modificaram no recorte temporal estudado? c) quem cometia os crimes? d) a tentativa de insurreição em 1865 relaciona-se com todo o histórico de criminalidade nas décadas anteriores? De acordo com o catálogo organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul, a localidade de Piratini, na Comarca do mesmo nome, registrou

[14] Segundo Araújo: “mobilidade espacial [...], já que trabalhavam em campo aberto e quase sempre a cavalo.” (ARAÚJO, 2013, p,165). Ver também: MONSMA,2011, pg.5. MATHEUS, 2012. MATHEUS, 2016. THOMPSON FLORES, 2012, pg. 203.

[15] Os livros de registros paroquiais de batismo dos escravizados foram digitalizados pela historiadora Rachel dos Santos Marques e disponibilizados a mim pelo meu orientador, Jonas Vargas. Uma boa parte desses batismos foram tabulados por Marcelo Santos Matheus, que gentilmente me passou o seu Banco de Dados, cabendo a mim completar as informações e os anos que faltavam. Agradeço aos mesmos, pois atualmente os livros não estão mais acessíveis para a pesquisa histórica.

entre os anos de 1820-1871, um total de 77 processos-crimes, nos quais 94 escravizados foram indiciados como réus e 42 foram declaradas como vítimas.[16] Ainda é necessário ressaltar que, por algum motivo que desconheço, o Catálogo de cartas de liberdade organizado pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul apresenta pouquíssimos registros para Piratini, assim como os registros de compra e venda de cativos, o que diminuiu nossa possibilidade de cruzamento de fontes, porém o AHRS disponibilizou outras cartas de alforria da localidade de Piratini encontradas a partir dos documentos policiais.[17]

Antes de seguir para os capítulos, acho importante realizar algumas considerações historiográficas que inspiram a presente Tese. Na historiografia da escravidão no Brasil, o escravizado visto como um agente social histórico é uma perspectiva que advêm dos debates dos anos 1980, que tinham como objetivo contestar a produção historiográfica das décadas de 1950 a 1970, quando se pensava em um escravo-coisa, no qual o cativo estava sujeito somente ao uso da força excessiva por parte do senhor e acreditava-se que haveria duas saídas para os cativos: ou o escravo era submisso ou rebelde. Comumente chamados de “Escola Paulista de Sociologia” esses autores buscavam superar as ideias de Gilberto Freyre e seu clássico Casa-grande e Senzala, onde Freyre estabeleceu o que chamamos de mito da democracia “racial”, e o paternalismo[18] do senhor em relação a seus escravos.

Os principais autores desse grupo de intelectuais foram Florestan Fernandes (1964), Emília Viotti da Costa (1979), Octavio Ianni (1970), Fernando Henrique Cardoso (1962) e, a partir deles, a escravidão começou a ter uma nova ótica, que era entre o cativo submisso e rebelde, onde o escravo aceitava a condição em que lhe era imposta ou rompia de vez com os grilhões da escravidão. Ou seja, essa

---

[16] APERS. *Documentos da Escravidão:* processos-crime: o escravo como vitima ou réu. Coordenação Bruno StelmachPessi e Graziela Souza Silva. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292867959.Livro_Processos_Crime.pdf

17 Sobre este tema é importante destacar o trabalho desenvolvidos pela historiadora Ananda Simões Fernandes e os historiadores Jonas Moreira Vargas, Paulo Roberto Staudt Moreira e José Carlos da Silva Cardozo: AHRS - Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023. Ver também: AHRS - Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS Fundo Polícia – Códices (1842/1888). 2. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

18 Esse paternalismo descrito por Freyre tornaria a escravidão um pouco mais branda, tirando o tom de violência notoriamente conhecida.

coisificação do escravo como sujeito histórico, tornava-o em alguém incapaz de negociar, restando a ele ou a subjugação ou a revolta.

Ainda sob a ótica do escravo coisa, a violência (não só física, mas também psicológica) e da vivência sofrida pelos escravos e praticada pelos seus senhores, faria com que o escravo “aceitassem” sua condição de cativo. Então, aqueles escravos rebeldes e que não se “submetiam” às ordens de seus senhores eram os que despertavam as maiores preocupações por parte dos senhores escravagistas. Cabe ressaltar que para os pesquisadores da escravidão nos anos 60 e 70, as fontes que tinham para estudos à época eram de militantes brasileiros abolicionistas e os viajantes que retrataram o Brasil oitocentista e reproduziam em suas obras somente o lado violento da escravidão, teria legado como resultado uma patologia social entre os negros[19].

A partir da década de 1980, com as importantes contribuições historiográficas, principalmente as vindas da história social, que traziam ao estudo da escravidão novas metodologias e fontes como processos-criminais, registros de batismo, inventários, procurou-se dar uma nova orientação ao modo de compreender o escravo na sociedade em que vivia[20]. Ou seja, essa nova leva de pesquisadores passou então a analisar o escravizado como um ator histórico, que tinha relações sociais diversas e, que em muitos casos não se davam somente com outros escravos, mas também, com pessoas de outras camadas sociais. É nesta vertente historiográfica que busco me situar, que pensa o escravizado com um sujeito atuante dentro do seu campo de possibilidades.

Como alguns leitores podem não ser iniciados nesse debate, busco explicitar somente algumas considerações a respeito dessa contribuição historiográfica que serve como inspiração teórica e metodológica. Em texto clássico, Eduardo Silva e João José Reis discorrem sobre diversos modos de resistência por parte dos cativos em relação a seus senhores e dos mesmos com seus escravos, como direito à folga, em finais de semana, direito de manterem seus cultos religiosos e de terem pequenos espaços para plantações, o que evitava em muitos casos a fuga de escravos. Nesse

[19] SLENES, 2011.
[20] Ver: CHALHOUB, 1990; MATTOS, 1993; SLENES, 1999; REIS e SILVA 1989.

sentido, estes eram alguns dos vários modos de negociação entre senhores e escravos, revelando que a noção de resistência era muito mais complexa.[21]

Robert W. Slenes investiga a formação de núcleos familiares em meio ao cativeiro no período entre os anos finais do século XVIII até a Abolição em 1888.[22] A investigação de Slenes foi baseada na documentação produzida pela Igreja Católica que realizava os casamentos dos escravos na região de Campinas no Oeste paulista. Segundo Slenes, tanto a família quanto o parentesco significavam a "[...] flor na senzala – para os próprios escravos.[23]" Outro ponto importante do estudo de Slenes é a "virada africanista", como denomina o autor ao identificar muitos cativos da região da África Central Ocidental que vivia no Oeste paulista. Outra importante contribuição de Slenes, em diálogo com Manolo Florentino, José R. Góes e Hebe Mattos, foi dar maior visibilidade à constituição da família escrava, objeto de estudo que recebeu diversas análises para outras regiões do Brasil e a qual dedicarei um capítulo desta Tese.[24]

Hebe Maria Mattos (1998) investigou as formas de dominação no interior do sudeste cafeeiro, delimitando o trabalho em alguns municípios fluminenses antes e pós-abolição, onde analisa como era vista a liberdade do ponto de vista senhorial e escravo, pensando as estratégias, como a brecha camponesa, estratificação racial, a mobilidade do ponto de vista geográfico, o acesso à propriedade, à vida em comunidade, constituição de família, o direito ou não de passar a noite livre ou dentro da senzala ou até mesmo dentro da propriedade em que o escravo "residisse".[25]

Sidney Chalhoub (2011) analisou como os escravos buscavam dentro do sistema uma forma de se libertar dos grilhões da escravidão e, coloca o cativo como personagem protagonista no jogo de relações com a classe dominante. Como afirma Chalhoub, seu objetivo central era o de "tentar recuperar alguns aspectos da experiência dos escravos da Corte, de seus modos de pensar o mundo de atuar sobre ele.[26]" Segundo o autor, ele trabalhou a "interpretação de interpretações: o importante era perceber o que os diferentes sujeitos históricos entendiam por escravidão e

[21] REIS e SILVA 1989.
[22] SLENES, 1999.
[23] SLENES, 2011, p.18.
[24] Sobre o debate referido ver: FLORENTINO; GÓES, 1997. MATTOS, 1998.
[25] Ver: MATTOS, 1998.
[26] CHALHOB, 2011, p.316.

liberdade e como interagiam no processo de produção dessas visões ou percepções[27]."

Essa trajetória historiográfica que vai de Freyre até os autores da história social da escravidão dos anos 1980 é tão conhecida entre os especialistas da área que não nos exige um maior aprofundamento. O fato é que essa renovação abriu o campo para novas perspectivas metodológicas, um uso variado de fontes documentais e o protagonismo dos escravos em suas histórias. A virada historiográfica passou a ser compartilhada por historiadores de diferentes partes do Brasil e no Rio Grande do Sul não foi diferente. Atualmente não está mais em discussão a existência e a importância do trabalho escravo no Rio Grande do Sul durante o período colonial e imperial, até mesmo em locais onde a pecuária era uma prática econômica essencial, como na região da campanha rio-grandense. Ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos 1990, inúmeros trabalhos demonstraram como a escravidão também esteve presente e gerou lucros para além das charqueadas, tanto em setores mais urbanos como Porto Alegre, como setores mais dedicados à economia agropecuária, e até mesmo nas atividades marítimas[28].

Atualmente, os estudos sobre a escravidão são tão amplos e diversificados que fica difícil realizar uma revisão bibliográfica que dê conta de tudo. A historiografia rio-grandense tem tratado de diferentes temas e demonstrado que houve formas variadas de resistência escrava, desde fugas, roubos, furtos, homicídios, insurreições etc. Estes estudos foram possíveis a uma variedade de fontes, que até então não eram utilizadas para o estudo da história rio-grandense, como registros paroquiais, inventários post-mortem, processos-criminais, correspondências municipais e releituras sobre os relatos de viajantes, influenciados pela historiografia francesa dos anos 1950-60 e da história agrária do sudeste brasileiro.[29]

Por conta disso, dedico a minha revisão aos estudos que trataram da escravidão na pecuária, pois aproximam-se mais da realidade socioeconômica encontrada em Piratini. Diversos autores contribuíram e vêm contribuindo para que sejam complexificadas as relações entre senhores e escravos no Rio Grande do Sul

[27] CHALHOUB, 2011, p.316.
[28] Ver, por exemplo, ZARTH, 1994; MOREIRA, 2003; OLIVEIRA, 2013. Para uma revisão historiográfica a respeito XAVIER, 2008, v., p. 15-31.
[29] FARINATTI, 2007.

em regiões de criação de gado – algo que era negado por alguns autores antes dos anos 1980.

Helen Osório foi uma das pioneiras quanto ao campo historiográfico econômico e social do mundo agrário, estudando em sua dissertação *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*, analisou o processo de posse das terras do século XVIII, no território que viria a ser o atual estado do Rio Grande do Sul, que deu-se através do extermínio dos nativos; sujeição das pessoas que não tinham vínculos fixos de trabalho ao poder político e econômico dos estancieiros, além da impossibilidade promovida por essas pessoas aos colonos levados ao território sulino de se espalharem pelas terras. Em sua tese de doutorado *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Osório apontou que essa região apresentava várias características produtivas agrícolas e pecuárias, onde podiam ser combinadas ambas as atividades, sendo desempenhadas em uma produção familiar e escrava que praticava o trabalho cotidiano na atividade pecuária, e esse ponto é importante salientar já que historiadores como Décio Freitas (1980) e Mario Maestri (1984), defendiam ser incompatíveis com a escravidão devido ao grau de autonomia que teria ser concedido, já que essa atividade de pecuária necessita de um deslocamento dos escravizados pelos campos.

Luís Augusto Ebling Farinatti (2007), investigou como era composta a elite agrária da fronteira ao sul do Brasil imperial, focando no município de Alegrete, apresentando a estrutura, lógica e composição social desta elite, e como lidavam com todos os demais setores da sociedade alegretense, e o autor demonstra que a mão de obra não era composta como se presumia de peões livres errantes, muito pelo contrário, esses peões pertenciam segundo Farinatti a famílias criadoras de gado de pequenas propriedades. Esses mesmos estancieiros eram grandes escravistas e acumulavam grandes volume de riquezas, e utilizam dos cativos para lidar com suas reses.

> a propriedade de escravos estava bastante disseminada entre os criadores de gado da Campanha. Todos os inventariados com mais de 500 reses possuíam escravos, o mesmo acontecendo com mais de dois terços daqueles dentre os pequenos criadores que tinham entre 100 e 500 reses. Mesmo no último grupo, cuja atividade pecuária se dava em escala

> modestíssima, cerca de metade dos inventariados podia contar com algum escravo.[30]

Farinatti (2007) destaca que as assimetrias não se davam apenas no tamanho das escravarias entre os grandes, médios e pequenos criadores. As diferenças estavam presentes também na proporção de homens, mulheres, crianças sendo africanos, crioulos e a especialização dos escravizados e escravizadas. Portanto, a escravidão na pecuária teve papel estrutural na produção econômica.

Thiago Araújo (2008) aborda como ponto central de sua pesquisa como era praticada a forma de dominação senhorial nas relações senhor-escravo, em uma localidade de fronteira que tinha como característica econômica o setor da pecuária, e como era a interpretação e agência dos escravizados e libertos nessa sociedade. As fontes usadas por Araújo foram os inventários post-mortem, processos-criminais, cartas de alforrias, registros de batismos, que se enquadram nas fontes utilizadas pela história social da escravidão, que possibilitam um olhar quantitativo e qualitativo por parte do historiador.

Marcelo Santos Matheus (2012), no primeiro capítulo de sua dissertação, aborda a posse escrava no município do Alegrete, onde os campeiros foram braços importantes nas atividades da pecuária. Segundo o autor:

> Dos 2.327 cativos arrolados nos inventários entre 1829 e 1869, somente 392 – ou 17% do total – tiveram sua (principal) ocupação mencionada e, destes, 163, ou 41,5% deles, eram campeiros.
> Um censo agrário, realizado em 1858, é mais elucidativo a esse respeito. Nele, consta que havia 391 estâncias em Alegrete. Nestas, trabalhavam 124 capatazes e 159 peões livres. Ao lado destes, também constavam 527 escravos campeiros, o que indica o quanto a mão-de- obra cativa era utilizada no trato com o gado quase em fins da década de 1850.[31]

Marcelo Matheus também percebeu que a presença dos escravos campeiros se manteve forte até a década de 1870, período considerado por muitos como de crise da pecuária no Rio Grande do Sul. Além disso, Matheus também evidenciou a importância das relações familiares para a conquista da alforria, o que reforça a necessidade em se estudar as relações sociais estabelecidas pelos cativos. Em sua tese de doutorado, Matheus analisou o processo de formação histórica de Bagé, uma

[30] FARINATTI, 2006, pg.144.
[31] MATHEUS, 2012, pg.73.

sociedade escravista de fronteira, entre 1820-1870. Matheus destaca que diversos elementos, do escravismo existentes em outras localidades do Brasil imperial e da América lusitana estavam presentes em Bagé, desde uma presença:

> significativa de africanos, uma importante reprodução natural, à oportunidade de ascensão social – tanto intracativeiro, quanto para fora dele através da alforria – e a possibilidade de diferenciação social, notadamente informada pela posse de escravos (inclusive entre libertos). Este último aspecto nos remete a outra parte importante da tese: a expressiva desigualdade social, outra característica marcante da sociedade brasileira (escravista ou não), produzida e reproduzida mesmo em uma localidade há pouco ocupada por luso-brasileiros.[32]

É importante destacar que o trabalho de Matheus (2016), sobretudo a tese, é relevante para a compreensão de Piratini do século XIX, pois, era uma localidade vizinha, e para onde muitas pessoas então moradoras de Piratini migraram para viver.

A criminalidade é tema central deste trabalho, e por isso é importante compreender o conceito de criminalidade e de crime. Segundo Bóris Fausto (1984), criminalidade trata-se do fenômeno social em sua forma mais amplificada, "permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes[33]"; Enquanto o crime segundo Boris Fausto trata-se "ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como no caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.[34]" Logo, compreendo que os dados a serem analisados como furtos, roubos, ferimentos e outras ofensas físicas, homicídios e tentativa de insurreição, cabe o conceito de criminalidade, enquanto a análise singular que proponho no transcorrer da tese parte da singularidade de cada caso.

A criminalidade escrava aumentou consideravelmente em Piratini como demonstrarei no capítulo 4 desta tese, entre os 1851 – 1871, em seu trabalho, *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*, Maria Helena P.T. Machado (2022) destaca que a criminalidade em que os escravizados estavam envolvidos como réus, segundo a autora aumentaram no lento processo de crise do escravismo[35]. Segundo Maria Helena Machado o conceito de

[32] MATHEUS, 2016, pg. 20.
[33] FAUSTO, 1984, pg. 9.
[34] FAUSTO, 1984, pg. 9.
[35] MACHADO. 2022.

criminalidade foi analisada por outro prisma a partir da nova história social[36], conforme a autora o olhar sobre o crime passou a ser o de uma intercessão "[...] legítima (quer dizer, não desviante), estabelecida intergrupos e classes sociais, que assim expressam a realidade básica de suas vidas, a resistência ao sistema de dominação que condiciona suas existências e as tensões das relações sociais de produção.[37]" O crime ocorreria como uma forma de última instância após uma série de disputas internas entre escravizado e escravizador. Destas novas formas de análise segundo Maria Helena Machado, "[...] ressurge renovado o conceito de crime social como ato de consciente resistência ao sistema de dominação material e ideológico, expressando as concepções das camadas dominadas a respeito do justo e do injusto e da importância de seu papel na construção da sociedade.[38]"

Maria Helena P.T. Machado discorre ainda que a criminalidade escrava estava inserida no jogo de relações (posso assim dizer), que variava entre "Acomodação e resistência, cooptação e ruptura[39]", o que a autora descreve como "movimentos pendulares[40]", de "um mundo social, marcado pelo equilíbrio instável, perpassado de tensões.[41]" Mundo este onde escravistas e escravizados estabeleceram diversas relações sociais. Contudo, segundo Maria Helena Machado, "refletiram a realidade básica do sistema, expressando, com os outros segmentos sociais constitutivos da sociedade escravista, os antagonismos dessa relação social.[42]" E neste mundo complexo de relações entre escravistas e escravizado que variava entre trabalho excessivo e resistência, por exemplo, é que estava emergida a questão da criminalidade escrava, era um componente, segundo Maria Helena Machado, do comportamento do escravizado, pois a criminalidade estava:

> imbricada nas relações sociais e de trabalho escravistas, que lhe conferem atributos particulares e diferenciados. Assim uma vez que se considera o crime como ato social, produto de relações sociais concretas e historicamente determináveis, a compreensão da criminalidade condiciona-se ao exame das relações sociais de trabalho escravista como produtora do indivíduo escravizado. Pois o que se procura atingir é uma série de posturas, comportamentos e concepções constituídas com base na vivência da

[36] MACHADO, 2022, pg. 15.
[37] MACHADO, 2022, pg. 15.
[38] MACHADO, 2022, pg. 15.
[39] MACHADO, 2022, pg. 47.
[40] MACHADO, 2022, pg. 47.
[41] MACHADO, 2022, pg. 47.
[42] MACHADO, 2022, pg. 47.

> escravidão e determinadas por relações sociais e de trabalho específicas a essa sociedade.[43]

Da mesma forma, segundo Maria Helena Machado, há "a consideração da sociedade escravista como produtora de um indivíduo escravo coloca a base sobre a qual se pode construir uma tipologia de criminalidade escrava.[44]" Porém, pelo que compreendi, a criminalidade escrava acabou por não se dar somente nas relações senhor-escravizado, a partir daí vemos outras tipologias de crimes, desde furtos, roubos, agressões contra terceiros, no caso dos estudo de Maria Helena Machado, para grandes unidades de produção, e para esta tese em unidades de economia subsidiária em grande parte dos casos analisados. E a partir deste "universo" (digamos assim) de tipologias de criminalidades em que os escravizados/as foram acusados como réus, que segundo Maria Helena Machado

> é diante dessas categorias mais sensíveis da criminalidade escrava que se pode abordar outros crimes atinentes ao mesmo grupo, na medida em que eles se inscreveram igualmente nas relações sociais escravistas. A dominação escravista, constituindo-se em cadeia de laços que envolvia os indivíduos, imprimiu suas marcas em todas as relações sociais dos cativos, sendo o fundamento de uma mentalidade escrava.[45]

A criminalidade escrava seria então um componente, um elemento social em uma sociedade caracterizada pela violência onde os escravizados/as tinham a noção de quando esse tipo de ação ultrapassava o limite daquilo que eles compreendiam como justo ou aceitável. Ao citar a tese dos 3 P (Pau, Pão e Pano) de André João Antonil, defendida no mundo escravocrata no início do século[46], Maria Helena Machado descreve que

> [...] a quantidade de pão ou pano que os senhores entregariam a seus escravos, quantas horas de descanso semanal e quantas de trabalho, qual a justeza do castigo devido para cada falta particular foram questões a serem resolvidas, mais ou menos isoladamente, por cada grupo de escravos e seus senhores Assim, de alguma maneira, cada cativo, individualmente ou com seus parceiros do eito ou das oficinas, encarregava-se de mostrar a seus senhores, feitores e capatazes qual o limite do tolerável e quais as margens de negociação possível na exploração de seu trabalho. Dessa maneira, floresceram no Brasil escravista inúmeros contratos entre senhores e escravos, regulamentados não mais que por leis costumeiras ou direitos adquiridos na vida diária, acordos extremamente variáveis segundo as regiões geográficas, as vicissitudes da produção, mas que, entretanto,

[43] MACHADO, 2022, pg. 47.
[44] MACHADO, 2022, pg. 47.
[45] MACHADO, 2022, pg. 47.
[46] MACHADO, 2022, pg. 45.

> parecem ter evoluído ao longo do tempo, tornando-se, no Oitocentos, um caudal crescente de reivindicações escravas.[47]

O que se apresenta na fala de Maria Helena Machado é o que a historiografia denomina de agência escrava, ou seja, a compreensão destes escravizados da realidade em que estavam inseridos e onde podiam avançar ou não os limites das relações sociais as quais eram sujeitos.

Para a criminalidade no Rio Grande do Sul, porém tendo como lócus Pelotas, Róger Costa da Silva (2014) em sua tese de doutorado *Os crimes e os direitos: lutas escravas em Pelotas-RS (1845-1888)*, analisa a criminalidade nas charqueadas segundo o autor se dava nas relações intensas entre escravizados como capatazes, sobretudo em período de safra do charque[48], e destaca também que a criminalidade se dava em outros locais de Pelotas, como iates, na zona rural (pequenas e médias propriedades e no meio urbano[49]. Ou seja, o aumento da criminalidade se dava em momentos em que havia uma diminuição de direitos costumeiros dos escravizados, e um carga elevada de trabalho em especial nas unidades produtivas, o que vai ao encontro do que propões Chalhoub (2011) ao analisar a escravidão no Rio de janeiro, em os escravizados descritos como réus em alguns casos ficava evidente os excessos de castigos, ou seja, aquilo que eles consideravam intoleráveis o que permite compreender as percepções de mundo dos escravizados sobre a realidade em que viviam.

Ricardo Alexandre Ferreira (2011) ao estudar a criminalidade escrava em Franca, São Paulo em sua tese intitulada *Crimes em comum: Escravidão e liberdade sob pena do estado imperial (1830-1888*), percebeu que muitos dos crimes em que envolviam escravizados/as, não foram contra seus senhores e sim contra pessoas livres em que não haveria a relação senhor escravo. O que Ferreira denominou como "criminalidade livre[50]", pois segundo o historiador os "crimes de sangue que opunham de um lado escravos de outro a população livre desvinculada dos senhores [...][51]",

---

[47] MACHADO, 2022, pg. 46.
[48] Segundo Róger Costa da Silva: "Com exceção de um caso, todos os outros crimes foram cometidos na época da safra, por cativos crioulos, em sua maioria jovens e sem laços matrimoniais. Exigências exorbitantes quanto ao ritmo de trabalho eram respondidas de formaextrema. A maioria dos réus envolvidos nos processos por crime de morte contra capatazes,na segunda metade do século XIX, foram cativos crioulos vindos para Pelotas via tráfico interno. Achamos plausível conceber que para cá trouxeram, talvez, noções próprias de 'cativeiro justo'." (SILVA, 2014, pg. 123).
[49] SILVA, 2014, pg. 124.
[50] FERREIRA, 2011, pg. 36.
[51] FERREIRA, 2011, pg.34.

seria o oposto de criminalidade escrava, pois esta (criminalidade escrava) viria a ser de um escravizado contra o escravizador. Portanto para Ferreira na relação de um crime cometido por um escravizado contra um livre, em que não houvesse a relação de posse do senhor pelo escravizado, não pode se caracterizar como criminalidade escrava, e sim livre, pois não se "adequa" (palavras minhas) ao "padrão" escravizador-escravizado, embora, o próprio Ferreira opte por compreender os crimes de sangue envolvendo escravizados e escravizadores.[52] Na mesma forma em Piratini dos 21 homicídios no recorte temporal de 1820 a 1871, apenas 3 foram de escravizados contra seus escravizadores, um destes será analisado no capítulo 4[53]. É importante o estudo de Ferreira, pois a Comarca de Franca, localizada na Província de São Paulo, onde fazia fronteira com a Província de Minas Gerais, possuindo uma economia subsidiária[54], com senhores de poucos escravizados que se aproxima da realidade de Piratini.

Outro fator importante da criminalidade analisada por Ferreira e que vai ao encontro do que analisarei nos processos criminais do capítulo 4, é que assim como em Piratini, para Comarca de Franca, Ferreira encontrou:

> o volume e a intensidade de relações, aparentemente corriqueiras, entre cativos e livres (donos de lojas, proprietários de gado, parceiros de jogo, lavadeiras de roupas, costureiras, entre outros). Definitivamente esses escravos não viveram em uma localidade urbana, onde as pesquisas demonstram que o cotidiano de cativos e livres pobres era bem próximo dadas as peculiaridades do trabalho escravo, especialmente dos chamados 'cativos ao ganho'.[55]

Ou seja, assim como demonstrarei para o caso de Piratini as relações destes escravizados perpassavam as relações sociais, havia uma interação entre escravizados/escravizadas e livres, e sendo Piratini como mostrarei no capítulo 1 um local de economia agraria e calcada na criação de gado, com escravizados campeiros que tinham autonomia em uma região não muito distante da fronteira é importante incorporar ao debate da criminalidade a tese de doutorado de Mariana Thompson

[52] FERREIRA, 2011, pg. 35
[53] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143.
[54] Segundo Alexandre Ricardo Ferreira, embora houvesse: "ruas nos arraiais e na principal vila da região de Franca, pelo menos até a chegada da ferrovia e das plantações em maior escala de café nas últimas décadas do século XIX, mantinham-se, como em tantas outras localidades do Brasil, os precários limites entre o incipiente núcleo urbano, os subúrbios da vila e a área rural. O cotidiano era marcado fundamentalmente pela vida no campo. A criação de gado, porcos e as lavouras de alimentos eram as paisagens predominantes." (FERREIRA, 2011, pg. 35).
[55] FERREIRA, 2011, pg. 34.

Flores (2012), *Crimes de fronteira:* a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889), será importante para analisar as questões de crimes de fronteira, praticados ou em que foram acusados de praticarem os escravizados do espaço fronteiriço, como roubos de gado, furtos, fugas e outras práticas consideradas criminosas pelas autoridades do período. Segundo Mariana Thompson Flores a maioria destes homens trabalhavam como campeiros, possuindo um alto grau mobilidade e autonomia, esses escravizados estavam em contato com pessoas livres e libertas de fronteiras, em muitos dos casos eram seduzidos por uruguaios a fugirem para o Estado Oriental[56], logo esse trabalho da referida autora é importante para compreensão da criminalidade em Piratini.

O artigo de Karl Monsma intitulado *Resistência cotidiana, fugas e a dominação negociada: os campeiros escravizados do Rio Grande do Sul***,** em que o autor investiga os crimes aos quais foram envolvidos escravizados campeiros será importante para o diálogo pois estes homens andavam a cavalo trabalhavam munidos de armas brancas e estavam em espaços fronteiriços. A dissertação de mestrado de Wagner Pedroso intitulada *Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863),* onde autor analisa a mobilidade dos escravizados da localidade por ele estudada, o que auxilia na compreensão do contexto de revoltas envolvendo escravizados em localidades de economia subsidiária iguais a Piratini. Na mesma linha o capítulo de Paulo Roberto Staudt Moreira (2011) *"Porque os brancos eram uns pelos outros, os negros também deviam fazer o mesmo" revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade do Oitocentos***,** para compreensão das revoltas que estavam ocorrendo na província sulina a partir dos 1850, e que Piratini como veremos não ficou alheia de uma tentativa de revolta escravizada**.**

Portanto, o marco teórico-conceitual que embasará a pesquisa será o da história social da escravidão. No entanto, dentre as perspectivas teóricas e metodológicas também tive como inspiração estudos relacionados à micro-história italiana, principalmente o que tem os processos criminais como fontes de pesquisa. Nesse sentido, as técnicas de tratamento das fontes e o olhar dado por Carlo Ginzburg, em *Queijo e os Vermes*, aos documentos judiciais nos estimulam a buscar

[56] THOMPSON FLORES, 2012.

compreender melhor a sociedade e as relações sociais que produziram tais documentos. A investigação da pesquisa em Piratini partirá de análise de fontes documentais da própria Vila e no grupo social dos escravizados e também libertos que mantinham relações com pessoas livres brancas, mestiças, índias e orientais (termo utilizado à época para designar os uruguaios). Segundo Carlo Ginzburg, em *O nome e o como*:

> Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome.[57]

Em alguns processos-crimes há pessoas que aparecem em mais de uma ocasião, sejam, como réus, vítimas, informantes (escravos), e, além disso, reaparecem em outros documentos como inventários, batismos e fontes policiais. Tudo isso vai ao encontro do que afirma Ginzburg de que “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido.”[58] Na pesquisa que antecedeu a esta proposta por várias vezes observou-se o nome da família Rodrigues Barbosa, por exemplo, e que estavam envolvidos em processos-crimes, assim como seus cativos e, como estes se aproveitavam da influência da família para tirarem proveitos da justiça.

Para a compreensão, ou melhor interpretação dos processos-crime, que são fontes onde podemos “ver e ouvir”, os escravizados e suas interpretações do cotidiano, foi importante o texto de Carlo Ginzburg *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, em que o autor compara o trabalho do historiador com o de um detetive, como o Sherlock Holmes, de Conan Doyle, que resolve os crimes nas suas tramas como uma espécie de quebra-cabeça de indícios, fragmentários, a partir do dito pelas partes (testemunhas, réus, curadores, acusação), irei reconstituir os cenários mais próximos do verossímil, através de aspectos muitas vezes deixados de lado, como uma versão que se desencontra em um depoimento. Outro exemplo dado por Ginzburg é o do médico que examina seu paciente verificando seus sintomas e o

[57] GINZBURG, 1989, p.173-174.
[58] GINZBURG, 1989, p.175.

caçador primitivo que rastreia suas caças por meio de sinais invisíveis, que "é necessário examinar os pormenores negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.[59]"

Natalie Zemon Davis descreve as diferenças entre a história social "clássica" (como ela denomina) e a então "nova" história social que se colocava como uma nova perspectiva de investigação histórica, dentro da história social:

> A nova história social trata de detectar a existência de agrupamentos de diversos tipos – categorias de idade, gênero, linhagem, patrocínio, raça, religião – e pergunta como se formam e em que medida reforçam ou ultrapassam os limites da classe. Interpreta as relações como processos simultâneos e sistêmicos: de dominação e resistência, de rivalidade e cumplicidade, de poder e intimidade. Descreve-os, em termos gerais, como redes através das quais bens, ideias e influência são entregues, recebidos ou trocados.[60]

Ou seja, segundo as considerações de Davis sobre à micro-história italiana vai ao encontro do que assinala Ginzburg sobre os grupos sociais de determinado lugar, pois, criam redes sociais, culturais e econômicas que as ligam, e abrem a possibilidade, a meu ver, de compará-las a outros locais e sociedades do mesmo período.

Carlos Bacellar descreve que tantos os processos-crimes quanto os civis "são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor.[61]" Nesse sentido, Maria Cristina Wissenbach afirma que "No conjunto das fontes oficiais para o estudo da escravidão, os autos criminais guardam vantagens significativas para análise sociais.[62]" Comparando com outras documentações do judiciário, segundo Wissenbach, os processos-crimes, trazem uma síntese:

> de maneira clara, as percepções ambíguas dos que cercavam a figura dos escravos. Se, em termos legais, os escravos e por vezes os próprios libertos

[59] GINZBURG, 1990, p.144.
[60] (DAVIS, 1991, p.177). Tradução do autor a partir de "La nueva historia social trata de detectar la existencia de agrupamientos de diversos tipos -categorías de edad, genero, linaje, patrocinio, raza, religión- y pregunta cómo se forman y en qué medida refuerzan o traspasan los límites de la clase. Interpreta las relaciones como procesos simultáneos y sistémicos: de dominación y resistencia, de rivalidad y complicidad, de poder e íntimos. Las describe, a grandes rasgos, como redes a través de las cuales se hacen llegar, se reciben o se intercambian bienes, ideas e influencia." (DAVIS, 1991, p.177).
[61] BACELLAR, 2014, p.37.
[62] WISSENBACH, 1998, p.38.

> eram vistos e tratados como seres judicialmente incapazes, equiparados aos menores, as viúvas, aos índios e aos loucos, a justiça criminal foi obrigada a corresponder, em alguns sentidos, a tal orientação, mas sobretudo a contorná-la, conferindo relativa personalidade e plena responsabilidade aos réus escravos.[63]

"Os autos criminais captaram e registraram as nuanças e as tensões dos setores sociais nela envolvidos no tocante às vivências concretas.[64]" A investigação sobre os processos-crimes em Piratini, e a análise de fontes documentais onde estavam envolvidos, os escravizados e libertos que mantinham relações com pessoas livres brancas, mestiças, índias e orientais (termo utilizado à época para designar os uruguaios).

Também a partir da década de 1980, passou a se investigar o cotidiano das classes subalternizadas e o quantitativo para as elites, invertendo a regra estabelecida até então. Nessa perspectiva historiográfica que se baseará a pesquisa, utilizando os métodos tanto quantitativo como o onomástico para análise dos processos-crimes, registros de batismos e de inventários post-mortem. Teoricamente este trabalho irá se posicionar no conceito de uma história social que visa compreender e investigar as classes subalternizadas, aqueles que estão longe de serem nomes de ruas, praças e avenidas, serão aqueles que buscaram resistir ao sistema escravista das mais variadas formas.

Entre as fontes descritas os inventários post-mortem são documentos importantes, também para analisar a existência da família escrava nos casos pesquisados. Por conta da riqueza dessa fonte, analisei o documento original de alguns inventários de Piratini e eles serão mencionados ao longo da Tese. Carlos Bacellar aponta que os inventários como fontes históricas podem ser utilizados no estudo da escravidão para vários aspectos: como os das famílias escravas, e o que ocorria com estas após a divisão dos bens do inventario entre seus herdeiros. Os inventários segundo Carlos Bacellar podem ainda auxiliar na compreensão dos "[...] mecanismos do tráfico.[65]" Tais fontes documentais, na verdade, são amplamente

---

[63] WISSENBACH, 1998, p.38.
[64] WISSENBACH, 1998, p.40.
[65] BACELLAR, 2014, pg. 37.

utilizadas nos estudos de história social e econômica da escravidão no Brasil e tomá-los como orientação metodológica.

Luís Augusto Farinatti discorre que a utilização dos inventários como fonte histórica "têm conhecidas limitações, como o fato de tenderem a sobre representar as camadas mais abastadas da população, já que os muito pobres provavelmente não realizavam a partilha judicial de seus poucos bens.[66]" Ou seja, temos possivelmente um extrato da sociedade que deixou um registro sobre suas posses, mas havia muitos que não tiveram essa condição[67]. Farinatti aponta ainda que os inventários podem dar-nos inúmeras informações tais quais:

> Ainda que se tenha em conta esses limites, os inventários são fontes importantes para estudo da escravidão nos estabelecimentos pecuários da região. Somente eles permitem um acesso direto à relação entre a população escrava e as unidades produtivas, além de reunirem uma amostra tanto dos escravos que nasceram no local, como daqueles trazidos de outras paragens (o que não acontece de forma tão regular nos registros de batismo e casamento, por exemplo). Além do mais, como veremos, o principal montante de escravos encontrava-se exatamente nas mãos dos proprietários mais afortunados, que tendem a formar a camada melhor representada nesse tipo de fonte.[68]

É a partir destas informações descritas nos inventários, cruzando com outras fontes documentais como os registros de batismos, que a tese inicialmente abarcará o ponto de vista mais quantitativo da escravidão em Piratini.

Seguindo o intuito de compreender a posse cativa em Piratini, devido à ausência de fontes como os fogos, utilizarei a metodologia aplicada por Marcelo dos Santos Matheus[69], para análise da estrutura de posse escrava e as relações de compadrios nos registros de batismos. No campo de análise assim como Marcelo Matheus realizou que foi comparar a "fotografia" que estas duas fontes apresentam cotejando as possibilidades que estas fontes apresentam[70]. Segundo Marcelo

---

[66] FARINATTI, 2006, pg.140.
[67] Outro texto do autor que destaca de maneira mais ampla o uso dos inventários como fonte histórica: FARINATTI, 2008, p. 57-72.
[68] FARINATTI, 2006, pg.140.
[69] MATHEUS, 2016.
[70] "[...] a realização de uma estrutura de posse escrava a partir dos batismos, cujo resultado será, depois, analisado à luz do resultado obtido através do mesmo procedimento analítico, mas a partir dos inventários *post-mortem*. Exatamente por ainda ser pouco utilizada, a comparação dos resultados aqui encontrados com outros estudos será mais contemplada quando da realização da estrutura de posse conforme os inventários, com a apreciação a partir dos batismos ficando um tanto descritiva." (MATHEUS. 2016, pg. 191).

Matheus os registros de batismos com a "[...] falta de fontes mais apropriadas, como as listas de fogos, cremos que o teste realizado ajuda a ilustrar um dos aspectos que está por detrás, enquanto objetivo principal ou específico, de toda estrutura de posse: definir o grau de disseminação da propriedade escrava.[71]"

Esse "grau de disseminação[72]", descrito por Marcelo Matheus vai ao encontro do que proposto por Vinicius Augusto Andrade de Assis, onde devia-se ao fato de que o batismo:

> foi o sacramento mais 'democrático' da sociedade escravista, seus registros também foram. Em tal sociedade, todo documento que propiciava um registro nominal era excludente em sua essência – os róis de confessados excluíam os menores de sete anos; os registros de casamento excluíam os casais não legitimados pela Igreja; os registros de óbito excluíam aqueles que morreram repentinamente e solitários, a quilômetros de distância de uma paróquia; os inventários *post-mortem* excluíam os que não tinham bens a declarar e assim por diante. Porém, os registros de batismo, apesar de deixarem "escapar" parte dos nascimentos, incluíam neles os setores da sociedade independente de condição jurídica, qualidade social e (i)legitimidade do(a) filho(a) uma vez que, sem esse sacramento, o indivíduo não adentraria ao Reino do Céu.[73]

Ou seja, esse tipo de fonte tem uma possibilidade maior de observar escravistas que por diversos motivos como os descritos na citação acima de Vinicius Assis, não fizeram inventários, ou que em até certos casos não tinham mais escravizados quando feito seu inventário. Cito um caso aqui de Maria Rossi, esposa de Manoel Rodrigues Barbosa, morador de Piratini que pelos batismos foi um dos maiores escravistas encontrados neste tipo de fonte, mas que não possuía escravizados no seu inventário (Maria Rossi), porém seu marido Manoel havia dado a liberdade e doado alguns de seus escravizados via testamento.

Dito isto, no capítulo 1, denominado *Piratini: Histórico, demografia e economia,* analisei a forma como os memorialistas do município de Piratini, preocupados com aspectos relativos à identidade da população local, construíram e defenderam uma sociedade de origem açoriana, ressaltando o valor daquele povo para formação da localidade. Para contrapor essa imagem até hoje difundida nas escolas primárias da região e compartilhada pela comunidade local, pretendi demonstrar que Piratini era muito mais do que "açoriana", apresentando, sobretudo, a força da africanidade

[71] MATHEUS. 2016, pg. 191.
[72] MATHEUS. 2016, pg. 191.
[73] ASSIS, V. A. A. de. 2021.

presente no município. Ainda no capítulo 1 irei analisar o perfil populacional e a estrutura socioeconômica de Piratini a partir dos dados do Censo de 1872[74], Relação de criadores de gado enviada ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro em 1858[75], a Lista da Guarda Nacional de 1859[76] e processos-crimes analisados ao longo da presente tese, com o objetivo de compreender o cenário socioeconômico de Piratini.

No Capítulo 2, *A posse cativa em Piratini: a presença e o perfil dos escravizados no município (1810-1871),* analisei os inventários post-mortem e os registros paroquiais de batismos para o estudo do perfil das escravarias e a estrutura de posse cativa em Piratini. Tratando-se de um município que produzia gêneros agrícolas e fornecia gado para o mercado interno, ambas as fontes foram importantes também para analisar o vínculo da região com o tráfico transatlântico de africanos escravizados. Nesse sentido, a presença de "campeiros" nas escravarias merece ser destacada, assim como as distintas informações sobre gênero, idade e africanidade apresentadas pelos documentos e as suas variações ao longo do período estudado.

No capítulo 3, *A família escrava em Piratini (1810 – 1862): uma análise a partir dos registros de batismos***,** investiguei os anos em que mais nasceram as crianças escravizadas batizadas em Piratini, as taxas de legitimidade dos batizandos e o processo de reprodução natural relacionado a africanidade das mães. Tudo isto estava diretamente relacionado à presença da família escrava em Piratini e, para complementar os dados quantitativos extraídos dos documentos, também utilizo relatos de alguns escravizados envolvidos em processos criminais para entender o papel da família em seus cotidianos. Cabe aqui apontar o conceito de família escravizada em Piratini tinha um caráter nuclear, onde muitas crianças conviveram com suas mães, ou seja, famílias matrifocais com as mães no centro destas famílias. Embora, alguns pais sejam citados pela memória de seus filhos, fossem eles de sangue ou de afeto, as mães em Piratini foram assim como as madrinhas os centros destes núcleos familiares na localidade. Logo as experiências, entre a escravidão e família, reconfiguraram as definições de legitimidade das famílias, onde a maior parte foram descritas como ilegítimas aos olhos da Igreja. Que ao mesmo tempo não

[74] Censo Geral de 1872 (disponível em: http//www.ibge.gov.br)
[75] Relatório da Câmara de Piratini ao Presidente da Província do Rio Grande – 1858.
[76] Lista de Qualificação da Guarda Nacional de Piratini, Ativa e Reserva, 1869, Fundo Guarda Nacional, município Piratini, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

significou a ausência de fortes laços familiares e o sentido de legitimidade interna ou própria dos escravizados, fossem esses laços paternos e/ou dentro da própria comunidade escravizada. A ausência do nome do pai, todavia não teve implicações na formação das famílias matrifocais, onde os pais mesmo estando ausentes dos documentos foram figuras importantes nas memórias de seus filhos. Outros, aspectos analisados dizem respeito às relações entre os cativos da mesma escravaria ou não e com pessoas livres a partir do compadrio e questão do silenciamento da paternidade cativa nos registros de batismos no caso dos filhos ilegítimos.

No capítulo 4, *Resistindo ao cativeiro: os escravizados e a criminalidade nos processos judiciais de Piratini*, discuto a relação da escravidão e as formas de repressão em relação aos escravizados/escravizados, e a suas condições perante o Judiciário. Ainda neste capítulo abordo a presença escrava nos processos-criminais, o número de crimes em que foram indiciados como réus ou vítimas, em suas relações cotidianas, assim como as taxas de criminalidade envolvendo escravizados, nos momentos em que estas práticas têm índices mais elevadas e seu elo com as relações entre escravizados com seus escravistas e com terceiros (fossem outras pessoas cativas ou pessoas livres). Neste também farei uma análise qualitativa de 7 processos-crimes, dois envolvendo crimes de sangues (tentativa de assassinato e homicídio) e 5 crimes contra propriedade privada (furtos e roubos).

No capítulo 5, intitulado *1865 - A "Haitiada" de Piratini: uma análise da revolta cativa que não ocorreu***,** analiso a tentativa de insurreição de escravizados na localidade partindo do contexto ao qual estavam inseridos aqueles homens, campeiros e com alto grau de mobilidade, onde distintas pessoas da fronteira interagiam em espaços de sociabilidade. A partir das fontes criminais, inventários, registros de batismos, jornais, cartas da delegacia de Polícia, irei investigar as possibilidades que levaram aqueles homens nascidos e criados em Piratini a se insurgirem contra seus escravistas e como esse episódio relaciona-se com tudo o que foi analisado nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1
PIRATINI: HISTÓRICO, DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Era dezembro de 1818, quando a africana Maria, Banguela, casada com Joaquim, também africano, Banguela, deu à luz a Moisés.[77] Ao que tudo indica, a criança morreu antes de receber os santos óleos do padre da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, sendo batizada pelo Tenente Ambrósio Carlos da Costa, escravista seu e de seus pais, em *articulo mortis*. Em 1819, situação semelhante ocorreu com Arão[78], filho natural de Maria, crioula. Cabe apontar aqui a questão da mortalidade infantil, ou seja, tanto Arão quanto Moisés não completaram os 12 meses de vida, estando ambos dentro do padrão de mortalidade onde parte significativa dos recém-nascidos não completavam esta etapa da vida[79]. Em dezembro de 1819 foi batizado Luís filho legítimo de Oristela, preta, crioula e de Manoel, preto, crioulo, todos escravizados do mesmo Ambrósio Carlos da Costa. Os padrinhos de Luís eram os forros: Luís, pardo e Felizarda, preta[80]. Nos anos de 1827 e 1831, Oristela teve batizadas mais duas filhas: Claudina[81] e Severina[82], ambas de relação legítima do ponto de vista eclesiástico com Manoel, que nestas duas oportunidades foi descrito como preto, porém respectivamente como africano da Costa e como crioulo. Os padrinhos de ambas as meninas eram de outras escravarias. A primeira foi apadrinhada por Antônio e Claudina, cativos do Sargento-mor Antônio da Costa Pereira. Severina, por sua vez, foi batizada por Inácio Oliveira, escravizado sem referência de seu senhor, e por Narcisa, qualificada como forra. Importante destacar que o casal Oristela e Manoel nomeou seu filho Luís com o mesmo nome de seu padrinho, assim como Claudina que ganhou o nome de sua madrinha. Provavelmente essa homenagem fosse no sentido de reafirmar seus laços afetivos e

---

[77] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 54.
[78] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 57.
[79] Sobre isto ver: ROSSINI, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/v8HqjNZJ7ZsrKnYbFvty3Tt/# Acessado em: 09/08/2024. Segundo Manolo Florentino e José Góes: "[...] os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos." (GÓES; FLORENTINO, 2013, p. 180; APOUD: SANTOS; MILANI; PEREZ, 2019, pg. 39.)
[80] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 74 verso.
[81] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1827, pg. 142.
[82] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1831, pg. 162 verso.

de parentesco espiritual, representando uma prática muito comum naquelas paragens.[83]

Em janeiro de 1827, o casal de africanos Joaquim e Maria, ambos de procedência descrita como Costa da África, foram recebidos pelo padre Antônio Luís Penteado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini para batizar Perpétua, nascida em 29 de outubro de 1826. Cárdenas então colocou as águas abençoadas por ele sobre a cabeça da pequena Perpétua, que tinha como padrinhos os escravizados Joaquim e Rita. Muito provavelmente dentro das suas possibilidades de relações afetivas, esse casal (ou dupla) tenha sido escolhido pelos escravizados africanos Joaquim e Maria para serem os pais espirituais da pequena Perpétua.[84] Cabe ressaltar também a diferença de tempo entre o batismo *in articulus* mortes de Moisés e o batismo de Perpétua tenha uma diferença de 9 anos. Nesse hiato ou o casal não teve filhos, ou não batizaram em Piratini?

Maria, africana teve sua filha Máxima[85] batizada em março de 1831, juntamente com Severina, filha de Oristela e Manoel. Máxima, crioula, nascida em 03/10/1831 era filha natural de Maria. Aqui há duas possibilidades: ser outra Maria (uma terceira) ou Joaquim tenha morrido no transcorrer do tempo, o que seria um duro golpe na trajetória de Maria. Pois nos anos de 1832-1850 das 9 crianças batizadas da escravaria de Ambrósio Carlos da Costa, nem Maria africana e a crioula, nem Oristela tiveram filhos batizados, porém o número de crianças filhas legítimas que entre 1810-1831 foi 5 passou para 6, mantendo uma estrutura familiar nesta escravaria, onde estes escravizados e escravizadas conseguiram entre eles encontrarem seus parceiros para dividir seus anseios e conquistas. Dentro destas conquistas cito o casal Ursula, crioula e José que tiveram sua relação reconhecida pela Igreja Católica após o batismo de seu primeiro filho muito provavelmente. Porfirio[86] foi batizado em maio de 1833, sendo filho natural de Ursula, o pequeno nasceu em 30/08/1832 e teve como padrinhos os escravizados Isidro e Rita, que não tiveram seus escravistas citados.

---

[83] Os estudos sobre o compadrio e os registros paroquiais de batismo entre os escravizados no Rio Grande do Sul cada vez mais tem recebido importantes contribuições e as presentes análises compartilham das conclusões dos autores. Ver, por exemplo, MOREIRA (2014), FARINATTI (2012), MATHEUS (2016), PINTO (2013), GIL e SIRTORI (2012).

[84] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1827, pg. 129 verso.

[85] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1831, pg. 162 verso.

[86] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1833, pg. 175 verso

Ao que indicam os registros de batismos, no transcorrer de dois anos a relação entre o casal Ursula e José foi reconhecida conforme o batizado de Rufino[87] em 1835, em que seus padrinhos foram Zacarias, escravizado de Cilindro João Alves e Paulina, escravizada de Saturnino Xavier da Silva. O casal Ursula e José tiveram ainda mais dois filhos, um homônimo do pai (José[88]) e outro de nome Inácio[89]. José o pai dos escravizados no batismo de Inácio foi descrito como africano.

Outro casal da escravaria, Constantina e Manoel, tiveram 3 filhos: Celestino[90], Lourença[91] e Madalena[92]. Celestino era crioulo assim como seus pais, havia nascido em 06/09/1834 e foi batizado em fevereiro de 1835. Já Lourença e Madalena foram batizadas em dezembro de 1848, embora Lourença tenha nascido em 10/09/1845 e Madalena em 03/04/1848, nestes dois batismos Constantina foi descrita como crioula e Manoel assim como José foi descrito como africano, sem grupo de procedência descrito, o que me leva a refletir que: a) ambos os escravizados (José e Manoel) queriam reafirmar sua identidade? b) fora um deslize do Padre Joaquim Inácio Freire?

Os outros dois escravizados batizados neste período eram filhos naturais das escravizadas, cada uma em seu turno, Flora e Cândida. Flora, crioula, deu à luz a Gabriel[93], também crioulo, nascido em 22/09/1836 e batizado em junho de 1837, seus padrinhos eram os indivíduos livres Joaquim Pinto Bandeira e Ludovina Alveres Pereira. Essa relação possivelmente pensada por Flora tinha o intuito de garantir a Gabriel uma possibilidade maior de conquistas futuras, de espaços maiores de autonomia até mesmo a alforria, conforme Hebe Maria Mattos, um “bom ‘padrinho’ era, na maioria dos casos, um recurso de sobrevivência absolutamente necessário[94].” Cândida, crioula, por sua vez deu à luz para pequena Oristela[95], acredito fosse uma homenagem a Oristela, crioula, citada anteriormente. Possivelmente Oristela, mais velha, tenha sido a parteira da pequena nascida do ventre de Cândida, o fato é que Oristela nasceu em 04/04/1848 e foi batizada em dezembro do mesmo ano, tendo como padrinhos os livre Ambrósio Xavier da Silva e Joaquina Xavier da Silva.

---

[87] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1835, pg. 195.
[88] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1837, pg. 215 verso.
[89] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1848, pg. 363 verso.
[90] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1835, pg. 194 verso.
[91] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1848, pg. 363 verso.
[92] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1848, pg. 363 verso.
[93] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1837, pg. 215 verso.
[94] MATTOS, 2013, pg. 58.
[95] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1848, pg. 363 verso.

Todos os casos descritos acima envolviam escravizados e escravizadas de Ambrósio Carlos da Costa, que segundo Jayme D'Ávila[96] era filho de Martinho da Costa, ambos residentes do 2° Distrito de Piratini. Ambrósio Carlos da Costa era de San Carlos, Estado Oriental (atual Uruguai), e casado com Francisca Maria da Costa. Não se sabe se Ambrósio veio para o Rio Grande do Sul ainda criança e nem se retornava ao Uruguai com frequência. O fato é que começou a batizar seus cativos na década de 1810, justamente em um período em que as estâncias de Piratini começaram a saciar a fome das charqueadas pelotenses por gado bovino. Segundo Marcelo Matheus e Luís Augusto Farinatti, os registros batismais são fontes que também nos possibilitam construir uma estrutura de posses de escravizados[97]. Os dados que expus acima colocam Ambrósio como um escravista na faixa de 10 – 19 cativos em suas posses, segundo os registros de batismos tanto entre 1810 e 1830, quanto entre 1831 e 1850, mantendo uma estabilidade em sua escravaria, mesmo em um período de tráfico ilegal. Por esse prisma, Ambrósio seria um médio escravista de Piratini.

Entretanto, em junho de 1855 a morte encontrou o destino do tenente Ambrósio. Em 13 de outubro de 1856, na Vila de Piratini, a viúva Francisca Maria da Costa e seu filho Francisco Carlos da Costa, na condição de procurador de sua mãe, foram até o Juiz de Órfãos Manoel Rodrigues Villares iniciar o processo de inventário dos bens de Ambrósio. Ambrósio Carlos da Costa teve arrolado em seu inventário a posse de 500 reses de criar chucras, 77 reses de crias mansas, 17 bois mansos, 49 cavalos mansos, 10 potros, 10 éguas mansas, 90 éguas chucras, todos somando o valor de 6:757$200 réis. Seu patrimônio ainda reunia 3/4 de légua de sesmaria de campo que se localizavam no 2° Distrito de Piratini na fazenda do finado Martinho José da Costa, e a residência do casal "da Costa" no mesmo local, no valor de 10:550$000 réis. Foram inventariados ainda 14 cativos, conforme a tabela 1:

Tabela 1 - Escravizados arrolados no inventário de Ambrósio Carlos da Costa (13/10/1856)

Ano	Proprietário	Escravizado/Escravizada	Grupo de Procedência	Cor	Profissão	Idade	Valor em mil réis
1856	Ambrósio Carlos da Costa	José Gordo	Africano		Não consta	70	30
		Miguel	Africano		ourives	60	200
		Francisco	Congo		roceiro	60	150

[96] D'ÁVILA, 2007.
[97] MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 9.

		José Capataz	Africano		roceiro	50	250
		Bonifácio	Africano		roceiro	50	300
		Joaquim	Crioulo		campeiro	50	300
		Simão	Crioulo		campeiro	50	300
		Inácio	Crioulo		campeiro	8	600
		Prudêncio	Crioulo		Não consta	6	550
		Candida		mulata	Não consta	39	750
		Ursula	Crioula		Não consta	50	250
		Josefa	Crioula		Não consta	42	60
		Lourença	Crioula		Não consta	12	600
		José	Crioulo		Não consta	20	600

Fonte: APERS: Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa – 1856 – pg. 5 verso.

Na mesma ocasião, Francisca Maria da Costa informou que deveriam “avaliar quatro mulatinhas nascidas depois de ter tido andamento o respectivo inventário e a avaliação dos mais bens[98]”. Por si só, o nascimento de quatro crianças em tão pouco tempo já evidencia a força da reprodução natural na localidade. No entanto, os “mistérios” que envolviam a escravaria do velho tenente eram ainda mais complexos. Após todo o processo de arrolar os bens do casal, e a parte que caberia aos herdeiros, em 26 de abril de 1863, Francisca retornou ao Juiz para fazer um adendo, ou corrigir um equívoco: a família havia esquecido de arrolar no documento mais alguns escravizados da posse de seu marido:

> como nesse inventário tinham ficado número de escravos, que não foram descritos, os tendo o finado marido da suplicante em sua vida repartido a alguns de seus herdeiros escravos, que usufruíram durante sua vida os serviços, que eles lhe pudessem prestar a estes herdeiros depois de falecido o marido da suplicante declaravam que mais de uma vez, que os escravos de que estavam de posse, tinham sido doados pelo mesmo finado com as doações legalmente feitas, em conformidade com o que dispõe a nossa legislação, procurando que esta forma iludir, como iludiram a boa fé da suplicante, e desta maneira só [...] com os bens que lhes não pertenciam e prejudicaram os demais herdeiros; razões estas que obrigaram a suplicante a acreditar que foram verdadeiras, e que iria deixar de dar a rever estes bens no inventário a que procedeu, foram hoje tendo a suplicante [...] de que seu finado marido não fez tais doações, e que unicamente emprestou estes escravos aqueles a seus filhos que mais necessitavam e que as declarações feitas pelos herdeiros e herdeiras que possuíam escravos emprestados ao depois do falecimento do marido da suplicante são falhas, e que estas doações nunca existiram e não querendo hoje a suplicante incorrer nas penas da lei e ao mesmo tempo não desejando o prejuízo de alguns de seus herdeiros em benefício de outros e mesmo das órfãs existentes filhas do

[98] APERS. Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa – 1856 – pg. 30 frente.

> finado Miguel Carlos da Costa, por isso que hoje procedeu a uma sub partilha dos bens que ficaram fora do inventário afim de que seus herdeiros e as órfãs sejam aquinhoados com igualdade na conformidade da lei[99]

Segundo Farinatti (2007), estudando os estancieiros de Alegrete, não era raro que os mesmos realizassem a prática do dote e das antecipações de herança aos filhos. Anos depois, no momento da abertura do inventário do pai, os herdeiros realizavam o ajuste de contas. No entanto, parece que não foi bem isso o que aconteceu com Ambrósio e seus filhos. Ao ler o relato de Francisca é possível que ela tenha sido ludibriada pelos filhos, ou talvez sabendo do "crime" que cometeram tentou "remendar" o equívoco. Os escravizados foram "emprestados" por Ambrósio a seus filhos para que lhes auxiliassem nas tarefas diárias, mas como destaca o relato de Francisca havia sido um empréstimo e não doações, logo, estes escravizados que não foram inventariados aumentariam o valor da partilha entre os herdeiros, e estes "iludiram a boa fé da suplicante, e desta maneira só [...] com os bens que lhes não pertenciam e prejudicaram os demais herdeiros[100]", houve uma sub partilha dos escravizados não arrolados em um primeiro momento. Nessa primeira fase, foram arrolados 43 escravizados, o que já colocaria Ambrósio como um dos escravistas com mais cativos inventariados no local. Destes, 14 estavam com Ambrósio e Francisca e 29 com seus herdeiros. Contudo, após o adendo feito por Francisca, foram arroladas mais 41 pessoas escravizadas que estavam na posse dos herdeiros do casal que estavam distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 1 - Escravizados na posse dos herdeiros de Ambrósio Carlos da Costa (1857)

Nome	Estado Civil	Escravizados que herdaram
Francisco Carlos da Costa	Casado	Manoel – moleque. Marcelino – crioulo – 10 anos. (Samuel) Manoel – crioulo – 18 anos.
Maria Sugera(?) da Costa	Casada com José Joaquim Xavier	Flora – mulata – 20 anos. Claudina – crioula – 14 anos. Izidro – pardo – 13 anos. **Lina – parda – 7 meses (90 mil réis)** **Faustina – parda – 7 meses (90 mil réis)**

[99] APERS: Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa – 1856 – pg. 53 frente e verso.
[100] APERS: Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa – 1856 – pg. 53 frente.

Silvéria Simpliciana da Costa	Casada com Saturnino Xavier da Silva	Rita – crioula. Paulina – crioula – 18 anos. Luiza – crioula. **Caetana – parda – 8 meses. (100 mil réis)**
Ana Matildes da Costa	Casada com Selindro João Alves	Juliana – crioula – 16 anos. Zacarias – crioulo – 11 anos. Domingos – africano. **Tiburcia – parda- 11 meses. (110 mil réis)**
Florinda Luiza da Costa	Casada com Henrique Joaquim de Bitencourt	Dionísia – crioula – 9 anos. Tobias – mulato. Liondina – mulata.
Ambrósio Carlos da Costa	Casado	Germana – crioula – 10 anos. Felicidade – crioula.
Antônio Carlos da Costa	Casado	Profirio – crioulo – 10 anos. Maximiana – crioula – 11 anos.
Severiano Carlos da Costa	Casado	Manoel – crioulo – 9 anos. Perpétua – crioula – 13 anos.
Bernardino Carlos da Costa	Casado	Pedro – crioulo – 10 anos. Joaquina – crioula – 6 anos.
Miguel Carlos da Costa	Casado com Francisca Gonçalves da Costa e falecido depois do inventariado, e por quem representa sua mulher e filhos	Rufino – crioulo – 9 anos. Calisto – crioulo – 6 anos.

Fonte: APERS. Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa – 1856 – pg. 6 frente e verso – pg. 33 frente.

No final das contas, Ambrósio Carlos da Costa tinha em sua posse 80 pessoas escravizadas, ou seja, era o escravista com a maior posse cativa da localidade de Piratini, segundo os inventários, e certamente um dos maiores de toda aquela região. Provavelmente, para aumentar sua posse cativa o tenente Ambrósio se valeu da reprodução natural, pois pelo seu inventário, fica evidente o número de crioulos em sua escravaria, além do número de crianças que batizou. Segundo os registros de batismos, entre os anos de 1810[101] - 1848[102], teve 16 crianças batizadas em sua escravaria, sendo 11 filhos legítimos, e 5 não legítimos, o que pode demonstrar que este escravista teve um maior número de casais formados nas senzalas de sua propriedade, possivelmente buscando manter uma certa “estabilidade” em sua escravaria.

[101] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 18.
[102] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 215 verso.

Como em qualquer outra propriedade, os escravizados e escravizadas de Ambrósio buscaram nas suas relações afetivas espaços de autonomia e alento em uma vida dura em cativeiro. Mas em Piratini, Ambrósio era mais exceção do que regra. Nesse sentido, como se caracterizava a posse escravizada na localidade? Havia concentração de pessoas escravizadas entre os grandes proprietários? A posse escravizada estava disseminada pela sociedade piratinense do século XIX? Apresentei os dados acima de registros de batismos e do inventário de Ambrósio Carlos da Costa para iniciar como uma guia introdutória a análise dessa questão na localidade. Nesse capítulo vou descrever no primeiro tópico a formação social histórica de Piratini, buscando descontruir uma memória comum na cidade que enfatiza somente a presença açoriana, trazendo algumas considerações em termos de identidade étnica e aspectos territoriais e demográficos mais diversos. Irei apresentar ao leitor um panorama de como foi se transformando a antiga Vila de Piratini, quem foram as pessoas que a “construíram” para além de prédios que ainda hoje trazem a quem visita à cidade (atual) um sentimento de ver a “história em seus olhos”. Muito mais que um passado açoriano é pensar a invisibilidade ou quase, que alguns historiadores deram a estes grupos, por isso é de suma importância este capítulo para que o leitor saiba do que está sendo apresentado.

1.1 - Memória e identidade açoriana em Piratini (mas e os outros grupos étnicos?)

Piratini é ressaltada na visão dos historiadores locais como um município de origem açoriana e tem na cultura desses imigrantes as únicas bases de sua identidade local. No entanto, como se deu o povoamento desta localidade? Qual a importância dos povos originários e grupos de procedências africanas e onde se encaixam na história da cidade?

Começo localizando o leitor no recorte espacial do trabalho. Piratini é uma cidade que está localizada a 98,2 km de Pelotas, principal cidade da região sul do estado e que no século XIX sediava a maior parte das charqueadas, e a 344,2 Km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Localidade de clima subtropical, é do ponto de vista hidrográfico banhada pelos Rios Piratini e Camaquã, tendo o município um território de aproximadamente 3.539,688 km², e uma população atual, segundo o

IBGE, de 20.757 habitantes[103]. Situada na Serra do Sudeste do estado, região denominada como escudo rio-grandense, Piratini está a 349 metros de altitude e ali fica o serro mais alto da região o Cerro do Sandim, que possui 510 metros de altura. Em algumas regiões como o terceiro distrito de Piratini estes serros fazem com que o solo também seja precário em alguns casos. A parte mais ao sul/sudoeste do município possui paisagem agrária próxima à da região da campanha rio-grandense, contando com estâncias e áreas de pastagem. Nos mapas a seguir, 1 e 2 mostro a localização atual da cidade, e sua divisão por Distritos.

Figura 1 - Atual localização do município de Piratini

Mapa de Piratini está disponibilizado em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/piratini.html

[103] Dados atuais de Piratini. Disponível em http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431460 Acessado em: 20/03/2017.

Figura 2 - Divisão de Piratini por Distritos

Mapa Distrital de Piratini. Fonte: ALMEIDA, Davi. **História do município de Piratini**: roteiro histórico e sentimental. 2.ed. Piratini: Gráfica C.E.A.J., 1997, pg 96. APOUD: Silva, Darlene Rosa da. **Aspectos socioeconômicos e de (não) escolaridade dos moradores do Paredão e da Costa Bica (Piratini, RS)**. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010, pg 24.

No decorrer da pesquisa de mestrado em 2015, ao buscar as origens da cidade, encontrei o livro do memorialista local Jayme Lucas D'Ávila *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El- rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros*, que retomava a um passado de Piratini, que tinha como uma de suas principais características identitárias a herança de uma cultura açoriana. Embora D'Ávila descreva que na região do atual município de Piratini houvesse grupos étnicos indígenas que lá viveram, tais como os jês, guaranis e pampeanos, o autor busca criar uma identidade e uma "memória coletiva" baseada principalmente nos açorianos, e é nesse ponto que inicio minha análise[104]. Piratini é uma cidade de identidade açoriana? O nome da cidade mostra uma das gêneses não lusitanas do município. Piratini vem do tupi-guarani que significa peixe barulhento. Como em diversos outros municípios

[104] O próprio Jayme Lucas D'Ávila deixa claro em seu livro que traz uma série de documentos, e indica onde há outros, para que outras pessoas deem continuidade na busca de pesquisarem sobre esse passado açoriano de Piratini.

brasileiros, o nome escolhido para a antiga Vila era uma combinação das duas culturas: Nossa Senhora da Conceição de Piratini, pertencendo a Diocese de Rio Grande, em 1810.

Como se sabe, os primeiros habitantes da localidade foram os indígenas[105], em seguida juntamente com o processo de colonização da Capitânia de São Pedro, vieram portugueses e descendentes para a região do Cerro Pelado, os primeiros sesmeiros. Segundo Maria Luiza Bertuline Queiroz[106] o 3° Distrito do Cerro Pelado era onde estavam os maiores proprietários de terra, dentre estes estava Rafael Pinto Bandeira, que segundo a autora possuía 7 propriedades na região. Corcino Medeiros do Santos destaca que o governo português no intuito de tentar aumentar a circulação de capital e mercadoria, buscou formas de dinamizar a economia[107], e para isto o governo se utilizou de todos os empreendimentos, entre eles retirar a posse dos homens que sem título na região do Cerro Pelado a ocuparam.

Piratini assim como outras localidades tal qual Canguçu, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão faziam parte do que Jonas Vargas denomina como *cinturão escravista agropastoril das charqueadas*, uma região conforme o referido autor "[...] economicamente bastante integrada ao complexo porto-charqueada, que tinha em Rio Grande e Pelotas o seu centro mais dinâmico[108]. [...]" Segundo Jonas Vargas ao passo que "[...] Piratini, Jaguarão e Bagé reuniam muitas estâncias que abasteciam as charqueadas pelotenses com seus novilhos, Canguçu e a zona rural de Pelotas, na Serra dos Tapes, tiveram importante produção agrícola[109]. Logo, para Jonas Vargas, a ocupação das terras nesses espaços deu-se:

> Com a expulsão dos espanhóis da Fronteira do Rio Grande, em 1776, iniciou-se um processo de ocupação territorial que, partindo da vila de Rio Grande, estendeu-se lentamente e não de forma concomitante, até o rio Camaquã, ao norte, e o rio Jaguarão, ao sul. Esse processo manteve-se ao longo das

[105] Ver: KÜHN, 2004, p. 9 -25. Ver também: "O território do atual Estado do Rio Grande do Sul era povoado primitivamente por indígenas da grande família Tupi-Guarani, entre os quais se destacavam os tape, carijó, arachane e guaianá, que se localizavam ao norte e nordeste. Os guaicurus, com os guenoa, minuano e charrua, a oeste e sul [...]" (SANTOS, 1984, pg. 1).
[106] QUEIROZ, 1985, pg, 249.
[107] "O sistema proposto pelo diligente Vice-rei, além de possibilitar maior progresso da lavoura e dos rebanhos, permitia às autoridades um conhecimento perfeito e atualizado da verdadeira situação econômica do Rio Grande. De outro lado, permitia-lhes em caso de urgência resolver com segurança os problemas militares do Continente. Além disso, as sugestões referidas, no contexto da política de fomento ultramarino, tinham em vista promover o giro comercial com a circulação de dinheiro e mercadorias. Se não todas, pelo menos parte das sugestões do Vice-rei foram postas em prática no Rio Grande." (SANTOS, 1984, pg. 49-50).
[108] VARGAS, no prelo, pg. 5.
[109] VARGAS, no prelo, pg. 5.

> primeiras décadas do século XIX, incorporando uma paisagem agrária bastante diversa, que reunia desde terrenos arenosos na parte mais litorânea, matos e campos com árvores na serra dos Tapes até as vastas pastagens que se estendiam pela fronteira ainda imprecisa entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental. Favorecida por um rico sistema fluvial, a região conectava-se ao Atlântico, à capital da província e ao território Oriental, por intermédio dos arroios Pelotas, rios Piratini, Jaguarão e São Gonçalo, e as lagoas Mirim e dos Patos.[110]

Ou seja, havia o interesse por parte das autoridades coloniais de ocuparem essas localidades do ponto de vista de estratégia militar, pela posição fronteiriça com a Banda Oriental, mas também um interesse demográfico, no intuito de povoar a localidade assim como o interesse econômico para suprir as carências do recente mercado do charque. Nesse processo de ocupação da região no biênio de 1784-1786 foram feitas relações de todos os residentes que possuíam terras e os animais que criavam nas mesmas, assim como as medidas das sesmarias e aquelas que fossem posseiras de forma ilegítima seriam despejadas das terras. Segundo Corcino Medeiros dos Santos[111], há uma relação de pessoas que tiveram de desocupar as sesmarias e demais terrenos. Essa listagem, segundo o autor, data de 25 de junho de 1789.

Quadro 2 - Com os sesmeiros e suas propriedades no 3° Distrito de Rio Grande - Localidade do Cerro Pelado

Nome do Sesmeiro	Tamanho da Propriedade em léguas
Afonso Pereira Chaves	3 de comprimento e 1,5 de frente
João Pereira Chaves	3 de comprimento e 1,5 de largo
Herdeiros do falecido Salvador Bueno da Fonseca	3 de comprimento e 1,5 de largo, e mais ou menos um quarto
Miguel Arias	1,5 de comprimento 1 de largura, nas vertentes do Piratini menor
Tenente de Cavalaria auxiliar Sebastião Francisco da Cunha	3 de comprimento por meia de largura
Joaquim Bartolomeu Passos	2,5 de comprimento e 1 de largura
José Ferreira Bica	2 de comprimento
Ana Maria	2 de comprimento e 1 de largura
Joaquim Antônio de Oliveira - Furriel de cavalaria auxiliar	1 légua de comprimento e 1 de largura
José Vieira da Cunha (Martinho José da Costa)	1 de comprimento e 1 de largura
Manoel Martinez Guedes	1,5 de comprimento e 3 quartos de largura
José da Silveira	1,5 de comprimento e 1 de largura
Rosa Maria e seus filhos: Tomas Pimentel e João Pimentel	3 de comprimento e 2 de largura

[110] VARGAS, no prelo, pg. 3.
[111] SANTOS, 1984.

Manoel da Silveira	3 de comprimento e mais de 1,5 de largura
José Antônio Alves	3,5 de comprimento e 1/4 de largura
João Câmara Leal	3 léguas de comprimento e 1,5 de largura
Antônio Francisco de Camargo	2 de comprimento e 1,5 de largura
José Figueiredo - sargento de cavalaria ligeira	2 de comprimento e 1 de largura
Domingos do Couto Carneiro	não foi informado
Capitão Bernardo José Pereira sócio do espanhol João de Medina	5 de comprimento e 3 de largura

Tabela do autor: Fonte: SANTOS, Corcino Medeiros dos. Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII. Sito Paulo : Ed. Nacional ; (Brasília) : INL , Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, pg. 50-51-52.[112]

Não obtive maiores informações se de fato essas terras foram desocupadas, porém os dados de Corcino dos Santos indicam a presença de estancieiros na região muito antes da fundação da freguesia. Entre eles podemos perceber a presença de Martinho José da Costa, pai do tenente Ambrósio, que analisei acima. A presença da família na região desde os primeiros povoadores talvez ajude a explicar a sua grande escravaria (dos 6 escravizados[113] que tem menção a Martinho José da Costa nos registros de batismos, somente Josefa[114] se fazia presente no inventário do Tenente Ambrósio Carlos da Costa). Ainda sobre os primeiros povoadores posso recorrer à pesquisa de Jayme D'Ávila, que teve acesso aos primeiros registros do Cerro Pelado, em que o autor descreve as características destes posseiros, nas "áreas que estariam situadas entre o Cerro Pelado, Arroio das Pedras, Rio Piratini, Sangradouro da Mirim (atual canal do São Gonçalo)[115]". Assim como a tabela acima, dispus os dados levantados por Corcino Medeiros dos Santos dos proprietários e as informações de suas terras e neste caso o número de rebanhos.

Tabela 2 - Com os sesmeiros e suas propriedades no 3° Distrito de Rio Grande - Localidade do Cerro Pelado e demais posses (1785)

Nome do Sesmeiro	Tamanho da Propriedade em léguas	Reses	Bois	Cavalos	Éguas	Burros	Burras	Ovelhas

[112] Importante destacar que a fonte provável usada pelos autores Corcino Medeiros dos Santos e Jayme D'Ávila, que utilizei para elaboração das tabelas 3 e 4, foi a Relação de Moradores de 1784 (Serro Pelado), que está no AHRS e no ANRJ.

[113] Constam os escravizados batizados: Isidoro filho legítimo dos pais Ana, africana, angola e Francisco, crioulo. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1814, pg. 26 verso. A escravizada Maria era filha legítima dos crioulos Ana e Francisco. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 56 verso. Jose era filha natural da africana, da Costa, Ana. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1822, pg. 96.

[114] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1822, pg. 96.

[115] D'ÁVILA, 2007, pg. 68.

Coronel Rafael Pinto Bandeira[116]		6000	100	300	200	0	0	90
Sargento-Mor Manoel Marques de Souza	4	1400	16	20	60	0	0	0
Sargento-Mor Roberto Rodrigues	6	800	12	20	80	0	0	0
Porta Estandarte de Dragões Pedro Fagundes de Oliveira	0,75	600	40	30	300	0	0	0
Manoel Francisco Gomes em 1780	2	500	8	15	150	0	0	0
Joam José	4,5	200	0	6	200	0	0	0
José Rodrigues	2	0	0	0	0	0	0	0
Salvador Bueno de Fonseca	3	0	0	0	0	0	0	0
Antônio Teixeira Corisco em 1780	0,375	200	10	4	0	0	0	0
Antônio Pereira Chaves		230	12	10	0	0	0	0
Tenente Auxiliar Antônio Xavier de Azambuja	3	1200	20	40	110	3	0	70
Tenente de Cavalaria J. Joaquim em sociedade com Paulo Ruis	3	1300	8	40	200	4	0	0
Tenente Coronel Auxiliar de Praça da Colônia João de Azevedo de Souza	2	0	0	0	0	0	0	0
Viúva Euzébia Maria de Assumpção	1,5	0	0	0	0	0	0	
Capitão Auxiliar Antônio Ferreira da Silva	4,5	1000	20	30	100	6	20	200
João Pereira Chaves	4,5	1500	18	30	550	5	10	400
José Álvares Chaves		800	8	30	300	4	7	0
Manoel F. de Mendonça	2 léguas de quadra	1500	20	20	120	2	0	0

Tabela do autor: Fonte: D'ÁVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El- rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros.* Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2007, pg. 68-69.

Partindo das informações da tabela, no total as reses somavam 17.230 animais. Além desses, havia também 292 bois, 595 cavalos, 2370 éguas, 24 burros, 37 burras

[116] Segundo D´Ávila, Rafael Pinto Bandeira: "6 áreas e várias sesmarias." (D'ÁVILA, 2007, pg. 6).

e 760 ovelhas. O maior criador de reses deste grupo foi Rafael Pinto Bandeira[117] que possuía 6000 reses, seguido de João Pereira Chaves e Manoel F. de Mendonça cada um com 1500 reses. Esses números apontam uma região muito dependente da pecuária, no período, tanto a de gado bovino, quanto a pecuária de gado ovino. O número de ovelhas também se fez presente, principalmente no atual 3º Distrito de Piratini, local em que a ovinocultura é presente até hoje, muitas vezes para o consumo próprio ou para a venda da localidade[118]. A retirada das terras destes posseiros, e a entrada de açorianos na região sem a efetividade com a que se necessitava, segundo Corcino dos Santos, causava nas autoridades o medo de que estes se "entregassem" aos delitos como roubos e outras criminalidades.[119]

Até 1830[120], Piratini fazia parte do Munícipio de Rio Grande e era anteriormente conhecida como Cerro Pelado. A localidade até sua elevação a sua condição de freguesia, no ano de 1810, compreendia o que hoje conhecemos como os municípios de Candiota, Hulha Negra e uma parte de Bagé. E é sobre essa localidade (Bagé) que inicio o histórico da formação de Piratini como freguesia. Talvez o mais ufanista piratinense leia o texto e pense, "que a localidade desde o início foi aguerrida, de passar por cima do poder da Igreja para se elevar", mas, possível e certamente não

---

[117] Durante o período colonial, Rafael Pinto Bandeira se envolveu em crimes que geraram quatro algumas devassas envolvendo o homem que deveria inibir o negócio de mulas com a colônia hispânica ao sul, fez deste um negócio baseado no contrabando. Sobre isto ver: (GIL, 2007). Santos discorre também sobre os negócios de Rafael Pinto Bandeira que para o autor: "O pior de tudo é que os principais comandantes militares estavam quase sempre envolvidos não só nos negócios desonestos das terras como nos contrabandos. Era esse o caso do coronel Rafael Pinto Bandeira, comandante do continente do Rio Grande. Homem cujos feitos militares enobrecem o seu nome, profundo conhecedor da terra e da gente da região, pôde com muita coragem e bravura defender os interesses luso-brasileiros nas muitas refregas que teve com os espanhóis. Mas não podemos negar que se utilizou de seus conhecimentos não só para participar dos negócios escusos, que então se faziam para a obtenção de sesmarias, como também dos contrabandos de gado e de couros." (SANTOS, 1984, pg. 48- 49).

[118] Segundo Losekan: "[...] O rebanho presente nas unidades estudadas é baixo, tanto no que se refere ao tipo de animal como ao número de cabeças. Embora algumas famílias apresentem uma predominância de um ou outro tipo de rebanho, quase todas criam cerca de três a cinco porcos, em torno de seis ovelhas, e, em média, quatro a cinco bovinos (bois e vacas de leite para o consumo), além das galinhas que são criadas soltas e estão presentes em todas as unidades estudadas, sendo muito importantes no que se refere ao consumo da carne como a produção de ovos, que em alguns casos são vendidos na Venda, contribuindo para um aumento da renda ou troca por produtos." (LOSEKAN, 2011, pg. 92).

[119] "Daí procede outra desordem que custa a acreditar-se, de não haver terras devolutas para se acomodarem muitos indivíduos e principalmente os casais das Ilhas, que por isso andam dispersos e sem domicílio e quase por necessidade se entregam ao modo de vida do país, a roubos e a contrabandos e a outras muitas prevaricações, que podem facilitar aquelas larguíssimas campanhas." Relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. (Apud: SANTOS, 1984, pg. 50).

[120] Conforme o Decreto Imperial de 15 de dezembro do ano de 1830, Piratini se tornou Vila e sede de Município. (FORTES; WAGNER, 1963, 324). O nome da santa Nossa Senhora da Conceição (uma santa católica), tendo em vista o cunho religioso da colonização portuguesa no Brasil, e o nome indígena mostram que há mais do que açorianos na formação identitária da cidade.

foi essa a situação. Marcelo dos Santos Matheus, ao abordar a formação de Bagé, relata um pouco da história da formação de Piratini[121]. Segundo Marcelo Matheus havia uma distância considerável de Piratini a Matriz de Rio Grande, e os moradores reivindicavam uma Matriz na própria Freguesia:

> Desde o final da primeira década do século XIX, os moradores da localidade de 'Nossa Senhora da Conceição do Capão Grande do Piratini' (futuro município de Piratini), tentavam erguer uma capela e se desmembrar da jurisdição (eclesiástica) da Matriz de São Pedro do Rio Grande, distante cerca de quinze léguas, e, com isso, serem atendidos por um pároco que habitasse junto da comunidade. Entretanto, os moradores sofriam forte resistência do Reverendo Vigário Francisco Inácio da Silveira, responsável pela Matriz de Rio Grande[122].

O Vigário Francisco da Silveira não queria a criação de uma matriz em Piratini e esse ato gerou um desconforto entre os representantes da Igreja e a população da localidade[123]. Isto porque alegava Francisco da Silveira que a população da localidade de Piratini era muito pequena e com poucas pessoas residentes, alegava haver moradia para um capelão na região e que mesmo no inverno eram atendidos quando necessário. Um ponto importante sobre os moradores da localidade de Piratini na visão de Francisco da Silveira era de que ali viviam "3 Classes, que são os Militares, Jornaleiros e alguns Comerciantes"[124]. No tópico 1.4 irei explorar as atividades econômicas em Piratini e como a localidade se tornou uma Vila onde havia diversas classes sociais, destacando-se os criadores de gado.

As alegações do Vigário eram que aquelas pessoas não poderiam sustentar o pároco da então futura Matriz, como aponta Marcelo Matheus, o Vigário Francisco da Silveira, se preocupava com o sustento da Matriz que comandava:

> 'algumas Irmandades e duas Ordens Terceiras' e que "são os *Fazendeiros moradores de fora* [...] *a porção mais rica dos Paroquianos*', isto é, com o desmembramento a Matriz ficaria 'a mais pobre e miserável deste Continente' e 'minha subsistência será precária'. Francisco da Silveira não se preocupou, ou não percebeu, a clara contradição existente em sua argumentação –

[121] As referências descritas por Matheus se encontram no documento: AN. "MCO", Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – 'Pedido dos moradores de Piratini para erguer uma Capela'.
[122] MATHEUS, 2016, pg. 59.
[123] A defesa do Vigário, discorre Matheus (2016) era que: "desde que assumiu (em 1801) o 'Benefício', fez 'sempre nele residência pessoal, tendo demais junto a mim um Coadjutor para me ajudar nas funções Paroquiais de dentro e de fora da Vara', já que a 'Freguesia tinha uma grande extensão'. O dito pároco coadjutor, João de Bitencourt Cidade, 'nunca deixou o povo sem Missa nos Domingos e dias Santos [...] e passando Arroios em Pelotas com claro perigo de vida' para prestar o 'maior socorro espiritual dos nossos Paroquianos'. Acrescentava que passava metade dos 'direitos Paroquiais' para o dito coadjutor." (MATHEUS, 2016, pg. 60).
[124] MATHEUS, 2016, pg. 60.

> primeiro disse que a povoação não teria condições de sustentar uma capela com seu pároco. Depois, sustentou que caso ocorresse o desmembramento, a sua Matriz ficaria desamparada, pois eram os 'Fazendeiros moradores de fora' (dentre eles os habitantes da localidade de Piratini) os mais ricos[125].

Francisco possivelmente não queria o desmembramento de Piratini devido a perda de dinheiro a sua Diocese, o que possivelmente levaria que outras com um porte maior que Piratini exigissem o mesmo ato. A população de Piratini por sua vez também procurou defender seus interesses, e demandou ao Procurador da Coroa no Rio de Janeiro, em junho de 1810 que fosse instalada na localidade uma Matriz[126]. Como muito bem assinala Marcelo Matheus:

> Ou seja, além de requererem a construção da capela, os moradores se outorgavam no direito de decidir o futuro (espiritual) da povoação, mesmo que por cima da autoridade eclesiástica, em função de sua antiguidade na região, bem como dos serviços prestados a Sua Majestade. Da mesma forma, encomendavam o padre Joaquim Brum, o qual, possivelmente, já tinha certa inserção social na comunidade[127].

Podemos pensar que o padre Joaquim Brum estava inserido na comunidade, que o tornaria bem-quisto perante os moradores da localidade, fazendo com que ele

---

[125] MATHEUS, 2016, pg. 60.

[126] "Nós abaixo assinados moradores ao Sul do Arroio Grande e Freguesia da Matriz da Vila de Rio Grande, de que é Vigário Francisco Inácio da Silveira, com o mais submisso respeito imploramos a clemência de Vossa Alteza Real, que lance sobre nós Suas Paternais Vistas em conseqüência do que vamos expor a V.A.R. A maior parte de nós outros, *habitantes dispersos por esta Campanha, vinte, trinta e mais léguas distantes da Matriz*; e *a maior parte em campos conquistados na Guerra de 1801* [...], e tendo-se depois desta Conquista aumentado em número a povoação , ficando pertencendo aquela Matriz, por não haver outra; e desde então não tendo nós jamais a consolação de ver o nosso Pároco prestar-nos pessoalmente os sagrados deveres de seu ofício, ao menos pela Quaresma, contentando-se meramente de satisfazer este sagrado dever por algum Padre a quem dá metade dos direitos Paroquiais, sendo forçoso, para ele nos prestar as consolações espirituais, pagar-lhe uma côngrua de 200 mil réis, ou daquilo em que nós ajuntamos, estando ao mesmo tempo sujeitos a sofrer as alternativas de um capelão precário. [...] nem capela há, só sim um oratório na Fazenda de Manoel Jerônimo, e outros muitos mais privados de alguns Fazendeiros. [..] V.A.R. queira determinar-mos uma Matriz independente daquela, não só pelas razões e necessidades expostas, como também porque o mencionado Pároco nenhum direito tem de se opor, pois que a maior parte da *Conquista desta Campanha* foi feita depois de sua aprovação a mencionada Matriz; e sendo possível anuir aos nossos rogos assaz justos e pios, pedimos a V.A.R. a Graça de nos dar para Pároco da nova Igreja o Reverendo Joaquim Cardoso Brum [...]; para o que oferecemos ao Arbítrio de V.A.R. *lugar e limites*, não nos atrevendo a dar um plano que nos parece suspeitoso e talvez inútil a vista do conhecimento que V.A.R. tem deste país." AN. "MCO", Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas – 'Pedido' dos moradores de Piratini para erguer uma Capela', (apoud. MATHEUS, 2016, pg. 61).

[127] MATHEUS, 2016, pg. 60- 61.

se inserisse em diferentes redes de relações sociais[128]. E como descreve Carl Landé nas redes sociais:

> Incluem todos os indivíduos que se encontram em um determinado campo e que estão ao alcance direto ou indireto uns dos outros. Quer dizer, incluem todos os indivíduos que estão diretamente ligados a, pelo menos, um outro membro daquela rede. Dessa forma, as redes não são limitadas a indivíduos diretamente ligados ao membro focal de uma determinada estrela de primeira grandeza ou àquele que participam de uma ação coordenada específica. Pelo contrário, as redes incluem todos os indivíduos que não são totalmente isolados uns dos outros e servem como arena para todas as suas interações[129].

Brum talvez não fosse uma “estrela de primeira grandeza”, mas era alguém que pelo “poder espiritual” e até “temporal” (pensando em um conceito dos estudiosos medievalistas), conseguisse agradar as elites de Piratini e demais cidadãos mais pobres da comunidade a reivindicar o desmembramento da Diocese de Rio Grande, ou fosse o membro escolhido pelos mesmo para conduzir o processo, que pela proximidade da comunidade não recuaria caso a “batalha” se alongasse. Fato é que no mesmo ano de 1810 Piratini foi elevada a condição de Freguesia e teve a Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini criada pelas autoridades.[130]

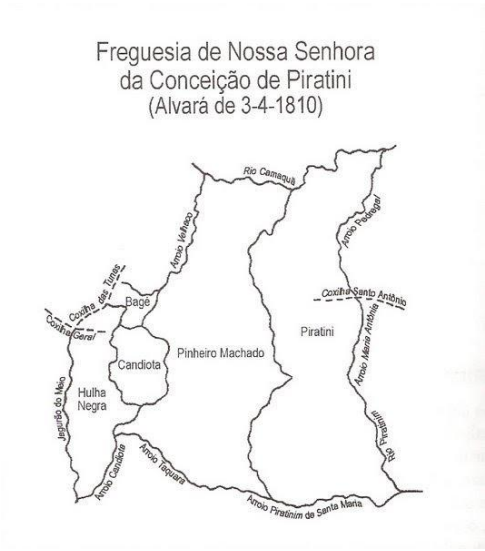
---

[128] Sobre redes sociais, Carl H. Landé afirma: “As redes sociais são a totalidade de relações diádicas ou de relações diádicas significantes que se encontram em um campo social. “(LANDÉ, 1977, p. 13-37).

[129] LANDÉ, 1977, pg. 28.

[130] Sobre a elevação de Piratini, descreve Matheus: “A resposta, concedendo a licença aos moradores para erguerem a capela, veio por meio do Monsenhor Pizarro, em outubro de 1810. Além desta concessão, Pizarro anuiu com a sugestão dos limites para a nova capela, como também concordou com a indicação do padre Joaquim C. Brum. Anexa a resposta, a ‘Mesa’ determinou ao Bispo que, ‘examinando ele com mais conhecimento de causa’ (em relação ao território da Matriz de Rio Grande), ‘propusesse a criação de mais Paróquias’.” (MATHEUS, 2016, pg. 61).

Figure 3 - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: D'ÁVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El- rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros.* Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2007, pg.64.

Figure 4 - Vila de Piratini – 1830

Mapa da Vila de Piratini em 1830. Fonte: D'ÁVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El- rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros.* Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2007, pg.64.

Ceres Storchi (2012) relata que devido a sua posição geográfica estratégica, Piratini esteve envolvida em conflitos como o Guerra da Cisplatina (1827), com cidadãos da localidade participando inclusive dos tratados de paz em 1829, e que as

forças imperiais ficaram instaladas na localidade por três meses. Contudo, o conflito que "condecorou" Piratini na *Muito Leal e Patriótica Cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratini* foi a Guerra Civil Farroupilha, pois foi a vila foi a primeira capital da República Rio-grandense:

> Em 1835 eclode a Revolução Farroupilha e os habitantes de Piratini são convocados para a guerra. Importantes acontecimentos se desenvolvem no município que foi o principal centro das operações. Com a proclamação da República Rio-Grandense (1836), a Câmara Municipal de Piratini adere ao novo regime e sob a presidência de Vicente Lucas de Oliveira declara a *Província Estado Livre, Constitucional e Independente*. Bento Gonçalves da Silva, que se encontrava preso no Forte do Mar em Salvador, foi eleito primeiro governador da República Rio-Grandense e Piratini escolhida para sediar sua capital. Em 1837 foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Muito Leal e Patriótica Cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratinim. Depois de fugir da prisão, com apoio da maçonaria, Bento Gonçalves chega a Piratini (1837) e é investido no cargo de governador. Em 1839, em função de estratégia militar, a capital da República Rio-Grandense foi transferida para Caçapava, posteriormente para Alegrete (1842). Em 1843, a capital é restituída a Piratini, quando da marcha de Canabarro para a fronteira.
> Em 1842 o Barão de Caxias assumiu a Presidência e o Comando das Armas da Província do Rio Grande. Após as primeiras refregas, com sua experiência e habilidade política, procurou desarmar os espíritos, conclamando os gaúchos ao entendimento e propondo um acordo de *paz honrosa*, em Ponche Verde, em 1845. Neste ano, por ato do Governo Imperial, a cidade de Piratini foi rebaixada à categoria de vila[131].

Comparado aos anos 1830, Piratini, segundo Storchi, seguiu crescendo, e entre as décadas de 1840 a 1880 foram construídos prédios como a primeira escola pública para meninas (1846), a Câmara e a Cadeia Pública (1855), um novo Cemitério Público (1863), a Ponte do Império (1870) e no ano de 1880 a localidade começa a receber atendimento da linha telegráfica. Portanto, alavancada pela criação de gado integrada ao complexo charqueador pelotense e a entrada de africanos cativos, Piratini pós-guerra Civil (1835-45), seguiu um processo de crescimento (dentro dos parâmetros locais e da época), tanto no campo econômico quanto o demográfico, como apresentarei mais adiante.

Considerado o principal memorialista do município, D'Avila busca reconstituir uma identidade açoriana presente naquela comunidade local. Inicialmente, o autor destaca em sua obra que de forma efetiva o povoamento do 3º Distrito de Rio Grande, que era a região do Cerro Pelado, começou em 1789, mas não deixa de mencionar

[131] STORCHI, 2012, pg. 30-31-32.

que, “desde tempos imemoriais, o solo do Rio Grande era habitado por povos indígenas”, e que o historiador Danilo Lazzaroto, em “História do Rio Grande do Sul” (1982), teria destacado que havia na região três grupos étnicos quando ocorreu o contato com os europeus[132].

D’Ávila ainda cita um autor de Piratini, o memorialista Davi Almeida e sua obra “História do Munícipio de Piratini”, que afirma que naquela região havia pontas de flechas que foram encontradas onde hoje é o Cerro do Sandim, além de palavras de origem indígenas para comprovar a presença dos primeiros nativos.[133] Compreendo que D’Ávila cita de forma muito superficial os indígenas, os africanos e os “castelhanos” que teriam estado na região, o que revela ao longo da obra uma forte tendência de se fortalecer uma identidade local, de cunho açoriana, para fortalecer um passado branco e açoriano que prevaleceu bastante sobre as demais etnias. Reforçar uma “memória coletiva” de um passado de uma vila que seria então descendente de europeus, como o autor destaca os 48 casais açorianos que teriam desbravado as paragens de Piratini constitui-se no eixo norteador de seus escritos.

Mas não só o já citado D’Ávila exalta a figura dos açorianos da “construção” de Piratini. Balduino Rambo[134], rio-grandense de Tupandi, jesuíta, também destaca a importância dos açorianos, principalmente na colonização do Rio Grande do Sul:

> Mas, em menos de duas gerações, operou-se, na mentalidade dos açorianos, uma mudança de atitude, que pareceria incrível, se não constituísse um fato fundamental da história rio-grandense. Como em toda parte da história da cultura humana, o primeiro impulso desta mudança veio do lado econômico. Vindos dum ambiente insular estreito e pobre, onde cada montanha lhes mostrava o oceano como limite intransponível para as suas empresas, viram-se de repente, colocados na vastidão sem limite do pampa, onde havia espaço suficiente para cada proprietário se transformar em criador: avidamente aceitaram o convite da natureza. Em menos de meio século o pequeno agricultor dos Açores se transformou em criador; seu filho, em barão feudal; seus netos, em gaúchos. Claro está que tal mudança de mentalidade não destruiu o patrimônio trazido da terra de origem; o que aconteceu, foi uma mudança completa de rumos culturais: foi o pampa aberto, antes de tudo

---

[132] D’ÁVILA, 2007, pg. 45.

[133] Em uma reportagem ao jornal Correio do Povo, em 24 de fevereiro de 2002, o jornalista Álvaro Guimarães, com o título: Projeto resgata dívida social com guaranis. Disponível em: https://povosindigenas.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=4091&fbclid=IwAR1y8hbCCCK1g9tVF8wlCj6Pq7iZl_4n1A6OgxY2ibLnRobiTAmIEjtf3Yk Um dos entrevistados era meu tio-avô em que Marcelino Nunes de Abreu na época com 83 anos, afirmava ser descendente dos índios da região do 3º Distrito de Piratini, e de fato ao ir na localidade percebe-se que algumas casas hoje abandonadas eram feitas de barro e com telhados de santa-fé, uma espécie de palha. Pelo lado de Marcelino, sua mãe era de origem indígena, assim como a vó do mesmo, o seu avô não sabemos nada, somente que abandonou a esposa e os filhos.

[134] Foi professor, escritor, jornalista, geografo e botânico.

> a faixa controvertida da fronteira com o Uruguai, que forjou este novo tipo humano, com suas luzes e suas sombras[135].

Principalmente no caso de Jayme D'Ávila o que se entende, partindo do conceito de memória descrito por Candau (2012), esta sempre é individual, mas:

> nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas os indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão. Por consequência em nível de grupos, apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida. É essa eventualidade que aparece subjacente na expressão 'memória coletiva'. Porém, é impossível admitir que essa expressão designe uma *faculdade*, pois a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual; assim um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso. De fato, em sua acepção corrente, a expressão 'memória coletiva' é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. Essa metamemória não tem o mesmo estatuto que a metamória aplicada à memória individual: nesse caso é um enunciado relativo a uma *denominação* - 'memória' - vinculada ao que designa - uma faculdade atestada - 'como a etiqueta em relação à garrafa', enquanto no que se ao coletivo é um enunciado relativo a uma *descrição* de um comportamento hipotético de lembranças. Podemos encontrar na imprensa ou na literatura de valorização do patrimônio inúmeros exemplos dessa 'memória coletiva' de uma aldeia, ou cidade, de uma região, de uma província etc. enunciados que geralmente acompanham a valorização de uma identidade local[136].

Ou seja, há uma necessidade de reafirmar uma identidade de que a população piratinense tem sua base e origem nos heroicos "bravos açorianos", retomando o pensamento de que "assim um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso[137]", um grupo de pessoas de uma elite que descende desse grupo de açorianos retoma uma "memória" de seus antepassados, fazendo, na minha opinião, que essa seja a memória de toda a sociedade. Sobre seus antepassados[138], tendo o ponto de vista escrito por Candau de que há uma memória genealógica e familiar, que é a busca da identidade por raízes familiares, ou seja:

---

135 RAMBO,1954, pg 25.
136 CANDAU, 2012, p. 24.
137 CANDAU, 2012, p. 24.
138 D'ÁVILA, 2007, pg. 192; pg. 197.

> O conjunto de lembranças que compartilham os membros de uma mesma família, [...], participa da identidade particular dessa família. Apesar das diversas tentativas de fixação dessa memória (registros, árvores genealógicas, brasões etc.), a busca identitária movimenta e reorganiza, regularmente, as linhagens mais bem asseguradas, jogando em permanência com a genealogia naturalizada ('relacionada com o sangue e o solo') e a genealogia simbolizada (constituída a partir de um relato fundador).
> A genealogia pode ser definida como uma 'busca obsessiva de identidade' e se apresenta com mais força quanto mais as pessoas experimentam o sentimento de se distanciarem de suas 'raízes'[139].

Soma-se a essa perspectiva memorialista local, reforçando o ponto de quem e de onde se reproduz essa "memória coletiva", o livro de Iracema Ferreira Dutra. Em "*História e Memória de Piratini – Em seus Bairros, Ruas, Praças e Avenidas"* também não há espaço para as demais etnias do município, mas sim, da exaltação dos nomes das pessoas que foram homenageadas nas ruas e espaços públicos, todos, da "alta sociedade" piratinense. Portanto, por que não trazer à baila os demais grupos sociais que construíram os primeiros povoadores de Piratini? Recorrer ao desconhecimento de sua presença na região não pode servir como resposta, pois o próprio D'Ávila descreve, trazendo registros de batismos, a presença de indígenas e africanos, estes escravizados e libertos, e de "castelhanos", sem contar os nascidos na região e migrantes locais, que não eram açorianos.

Sobre os africanos e afrodescendentes cabe dizer inicialmente que a maior parte da mão de obra encontrada em Piratini era formada por escravizados. Uma rápida olhada no Catálogo de inventários *post-mortem* organizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, onde há um número de 1248 inventários na Comarca de Piratini, os inventariados da vila reuniam 388 documentos. Neles percebi que boa parte dos cativos trabalhavam no campo, o que analisarei mais a seguir. Sobre os indígenas, o naturalista norte americano Herbert Smith, que esteve em Piratini no início da década de 1880, traz uma informação muito importante sobre esses povos. Relatava ele que:

> Umas cinco ou seis milhas a NO de Piratini ha um morro alto, conhecido tradicionalmente pelo nome de serra das Panelas. Suspeitando que se poderia encontrar louça antiga dos índios, armei uma excursão em companhia de muitos cavalheiros de Piratini. A serra, uma das mais altas d'aquelas redondezas, compõe-se de gneiss e granito, e serve de mãe a muitos arroios; aqui pela primeira vez n'esta jornada, vi mata verdadeira, bosques isolados margeando os arroios. Debalde procurei relíquias dos índios na terra aberta; mas ao entrar na mata, encontrei diversas covas entre as massas caídas de gneiss, em uma d'elas deparei diversos fragmentos de

[139] CANDAU, 2012, p. 137.

> vasos de barro. Cavando a terra, encontrei mais abaixo outros fragmentos, e reunindo-os consegui restaurar a vasilha quase inteiramente. Era da forma usada ordinariamente pelos índios para cozinharem, uma panela baixa, com as paredes bojantes, o fundo chato; o material era uma argila arenosa, grosseira, misturada com cinzas e não havia outro ornamento além de um bordo mais grosso, marcado a dedo. Havia ainda outros fragmentos de duas ou três vasilhas, algumas d'elas com linhas toscas traçadas com um pausinho na superfície. Pedaços de madeira carbonizada estava de envolta com a louça, e o tecto da cova mostrava-se tisnado, como si muito tempo estiver exposto ao fumo. Investigamos cuidadosamente as covas próximas, porém apenas encontrei dois ou três cacos de louça. Com material tão insignificante, seria precipitado inferir que os louceiros viviam certamente nas covas. Entretanto, o facto de se encontrarem muitos cacos parece favorecer esta suposição, e o teto enegrecido indicava que estivera exposto a mais de um fogo. O lugar era seco, abrigado pela mata e próximo á agua corrente, e podia ser muito bem ter sido usado como habitação por alguma família de índios, trogloditas por acidente, senão por costume[140]

Este interessante relato de Smith mostra o curioso olhar do viajante estadunidense pela cultura dos nativos da região e seus costumes, não só isso como também a busca de vestígios que justificassem que aqueles povos originários por ali estiveram. Cabe ressaltar que, para além do termo "troglodyta", carregado de um preconceito eurocêntrico característico desses relatos, o autor talvez estivesse aos povos indígenas que ali viviam e que possivelmente tiveram suas terras tomadas por europeus que migraram para a região.

Marilse Beatriz Losekann (2011), geografa em sua dissertação de mestrado analisou a vida dos camponeses e a reprodução social de famílias de agricultores a partir de um levantamento sobre a formação do 3º Distrito demonstrando que atualmente existe uma grande presença de descendentes de indígenas naquela região. Durante sua pesquisa, a autora constatou a partir de várias entrevistas, que entre os piratinenses também existem pessoas que destacam:

> serem descendentes de ex-escravos, ou escravos fugitivos, também alguns entrevistados, sendo estes a maioria, disseram ser descendentes de índios, como ainda são reconhecidos. Destacam-se também alguns camponeses mais idosos que dizem ser descendentes de uruguaios por parte de pai ou avô, além da origem açoriana[141].

Partindo então da análise dos registros de batismos, inventários e de processos-criminais, pode-se perceber que Piratini no século XIX não era uma Vila tão açoriana, quanto os memorialistas locais procuram exaltar e demonstrar. Devemos

[140] SMITH, 2013, pg. 198-199.
[141] LOSEKANN, 2011, p.30.

compreender também que Jayme D'Ávila busca reforçar a sua identidade e de seu grupo, através de acepções produzidas por representações que dão sentido a sua experiência[142], pois Jayme cita quem são os seus ascendentes.

1.2 – Piratini e a memória da capital Farroupilha

A preocupação de algumas pessoas da elite local com a história e a memória da cidade já era algo notável no próprio século XIX. Nesse sentido, falando de Piratini, Smith assinala uma crítica importante que vai ao encontro do escrito até aqui, que pode mostrar também uma posição de que os vencedores da Revolução Farroupilha (1835-1845) queriam que se esquecesse o "passado republicano". Segundo Smith:

> [...] e no meio do povoado vêm-se as torres meio arruinadas da igreja antiga. Essa igreja e os outros edifícios do lugar são de grande interesse histórico, pois Piratini durante muitos anos foi a capital dos revolucionários rio-grandenses, a sede de sua legislatura republicana, e nominalmente pelo menos, de seu presidente. Histórica e politicamente a revolução está morta, mas vive ainda na memória (grifo meu) do povo. É curioso notar o tom de orgulho e desafio com que alguns velhos falam de cousas que sucederam 'no tempo da República' ou 'na independência'. A revolução pode ter sido insensata; mas o simples nome da liberdade exerce atração admirável sobre esta gente, e as surpresas e retiradas rápidas, as longas cavalgadas pelas coxilhas, e as escaramuçasinhas ruidosas satisfaziam, mais do que tudo, o seu amor selvático de aventuras. Em toda a zona da serra, nunca encontrei uma pessoa que não se orgulhasse da republica rio-grandense, morta como está[143]

Segundo Candau, os vencedores de algum tipo de conflito buscavam uma tentativa de manipular a memória e forjar novas identidades[144]; e o primeiro ponto mostra o ufanismo, ou a identidade e memória coletiva que os piratinenses imaginaram a sua vila e futura cidade. Primeiramente vejamos a mostra de ufanismo, uma memória também reiteradamente utilizada para reforçar o "espírito libertário" e "republicano" da sociedade piratinense, que, até hoje, em todo o 20 de Setembro ganha força por retomar o "orgulho" de ser a primeira capital farroupilha. Nesse caso, compreendo que a construção da identidade piratinense fortalece-se a partir de eventos que marcaram a sua sociedade e as distinguem das demais, ou seja, como

---

142 SILVA; HALL, 2009.
143 SMITH, 2013, pg. 196-7.
144 CANDAU, 2012, p. 165.

destaca Candau, a memória é relevante na formação da identidade[145], no caso aqui relatado uma sociedade de origem açoriana e republicana, centro de uma jornada heróica e farroupilha. Pois, pouco mais de 30 anos após o fim da "republica rio-grandense, morta como está[146]", havia ainda o sentimento de um singular heroísmo – algo que a historiografia acadêmica sobre a Revolta Farroupilha não confirma.

Ainda cabe dizer que o relato de Smith contraria o que Storchi afirmou, ou seja, de que acabada a guerra, durante 30 anos a "Revolução" fora esquecida[147] ou proibida de ser mencionada. Se a Revolução foi silenciada em documentos oficiais durante o período mencionado, sendo recuperada apenas na década de 1870, Smith nos evidencia que ela era lembrada e celebrada as pessoas da localidade, inclusive, o próprio naturalista criticava a obsessão dos investigadores da época apenas por fontes escritas:

> Visitei a secretaria da câmara municipal, mas não creio que se encontrem ali muitos papeis de interesse histórico; muitos foram destruídos depois da rebelião, e outros têm sido tirados. Sem dúvida, muitos factos importantes relativos à república poderiam ser respigados de papeis particulares e das lembranças dos velhos. Infelizmente, os historiadores brasileiros julgam que o interesse real da história se concentra no domínio dos documentos, que apenas crônicam os acontecimentos do modo mais seco, e esquecem que a verdadeira vida do povo só com o povo pode aprender[148].

É possível que os adversários dos farroupilhas tenham tentado apagar a importância da guerra na região. No entanto, essa tentativa dos grupos políticos ligados aos legalistas imperiais de manipular o passado farroupilha não seria duradouro, tendo em vista seu revigoramento a partir da propaganda republicana, da crise da monarquia e do surgimento da República no Brasil. A tomada do poder político no Rio Grande do Sul pelos republicanos do Partido Republicano sob a liderança de Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges de Medeiros, proporcionou

---

[145] CANDAU, 2012.
[146] SMITH, 2013, pg. 197.
[147] "A revolução é esquecida (ou pelo menos não comentada), por um período de aproximadamente 30 anos. [...] Posteriormente a cidade foi palco de outras lutas políticas e civis: a Federalista (1893), conflito entre pica-paus (Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos) e maragatos (revolucionários federalistas liderados por Gaspar de Silveira Martins, defendiam um sistema parlamentar de governo – identificados pelo uso do lenço vermelho); a Revolução de 1923, o descontentamento da oposição com o governo republicano de Borges de Medeiros, no poder havia 25 anos; e o combate da Estância da Olaria (1932) entre seguidores de Borges de Medeiros e Batista Luzardo." (STORCHI, 2012, pg. 32-33.)
[148] SMITH, 2013, pg. 198-199.

uma retomada da história do passado Farroupilha e há na cidade de Piratini inclusive um museu sobre a Revolta. No entanto, de acordo com Luiz A. Grijó, a memória da Guerra também era compartilhada pelos Liberais chefiados por Gaspar Silveira Martins, que se proclamavam herdeiros do movimento de 1835. Com relação ao poder do Partido Liberal na província, Smith, durante sua passagem em Piratini, trouxe um relato importante:

> São partidários exaltados, mas antes adeptos de um chefe político do que um partido, e isto deu-lhes um outro artigo de orgulho – Silveira Martins. No Rio de Janeiro a gente se ri quando chamam a este homem o rei do Rio Grande do Sul; mas na província emprega-se muitas vezes a palavra em outro sentido. Na verdade é muito raro que um político tenha tanta influência sobre os indivíduos de um povo quanto Silveira Martins sobre a gente do campo de sua província: olham-no com reverência tal qual equivale quase a heroworship, a adoração dos heróis proclamada por Carlyle. Um velho gaúcho disse-me um dia, confidencialmente, que era homem de mais peso que os seus vizinhos; era pobre, sim, e não muito corrido em livros, mas, - e aqui fez uma pausa para dar tempo de preparar-me para ouvir o fato estrondoso que ia narrar, - Silveira Martins[149] falará uma vez com ele[150]

Esse envolvimento e exaltação a Silveira Martins devia ser algo comum não apenas entre o eleitorado, como também entre as grandes lideranças políticas regionais, algo que, guardadas as proporções, é uma característica popular ainda existente Brasil mais rural. Possivelmente Silveira Martins exercesse uma liderança política naquela sociedade, semelhante à de um típico coronel da Primeira República. A descrição de Smith sobre o "gaúcho" que lhe confidenciou sobre o encontro com Silveira Martins segue da seguinte maneira:

> Nem um momento suponho que o ilustre senhor ganhou esta influência por meios que não fossem os mais dignos, resultou parte de seus méritos reais, e mais ainda do caráter do povo. Porém digo que esta influência impõe-lhe grande responsabilidade, porque pode usá-la para o bem ou para o mal. Está claro que esta influencia se limita a gente do seu partido; os outros são seus inimigos na mesma proporção. Mas agora acham-se em grande minoria, principalmente nos distritos que ainda proclamam a glória de dez anos de republicanismo[151].

A liderança política e eleitoral nessa região geralmente estava a cargo de grandes proprietários de terras. Famílias, como a do estancieiro Manoel Lucas de

---

[149] Gaspar Silveira Martins foi importante político do Rio Grande do Sul, ligado ao Partido Federalista durante a República.
[150] SMITH, 2013, pg. 197.
[151] SMITH, 2013, p. 198.

Oliveira, tiveram importante papel na Guerra e seus descendentes deviam reforçar a construção dessa memória farroupilha na localidade. Nesse sentido, pelas falas de Smith, existiam muitos outros que “proclamavam” a “glória” da Revolta de 1835, alguns em outros distritos de Piratini, que ajudaram a sedimentar uma memória heróica sobre o evento. Sobre esta “memória coletiva” construída da Revolução Farroupilha posso pensar que essa recordação é a força da elite latifundiária em justificar (e legitimar) a sua posição dominante na região:

> Até a década de trinta, do século XX, uma base econômica o justifica, pois o capital rio-grandense era eminentemente pastoril. Nos longos anos de seu reinado, fortaleceu-se uma cultura 'popular' - produzida hegemonicamente pela elite - voltada para o seu espaço geográfico e social. É evidente que a sua ideologia constituía-se fundamentalmente latifundiária. As ideias dos estancieiros eram as ideias dominantes. A concepção de mundo da oligarquia rural imperava. A sociedade - a nível da arte, da história, etc - passava por sua ótica. Os intelectuais e artistas criavam suas visões sociais - cada qual em seu campo - levando em conta o palco rural, ou seja, o universo latifundiário[152].

A Revolta Farroupilha foi um movimento que recebeu grande apoio dos estancieiros da campanha[153]. Com o tempo, essa construção de um passado heróico e de um tipo diferente (o “gaúcho”) também foi reforçado por escritores rio-grandenses do final do século XIX, como Assis Brasil, Alcides Lima e Alfredo Varela.[154] Essa construção de um “tipo” gaúcho defensor da liberdade e do federalismo, contrário ao centralismo do governo imperial, também via na Farroupilha o seu feito mais épico. No entanto, essa perspectiva, se ainda é enaltecida todos os anos pela sociedade piratinense, vem sendo debatida e desconstruída há muito tempo pela historiografia

---

[152] GOLIN, 1983, p. 11.

[153] Sobre isto ver: “No que se refere à sua base social, é difícil associar estritamente a rebelião com algum grupo específico. Não há dúvida de que ela teve grande adesão entre os estancieiros da Campanha, estando ligada ao descontentamento desse grupo com a política fiscal do Império. Ao mesmo tempo, como lembrou Spencer Leitman, os comerciantes e charqueadores do litoral estiveram divididos. Todavia, aqui, não se pode ceder ao esquematismo excessivo. Entre os próprios líderes da revolta, existia uma grande heterogeneidade de perfis sociais, políticos e mesmo de motivações para a adesão. No que se refere aos grupos sociais, havia estancieiros da região de fronteira, sim, mas havia também militares de primeira linha, que eram de fora da província. Junto com eles, estavam charqueadores, magistrados, padres e aventureiros revolucionários italianos. O grosso dos combatentes era formado pelos subalternos: pequenos e medianos produtores, peões, escravos. Ainda carecemos de uma pesquisa que enfoque com a devida especificidade a participação desses sujeitos na revolução: suas formas de recrutamento, as coações sofridas, suas motivações para adesões voluntárias. Por outro lado, os estancieiros da Campanha também tiveram destaque nas forças legalistas, como foi o caso de João da Silva Tavares, estancieiro na região de Bagé, Francisco Pedro de Abreu, que tinha terras em Uruguaiana, e o próprio Bento Manuel Ribeiro, de Alegrete.” (FARINATTI, 2007, pg. 74).

[154] ROSA, 2014, pg. 29 – 83.

acadêmica. E no caso de Piratini, um outro episódio que não deveria ser esquecido, ainda merece pouca atenção: a Traição de Porongos.

Com a necessidade de incorporar soldados as suas fileiras os rebeldes farroupilhas buscaram nos escravizados, sobretudo os pertencentes aos adversários legalistas, homens para aumentar seu efetivo e é nesse cenário que surgem as figuras dos Lanceiros Negros. Em primeiro lugar é necessário destacar quem eram os Lanceiros Negros. Foram ex-escravizados libertos pelo governo Farroupilha com o intuito de constituírem numericamente suas forças militares, instituída segundo Raul Carrion, em 12 de setembro de 1836. Contudo, essa estratégia de incorporarem escravizados em suas tropas não era algo novo no sul da América. Segundo Spencer Leitman, o Brasil utilizou escravizados como soldados em seu processo de emancipação "[...] A capital, aberta ao reabastecimento navegável, manteve-se firme. Tanto o ministro como o general consideravam os escravos razoáveis e necessários para garantir a vitória, da mesma forma que as forças da Independência do Brasil em 1822 aceitaram recrutas de escravos[155]. […]" Spencer Leitman aponta ainda que no processo de emancipação e lutas políticas no Estado Oriental houve a utilização da mão de obra escravizada, a partir daí liberta, como soldados. E que esta seria um ponto de diferenciação aos vizinhos gaúchos, enquanto os orientais (uruguaios) rumavam ao processo de abolição da escravidão, no Rio Grande do Sul ampliando a nível imperial (Brasil), havia uma dependência econômica da mão de obra escrava, onde naquele momento não havia perspectiva de abolição da escravatura.

Apoiando-se em obras de historiadores, Juremir Machado da Silva os estancieiros farroupilhas lutavam pela redução dos impostos durante aqueles dez anos de conflito (1835-1845), dando segundo o autor "sangue, suor, vidas, filhos e até negros por essa utopia[156]". Juremir afirma que a vida dos negros inseridos nas tropas farrapas, era de escravizados alheios, não os dos estancieiros rebeldes segundo o autor:

> [...] capturados às tropas adversárias, aos quais prometiam a liberdade desde que aceitassem viver e morrer lutando pelos seus libertadores contra o exército dos seus antigos e detestáveis amos. Era um excelente negócio para os escravos. Não tendo escolha, eles sempre faziam a escolha certa na

[155] (LEITMAN, 2021, pg. 572). Versão traduzida de: "[...] The capital, open to navigable resupply, stood fast. Both the minister and general considered slaves reasonable and necessary to secure victory, in much the same way as Brazilian Independence forces in 1822 had accepted slave recruits. […]" (LEITMAN, 2021, pg. 572).
[156] SILVA, 2010, pg. 38.

> esperança de que ao final da guerra o contrato chegasse também ao seu termo. Faziam um investimento de alto risco e sem prazo fixo para saque. Apostavam livremente no futuro. Não podiam perder visto que tudo já haviam perdido[157].

Houve pragmatismo dos farroupilhas, segundo Juremir Silva, para aumentarem seus efetivos pois:

> As instruções de 4 de outubro de 1837 determinavam que o juiz de paz e o chefe de polícia de cada munícipio deveriam recrutar homens entre dezoito e 35 anos para as tropas rebeldes. Em primeiro lugar, seriam incorporados os vadios, os desertores do serviço militar e os brigões[158]. [...].

Segundo Leitman a forma de recrutamento de escravizados foi feita com cautela, e "[…] seguiram-se infusões não programadas, mas moderadas, de apreensões de farrapo, e muitas vezes surgiam disputas sobre a melhor maneira de usá-las, seja no exército, no estado ou em tarefas de trabalho privadas.[159]" Como os conflitos eram intensos muitos escravizados fugiam de seus escravistas, e como não havia possibilidade de ter o apoio dos estancieiros para usarem seus cativos como soldados voluntários, os farroupilhas buscaram cooptar ou melhor, confiscando-os de seus inimigos legalistas prometendo aos cativos liberdade ao fim da guerra, usando assim a coerção como forma de aumentar suas fileiras de batalhas.[160]

O plano do governo da República Farroupilha com sede em Piratini, conforme Spencer Leitman era:

> convocar um total de quatro brigadas, três das quais estavam fortemente voltadas para o corpo de cavalaria da Guarda Nacional. À frente de cada brigada estavam coronéis regionais proeminentes. A designada 3ª brigada destacou-se das demais, a única segregada. A seleção para as fileiras foi geralmente grosseira[161]

---

[157] SILVA, 2010, pg. 38.
[158] SILVA, 2010, pg. 39.
[159] "[…] unscheduled yet tempered infusions from farrapo seizures would follow, and disputes often arose on the best way to use them, whether in the army, the state, or in private work assignments (LEITMAN, 2021, pg. 572).
[160] Sobre isto Leitman discorre: "The war's many and varied dislocations allowed slaves to slip their master's grip, and since estanceiros could not be counted on to voluntarily enlist their own slaves, confiscation was always the primary driver to fill liberto positions, and coercion was the method. However, overall notions and practices on confiscation in the early years of the war were somewhat measured, subject to the prestige and latent power of targeted loyalist estanceiros, whom everyone knew would one day return home to their properties." (LEITMAN, 2021, pg. 572).
[161] Traduzido de: "called for a total of four brigades, three of which were heavily weighted toward the cavalry corps of the National Guard. Heading each brigade were prominent regional colonels. The designated 3rd brigade stood out from the others, the only segregated one. Selection into the ranks was generally crude." (LEITMAN, 2021, pg. 572).

Para a sociedade brasileira do primeiro quartel do século XIX seria um problema haver soldados libertos, para fins de agitação nas escravarias[162]. Segundo Spencer Leitman a classe dominante do Brasil era devedora da escravidão, pelo seu processo de enriquecimento através deste modelo de exploração, que segundo o autor "Embora Caxias recebesse instruções secretas e estritas do Rio sobre os termos e condições para a pacificação, ele tinha voz quase irrestrita sobre os métodos, e até mesmo os dobrava para se adequarem à situação e às necessidades, não apenas do inimigo, mas de seus comandantes leais.[163]"

Leitman discorre ainda que os libertos (que acredito fossem aqueles ex-escravizados recrutados) eram 1/3 do exército farroupilha da e que mantê-los ao final do conflito como soldados não era um plano da classe dominante escravista:

> Em toda a farroupilha, os libertos representavam cerca de um terço das forças rebeldes elásticas e, em percentagem, refletiam a população escrava da província antes da guerra, de aproximadamente um terço, permanecendo assim até Porongos. No entanto, por mais importantes que fossem para o sucesso do farrapo, como combatentes durante todo o ano, eram tratados de forma desigual em todos os sentidos, e armá-los com o melhor armamento disponível nunca esteve nos planos. Normas e medos associados à escravidão, a preocupação que os estanceiros tinham em abrir mão de qualquer medida de controle aos excessos sociais do artiguismo e um exército voltado para os escravos tornaram os rebeldes incapazes de alterar radicalmente seu passado de milícia[164]

Ou seja, os libertos lanceiros seriam um problema social para o Império brasileiro, representavam uma situação calamitosa na visão das elites escravocratas, na qual, segundo Leitman, Davi Canabarro e o Barão de Caxias faziam parte do processo. A execução de Porongos, conforme Spencer Leitman (2021) foi uma atitude pensada, pela necessidade de como seria a aceitação daqueles homens em uma sociedade escravista, e principalmente de libertos armados e experimentados em

---

[162] Sobre este tema ver: LEITMAN, 2021, pg. 560 – 563.

[163] "Though Caxias received strict secret instructions from Rio for the terms and conditions for pacification, he had almost unfettered say on the methods, and would even bend them to fit the situation and needs, not just of the enemy, but of his loyalist commanders" (LEITMAN, 2021, pg. 575).

[164] "Throughout the *farroupilha,* the *libertos* were roughly a third of the elastic rebel forces, and, as a percentage, mirrored the province's pre-war slave population of approximately a third, remaining so until Porongos. Yet, as important as they were in *farrapo* success, as year-round fighters they were treated unequally in every way, and arming them with the best weaponry available was never in the cards. Norms and fears associated with slavery, the worry that *estanceiros* held in relinquishing any measure of control to the social excesses of *artiguismo,* and an army weighted toward slaves made the rebels unable to radically alter their militia past." (LEITMAN, 2021, pg. 572-573).

guerra. Havia também uma necessidade de se distanciarem dos movimentos de libertação de escravizados no Haiti e no Uruguai.

O final, ou o triste final da história dos Lanceiros Negros, ainda é carregada de polêmicas. Muito tem se discutido sobre o tema em programas de TV[165], trabalhos acadêmicos, como o de Daniela Carvalho[166], por exemplo, ou em jornais (que opinam e/ou trazem matérias com especialistas e "tradicionalistas" sobre o tema[167]), se o então General David Canabarro teria traído os lanceiros, se na época o Barão de Caxias teria solicitado o extermínio daqueles homens, entre outros aspectos[168]. Posiciono-me aqui entendendo que Porongos foi sim um massacre, que houve uma articulação entre alguns membros do governo Farroupilha com o governo Imperial para que muitos daqueles homens que entregaram sua vida por uma causa fossem em boa parte exterminados pelos imperiais com Canabarro "dando de ombros" para a situação. O "evento" que ocorreu em Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), que a época ainda pertencia ao município de Piratini[169]. No local denominado como Cerro dos Porongos[170], transcorreu na madrugada do 14 de novembro de 1844[171], onde um destacamento imperial atacou de forma sórdida o destacamento dos Lanceiros Negros, onde os homens que se juntaram a causa Farroupilha, em busca de uma liberdade, que só ocorreu de forma espiritual para alguns, talvez como tratem algumas religiões africanas a ida para Aruanda. Para a sociedade branca do Brasil Imperial homens negros, experimentados em guerra e com sonhos de república em suas cabeças, seriam um "perigo" para o Império. E aqueles que sobreviveram quais os destinos tiveram?

---

[165] Nação TVE – RS – Massacre de Porongos – 07/10/2015 – Acessado em: 21/01/2022 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-EaXk-5lCpE

[166] Sobre a experiência escravizada na vida militar ver: CARVALHO, 2013.

[167] Como destaca Carvalho que "o componente ideológico que o assunto comportava também pode ter servido como barreira à ausência de trabalhos renovados, uma vez que 'mexer' em tal questão implicava diretamente em 'tocar' em construções identitárias, mitos e heróis solidamente construídos) (CARVALHO, 2013, pg.22).

[168] Ver: OLIVEIRA; CARVALHO, 2010, v., p. 63-82. Ver também: CARRION, 2005.

[169] Disponível em: http://www.pinheiromachado.rs.gov.br/historico/ Acessado em: 10/01/2024.

[170] No dia 07 de julho de 2012 tive a oportunidade de ir até o local onde foram traídos os Lanceiros Negros em Pinheiro Machado, a visita fazia parte do cronograma da disciplina de Seminário de História do Rio Grande do Sul que focava na Revolução Farroupilha, a disciplina era ministrada pelo Professor Doutor José Plínio Fachel. O local onde foram alocados os soldados lanceiros dificultava uma fuga pois foram atacados a noite contra armas de fogo e armas brancas, próximo havia um arroio, e o local ficava na parte mais baixa do terreno.

[171] "Nesta batalha, um grupo de escravos/soldados foi desarmado previamente e brutalmente dizimado em um combate forjado entre forças imperiais e farroupilhas com o fim de facilitar os rumos e acordos daquela guerra." (CARVALHO, 2013, pg.21).

Segundo Daniela Vallandro de Carvalho[172], em entrevista dada ao Instituto de Humana Unisinos a João Vitor Santos e Wagner Fernandes de Azevedo, Domingos de Almeida, que foi durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), importante figura na formação da "República Rio Grandense", teria sido o primeiro a levantar a questão sobre uma traição de Canabarro. A historiadora tem o relevante trabalho sobre o "destino" dos sobreviventes do massacre de Porongos, pois faz segundo ela em sua tese de doutoramento:

> Amparada por nomes que ia encontrando na documentação, entendi que a busca nominal era a alternativa que podia oferecer não só uma pesquisa mais frutífera em termos de trajetórias e presenças escravas na guerra como também era a forma pelo qual eu poderia me afastar dos lugares-comuns que aquela temática havia adquirido no âmbito da historiografia que até então havia dado conta do assunto. Da mesma forma que me parecia ser o caminho para ter algo novo a oferecer enquanto uma tese de doutorado. O conhecimento da historiografia específica sobre a Guerra Civil Farroupilha, ainda que amplamente tradicional somado a alguns trabalhos acadêmicos já clássicos sobre os escravos naquele contexto apontavam alguns rumos para a busca destes escravos em arquivos. Aqui se faz necessário uma explicação: o massacre de Porongos se referia de forma específica a um grupo de escravos que teriam sido soldados àqueles anos: os lanceiros negros – divididos em Primeiro e Segundo Corpo de Lanceiros Negros à Cavalo -, recrutados pelos rebeldes Farroupilhas em troca de liberdade ao final do conflito. Foi sobre estes escravos que giraram a maioria das interpretações quando se falava em presença escrava naquela guerra[173].

Para Daniela Carvalho a presença escrava não se dava só no destacamento dos Lanceiros, pois eles estavam presentes em outros batalhões do exército farroupilha como a cavalaria e a infantaria[174]. Segundo Carrion, os Lanceiros Negros, eram na "[...] sua grande maioria, foram recrutados entre os negros campeiros e domadores das Serras dos Tapes e do Herval (Canguçu, Piratini, Caçapava, Encruzilhada, Arroio Grande), na Zonal Sul do Estado[175]. [...]" Sobre a localização

---

[172] Ver: https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/614468-entrevista-especial-com-daniela-vallandro-de-carvalho

[173] CARVALHO, 2013, pg. 22-23.

[174] Segundo Daniela Vallandro de Carvalho estes escravizados: "[...] estiveram nos exércitos formais, como soldados legalistas ou farroupilhas e nos bandos das elites sulinas; muitos atuando nos dois lados da guerra. Se inicialmente os indícios historiográficos apontavam o rumo de muitos soldados lanceiros como a Corte Imperial e a decorrente incorporação dos mesmos aos exércitos comandados por Caxias (comandante legalista e responsável pelos acordos que puseram fim à guerra), como parte dos acordos de cessar fogo, a presença de escravos em outras tantas funções assim como também nas tropas legalistas complexificou a participação escrava na guerra e os caminhos se abriram à investigação na mesma medida em que se ampliaram os nomes e os percursos tomados." (CARVALHO, 2013, pg. 23.)

[175] CARRION, 2005, pg. 8.

destes escravizados, Daniela Carvalho discorda da regionalização descrita por Raul Carrion. Segundo a autora, Carrion:

> [...] engloba todas estas localidades à região sul da província, mas na verdade apenas Canguçu e Arroio Grande podem ser consideradas integrantes da região. Os outros três municípios ficam a sudeste da Província. Assim, a região de recrutamento a que se refere, teria uma amplitude maior em relação à região sudeste, descendo rumo ao sul da Província.[176]

Como foi mencionado, há no Rio Grande do Sul uma exaltação em torno dos "grandes vultos" da história regional, assim como a pouca valorização e importância tanto dos homens e mulheres negros e indígenas na construção histórica da região. Nesse sentido, afirmar que esses "grandes homens" entregaram os seus soldados é posto como algo impensável por alguns setores mais tradicionalistas. Um destes é o Cel. Cláudio Moreira Bento, importante memorialista da cidade de Canguçu, que escreveu *o ataque de porongos e os 170 anos de uma farsa intermitente.* Nesse texto, o autor defende que não houve traição e que essa "acusação" seria uma mácula a imagem de pessoas como Davi Canabarro. Assim como ele, muitas pessoas das próprias cidades em que os lanceiros foram recrutados também não aceitam a ideia de que um general farroupilha pudesse trair os seus soldados negros. Contudo, muitos pesquisadores defendem a versão da Traição. O antropólogo Cristian Salaini, em sua dissertação de mestrado, analisa o processo de construção de um memorial para os Lanceiros Negros no Cerro dos Porongos e como esse monumento impactaria no processo do entendimento do ser negro no Rio Grande do Sul:

> A preocupação principal deste trabalho centra-se em processos de emergência identitárias, principalmente na configuração que tomam no sul do Brasil – Rio Grandedo Sul. Este Estado brasileiro é reconhecido por suas práticas sociais relacionadas às modalidades existentes no domínio do **Tradicionalismo e do Gauchismo** (grifo do autor). [...] Mesmo que reconhecidas as diferençase/ou divergências internas desta prática a nível local, que acaba por evocar atributos que informam diferenciais tanto em relação a outros grupos sociais do Estado, como também proporciona uma unidade distintiva em relação ao resto do país. Dentre as diversas formas de celebrar o 'ser gaúcho' e o 'ser negro', encontramos, recentemente, aquela que ecoa do fato histórico e político conhecido como **Revolução Farroupilha (grifo do autor)** (1835-1845)[177]

Em entrevista já citada, Carvalho destaca que:

---

[176] CARVALHO, 2013, pg. 42-43.
[177] SALAINI, 2006, pg. 12-13.

> Dar-lhes a liberdade era algo não cogitado pelas **elites**. Isso porque se temia que um grande contingente de **negros livres** pudesse não só pôr em risco a estrutura social na qual estava assentada a sociedade escravocrata como também possibilitar que estes homens com larga experiência militar e politizados pudessem incitar outros escravos a lutar pela liberdade.
> Por outro lado, não lhes dar a liberdade também poderia levar os escravos a incitar **insurreições**, bem como promover fugas em massa para o **Uruguai**, onde a escravidão havia sido recentemente abolida. Relatos de pessoas que estiveram presentes na batalha informam ainda que o general farroupilha teria sido avisado da aproximação das tropas inimigas e não tomou providências. Por este enfoque interpretativo, o episódio foi considerado uma **traição de Canabarro aos soldados negros** a ele subordinados[178].

Nesse momento, convido o leitor a pensar comigo a respeito dos escravizados de Piratini. Quantos deles podem ter lutado na Guerra? Vinícius Oliveira e Daniela Carvalho realizaram uma análise historiográfica a respeito de Porongos, demonstrando como os estudos mais recentes, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas caras à história social da escravidão, evidenciam as distintas estratégias dos cativos no contexto da guerra, assim como a trajetória de alguns lanceiros.[179] Em seu estudo, os autores localizaram Francisco Cabinda, lanceiro negro africano que já havia trabalhado como lavrador nas terras de seu senhor em Canguçu, mas "residia em Piratini". Sua trajetória ainda revelou que Francisco foi recrutado e lutou nas guerras uruguaias nessa mesma época. Segundo Smith, a sociedade piratinense na década de 1870 lembrava-se com orgulho dos anos "heróicos" da república rio-grandense. No entanto, qual a lembrança dos cativos que vivenciaram a guerra? E as lembranças dos seus filhos? Teriam alguns deles se engajado na tentativa de Insurreição de 1865? São perguntas que dificilmente podem ser respondidas, mas elas inspiram as próximas páginas desse trabalho, onde cativos como Francisco Cabinda também ocuparam um papel central.

Nos últimos 20 anos, Porongos tem tomado um espaço de amplo debate em que, de um lado, memorialistas ligados a movimentos tradicionalistas defendem que não houve traição por parte de Canabarro e, de outro, historiadores, antropólogos e demais cientistas sociais[180] baseados em fontes documentais e "debruçados" sobre análises bibliográficas trazem a luz essa possibilidade de o governo farrapo ter traído seus soldados. Portanto, penso que um estudo sobre a escravidão em Piratini, desde

---

[178] CARVALHO, 2021. Acessado em: 14/12/2021 Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/614468-entrevista-especial-com-daniela-vallandro-de-carvalho
[179] OLIVEIRA; CARVALHO, 2010, p. 63-82
[180] Destaco aqui também o livro: SILVA, 2010.

os anos 1810 até 1871, possa contribuir com tal questão, pois evidencia a forte presença negra, livre e liberta, na região, assim como a importância da escravidão para a economia local. Essa discussão encaixa com o que apresentado até então sobre a formação de Piratini, pois da mesma forma que no transcorrer dos anos a atual cidade se apresenta como a 1ª Capital Farroupilha, e exaltando as figuras mais conhecidas como General Bento Gonçalves da Silva e General Antônio de Souza Netto, não valoriza a parcela da sociedade do século XIX que construiu o poder econômico das elites de Piratini. No tópico a seguir irei apresentar como era formada a sociedade de Piratini no século XIX a partir de dados populacionais.

1.3 - Entre livres, libertos e escravizados: Piratini a partir dos dados populacionais do século XIX

Como já descrito anteriormente neste trabalho, desde o final do século XVIII a região na qual a freguesia de Piratini foi construída já era formada por estâncias. Nas primeiras décadas do Oitocentos, a atividade criatória continuou sendo a principal atividade econômica da freguesia, como em toda a região da campanha, da qual Piratini se integrava em suas terras mais ao sul. O principal destino dos novilhos criados em Piratini eram as charqueadas de Pelotas e com o incremento dessa economia, a presença de escravizados nos campos de Piratini tendeu a aumentar. Como já descrito anteriormente segundo Jonas Vargas, Piratini fazia parte do que o autor denomina como cinturão *escravista agropastoril das charqueadas*[181], ou seja, Piratini estava integrada no processo econômico das charqueadas produzindo a matéria-prima essencial para esse modelo econômico, integrando como destaca Vargas esse cinturão escravista agropastoril. Tratava-se de uma região agropastoril, pois também se plantava trigo, milho, feijão e outros gêneros agrícolas e, nesse sentido, Piratini não era diferente. Assim sendo, Piratini se inseria também na lógica de ocupação do ponto de vista militar, vide a tabela 2 porque assim como outras localidades (destacadas na citação acima) supriam “[...] as tropas com trigo e carne, ao mesmo tempo em que colaborava com a proteção da fronteira e das próprias charqueadas, repletas de trabalhadores escravizados.[182] “

[181] VARGAS, no prelo, pg. 1.
[182] VARGAS, no prelo, pg. 11 – 12.

Os primeiros dados populacionais referentes à freguesia apresentam a dependência da localidade da mão de obra de escravizados, como exibirei na tabela abaixo:

Tabela 3 - Perfil da população da freguesia de Piratini em 1814

	Nº de Pessoas	Porcentagem
Brancos de ambos os sexos	1439	39,18%
Indígenas idem	182	5%
Livres de todas as cores idem	335	9,12%
Escravos	1535	41,7%
Recém nascidos de idem em 1814	182	5%
	3673	100%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p.50.

Sobre os dados populacionais de 1814 é importante destacar que a Piratini dessa época possuía alguns territórios que mais tarde foram desmembrados, como o caso de Bagé, Caçapava do Sul, Canguçu, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado) e Jaguarão[183]. Dito isto, ao analisar os números da Tabela 3, percebi que a maioria da população de Piratini no ano de 1814 não era branca, pois, aos livres de todas as cores, acredito que fossem os libertos (pretos e pardos), somam-se ainda os indígenas. Portanto, os brancos europeus ou luso-brasileiros eram minoria em Piratini em 1814. O percentual de escravizados em Piratini de 41% era um número elevado de pessoas naquela condição jurídica para uma jovem freguesia que se dedicava à pecuária e à agricultura a partir de pequenas escravarias, como veremos.

Em Pelotas, no mesmo ano, os escravizados somavam 50,7% da população, índice que viria a quintuplicar nos próximos 20 anos:

> Em 1814, tem-se a primeira estimativa tratando exclusivamente da população de Pelotas – elevada à condição de freguesia dois anos antes e que naquela época ainda era denominada São Francisco de Paula. Na ocasião, a localidade apresentou 1.226 escravos numa população de 2.419 habitantes, ou seja, 50,7% da população era cativa. [...], em menos de 20 anos, este contingente quase quintuplicou atingindo 5.623 escravos, que perfaziam 51,7% dos recenseados no ano de 1833. Portanto, as décadas de 1810 e 1820 apresentaram uma intensa entrada de africanos destinados principalmente ao trabalho nas charqueadas. Este fluxo de cativos, não apenas para Pelotas como também para a capitania, acompanhou os ritmos

[183] FEE, 1981, pg. 11, 12, 13, 18, 21

> do tráfico atlântico no porto do Rio de Janeiro, cuja entrada de navios negreiros acentuou-se bastante entre 1809 e 1825, [...]. A eclosão da Guerra dos Farrapos (1835-1845) favoreceu a retração deste comércio e a dispersão das escravarias, colaborando com a diminuição da população cativa no município charqueador, de forma que a sua população total, em 1858, crescera de forma mais desacelerada, atingindo 12.893 almas, sendo 37,1% escravos[184]

Como tratavam-se de municípios inseridos no mesmo complexo econômico que integrava a produção agropecuária ao mercado atlântico, os movimentos que afetavam a economia pelotense também influenciavam nos ritmos da economia em Piratini. No mapa estatístico provincial de 1858, Piratini apresentou uma manutenção do percentual de sua população escravizada em relação ao censo de 1814. Como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 4 - Dados populacionais de Piratini, em 1858

Piratini	1º Distrito	2º Distrito	Porcentagem 1º Distrito	Porcentagem 2º Distrito
Escravos	1317	665	39,33%	35,33%
Livres	1938	1140	57,88%	60,58%
Libertos	93	77	2,79%	4,09%
Total	3348	1882	100%	100%

A partir dos dados contidos Censo de 1858 Fonte: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p.66.

Da mesma forma como nos dados populacionais de 1814, a Piratini de 1858 possuía o território de Cacimbinhas[185], os dados da FEE por sua vez não discriminam em qual dos distritos de Piratini, Cacimbinhas fazia parte, mas possivelmente o número de escravizados daquela localidade foi incluída nos dados populacionais de Piratini. Somando os dois distritos de Piratini em 1858, o número de escravizados era de 1982, sendo 37,89% do total da população, mantendo como já dito, um percentual estável de escravizados. Somando os escravizados aos libertos, a população de origem africana era de 41,14% enquanto a branca era 58,86%. Em números absolutos a população escravizada aumentou, e consequentemente houve uma maior entrada de brancos livres na região, sobretudo a partir de meados dos 1820. Para Pelotas,

[184] VARGAS, 2013, pg. 113-114.
[185] FEE, 1981, pg. 21.

Vargas aponta que entre os anos de 1830-1870 embora tenham aumentado a população cativa e livre, o número de escravizados em termos percentuais diminuiu:

> Embora a população escrava e a população livre de Pelotas tenham crescido entre os anos 1830 e 1870, o percentual dos cativos em relação ao total caiu bastante. Em 1833, 51% da população pelotense era cativa, enquanto que, em 1858, este índice já havia caído para 37,1% e, em 1872, é provável que tenha ficado entre 30% e 33%[186]

Ao analisar a população escravizada em Alegrete, em 1859, Farinatti percebeu que o número destes cativos era de 2.525, sendo 1.339 homens e 1.186 mulheres[187]. Segundo o autor, percentualmente a "população escrava estava situada em seus 23,4%[188]." Para Bagé, Matheus destaca que:

> Em 1858 a população escrava apresentou um crescimento substancial: saltou de 1.212 cativos para mais de quatro mil almas. Percentualmente o crescimento foi menor, indo de 29,5% para 32,5%. Apesar de subir em números absolutos, passando para 4.816 indivíduos, o percentual de escravos caiu para 22% em 1872, não só em função do crescimento da população livre em geral, mas especificamente do crescimento dos livres de cor (pardos, pretos e caboclos), os quais chegaram a 5.547 (4.543 pretos e pardos, muitos deles forros), ou seja, um número maior que de escravos propriamente ditos. Enfim, aqueles 4.816 cativos perfaziam uma média de 2,1 escravos por casa (de um total de 2.228 domicílios, conforme o mesmo censo)[189].

Portanto, apesar da possível sub-representação nos indicadores populacionais do Rio Grande do Sul para o ano de 1858, Piratini apresentou um alto percentual, comparável a Pelotas e superior a Bagé e Alegrete – as principais zonas pecuaristas da região da campanha. A "força da escravidão" no município se manteve anos depois. O Censo demográfico de 1872 aponta um número de 1.382 escravizados de ambos os sexos, sendo 720 homens e 662 mulheres, o que seria um percentual de 21,26% da população total de Piratini, enquanto os livres de todos os sexos e cores eram 5.116, sendo 78,74% da população. Em termos percentuais, os números de Piratini são próximos aos de Bagé no mesmo período, que segundo Matheus era de 22%, embora Bagé possuísse 4.816 cativos.[190]

---

[186] VARGAS, 2013, pg. 170.
[187] FARINATTI, 2007, pg. 45.
[188] FARINATTI, 2007, pg. 46.
[189] MATHEUS, 2016, pg. 93.
[190] MATHEUS, 2016, pg. 93.

Na localidade de Jaguarão, município vizinho a Piratini, segundo Francisca Carla Santos Ferrer, a população era composta de 17% de cativos e 83% de livres:

> Jaguarão no início dos anos 70 era distinguida como a quarta cidade mais importante da província, depois de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. De acordo, com o mapa estatístico do ano de 1872, apresentado pelo jornal *A Reforma* (grifo da autora), o total da população de Jaguarão era de 8.076 indivíduos, sendo de 83% deste total de livres, enquanto havia 17% de escravos. Nessa estatística existiam no primeiro distrito 6.710 habitantes, ou seja, 85% livres e 1.199 escravos, que contabilizavam cerca de 15% do total da população. O segundo distrito possuía 1.366 habitantes correspondentes a 76% de livres e 441 cativos,o equivalente a 24%[191].

Segundo Ferrer, o segundo distrito de Jaguarão era o mais pecuarista, justificando uma maior presença de cativos naquele local. Jaguarão assim como Piratini e todo Brasil oitocentista, necessitava da mão de obra escravizada nas suas atividades economicas[192]. Se levarmos em conta que entre os livres de ambos os sexos se encontram os negros libertos, pardos e caboclos o número de pessoas afrodescendentes era 43%, o que considero um número alto em Piratini. A partir do Censo de 1872, as crianças de 0 a 15 anos, totalizavam 136 meninas escravizadas, e meninos 180; já entre os escravizados homens de 16 a 50 anos eram 460; as mulheres escravizadas eram um total de 433; acima dos 51 anos as mulheres eram 93 e os homens totalizavam 80.

Tabela 5 - Censo de 1872 da Vila de Piratini

Condição Social	Sexo	Nº de pessoas	% por sexo	% por condição
Escravizados	Masculino	720	52%	21%

[191] FERRER, 2011, pg. 81-82.

[192] "A cidade de Jaguarão assumiu um papel relevante no Rio Grande do Sul, no contexto econômico da região de fronteira, no século XIX, devido sua localização às margens de um rio navegável que ligava a região da Campanha aos portos de Pelotas e de Rio Grande. O rio Jaguarão passou a ser livre para navegação após a assinatura do tratado de quatro de setembro de 1857, no qual o governo brasileiro decretou a abertura das águas da lagoa Mirim a fim de facilitar o escoamento da produção daquela região à zona portuária costeira de Rio Grande, único porto marítimoexportador do Rio Grande do Sul. Esse caráter contribuiu para o desenvolvimento econômico da região e principalmente para o crescimento da economia escravista de Jaguarão. Dessa forma, vemos que o funcionamento do porto dessa cidade se intensificou com a abertura da navegação da Lagoa Mirim e tornou o porto de Jaguarão estratégico para escoamento da produção do charque de Pelotas. É central observamos nesse contexto que a cidade de Pelotas era um destacado ponto de concentração das charqueadas que reunia grandes somas de mão-de-obra escrava. Portanto, com a abertura do porto de Jaguarão foi necessário a ampliação do emprego do trabalho escravo tanto nas atividades portuárias como na própria produção." (FERRER, 2011, 75-76).

	Feminino	662	48%	
Subtotal	1382		100%	
	Masculino	2686	53%	
Livres	Feminino	2430	47%	
Subtotal	5116		100%	79%
Total	6498			100%

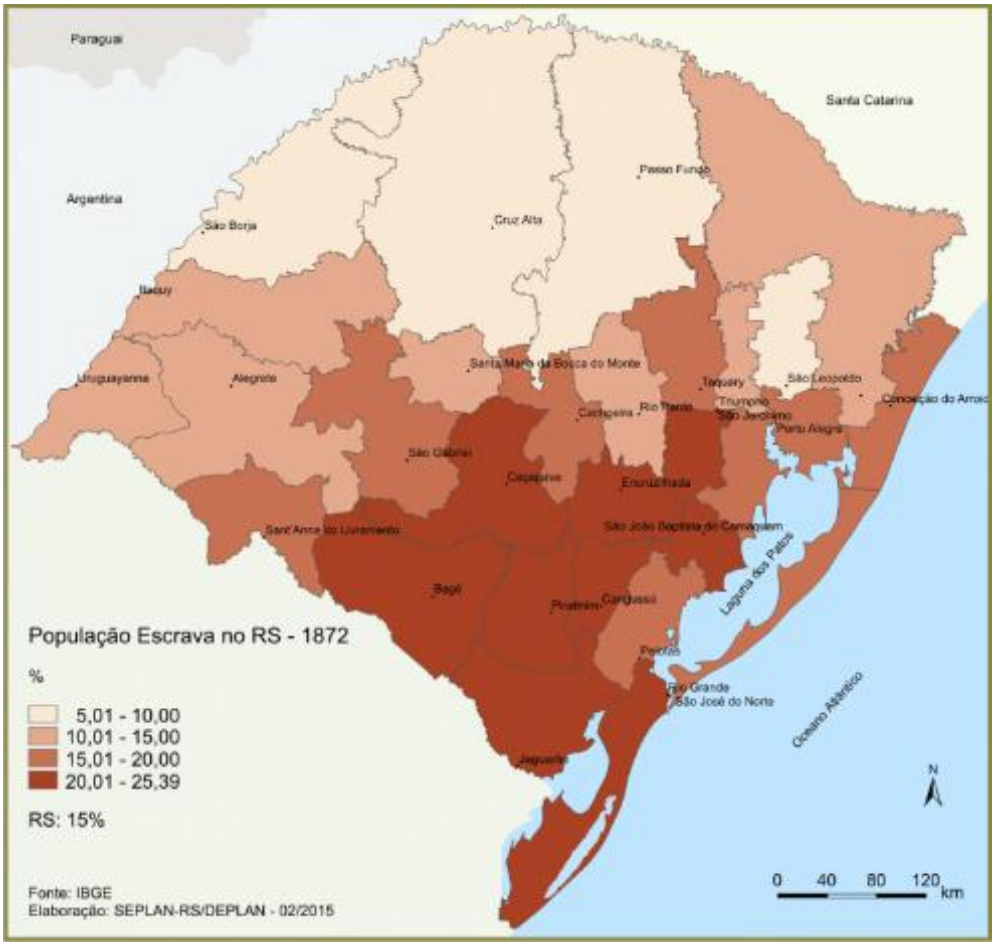
Fonte: Censo Geral de 1872 (disponível em: http//www.ibge.gov.br)

No entanto, os dados da Diretoria Geral de Estatística, realizado a partir das matrículas dos escravos de 1871-1872, demonstram que a população escravizada de Piratini era muito maior que os 1.382 cativos contabilizados no Censo de 1872. De acordo com o Relatório, Piratini teria 3.577 escravos em 1872, diminuindo para 3.336 em 1875.[193] Essa mudança dos dados é drástica, pois aumentam a população de Piratini para 8.693 pessoas, das quais 41,1% eram cativos. Ou seja, entre 1814 e 1872, Piratini conseguiu manter uma certa estabilidade na presença de cativos no município, aumentando esse índice no início da década de 1870. Isso não significa dizer que o perfil etário e social da escravaria se manteve o mesmo. Como veremos, essas características foram mudando, assim como os seus padrões de concentração da posse cativa. Aqui é importante frisar novamente que Cacimbinhas ainda fazia parte do Munícipio de Piratini, mesmo assim o sub registro de escravizados e escravizadas seria enorme na localidade de Piratini, isto porque Cacimbinhas não aparece descrita no Censo de 1872.[194]

Para uma reavaliação da importância da escravidão não apenas em Piratini como em toda a região, a partir dos dados do Relatório da DGE, recorro aqui à análise feita por Vargas. De acordo com o Mapa XX, podemos perceber que Piratini estava entre os municípios mais escravistas da província. Essa estrutura social era resultado das atividades econômicas integradas ao “cinturão escravista agropastoril” das charqueadas, na qual Piratini colaboravam com o gado para as charqueadas e os gêneros agrícolas para a abastecer Pelotas e Rio Grande.[195]

Figura 5: População escravizada do Rio Grande do Sul 1872

[193] *Relatório da Diretoria Geral de Estatística Ano de 1874 a 1878.* Disponíveis no site: http://memoria.nemesis.org.br.
[194] Censo Geral de 1872 (disponível em: http//www.ibge.gov.br)
[195] VARGAS, Jonas. Op. cit., no prelo.



Fonte: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/midia/imagem/mapa-hist-pop-escrava-1872

Em resumo, os dados revelam que a população não branca de Piratini sempre esteve acima de 40%, o que considero um número alto e reflete o impacto do tráfico transatlântico para a região, assim como a reprodução natural, além da presença indígena. Para além disso, é visível que, mesmo com a Revolta dos Farrapos (com suas mortes, fugas e o impacto do recrutamento dos lanceiros negros na região), a população cativa do município cresceu entre 1814, 1831 (sobre este ano embora não exista um documento populacional sobre a localidade, me baseio nos inventários post-mortem e no registros de batismos que serão analisados no capítulo 2) e 1858 e, mesmo com as dificuldades no abastecimento de mão de obra cativa encontradas após a Lei Eusébio de Queiroz, a escravaria do município continuou a crescer, o que nos exige uma maior atenção para os ritmos de reprodução natural e a força dessa economia local em resistir parcialmente ao tráfico interno, o que será tratado mais adiante.

Mesmo que apresente um enorme sub-registro, o Censo de 1872, enquanto uma amostra da escravaria local, merece ser analisado em alguns aspectos. Entre as profissões descritas em 1872, os lavradores, por exemplo, eram um total de 569 pessoas, sendo 218 escravos homens desempenhando essa função e 3 mulheres. Um detalhe importante é que nos inventários não encontrei nenhuma mulher que trabalhasse como lavradora ou roceira, o que não significa que elas não estivessem sendo inventariadas, mas os avaliadores não colocaram a sua atividade. Entre as costureiras, uma atividade que era desempenhada por 424 mulheres, 97 delas eram escravizadas. Os criadores, e nesse ramo não se enquadra nenhum cativo, eram 679, constituindo-se na ocupação mais citada no Censo, o que referenda uma economia efetivamente agropecuária.

No setor terciário da economia, 80 pessoas se dedicavam a atividades como: comerciantes, guarda-livros e caixeiros, com destaque para os homens brasileiros solteiros e casados, seguidos pelos estrangeiros solteiros. No Censo não consta a profissão de campeiro, que foi a mais citada nos inventários *post-mortem* ao longo do recorte temporal estabelecido na pesquisa, conforme veremos mais adiante. Provavelmente, isso se deve ao fato de que o questionário a ser preenchido pela burocracia imperial na coleta das informações foi todo pensado na Corte do Rio de Janeiro, e as categorias profissionais e atividades econômicas precisavam ter um caráter mais genérico. Tanto “campeiro”, como “charqueador”, por exemplo, não estariam presentes de forma tão numerosa em diferentes regiões do Brasil, não exigindo sua presença no quadro profissional do censo. Nesse sentido, foram criadas categorias mais gerais como “jornaleiro”, “lavrador”, entre outros. Portanto, os inventários post-mortem acabam se constituindo nos principais documentos para acessarmos essas informações.[196] Diferente de Piratini onde usei os inventários para categorizar as profissões da localidade, para o caso de Alegrete, Marcelo Matheus (2013) apresenta a partir da Lista de classificação de escravos na década de 1870, que estes eram extremamente importantes para os trabalhos realizados nas estâncias alegretenses no oeste do Rio Grande do Sul e a “cada 10 escravos homens em idade

[196] MATHEUS, 2013, pg. 25-36. Ver também: MATHEUS, 2011, pg. 1 -19. Acessado em: 04/01/2022 Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/matheus%20marcelo%20santos.pdf

produtiva, praticamente 7 eram destinados, principalmente, à produção de animais, em meados da década de 1870, em Alegrete[197]."

1.4 - Léguas de campos, cabeças de gado: a pecuária, a agricultura e outras atividades econômicas em Piratini no século XIX

> Piratini é o centro de importante zona de criação. Diz-se que antigamente se colhia bastante trigo na vizinhança, porém este e outros gêneros de agricultura estão abandonados. Há muitos armazéns de bom tamanho, algumas oficinas pequenas e duas hospedarias; uma carreta passa pelo lugar duas vezes por semana, mas não há diligências. Aqui e em Cacimbinhas há estações telegráficas, mas é de supor que os estacionários não lhes deem muito o que fazer[198].

Este relato feito por Smith no início da década de 1880, se aproxima dos dados apresentados nas fontes que apresentarei a seguir, que é a Relação das Fazendas e criadores de gado de Piratini em 1858 ao Presidente da Província de Rio Grande de São Pedro, e a Lista dos homens maiores de 18 anos que estavam alistados na Guarda Nacional, em 1869, além dos dados econômicos disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatísticas (FEE).

Segundo dados compilados pela FEE, em Piratini, no ano de 1853, a economia da localidade era agropecuária, com destaque para duas fábricas de curtume, três olarias e quatro caieiras[199]. Sobre os curtumes podemos entender que o couro da rês produzida, ou até comprada de algumas charqueadas de Pelotas abastecessem esses empreendimentos, tendo em vista que o gado, criado nas estâncias de Piratini eram conduzidos até Pelotas. Conforme aponta Vargas, "as charqueadas foram o centro dinâmico que transformou a economia da Fronteira Sul. Nesse sentido, elas contribuíram com a expansão da pecuária e da escravidão na região, provocando outros impactos na paisagem agrária considerada[200]."

A citação de Smith de que a agricultura estava abandonada, e que em outros tempos se produzia muito trigo, estava equivocada. Segundo Vargas:

---

[197] MATHEUS, 2013, pg. 30.
[198] SMITH, 2013, pg. 198.
[199] FEE, 1981, p.63.
[200] VARGAS, no prelo, pg. 26.

> Se a noção de 'abandono', utilizada por Smith, se referia a esse passado longínquo, no qual o parâmetro era o alto percentual das exportações de trigo, ele possuía um pouco de razão.[201] No entanto, partimos da ideia de que a noção de "abandono" é, na verdade, um exagero do viajante, o que nos exige investigar melhor a existência da agricultura nos municípios da região estudada ou, em outras palavras, o seu 'não abandono'[202].

Isto porque conforme Vargas em pesquisas a partir de inventários *post-mortem*, apontam que no Rio Grande do Sul como um todo entre os anos de 1765 e 1825 por Helen Osório, e nas localidades como Jaguarão (1810 – 1835) e Bagé (1820-1870), desenvolvidas respectivamente por Gustavo Gularte e Marcelo Santos Matheus havia a existência de instrumentos de práticas da agricultura[203]. Matheus de Oliveira Couto (2010) descreve a importância da triticultura em São João Batista do Herval a produção agrícola era a principal atividade econômica da localidade, sendo que a pecuária a partir das instalações de charqueadas na província no século XVIII se tornou importante para os ganhos dos ervalenses[204]. O que ao encontro do que aponta Jonas Vargas, onde em algumas regiões a agricultura tende a perder espaço para a pecuária. Para Pelotas, por exemplo, Vargas destaca:

> Analisando todos os inventários *post-mortem* de Pelotas, entre 1800 e 1830, também percebi o mesmo fenômeno. Dos 110 inventários com bens rurais, 48% possuíam três ou mais instrumentos agrícolas. No entanto, dividindo a análise desses dados por períodos de cinco anos é possível perceber que esse índice declinou ao longo do tempo. Se no quinquênio 1811-1815 ele atingiu 73%, em 1816-1820 ele caiu para 57%, em 1821-1825 atingiu 43% e, entre 1826-1830, chegou a 38% – quase a metade do que havia sido no primeiro período. Tais dados acompanham a crise da produção tritícola da época, o que pode ter afetado a vida de muitos pequenos produtores pelotenses[205].

Para Vargas então a crise tritícola que afetou os produtores agrícolas de outras localidades também foi vista em Pelotas, tornando-se mais um dos motivos que fez com que muitos proprietários de terra se voltassem para a pecuária, atraídos,

---

[201] Em 1822, Chaves disse que a principal riqueza de Piratini consistia no plantio do trigo. (CHAVES, 1978, pg. 179-180).
[202] VARGAS, no prelo, pg. 26.
[203] Sobre isto ver: VARGAS, no prelo, pg. 26 e 27.
[204] Sobre isto: "Economicamente, a triticultura foi uma das primeiras atividades praticadas na região, possibilitando proventos dos seus cultivadores. Já a pecuária, igualmente relevante para o desenvolvimento dos ervalenses, limitou-se na extração do couro, pois o gado passou a ter valor comercial somente após as instalações das primeiras charqueadas no final do século 18. O nome do município deriva da extração de erva, abundante na região." (COUTO, 2010, pg. 89).
[205] VARGAS, no prelo, pg. 27

também, pela crescente demanda das charqueadas[206]. As estâncias do sul de Piratini tornaram-se importantes fornecedoras de gado para Pelotas. Em um processo-crime analisado foi descrito o furto de duas reses de José Justo Oroná em 12 de julho de 1851, enquanto ele conduzia uma tropa de gado com 53 reses de Piratini a Pelotas. Segundo o tropeiro, ele viu algumas de suas reses se afastarem das demais e no outro dia percebeu que duas delas haviam sido carneadas na fazenda de Zeferino Batalha[207]. O acusado foi o escravo Damásio, que pertencia a Batalha. Infelizmente em nenhuma outra fonte encontrei citação alguma a respeito de José Justo Oroná. Esta informação vai ao encontro da fala de Smith, a respeito de Piratini ser um importante espaço de criação de gado.

No entanto, quais as dimensões do gado criado em Piratini? Em 15 de abril de 1858, na Câmara Municipal de Piratini, em Sessão Extraordinária, devido as exigências do governo provincial, estiveram presentes, vereador e fazendeiro Ignácio Pereira da Silva Batalha, também Antônio José de Oliveira Nico, Antônio Garcia Vasconcellos, Clementino Luís de Ávila e Vicente Lucas d'Oliveira, que descreveram:

> Esta Câmara só agora pode satisfazer a exigência contida na circular, que Vossa Excelência enviou em 29 de janeiro do presente ano isso devido a extraordinária demora havida da parte dos juízes de Paz desta Municipalidade em lhe remeterem as relações das Estâncias compreendidas em seus distritos, com declaração do número e crias, que anualmente marcam, e pessoas empregadas como capatazes e peões precisos, para o custeio de uma Estância em relação ao computo de reses de criação, e a extensão dos campos respectivos. A Câmara pois, pela razão acima exposta, e por não haver mais delonga, resolvo em Sessão de hoje, enviar a Vossa Excelência as próprias originais dessas declarações e os dos pareceres ministradas por alguns fazendeiros, e que foram consultados a respeito, e tudo inclui a estes.[208]

Segundo o documento denominado "Relação das Fazendas e criadores de gado de Piratini", em 1858, arrolando os rebanhos da localidade, havia 23.428 crias anuais descritas. Desses proprietários, 4 criadores do 3° Distrito[209] que tinham os

---

[206] "isso não significa dizer que a agricultura foi abandonada, pois ela continuou sendo praticada em toda a região aqui estudada, muito embora em algumas localidades ela estivesse mais presente do que em outras. Nesse sentido, é muito provável que qualidade do solo, efeitos climáticos, pragas, guerras e crises econômicas afetassem o plantio e a colheita, alternando bons e maus momentos. As próprias autoridades administrativas perceberam esses problemas e buscaram incentivar as atividades agrícolas, promovendo a importação de sementes, a fundação de colônias e demais incentivos para que o setor retomasse a sua produção." (VARGAS, no prelo, pg. 27 e 28).

[207] APERS – Processo-crime, Ano: 1851 – Processo n°: 1108, M:26, E:143.

[208] Relatório ao Presidente de Província 1858, n. 41. 559.

[209] Levando em consideração a Figura 2, do mapa distrital de Piratini não encontrei referência de qual período o mapa faz referência, por tanto pode se supor que o terceiro abrangesse parte de Canguçu, por exemplo.

maiores rebanhos possuíam somados 18.000 reses. Em Piratini havia para 175,98 léguas de campos, um total de 207 criadores de reses. Segundo o Juiz de Paz Manoel Bento Meirelles destacava ainda: “Existem mais alguns criadores de gado neste distrito em menor escala, e possuem pequenas partes de campo”.[210] Os dados arrolados não reúnem os rebanhos do 1º Distrito. No entanto, uma outra fonte elencou esses animais. No “Mapa numérico das Estâncias existentes nos diferentes municípios da Província”, de 1858, Piratini apresentou justamente apenas os dados do 1º distrito, onde possuía 63 estâncias e 35.210 reses, 4.870 cavalos e 10.960 ovelhas, com 68 peões livres e 130 escravizados.[211]

Os dados da Tabela 6 revelam que quase 1/3 dos criadores dos três distritos rurais criavam até 100 crias anuais, o que significa dizer quer eram criadores de 500 reses ou menos (tendo em vista uma taxa de reprodução próxima aos 20%).[212] Tratavam-se de pequenos criadores para os padrões de Alegrete, por exemplo, mas que em Piratini talvez tivessem um *status* maior. Esse grupo reunia apenas 34% das crias anuais. Se juntarmos as crias mencionadas na Tabela 6 com as do 1º Distrito é possível que Piratini somasse umas 30 mil crias por ano. Se fossem vendidos somente os machos, tal índice resultaria em 15 mil novilhos. As charqueadas pelotenses abatiam mais de 300 mil cabeças de gado por safra, o que indica a enorme dimensão dos rebanhos vacuns deslocados para Pelotas todos os anos e o papel de Piratini nesse mercado.

Tabela 6 - Número de criadores e crias anuais da Relação de Fazendas - 1858 em Piratini (2°, 3° e 4° Distritos)

	Criadores	%	Crias	%
Até 100 crias	130	62%	7958	34,00%
101- 500 crias	64	32,0%	13670	58,00%

[210] Relatório da Câmara de Piratini ao Presidente da Província do Rio Grande – 1858.
[211] “Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio” – AHRS - Fundo *Estatística*, maço 02.
[212] Segundo Luís Augusto Farinatti: “A historiografia que se ocupa da produção pecuária no Rio Grande do Sul e no Prata, nos séculos XVIII e XIX, têm concordado que a taxa de reprodução dos rebanhos bovinos deveria ficar entre 20 e 25%, ainda que, dependendo de fatores diversos, entre eles a qualidade dos campos, essa taxa pudesse não ser atingida. Esse relativo consenso também existe para indicar que se podia vender algo em torno de 9 a 10% do rebanho total por ano, sem que isso representasse um risco de redução do mesmo.” (FARINATTI, 2007, pg. 152 – 153).

501-1000 crias	3	2,0%	1800	8%
Total	197	100%	23428	100%

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal de Piratini ao Presidente da Província,1858, Fundo *Câmaras Municipais*.

Até o presente momento, ainda não conseguimos analisar as diferentes listas desse Relatório de Piratini de forma conjunta e completa, pois ela não é homogênea para todos os distritos. Em alguns foram arrolados apenas o número das crias anuais e em outros os rebanhos totais. Em alguns são discriminados o tamanho das terras e em outros não. Portanto, cada distrito enviou informações conforme os seus critérios, dificultando as análises. Contudo, algumas considerações gerais podem ser realizadas. Piratini parece seguir um padrão comum na região, apresentando uma maioria de pequenos criadores, mas com algumas grandes estâncias com enormes rebanhos, algo que pretendo estudar melhor nos próximos anos. Para o caso de Alegrete, Farinatti apontou, partindo dos inventários *post-mortem* uma desigualdade econômica naquela localidade:

> Os dados dos inventários apontam para o fato de que havia uma marcante desigualdade econômica em Alegrete, expressa não apenas na propalada dualidade 'estancieiros e peões', mas inclusive entre aqueles que desenvolviam a pecuária. Na [...], os três primeiros estratos colocam em evidência um grupo de criadores que alcançava um vulto produtivo digno da imagem tradicional dos grandes estancieiros, possuindo rebanhos que ultrapassavam as 2.000 cabeças de gado[213].

Segundo Farinatti (2007) a província rio-grandense era quem abastecia o comércio interno do Brasil imperial[214], indo do macro ao micro, pode-se pensar que Pelotas, por exemplo, abastecia outras regiões do Brasil com charque, conforme mostra Jonas Vargas[215], e a matéria prima para produção da carne salgada, era oriunda de outras localidades da Província seja da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, seja de outras localidades como o caso de Piratini. Baseado no Censo agrário de 1858 para o Alegrete, destaca segundo Farinatti a "clara medida dessa situação:

[213] FARINATTI, 2007, pg. 89-90.
[214] "O Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, tinha na comercialização de produtos agro-pecuários (sobretudo o charque), para o mercado interno brasileiro, o principal eixo de sua economia. Suas instituições administrativas e políticas, além de uma série de práticas e relações sociais eram semelhantes àquelas vigentes nas demais áreas que faziam parte do um vasto complexo econômico integrado no centro-sul do Brasil.7 Entre elas, estavam o trabalho escravo, a estrutura hierarquizada da sociedade e o padrão de expansão territorial a partir da reprodução de sistemas agrários extensivos em áreas de fronteira aberta." (FARINATTI, 2007, pg. 25).
[215] VARGAS, 2013.

dentre os municípios da província que detinham os maiores rebanhos, os dois principais localizavam-se naquela região. O primeiro era Alegrete, com 772.232 cabeças de gado vacum contra 531.640 cabeças em Bagé, que vinha a seguir[216].”

Os maiores criadores de gado segundo o Censo Agrário de 1858 em Piratini encontravam-se no 3° Distrito. Uma outra fonte documental que trago para tentar mapear as atividades econômicas dos homens livres de Piratini é a lista da Guarda Nacional do município em 1869. Nesse documento foi possível rastrear alguns estancieiros como Israel Soares Azambuja[217], fazendeiro, Tenente Coronel Chefe do Estado Maior, 58 anos em 1869 na Ativa da Guarda Nacional, casado com filhos, residente no 5° distrito e no 4° quarteirão e com uma renda anual de R$ 2:000 mil réis. Em 1858 o mesmo Israel então com 47 anos apresentava segundo a Relação de fazendeiros daquele ano 2 léguas de campo, 2.400 cabeças de reses, e possuía 6 pessoas empregadas.

Tabela 7 - Maiores Criadores de Gado do 3° Distrito de Piratini – Relação de Fazendas – 1858

Nomes	Extensão de Campo	Número de gado
Estância do Campo Bonito - João José Araújo	3	6000
Estância de Candiotinha ou Estaqueador - Antônio Roiz Velleda	2	4000
Estância do Evaristo - Manoel Amaro Netto	1	2000
Estância de Santo Antônio - José Vaz Bragança	3	6000

Fonte: Relação de Fazendas – Piratini 1858

Para o Primeiro Distrito de Piratini os dados referentes aos “criadores”, disponível na lista dos homens na ativa e na reserva da Guarda Nacional, apresentam um total de 29, mas não são informados os tamanhos dos rebanhos dos mesmos, assim como são destacados 2 fazendeiros, que acredito serem homens mais ricos que os demais pela titulação e a renda destacada de R$ 2:000 réis cada, valor semelhante ao outro fazendeiro citado que fora Israel Soares Azambuja. Contudo, uma outra atividade que nos chama a atenção são os lavradores. Segundo este

[216] FARINATTI, 2007, pg. 19-20.
[217] Consta no Censo Agrário de 1858 que Israel residia no 4° Distrito e não no 5°. Mas há a possibilidade de um o distrito ter sido desmembrado, ou Israel tenha se mudado do 4° para o 5° Distrito.

registro eles eram 369 homens e possuíam uma renda em média de 224 mil réis. A grande presença de lavradores reforça o que mencionei anteriormente a respeito da presença da agricultura em Piratini, muito embora a pecuária fosse o carro-chefe da economia local.

Tabela 8 - Atividades economicas exercidas em Piratini a partir da lista de homens na ativa e reserva da Guarda Nacional (1869)

Profissões	Quantidade	Renda média – em mil réis
Agência	52	240
Alfaiate	4	400
Carreteiro	5	240
Carpinteiro	5	200
Criador	540	509
Empregado Público	13	584
Fazendeiro	8	1587
Ferreiro	2	200
Jornaleiro	9	222
Lavrador	369	224
Negociante	29	651
Ourives	2	200
Pedreiro	1	300
Proprietário	7	428
Sapateiro	1	800
Total	1047	6785

Fonte: AHRS. Lista de Qualificação da Guarda Nacional de Piratini, Ativa e Reserva, 1869, Fundo Guarda Nacional, município Piratini..

Os homens que viviam de Agência eram 52 a terceira maior profissão desempenhada em Piratini, ou seja, viviam de algum tipo de negócios cotidianos, “prestação” de serviços, mas acredito que muitos também fossem peões de estância. A função mais desempenhada foi a de criador, seguida pela de lavrador. Possivelmente os criadores possuíssem uma quantidade de terras maior que a dos lavradores, tendo em vista que o gado naquele momento poderia ser criado no manejo extensivo, a “campo solto”, óbvio que dentro dos limites territoriais dos criadores. Vejamos o caso de Manoel Rodrigues Barbosa Filho, que é citado como criador, possuía uma renda de 200 mil réis. Pode-se imaginar que parte das suas terras fossem ou tivessem em algum local cercado de pedras. Isto porque em 1854 seu pai foi envolvido em um processo-crime em que um cercado de pedra foi derrubado pelos

escravizados que roubaram gado de sua propriedade[218]. Enquanto os lavradores, até pela renda que possuíam, poderiam possuir menores extensões de terra, e os cultivos serem para a subsistência familiar e/ou para vender suas roças para a localidade. De acordo com Matheus (2016) para Bagé, localidade vizinha a Piratini:

> de fato, a pecuária era a principal atividade econômica da região; de fato, também, grandes estâncias faziam parte daquele cenário; por sua vez, a concentração fundiária era um elemento fundador da região. No entanto, no que diz respeito à produção, a pequena agricultura e a pequena pecuária eram praticadas, assim como a maioria dos produtores diversificava suas ações, combinando duas ou mais atividades. Por sua vez, um número significativo de pequenos produtores tinha acesso à terra, com ou sem o título da mesma[219].

Corrêa em sua pesquisa sobre Caçapava no período de 1821-1850 apontou investigando em inventários post-mortem que a característica de pecuária naquela localidade era de pequenos criadores, algo semelhante ao que ocorria em Piratini ao se analisar as tabelas acima e o número de reses por grupo de criadores. Para Caçapava demonstra Corrêa:

> foi possível verificar a preeminência da ampla diversidade no que tange os seus criadores. De tal forma, não havia apenas a grande pecuária, mas sim um cenário com inúmeros pequenos e médios proprietários, confeccionando uma diversidade social bem mais complexa do que o antigo senso-comum, que apontava, no agro rio-grandense, a presença apenas de grandes pecuaristas e peões. Ou seja, uma visão em consonância com o que se tem encontrado, para outras regiões, nas pesquisas recentes[220].

É importante também considerar que muitos dos pequenos criadores pareciam realizar essa atividade em terras de terceiros. Como percebeu Vargas, ao analisar a relação de fazendeiros de Piratini do 3º distrito, de um total de 129 pessoas, cerca de 33 delas (25,5%) eram agregadas.[221] Algumas vezes os agregados eram filhos dos proprietários.[222]

Outro ponto importante de se analisar observando a Tabela 09 é que o número de negociantes reunia 29 homens, que sugere que estes poderiam viver do comércio de artigos diversos, vindos de centros comerciais mais dinâmicos, como Pelotas e Rio

---

[218] APERS – Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143.
[219] MATHEUS, 2016, pg. 137.
[220] CORRÊA, pg. 2013, 49.
[221] AHRS. Relatório da Câmara Municipal de Piratini ao Presidente da Província,1858, Fundo *Câmaras Municipais*.
[222] VARGAS, Jonas. Op. cit. no prelo.

Grande. Em caso já pesquisado durante a dissertação de mestrado, o escravizado Raimundo[223] foi acusado de roubar objetos como um lenço e alguns patacões da casa de negócios de Lázaro Viana, por exemplo[224].

Com a finalidade de incorporar mais informações sobre as atividades econômicas e as ocupações da população de Piratini na época, recorro a mais uma fonte documental. A partir da leitura do trabalho de Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, século XIX,* onde a autora destaca as profissões dos envolvidos nos processos-crimes para compreender a estrutura econômica da localidade estudada, busquei fazer uma análise para Piratini neste mesmo sentido. Em um recorte menor de processos-criminais (6 ao total) pude perceber uma notável diversidade de ocupações econômicas na localidade, muito embora predominassem as atividades ligadas à pecuária:

Tabela 9 - Profissões dos livres-libertos nos processos-crimes (1851-1871)

Profissão	Quantidade por profissão
Agricultor	4
Agricultor e criador	1
Alfaiate	1
aprendiz de farmácia, caixeiro e botica	1
Carpinteiro	1
Comerciante/Comércio/Negociante	12
Criador/Criação de Gado/Criador de Gado/Criação de Reses	19
Empregado público	1
Fazendeiro	4
Fazendeiro e criador	1
Inspetor e criador	1
Inspetor de quarteirão e carreteiro	1
Lavoura e criação de gado	1
Jornaleiro	2
Não consta/nc	6
Oficial de justiça	1
Sargento no corpo policial	1
Sem profissão	1

[223] escravizado do Tenente Coronel Manoel Lucas de Lima, 20 anos, campeiro, crioulo nascido, segundo ele, em Pernambuco, não sabia ler e nem escrever.
[224] APERS – Processo-crime, Ano: 1856 – Processo n°: 1144, M:27, E:143.

Empregado Público	2
Soldado do Corpo Policial	2
Vivia de suas agências/suas agências/sua agência	3
Subdelegado de Polícia e comerciante de reses	1
Total	66

Fonte: APERS - Processo-crime

Conforme a Tabela 9 os homens eram os fazendeiros, criadores/criadores de reses ou gado, e aqueles que praticavam outra atividade em conjunto (como agricultor, inspetor e lavrador) eram 40% das profissões nos processos-crimes. As demais práticas econômicas encontradas nos processos-crimes eram 60%, destes 6% eram agricultores, os comerciantes eram 19%, sendo 1 destes o subdelegado Manoel Lucas de Oliveira Junior descrito como comerciantes de reses. Seu pai Manoel Lucas de Oliveira, segundo Ferrer, tinha uma fazenda em Jaguarão, e de lá se ausentou para assumir como Capitão da Guarda Nacional em Piratini[225]. Muito provavelmente Manoel Lucas de Oliveira Junior também fosse assim como seu pai um fazendeiro, porém sua atividade profissional era ser o comerciante de reses. Tratava-se de uma especialização no interior da família, no qual um filho dedicava-se mais à negociação das tropas de gado com Pelotas.

Tabela 10 - Profissão dos livres nos processos-crimes – Nacionais e não nacionais

Profissão	Nacionais	Estrangeiros	Não Consta	Subtotal
Agricultores e lavradores	3	0	1	4

[225] Sobre Manoel Lucas de Oliveira: "[…] o estancieiro- militar Cel Manuel Lucas de Oliveira, um típico representante caudilho que utilizava de sua capacidade de negociação com seus afilhados e agregados para adquirir e manter seu poderio político e militar na região sul do Brasil. Manuel Lucas de Oliveira nasceu em uma estância localizada próximo ao arroio Candiota, no município de Rio Grande, onde cresceu, participou de conflitos armados e estabeleceu suasrelações pessoais. Manuel Lucas casou-se com 28 anos em 1832, com sua prima Inês Lucas de Oliveira, formando sua família. Esse estancieiro faleceu em 1874, com 70 anos de idade. Manuel Lucas ausentou-se de sua fazenda apenas para viver em Piratini, onde assumiu o cargo de Capitão da Guarda Nacional, posição esta, que trazia prestígio social e político, já que os comandantes locais tornavam-se os coronéis, que também dirigiam a política da região. No ano de 1835, quando o mencionado capitão desenvolvia suas funções na Guarda Nacional, iniciou a Guerra dos Farrapos. Manuel Lucas apoiou os revoltosos farroupilhas, naquela localidade, acompanhando seu amigo, o General Antônio de Souza Neto, contra as forças militares imperiais. Dessa forma, passou a assumir importantes competências no período da Revolução, uma vez queem 1842, foi eleito Deputado à Assembléia Constituinte, reunida em Alegrete-RS e, posteriormente, foi nomeado Ministro da Guerra e da Marinha, participando assim, dos entendimentos da pacificação, em 1845. O envolvimento nessa guerra concedeu a ele vantagens à sua carreira militar e política, pois em 1847 foi nomeado Coronel e comandante da Guarda Nacional dos municípios de Piratini e Bagé. […]" (FERRER, 2011, pg. 98-99).

Fazendeiros/criadores de gado/lavrador e criador de rês/agricultor e criador/inspetor e criador	21	2	3	26
Comércio	6	3	3	12
Outras	4	4	0	8
Trabalhavam para o Estado	8	0	2	10
Sem Profissão ou não consta	6	0	1	7
Total				67

Fonte: APERS (APERS) – Processo-crime

Na tabela 10 procurei apresentar quais as nacionalidades das profissões de testemunhas e vítimas dos processos-crimes. É importante destacar que 72% dos homens eram nacionais, ao passo que 15% eram estrangeiros (nos quais havia 1 alemão, 1 argentino, 1 espanhol, 4 uruguaios, 1 italiano e 2 portugueses), dos estrangeiros 2 uruguaios eram dois se dedicavam a pecuária sendo Ambrósio Carlos da Costa citado no início deste capítulo um destes descrito como fazendeiro. Acredito que essa tabela 10 ajuda a demonstrar que esses sujeitos estavam distantes do padrão descrito no livro de Jayme D'Ávila de valorização da cultura açoriana. Além disso, ela vai ao encontro do que foi apresentado na introdução dessa tese, em que cito um jornal que propagandeava a presença de estrangeiros circulando por Piratini.

Os dados expostos nas tabelas 09 e 10 (são os mesmos) vão então corroborando com a citação de Smith, e os argumentos de Jonas Vargas sobre a relação entre o cinturão escravista agropastoril das charqueadas, no qual estava Piratini no fornecimento de reses para a produção do charque em Pelotas. Como a pecuária bovina era a principal atividade econômica do local, era normal que as autoridades municipais se preocupassem com os ritmos de sua produção.

Portanto, a partir do que foi exposto até aqui, podemos considerar que a paisagem agrária dominava o território de Piratini, embora a vila apresentasse um comércio e atividades artesanais incipientes. Grandes criadores apresentavam um rebanho comparável aos da região da campanha, mas predominavam os médios e pequenos criadores, sendo provável que muitos criassem em terras de terceiros, tendo em vista que tal prática foi comum em toda a região. Conforme a historiografia da escravidão no Brasil oitocentista demonstra em todos estes espaços agropastoris a mão de obra cativa. Segundo Jonas Moreira Vargas, a região que compreendia Piratini "A escravidão configurou-se como fator estruturante da sociedade no cinturão

agropastoril, integrando esse espaço econômico não apenas por conta da demanda por gado bovino provocada pelas charqueadas e pelo tráfico interno que drenava a escravaria dos municípios menos ricos para Pelotas[226]. [...]", e o mesmo ocorria no processo agrícola, em que remonta ainda "[...] período colonial os cativos estavam presentes nas lavouras de subsistência e no cultivo do trigo voltado para a exportação e essas atividades econômicas foram centrais na busca pela liberdade e nos seus projetos de vida pós-cativeiro[227]." A escravidão estava presente em todos os grupos, mas ainda é preciso conhecer melhor a respeito da sua distribuição. No tópico a seguir irei traçar o perfil das escravarias, como eram compostas e as origens dos negros escravizados, a razão por sexo, idade e profissões.

[226] VARGAS, 2024, pg. 21.
[227] VARGAS, 2024, pg. 32.

CAPÍTULO 2
A POSSE CATIVA EM PIRATINI: A PRESENÇA E O PERFIL DOS ESCRAVIZADOS NO MUNICÍPIO (1810-1871)

O ano de 1867 marcou a família de José Pimentel de Melo. A abertura e a análise de seu inventário[228] o colocava entre os escravistas de Piratini que possuíam entre 5 e 9 cativos. Ao longo de sua trajetória[229] foi casado com Maria dos Santos Pinheira, com quem teve uma filha de nome Claudina P. de Melo, mas não há informações sobre o nascimento de José Pimentel e quem eram seus familiares. Em 1865, pelo menos dois escravizados seus estavam envolvidos na tentativa de Insurreição[230] mencionada no início dessa Tese. Os cativos Alexandre e Silvano tinham na época 25 e 28 anos, respectivamente, eram campeiros, solteiros e rio grandenses. Em abril daquele mesmo ano, Carolina conquistou sua liberdade através do testamento[231] de José Pimentel de Melo. Outro ponto intrigante da trama é que o local de encontro dos insurretos seria nas terras próximas de José Pimentel, na estrada que ficava em direção a Bagé, local chamado de Capororoca.

Piratini, como apresentado no capítulo anterior, era uma localidade de paisagem agropecuária que direcionava a sua produção para o mercado interno e necessitava de trabalhadores escravizados, sobretudo daqueles que se dedicavam a lida com o gado, como Alexandre e Silvano. Como um dos objetivos desta tese é entender os significados da criminalidade escrava e como ela se relacionava com o contexto socioeconômico regional, é necessário investigar o funcionamento do mundo escravista no qual estas pessoas estavam inseridas, e para isso é imperioso analisar o perfil das escravarias do município. No início do capítulo 1 apresentei o caso de Ambrósio Carlos da Costa, que segundo os inventários era o maior escravista da localidade. Porém, como eram compostas as demais escravarias de Piratini? Em termos de distribuição de sexo, quais as características dos cativos e as possíveis origens destas pessoas? Por qual valor foram avaliados? Quais as profissões e a

---

[228] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Município de Piratini. Ano: 1867. Processo n°: 13. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 64.
[229] Informações retiradas de: D'ÁVILA, 2007, pg. 276.
[230] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143.
[231] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1865 – Processo n°: 031. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.pg. 166.

idade das escravarias de Nossa Senhora da Conceição de Piratini? Este capítulo da tese irá se dedicar a traçar um perfil das escravarias em Piratini e as suas mudanças ao longo de 60 anos. Foi na escravidão vivenciada nessa localidade que Silvano, Alexandre e outras dezenas de campeiros que se envolveram na tentativa de insurreição de 1865 se conheceram e precisamos compreender melhor como foi essa experiência no cativeiro.

2.1 – Estrutura de posse cativa a partir dos inventários *post-mortem* de Piratini

José Pimentel de Melo, o proprietário de Silvano e Alexandre, teve arrolada em seu inventário a pequena Eva, crioula, de 9 anos de idade. Sua mãe, conforme seu registro de batismo[232] feito pelo padre Antônio Roiz da Costa, era a crioula Silvéria, também escravizada de Pimentel de Melo. Eva era filha natural de Silvéria e não há em seu batismo informação de seu pai/progenitor.[233] Segundo o inventário de seu escravista, Silvéria tinha 50 anos em 1867, e nos parâmetros do cativeiro já era uma mulher madura quando sua filha estava na segunda fase de sua infância. Outras três crianças estavam arroladas no inventário de Pimentel de Melo: Fabrício com 14 anos, André 3 anos e Rufina 1 ano.[234] Não encontrei referências nos batismos sobre essas crianças escravizadas e uma hipótese é que Pimentel não batizou todos seus cativos na localidade de Piratini. Outros questionamentos podem ser feitos a respeito de quem seria a mãe ou as mães delas ou se elas estavam inseridas no mercado intraprovincial de pessoas escravizadas, sendo compradas por Pimentel. No inventário, somente Silvéria foi arrolada como mulher adulta da escravaria e não se pode descartar a possibilidade de ela também ser a mãe destas crianças (ou talvez até mesmo Carolina, cativa que foi liberta, em testamento, por José Pimentel). Quanto ao pai ou os pais dos escravizados existem diversas possibilidades: Alexandre e/ou Silvano poderiam ter ocupado esse papel, mas também poderia ter sido um cativo (ou outros cativos) de outra escravaria, algum homem liberto ou até mesmo homem livre, e sobre isso discutirei no terceiro capítulo desta tese.

---

[232] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.). 1861, pg. 140.

[233] Sobre as questões de legitimidades discutirei no terceiro capítulo deste trabalho, sobre os registros de batismos de 1810-1862.

[234] Todas as informações deste inventário citadas no corpo do texto foram retiradas de: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Município de Piratini. Ano: 1867. Processo n°: 13. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 64.

É importante estabelecer inicialmente alguns critérios sobre as faixas etárias de crianças e idosos que serão adotadas ao longo das próximas páginas. Partindo do Decreto n.º 1.695, de quinze de setembro de 1869, onde ficava estabelecido a proibição da separação das crianças com menos de 15 anos de idade de seus pais, a idade que irei considerar os escravizados crianças são de 0 a 14 anos.[235] Isso não significa que estes escravizados não tiveram uma importância não só em número, mas também, como desde os 7 anos aprendendo funções como o pastoreio de gado, sendo campeiros. Os escravizados entre 15 anos e 49 anos, serão considerados no transcorrer do texto como aqueles em idade produtiva, indo ao encontro da análise desenvolvida por Pedro Carvalho de Mello (1983)[236], em que é abordada a expectativa de vida dos escravizados, e acompanhando o estudo de José Flavio Mota (2008)[237] e demais autores que colocam essa idade como a estrutura etária dos escravizados no auge de sua produção. Nesse aspecto, aqueles escravizados a partir dos 50 anos são os cativos considerados idosos, tendo em vista a baixa expectativa de vida destas pessoas.

Esclarecidos os argumentos sobre a idade dos escravizados, destaco aqui, como já dito anteriormente no primeiro capítulo desta tese, que a fundação da freguesia de Piratini ocorreu em 1810, período em que o Brasil ainda fazia parte do Império Colonial Português. Segundo Sidney Chalhoub, logo que a família real portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro em 1808 iniciou-se o debate sobre o fim do tráfico atlântico de pessoas escravizadas. Debate este instigado muito por pressão britânica que desejava findar o tráfico atlântico. Em 1815, o comércio de africanos foi proibido ao norte da linha do Equador e em 1826, e como forma de retribuir ao reconhecimento da independência do Brasil, pelo governo britânico, houve o compromisso que o tráfico atlântico seria cessado em 1829, mas, devido a questões de aprovação desta lei para findar a prática de comércio de seres humanos, esse comércio deixou de ser "legal"[238] em 7 de novembro de 1831.[239]

Sidney Chalhoub adverte que houve um decréscimo "[...] temporário nas entradas de africanos durante a primeira metade da década de 1830, o comércio

---

[235] Conforme o artigo de Gabriela Almeida Antunes Rossini (2019), há uma série de discussões sobre a infância e o cativeiro, inclusive o historiador aponta com a lei de 1869 tentou diminuir em Rio Claro a venda de crianças escravizadas.
[236] MELLO, 1983.
[237] MOTTA, 2008.
[238] Era imoral só pelo fato de tirar do ser humano todo o seu direito à liberdade.
[239] Para uma análise desse processo, ver também: MAMIGONIAN, 2017.

negreiro, então clandestino, assumiu proporções aterradoras nos anos seguintes".[240] Essa atividade clandestina ocorreu em grande parte devido às necessidades, segundo o historiador fluminense, das lavouras de café[241], envolvendo a participação de comerciantes brasileiros, bem como os traficantes lusitanos de escravizados na África, que se valiam da falta de fiscalização ou até da cumplicidade das autoridades do país ibérico.[242]

Segundo as historiadoras Beatriz Mamigonian e Keila Grinberg, embora essa lei tenha ficado conhecida como "para inglês ver" ela foi sim efetiva durante um período, tanto que houve tentativas de revogação desta lei em 1837, tendo em vista seu impacto no tráfico de pessoas escravizadas:

> Conhecida como 'lei para inglês ver', como se tivesse sido simples resultado das pressões da Inglaterra pela interrupção do tráfico atlântico de escravos, a lei de 7 de novembro de 1831 passou para a história como se tivesse sido criada para existir apenas no papel, e nunca ser implementada, e ficou popular justamente por representar a suposta característica brasileira de promulgar leis para jamais cumpri-las. Durante muito tempo, a historiografia corroborou esta interpretação, baseando-se no fato de a lei não ter servido muito à repressão do tráfico, que no fim da década de 1830, e durante a década de 1840, alcançou volumes de importação antes inéditos, e, por esse motivo, ter sido alvo de todo tipo de crítica, inclusive tentativa de revogação, em 1837[243].

O fim do Tráfico Atlântico desses seres humanos escravizados veio a ocorrer de fato em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, desencadeando, segundo Jonas Vargas "[...] o aumento do preço dos cativos diante da escassez da oferta de mão de obra, o aumento da dependência da reprodução natural para a ampliação das escravarias e a transferência de cativos das regiões menos ricas ou com economias menos dinâmicas para as mais ricas".[244] Conforme Chalhoub, a aprovação da Lei de 1850, deu-se devido a uma:

> nova conjuntura política interna e externa levaria à interrupção definitiva dos negócios dos tumbeiros, quiçá a metade da população escrava em idade produtiva existente no país fosse constituída por africanos ilegalmente

[240] Chalhoub, 2012, pg. 36.
[241] Sobre isto Chalhoub discorre: "[...] impulsionado pela demanda por trabalhadores para as fazendas de café, useiro e vezeiro no logro aos cruzeiros britânicos auxiliado pela conivência e corrupção de autoridades públicas e com o apoio de setores diversos da população." (CHALHOUB, 2012, pg. 36).
[242] "Além disso, interesses de traficantes portugueses na África, que contavam com a omissão ou conivência de Lisboa devido ao receio dela de perder suas possessões coloniais, garantiam a oferta de escravizados ao mercado brasileiro." (CHALHOUB, 2012, pg. 36).
[243] MAMIGONIAN; GRINBERG; 2007, pg. 88.
[244] VARGAS, no prelo, pg. 20.

> escravizados e seus descendentes; essa taxa de ilegalidade da escravidão era decerto muito mais alta nas fazendas de café do Vale do Paraíba, para onde afluíram em massa os africanos chegados após a lei de 1831[245].

Postas essas informações sobre como essas políticas afetaram as entradas de pessoas escravizadas no Brasil, agora viramos nossa “lupa” para Piratini, localizada ao sul do império brasileiro. O recorte temporal estabelecido entre 1811-1871 para a análise dos inventários deve-se ao fato de que em 1811 foi registrado o primeiro inventário de Piratini, e 1871, como já mencionei, foi instituída a Lei do Ventre Livre, afetando de diferentes formas as relações entre senhores e escravos. A Tabela 11 divide o período em três momentos: a) de 1811 até o ano de 1830, quando entra em vigor o tratado anglo-brasileiro que tornava o tráfico ilegal, o que foi confirmado por lei nacional, em 1831; b) o período de 1831 até o ano de 1850, quando é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz; c) de 1851 até 1871, ano da Lei do Ventre Livre. Nesse recorte temporal de 60 anos, analisei os dados de 296 inventários com cativos avaliados entre os bens dos proprietários. No geral, foram arroladas e avaliadas 1.960 pessoas escravizadas nos inventários.

Tabela 11 - Escravizados por período e sexo nos inventários (Piratini, 1811–1871)

	1811-1830	**1831-1850**	**1851-1871**	**Total**
Inventários	37	98	161	296
Escravizados	235	604	1121	1960
Média por inventário	6,35	6,16	6,96	6,62
Homens	164 (70%)	320 (53%)	565 (50,40%)	1049 (53,52%)
Mulheres	71 (30%)	281 (46,5%)	542 (48,35%)	894 (45,61%)
Sem informação de sexo	0	3 (0,5%)	14 (1,25%)	17 (0,87%)
Razão de sexo	231	114	104	117

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Ao observar a Tabela 11 é possível analisar que a média de escravizados por inventário foi de 6 cativos, com pequena variação ao longo do tempo, chegando a

[245] CHALHOUB,2012, pg. 36 e 37. Apesar da ênfase dada pelo autor ao Vale do Paraíba, cabe apenas considerar que o tráfico abastecia todas as regiões do Brasil com cativos e que elas também devem ter sentido os impactos das Leis anti-tráfico, por mais que não fossem grandes fazendas escravistas.

quase 7 no último período. Tal indicador evidência que mesmo diante das guerras e leis antitráfico, as propriedades de Piratini mantiveram suas escravarias ao menos com uma razoável estabilidade demográfica. O número de escravistas ampliou-se bastante ao longo do tempo e os novos proprietários conseguiram manter o padrão de utilização de mão de obra do que os primeiros povoadores da freguesia. Como veremos adiante, essa escravaria foi ficando cada vez menos africana, sugerindo que a reprodução natural foi fundamental para essa estabilidade.

Entre 1811 e 1830 temos um total de 37 inventários com cativos em Piratini, onde foram arrolados 235 escravizados. Ao observar o perfil destes 235 escravizados neste período, os africanos de ambos os sexos eram 121 (51,5%) e os crioulos de ambos os sexos eram 95 (40,4%). Os cativos em que não foi informado o sexo eram 19 escravizados (8,1%). Portanto, o índice de africanidade nas escravarias de Piratini, antes de 1831, era bastante alto, revelando a integração da localidade, com seus campos de trigo e fazendas de gado vacum, ao tráfico transatlântico de africanos e de como as charqueadas de Pelotas influíram fortemente na estrutura produtiva das freguesias vizinhas.[246]

A necessidade de mais gado bovino para ser abatido nas charqueadas contribuiu com o aumento da demanda por novilhos, o que estimulou a criação de animais *vacuns* na região. Como o trabalho nas estâncias de criação era majoritariamente masculino e os homens africanos eram mais traficados do que as mulheres, não causa surpresa o desequilíbrio entre os sexos nesse primeiro momento de estabelecimento das fazendas em Piratini. Entre os escravizados originários do continente africano, os homens representavam 43% do total dos escravizados, crioulos homens eram 23% do total dos escravizados no período e os homens que não consta a origem eram 5% do total, sendo um número respectivamente de homens 100, 53 e 11. Entre as mulheres, as africanas eram 9% do total, as crioulas 18% e as mulheres que não consta a origem 3%, em números respectivamente essas eram 21, 42 e 8. Os africanos homens eram um número maior do que a de africanas, sendo que na idade produtiva de 15 a 49 anos, eram 87 homens, enquanto no mesmo período o número de crioulos homens em idade produtiva de 15 a 49 anos, eram 14. Os cativos homens em idade produtiva em que a origem não é descrita somam, entre 1811-1830, um total de 6. Portanto, é possível considerar que as atividades

[246] VARGAS, Jonas. Op. cit. no prelo.

agropecuárias em Piratini, nas primeiras décadas da freguesia, foram estruturalmente dependentes do tráfico transatlântico, como demonstramos na tabela 12 a seguir:

Tabela 12 - Escravizados por período e sexo nos inventários (Piratini, 1811–1871)

	1811-1830	1831-1850	1851-1871	Total
Inventários	37	98	161	296
Escravos	235	604	1121	1960
Média por inventário	6,35	6,16	6,96	6,62
Homens	164 (70%)	320 (53%)	565 (50,40%)	1049 (53,52%)
Mulheres	71 (30%)	281 (46,5%)	542 (48,35%)	894 (45,61%)
Não foi informado o sexo	0	3 (0,5%)	14 (1,25%)	17 (0,87%)
Razão de sexo	231	114	104	117

Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Entre 1831 e 1850, os africanos somavam 195 escravizados de ambos os sexos, ou seja, 32% dos cativos. Já os crioulos, também de ambos os sexos, totalizavam 292 (48%) e aqueles que não consta a origem eram 117 cativos (19%). Ainda nesse momento a entrada de africanos em Piratini seguia crescendo, embora a perceptível queda percentual dos africanos entre os cativos, algo que se acentua após a Lei Eusébio de Queiroz. Nos anos de 1851-1871, no qual as escravarias de 1 a 9 cativos somavam 530 cativos (47%) e com mais de 10 reuniam 591 escravos (53%), nesta ocasião então os africanos representavam apenas 11% dos escravizados (119), os crioulos 64% (723 cativos) e os escravizados que não consta a origem eram 25% (279). Logo a queda de africanos em Piratini deu-se após a lei de 1850, até aquele momento o que podemos acompanhar é que a localidade seguiu inserindo africanos/africanas entre 1811-1850, ao mesmo tempo que houve um aumento dos crioulos e crioulas um reflexo da reprodução natural. Uma hipótese importante de se aventar é a questão dos escravizados em que não consta a Origem, pois estes saem da casa de 8%, 19% e 25%, possivelmente fossem africanos/africanas em que os escrivães e/ou tabeliões devido ao tráfico preferiram não descreverem a africanidade destes escravizados/escravizadas.

No que diz respeito aos sexos, a diferença do percentual de homens e mulheres cai bastante após 1830, como consequência da "crioulização" das escravarias, que trouxe consigo um maior equilíbrio sexual. De 1811, data do primeiro inventário da localidade[247], a 1830, antes da Lei que provocou alterações nos quadros referentes a sexo dos escravizados em Piratini, foram registrados 37 inventários de pessoas com cativos. Nestes documentos foram descritos 235 cativos, sendo 164 homens (70%) e 71 mulheres (30%) – razão de sexo de 231. Contudo, em números brutos, a quantidade de mulheres saltou de 71 para 281, enquanto os homens foram de 164 (em 1811-1830) para 320 (em 1831- 1850). Enquanto as mulheres quadruplicaram a sua presença na localidade, os homens apenas duplicaram esse índice. Qual seria a razão para este aumento de mulheres escravizadas nesse período?

Conforme os batismos da Matriz da Nossa Senhora da Conceição de Piratini, que iremos analisar a seguir, é imperioso destacar que, ao contrário do que ocorreu no início da história da freguesia, os ritmos de crescimento da escravaria estavam sendo mais afetados pela reprodução natural do que pelo tráfico, o que não significa dizer que o tráfico deixou de ser importante para a manutenção das escravarias. No entanto, a queda nas décadas de 1830 e 1840 é bastante considerável, o que nos fez pensar em mais uma hipótese. O número de crescimento populacional dos homens talvez não tenha acompanhado o mesmo ritmo do número de mulheres por conta da Guerra dos Farrapos, que afetou diretamente a região, seja com o recrutamento dos lanceiros negros, seja na dispersão de senhores com seus campeiros e de todas as consequências sociais e econômicas que uma guerra civil de dez anos pode causar em uma sociedade.

No entanto, quais transformações ocorreram no perfil da escravaria do município para além da diminuição do percentual de africanos? Teria a Guerra Civil Farroupilha afetado essa população? Nos primeiros anos do conflito, entre 1836-40, o conflito influenciou no número de inventários e de cativos. Nesse momento foram realizados 13 inventários com 67 escravizados arrolados[248], ou seja, 25% do total dos escravizados dos anos de 1831-1840, sendo 35 homens e 34 mulheres escravizados. Dos 13 escravistas, 11 possuíam de 1 a 9 escravizados e os outros 2 possuíam 27

[247] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. Ano: 1811. Processo n°: 609. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 26.
[248] 67 escravizados de 273 ao total entre 1831-40, como mostrarei adiante.

cativos. Nesse mesmo período em que se desenrolava ao sul do Brasil a Revolução Farroupilha, marca também a década em que o tráfico Atlântico de seres humanas estava sob a lei de 1831. Conforme os estudos de Beatriz Mamigonian a lei teve um efeito prático em seu início, porém o tráfico ganhou força novamente a partir de 1834[249]. Pensando a distância de Piratini e o preço menos acessível do africano é de se pensar que esse também fosse um motivo para diminuição de homens escravizados na localidade.

A essa época foram arrolados 24 inventários durante os anos de 1836-45, levo essa data em conta pois, o conflito se iniciou em setembro de 1835, e não deve ter afetado da mesma forma os registros como nos anos posteriores pois a república rio-grandense só seria proclamada pelo General Antônio de Souza Neto em 20 de setembro de 1836. De 1836-1840 foram registrados 13 inventários, com 67 pessoas escravizadas, 35 homens e 32 mulheres, dos 13 inventários, 11 eram de senhores com escravarias de 1-9 e 2 com mais de cativo por inventário. Os 11 escravistas com 1-9 cativo por inventário tinham a posse de 40 escravizados sendo 21 homens e 19 mulheres, ao passo que os escravistas com mais de cativo por inventário tinham em suas posses um total de 27 escravizados (14 homens e 13 mulheres).[250]

Dos 97 escravizados, nos primeiros 5 anos da década de 1841-50, se inverte quais escravistas possuíam mais escravizados. Aqui se reproduz a lógica do Brasil Império, onde aqueles escravagistas que estão no grupo de mais de 10 cativos por inventário tem maior concentração deste grupo de pessoas que o de menor posse de escravos por inventários (1 a 9). As mulheres neste quadro de observação eram maioria, 49 escravizadas, ao passo que os homens eram 45, embora não fosse uma diferença muito grande. Pode-se levar em conta o fato de muitos escravizados possivelmente terem sido incorporados ao exército farroupilha no Batalhão dos Lanceiros Negros, isto porque neste período muitos foram recrutados.

Nos inventários não encontrei nenhum registro sobre este fato, mas durante os anos de 1838 foram criados alguns decretos com a finalidade de convocar negros e índios, a fim de serem incorporados as tropas, como consta no artigo 28 parágrafo 3° que “Fará igual escolha dentre os índios e pretos libertos, fazendo seleção dos mais ágeis e capazes para o Corpo de Lanceiros da 1à Linha, destinando os outros para

[249] MAMIGONIAN, 2009, pg. 224.
[250] Observação: Este grupo de escravistas com mais de 10 escravizado por inventários eram: 1 homem com 12 cativos, e uma mulher com 15 escravizados.

os Corpos de Infantaria e Caçadores[251].” Aos 25 dias do mês de agosto de 1841, Antônio de Souza Netto, ordenava ao então Chefe de Polícia Ignácio José de Oliveira Guimarães fossem presos “todos os homens vagos, e agarrar os desertores do Exército realista, e escravos dos dissidentes para sentarem praça na Infantaria, os quais me enviará pelo [...] Major Urbano[252]”.

A razão de sexo em Piratini, entre 1831 e 1850, era de 114, bem inferior ao índice de 231 para o primeiro período, quando o tráfico atlântico estava na sua fase de expansão e a Guerra não havia começado. Em Alegrete para os anos de 1831-1850, ao analisar os inventários com bens rurais, Luís Augusto Farinatti destaca que “a relação entre os sexos se apresentava bastante desequilibrada entre os cativos, com uma média de mais de 177 homens para cada 100 mulheres escravas (razão de masculinidade de 177,6; com uma proporção de apenas 36% de cativas mulheres no universo total analisado)[253].” Portanto, Alegrete, que possuía maiores estâncias e maiores rebanhos que Piratini, apresentou uma razão de sexo superior. Por sua vez, André Corrêa também descreve uma grande superioridade de homens cativos em Caçapava na década de 1840:

> década de 1840 com maior número de escravos, consequentemente as suas médias também foram mais elevadas. Como percebe-se no [...], a média de homens sempre foi superior a das mulheres, nunca baixando de quatro escravos, e atingindo o máximo de cinco cativos do sexo masculino. As mulheres por sua vez, tiveram um aumento gradativo de suas médias no decorrer das décadas. O elemento central para analisar esses dados é o tráfico de cativos, pois a quantidade superior de homens sempre foi uma necessidade das localidades. Conforme o tráfico vai diminuindo sua intensidade, a paridade entre os sexos tende a ser semelhante [...].[254]

Analisando o período de 1851-1871, a razão de sexo diminui de forma mais efetiva. Comparando ao que apresenta Natália Pinto em Pelotas durante anos próximos de 1850-1870, é que se compreende a diferença do que ocorria em Piratini:

> O padrão demográfico que emerge desses inventários indica que os escravos de origem africana, no período entre 1850/1870, tinham uma expressiva participação na composição das senzalas dos senhores mesmo com o término do abastecimento via o tráfico atlântico. Observa-se uma expressiva presença de trabalhadores do sexo masculino em ambos os períodos da

[251] AHRS, 1981, pg. 59.
[252] AHRS. Anais do AHRS, Volume 13, CV-6249.
[253] FARINATTI, 2007, pg. 299.
[254] CORRÊA,2013 pg. 80.

> análise. Verificando os dados que disponho temos o seguinte cenário: 1.415 eram africanos escravizados, sendo que 81,5% eram de homens e 18,5% de mulheres, apresentando uma razão de masculinidade de 440 para todo o período da investigação. É notório salientar a significativa diminuição da população escravizada africana de um período para outro em virtude de duas possibilidades: a conquista da alforria, mas também aos índices de mortalidade dos escravizados[255]

Esses indicadores ajudam a sugerir que entre os africanos o percentual de homens era maior que entre os crioulos, pois, como é sabido, o tráfico envolvia mais homens do que mulheres. No caso de Pelotas, o trabalho nas charqueadas também provocava um alto desiquilíbrio sexual na escravaria do município.

Ainda sobre a diminuição do percentual de homens em Piratini é preciso considerar algumas hipóteses: a) segundo os registros de batismos entre 1851 – 1862, por exemplo nasceram mais meninas que meninos, sendo 442 e 377 respectivamente; b) outra hipótese seguida da primeira, é acerca de que a infância dessas crianças era muito dura, onde muitos faleciam devido a condições precárias e até desumanas em que viviam, logo nem todos os meninos nascidos chegaram a vida jovem/adulta e aos altos índices de mortalidade infantil[256]; c) possivelmente os escravizados homens fossem mais alvos do tráfico interno, fenômeno que se acentuou após 1850. Nesse caso, um maior impacto em Piratini podia ser consequência da sua proximidade com Pelotas.

Ao investigar o tráfico interno em Pelotas, Vargas aponta que os grandes charqueadores pelotenses não eram os que vendiam escravizados para o sudeste cafeicultor, e que muitos destes charqueadores aumentaram suas escravarias comprando escravizados de outras localidades. Segundo o autor, dos 382 escravizados envolvidos em transações por procuração entre 1874-1880[257], 83 não eram de escravista de Pelotas e sim de outros municípios da província sulina, mostrando o potencial comprador de escravizados que era Pelotas. Entre 1874 e 1880, o autor encontrou registro de 17 cativos de Piratini sendo vendidos em Pelotas, mas esse número pode ter sido maior se somarmos os anos anteriores.[258]

A partir da Tabela 13, podemos analisar a estrutura de posse cativa em Piratini pelos inventários. Quanto ao tamanho das escravarias, os pequenos escravistas, com

---

[255] PINTO, 2018, pg. 54-55.
[256] Sobre a infância das crianças escravizadas ver: JR RESENDE, 2023.
[257] VARGAS, 2013.
[258] VARGAS, 2013, pg. 230-231.

1 a 9 cativos (81%), somavam 240 inventários e reuniam 951 escravos (48,5%), enquanto os médios proprietários, com 10 a 19 escravizados, somavam 40 inventários (14%), mas detinham 511 cativos (26,1%) arrolados entre seus bens. Os grandes escravistas, com 20 cativos ou mais, estavam presentes em somente 16 inventários (5%), mas concentravam 498 dos escravizados (25%). Portanto, em Piratini, assim como ocorria em todo território do Império brasileiro no Oitocentos, a maioria dos senhores era formada por pequenos escravistas.[259]

Todavia, tomando por base os inventários *post-mortem*, ao observarmos a Tabela 13, 51,5% dos escravizados viveram em escravarias de médio e grande porte em Piratini. Por mais que a posse escrava estava diluída pela sociedade, os inventários mostram que médios e grandes escravistas (com 10 ou mais cativos) concentravam mais da metade da população cativa. É bem verdade que estamos falando de uma realidade de um pequeno município de produção agropecuária para o mercado interno, em que pessoas com 10 cativos, ou seja, médios escravistas, já possuíam uma escravaria maior que a da metade de todos os senhores do município. A análise da estrutura de posse a partir dos registros de batismo irá mudar um pouco esse quadro, mas, desde já, é importante mencionar que o cenário do cativeiro em que estavam inseridos Silvano, Alexandre, Silvéria e Eva, cativos da escravaria de José Pimentel, era o de médias escravarias.

Tabela 13 - Estrutura de posse cativa em Piratini a partir dos inventários (1811 – 1871)

Tamanho da Escravaria	N° de inventários	% de inventários	Nº de escravos	% de escravos
1-4 escravos	148	50%	334	17%
5-9 escravos	92	31%	617	31,50%
10-19 escravos	40	14%	511	26,10%
20 escravos para mais	16	5%	498	25,40%
Total	296	100%	1960	100%

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Munícipio de Piratini**.**

Estudando a disseminação da escravidão na sociedade do Brasil Imperial, João José Reis, ao analisar a distribuição da riqueza na sociedade baiana do século XIX, destaca que a posse de “escravos não era coisa apenas de gente rica. Só os muito pobres não tinham escravo algum[260]”, ou seja, mostra a disseminação da posse

[259] Ver, por exemplo, MARCONDES, 2009.
[260] REIS, 2003, pg. 31.

escrava em todos os extratos da sociedade. Reis pontua ainda sobre a distribuição da mão de obra escravizada para um grupo de 395 cidadãos baianos do século XIX, afirmando que apenas 13% destes não tinha sobre a sua posse um escravizado. Segundo João José Reis:

> A maioria, ou 65% das pessoas aqui consideradas, era proprietária de até dez escravos. Todos os artesãos, sem exceção, tinham pelo menos um escravo; e dois deles, bem mais prósperos, chegaram a senhorear mais de dez. Padres, militares, funcionários públicos, boticários, taverneiros, lavradores, além de senhores de engenho, grandes negociantes, locadores de escravos, todos investiam na escravidão. Até os ex-escravos africanos: dos 25 da amostra apenas quatro não eram senhores. É provável que os escravos de Salvador estivessem na sua maioria em suas mãos pequenos escravistas, pessoas com até 10 escravos no máximo.[261]

Assim como o padrão de perfil das escravarias baianas, no Rio Grande do Sul do início do século XIX a estrutura da posse cativa não era tão diferente assim. Jonas Vargas, ao analisar Pelotas no século XIX, demonstra que naquela localidade se apresentava o mesmo padrão das demais regiões brasileiras sobre a posse escrava, ou seja, que apesar da escravidão estar disseminada em todos os setores da sociedade existia uma concentração de cativos e cativas nas mãos de poucos escravistas.[262] Analisando diferentes regiões do Rio Grande do Sul, Marcelo Matheus e Leandro Fontella verificaram um padrão semelhante.[263] Como foi dito, esse mesmo padrão estava presente em outras regiões do Brasil.[264]

Thiago Araújo, ao pesquisar a Vila de Cruz Alta, discorre que a posse escrava estava pulverizada entre os senhores de escravos no período de 1834-1884, seguindo o padrão que se destacava em boa parte do território do Brasil Império, com senhores de poucos escravizados. Segundo Araújo:

> Detalhando o olhar para o período anterior ao final do comércio ilegal de escravos, entre 1834-1849, constata-se que 53,3% dos senhores possuíam entre 1 e 4 cativos, mas detinham somente 13,8% dos escravos. Os senhores que possuíam entre 5 e 9 cativos compõem 23,3% dos escravistas e detém 21,7% dos escravos, o que demonstra a correspondência entre sua representatividade entre os proprietários e a concentração de posse dos cativos. Juntando as duas faixas, o que se pode considerar pequenos escravistas, somam 76,6% dos proprietários detendo 35,5% dos escravos. Os médios e grandes proprietários, os que possuíam entre 10 e 19 escravos

[261] REIS, 2003, pg. 32.
[262] VARGAS, 2016.
[263] MATHEUS; FONTELLA; 2013, pg. 71-96.
[264] MARCONDES, 2005.

> e 20 ou mais, perfazem 23,3% dos escravistas concentrando 64,5% dos cativos[265].

São números que se aproximam dos investigados para Piratini, para um recorte temporal semelhante (faço aqui esse corte para facilitar a comparação), entre 1834-1849, em que 51% dos senhores detinham dentre 1 a 4 escravizados, o que representava 18% dos escravizados; os escravistas que possuíam entre 5 a 9 escravizados eram 26%, e tinham a posse de 24% dos cativos. Já os senhores de 10 a 19 escravizados eram 16% que possuíam 30% dos escravizados; os senhores de 20 escravizados a mais eram 7%, todavia, detinham 28% dos cativos. Em linha gerais, os pequenos proprietários eram 77% e possuíam 42% dos cativos, e os médios e grandes escravistas eram 23%, e possuíam 58% dos escravos. Logo, nesse recorte temporal, os dados de Piratini vão ao encontro dos de Cruz Alta.

Para o período de 1830-1850, em Pelotas, Natália Garcia Pinto apontou que:

> Um elevado número de pequenos senhores de escravos que, no entanto, no computo final não detinham um patrimônio acumulativo de cativos sobretudo em relação aos que possuíam até 4 escravos. Por outro lado, analisando o extremo da realidade apresentada, os inventariados com um plantel de mais de cinquenta escravos, representavam pouco mais de 5% da mostra e detentores de uma expressiva presença de mão de obra escrava em suas escravarias[266] [...]

Marcelo Matheus e Leandro Fontella, consideraram que na região das Missões, entre 1828-1850, os “pequenos escravistas representavam 77% dos proprietários e detinham 45% dos cativos. Por sua vez, médios e grandes escravistas compunham 23% do universo dos senhores, concentrando cerca de 55% dos escravos[267].” Matheus destaca que Alegrete entre 1829-1849 seguia-se o mesmo padrão que os demais locais da Provincia de São Pedro onde:

> a grande maioria dos senhores – 70,5% – detinha pequenos plantéis. Por outro lado, apenas 31% dos escravos estavam nestas escravarias, enquanto os 29,5% de médios e grandes proprietários eram senhores de quase 70% dos cativos. Esse predomínio de pequenos senhores está de acordo com números revelados por trabalhos que enfocaram outros municípios da província, mesmo com algumas diferenças econômicas e sociais entre eles[268].

---

[265] ARAÚJO, 2008, p. 69-70.
[266] PINTO, 2012, pg. 47-48.
[267] MATHEUS; FONTELLA, 2013, pg. 85.
[268] MATHEUS, 2012, pg. 59.

Portanto, como foi dito anteriormente, a ampla disseminação da posse cativa e a sua concentração no topo dos escravistas foi algo comum em toda a província.

É importante realizar algumas considerações a respeito dos números apresentados até aqui. O número absoluto de africanos aumentou do período 1811-1830 para o de 1831-1850, evidenciando a permanência da ilegalidade do comércio negreiro para a região, algo que será confirmado, adiante, com a análise dos africanos adultos em os batizandos. Contudo, esse aumento não foi suficiente para conter o declínio do percentual de africanos frente aos crioulos. Nesse sentido, a força da reprodução natural superou a força do tráfico ilegal antes da Lei Eusébio de Queiroz. No geral, somando crioulos e africanos, o número de cativos saltou de 235 cativos no primeiro período para 604 no segundo, aumentando 2,57 vezes. Comparando 1831-50 com o outro recorte temporal entre 1851-71, o aumento de escravizados inventariados foi próximo de 1,85 vezes. Ao observar o perfil das escravarias antes e depois da Lei Eusébio de Queiroz de 1850, vemos que o crescimento das escravarias na localidade foi algo em torno de 1,33. Ou seja, Piratini resistiu às guerras que marcaram o período, às leis abolicionistas do tráfico e possíveis conjunturas econômicas desfavoráveis, mantendo um padrão de composição e recomposição de mão de obra cativa constante.

Conforme Marcelo Matheus, até a década de 1850 houve uma certa estabilidade na aquisição de escravos por senhores com até 10 escravos, mas isto se alternou nas duas décadas seguintes.

> Da virada da primeira metade do século para a década de 1850, os percentuais não se alteram muito, mostrando certa estabilidade das escravarias. O pequeno aumento no número de senhores com cinco e até nove escravos e de proprietários com mais de dez cativos pode advir desta mesma estabilidade das relações escravistas na localidade (e, quiçá, no Brasil), com os plantéis crescendo naturalmente, com vimos no segundo capítulo – mas não só por isso, é claro, já que senhores mais aquinhoados provavelmente estavam em melhores condições de comprar escravos de outros proprietários locais ou regionais[269].

Em Piratini neste período houve um aumento nos senhores de 1 a 4 cativos, sendo os que mais cresceram, seguidos pelos senhores com 5 a 9 escravizados. E aqueles com 10 a mais escravizados, principalmente até 19 cativos, que em 1811 era 0,74% subiram 3,26% ao final da primeira metade do século XIX.

[269] MATHEUS, 2016, pg.194.

Tabela 14 - Escravarias de Piratini nos inventários post-mortem por período (1811-1871)

Escravarias	1810 - 1830		1831 - 1850		1851 - 1871	
	Inventários	Escravizados	Inventários	Escravizados	Inventários	Escravizados
1-4 escravos	17 (46%)	39 (17%)	54 (55%)	136 (22,5%)	77 (48%)	159 (14,2%)
5-9 escravos	12 (32%)	77 (33%)	26 (27%)	169 (28%)	54 (34%)	371 (33,1%)
10-19 escravos	7 (19%)	94 (39%)	13 (13%)	167 (27,6%)	20 (12%)	250 (22,3%)
20 escravos para mais	1 (3%)	25 (11%)	5 (5%)	132 (21,9%)	10 (6%)	341 (30,4%)
Total	37 (100%)	235 (100%)	98 (100%)	604 (100%)	161 (100%)	1121 (100%)

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Munícipio de Piratini.

O terceiro recorte temporal para se analisar o perfil das escravarias em Piratini abrange o período de 1851-1871. Aqui os senhores com inventários de 1 a 9 escravizados se mantém como maioria sendo agora 81,4%, enquanto os senhores com mais de 10 cativos eram um total de 18,6% dos inventariados. Os senhores de 1 a 9 cativos possuíam 47% dos escravizados, ao passo que inventariados de acima de 10 escravizados tinham a posse de 53% dos cativos de Piratini. Ao todo foram arrolados nos inventários neste recorte temporal 1121 escravizados de ambos os sexos, e eram 161 escravagistas. Natália Pinto destaca que para o período dos anos entre 1850-1870, em Pelotas:

> Em primeiro lugar, cabe a ressalva da quantidade expressiva de pequenos plantéis, tendo um percentual de 81,6%. Por outro lado, apenas 34,9% dos escravos estavam nestas escravarias (1 a 9 escravos), enquanto que os 15,8% de médios proprietários detinham 39,8% de trabalhadores cativos. E os grandes proprietários (aqueles com mais de 50 escravos) somaram apenas 2,6% dos dados coligidos, tendo em seus plantéis 25,3% da mão de obra no município. Destaca-se que nas escravarias de pequenos proprietários uma significativa presença de mulheres cativas, não ocorrendo uma expressiva disparidade numérica entre os sexos. Situação análoga nas grandes escravarias, onde a desigualdade entre os gêneros se fazia uma constante[270].

Retomo aqui o caso do escravista Ambrósio Carlos da Costa, com inventário datado do ano de 1856, era quem tinha mais escravizados em suas posses conforme os inventários. Ao total eram 80 cativos, avaliados em um total de 48:320 mil réis,

[270] PINTO, 2018, pg. 48.

sendo 36 homens, 36 mulheres e 8 não constam informações sobre seu gênero. O perfil dos escravizados, era em sua maioria de crioulos (18) e crioulas (24), totalizando 42 escravizados nascidos no Brasil. Os que não consta a origem, totalizam entre todas as idades 32 escravizados. Os demais cativos são descritos como 5 Africanos e 1 Congo. Ambrósio segundo consta em seu inventário doou 22 dos seus escravizados aos filhos, sendo que 8 foram vendidos, 1 alugada e 1 falecido.

Pode-se presumir que Ambrósio tivesse, assim como a maioria dos inventariados aqui analisados, uma economia voltada para atividades agropecuárias destinadas a abastecer o mercado interno. Sobre as profissões dos seus escravizados havia o menino Inácio, de 8 anos, crioulo, campeiro, avaliado em 600mil réis, outro escravizado campeiro era Simão, crioulo de 50 anos avaliado em 300mil réis, e Joaquim, de também 300mil réis, crioulo, campeiro, que foi descrito como “doente”. Ainda no que concerne ao trabalho agropastoril, havia cativos descritos como de origem africana, como José Capataz e Bonfim, de 50 anos, roceiros e avaliados em 300 mil réis cada. Outro roceiro que compunha a escravaria de Ambrósio era Francisco de 60 anos, Congo, avaliado em 150 mil réis. Uma informação importante de ser destacada é que o cativo Miguel de 60 anos, africano, ourives, de valor 150mil réis, como a profissão nos mostra, devia trabalhar na zona urbana, servindo como escravo de ganho ao seu senhor; até mesmo pela idade e a profissão que desempenhava. O fato de ser especializado em trabalhar com metais preciosos, pode ter lhe concedido uma vida que lhe permitiu maiores brechas durante seu cativeiro, lembrando que segundo o inventário ele veio do continente africano, e sabemos que muitos povos daquele continente eram especialistas em ourivesaria.

Posso afirmar então que em Piratini se reproduzia um modelo de escravidão que ocorria em quase todo o Império brasileiro, pois havia naquela localidade senhores de poucos escravizados, que foram os mais inventariados ao longo do recorte temporal estabelecido na pesquisa. Pequenas propriedades de criação e plantação pareciam se constituir na maior parte das unidades produtivas em que os cativos estavam tendo a sua mão de obra utilizada. Grandes estâncias com mais de 10 cativos existiam, mas reuniam menos de 1/5 dos proprietários. Contudo, a presença de pequenos escravistas parecia ser ainda maior, uma vez que os inventários não dão conta de atingir com maior eficácia os produtores mais modestos. A partir dos registros de batismos da localidade entre 1810-1862 e perceber as diferenças entre as escravarias a partir de outra fonte.

2.2 – Estrutura de posse cativa a partir dos registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini

Piratini era uma Vila do Brasil Imperial e entre as características arquitetônicas da localidade havia algumas casas com telhado de barro em capa canal, residências essas muito provavelmente feitas com tijolo maciço e barro dando liga as paredes, ruas com calçamento de granitos de formato irregulares, e na Cadeia da Vila de Piratini, local de alvenaria de portas com vidraças e janelas em guilhotinas[271]. Contudo, naquele verão de fevereiro de 1865, talvez as "altas temperaturas" não fossem consequência somente do calor natural da estação. Na noite de 4 de fevereiro de 1865, alguns escravizados, provavelmente guiados pela luz da lua crescente e o brilho das estrelas, caminhariam por uma estrada de chão cercada por árvores que dava o nome do local onde se encontrariam na estrada da Capororoca, próximos a propriedade do já descrito José Pimentel. Os escravizados se uniriam para uma insurreição na localidade, porém foram entregues antes de conseguirem tal feito. Entre os escravizados investigados no processo-crime[272], estava Thomé, rio-grandense, preto, 36 anos, solteiro, campeiro e lavrador, cativo de José Ulino da Rosa.

Além da mencionada tentativa de insurreição, o contexto era de guerra do Império do Brasil contra o Paraguai. O conflito se alastraria por mais cinco anos, e segundo o jornal Diário de Rio Grande de 17 de fevereiro de 1865, as fronteiras da província estavam sendo atacadas pelos "caricatos[273] novos Rosas, saindo de uma normal tranquilidade com a surpreendente notícia de terem pisado o território da pátria caudilhos do governo de Montevidéu e que se dirigiram sobre a cidade de Jaguarão!"[274]

Portanto, podemos imaginar que a conjuntura de guerra colaborava mais ainda com um tom de alta tensão entre as autoridades municipais da Cadeia Pública da Vila de Piratini, onde estava sendo inquirido o escravizado Thomé. O escrivão João Nolasco Pereira da Cunha provavelmente estivesse sentado em uma cadeira feita com madeira, com os papéis que compunham o corpo processual em uma mesa

---

[271] STORCHI, 2012, pg. 75.
[272] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143.
[273] Palavras do correspondente de O Diário de Rio Grande.
[274] autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865, pg. 2. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande.

(também de madeira), talvez uma pena que usava para escrever com uma tinta de cor escura, a frente do escrivão acompanhado pelo Delegado Suplente em Exercício Zeferino Pereira Madruga, o juiz Guilhermino Bueno questionou: onde havia nascido e de quem Thomé era filho? Segundo as informações descritas pelo escrivão João Nolasco Pereira da Cunha, Thomé respondeu ter nascido na própria Vila de Piratini e que sua mãe era a preta Mariana, escravizada de Maria Joaquina de Jesus[275]. Perseguindo esses nomes na documentação, encontrei as seguintes referências nos registros de batismo a respeito da possível mãe de Thomé:

Quadro 3 - Escravizados de Maria Joaquina de Jesus

Nome do Batizando	Cor	Condição	Naturalidade	Ano	Mãe	Condição	Naturalidade	SENHOR da mãe e/ou do Batizando
Cipriana	s/r	escravizado	Crioula	12/10/1825	Mariana	escrava	Crioula	Maria Joaquina de Jesus
José	preto	escravizado	Crioulo	19/11/1830	Mariana	escrava	Crioula	Maria Joaquina de Jesus
Sebastião	mulato	escravizado	Crioulo	19/01/1834	Mariana	escrava	Crioula	Maria Joaquina de Jesus
Paula	s/r	escravizado	Crioula	25/01/1842	Mariana	escravo	-	Maria Joaquina de Jesus

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1841 – Livro 1: pg. 123 verso; 165 frente; 185 verso; 279 verso. (A.M.D.Pel.).

O nome da senhora e da escravizada são apresentados nos registros batismais. No entanto, Thomé não é mencionado entre os filhos da cativa.[276] O que poderia ter acontecido? Pensamos em algumas hipóteses acerca das experiências familiares de Thomé: a) E se quando pequeno, Mariana cuidou de Thomé, e ele por sua vez, sendo órfão ou não tendo os cuidados da mãe biológica tomou esta Mariana

[275] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 25 frente.

[276] Também pesquisei o nome de Maria Joaquina de Jesus nos inventários post-mortem e encontrei uma homônima em Caçapava, em 1859 (APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Comarca de Caçapava. Localidade Caçapava. Fundo: 016. Ano: 1859; Processo n° 45). Ela tinha em sua escravaria 22 cativos e uma escravizada de nome Mariana. Se a senhora de Piratini for essa mesma de Caçapava, certamente a Mariana do inventário não é a mesma que Thomé referiu como sendo sua mãe, pois a Mariana erradicada em Caçapava tinha por volta de 27 anos em 1859, época em que Thomé tinha por volta de 30 anos. A Mariana citada nos batismos era bem mais velha, tendo em 1859 quase 50 anos, tendo condições de ser a mãe de Thomé. Portanto, não descarto que a escravista Maria Joaquina de Jesus seja a mesma pessoa, mas, provavelmente, as “Marianas” não eram.

por mãe? b) Ou até mesmo a mãe biológica de Thomé pode ter sido vendida e Mariana cuidou do escravizado até este ser vendido a José Ulino da Rosa?

Para pensar na questão da família em Piratini do século XIX, destaco a noção de maternidade pode também ser relativizada nesse contexto, em que possivelmente assim como os laços de família passavam os laços sanguíneos. Sobre a maternidade da mulher escravizada como apontam Natália Pinto, Caiuá Al-Alam e Paulo Moreira (2020), "A escravidão ameaçava a vida dessas mulheres, seus corpos, seus filhos.[277]" Ainda segundo Natália Pinto, Paulo Roberto Moreira e Caiuá Al-Alam, a manutenção da escravidão "[...] dependia da escravização dos filhos de mulheres africanas e crioulas, mas o projeto de liberdade também estava pautado na agência da maternidade para o resgate de parente do cativeiro.[278]

Segundo José Resende Jr., a maternidade perpassava diversos aspectos, da vida da mulher, desde "seus corpos explorados[279]" fossem em suas funções fosse no campo ou nas lidas da casa, em muitos casos estando gestando, ora na obrigação de "preterir alimentos para seus filhos, para amamentar os filhos dos senhores.[280]" Os filhos escravizados destas mães, segundo José Resende Jr., após a segunda metade de mil e oitocentos, após o final do tráfico Atlântico de seres humanos, tiveram um crescimento nas escravarias, a partir dos alargamentos das famílias que se constituíam nessas condições. O que não se refletiu em Piratini após 1850 como demonstrarei ao longo do capítulo 3. Essas mulheres escravizadas tiveram como aponto José Resende Jr., o seu ventre como "[...] enfoque, para a manutenção das escravarias. Essas mulheres estavam mais próximas da liberdade, aquelas que mais reivindicavam e conquistavam suas alforrias, ainda que mantivessem elos com o cativeiro, com seus filhos escravizados.[281]"

Segundo José Resende Jr. a importância da família escrava deve ser entendida a partir da noção que os escravizados tinham em manter e assentar os laços de "de solidariedade como estratégia de sobrevivência.[282]" José Resende Jr. destaca ainda a importância de "ampliar a perspectiva da própria ideia de família, e dentro deste

[277] PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020, pg. 141.
[278] PINTO; MOREIRA; AL-ALAM, 2020, pg. 144.
[279] RESENDE JR, 2023, pg. 163.
[280] RESENDE JR, 2023, pg. 163.
[281] RESENDE JR, 2023, pg. 163.
[282] RESENDE JR, 2023, pg. 38.

contexto diaspórico, percebê-la de forma mais extensiva e não só correspondente as ligações de sangue.[283]"

Logo essa família matrifocal que será descrita ao longo da tese, no meu entendimento está vincula a esta família nuclear existente na Piratini do século XIX, segundo Jonis Freire, o parentesco ou laço familiar africano, e no caso aqui afrodescendente, seria um dos espaços de manter a cultura africana, e entre estes espaços a noção de família naquele contexto de escravidão deve ser repensado:

> Foram muitos os aspectos que mantiveram as heranças culturais africanas, um deles certamente foi o da família negra. A família não se restringia apenas a relações de parentesco, para além deste aspecto ela foi importante na manutenção/transmissão/herança de culturas e na formação de identidades sociais. A família constituiu-se no principal refúgio para aqueles indivíduos, era nela que eles compartilharam sua vida afetiva e conseguiram manter um mínimo de autonomia. Traços de permanências culturais podem ser observados na formação de seus lares, no emprego de uma memória genealógica, por meio dos nomes atribuídos aos descendentes, na formação de sua economia interna, nas línguas empregadas por seus componentes[284].

Essa afirmação de Jonis Freire me leva a hipótese de que os laços parentais destas pessoas iriam para além dos vínculos consanguíneos, ou seja, o conceito de família escravizada e suas experiências familiares eram mais horizontais não se davam somente entre mães-pais e filhos de sangue, mas também pelos laços afetivos "intra" e "exo" escravaria posso assim dizer. Talvez Thomé quando nasceu foi apartado da mãe, e Mariana tenha sido a pessoa mais próxima que teve desta condição, uma madrinha talvez? Isto porque ele descreve o nome de sua mãe e a escravista dela, e não dizia ser escravizado de Maria Joaquina de Jesus. Ou provavelmente o escravizado mesmo sendo de Piratini possa ter sido batizado ao nascer em outra capela, como Jaguarão, Pelotas ou Bagé, por exemplo.[285] Em seu depoimento no processo-crime sobre a tentativa de insurreição, José Ulino da Rosa, de 51 anos, casado, criador de gado, residente no 1º distrito de Piratini, quando questionado sobre a quanto tempo conhecia os réus envolvidos como "cabeças" do movimento, afirmou conhecê-los desde o nascimento[286].

---

[283] RESENDE JR, 2023, pg. 38.
[284] FREIRE, 2009, pg. 156.
[285] E ir atrás do nome de cada escravizado seria como procurar "uma agulha em palheiro", pois muitos destes nomes eram comuns a época.
[286] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, pg. 42 frente.

A partir da análise dos registros batismais, percebemos que José Ulino da Rosa, assim como Maria Joaquina de Jesus, eram escravistas de poucos cativos. Pelo que consta na documentação da Igreja frente ao sacramento católico, elaborei um quadro onde apresento a seguir os escravizados batizados que foram cativos de José Ulino:

Quadro 4 - Escravizados de José Ulino/Ulina da Rosa

Nome do Batizando	Cor	Condição	Crioulo ou Africano	Ano	Mãe	Condição	Africana ou Crioula	SENHOR da mãe e/ou do Batizando
Thereza	-	escravo	Crioula	1857	Inácia	escrava	Crioula	José Ulino da Rosa
Anastácia	-	escravo	Crioula	1861				
Domingas	-	escravo	Crioula	1861				

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1841 – 1862 – Livro 2: pg. 101 verso; 132 verso; 133 frente. (A.M.D.Pel.)

Observando tanto o quadro com os escravizados batizados por Maria Joaquina de Jesus quanto os de José Ulino da Rosa percebe-se que suas cativas personificam e exemplificam o processo de crescimento natural das escravarias que estamos estudando ao longo dessa tese e que colaborou para o aumento da população cativa ente 1810 e 1871. Tanto Mariana quanto Inácia, em seu tempo, geraram mão de obra para seus escravistas, seja em sua propriedade ou para ganho fora delas. Posso imaginar, e havia possibilidades para isso, que o próprio Thomé fosse o pai de Thereza, Anastácia e Domingas, embora em nenhum momento isto seja aventado. Em seu depoimento, as filhas de Inácia constam como “natural”, ou seja, não havia o reconhecimento da Igreja de uma possível união entre os dois escravizados.[287]

Vejamos outros casos que ajudam na reflexão a respeito de como os batismos podem nos ajudar a entender melhor o mundo da escravidão em Piratini e, nesse caso, da própria escravidão no Brasil. Em outubro de 1861, na Vila de Piratini, o escravizado José Bento, solteiro, cabra, 30 anos mais ou menos, crioulo da Província de Rio Grande de São Pedro, que tinha como profissão ser campeiro, foi acusado de agredir Manoel Ledesma com uma pistola, fazendo-lhe diversos ferimentos.[288] O

[287] Talvez José Ulino tivesse outro ou outros escravizados homens, ou até mesmo escravizados de outras escravarias poderiam ser o pai ou os pais das meninas.

[288] APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1862 - Processo n°: 1179. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 258.

escravista de José Bento, Damásio Medeiros Machado, por sua vez, levou a pia batismal da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini 3 crianças escravizadas, sendo uma no período de 1832-1850 e duas entre os anos de 1851-1862. Eram Firmino, Cândida e João, todos filhos de Ritta, africana, de Nação. José Bento, provavelmente foi batizado em outra localidade, ou apenas descrito como José em outra escravaria. Poderia também José Bento ser pai das crianças? Nunca saberemos.

O que conseguimos saber é que o mesmo José Bento, cativo de Damásio, foi listado em Correspondência Expedida em 24 de janeiro de 1866, pelo então 4º suplente do delegado de Piratini Zeferino Pereira Madruga ao Chefe de Polícia da Província Gervásio Campelo Pires Ferreira[289], como um dos réus ausentes na localidade de Piratini. Analisando os registros de compra e venda de cativos, percebemos que, nesse meio tempo, Damásio comprou outro escravizado. Em 28 de novembro do ano de 1862 ele pagou 1:000$ a Evaristo de Oliveira por João Bento, crioulo de 10 anos, descrito como pardo/mulato, vendido pelo escravista de sua mãe Purcina.[290] Provavelmente Damásio tenha comprado João Bento, tendo em vista a possibilidade da prisão de seu escravizado José Bento, ou seja, substituindo a perda da sua mão de obra. Nesse caso, o ato da compra ainda separava a mãe Purcina de seu filho João, em uma época em que o tráfico interno se intensificara e muitas famílias foram separadas. No entanto, seria de fato uma separação? É muito curioso que a perda do cativo José Bento tenha sido compensada com a compra de um João Bento. Seria esse “Bento” uma coincidência ou algum grau de parentesco entre ambos? Seriam pai e filho? Seriam irmãos? É algo difícil de responder.

Portanto, diante da perda de um cativo para a Justiça e da necessidade de comprar uma criança de 10 anos por 1:000$ réis para repor o cativo perdido, a alternativa de aumentar a escravaria via reprodução natural tornava-se ainda mais atraente. Segundo os registros de batismos, Damásio, tanto no segundo recorte

---

[289] AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço17. **Correspondência expedida**, data: 24.01.1866. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.).1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 107

[290] APERS. *Documentos da escravidão*: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Livro 2. 051. Fundo Tabelionato Munícipio de Piratini. Subfundo: 2ºDistrito Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro S/nº - 1848 a 1864. (Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 118.

temporal de 1832-1850, como no terceiro recorte de tempo 1851-1862, assim como Maria Joaquina de Jesus e José Ulino da Rosa, eram senhores com pequenas escravarias – perfil que foi a tônica em Piratini, como já demonstramos anteriormente com o uso dos inventários e, sobretudo, os batismos. Assim sendo, para pequenos escravistas como Damásio, José Ulino e Maria Joaquina, os rebentos de suas cativas deviam ser ainda mais importantes na reprodução da escravaria.

Nesse momento, tendo em vista a falta de uma Lista de Fogos[291] para Piratini e/ou um Rol de Confessados, tomamos uso dos registros paroquiais de batismo para realizar uma análise da população cativa local. Sobre este tipo de fonte é importante destacar, conforme Luís Augusto Farinatti e Marcelo Santos Matheus, que "em primeiro lugar, salta aos olhos a diferença da quantidade de senhores que os inventários e os batismos capturam".[292] Uma das diferenças entre as duas fontes[293] é que, enquanto os inventários tem o tamanho do patrimônio como fator que determina a amostragem, sobre representando os escravistas mais abastados, os registros batismais apresentam uma grande parcela de senhores de poucos escravizados,

---

[291] "Termo normalmente utilizado em registros censitários para designar a unidade domiciliar. No período colonial, os censos realizavam-se com base em listas nominativas feitas vila a vila. As listagens organizavam os "fogos", isto é, os domicílios. Cada registro de fogo incluía todas as pessoas que habitavam aquele domicílio, começando pelo chefe de **família** e seu cônjuge, seguido dos filhos homens, das filhas, dos expostos e dos enjeitados (em alguns casos, sobrinhos e netos), agregados (pessoas livres, parentes ou não) e **escravos**, se houvesse. Os escravos eram apenas contados, seus nomes não eram incluídos. O chefe da família era, geralmente, o homem mais velho. Em certas ocasiões, os fogos podiam ser chefiados por mulheres, no caso de maridos ausentes, falecidos ou inexistentes. A formação de novas famílias pelo **casamento** e a chegada de casais na capitania correspondiam à constituição de novos "fogos". Em outras palavras, o número de "fogos" seguia de perto o crescimento por casamento e por imigração, das famílias "livres". Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/42-verbetes-iniciados-em-f/1149-fogo Acessado em: 17/01/2024 Ver também: "Os estudos sobre Minas Gerais oitocentista já há algum tempo vêm utilizando-se de uma base empírica muito importante para o conhecimento da sociedade daquela época, que 'são [aparentemente] fragmentos de dois censos provinciais'. Essas fontes são as Listas Nominativas de Habitantes de 1831/1832, uma iniciativa do Governo Provincial e que trazem dados sobre os proprietários que residiam nos distritos mineiros por município. Esses são conjuntos documentais que, sem dúvida, possibilitam perceber de que forma estavam estabelecidos os fogos/domicílios da atual Juiz de Fora, na primeira metade do século XIX, seja do ponto de vista econômico seja do demográfico. As variáveis encontradas na mesma possibilitam um entendimento, ainda que em um período determinado, sobre o sistema escravista da localidade e sobre como ele estava organizado no começo do século XIX, momento em que começou a se dar o plantio do café, seu principal produto de exportação naquele século." (FREIRE, 2009, pg. 2).

[292] MATHEUS; FARINATTI, 2016.

[293] Ver: "Por sua vez, o fato de que, no caso dos senhores, a representatividade dos batismos ser muito maior que a sua representatividade nos inventários (nove para um), mas, no caso dos escravos, a diferença cair de quase nove para três (ou três por um), ratifica a hipótese de que os inventários sobre-representam as camadas mais abastadas da sociedade e, portanto, os grandes escravistas. Neste contexto, confirma-se que há uma enorme gama de pequenos senhores que aparece nos batismos, mas são invisíveis quando se estuda a disseminação da posse escrava somente através dos inventários." (FARINATTI; MATHEUS, 2016, pg. 9).

capturando os escravistas mais pobres. Os batismos diferentemente de outros tipos de fontes utilizadas pelo historiador para esta compreensão da sociedade escravista da América Portuguesa e Império brasileiro, eram uma das poucas que apresentavam uma determinada continuidade para uma análise mais próximo do real.[294]

Estabelecendo um diálogo entre as fontes primárias, no caso aqui dos inventários com os registros de batismos de Piratini entre os anos de 1810-1862, a posse cativa apresenta uma imagem diversa. Marcelo Matheus e Luís Augusto Farinatti, ao analisarem os batismos das localidades de Bagé e Alegrete, também constataram um aumento de escravistas e consequentemente de escravizados nos registros batismais[295]. Para essa análise foram computados todos os cativos citados no documento, desde as crianças, até seus pais e mães, e madrinhas e padrinhos. Com essa maior amplitude do número de cativos, observados na Tabela 15, percebemos que mais de 78% dos escravizados e escravizadas estavam em pequenas escravarias, ou seja, a partir dos batismos a imagem da escravidão no município se altera, pois o número de pequenos senhores aumenta mais ainda.

Tabela 15 - Estrutura de posse cativa em Piratini a partir dos registros de batismos (1810 – 1862)

Escravarias	Escravistas	% de escravistas	Escravizados	% dos escravizados
1 a 4 escravizados	1574	78%	4400	53%
5 a 9 escravizados	311	15%	2006	25%
10 a 19 escravizados	102	5%	1224	15%
mais de 20	24	1%	551	7%
Subtotal	2011	100%	8181	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P.– 1810 – 1862 – Livro 1 - 2. (A.M.D.Pel.)

[294] "Salvo engano, as exceções são os registros de batismos que, apesar de algumas diferenças advindas das idiossincrasias dos padres, tinham uma coesão interna bastante significativa, e as listas nominativas existentes, principalmente, para a Capitania de São Paulo, as quais têm sido bastante exploradas pela historiografia." (MOREIRA; MATHEUS, 2013, pg. 2.)

[295] Sobre isto ver: "Antes de tudo, chama atenção a grande quantidade de senhores que, de uma forma ou de outra (como senhores de Batizandos e seus pais, senhores de padrinho, senhores de madrinhas), tiveram seu nome mencionado na hora da celebração do batismo – 791 em Alegrete e 499 em Bagé. Consequentemente, o número de escravos que aparecem nos batismos também é muito significativo: em Bagé quase 1.500 escravos compareceram às cerimônias; em Alegrete, impressionantes 2.490 cativos foram batizados, viram seus filhos adentrarem para o grêmio da Igreja católica ou serviram como pais espirituais de outros rebentos (ou africanos recém-chegados)." (MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 6).

Os registros de batismos apresentam um aumento significativo de escravistas na região principalmente aqueles com escravarias menores de 1 a 4 escravizados, para as localidades estudadas por Marcelo Matheus e Luís Augusto Farinatti “a maioria dos proprietários, a partir dos batismos, eram senhores de poucos escravos – cerca de 85% tinham de 1 a 4 cativos”.[296] Em Piratini este grupo nos batismos eram de 78%. Já quando somados os grupos de escravistas de 1 a 4 e 5 a 9 escravizados em Piratini eram de 94% números próximos aos de Bagé e Alegrete que na somatória “[...] os proprietários com 5 a 9 escravos, o percentual de pequenos senhores chega a impressionantes mais de 95%.[297]” Quando analisados a porcentagem de escravizados nestas escravarias vemos que em Piratini era de 78% nas escravarias até 9 cativos, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Matheus apontam que os “[...] escravistas, em Alegrete, concentravam 77,5% dos cativos; em Bagé, pouco mais de 90%.[298] [...]”.

Os médios e grandes escravistas em Piratini representavam 6% dos proprietários e concentravam 22% dos escravizados. Nas localidades analisadas pelos historiadores já mencionados, “[...] os médios proprietários representavam cerca de 3% em ambas as localidades, mas concentravam 14% dos escravos em Alegrete e 9,5% em Bagé”.[299] Segundo os historiadores, para Alegrete e Bagé:

> Os senhores com 20 ou mais escravos mencionados nos batismos só se fizeram representar em Alegrete. A partir dos cativos que aparecem nesta mesma fonte, nenhum proprietário teve mais do que 13 cativos em Bagé. Em compensação, nessa faixa, em Alegrete aparecem sete senhores, ou 1% dos proprietários. Entretanto, eles concentravam mais de oito vezes sua representatividade, no que diz respeito aos escravos (8,5%). A média de cativos entre estes sete grandes senhores alegretenses foi de 29,5 por senhor. Entre os médios proprietários, nesta mesma localidade, a média foi de 13 escravos por senhor. Já entre os médios escravistas bageenses, 11,5 por proprietário.[300]

Em Piratini conforme os dados dos registros de batismos, pois do total de 8.181 cativos dos registros de batismos 78% estavam em pequenas escravarias. Contudo, cabe ressaltar que senhores como José Pimentel, que nos inventários foi classificado entre as médias escravarias, nos registros de batismos consta como um pequeno

[296] MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 6.
[297] MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 6.
[298] MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 6.
[299] MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 6.
[300] MATHEUS; FARINATTI, 2016, pg. 7.

proprietário de escravos. Acredito que essa diferença entre ambas as fontes se dê em virtude das características de cada uma, enquanto os inventários post-mortem abarquem parte da população com uma maior capacidade financeira, os registros de batismos por sua vez abarcavam quase que a totalidade das camadas sociais por se tratar de um sacramento da Igreja Católica. Contudo, os batismos não se resumem a uma fonte útil apenas para a estrutura de posses.

Conforme analisei no subcapítulo anterior sobre os inventários *post-mortem* havia em Piratini, entre os anos 1811-1871, muitos senhores com poucos escravizados, ou seja, a mão de obra escravizada estava diluída em pequenos proprietários. No entanto, nos inventários a amostragem de senhores tende a ser bem menor, pois eles abarcam somente as pessoas falecidas e, dentre essas, apenas as que tiveram inventários abertos. Por isso os registros batismais mostram uma maior variedade de dados e da disseminação de mão de obra escravizada em todos os setores da sociedade. Os batismos, segundo Marcelo Matheus:

> [...] talvez principalmente em razão da característica da fonte (nos batismos muitos senhores aparecem como proprietários de uma mãe e de seu[s] filho[s]), a concentração de escravos nas pequenas escravarias é enorme, muito acima da mesma concentração nos inventários, onde os pequenos plantéis também são a maioria, mas não concentravam grande parte dos cativos[301].

Ao contrário dos inventários, em que analisamos os dados entre 1811 e 1871, para os batismos trabalhamos somente com os registros entre 1810 e 1862, pois não tivemos acesso ao período posterior. Entre os anos de 1810 e 1862, foram batizadas em Piratini 3.637 pessoas escravizadas, sendo 1.815 do sexo masculino (49,9%) e 1.822 do sexo feminino (50%) (para 2 (0,1%) o registro do sexo está ilegível). No geral, catalogamos 1.680 escravistas. No entanto, distribuindo esses números pelos três períodos de análise da presente tese, temos 1.139 escravizados e 501 escravistas no primeiro recorte temporal (1810-1831), 1.664 escravizados e 700 escravistas no segundo período (1832-1850) e 834 escravizados e 479 escravistas no terceiro período (1851-1862).

É importante o leitor observar a tabela abaixo, no primeiro recorte temporal analisado, onde pode-se perceber uma grande quantidade de escravistas, sobretudo, aqueles “pequenos” de 1 a 4 escravizados. Destaco que nesta tabela, assim como

[301] MATHEUS, 2016, pg. 202.

nas demais, foram considerados não apenas os cativos batizados, como também seus pais, mães, padrinhos e madrinhas, assim como os seus respectivos senhores, sempre que mencionados.

Tabela 16 - Estrutura de posse com todos os cativos localizados nos batismos de Piratini (1810 – 1831)

Escravarias	Escravistas	% de escravistas	Escravizados	% dos escravizados
1 a 4 escravizados	461	74%	1280	47,4%
5 a 9 escravizados	100	16%	625	23,2%
10 a 19 escravizados	49	8%	513	19%
mais de 20	15	2%	281	10,4%
Subtotal	625	100%	2699	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

É importante observar que os escravistas de 1 a 4 escravizados, que somavam quase 4/5 de todos os proprietários, tinham a posse de 47,4% dos escravizados, ou seja, 1.280 de um total de 2.699 homens e mulheres escravizados. Portanto, a partir dessa fonte, a posse cativa estaria ainda mais disseminada e distribuída entre pequenos senhores. Os 5 a 9 escravizados por escravaria foram 100 senhores e tinham as posses de 625 (23,2%) dos escravizados, ao passo que os médios escravistas (49 senhores) de 10 a 19 escravizados por escravaria tinham 513 cativos, e aqueles considerados grandes escravistas que eram 15 pessoas tinham em suas escravarias 281 (10,2%) dos escravizados. Se formos analisar quantos escravizados por escravistas podemos definir da seguinte maneira que: a média de escravizados por escravistas de 1 a 4 era de 3 escravizado por escravista; enquanto os de 5 a 9 a média era de 6 escravizados por escravistas; e os senhores de 10 a 19 a média era de 10 escravizados por escravistas e na última categoria de escravistas com mais de 20 cativos a média era de 19 escravizados por escravista. Na média geral de escravizados por escravistas neste período, eram a cada um escravista 4 escravizados.[302]

[302] 4,32 para ser mais preciso.

Outro ponto a destacar é que nos três períodos analisados, havia momentos em que os padres não anotaram (pelo motivo que fosse), os nomes dos escravistas[303], logo isso acaba por interferir em uma análise mais próxima do real. Ou seja, embora ocorresse uma concentração de escravizados pelos grandes escravistas, mas ao mesmo tempo, posso afirmar que a escravidão estava difundida por todos os setores sociais, conforme apontam Marcelo Matheus e Leandro Fontella "[..] a disseminação da posse cativa era a tônica da escravidão brasileira[304]". Este elevado número de senhores de poucos escravizados vai ao encontro do que apontam Leandro Fontella e Marcelo Matheus:

> Enfim, estes estudos, mesmo com todos os problemas advindos da utilização dos batismos e da falta de padronização metodológica para tal empreitada, corroboram o que as pesquisas que se utilizam dos inventários já demonstraram: uma grande dispersão da posse cativa. No entanto, os registros de batismos revelam uma quantidade de senhores muito maior do que a encontrada nos inventários, o que, todavia, não chega a ser uma surpresa, dada a natureza diferenciada de ambas as fontes[305]

Um outro exemplo para além das pequenas escravarias, é o número em Piratini de médias (10 a 19 escravizados) e grandes escravarias (mais de 20 escravizados) que de uma fonte (inventários *post-mortem*) para outra (registros de batismos), também aumenta. Enquanto no grupo de médios escravistas esse número salta de 7 nos inventários para 49 nos batismos, entre os grandes ele aumenta de 1 para 15, corroborando igualmente a análise de Matheus e Fontella. Entre os grandes escravistas nos batismos neste primeiro recorte temporal de análise estavam Manoel Rodrigues Barbosa, José Rodrigues Barcelos e sua mulher dona Ana Bernarda, João Cardoso da Silva, Francisco das Chagas, José Furtado de Mendonça e sua mulher Rosa Joaquina de Jesus, Antônio de Oliveira Rosa e sua mulher Fabiana Maria de Jesus, José Dutra de Andrade e sua mulher Ana Joaquina da Silva, Manoel Correia

[303] Entre os escravizados batizados 7 entre 1810-1831; 4 entre 1832-1850 e 3 entre 1851-1862 não foram citados os escravistas. Entre os padrinhos 327 escravizados não tiveram seus senhores descritos nos registros de batismos entre 1810 – 1831; 313 escravizados não tiveram seus senhores descritos nos registros de batismos entre 1832 – 1850 e 280 escravizados não tiveram seus senhores descritos nos registros de batismos entre 1851 – 1862.
[304] MATHEUS; FONTELLA; 2013, pg 91.
[305] MATHEUS; FONTELLA; 2013, pg 86.

da Silva e de sua mulher Rosa Maria da Silva[306] e a Estância ou Fazenda do Contrato[307].

Nos registros de batismos, a dita Estância ou Fazenda do Contrato teve 11 escravizados batizados, dos quais 10 crianças como filhos legítimos e 1 natural. Maria africana e Teresa africana, tiveram mais de um filho. Sobre as mães: 4 africanas, além das 2 já citadas, havia também Francisca, Joaquina e Inácia. Destas 5, Joaquina foi descrita como Cassange, Theresa foi descrita como Lubolo, Inácia descrita como Cassange, Maria como Banguela e Francisca como Lubolo. Havia também as mães crioulas Francisca, Maria, Joana e Luisa. Entre os pais foram descritos 8, sendo 5 africanos (João Lubolo, João Banguela, João Banguela, Joaquim Cabunda, José Lubolo e Mateus Banguela) e 3 crioulos (Fernando, João, Matheus). Ao todo eram 31 escravizados incluindo padrinhos e madrinhas.

A Estância do Contrato, segundo os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tinha doado ao governo Farroupilha, em 1837, 200 reses[308]. Ela pertencia a Faustino Soares Lousada, mas as informações sobre as suas condições durante a guerra permanecem imprecisas. Em 9 de outubro de 1839, Mariano Glória Campos enviou uma carta a Domingos de Almeida, argumentando que o comandante de polícia não havia executado a ordem governamental de arrecadar reses de fazendas:

> como é público. Exmo. Sr., Joaquim Pereira arrendou a estância do Barreto sem ninguém lhe fazer fogo, Ismael entrou com seu bom modo na estância do Contrato, que então tinha seis mil reses, as quais se evaporaram sem que o nosso Governo nada utilizasse, e será possível que o nosso Governo lhe faça mais donativos e tenha eu que mendigar com prejuízo do resto que a nossa luta me deixou, ornando o periódico do "Povo", lisonjeiro título de Liberdade, Igualdade e Humanidade? Eu não creio. E confio na bondade V. Exª que me dirá alguma coisa a este respeito. E mande com toda-a franqueza a quem é de V. Ex. seu amigo certo e obrigado.[309]

---

[306] Sobre este casal segundo Jayme D'Ávila (2007), Manoel Correa da Silva era natural de Curitiba e se casou com Rosa Maria da Silva, em outros batismos, encontrei como Rosa Maria Correia da Silva. Por isso, defini o casal como sendo parte dos escravistas com mais de 20 escravizados, pois conforme Jayme D'Ávila (2007, pg. 232), Manoel Correa da Silva faleceu em 03/09/1817. D'Ávila discorre ainda que Manoel Correa da Silva "comprou 10 braças de uma data de terras de Antônio José Vieira Guimarães." (D'ÁVILA, 2007, pg.232).

[307] Esta última me intrigou algumas questões: em novembro de 2021 quando pesquisava sobre a Estância ou Fazenda do Contrato, liguei ao Museu Histórico Farroupilha que me disseram não terem informações sobre esta fazenda e não souberam me informar, porque nunca ouviram falar. Dito isto, o Professor Jonas Vargas me aconselhou a buscar informações na Coleção Varela, o que exponho mais a seguir.

[308] AHRS. Anais. Volume 2. Porto Alegre, 1978. CVV. 377.1, folha 18, 1837.

[309] AHRS. Anais. Volume 6. Porto Alegre, 1983. CV-3316, pg. 144.

Seis mil reses “evaporarem” é algo que abre muitas brechas para a imaginação e uma delas pode ser a venda deste gado para as charqueadas, ou para outro tipo de compradores. É imperioso colocar que não encontrei nenhum retorno sobre o caso dessas reses. No mais, não encontrei nenhuma referência a Faustino Soares Lousada, e quem administrava era José de Jesus Maria na freguesia de Piratini.

Segundo Luís Augusto Farinatti analisando a crise da pecuária em Alegrete, alerta que as autoridades da Provincia de São Pedro do Rio Grande estavam queixosas referentes a situação. Os fatores iriam desde a falta de sal na dieta bovina, pestes como a do carrapato, questões climáticas como a seca e a própria Guerra Farroupilha. O que acredito fosse um dos fatores determinantes para que a Fazenda do Contrato não mais estivesse batizando crianças escravizadas nos períodos seguintes. Pois conforme Farinatti:

> [...] a produção pecuária precisou lidar com os combates da Revolução Farroupilha (1835-45). A guerra desfalcou os rebanhos em virtude das carneações e das dispersões de animais causadas pela passagem dos exércitos, da dificuldade de vigilância que tornava mais simples a ação de bandos de ladrões de gado (boa parte deles desertores daquela mesma guerra) e, sobretudo, da falta de gente e cavalos para costear os animais e impedir que se evadissem. Durante a o período da guerra, vários criadores rio-grandense levaram seus rebanhos para o Estado Oriental, o que agravou ainda mais o problema quando, no final da década, eles foram impedidos de movimentar gado pela fronteira, em razão da proibição que lhes impunhas as forças dos ‘blancos’, comandadas por Manoel Oribe[310].

Logo esta poderia ter sido uma causa de um escravista dos que mais batizava cativos em Piratini tivessem não mais os feitos nos anos seguintes naquela localidade.

Os batismos, segundo Martha Daisson Hameister, tinham como sua principal função ser o primeiro sacramento da Igreja Católica. Eles têm seu passado ou história mitológica e segundo Hameister na “[...] passagem bíblica em que Jesus Cristo faz batizar por João Batista nas águas do rio Jordão[311].” Este ritual de batismo passou a significar uma purificação através da água expurgando os pecados advindos de Adão e Eva. Eva que segundo a bíblia havia sido seduzida por uma serpente, comendo o fruto proibido e assim fazendo com que tanto ela quanto Adão fossem expulsos do paraíso. O significado do nome Eva está ou estava vinculado a concepção de “vida”

[310] FARINATTI, 2007, pg. 137.
[311] HAMEISTER, 2012, pg. 102.

e/ou de “mulher[312]”. Esse nome de origem hebraica por sua vez deve ter influenciado muitos escravistas a renomearem as escravizadas oriundas do tráfico Atlântico, assim como nomeando as escravizadas que nascessem ou nasceram em suas propriedades. No caso das primeiras isso seria parte de um processo de imposição ou dominação cultural e psicológico, do ponto de vista eurocêntrico.

Esse foi o caso da pequena Eva, batizada naquele mês de novembro de 1822, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini. Provavelmente o nome fora escolhido anteriormente, ou seja, do ponto de vista da agência, talvez com os pais escolhendo ou “concordando” com o “desejo” de seu escravista. Com um belo significado de “vida”, em uma sociedade onde o viver para aquelas pessoas nascidas ou tornadas cativas era algo muito doloroso, Eva teve sua vida gerada de maneira legítima perante os olhos da Igreja. Ela era reconhecida filha de Joaquina, Benguela, e José, Benguela, cativos de Manoel Rodrigues Barbosa[313], a época por volta de 30 anos[314], sob as “bençãos” do Padre Bernardo de Jesus Maria Lopes e o padrinho de Eva, o escravizado José Pequeno.

Deste momento em diante decorre-se um extenso hiato na “vida” da pequena Eva, pelo menos aos olhos do historiador em busca de fontes sobre ela. Não se sabe ao certo, mas não é impossível pensar as agruras que ela tenha vivido. Desde a separação dos seus pais até o momento em que, próximo dos seus 50 anos, tenha recebido alforria. Isso porque em 1880 foi aberto o testamento de Manoel Rodrigues Barbosa, e segundo este documento, o escravista deixou como condição que se devem comprar Eva e dar-lhe a liberdade pelos sofrimentos passados pela escravizada e a partir de então liberta[315]. Chama a nossa atenção a “piedade” de Manoel Rodrigues, isto porque o escravista teve casos de escravizados que morreram por suicídio, algo que analisarei mais adiante. A escravaria de Manoel Rodrigues Barbosa foi uma das que mais batizou escravizados no período de 1810-1831, sendo

---

[312]Disponível em: https://herancajudaica.com/2018/05/10/o-nome-hebraico-de-eva/ Acessado em: 16/07/2024

[313] Manoel Rodrigues Barbosa levou a pia batismal 21 escravizados, o escravista que mais teve escravizados batizados no período entre 1810-1831 e 26 escravizados batizados no segundo recorte temporal (1832-1850), no terceiro e último recorte temporal teve 4 escravizados batizados.

[314] Segundo site Geni, Manoel teria falecido em 1872. Disponível em: https://www.geni.com/people/Manuel-Rodrigues-Barbosa/6000000021593777267 Acessado em: 16/01/2024

[315] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1880 – Processo n°: 097. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 175.

representativa do que entendo como uma das hipóteses desta tese, que é a do crescimento natural de escravizados em Piratini como principal forma de aumento das escravarias, mesmo antes do fim do tráfico em 1850.

Enquanto ao número de batismos de escravizados neste período (1810-1831), foram registrados 1139 batismos de crianças (crioulas e africanas) e adultos (africanos de ambos os sexos), sendo 621 do sexo masculino e 518 do sexo feminino. Destes, 159 eram oriundos do continente africano: 114 homens adultos e 27 mulheres. Outros 14 eram crianças (havia 8 meninos e 6 meninas) e para 4 não se registrou a idade. Na tabela a seguir apresento como estavam distribuídos os escravizados batizados em Piratini nos anos 1810-1831. Quanto ao número de escravizados crioulos batizados, tem-se 980 (86%), sendo 495 meninos e 485 meninas, apresentando uma pequena diferença entre os sexos, o que mostra já nas primeiras três décadas um crescimento natural dos escravizados em Piratini acompanhando o que apresentado no tocante aos inventários. No entanto, pelos inventários, o período 1811-1830 foi marcado por uma forte presença de africanos cativos adultos, evidenciando que podia tratar-se de escravizados traficados não apenas no período considerado, como antes mesmo de 1811.

Nesse sentido, os primeiros anos da história de Piratini foram de uma maior dependência do tráfico, embora, quando observamos os batismos, podemos considerar que já se ensaiava um forte crescimento natural. Não devemos ignorar o fato de que as crianças nascidas nesse período só chegariam a uma fase produtiva, com ritmos de trabalho de um adulto, por volta dos 15 anos, o que justifica a dependência do tráfico. Segundo Guedes, em Porto Feliz "[...] no período global situado entre 1798 e 1843, a maior presença africana entre os adultos constata que a população escrava se reproduziu basicamente por importação de cativos[316]". Por outro lado, na mesma localidade de Porto Feliz, na Capitânia de São Paulo, "[...] ao que tudo indica, a vila ensaiou um crescimento natural no início do século XIX, processo interrompido com a atividade açucareira".[317]

Tabela 17 - Estrutura de posse apenas com cativos batizados (1810 - 1831)

Escravarias	Escravistas	% de escravistas	Escravizados batizados	% dos escravizados batizados

[316] GUEDES, 2006, pg. 4.
[317] GUEDES, 2006, pg. 4.

1 a 4 escravizados	338	67%	401	35%
5 a 9 escravizados	99	20%	328	29%
10 a 19 escravizados	49	10%	274	24%
mais de 20	15	3%	136	12%
Subtotal	501	100%	1139	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Ao observar a tabela com os dados expostos acima vemos que 87% dos escravistas (proprietários de 1 a 9 escravizados) batizaram 64% dos cativos do período, enquanto 13% dos escravistas com mais de 10 escravizados levaram a pia batismal 36%, o que apresenta uma concentração de batismos nas mãos de médios e grandes escravistas da localidade combinada com a grande disseminação entre os pequenos proprietários. Ou seja, os traços estruturais da escravidão no Brasil já estavam presentes em Piratini desde o início da freguesia, o que pode evidenciar que as novas fronteiras agrárias, que se expandiram desde o final do século XVIII e que tiveram em Piratini uma das muitas freguesias fundadas no início do Oitocentos, reproduziam essa desigualdade, muito embora a posse cativa parecia ser bastante acessível, mesmo em regiões de produção para o mercado interno.[318]

Agora passo a analisar os batismos no período posterior à Lei Anti-Tráfico de 1831. Partindo do levantamento de dados dos registros de batismos no ponto de vista da estrutura de posse do segundo recorte temporal 1832-1850, incluindo todos os escravizados descritos na fonte primária utilizada e analisada, o aumento de escravizados foi de 24%, e de escravistas 27% em relação ao período anterior.

Tabela 18 - Estrutura de posses com todos os cativos localizados nos batismos de Piratini (1832-1850)

Escravarias	Escravistas	% de escravistas	Escravizados	% dos escravizados
1 a 4 escravizados	587	76%	1688	50%
5 a 9 escravizados	143	18%	939	28%
10 a 19 escravizados	39	5%	530	16%
mais de 20	6	1%	185	6%
Subtotal	775	100,00%	3342	100,00%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.).

[318] Para uma análise a respeito desse traço marcante na economia e na sociedade brasileira, herdados do período colonial, ver: FRAGOSO, 1998.

Em Piratini, no período 1832-50, os escravistas de 1 a 4 escravizados eram um total de 730 (82%) e tinham em suas escravarias 2.627 (78%) escravizados e escravizadas. No período anterior, esses pequenos escravistas somavam 70,6%, o que demonstra que, mesmo em um contexto de guerra, a reprodução natural se ampliou e, ao que parece, o acesso aos cativos também. Segundo Marcelo Matheus, em Bagé nos anos de 1830-1850, "[...] 86% deles tinham de 1 a 4 escravos, concentrando mais de 66% dos cativos".[319] Ou seja, em Bagé os pequenos escravistas eram ainda mais representativos. Em Piratini, os escravistas de 5 a 9 cativos eram 143 pessoas e tinham em suas posses 939 dos escravizados. Somando as pequenas escravarias, vemos que os 94% dos senhores tinham 78% dos escravizados, enquanto os médios e grandes escravistas (45) eram 6% e tinham a posse de 22% dos escravizados (715). Em Bagé para um período próximo ao aqui estudado Marcelo Matheus destaca que para o "outro extremo, 2,5% dos senhores tiveram 10 ou mais escravos entre os presentes nas cerimônias, perfazendo 9,5% dos mesmos – ou quase quatro vezes a sua representatividade".[320]

Em Piratini o aumento de escravistas de pequenas escravarias (1 – 4 escravizados) de 1810-1831 para 1832-1850 foi 27%; os de 5 a 9 escravistas aumentaram 43%; ou seja, houve um aumento considerável nestas escravarias de 5 – 9, saindo de 100 para 143 senhores/senhoras que foram registrados nos batismos. Conforme os estudos sobre Bagé, Marcelo Matheus informa que no transcorrer "[...] da primeira metade do século para a década de 1850, os percentuais não se alteram muito, mostrando certa estabilidade das escravarias[321]." Para Bagé segundo Matheus houve um "[...] pequeno aumento no número de senhores com cinco e até nove escravos e de proprietários com mais de dez cativos pode advir desta mesma estabilidade das relações escravistas na localidade (e, quiçá, no Brasil), com os plantéis crescendo naturalmente, [...]".[322] Em Piratini, por sua vez, segundo os registros de batismo, os escravistas de 10 a 19 escravizados decaíram em média 20%; e uma queda maior neste período foram aqueles com mais de 20 escravizados que foram menos 60% dos escravistas que batizaram seus escravizados de um

[319] MATHEUS, 2016, pg. 193.
[320] MATHEUS, 2016, pg. 193.
[321] MATHEUS, 2016, pg. 194.
[322] MATHEUS, 2016, pg. 194.

período a outro. Em Bagé, Matheus considera que “senhores mais aquinhoados provavelmente estavam em melhores condições de comprar escravos de outros proprietários locais ou regionais[323]”.

Tabela 19 - Estrutura de posse com apenas os escravizados batizados em Piratini (1832-1850)

Escravarias	Escravistas	% de escravistas	Escravizados batizados	% dos escravizados batizados
1 a 4 escravizados	512	73%	693	40%
5 a 9 escravizados	143	20%	542	33%
10 a 19 escravizados	39	6%	310	19%
mais de 20	6	1%	119	8%
Subtotal	700	100%	1664	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

A tabela acima tem como objetivo destacar o número de batismos em Piratini, no segundo recorte temporal cotejado nessa pesquisa entre 1832 – 1850, ou seja, entre o primeiro ano da lei antitráfico instituído até o que deveria ser o fim derradeiro do tráfico Atlântico em 1850, onde os registros batismais aumentaram 46% em relação ao período anterior (1810–1831). Quando observamos o “caso a caso” das escravarias, o crescimento de cativos batizados na localidade foi de 72% na relação ao recorte temporal analisado anteriormente no grupo de escravistas com 1 a 4 cativos. Os escravos batizados no grupo de escravistas com 5 a 9 cativos aumentaram 65% de 1810-31 para 1832-50. Os escravizados batizados que eram posse dos escravistas com 10 a 19 cativos, tiveram um aumento de 13% e o grupo de escravistas com mais de 20 escravos houve uma queda no número de batismos em torno de 12,5%.

Quanto ao número de escravistas, o grupo de 1-4 tivera um aumento de 51%, os senhores com 5–9 escravos houve um crescimento de 44%, o grupo com 10–19 escravizados houve uma queda de 20% dos escravistas, e os senhores com mais de 20 cativos ocorreu uma queda de 60%. Isso se explica devido ao aumento das duas primeiras faixas de senhores com poucos cativos, onde foram batizados mais escravizados que os demais grupos. Esses dados vão ao encontro do que estamos analisando até aqui. A escravidão foi ficando mais acessível do primeiro para o segundo período, aumentando o número de pequenos proprietários. Mesmo com

[323] MATHEUS, 2016, pg. 194.

pequenas escravarias, a reprodução natural ampliou-se, garantindo uma estabilidade da escravidão ao longo do período.

Também é considerável o número de meninas sendo batizadas: 806 (48% das batizandas), sendo 799 crioulas e 7 africanas. As escravizadas do sexo feminino batizadas incluindo-se as africanas adultas eram 853 ou 51,3% do total, corroborando o que apresentado no subcapítulo anterior, sobre os inventários post-mortem. De acordo com a análise dos inventários, acreditávamos que esta reprodução natural aumentou com o passar dos anos e provavelmente o número de mulheres seria superior ao de homens pelos efeitos da Guerra Civil Farroupilha (1835 – 1845). Vamos aos pontos: a) se nos inventários para o período de 1831-50, mesmo o número de homens sendo levemente superior ao de mulheres[324] (de ambas origens), nos batismos o número de mulheres foi superior ao de homens conforme apresentado acima (51,3%); b) assim como nos inventários o número de homens aumentaram nos batismos, sendo um aumento de 30% para os homens e 65% o aumento das mulheres em relação ao período anterior; c) o número de africanos que entraram nos anos referentes a Guerra Civil Farroupilha foi de 45 homens africanos (destes 43 eram considerados adultos), e nos anos finais do conflito foram batizados 457 meninos crioulos. As meninas batizadas nestes 10 anos de conflito foram 451 crioulas, contrastando neste ciclo de dez anos um número menor que de meninos assim como as africanas batizadas que foram 38 (32 adultas e 4 crianças e duas sem registro de idade), ou seja, as fontes apesar de alguns pontos mostrarem respostas semelhantes as questões referentes ao sexo dos escravizados neste período, mostram diferenças quando reduzimos a escala a um recorte de tempo que abrange a Guerra Civil.

Por hora vejamos o caso ocorrido no inverno de 1851.[325] No dia 12 de julho daquele ano, 53 cabeças de gado foram conduzidas em direção a Pelotas partindo de Piratini. O tropeiro que levava as reses era José Justo Oroná. Em meio a esse translado das reses, duas novilhas e três vacas acabaram por se desprenderem das demais, não conseguindo atravessar com todas as reses um arroio rumo a Pelotas[326]. As reses apartadas foram em direção ao cercado da propriedade de Inácio Pereira da Silva Batalha e como estava tarde da noite e não havendo possibilidade de procurar

[324] Dos 604 escravizados, eram 320 homens (52,8%), 281 mulheres (46,7%) e 3 (0,50%) sem a informação sobre o sexo destas pessoas
[325] APERS – Processo-crime, Ano: 1851 – Processo n°: 1108, M:26, E:143.
[326] Não há especificação na documentação de qual rio era.

as reses, Oroná deixou para a manhã do outro dia para encontrá-las. Ao que parece e não fica claro no processo-crime, Oroná pernoitou nas proximidades da propriedade de Ignácio Batalha. No caminho de retorno da sua tropeada Oroná acabou por encontrar o filho de Ignácio, Manoel Pereira Batalha, e não só ele, encontrou também uma rês carneada, que alegava ser da sua tropa. Posteriormente, o tropeiro descobriu outra rês carneada ao longo do caminho. Como ainda deveria encontrar as outras e ir até Pelotas negociar a tropa que conduzia, não poderia investigar e seguiu seu caminho. Retornando de Pelotas a Piratini, José Justo Oroná, talvez em um clima quase que de investigador, buscando informações aqui e acolá, "soube por ouvir dizer" que quem havia carneado as reses havia sido Damásio, escravo de Zeferino Batalha, e este teria surgido, sem explicação, com pedaços de carne e graxa, que Oroná afirmava ter ouvido que eram "verde"[327]. O dono das reses reivindicava que havia perdido em torno de 120 mil reis, que seria o valor das reses furtadas e carneadas[328].

O valor de 120 mil réis provavelmente comprometia os seus ganhos na condução da tropa. Nove meses antes em outubro de 1850 havia estado na Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, para cerimônia de batismo de Hermenegildo, conduzida pelo Padre José de Noronha Nápoles Massa[329]. O pequeno Hermenegildo, era descrito como pardo, crioulo, nascido em 10/05/1850, filho natural de Teresa, crioula e escrava de Francisca Júlia da Silveira, que teve como padrinho Ismael Marcellino de Ornellas e madrinha Francisca Júlia Silveira, que era escravista de Teresa e seria também do pequeno Hermenegildo. Francisca Júlia Silveira estava no grupo de 1-4 escravistas, e José Justo Oroná? Oroná além de criador de gado ao que consta no processo-crime de 1851, era também pai de Hermenegildo e alforriou o filho na pia de batismo, entregando a Francisca Júlia Silveira "a quantia de 30 patacões prata para a bem de forrar seu filho por lhe ser esta quantia exigida para ela alforria pela supradita senhora[330]". Em nenhum momento é dito que Oroná alforriou a Teresa, e nem encontrei documentação sobre isso. Possivelmente, Hermenegildo tenha ficado ainda alguns anos sob a tutela de sua madrinha e escravista de sua mãe.

Os outros personagens deste roubo de reses eram: o cativo Damásio, Manoel Pereira da Silva Batalha e seu pai Ignácio Pereira da Silva Batalha. Quanto a

---

[327] APERS – Processo-crime, Ano: 1851 –Processo n°: 1108, M:26, E:143, p. 3 verso.
[328] Todas as informações dos textos foram retiradas com base no processo-crime: APERS – Processo-crime, Ano: 1851 – Processo n°: 1108, M:26, E:143, p. 3 verso.
[329] Padre Jose de Noronha Nápoles Massa ou Mazza.
[330] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).1850, pg. 385 verso.

Damásio, este afirmava ser campeiro e lavrador, era crioulo da província do Rio Grande de São Pedro, desconhecia quantos anos tinha, sabia que sua mãe era Catarina e assim como ele eram escravizados de Inácio Pereira da Silva Batalha. Ao contrário daquele mês frio de julho de 1851, em Fevereiro de 1828, na Pia Batismal da Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a escravizada Teresa, preta, estava carregando em seus braços o pequeno Damásio. Segurando uma vela, conforme o mandamento da Igreja Católica, estava o padrinho Inácio[331] e o Padre Antônio Maria Pacheco fazia os sacramentos para o batismo de Damásio, preto, crioulo, nascido em 16/02/1828, que constava ser filho natural de Catarina, preta, africana, da Costa, ambos escravizados de Inácio Pereira da Silva Batalha[332]. Portanto, Damásio, que dizia não saber a sua idade ou que teve a informação negligenciada pelos escrivães, devia ter cerca de 23 anos. Em todos os recortes estudados nesta Tese, Inácio Pereira da Silva Batalha teve no mínimo um escravizado(a) sendo batizado, e este se encaixava no grupo de escravista com 5-9 escravizados, e sua esposa Ana Teresa Pinheira entra no grupo de 1-4 escravizados. Todas as mães eram escravizadas, duas foram citadas como pretas: Catarina Crioula e Catarina Africana da Costa. Entre batizandos Malaquias[333], Damásio[334], Luisa[335] e Antônio[336] eram pretos; Sibéria[337] era cabra e Eulalia[338] era parda. Todos os escravizados batizados eram crioulos, mostrando que a reprodução natural, algo muito forte nas pequenas escravarias, estava vinculada ao processo de construção de laços afetivos dos escravizados, mesmo que essas relações entre escravizados fosse sem a autorização da Igreja. Não é citado nenhum homem adulto nos registros de batismos, mas Damásio e Malaquias que constam como padrinhos em alguns momentos pós 1850 seriam adultos, levando a hipótese de relações endógenas na escravaria de Batalha.

Quadro 5 - Escravaria de Inácio Pereira da Silva Batalha

[331] Tanto a Madrinha Teresa quanto o Padrinho Inácio não tiveram registro de quem era o escravista. Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1828, pg. 141.
[332] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1828, pg. 141.
[333] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 102 verso.
[334] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1828, pg. 141.
[335] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1833, pg. 176 verso.
[336] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1835, pg. 198 verso.
[337] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1852, pg. 32 verso.
[338] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1852, pg. 49 verso.

Nome do Batizando	Mês	Ano	Ano	Mãe	Africana ou Crioula	Nação	SENHOR da mãe e/ou do Batizando
Ileiteria	Setembro	1815	30/08/1815	Catarina	Crioulo	S/r	Inácio Pereira da Silva e sua mulher Ana Teresa Pinheira
Jacinto	Setembro	1820	30/08/1820	Catarina	Africano	Banguela	Inácio pereira da silva/Inácio pereira da silva batalha
Malaquias	Agosto	1823	27/07/1823	Catarina	Crioula	S/r	
Damásio	Fevereiro	1828	16/02/1828	Catarina	Africana	Da costa	
Luísa	Agosto	1833	22/08/1833	Catarina	Africana	Da costa	
Antônio	Julho	1835	30/06/1835	Elauteria	Crioulo	S/r	
Joana	Abril	1844	20/03/1844	Lauteria	-	S/r	
Manoel	Março	1850	20/01/1850	Eleuteria	Crioula	S/r	
Siberia	Janeiro	1852	06/03/1851	Eleuteria	Crioula	S/r	
Eulalia	Julho	1852	14/06/1852	Vicencia	Crioula	S/r	
Josefa	Novembro	1853	20/07/1853	Eleuteria	Crioula	S/r	
Maria	Junho	1857	23/07/1855	Eleuteria	-	S/r	

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), pg. 35 verso, 79 verso, 102 verso, 141, 176 verso, 198 verso, 296 verso e 370 verso, 1810 -1850. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), pg. 32 verso, 49 verso, 74 verso e 104 verso.

Provavelmente muitos dos escravizados levados a pia batismal por Batalha tenham sido mão de obra para ele e sua esposa seja em serviços domésticos, seja na lida com o gado e/ou na lavoura. Algumas destas crianças podem também não ter tido uma vida muito longeva, ao contrário dos casos de Damásio e Malaquias, e provavelmente Ileutéria (que possa ser Eleutéria), tendo seu primeiro filho batizado aos seus 20 poucos anos, o que mostra que nos registros de batismos essa escravaria se manteve estável durante 42 anos. Essa estabilidade não foi garantida pela continuidade do tráfico, embora também dele dependesse, mas sim, pelo ventre cativo das mulheres escravizadas no local. A presença dessas mulheres nas pequenas escravarias, em um contexto de fechamento do tráfico, era essencial para a manutenção das suas pequenas propriedades rurais e, em longo prazo, podiam transformar um escravista de uma faixa 1-4 cativos para um com mais de 10 cativos, por exemplo.

Essa lógica se manteve após a Lei Eusébio de Queiroz. O último recorte temporal analisado de 1851-1862 nos registros de batismos, como já descrito anteriormente, tem o problema de não terem registros até 1871, ou que englobasse maior parte da década de 1860. Comparando esses 11 anos de registros com os 11 primeiros anos do recorte temporal de 1832-1850, percebemos que houve uma diminuição de batismos. Mesmo sendo que na comparação de batismos 1832-1843 (930 batismos), tenha transcorrido parte considerável da Guerra Civil Farroupilha, e

no recorte aqui analisado 834, já abrangendo um período de maior estabilidade militar na Vila de Piratini, ocorreu uma diminuição de 11,5% dos batismos. Tal índice é diferente da análise realizada com os inventários, em que ocorreu um crescimento no último recorte temporal. Acreditamos que tal fenômeno possa estar relacionado com um aumento de batismos realizados em outras freguesias fora de Piratini, que antes concentrava os registros. A criação de outras Igreja na região, como em Herval por exemplo, que abordarei no tópico a seguir, influenciaria na queda de batismos nestes últimos nove anos pesquisados, tanto em quantidade de cativos quanto de senhores.

O fato é que a presença de pequenos senhores, como Tristão Sátiro da Cunha mantém-se como padrão e se amplia. Em março de 1851 na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, o Padre José de Noronha Nápoles Massa batizou sobre os santos óleos o escravizado Faustino que segundo consta no Registro de Batismo, havia nascido em 29/07/1849, a mãe de Faustino era filho natural Theodora, sem referências sobre naturalidade/ origem ou grupo de procedência, escrava de Tristão Sátiro da Cunha, apadrinharam a Faustino, o padrinho Bernabé, crioulo, escravo de Francisca Lucas da Silva e a madrinha Andressa, crioula, escrava de Manoel de Ávila Garcia[339]. Tristão Sátiro da Cunha, Francisca Lucas da Silva, Manoel de Ávila Garcia, Inácio Pereira da Silva, Ana Teresa Pinheira, Francisca Júlia Silveira assim como os outros 86,12% dos escravistas de Piratini eram senhores com 1 a 4 escravizados. Esta foi a tônica do último recorte temporal estudado (1851 – 1862), onde este grupo tinha a posse de 66,54% dos escravizados.

Como não poderia ser diferente, a estrutura de posse com todos os cativos encontrados nos registros (crianças, africanos adultos, pais, mães, padrinhos e madrinhas) também evidenciou níveis de concentração e dispersão das escravarias, porém, ela evidencia uma dificuldade de reprodução das grandes escravarias, cuja presença na paisagem agrária de Piratini diminuiu após 1850. Conforme a Tabela 19, entre os pequenos escravistas houve um leve aumento percentual na casa de 86%[340], o que se deve muito a queda no número de escravistas com mais de 10 escravizados em termos de número brutos. Nesse sentido, as médias e grandes escravarias saíram de 45 escravistas (1832-1850) para 17 (1851-1862), e entre os escravizados 661 (1832-1850) para 268 (1851-1862). O grupo de senhores com 5-9 cativos houve uma

[339] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1851, pg. 6 verso.
[340] Nos anos de 1832-1850 eram 82% e aqui houve um aumento de 4% neste grupo de senhores.

queda na porcentagem, de 20% no segundo recorte analisado para 14% neste último período, assim como em números brutos que diminuíram. É bem verdade que estamos comparando um período de 11 anos com outro de 18 anos, mas achamos importante colocar esses dados para os leitores.

Tabela 20 - Estrutura de posse escrava de Piratini a partir dos Registros de Batismos com todos cativos descritos (1851 – 1862)

Escravarias	Escravistas	% de escravistas	Escravizados	% dos escravizados
1 a 4 escravizados	526	86%	1432	66%
5 a 9 escravizados	68	11%	442	21%
10 a 19 escravizados	14	2%	181	9%
mais de 20	3	1%	85	4%
Subtotal	611	100,00%	2.140	100,00%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Quanto aos escravizados ocorreu um aumento percentual do grupo de 1-4 escravizados, de praticamente 16% de um período para outro entre o número destes registrados nos batismos, mas em algarismos brutos o que se teve foi uma diminuição de 1.688 escravizados (1832-1850) para 1432 escravizados (1851-1862), já para nas escravarias que tinham de 5-9 escravizados ocorreu uma queda de 7%, sendo 939 escravizados em 1832–1850 para 442 em 1851–1862. Decidimos apresentar essa comparação para situar o leitor nas transformações que vinham passando as escravarias de Piratini.

Além disso, o período pós-1850 não foi apenas de tendência de diminuição do número de grandes escravarias, mas também da própria média de cativos desses senhores. De acordo com a Tabela 21, as médias dos escravistas com 9 ou menos cativos não apresentou alterações, mas entre os senhores que detinham de 10 a 19 escravizados, houve uma leve queda 14, entre 1832-1850, para 13, em 1851-1862. Entre os escravistas com mais de 20 escravizados a média caiu de 31 escravizados 28.

Tabela 21 - Média de escravizados por escravistas em Piratini (1851-1862)

Escravarias conforme os batismos	Escravizados	Escravistas	Média de escravizado por escravista
1 a 4	1437	526	3
5 a 9	442	68	7
10 a 19	183	14	13

mais de 20	85	3	28
Total	2147	611	3,5

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Dialogando com a localidade de Bagé, Marcelo Matheus aponta que na década de 1850:

> Em relação à representatividade relativa ao número de senhores e escravos dentro de uma mesma faixa de plantel, os proprietários com até quatro cativos caíram para 81%, enquanto a monta de escravos que acumulavam decaiu quase dez pontos (de 66,5% para 58%). A diminuição nesta faixa foi diluída entre os médios e grandes, que saltaram para 15,5% e 3,5% de senhores e 28,5% e 13,5% de cativos, respectivamente. Todavia, no geral, pequenos senhores continuaram a ter, em média, 2.5 escravos; médios, 6; e os grandes senhores 11.5 cativos, basicamente os mesmos percentuais do período anterior.[341]

Diferente de Bagé, em Piratini houve uma queda para os escravistas de 5 a mais de 20 escravizados. Provavelmente os efeitos da Guerra Civil Farroupilha tenham afetado mais Piratini, no que diz respeito a compra de escravizados, somado a um incremento de homens nas tropas farroupilhas, mas não só isso. A pecuária em Bagé parecia ser mais dinâmica, capitalizando melhor os seus proprietários na compra de cativos. Em Bagé na década de 1860, Marcelo Matheus destaca que:

> Já na década de 1860, os percentuais das pequenas escravarias continuam em queda, embora esta tenha sido mais significativa no que diz respeito à quantidade de cativos nesta faixa de plantel. Os 601 senhores com até 4 escravos representaram 80% do total de proprietários, concentrando 52% dos cativos (antes a concentração neste grupo era de 66,5%, até a metade do século, e 58%, na década de 1850). A consequência disto é que médios e grandes senhores, apesar de praticamente manter sua representatividade no total de senhores (15,5% e 4%, respectivamente), aumentaram a concentração de escravos em seus plantéis (de 28,5% para 30% nos médios e 13,5% para 16% nos grandes).[342]

Portanto, provavelmente as médias e grandes escravarias de Piratini tenham sofrido os impactos das leis antitráfico e do próprio tráfico interno, pois alguns escravizados devem ter sido vendidos para outras localidades com uma economia mais dinâmica, como Bagé, Pelotas e Rio Grande. Isso não significa dizer que ocorreu a diminuição da população cativa do município, pois, como vimos no capítulo 1, ela manteve-se em crescimento até 1872. Contudo, se ela se manteve em crescimento, ela também foi se transformando e sendo afetada por esses fatores externos e

[341] MATHEUS, 2016, pg. 194-195.
[342] MATHEUS, 2016, pg. 195.

internos ao município, que é o que estamos tentando demonstrar no presente capítulo. Talvez as mudanças ainda tenham sido outras. Como veremos no capítulo 4, esse período também foi marcado por um aumento da criminalidade, o que pode estar relacionado com todas as transformações aqui ocorridas, pois o fechamento do tráfico fez aumentar o preço dos cativos (como demonstraremos a seguir), também reflexo do crescimento do tráfico interno, que incidia sobre a separação de famílias. É possível que os próprios grandes escravistas estivessem tentando drenar a escavaria dos pequenos senhores da localidade. Nesse sentido, acreditamos que as décadas de 1850 e 1860 trouxeram um conjunto de fatores que pode ter tornado as relações entre senhores e cativos ainda mais tensas e conflituosas no cotidiano, mas isso será desenvolvido adiante.

2.3 - Perfis etários, de preço e de sexo dos escravizados em Piratini (1810-1871)

Vimos anteriormente que entre 1810 e 1831 foram batizadas 1.139 pessoas escravizadas em Piratini, sendo 621 do sexo masculino e 518 do feminino. Destes, somente 159 eram africanos (14%), sendo 114 homens adultos e 27 mulheres. Portanto, o desequilíbrio sexual em favor dos homens deveu-se nitidamente ao tráfico de africanos escravizados. No período de ilegalidade do tráfico, o índice de africanos diminui pela metade, chegando a 7%. Dessa vez, o número de batizandas do sexo feminino superou levemente o masculino, tendência que, como estamos vendo até aqui, foi a tônica do município (Tabela 22). Chama a atenção o fato de que os piratinenses compraram um número aproximado de mulheres e de homens africanos via tráfico, o que também colaborou para a superioridade feminina. Além disso, em números absolutos, o ingresso de africanos no período ilegal não diminuiu tanto se comparado ao período anterior, mostrando a força do tráfico ilegal, mesmo em um contexto de Guerra.

Tabela 22 - Naturalidade e sexo dos escravizados batizados em Piratini (1832 - 1850)

Naturalidade/Africanidade	Sexo	Quantidade	Subtotal
Africanos	H	57 (3,4%)	111
	M	54 (3,2%)	
Crioulos	H	752 (45,2%)	1551
	M	799 (48%)	

Subtotal	1664[343]

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.).

O batismo de africanos cativos continuou ocorrendo mesmo após a Lei Eusébio de Queiroz. De acordo com a Tabela 23, 15 africanos foram batizados. A Lei contribuiu com o grande salto dos batismos de crioulos, algo que, como vimos, já vinha ocorrendo desde a época em que o tráfico era legalizado. Outro fator importante é que o número de meninas crioulas batizadas acentua a sua diferença ainda mais, se comparado ao período anterior. Esse é um dado importante, pois um maior número de mulheres favoreceu a reprodução natural ao longo do tempo.

Tabela 23 - Naturalidade dos escravizados batizados em Piratini (1851 - 1862)

Naturalidade/Africanidade	Sexo	Quantidade	Subtotal
Africanos	H	7	15
	M	8	
Crioulos	H	377	819
	M	442	
Subtotal		834	

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Tendo sido feitas essas considerações iniciais, retornemos à análise dos inventários para coletar informações referentes a idade dos cativos. O sexo e as faixas etárias dos escravizados em Piratini foi acompanhando o processo de crescimento das escravarias na localidade. De acordo com a Tabela 24, dos escravizados em idade produtiva, entre o período de 1811-1830, havia um total de 143, sendo 105 homens e 38 mulheres. Esses cativos formavam 60,8% da escravaria inventariada no período. Contudo, esse mesmo índice caiu para 47,3% no período 1831-1850 e 43,7% no terceiro. Portanto, apesar da média de cativos ter se mantido constante ao longo do tempo e a reprodução natural ter mostrado a sua força, ao chegar nas décadas de 1850 e 1860, os escravizados em idade produtiva haviam diminuído. Se pensarmos na força masculina utilizada na mão de obra campeira, o impacto também é notável, pois, se no primeiro período havia 2,7 homens adultos para cada mulher adulta, no último período esse índice caiu para 0,9.

[343] Duas pessoas batizadas, em um não foi descrito o sexo e o outro estava ilegível.

Tabela 24 - Faixa etária e sexo dos escravizados em Piratini (1810-1871)

Adultos de 15-49 anos	Sexo	1810-1830	1831-1850	1851-1871
	M	105	151	243
	F	38	135	247
Média por inventário		3,86	2,9	3,04
Razão de sexo		276	112	98,4
Subtotal		**143**	**286**	**490**
Crianças A 0 - 7 anos	M	31	65	143
	F	21	66	128
	Não consta o sexo	0	0	11
Crianças B 8 - 14 anos	M	9	46	94
	F	8	43	120
Subtotal		**69**	**220**	**496**
Idosos acima de 50 anos	M	17	39	68
	F	1	19	45
Subtotal		**18**	**58**	**113**
Não Consta Idade	M	2	19	10
	F	3	17	9
Subtotal		**5**	**36**	**19**
	Não Consta sexo	0	4	3
Total		**235**	**604**	**1121**

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Entre as crianças escravizadas de ambos os sexos, o aumento ao longo do período foi substancial. No início, elas somavam 29,3% das escravarias, saltando para 36,4% no período intermediário e 44,2% no momento final. Em termos absolutos, enquanto o número de crianças saltou de 69 para 496 nos inventários, ou seja, 7,1 vezes, os adultos aumentaram apenas 3,4 vezes. A reprodução natural foi algo realmente muito acentuado. Trazendo novamente os batismos para a análise (Tabela 25), percebemos que os batismos de cativos crioulos aumentam bastante do primeiro para o segundo período, o que ocasionou o impacto demográfico capturado pela análise dos inventários

Tabela 25 - Crioulos escravizados batizados em Piratini (1810-1862)

Naturalidade	**1810 - 1831**		**1832 - 1850**		**1851 - 1862**	
	Sexo	**Quantidade**	**Sexo**	**Quantidade**	**Sexo**	**Quantidade**
Crioulos	**H**	495 (51%)	**H**	752 (48%)	**H**	377 (46%)
	M	485 (49%)	**M**	799 (52%)	**M**	442 (54%)

	Subtotal	980 (100%)	**subtotal**	1551 (100%)	**subtotal**	819 (100%)

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel).

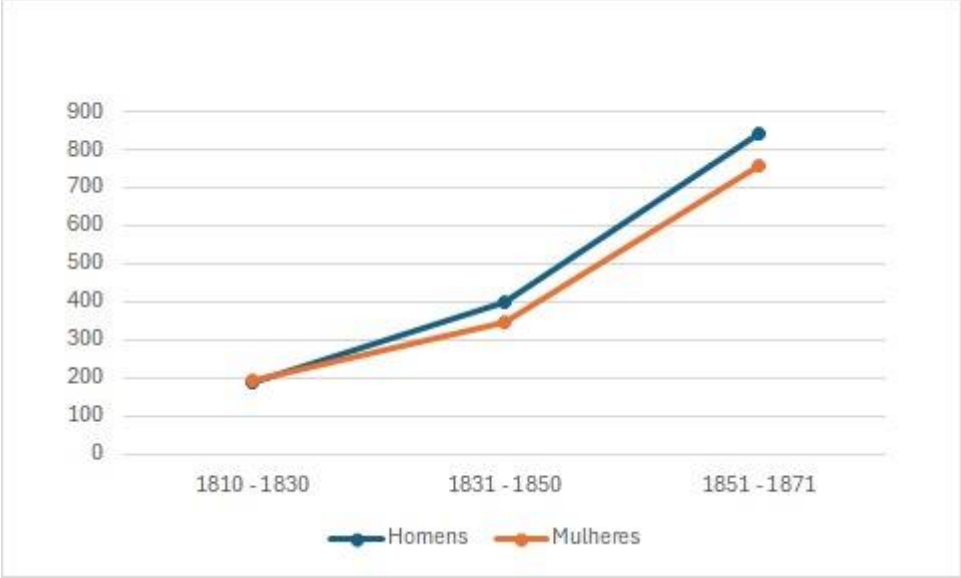
Nesse sentido, podemos estar diante de um grande aumento do número de famílias cativas no meado do Oitocentos, o que será analisado no capítulo 3. Nesse momento cabe comentar que a formação dessas famílias podia gerar um aspecto adicional no qual os escravizados podiam se apegar para reivindicar direitos e lutar pela ampliação de seus espaços de autonomia, o que, em última instância, podia gerar momentos de potenciais conflitos.[344] Além disso, um proprietário com uma escravaria de muitas crianças ainda precisaria esperar por alguns anos para usufruir do seu trabalho. Diante dos falecimentos dos cativos, fugas, alforrias ou vendas para outros proprietários, e enquanto essas crianças não atingiam a idade adulta, seus proprietários devem ter se visto em situação de carência de mão de obra. Como a compra de africanos não era possível, as soluções para aqueles proprietários que se viam nessa situação seria empregar as crianças em idades cada vez mais jovens ou aumentar a exploração do trabalho dos adultos e dos idosos, para compensar a perda de cativos. As escravarias, de fato, estavam envelhecendo. De acordo com a Tabela 24, os cativos idosos saltaram de 7,5% no primeiro período para 10,1% no último. Acreditamos que, além de outros fatores, tudo isso possa ter contribuído, lentamente, para um cenário de tensão entre senhores e cativos nos anos 1850 e 1860.

Esse contexto ganha novas cores se agregarmos a questão do preço dos cativos à análise. Ao observar o Gráfico 1, a respeito dos valores dos escravizados descritos nos inventários, é notório perceber que o preço dos mesmos em idade produtiva aumentou com o passar dos anos. Entre 1810 e 1871, o preço dos homens sempre foi superior ao das mulheres. No entanto, ambos tiveram os seus valores em mil réis em curva crescente e em ritmos semelhantes. Mas talvez o que mais impressione no gráfico foi o grande aumento da média do preço dos cativos após a Lei Eusébio de Queiroz. Se do primeiro para o segundo período, esse preço mais do que dobrou, do segundo para o terceiro, ele quadruplicou. Para Pelotas, no mesmo período, Vargas percebeu que o preço dos cativos dos charqueadores quase triplicou. Portanto, em Piratini houve uma valorização muito rápida de um período para o outro,

[344] Nesse aspecto, tendemos a concordar com Robert Slenes a respeito da importância da família escravizada para a resistência cotidiana e coletiva dos cativos.

o que pode ter tornado ainda mais inacessível os cativos e a possibilidade de repor a mão de obra perdida por alforria, fuga ou morte, por exemplo.

Gráfico 1 - Preço dos escravizados em idade nos inventários de Piratini (1811-1871)



Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Segundo Vargas, em Pelotas a queda geral dos preços dos escravizados viriam a ocorrer no período dos anos 1880:

> A queda dos preços se iniciou anos depois, chegando a 857$ em 1880 e 400$ em 1885, quando a onda abolicionista já havia libertado a maioria dos escravos em Pelotas. Nos primeiros 10 anos, homens e mulheres cativas equivaliam-se em preços, mas a partir da década de 1860, acentuou-se um distanciamento em favor dos homens. A grande queda do valor destes e a quase aproximação com as mulheres nos últimos dois períodos indicam que a escravidão estava com seus dias contados[345].

Piratini assim como as demais regiões do Brasil Império era uma sociedade que dependia muito da mão de obra escravizada – disseminada pelos diversos extratos da sociedade. Mas qual a procedência desses homens e mulheres que foram vítimas do horrendo tráfico Atlântico de seres humanos e daqueles que nasceram em terras brasileiras?

[345] VARGAS, 2013, pg. 165-166.

2.4 – Africanos, africanidade e grupos de procedência entre os escravizados de Piratini (1811-1871)

No dia 20 de setembro de 1856, o vigário colado Antônio Roiz da Costa recebeu Nicolau Cessina Montenegro, o escravista que conduzia à Igreja para introduzir a "fé cristã" Thereza, africana, de nação, de 35 anos (segundo consta). Os padrinhos da africana foram João e Francisca, escravizados de Evaristo Antônio da Fonseca.[346] Thereza, ao que tudo indica, entrou no Brasil pós Lei de 1850 e seria considerada, como aborda Chalhoub (2012), como africana livre, ou seja, ela chegou a Piratini no tráfico ilegal, e ela foi a última africana a ser batizada na Matriz da Vila. Quatro anos antes, em 03/09/1852, Domingos Correia da Silva, suplente de delegado de Polícia de Piratini, enviava para o chefe de Polícia da Província uma correspondência sobre o tráfico ilegal no local:

> Ilmo. Senhor. Com a circular de V. Sa. de 18 do mês de agosto findo fui igualmente entregue das cópias impressas dos ofícios do Aviso do Ministro da Justiça, com data de dois de julho próximo passado, afim de que, tanto por mim como pelos subdelegados deste termo, dê literal execução as providências recomendadas no mesmo Aviso, para evitar que se acoberte o tráfico de Africanos no comércio que se faz de escravos entre está e outras Províncias do Império, do que cumpre-me dizer a V. Sa. que tenho já expedido a todos os subdelegados deste município as necessárias recomendações e por minha parte cumprirei como devo e desejo.[347]

A correspondência de Domingos nos faz pensar que o comércio ilegal continuou ocorrendo no interior do Rio Grande do Sul, provavelmente vitimando africanos desembarcados clandestinamente no litoral. Após 1850 entraram em Piratini 16 africanos introduzidos de forma ilegal, sendo 9 mulheres (incluindo Thereza) e 7 homens, e ao que parece em 13/03/1852, João José Damaceno em uma circular relatava que:

> Tendo o Chefe de Polícia de Pernambuco concedido passaporte para esta província ao indivíduo cujo nome e sinais constam da nota junta, trazendo em sua companhia um escravo africano de nome Luiz. O qual havendo empregado-se no comércio ilícito de africanos, dá motivo para suspeitar-se que para cá se dirija com o fim de continuar em semelhante negócio; pelo

[346] L.R.B.E.F.N.S.C.P – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1856, pg. – 97 verso.
[347] AHRS - Registro de correspondência - delegacia de polícia de Piratini – Códice 137, Folha 139. Essa documentação me foi cedida gentilmente pelo Professor Paulo Roberto Staudt Moreira a quem agradeço pela contribuição.

> que recomendo a V. Sa. que empregue sua autoridade, para que no caso que ele apareça nesse distrito, seja vigiado, afim de que não continue a ter esse modo de vida ou outro qualquer que também seja criminoso.[348]

A preocupação de que entrassem africanos de forma ilegal poderia ser recorrente, pois Domingos Correia da Silva escrevia ao chefe de Polícia da Província a seguinte circular:

> 'Ilmo. Senhor = Em observância a circular registrada de V. Sa. com data de 24 do mês findo, em que me ordena que dê providências para que sejam apreendidos os africanos que conseguiram desembarcar na costa do Tramandaí, tenho expedidas aos diversos subdelegados deste termo as comunicações para serem apreendidos os referidos Africanos e capturadas todas as pessoas que houverem tomado parte nesse tráfico, caso procurem evadirem-se passando por alguns dos distritos deste termo. = Deus Guarde a V.Sa. Delegacia de Polícia da Vila de Piratini, 15.05.1852 = Ilmo. Senhor Doutor Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha = Chefe de Polícia desta província = Domingos Correia da Silva;[349]

Ou seja, em abril de 1852, mais precisamente em 24 daquele mês, o chefe de Polícia havia sido mais uma vez alertado sobre a entrada de africanos livres na localidade. Domingos enviou uma correspondência a Canguçu, referindo que:

> Ao Subdelegado de Polícia do 1º distrito de Canguçú. "Ilmo. Senhor = Com o presente se apresentarão a V. Sa. um cabo e 3 praças do corpo policial destacados nesta Vila e pertencentes a Polícia deste Termo, os quais provisoriamente ficam neste distrito para ajudarem os Inspetores de Quarteirão e oficiais de justiça a conduzir a presença de V. Sa. todo o estrangeiro que for encontrado e sem título de residência, ou com ele tendo já findado o prazo, e os estrangeiros e africanos, quer libertos ou escravos, que vagarem sem passaporte, afim de V. Sa. proceder na forma do artigo 67 e seguinte do regulamento sob nº 120 de 31.01.1842, cujas praças pode V. Sa. para correr o distrito de sua jurisdição, devolvê-las até o dia 31 do corrente mês, fazendo V.Sa. nesta data elas seguirem a apresentarem-se ao subdelegado do 2º distrito dessa freguesia, com o ofício incluso. Se nessa diligência V. Sa. tiver denúncia de que se cometesse algum delito ou exista algum criminoso neste distrito, V. Sa. faça as diligências e buscas necessárias, afim de se descobrir o delito e prender-se os criminosos, procedendo em tudo na forma das leis e Regulamentos e mais disposições do Governo em vigor. De tudo quanto ocorrer do serviço acima recomendado, V. Sa. afinal e por conduto do portador me enviará a comunicação geral e minuciosa. = Deus Guarde a V.Sa. Delegacia de Polícia da Vila de Piratini, 19.07.1852 = Ilmo. Senhor João Batista Pereira Galvão, Subdelegado

---

[348] AHRS - Registro de correspondência - delegacia de polícia de Piratini – Códice **137,** Folha 101 verso. Essa documentação me foi cedida gentilmente pelo Professor Paulo Roberto Staudt Moreira a quem agradeço pela contribuição.

[349] AHRS - Registro de correspondência - delegacia de polícia de Piratini – Códice **137,** Folha 112. Essa documentação me foi cedida gentilmente pelo Professor Paulo Roberto Staudt Moreira a quem agradeço pela contribuição.

> suplente do 1º distrito de Canguçú = Domingos Correia da Silva = Igual ao subdelegado do 3º distrito da freguesia de Canguçú[350]";

E em outra correspondência, ele mostra que a polícia de Piratini tentava evitar com que o tráfico de africanos se mantivesse na localidade:

> Ilmo. Senhor. Com a circular de V. Sa. de 18 do mês de agosto findo fui igualmente entregue das cópias impressas dos ofícios do Aviso do Ministro da Justiça, com data de dois de julho próximo passado, afim de que, tanto por mim como pelos subdelegados deste termo, dê literal execução as providências recomendadas no mesmo Aviso, para evitar que se acoberte o tráfico de Africanos no comércio que se faz de escravos entre está e outras Províncias do Império, do que cumpre-me dizer a V. Sa. que tenho já expedido a todos os subdelegados deste município as necessárias recomendações e por minha parte cumprirei como devo e desejo. = Deus Guarde a V. Sa. Delegacia de Polícia da Vila e Termo de Piratini, 03.09.1852 = Ilmo. Senhor Doutor Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha = Chefe de Polícia desta Província = Domingos Correia da Silva[351]

Ou seja, a documentação acima mostra que mesmo uma localidade ao interior do Império do Brasil ao iniciar da segunda metade do século XIX ainda tentava, a partir de alguns cidadãos, manter a continuidade do tráfico. Naquele mesmo ano de 1852, mais especificadamente em abril, houve o desembarque na costa de Tramandaí, onde estava presente o escravizado Manoel Congo, que foi vítima do processo de escravidão e um dos últimos desembarque na província como demonstra Vinicius Pereira de Oliveira[352]. Neste subcapítulo vou investigar as possíveis origens dos escravizados de Piratini nos inventários e nos registros de batismos, cada um ao seu turno, buscando compreender em quais as identificações étnicas os funcionários judiciais e eclesiásticos os classificaram.

No recorte temporal estudado nos inventários post-mortem foram registrados 1.960 escravizados de ambos os sexos, os quais 434 (22%) eram oriundos da África. Do ponto de vista dos sexos destes africanos, os homens ao longo do recorte temporal

---

[350] AHRS - Registro de correspondência - delegacia de polícia de Piratini – Códice **137,** Folha 128 e 129. Essa documentação me foi cedida gentilmente pelo Professor Paulo Roberto Staudt Moreira a quem agradeço pela contribuição.
[351] AHRS - Registro de correspondência - delegacia de polícia de Piratini – Códice **137,** Folha 139. Essa documentação me foi cedida gentilmente pelo Professor Paulo Roberto Staudt Moreira a quem agradeço pela contribuição.
[352] OLIVEIRA, 2006, pg. 31 – 75.

somaram 309 e as mulheres africanas 126, sendo respectivamente 71% e 29%. Esses números vão ao encontro do que aponta Marcelo Matheus para localidade de Bagé, ao informar que 70% dos escravizados africanos eram do sexo masculino[353].

Tabela 26 - Africanos nos inventários por sexo e período (1810 – 1871)

Origem	Sexo	1810 - 1830	1831 - 1850	1851 - 1871	
Africanos	Homens	100 (83%)	128 (66%)	80 (67%)	308 (71%)
	Mulheres	21 (17%)	66 (34%)	39 (33%)	126 (29%)
	Subtotal	121	194	119	434 (100%)
	Total	434			

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Ao analisar os inventários se percebe uma gama variada de termos genéricos de “nações” africanas, logo, devemos considerar que todas as denominações impostas são fruto de um processo histórico que foi o tráfico Atlântico de pessoas escravizadas. Portanto, como descreve Flávio Gomes, em *A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos*, as “nações” são designações do tráfico:

> Terminologias, classificações e nomenclatura utilizadas no tráfico atlântico e nas sociedades escravistas para identificar, localizar e indicar as origens dos africanos têm mobilizado vários estudos e pesquisadores. Seja nas designações atribuídas pelo tráfico a partir dos nomes de portos de embarques e locais africanos, seja nas caracterizações publicadas em jornais sobre aluguéis e fugas de escravos, seja nos registros paroquiais, escrituras de compra e venda, listagens de inventários e também nas classificações de africanos retornados, pesquisadores têm-se debruçado sobre as possibilidades metodológicas no uso de variadas denominações para entender as formações das identidades e os sistemas de identificação dos africanos escravizados[354].

Ao estudar as nações dos escravizados que praticavam capoeira no Rio de Janeiro no período de 1808-1850, Carlos Eugênio Libano Soares afirma que as “nações” dos cativos eram termos criados pelo tráfico negreiro:

> As ‘nações’ africanas que encontramos nos documentos são na maioria das vezes, invenções, interpretações, oriundas da práxis de séculos de tráfico de negros através do Atlântico. Em outras palavras, cabindas, minas, benguelas e outros correspondem muito mais aos portos de origem das peças e a macrorregiões genéricas do que a etnias ou ‘nações criadas pelas experiencia histórica dos próprios africanos[355].

[353] MATHEUS, 2016, pg. 188.
[354] GOMES, 2012, pg. 82.
[355] SOARES, 2004, p. 141.

Mariza de Carvalho Soares propõe que ao invés de se utilizar o termo “nação”, se valer do termo “grupo de procedência”, pois segundo a autora:

> Em primeiro lugar é necessário apresentar o universo semântico que recobre o conjunto das procedências. Sua composição engloba desde os nomes de ilhas, portos de embarque, vilas e reinos até pequenos grupos étnicos. Há casos em que não pude identificar a origem da palavra, nem tampouco a localização. Em nenhum caso é possível afirmar com certeza que a ‘nação’ corresponda a um grupo étnico. Algumas pequenas procedências parecem ser casos em que procedência/etnia se superpõe num mesmo universo empírico. Por outro lado é possível afirmar que as nações mina e angola abarcam uma grande variedade de grupos étnicos. Sobre os escravos procedentes da costa ocidental 15 é importante frisar que, nos assentos de batismo, predominam os “minas” e os “caboverdes”, havendo ainda menção a cacheos, calabares, xambás, couras, cabus e a outros pequenos grupos. Na costa centro-ocidental é grande a variedade de nações com alusão a portos de embarque. Do reino do Congo vêm, além dos ditos congos, os muxicongos, loangos, cabindas e monjolos; de Angola vêm os massanganos, cassanges, loandas, rebolos, cabundás, quissamãs e embacas; mais do sul, os de Benguela[356].

Partindo do que proposto por Mariza de Carvalho Soares, irei considerar que os escravizados vindos de origem Congo, Rebolo, Angola etc., como grupos de procedência, ou seja, os locais de onde estas pessoas foram capturadas e inseridas no tráfico atlântico de escravos da África ao Brasil, e posteriormente repassados para outros locais do Império brasileiro. Na mesma linha vai Henrique Espada Lima[357] ao reconstruir a trajetória de uma família de libertos em Santa Catarina, na cidade do Desterro (atual Florianópolis). Ao analisar a origem de Joana, mãe da liberta Maria do Espírito Santo, Espada Lima cita que a origem da escravizada era ambígua, pois ela era negra da Costa, que poderia se referir ao porto de origem ou a uma generalização do grupo étnico a qual ela pertencia.

Por estes motivos que não vou denominar os escravizados com terminologias como “nações” e sim como “grupo de procedência”, “origem” e/ou “naturalidade”. Os primeiros termos empregarei aos escravizados africanos, e “naturalidade” aqueles denominados como crioulo/a. Para aqueles que não foram informadas as suas origens descrevo como Não Consta Origem (para facilitar a leitura usarei a sigla NCO). No caso dos crioulos e crioulas essa terminologia usada durante o período escravista era utilizada para se referir aos filhos de descendentes de africanos nascidos na colônia luso-americana e posteriormente durante o império o brasileiro (1822-1889). Walter Fraga Filho, em “Encruzilhadas da Liberdade”, destaca que geralmente estes que não

[356] SOARES, 1998, pg. 78-79.
[357] LIMA, 2012, p. 383-414.

constam a origem, mas, eram ou pardos, cabras, fulas, mulatos, etc, se encaixam na sua tese como crioulos[358]. Soares (2004)[359] vai ao encontro do que foi proposto por Fraga, ao descrever que muitos destes em que eram descritas a cor eram fruto do relacionamento, em geral de mulheres africanas ou crioulos com homens brancos. No entanto, preferi não inserir estes escravizados nos grupos do crioulos, pela imprecisão que daria a análise.

Dos 1.960 escravizados arrolados nos inventários de Piratini entre 1811-1871, as mulheres crioulas formaram um número maior do que os homens crioulos, diferente do que André Correa apresenta para Caçapava entre 1821-1850[360]. Nos inventários de Caçapava, entre 1821-1850, ao analisar todos os escravizados arrolados naquela localidade aponta que a africanidade era de 23% (1821 – 1830), 22% (1831 – 1840) e 10% (1841 – 1850), a modo de comparação em Piratini em recorte semelhante dos 774 escravizados, 35% eram originários/as do continente africano, ao passo que 48% dos escravizados/as eram crioulos e 17% não constava o local de origem. Os escravizados originários da África de ambos os sexos em Piratini eram um total de 240 cativos. No que se refere ao número de homens e população africana de escravizados há uma aproximação aos números apresentados para Alegrete. Pela pesquisa de Farinatti, os africanos no período entre 1831-1850 atingiam 42,4% daquela população.[361] Na comparação em Piratini, entre 1831 - 1850 os africanos de ambos os sexos eram 40% dos cativos[362], sobre a superioridade numérica de africanos homens sobre as mulheres, os números de Piratini vão igualmente ao encontro dos de Alegrete, onde o referido historiador aponta que em Alegrete, o número de homens africanos era maior do que o de mulheres africanas[363].

Em Pelotas para os anos de 1831 – 1850 conforme os dados expostos Natália Garcia Pinto que a população africana era de 58% de ambos os sexos[364]. Muito superior a Piratini, mostrando a diferença que havia de um setor econômico voltado a exportação (caso de Pelotas) e outro para economia interna como era Piratini. Os dados sobre a africanidade em Bagé, assinala Marcelo Matheus que segundo o Censo

---

358 FILHO, 2006.
359 Sobre o tema ver: SOARES, 2004, pg. 134.
360 CORRÊA, 2013, pg. 79.
361 FARINATTI, 2004, pg. 6.
362 Neste cálculo retiramos aqueles escravizados em que não consta a origem.
363 FARINATTI, 2004, pg. 6.
364 Incluindo somente africanos, africanas, crioulos e crioulas.

de 1846, havia naquela localidade 30% de africanos, sendo 28,5% de africanidade segundo os inventários entre 1820 – 1850.

A queda de africanos em Piratini após 1851 – 1871 nos inventários, acreditamos ocorrem em paralelo ao aumento dos escravizados crioulos/crioulas, todavia como reflexos das leis antitráfico de seres humanos a partir de 1831. Ou seja, ficou mais restritivo o acesso a posse de escravizados/escravizadas oriundos do tráfico Atlântico, o que representou uma queda nas taxas de africanidade em Piratini.

Tabela 27 – Macrorregiões da África e sexo nas escravarias de Piratini a partir dos inventários post-mortem (1810-1871)

Origem/Naturalidade	Sexo	1810-1830	1831-1850	1851-1871
África ocidental	M	6	3	0
	F	0	1	2
África Central Atlântica	M	80	66	2
	F	20	29	1
África Oriental	M	5	2	0
	F	0	0	0
Nação	M	1	27	49
	F	1	18	19
Apenas “Africano”	M	1	1	28
	F	0	2	17
da Costa	M	7	29	1
	F	0	16	0
Crioulo	M	53	137	345
	F	42	156	378
Não Consta Origem	M	11	55	133
	F	8	59	132
	NCS	0	3	14
Total		235	604	1121

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Em um sentido oposto a diminuição da africanidade dos escravizados em Piratini, ocorria um crescimento dos crioulos de ambos os sexos na localidade, em especial das mulheres, que nos períodos de 1831-50 e 1851-71 foram superiores aos crioulos do sexo masculino.

Entre os cativos e cativas originários da África em Piratini entre 1811-1830, dos 121, 100 eram homens, dos quais 85 tinham entre 15-49 anos. Destes adultos, 48

africanos estavam nas escravarias de senhores entre 1-9 cativos e 37 nas posses de senhores com mais de 10 escravizados. Entre as 21 mulheres africanas, das quais 18 tinham entre 15-49, 11 estavam inventariadas em posse dos senhores de 1-9 escravizados e 7 mulheres estavam na posse dos senhores com mais de 10 escravizados. A única escravizada com idade de 50 anos para mais, estava na posse de um senhor que pertencia ao grupo de escravistas com mais de 10 cativos.

Tabela 28 - Africanidade e sexo entre os escravizados adultos e idosos em Piratini (1810-1871)

Africanos adultos de 15-49 anos	Sexo	1810-1830	1831-1850	1851-1871
	M	85	90	31
	F	28	50	18
Subtotal		113	140	49
Crioulos adultos de 15-49 anos	M	14	42	157
	F	17	62	176
Subtotal		31	104	333
Africanidade adultos		78%	58%	13%
Africanos idosos acima de 50 anos	M	13	32	47
	F	1	15	21
Subtotal		14	47	68
Crioulos idosos acima de 50 anos	M	2	1	13
	F	0	3	19
Subtotal		2	53	32
Africanidade idosos		88%	90%	68%
Total		160	295	482

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Conforme os números da tabela podemos analisar que nos anos anteriores a Lei Eusébio de Queiroz, a africanidade dos adultos em idade produtiva era de 65% e pós o fim do tráfico era 13%, o que mostra a importância da reprodução natural de escravizados em Piratini diante da restrição do comércio negreiro, sobretudo entre os anos de 1832-1850, se refletindo posteriormente. Entre os escravizados idosos, os africanos também foram absolutos sendo 93% entre 1811-1850 e 68% posteriormente, revelando que as conexões de Piratini com o tráfico podiam vir do período anterior à fundação da freguesia.

Sobre os crioulos o número de homens era levemente menor do que o de mulheres entre 1831-1850, as crioulas eram um total de 156 escravizadas (25,8%), e

os crioulos 136 (22,5%); entre os cativos que não consta a informação de origem há também um número um pouco acima de mulheres do que de homens. As mulheres sem origem declarada representavam 9,8% do total, em números reais isso era 59 escravizadas, já os homens representavam 9,1% do total, ou seja, eram 55 homens escravizados sem origem definida. Enquanto Alegrete possuía 36% de mulheres do total[365], para a pesquisa de Piratini, a Vila durante o período estudado, as mulheres escravizadas representavam 46,7% do total dos cativos, enquanto os homens eram 52,8% e aqueles sem o sexo descrito eram 0,5%.

Em pesquisa realizada sobre Bagé, Marcelo Matheus aponta que nas décadas de 1840-1850, no que tange a questão do sexo dos escravizados "os percentuais equivalem-se (por volta de 54% de homens e 46% de mulheres)[366]." Farinatti afirma que no período entre 1831-50 as crianças eram cerca de 21% das escravarias de Alegrete, enquanto em Piratini 36% das escravarias eram compostas por crianças entre 0-14 anos de idade, dos quais 18% eram meninos, logo, não devemos desprezar segundo Farinatti "a influência da reprodução endógena desses cativos[367]."

No período de 1851-1871 havia dos 31 africanos que se encontravam no grupo em idade produtiva entre 15-49 anos, 20 estavam na posse de senhores com 1 a 9 escravizados; já os escravizados africanos acima de 50 anos, eram 47 cativos homens, destes 24 estavam na posse dos pequenos escravistas e 23 naqueles com maiores escravarias. Por sua vez, os crioulos em idade produtiva de 15-49 anos totalizavam 157 escravizados, com um valor em média de 900$, os mais valiosos no período, sendo que destes 77 estavam nas mãos dos senhores de 1-9 cativos, e 80 estavam concentrados nas mãos dos senhores com mais de 10 escravizados. Já os escravizados crioulos, acima de 50 anos de idade eram um total de 13, sendo que 6 estavam nas posses dos senhores de 1 a 9 cativos, os 7 escravizados crioulos idosos, estavam nas mãos dos senhores com a posse de mais de 10 cativos.

No caso das mulheres é importante analisar a presença das mulheres escravizadas no período entre 1851-1871. As mulheres em idade produtiva de 15-49 anos eram 18 cativas africanas, 9 estavam na posse dos senhores de 1-9 escravizadas e 9 na posse dos senhores com mais de 10 escravizados. As escravizadas acima de 50 anos, totalizavam 21, estas estavam divididas da seguinte

[365] FARINATTI, 2004, pg. 6.
[366] MATHEUS, 2016, pg.186-187.
[367] FARINATTI, 2007, pg. 300.

forma: 16 escravizadas africanas estavam sob o domínio de senhores no grupo de 1 a 9 escravizados, e 5 escravizadas estavam arroladas nos inventários de senhores com mais de 10 cativos.

Assim como ocorreu com os crioulos homens, as mulheres também eram mais numerosas: 378 no total, sendo 176 estavam em idade produtiva. Dessas, 87 estavam arroladas nos inventários de senhores no grupo de 1-9 escravizados, e 89 com os senhores de mais de 10 cativos; as escravizadas crioulas acima de 50 anos, das 19, onde 13 pertenciam aos senhores de 1-9 escravos, e 6 aos senhores com mais de 10 escravizados.

Portanto, no transcorrer dos 60 anos que corresponde ao recorte temporal da pesquisa, no que tange às origens, Piratini foi se transformando, de um escravaria majoritariamente africana nos primeiros 20 anos, para uma escravaria majoritariamente crioula nos 40 anos seguintes.

Em um contexto mais geral de organização da pesquisa e seguindo a divisão de macrorregiões, nos pareceu importante destacar os escravizados descritos como de serem originários da África Central Atlântica, estes são os que mais foram descritos ao longo do recorte temporal, o detalhe neste caso é que eles com o passar dos anos foram dando lugar aos descritos como Nação. Até o período final do tráfico Atlântico em 1850, os africanos oriundos da costa central atlântica eram 198 de ambos escravizados, tendo com destaque os de origem Congo, 63 com essa terminologia e 3 mulheres descritas como Congo, 7 descritos como da Costa/Congo, 6 homens e uma mulher somando 73 daquela região; entre 1811-1840 eram maioria entre os escravizados desta macrorregião, sendo superados pelos de Benguela, que ao longo de todo o período estudado somaram um total de 40 cativos de ambos os sexos, mais uma mulher descrita como Ganguela/Benguela, que eleva o número total a 41. Os 23 escravizados oriundos de Cabinda ou Cabindá como foram descritos, nos inventários também foram um grupo de pessoas significativos desta macrorregião em Piratini. Os escravizados de origem Rebolo são números importantes ao longo das primeiras décadas, totalizando 21 pessoas, 10 homens e 10 mulheres descritos como somente Rebolo e 1 como da Costa/Rebelo; os oriundos do porto de Angola foram 13 ao total, outro grupo de pessoas com ligação a essa região que destaco aqui são os de origem Cassange sendo 7 ao total. Na tabela a seguir demonstro os demais escravizados desta região.

Tabela 29 - Escravizados originários da África Central Atlântica (1810-1871) segundo os inventários de Piratini

Origem	Sexo	0-14 anos	15-49 anos	50 anos para mais	Não Consta Idade	Total origem/naturalidade por sexo
Angola	Homem	0	9	1	0	10
	Mulher	0	3	0	0	3
Benguela	Homem	0	21	12	1	34
	Mulher	0	5	0	1	6
Cabinda	Homem	0	11	2	1	14
	Mulher	0	8	0	1	9
Camundá	Homem	0	4	1	0	5
	Mulher	0	0	0	0	0
Camundá/Cabundá	Homem	0	1	0	0	1
	Mulher	0	0	0	0	0
Cassange	Homem	0	7	0	0	7
	Mulher	0	0	0	0	0
Congo	Homem	0	43	3	1	47
	Mulher	0	12	4	0	16
Conga	Mulher	0	3	0	0	3
Da Costa/Congo	Homem	0	6	0	0	6
	Mulher	0	1	0	0	1
Da Costa/Rebolo	Homem	0	1	0	0	1
Ganguela	Homem	0	1	0	0	1
Ganguela/Benguela	Mulher	0	1	0	0	1
Monjolo	Homem	0	6	3	0	9
	Mulher	0	0	0	0	0
Mogumbi	Mulher	0	1	0	0	1
Rebolo	Homem	0	9	1	0	10
	Mulher	0	8	1	1	10
Songo	Homem	0	3	0	0	3
	Mulher	0	0	0	0	0
Subtotal		0	164	28	6	198
Total		198				

Tabela: Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Sobre os escravizados oriundos dos portos do Congo, Soares (2004) descreve que muitos destes eram “especialistas” (termo nosso), em áreas do trabalho agropastoril. Cabe expor aqui duas questões importantes que o autor descreve que “qualquer africano importado pela rede comercial do rio Zaire e de seus tributários podia ser denominado ‘congo’[368].” E salienta o autor que diversas pessoas oriundas dessa região, que possuíam essa terminologia (congo) desembarcava no Rio de Janeiro:

> mas destacavam dentre estes os *bakongos* (grifo do autor), do norte de Angola e sul do Zaire. As visões senhoriais sobre os congos iam desde a noção de que eram resistentes e bons para agricultura à de que costumavam ser orgulhosos e mantenedores de suas tradições. E é de notar que os cabindas e congos (ambos oriundos da rede de tráfico do rio Zaire) correspondem a 37% do total de africanos centro-ocidentais[369].

Na pesquisa do historiador fluminense, como consta na citação acima, 37% dos escravizados do Rio de janeiro eram denominados como cabinda e congo daqueles centro-ocidentais. Em Piratini, estes representavam 37% dos africanos centro-ocidentais, mas durante o período de 1810 a 1860 este grupo de africanos foi reduzindo. Quanto a questão desses escravizados bakongos havia homens envolvidos nas atividades agropastoris, exceto um homem Cabinda como sapateiro, e outros dois se dedicavam a função de campeiro, enquanto os homens congos desenvolviam atividades como: campeiro (2), campeiro domador (1), de roça (1), lavrador (1), pedreiro (1) e roceiro (5); estes foram os escravizados que a função/profissão foi descrita.

Matheus destaca uma dificuldade importante dos inventários, que é a de alguns dos africanos os dados serem mais escassos, e Piratini tinha uma característica próxima a de Bagé que era o número de escravizados da África Central:

> Infelizmente, os inventários trazem poucos dados sobre a naturalidade dos escravos africanos. Em 325 casos foi anotado que o cativo era *africano*, *da costa*, *de nação* ou simplesmente *africano*. Em outros 65 foi possível conhecer o grupo de procedência do mesmo: 47 foram registrados como da África Central (Angola, Congo, Rebolo, Cabinda, Cassange, Benguela e Monjolo); 11 da África Ocidental (Mina e Nagô); e 7 da África Oriental (todos Moçambique)[370]

[368] SOARES, 2004, pg.126.
[369] SOARES, 2004, pg.126-127.
[370] MATHEUS, 2016, pag. 188.

Em alguns casos encontrei escravizados com a definição: Da Costa/Congo, Da Costa/Rebolo, Nação/Crioulo, Africano e africana, Africano(a)/Nação, Nação/Africano. Por questões metodológicas fiz a inserção destes nos grupos da segunda terminologia, não por entender que era originário deste ou daquele, mas apenas para facilitar a observação. Inclusive os africanos (somente assim) e os africanos/nação inclui em um mesmo grupo, ao passo, que a Crioula da Costa inseri no grupo de crioulos para manter a metodologia. Possivelmente, os escrivães tornaram comum o termo “Da Costa” ou se confundiram ao interpretar que a costa fosse a do Congo.

Tabela 30 - Escravizados originários da África Ocidental (1810-1871)

Origem	Sexo	0-14 anos	15-49 anos	50 anos para mais	Não Consta Idade	Total origem/naturalidade por sexo
Mina	Homem	0	7	2	0	9
	Mulher	0	2	1	0	3
Total		12				12

Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Entre os escravizados oriundos do tráfico atlântico com origem na região ocidental da África, foram arrolados nos inventários 12 cativos, sendo 9 homens e 3 mulheres. Os “minas”, segundo Natália Pinto, era termo usado genericamente para se referir aos escravizados provenientes do Golfo do Benin[371]. Durante todo período analisado, o grupo dos Africanos Ocidentais em Piratini chegaram a 1% dos escravizados, ou foram descritos como outras designações como “da Costa” e “de Nação[372]” que teria relação com o trafica ilegal. Comparando com Pelotas, Natália aponta que estes escravizados eram 38,9% entre 1831–1850[373]. Portanto, a conhecida diáspora mina que apresentou uma forte presença em Pelotas e Rio Grande, parece não ter chegado com muita força em Piratini.[374]

Tabela 31 - Escravizados Da Costa ou Costa arrolados nos inventários post-mortem (1811 – 1871)

[371] PINTO, 2017.
[372] Essa hipótese me foi sugerida na defesa da Tese pelo Prof. Dr. Marcelo dos Santos Matheus.
[373] PINTO, 2017.
[374] Para os estudos dessa diáspora mina no Rio Grande do Sul, ver os capítulos: MATHUES; MUGGE, 2024.

Origem	Sexo	0-14 anos	15-49 anos	50 anos para mais	Não Consta Idade	Total origem/naturalidade por sexo
Costa	Homem	0	0	1	0	1
Da Costa	Homem	1	22	10	3	36
	Mulher	0	8	8	0	16
Total		53				

Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Quanto aos cativos e cativas descritos como Da Costa ou Costa foram 53 no decorrer de 1811 – 1871, sendo 1 menino, 36 homens e 16 mulheres, representaram ao longo do período analisado, ou seja, 3% dos escravizados. Já os escravizados descritos como “Nação”, eram, durante todo o recorte temporal estudado, 6% da composição das escravarias, sendo os homens com esta origem 67% deste grupo, enquanto as mulheres eram 33%.

Em Pelotas, Natália Pinto, apontou que estes escravizados como “Nação” impediram uma análise profunda das origens dos escravizados naquela região:

> Entretanto, 29,2% do conjunto da população escrava foi identificada apenas como africano (a) e de ‘nação’, impedindo uma análise mais refinada sobre os grupos de origem no município. Esses termos de nações identificados não se referiam a regiões específicas de origem dos indivíduos traficados para a cidade de Pelotas. Possivelmente tais termos indicavam portos da costa africana que abasteciam o comércio transatlântico [375].

Se para Pelotas entre 1850-1870 este grupo de escravizados somavam 29,2%, em Piratini, no mesmo recorte temporal, os de Nação foram 6% e os “africanos” 4% da população escravizada. Existem nos inventários *post-mortem* inúmeras terminologias que os escravistas determinavam ou não sobre os escravizados, algumas mais, outras menos (ou nem tão usal como preferir o leitor). Destaco aqui uma mulher de origem/nação Mogumbi, seu nome era Joana, escravizada de Francisco de Ávila Rosa[376], de mais ou menos 40 anos, sem valor identificado, casada, sem nenhum tipo de profissão descrita no inventário. A sua origem é que me

[375] PINTO, 2017, pg,56.

[376] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. Ano: 1819. Processo n°: 041. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 124.

causou uma pesquisa, logo me leva a possivelmente três hipóteses: a) pois ao ver que era única com essa terminologia ao pesquisar encontrei na web referencias sobre a Etiópia[377], essa referencia se faz uma colina de nome Mogumbi de 624 metros de altitude no leste africano, estando de Moçambique 3139 km, de um centro ao outro[378]; b) historiograficamente, há dentro dessas variações terminológicas colocadas pelos escravistas, como outras nações centro-africanas, como descreve Flávio Gomes em seu artigo, destaca que:

> por conta do aumento e abrangência de classificações/terminologia de 'nações' nos inventários, comparando com aquelas que aparecem nos registros paroquiais. Ambaca, baca, bambuíla, ambuíla, camundá, luanda, moange, mocumbe, mogumbe, mofumbe e quissama somam apenas 27 registros entre os africanos batizados, mas nos inventários somam mais de 300 e correspondem a 5% dos africanos. Cabe ressaltar que moanges, mocumbes, mogumbes e mofumbes (classificados como 'outros africanos centrais') – que praticamente não aparecem nos batizados – alcançam 3% nos inventários[379].

Segundo Mary Karash os Mohumbes, que foram analisados pela autora eram do norte de Angola[380], que seria outro grupo de procedência ou origem da África Central. Logo, para fins de análise e não ter a origem de fato do local por onde foi traficada Joana, a inclui no grupo dos africanos centrais, até mesmo pelo fato do seu matrimônio, isto porque a escravaria de Francisco d'Ávila Rosa, entre seus 25 escravizados, existam 2 casais, sendo que 3 destas 4 pessoas eram originários da África Central, logo possivelmente Joana faça parte deste grupo ou de alguma etnia que permitisse uma ligação que desse origem ao matrimonio. Slenes detalha que os africanos ocidentais foram "aproximadamente 51% dos 10,5 milhões de africanos escravizados que chegaram vivos às Américas entre 1501 e o fim do tráfico em 1866 eram da África Central: 47% da parte ocidental dessa região e 4% da parte oriental[381]."

Vou realizar o seguinte exercício: se Joana fosse parte do lado oriental da África Central, isto faria com que ela tivesse uma maior relação no cativeiro com os de mesmas etnias próximas a sua, ou seja, reconstruiria em Piratini laços africanos. Vejamos o primeiro José que também era casado, de origem Benguela, sapateiro, 40

---

377 Pesquisei sobre o termo Mogumbi, e encontrei referências a Etiópia. Disponível em: https://mapcarta.com/13006676 Acessado em: 12/05/2020

378 Acessado em: 21/08/2021. Disponível em: http://www.brasildistancia.com/cc/MZ-ET

379 GOMES, 2012, pg. 99.

380 KARASH, 200, pg. 400.

381 SLENES, 2018, pg. 64.

anos mais ou menos (idade próxima a de Joana) e avaliado em 128$; o outro escravizado casado era Januário, que possivelmente era embarcado em um dos portos de Benguela, de 49 anos mais ou menos, mas sem profissão declarada, e no valor de 102,4$. Um destes dois deve ter tido núpcias com Joana e pode-se pensar isto também como uma forma de negociação entre Francisco d'Ávila Rosa com seus escravizados.

Mas vejamos os registros de batismos sobre essa escravaria, Francisco D' Ávila da Rosa segundo a investigação em registros de batismos, era um escravista de média escravaria com 13 escravizados, ao contrário dos inventários em que este tinha arrolado 25 escravizados e escravizadas, nos quais foram citados Joana que deveria ser casada com Januário, José e Maria citados no inventário[382] como casados. Em primeiro lugar ambos não tiveram pelo menos em Piratini nenhum filho batizado, talvez o tivessem em Rio Grande ou Pelotas antes de 1810. O outro casal era composto pelo africano Benguela, José e Maria[383] que segundo os batismos de seus filhos era crioula e tiveram dois filhos legítimos: Antônio[384] que não foi registrado seu ano de nascimento, porém foi batizado em abril de 1814; e Florentina[385] nasceu em 07/11/1816 e foi batizada em janeiro de 1817. Ambos são citados no inventário de Francisco da Rosa. Muito possivelmente o casal Maria e José já mantinham relações afetivas antes de terem seu relacionamento legitimado pela Igreja Católica, pois Maria teve seu nome nos registrado como mãe natural de Francisco[386], batizado em julho de 1810, tendo nascido em 22 de maio daquele ano. Em fevereiro de 1818 foi batizado Sotero[387], nascido em 22 de janeiro de 1818 filho natural de Maria, crioula ambos escravizado de Franciso D'Ávila da Rosa, sem a citação ao nome do pai o que indica ou que era outra Maria ou o padre Candido Del Rio Cárdenas esqueceu de colocar o nome de José. Por outro lado havia segundo os registros de batismos outra Maria, está africana, Benguela, que teve batizados três filhos: Dionísio[388] em março de 1822; Adam[389] batizado em maio de 1824 e Miquelina[390] em junho de 1826, todos crioulos,

---

[382] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. Ano: 1819. Processo n°: 041. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 124.
[383] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1814, pg. 26 verso; 1817, pg. 64.
[384] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1814, pg. 26 verso.
[385] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1817, pg. 64.
[386] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1810, pg. 1.
[387] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 45 verso.
[388] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1822, pg. 92.
[389] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1824, pg. 109 verso.
[390] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1826, pg. 126 verso.

descritos como filhos naturais de Maria, Benguela, e todos escravizados do mesmo escravista Francisco D'Ávila da Rosa.

Pensamos o caso de Maria, que não constava a origem, nem profissão, segundo o inventário tinha 42 anos a época, nem cor foi informada, e avaliada em 80 mil réis. Possivelmente os pais da escravizada fossem originários da África, e não descarto a hipótese de Maria ser descendente do mesmo grupo que pertencia José da África Central Atlântica. Um detalhe importante, penso, é a profissão de José: sapateiro. Isto deve lhe ter dado a possibilidade de constituir matrimônio com alguma das escravizadas.

> Outro princípio cultural, que era também reflexo da necessidade milenar de travar relações com novos grupos para ter 'ventura', consistia na valorização de alianças sociais. Havia os conhecidos cuidados na manutenção das linhagens e seus clãs, bem como dos grupos de parentes afins. Mas, além disso, construíam-se amizades fortes, marcadas por rituais evocando o parentesco, para fundamentar obrigações recíprocas[391].

Em suma, a hipótese de que praticamente 3 dos 4 sejam de etnias próximas, e até mesmo incluindo Maria nesse grupo, vemos uma tentativa da criação de alianças dentro da escravaria de Francisco. Não é citado no inventário nenhum tipo de filiação de Maria e Joana na escravaria. Segundo Flávio Gomes, no Rio de Janeiro do século XVII e início do XVIII "mais de 90% dos casamentos envolveram escravos da mesma propriedade, juntamente com um padrão de endogamia em termos de naturalidade com africanos (gentio da Guiné e Guiné) casando entre si".[392]

Seguindo com análise dos cativos de Francisco d' Ávila Rosa, com inventário datado de 1819, dos 25 escravizados, 40% destes eram crianças de ambos os sexos de 0-14 anos, todos com a origem crioulo, sendo que destes 8 eram meninos e 2 meninas. Dos 8 meninos, 5 eram campeiros, sendo o mais jovem destes a exercer a função tinha a idade de 6 anos apenas. Como demonstrado algumas destas crianças foram filhos dos casais da "senzala", uma reprodução endógena.

Entre os cativos em idade produtiva exceto aqueles já citados dos 9, dois eram de origem crioulo/a, o jovem Salvador, 16 anos campeiro, 180$ sem filiação descrita e a jovem Micaela de também 16 anos, 160$. Os 7 demais eram homens sendo 6 oriundos da África, principalmente da África Central, e 1 NCO. Um cativo tinha 50

[391] SLENES, 2018, pg. 64.
[392] GOMES, 2012, pg. 85.

anos, seu nome era Eugênio, NCO, sem avaliação e de cor pardo. No Quadro abaixo apresento as características dos 7 escravizados em idade produtiva. Ao que se refere a profissão irei me ater de forma mais detalhada no próximo subcapítulo.

Quadro 6 – Escravizados em idade produtiva na posse de Francisco d'Ávila da Rosa

Proprietário	Escravo	Nação	Cor	Profissão	Idade	Valor em $	Observação
Francisco d'Ávila da Rosa	Jeremias	NCO	pardo	aprendiz de sapateiro	17	180	doente
Francisco d'Ávila da Rosa	José	Rebolo	Não consta	campeiro	18	140	Não consta
Francisco d'Ávila da Rosa	Antônio	Angola	Não consta	Não consta	20	160	Não consta
Francisco d'Ávila da Rosa	Pedro	Congo	Não consta	de roça	24	170	Não consta
Francisco d'Ávila da Rosa	Matheus	Camundá/Cabundá,	Não consta	Não consta	30	160	Não consta
Francisco d'Ávila da Rosa	Francisco	Angola	Não consta	alfaiate	38	180	Não consta
Francisco d'Ávila da Rosa	Domingos	Angola	Não consta	Não consta	40	19,3	Não consta

Quadro. Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Para o período de 1821-1830, dos 26 inventários investigados, haviam um total de 170 escravizados, assim como na década anterior, os números de crioulos e crioulas eram maiores entre os escravizados de 0 a 14 anos, do que nos anos de 15 a 49 anos, e de 50 anos a mais. Os crioulos homens totalizavam 43 escravizados, sendo 29 meninos, e os crioulos em idade produtiva eram 12 escravizados, e aqueles com 50 anos para mais, 2. Entre as mulheres crioulas 19 eram meninas, enquanto as adultas eram 14, e uma não foi informada a idade. É notório aqui que de uma década para outra o número de crianças escravizadas aumentou de 14 para 55, ou seja, aumentou em números entre 3,9 vezes o número de crianças escravizadas, nesta década de crioulas e outra que não constava a origem que eram 7, sendo 3 meninos e 4 meninas. Enquanto os escravizados em idade produtiva que NCO homens eram 5, as mulheres eram duas somente, e um homem estava no grupo daqueles que tinham mais de 50 anos.

Embora a diferença em termo de números fosse de um, ainda nesta década de 1821-1830 os escravizados africanos, principalmente homens, eram maioria, sobretudo aqueles oriundos da África Central (43). Já os cativos oriundos da África

Ocidental eram 12, os originários da África Oriental 3, os Nação e outros africanos (e aqui enquadro uma terminologia citada apenas uma vez durante a pesquisa e que não encontrei na literatura) era 1 (Moiacã/Moraqua). Os homens do Congo e de Benguela foram os que mais tiveram sua origem citadas nos inventários nesta década: eram 26 sendo 13 de cada grupo, neste mesmo grupo depois deles vinham os: Cabindá 4, Cassange 3, Songo 3, Camundá 2, Rebolo 2, Angola, Ganguela, Monjolo era um de cada origem. Entre as mulheres africanas o destaque era para as centro africanas, sobretudo as que tinham como origem a região do Congo, ao total eram 9, sendo 7 em idade produtiva. É importante destacar que o número de mulheres escravizadas oriundas da África Central era superior ao de homens oriundos da África Ocidental, e no computo destes homens com aqueles vindos de outras regiões do continente africano a diferença era de uma pessoa. Segundo Gabriel Santos Berute (2006) os escravizados oriundos da África Central Atlântica eram traficados para o Rio de Janeiro e posteriormente eram desembarcados no Rio Grande do Sul.

A década de 1831-1840, marca como já descrito no tópico anterior um período mais conflituoso no Império e o Sul não foi diferente, e Piratini era um dos locais onde isto se acentuou. Dos 273 escravizados a época, 44,7% da escravaria era composta de africanos de ambos os sexos, seguido por 41,8% de crioulos de ambos os sexos e 13,6% que NCO. Este é também o período em que as leis anti-tráfico deveriam começar a cessar a entrada de africanos, mas como sabemos é um dos picos, principalmente na zona cafeeira. Na tabela a seguir irei apresentar como estavam divididos os africanos nas escravarias de Piratini a partir dos três grupos de procedência destas pessoas.

Tabela 32 – Africanidade em Piratini (1831-1840)

Origem	Sexo	Quantidade
Africanos Ocidentais	Homens	1
	Mulheres	1
Africanos Centrais	Homens	51
	Mulheres	23
Africanos Orientais	Homens	2
	Mulheres	0
Nação	Homens	3
	Mulheres	1
Da Costa/Costa	Homens	26
	Mulheres	14

Total	122

Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Assim como em 1821-30 aqui não houve alteração na maioria numérica de escravizados oriundos da África Central, seguido pelos da África Ocidental, Nação e aquelas pessoas que foram vítimas do tráfico na região oriental da África, mais precisamente Moçambique. Estes últimos sabemos que o tráfico daquela região era muito mais problemático, a mortalidade os escravizados daquela região tinham em torno de 16% de mortalidade no trajeto[393], o autor afirma ainda que o preço destes escravizados era menor do que o de outras regiões com maiores grupos de escravizados no Brasil. Em Piratini, ao longo de todo período pesquisado, foi de 7 pessoas todos homens inventariados ao longo de 1811-1871. Segundo Alpers estes escravizados geralmente eram avaliados em um valor menor do que os centro-ocidentais, no século XVIII e nos primeiros 50 anos do XIX[394], comparando com os escravizados mais citados nos inventários nos mesmos períodos reforço essa afirmação, pois em média ao longo de 1811-1840 o escravo de Moçambique foi arrolado no valor de 242,29$.

Para década de 1831-1840 os escravizados oriundos dos portos congoleses eram maioria entre os escravizados centro-africanos, mas os com maior destaque entre os africanos sem a descrição dos portos de eram traficados, estavam os escravizados oriundos da Costa que entre homens e mulheres somavam 42, destes 3 homens tinham como descrito a origem os escravizados denominados com da Costa/Congo, há neste caso duas possibilidades, os inclui nos africanos centro atlânticos, pois os interpretei estes três fossem da costa atlântica do Congo. Impressiona o número de homens em idade produtiva dos escravizados do Congo, ao todo eram 23, sendo que 14 destes pertenciam aos senhores de escravistas com 1 a 9 cativo por inventário. Dos 114 crioulos inventariados neste recorte temporal, 45

[393] ALPERS, 2018.

[394] Sobre os africanos orientais e o preço colocado naquelas pessoas pelos traficantes de escravizados Alpers: “No fim do século XVIII, uma soma de fatores contribuiu para o desenvolvimento do tráfico negreiro do Sudeste da África para o Brasil durante a primeira metade do XIX. Em primeiro lugar, em reação ao rápido aumento da demanda de mão de obra escrava no Brasil, um acentuado aumento no preço dos escravos na África Centro-Ocidental levou os mercadores portugueses a explorarem outras fontes de cativos. Devido ao baixo preço de africanos escravizados de Moçambique, eles foram atraídos para aquele mercado. Em segundo lugar, a autorização legal do tráfico negreiro para o Rio da Prata em 1791 incentivou o tráfico vindo do Sudeste da África, principalmente pela ilha de Moçambique.” (ALPERS, 2018, pg. 86).

escravizados crioulos de ambos os sexos estavam em idade produtiva, dos quais 15 eram homens e 30 eram mulheres, aqui diferente dos recortes temporais o número de mulheres escravizadas foi maior que o de homens. Os meninos crioulos eram maioria entre os crioulos 40, e mulheres 28. Uma mulher tinha de 50 anos para mais, um destaque aqui de ser feito é que neste recorte duas crianças tinham sua origem vindas do continente africano, 1 Da Costa e 1 Nação, duas possibilidades aqui, a primeira mais concreta é que são que a) são frutos do tráfico atlântico; Isto porque os batismos mostram a entrada de crianças africanas em Piratini para serem batizadas, o que demonstrarei no próximo tópico; a outra possibilidade de essas crianças serem denominadas como africanas nos inventários é de que: b) essas origens foram impostas relacionando as suas mães. No caso da segunda possibilidade não é citado no caso de menino Nação a sua mãe, mas consta que seu nome era José, Nação, mulato, de 1 mês, avaliado em 20$, e escravizado de Salvador Alves de Moraes, uma vez que fosse filho de Maria, Rebolo, de 47 anos deveria ser filho de um dos “Joãos”, ou o Monjolo de 45 anos, ou o Congo de 43 anos, seria o caso de José ter a origem Nação; ou como a primeira possibilidade José ter sido adquirido via tráfico. Deixo essas indagações pois não encontrei nos registros de batismos até a década de 1830 dados referentes a este escravista.

Quadro 7 – Escravaria de Salvador Alves de Moraes (1831)

Ano	Proprietário	Escravo	Naturalidade	Nação	Cor	Sexo	Idade	Valor em $
1831	Salvador Alves de Moraes	Francisco	Crioulo	-	-	Homem	11	300
		Maria	Africana	Rebolo	-	Mulher	47	200
		Juliana	Crioula	-	-	Mulher	17	400
		Dioninsia	Crioula	-	-	Mulher	6	150
		João	Africano	Monjolo	-	Homem	45	125
		João	Africano	Congo	-	Homem	43	250
		José	Africano	Nação	mulato	Homem	1 mês	20

Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Se para o caso de José, a possibilidade maior é a de que tenha sido fruto de uma reprodução endógena, o caso de Luiz, Da Costa, 14 anos, avaliado em 350£, e escravo de Eufrásia Antunes Maciel, que possuía uma escravaria de 3 cativos, todos homens, com o detalhe para Emídio, crioulo, 20 anos e baldado de um braço e avaliado em 300$; o outro cativo de Eufrásia era Antônio, 25 anos, crioulo, no valor de 400$ que durante o levantamento do inventário consta como foragido. “O menor

preço da criança escrava tomava-a uma mercadoria acessível aos pequenos proprietários impossibilitados muitas vezes de investirem na compra do escravo adulto[395]". Ainda segundo Maria Lúcia Morr, Expilly, um comerciante francês com passagem pelo Rio de Janeiro no ano de 1853, registrou em sua obra literária *Le Brésil tel qu'il est, "*que os moleques e os negrinhos eram muitas vezes enviados a aprender algum ofício, segundo a sua aptidão, o que posteriormente trazia um bom lucro ao senhor[396]". Carlos Eugênio Libano Soares (2004) em suas pesquisas sobre a capoeiragem no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, descreve que "a faixa etária mais registrada entre africanos 'novos' (recém-desembarcados) é entre os 12 ou 15 anos[397]", o que indica que o jovem foi traficado para os escravistas brasileiros ainda muito jovem.

A última década anterior ao fim do tráfico atlântico de forma mais acentuada teve registrado nos inventários um número de 331 escravizados, como já afirmado anterior 165 mulheres, 163 homens e 3 não foi informado o sexo. Trata-se de um período que houve uma leve superioridade de mulheres, especialmente as crioulas, que eram 96 escravizadas, ou seja, 29% do total dos cativos de Piratini eram mulheres, sendo as meninas de 0-14 anos 15,7% deles. Para Caçapava, vizinha de Piratini e com estrutura agrária semelhante, entre 1824-1850, Corrêa apontou "[...] no que tange universo feminino, estas foram encontradas em maior número na década de 1840, no entanto, nunca superando os homens[398]." Para Piratini, como vemos, foi o contrário: entre 1841-1850, possivelmente este fator tenha ocorrido como já descrito anteriormente em virtude da Revolução Farroupilha. Os números de Corrêa (2013) vão ao encontro dos postos aqui sobre Piratini ao afirmar que em ambas as Vilas sulinas o número de africanas de todas as "nações", nunca superaram os homens africanos.

Neste período apenas 26 escravizados em idade produtiva, algo em torno de 7,85%, eram africanos, homens, já os crioulos, eram 27, um percentual de 8,12% dos escravizados, isso sobre o número total, se formos levar em conta somente a idade produtiva, há um aumento no percentual, neste caso os números são próximos aos descritos por Corrêa para Caçapava no mesmo período: 40% de africanos e 41,54%

[395] MORR, 1989, p.88.
[396] MORR, 1989, p.88.
[397] SOARES, 2004, pg. 142.
[398] CORRÊA, 2013, pg. 96.

de crioulos, aqueles que não foram informadas as origens eram 12 escravizados, logo compunham 18,46% dos escravizados homens em idade produtiva.

Quanto as 68 mulheres em idade produtiva as crioulas eram 31 escravizadas, o que representava 45,59%, as africanas somavam em idade produtiva um total de 21, logo representavam 30,88% das escravizadas em idade produtiva, e as que NCO eram 16, uma média de 23,53%. Uma possibilidade importante para esses números que ficam a baila para reflexão é que Corrêa levanta a possibilidade da dificuldade da aquisição de homens escravizados para a região, segundo ele:

> Na segunda faixa, na qual entendemos como sendo a que compete às idades em condições produtivas, que seriam de 15 a 45 anos, para estas, encontramos uma supremacia masculina, esta variava entre 55 a 76%. Na primeira dezena os homens representavam 74%, na qual essa era a maior disparidade, as mulheres atingiram 26%. No período seguinte os escravos homens tinham 71% contra 29% das mulheres. Por fim, na década de 1840, os homens representavam 55% e as mulheres 45%, ou seja, a dezena de 1840 se mostra a que possui a maior paridade entre o sexo dos escravos. Quem sabe nesse período houve maiores dificuldades de comprar cativos de origem africana, o que se justificaria a aproximação entre numérica entre os sexos. Os efeitos da Guerra dos Farrapos também podem ser indicativos de uma baixa no plantel de cativos do sexo masculino, o que implicaria nessa quase paridade na década de 1840. Assim, nas três décadas a presença de homens sempre foi superior a das mulheres[399]

Se regiões que tinham a necessidade de uma maior parte de mão de obra adulta e africana essencialmente, como Pelotas, poderiam comprar em maiores números os escravizados na faixa etária estudada por Corrêa, quanto a que proponho aqui neste trabalho, isto encareceria o preço do homem em idade produtiva e africano. Fazendo com que nessas localidades e especialmente a aqui estudada Piratini, buscasse outras formas para manter estas escravarias, e a partir deste ponto irei apresentar que a variedade de terminologias africanas reduz nos inventários, assim como a presença de africanos no mesmo período em idade produtiva.

Enquanto em Piratini, até a década de 1840, os escravistas com a 1 a 9 escravizado detinham a maior quantidade de africanos (159 de ambos os sexos e idades em 75 inventários) em média 2,12 escravizados por inventário. Os escravistas com mais de 10 escravizados detinham 84 africanos de ambos os sexos, sendo em média 6 escravizado(a) por inventário (ao total no período entre 1810-1840, eram 14 inventários). Para Caçapava, segundo Corrêa, nas “unidades produtivas com uma

[399] CORRÊA, 2013, pg. 95.

maior envergadura econômica, com base na produção da pecuária, também eram detentoras das maiores escravarias, isso com certeza favoreciam estes senhores na hora de adquirir mais cativos 'de nação[400]'" indo ao encontro de Piratini.

Os crioulos e crioulas em Piratini são no meu entendimento um caso a parte, isto porque, o número de escravizados desta origem cresceram de forma contínua durante o período estudado, principalmente o número de mulheres, que cresceu vertiginosamente, sendo mesmo que por uma diferença não tão elevada que a de homens crioulos em 1831-40, 1841-50, 1851-60 e 1861-70. A grande questão que tenho é por que as crioulas nos inventários eram superiores em números aos crioulos? Uma possibilidade como destaquei no subcapitulo anterior é o recrutamento para os lanceiros, grupo de escravizados que lutavam no exército farroupilha ou outro possível fator indiretamente causado pela guerra.

Tabela 33 - Crioulos por sexo, período e faixa etária nas escravarias de Piratini (1810-1871)

Períodos	Sexo	0-14	15-49	mais de 50	Não Consta Idade
1811-1830	Homem	37	14	2	0
	Mulher	24	17	0	1
1831-1850	Homem	82	43	1	11
	Mulher	80	61	4	11
1851-1871	Homem	170	157	13	5
	Mulher	177	176	19	6
Total		570	468	39	34

Do autor Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini.

Na faixa etária que compreende a idade produtiva dos escravizados crioulos os homens eram 46% de 468, enquanto as mulheres eram 54%, ou seja, era um número expressivo de mulheres. Ao observar nos inventários, as profissões ou funções desempenhadas, poucas foram descritas, como lavadeira, engomadeira e cozinheira. Entre as crianças, os meninos representavam, de um universo de 570 escravizados, 51,5%, e as meninas 48,5%. Destes meninos 11 eram campeiros, e as meninas não são citadas profissões. Entre aqueles escravizados com 50 anos ou mais de 59

[400] CORRÊA, 2013, pg. 90.

escravizados crioulos, as mulheres eram 51%, ao passo que os homens eram 49% desta faixa etária.

Comparando com o Censo Demográfico de 1872, por exemplo, das 1382 pessoas escravizadas, 720 (52%) eram homens e 662 (48%) mulheres, evidencia que havia uma paridade de homens e mulheres na Vila. Nos inventários as crioulas eram maioria, mas, como destacado nesta tese nem todas as pessoas tinham condições de terem seus bens inventariados, logo, a possibilidade desta média principalmente após 1850 com o fim do tráfico atlântico seja mais plausível e próxima realidade do período.

2.5 Os africanos na Vila de Nossa Senhora da Conceição de Piratini: africanidade escrava a partir dos registros de batismos (1810 – 1862)

Ao iniciar do subcapítulo anterior descrevi a preocupação das autoridades piratinenses em relação ao tráfico Atlântico de seres humanos após a Lei Eusébio de Queiroz de 1850. Mas esta assim como outras leis antitráfico e abolicionistas sofriam com a resistência horrenda dos escravistas. De 1810 até 1862 foram batizados em Piratini um total de 285 pessoas escravizadas oriundas da África, sendo 191 do sexo masculino e 94 do sexo feminino. Somam-se a estes africanos durante o período estudado as mães, pais, madrinhas e padrinhos oriundos da África (que certamente guardavam na sua visão de mundo elementos de seu povo e terra natal) mais 695 escravizados sendo 185 do sexo masculino e 510 do sexo feminino. Começaremos nossa análise somente com os batizandos africanos.

Tabela 34 - Africanidade dos batizandos em Piratini por período (1810 – 1862)

1810 - 1831		1832 - 1850		1851 – 1862	
Naturalidade/Africanidade	**Subtotal**	**Naturalidade/Africanidade**	**Subtotal**	**Naturalidade/Africanidade**	**Subtotal**
Africanos	159	Africanos	111	Africanos	15
Crioulos	980	Crioulos	1551	Crioulos	819
Subtotal	1139	Subtotal	1664	Subtotal	834
Africanidade	14%	Africanidade	7%	Africanidade	2%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850–1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Quanto a africanidade dos escravizados batizandos em Piratini em uma média geral entre os 52 anos investigados nos batismos, os africanos e africanas foram 8%. Ou seja, de 3637 escravizados batizandos nos anos estudados, 285 foram descritos como oriundos do continente africano. Os dados evidenciam aquilo que os inventários já apontavam, ou seja, a entrada de africanos adultos foi diminuindo com o tempo, tendo como principal motivo o fim do tráfico. Sobre os africanos batizados em Piratini, coloquei na Tabela 35 a disposição destes por período e sexo.

Tabela 35 - Africanos batizados na Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini (1810 – 1862)

Origem	1810-1831		Origem	1832-1850		Origem	1851-1862	
	Sexo	Quantidade		Sexo	Quantidade		Sexo	Quantidade
Africanos	H	126 (79%)	Africanos	H	57 (51%)	Africanos	H	8 (53%)
	M	33 (21%)		M	54 (49%)		M	7 (47%)
Total	159 (100%)		Total	111 (100%)		Total	15 (100%)	

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850–1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

No primeiro período vemos que, assim como nos inventários, os efeitos do tráfico favorecem o padrão de uma africanidade muito masculina, sendo 79% dos africanos batizados em Piratini do sexo masculino e 21% do sexo feminino, com uma razão de sexo de 380. No segundo período e no terceiro período ocorreu uma paridade entre os africanos de ambos os sexos. Uma hipótese é que diante da ilegalidade do tráfico e da escassez de mão de obra, os homens africanos traficados para o Rio Grande do Sul possam ter sido retidos em regiões economicamente mais dinâmicas ou carentes de mão de obra masculina, como Pelotas, fazendo diminuir o seu comércio para outros municípios do interior.

Além disso, não devemos esquecer que o período da Guerra dos Farrapos pode ter influenciado na demanda por homens cativos. Segundo Gabriel Aladrén, a Revolução Farroupilha afetou diretamente o tráfico negreiro na província sulina, pois este conflito foi “A pá de cal no comércio negreiro rio-grandense veio com a lei de 1831, que praticamente acabou com a importação de escravos pela província”[401]. Segundo o autor, muito já se foi discutido/pesquisado sobre o impacto das guerras platinas na relação fiscal da elite sul-riograndense com o Império Brasileiro, e da ligação dos estancieiros do sul com os fazendeiros do Estado Oriental, que fomentaram as causas da Guerra Civil Farroupilha[402].

[401] ALADRÉN, 2012, pg. 73.
[402] ALADRÉN, 2012, pg. 73.

Segundo Aladrén o cessar do tráfico Atlântico foi outro fator que pode ser um dos pontos a ser considerado na insatisfação dos estancieiros rio grandenses, pois a consolidação do escravismo e do comércio entre os anos de 1810 até 1825, foram a soma dos interesses da elite rio-grandense e dos políticos que articularam o processo de emancipação do Brasil que sucedeu com a concordância da província rio-grandense no processo emancipacionista da antiga colônia lusitana nas Américas. Partindo do período descrito por Gabriel Aladrén de que entre os anos de 1810 até 1825 foram os períodos de fortalecimento do tráfico de escravizados no Rio Grande do Sul, realizei o seguinte exercício de comparação analisando os registros de batismos da Freguesia e em seguida Vila. Em Piratini nos anos de 1810 – 1824 (o ano de 1825 não houve africanos batizados na localidade), foram batizados na Igreja da Matriz 128 africanos de ambos os sexos, sendo 110 homens e 18 mulheres, o momento em que mais se batizou escravizados africanos na localidade, e tem uma alta taxa de masculinidade com uma razão de sexo na casa de 611 entre os africanos.

A partir então, do momento de crise na região platina e a consequente emancipação do Estado Oriental do Uruguai e o aumento dos impostos, seguido de uma luta por autonomia da Província de São Pedro do Rio Grande e a Lei de 1831, o comércio de escravizados teve um declínio segundo Aladrén. Porém esta queda na introdução de africanos via tráfico Atlântico se deu em todo Império brasileiro, Piratini obviamente não ficou alheia a situação, pois entre 1827 e 1835 foram batizados 50 africanos escravizados de ambos os sexos, ou seja, houve uma queda de 60% dos batismos de africanos na localidade. Destes 50 africanos 27 eram do sexo masculino e 23 do feminino. É neste momento que começa então a existir uma paridade de africanos e africanas batizados em Piratini, com uma razão de sexo na casa de 117,4. Porém os batismos de Piratini mostram que a tendência de queda nos números de africanos adentrando a localidade acompanham as demais regiões do Brasil Imperial. Pelo que compreendi dos escritos de Aladrén, a casualidade da retomada do tráfico atlântico na Província de São Pedro do Rio Grande[403] quanto da produção de exportações, sobretudo do charque em localidades sob controle político e administrativo dos legalistas fez com que a partir daquele momento se retomassem na relação entre Província e Império o que Aladrén descreve como "[...] elos poderosos, que sustentavam a integração da fronteira sul ao Império do Brasil[404]."

[403] Mesmo que na ilegalidade desde 1831.
[404] ALADRÉN, 2012, pg. 73.

Não há como afirmar, entretanto, me parece que os escravistas daquela localidade buscaram de maneira ou outra também se reinserirem no tráfico atlântico. A necessidade de mão de obra para trabalharem seja na lida campeira (pecuária e agricultura) fez com que os escravistas de Piratini buscassem no mercado atlântico uma solução mais imediata aos seus déficits em relação a mão de obra. Provavelmente essa fosse uma saída para a perda de mão de obra escravizada para as frentes de batalha farroupilhas ou até legalistas? Porém, observando os dados dos registros de batismos entre os anos de 1837 e 1850, o número de africanos batizados na Vila de Piratini foi de 91, sendo 45 do sexo masculino e 46 do sexo feminino. Piratini, mesmo que em menor medida, estava sendo reintegrada às redes do contrabando negreiro, pois, segundo Beatriz Mamigonian, o tráfico ilegal se intensificou a partir de 1837[405].

Esse reaquecimento, posso dizer assim, do tráfico atlântico ficou mais evidente, como ressalta Gabriel Aladrén, “especialmente a partir de 1839[406].” Em Piratini, de 1836 até 1838 (em 1839 nenhum africano foi batizado) 12 (6 homens e 6 mulheres) africanos receberam o primeiro sacramento católico, número próximo aos anos de 1851-1862. Todavia, conforme a citação de Aladrén, as cidades que haviam retomado o tráfico negreiro eram as legalistas, mas Piratini, por sua vez, estava em “mãos” farroupilhas no período entre 1837-1845, sendo inclusive durante uma parte do conflito sede do governo revoltoso, mas como mostram os registros de batismos essa não seria a causa (diminuição do tráfico) para o movimento farroupilha, pois em plena guerra civil, as redes do tráfico eram capazes de transpor diferenças políticas, muito embora os farroupilhas tentassem vias alternativas de abastecer-se de cativos. Como Jonas Vargas demonstrou, entre 1838 e 1839, os farroupilhas elaboraram planos para usar o porto de Maldonado como forma de acessar o comércio negreiro, em parceria com contrabandistas portugueses estabelecidos em Montevidéu. Entre os articuladores estava Domingos José de Almeida, charqueador e ministro da República Rio-grandense.[407]

Ainda sobre os batizandos, a faixa etária a qual estavam distinguidos era a de 167 homens adultos e 75 mulheres adultas; entre as crianças, 16 meninos e 13 meninas; 7 africanos homens sem registro de idade e 7 mulheres da mesma categoria.

---

[405] Mamigonian, 2009.
[406] ALADRÉN, 2012, pg. 73.
[407] VARGAS, 2023, p. 211-305.

Na tabela abaixo destaco a disposição dessas pessoas pelos períodos analisados, porém chama a atenção a diferença de escravizados adultos de ambos os sexos no primeiro recorte temporal na casa de 89%, esse número se manteve na faixa caindo 7% no período seguinte. Enquanto as crianças aumentaram 5% de 1810-1831 para 1832-1850. No último recorte analítico não houve descrição nos batismos sobre este grupo.

Tabela 36 - Africanos batizados em Piratini: sexo e idade (1810 – 1862)

Idade dos africanos batizados em Piratini (1810 - 1862)									
1810 - 1831				1832 - 1850			1851 - 1862		
Africanos	Sexo	subtotal	%	sexo	subtotal	%	sexo	subtotal	%
adultos	Homens	114	141 (89%)	Homens	49	91 (82%)	Homens	4	10 (67%)
	Mulheres	27		Mulheres	42		Mulheres	6	
crianças	Meninos	8	14 (8%)	Meninos	8	15 (13,5%)	Meninos	0	0,00%
	Meninas	6		Meninas	7		Meninas	0	
S/R	Homens	4	4 (3%)	Homens	0	5 (4,5%)	Homens	3	5 (33%)
	Mulheres	0		Mulheres	5		Mulheres	2	
Subtotal		159	100%	subtotal	111	100%	subtotal	15	0%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850–1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Essa presença de escravizados africanos mostra como Piratini tal qual outras localidades necessitavam de mão de obra africana, mas, como analisei subcapítulo anterior estes escravizados foram diminuindo com o passar dos anos tendo um crescimento natural dos escravizados crioulos, mas, é importante assinalar que estas pessoas seguiram sendo enviadas a Piratini mesmo pós Lei de 1850, conforme mostra a documentação policial no subcapítulo anterior.

Sobre a presença das crianças africanas em Piratini, de 1810 – 1850 eram 10% do total de africanos batizados, em estudos feitos para Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, sobre a presença de crianças africanas Leandro Fontella, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Matheus apontam que “a faixa etária mais recorrente entre os africanos batizados por diversas localidades sul rio-grandenses cuja economia era rural e de base pecuária foi aquela de 10 a 14 anos, o que nos obriga a refletir sobre a configuração do escravismo praticado no Rio Grande do Sul[408].”

[408] FONTELLA; FARINATTI; MATHEUS; 2023, pg. 247-248.

Essas crianças, segundo Leandro Fontella, Luís Augusto Farinatti e Marcelo Matheus, seriam utilizadas desde pequenas para trabalharem na lida do campo:

> o desembarque de africanos muito jovens não ocorreu apenas devido a determinadas contingências de um momento específico do comércio atlântico de cativos, ou graças à debilidade econômica dos produtores da região; mas que, a vinda destes escravos para o Brasil meridional também se devia a uma preferência dos proprietários destes confins sulinos, que, após 1810 se somou a uma característica do tráfico atlântico de cativos africanos para o Brasil. Entre diversos fatores que podem explicar essa preferência por escravos entre 10 e 14 anos, consideramos um deles como estando dentre os principais: a maior facilidade de instruir essas crianças nas lidas campeiras, haja vista que uma criança criada junto às atividades de montaria desde seus 10 anos, por exemplo, teria maiores possibilidade de se tornar um hábil peão do que alguém que fosse instruído só a partir da idade adulta[409].

Ou seja, a citação acima vai ao encontro do tipo de economia praticada em Piratini, assim como as mostras indicadas das profissões dos escravizados que serão analisadas a seguir. Gabriel Aladrén informa que o tráfico de africanos escravizados:

> [...] era um dos componentes essenciais da estrutura econômica rio-grandense nas décadas anteriores à Revolução Farroupilha. As flutuações na sua dinâmica ajudam a explicar as formas de acesso dos proprietários sulinos à mão de obra escrava e todo o processo de enraizamento do escravismo na fronteira do Rio Grande do Sul[410].

Principalmente nas primeiras décadas os escravistas estavam se valendo em Piratini do tráfico Atlântico. Segundo Gabriel Aladrén os dados referentes a entrada de africanos no Rio Grande do Sul no século XIX são limitados, porém, "[…] Grosso modo, há um incremento no volume anual de escravos importados entre 1800 e 1824[411]." Estes africanos e africanas assim como aponta Gabriel Aladrén (2012), eram "em graus variados a força de trabalho das charqueadas, das estâncias, da produção agrícola, dos ofícios especializados e dos serviços pesados, também representaram um incremento populacional considerável[412] [..]", e neste processo o tráfico negreiro sobretudo o intraprovincial e aqui o intermunicipal, se posso assim dizer, foi importante para a entrada de africanos em Piratini.

---

[409] FONTELLA; FARINATTI; MATHEUS; 2023, pg. 248.
[410] ALADRÉN, 2012, pg. 74.
[411] ALADRÉN, 2012, pg. 59.
[412] ALADRÉN. 2012, pg. 18.

Tabela 37 - Africanos batizados em Piratini distribuídos por escravarias (1810-1862)

Escravarias	1810 - 1831			1832 – 1850			1851 - 1862		
	Africanos	Sexo	Qtd.	Africanos	Sexo	Qtd.	Africanos	Sexo	Qtd.
1 - 4 cativos	79 (50%)	H	60 (38%)	70 (63%)	H	37 (33%)	13 (87%)	H	7 (47%)
		M	19 (12%)		M	33 (30%)		M	6 (40%)
5 - 9 cativos	49 (31%)	H	39 (25%)	20 (18%)	H	9 (8%)	2 (13%)	H	1 (6,5%)
		M	10 (6%)		M	11 (10%)		M	1 (6,5%)
10 - 19 cativos	24 (15%)	H	20 (13%)	15 (14%)	H	11 (10%)	0	H	0
		M	4 (3%)		M	4 (4%)		M	0
mais de 20 cativos	7 (4%)	H	7 (4%)	6 (5%)	H	0	0	H	0
		M	0 (0%)		M	6 (5%)		M	0
Total	159 (100%)			111 (100%)			15 (100%)		

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Assim como destaquei no subcapítulo anterior sobre a africanidade dos escravizados nos inventários, os registros de batismos de Piratini indicam que os senhores com escravarias de 1 até 9 cativos tinham maior posse de africanos do que os escravistas com mais de 10 escravizados. Portanto, os pequenos proprietários também tinham acesso ao tráfico e a manutenção desse comércio também devia interessar aos mesmos. Além disso, também podemos pensar que aqueles considerados médios e grandes senhores de escravizados se valeram mais da reprodução natural do que os pequenos proprietários. A disponibilidade de africanos no tráfico atlântico e a possibilidade de ser um “senhor de escravo” provavelmente fez com que parte destes escravistas com 1 a 9 escravizados adquirissem mais africanos. Para compreender melhor a africanidade dos batizandos oriundos do tráfico atlântico elaborei uma tabela onde procuro apresentar ao leitor os vários grupos de procedências ao qual foram citados os escravizados:

Tabela 38 - Grupos de procedência dos africanos batizandos em Piratini (1810 – 1862)

Grupos de procedências	Sexo	Qtde.	Sub total
Africanos centrais ou África Central Atlântica	Homens	79	98 (34%)
	Mulheres	19	
Africanos Ocidentais	Homens	5	5 (2%)
	Mulheres	0	
Africanos Orientais	Homens	16	21 (7%)
	Mulheres	5	
Nação	Homens	51	88 (31%)

	Mulheres	37	
da Costa	Homens	5	13 (5%)
	Mulheres	8	
Outros grupos africanos	Homens	35	60 (21%)
	Mulheres	25	
Total de africanos		285	

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

A presença de africanos centro atlânticos em Piratini evidencia a relação entre o porto de Rio Grande e o Rio de Janeiro, pois principalmente entre 1810 - 1831 estes eram presenças marcantes nos registros de batismos no primeiro recorte de tempo analisado, sendo um total 94 (59%) escravizados de ambos os sexos dos 159 africanos batizados, indo ao encontro do que apresentado nos inventários. Contudo, no segundo recorte temporal (1832–1850) esse grupo de procedência é quase inexistente nos registros de batismos sendo 4 de 111 africanos de ambos os sexos, havendo então uma queda brusca nesse grupo. No último recorte analítico pós 1850 não foi registrado nenhum batismo de africanos centro-atlânticos.

O desaparecimento dos centro-atlânticos após 1831 talvez seja aparente, pois ela se deve mais à precariedade dos registros do que à diminuição dessa rota no comércio ilegal, pois foi justamente dessa região da África a grande quantidade de cativos negociados via contrabando para o Brasil.[413] Nesse sentido, o aumento dos cativos descritos como apenas “de nação” aumentou bastante após 1831. Eles foram 88 ao total, sendo que entre 1810-1831 foram descritos 12, mas entre 1832-50 foram 75 escravizados, somando 68% de todos os africanos batizados em Piratini nesse segundo período. Por ser um termo muito genérico é impreciso afirmar os locais de origem dessas pessoas.

Chama a atenção como já analisado a partir de mães, pais, madrinhas e padrinhos o número de africanos orientais (Moçambique e da Costa de Leste) que eram 21 no total 7% quando comparados com aqueles descritos como da Costa, por exemplo que somavam no total do período estudado 13 de ambos os sexos, situação diferente do que indicam os inventários, e muito possivelmente conforme Manolo Florentino e Gabriel Berute uma busca alternativa dos traficantes, sobretudo do Rio de Janeiro para manter o tráfico em constante rotatividade, pois quando os britânicos

[413] MAMIGONIAN, 2017.

proibiram o tráfico na linha acima do Equador novos mercados foram buscados. Entre 1810–1831 os africanos orientais eram 18 (11%) escravizados batizados, já os da Costa eram 9 (6%) no mesmo tempo de análise. Segundo Berute o número de escravizados da África Oriental cresceram de forma significativa entre os anos de 1809–1824 com destaque aqueles descritos como Moçambique. Nos anos de 1832–1850 os africanos orientais eram 4 (4%) escravizados batizados, e os da Costa 4 (4%) neste recorte de análise. Para os anos de 1851–1862 nenhum escravizado destes grupos foi citado.

Aqueles africanos que não tiveram anotados a sua procedência somaram ao longo dos anos de 1810-1862 21% do total dos batizandos africanos. Minha hipótese, como pensada para o caso dos escravizados africanos ladinos, é de que muito provavelmente entre os anos de 1832–62 os clérigos e escravistas pretenderam ocultar/omitir/sonegar de onde viriam seus escravizados africanos evitando assim penas por descumprirem as leis.

Quanto ao grupo de procedência ou “nação” mais citados nos batismos de africanos novos escravizados em Piratini, os descritos como “de Nação” foram que apresentaram maior número: ao total 84 (29%), sendo 48 do sexo masculino e 36 do sexo feminino. Em seguida vinham os africanos sem registro de portos/origem/procedência, sendo um total de 60 escravizados, sendo 35 homens e 25 mulheres. Entre os que tiveram essa informação mencionada, temos os Congos, que foram 46 escravizados (36 do sexo masculino e 10 do sexo feminino) e os Cabinda com 29 (25 homens e 4 mulheres). Os Moçambiques foram 17 de ambos os sexos (14 homens e 3 mulheres), enquanto 13 foram descritos como da Costa (8 mulheres e 5 homens). Os demais apresentaram um número pequeno, como Angola (4), Benguela (5), Cabunda (2), Cassange (1), Costa de Leste (4), de Nação da Costa (1), Ganguela (1), Monjolo (1), Mina (5), Nação Africana (3) e Rebolo (4).

Uma hipótese que também não deve ser descartada é que entre os “de nação” ou “da costa” identificados após 1831, pudesse ter alguns “minas”, pois esse grupo étnico apresentou uma forte presença entre os africanos chegados no Rio Grande do Sul após 1830.[414] No entanto, esse parece ser um tema que ainda exige mais

[414] Ver livro organizado por: MATHUES; MUGGE, 2024.

pesquisas. No sul da Província, a sua presença em Rio Grande, Pelotas e Bagé foi muito forte, mas até que regiões a diáspora mina desse período conseguiu alcançar?

Os batismos também reuniam informações de africanidade sobre pais, mães, padrinhos e madrinhas. A partir desse momento, analiso também esses dados, somados aos batizandos[415]. Na tabela a seguir demonstro os números de africanos na localidade estudada.

Tabela 39 - Africanos nos registros de batismos: batizandos, mães, pais, madrinhas e padrinhos escravizados (1810 – 1862)

Origem	1810-1831		Origem	1832-1850		Origem	1851-1862	
	Sexo	Quantidade		Sexo	Quantidade		Sexo	Quantidade
Africanos	H	207 (38%)	Africanos	H	78 (35%)	Africanos	H	36 (26%)
	M	331 (62%)		M	146 (65%)		M	101 (74%)
Total	538 (100%)		Total	224 (100%)		Total	137 (100%)	

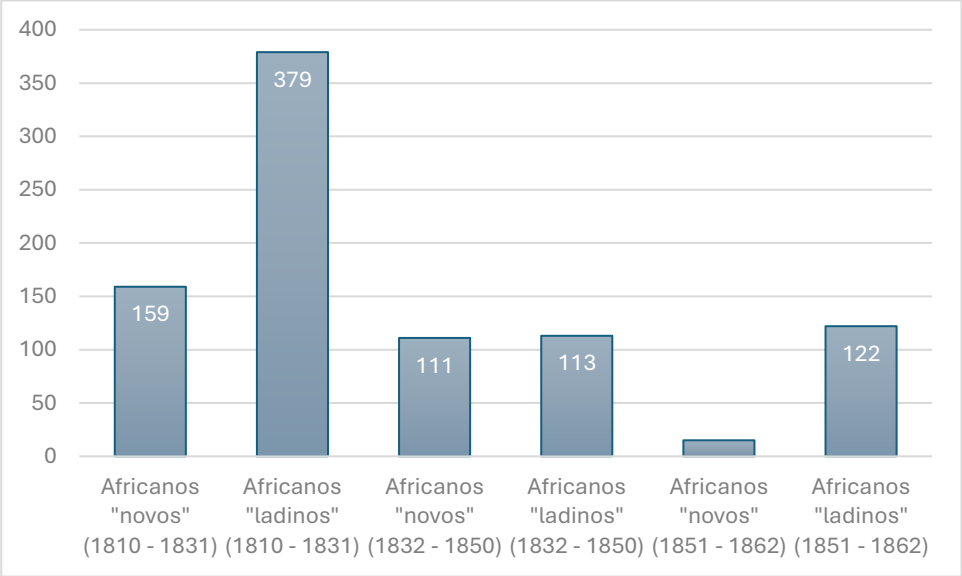
Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Observando os dados da Tabela 39 é de se destacar a queda da africanidade nos registros de batismos nos períodos compreendidos de 1832 – 1850, uma evidente mostra do impacto das leis antitráfico atlântico de pessoas escravizadas. Partindo do primeiro recorte temporal de análise (1810-1831) houve uma queda de 58% do registro de africanos em batismos para os anos de 1832 – 1850, seja como qualquer um dos envolvidos nos sacramentos. E de 1832-50 para 1851 – 1862 a queda foi de 39% de algum registro de africano escravizado em batismos. Chama a atenção sobretudo o alto grau de mulheres nesta tabela 39, que se manteve na casa dos 60% nos primeiros períodos e na casa de 74% no último. E aqui cabe a crítica a fonte, pois os registros de batismos principalmente dos escravizados nascidos em solo brasileiro, o nome da mãe se fazia muito mais presente que o dos pais/progenitores, o que distorce a real presença africana masculina em Piratini. Importante também frisar que em muitos casos os nomes dos pais não foram anotados pelos clérigos da localidade ou por descaso destes, ou pelo fato das relações entre os escravizados não serem legitimadas pela Igreja Católica.

[415] Durante a Banca de Defesa de Tese, o Prof. Dr. Marcelo Santos Matheus, destacou que até o presente momento (13/12/2024), ninguém havia utilizado essa metodologia de analisar a africanidade nos registros de batismos contabilizando todos os africanos/africanas citadas nas fontes. Explicando de maneira mais direta: em meu banco de dados no Excel, contabilizei africano por africano, excluindo as repetições, para ter um número de africanidade mais próximo do real.

Outro ponto de crítica aos registros de batismos que acredito ser necessário apresentar aqui é sobre os dois últimos períodos e sobre a escolha metodológica que vou utilizar como análise. Ao observar o Gráfico 2 sobre os Africanos escravizados nos registros de batismos (1810-1862), vemos que no período de 1832-1850 o número de africanos “novos” e “ladinos” é rigorosamente o mesmo. E em 1851-1862 os africanos “ladinos” eram 162 e os “novos” 15. É importante destacar que quando me refiro aos africanos “novos” estou tratando dos batizados em Piratini, enquanto aos “ladinos” eram aqueles que já estavam inseridos na localidade (mães, pais, padrinhos e madrinhas).

Gráfico 2 - Africanos escravizados em Piratini a partir dos registros de batismos (1810 - 1862)



Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Alguns dos motivos para esse aumento e queda de africanos de um período para o outro é que em muitos casos, os escravizados africanos podem ter sido registrados ou como crioulos, ou como africanos, pelos padres ou sem nenhum registro de origem ou naturalidade. O que dificulta muito uma análise mais profunda, por que em alguns casos como vou demonstrar no capítulo 3 em um momento o casal é descrito como africano e em outro como crioulo, ou a mãe como africana e o pai como crioulo e vice-versa. Inclusive em alguns casos quando ambos são descritos como africanos, ou o grupo de procedência diferia ou se do mesmo grupo de procedência um era descrito como Congo e outro como Angola.

Então para uma melhor análise do corpo documental vou separar a partir daqui os africanos. Em um primeiro momento vou analisar os africanos que estavam inseridos em Piratini e foram ou progenitores (mães e pais) e madrinhas e padrinhos. O segundo momento da análise de africanidade vou analisar os escravizados batizados na localidade (alguns destes como mostrarei no capítulo 3 acabaram se tornando mães e pais de escravizados crioulos em Piratini, constituindo uma família escrava, fosse ela legitimada pela Igreja Católica ou não.). Faço essa divisão para compreender melhor a entrada de africanos em Piratini, a partir dos registros de batismos, pois conforme o gráfico 2 em 1851-1862 são batizados 15 africanos, o que mostra o impacto das leis antitráfico atlântico, todavia o número principalmente de mães e pais africanos era bem superior a este. Por isso preferi separar esses grupos. Obviamente compreendo os limites que esta fonte oferece, pois muito provavelmente outros africanos já batizados foram introduzidos na localidade.

Essas miríades de etnias a que foram estabelecidos os africanos pelos colonizadores europeus no intuito de registrarem à sua maneira e identificarem as pessoas escravizadas, por eles eram vendidas, em mercados tanto na Europa quanto na América foram muito imprecisas, como disserta Berute, pois estas:

> denominações das regiões da África também indica que os colonizadores possuíam um conhecimento impreciso das mesmas regiões. O conhecimento sobre o território africano aumentou à medida que os portugueses, principalmente, avançaram da costa ocidental africana em direção a região do Congo-Angola, a partir da segunda metade do século XV[416].

Ou seja, o desconhecimento destes escravistas, fez com impusessem sobre as pessoas por eles escravizadas uma identidade que não os pertenciam e até certa medida ao meu entendimento “genérica”, que com o transcorrer do tempo foi se alterando. Cito os exemplos de escravizados de procedência da Costa, Costa e Costa Leste, que indicam que os dois primeiros casos poderiam ter sido da costa oeste da África de portos como Congo, Angola, Mina ou outro e Costa Leste vinculado a Moçambique, por exemplo, sendo então referências de seus portos de embarque[417].

---

[416] BERUTE, 2006, pg. 70.

[417] **“**[...] a origem geográfica indicada pelas expressões mina, gege, angola, benguela, etc., não constitui uma informação necessariamente indicativa do local de nascimento dos africanos escravizados. Quando os documentos de época mencionam o termo *nação*, em geral, estão se referindo aos portos africanos no quais os mesmos foram embarcados. Nesses casos, grupos capturados em diferentes regiões e pertencentes a grupos étnicos distintos, eram registrados sob uma mesma designação.” (BERUTE, 2006, pg. 70).

Embora essa fosse uma imposição feita pelos colonizadores/traficantes sobre a origem dessas pessoas escravizadas, elas (denominações) não podem ou devem ser ignoradas, porque tanto o texto de Berute, quanto os registros de batismos apontam que os escravizados se valeram destas denominações para comporem parcerias[418], seja como casais ou apadrinhamentos, como demonstrarei no próximo capítulo (3). Na tabela a seguir assim como nas anteriores sobre africanidades dos escravizados em Piratini, em um primeiro momento nos inventários e agora nos batismos, estabeleci como critério de africanidade os termos África central-atlântica, África Ocidental, África Oriental conforme a posição geográfica em que as "nações" estavam situadas, e aqueles descritos como "Nação", da Costa e os somente registrados como africanos sem distinção de origem.

Tabela 40 - Africanos nos registros de batismos de Piratini (1810 – 1862): batizandos, mães, pais, madrinhas e padrinhos

Grupos de procedências	Sexo	Qtde.	Sub total	%
Africanos centrais ou África Central Atlântica	Homens	138	373	41%
	Mulheres	235		
Africanos Ocidentais	Homens	9	23	3%
	Mulheres	14		
Africanos Orientais	Homens	21	44	5%
	Mulheres	23		
Nação	Homens	57	136	15%
	Mulheres	80		
da Costa	Homens	20	90	10%
	Mulheres	70		
Outros grupos africanos	Homens	76	234	26%
	Mulheres	158		
Total de africanos		900		100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

[418] Sobre este tema ver: "Embora não refletissem a realidade sócio-cultural existente na África, as classificações atribuídas pelo tráfico não devem ser vistas somente na sua face de imposição externa do sistema escravista aos grupos étnicos africanos. Estas classificações foram apropriadas pelos grupos africanos no processo de reorientação dos seus critérios de identidade." (BERUTE, 2006, pg. 70 – 71).

A Tabela 40 evidencia a importância da ligação entre o porto de Rio Grande com os traficantes de escravizados do Rio de Janeiro, conforme apontam os estudos de Manolo Florentino[419] e Gabriel Santos Berute[420], pois o grupo de africanos centro atlânticos era o que mais foram importados ao longo do tráfico atlântico na província de Rio Grande de São Pedro entre os anos 1788 a 1824.

Logo tomando por base a tabela com a Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1810 - 1831), fica notório a relação entre Piratini – Rio Grande – Rio Janeiro – África Atlântica, pois 68% dos escravizados oriundos do continente africano eram daquela região. Isso fica evidente inclusive em suas afinidades pessoais e/ou até emocionais, pois das 53 escravizadas que tiveram suas relações legitimadas pela Igreja, uma média de 85% se casou com escravizados do mesmo grupo de procedência (sobre isto analisarei no capítulo 3). Os africanos e africanas escravizados, compreenderam o mundo em que viviam e buscaram construir e reconstruir caminhos de asseveração cultural[421].

Conforme Manolo Florentino o Rio de Janeiro no século XVIII possuía uma grande ligação comercial atlântica com os portos de congo-angolanos, segundo suas pesquisas os escravizados africanos para aquela localidade "[...] exportados, sobretudo, por meio dos portos de Luanda e de Benguela – ao longo desta centúria, 88% dos africanos eram originários da África Central Atlântica, contra 11% de afro-ocidentais e apenas 1% de afro-orientais[422]".

Em sua pesquisa Gabriel Berute se valendo dos dados das guias de transporte de escravos emitidas pela Provedoria da Fazenda Real, demonstra que os três grandes grupos que foram enviados ao Rio Grande do Sul eram os da África Central, Atlântica, os da África Ocidental e da África Oriental[423]. Com destaque para os do primeiro grupo que segundo ele eram predominantes para um período posterior ao aqui analisado:

---

[419] FLORENTINO, 2009.
[420] BERUTE, 2006, pg. 73 – 75.
[421] "Jamais se pôde, porém, reduzir qualquer homem escravizado à condição de mero *instrumentum vocale*. Os cativos sempre buscaram criar e recriar meios de afirmação cultural. Para tanto, ao lado daquilo a que muitos frequentemente se referem – as constantes fugas ou as compras da liberdade, por exemplo –, a constituição de famílias talvez tenha desempenhado um papel central. Esta possibilidade justifica o estudo das relações entre o tráfico negreiro e algumas das práticas culturais que ensejavam a socialização parental dos cativos e ajudavam a afirmar a sua identidade social." (FLORENTINO, 2009, pg. 71).
[422] FLORENTINO, 2009, pg. 77.
[423] BERUTE, 2006, pg. 72.

> De 1788 a 1802, procediam dessa região aproximadamente 97% dos cativos desembarcados, com predomínio dos escravos identificados como benguela e angola, representando cerca de 45 e 35% dos escravos, respectivamente (a metade dos africanos novos foram designados como benguela). Era reduzida a participação dos oriundos da costa ocidental, que representavam menos de 4% (com o predomínio quase absoluto dos chamados minas, seguido pelos geges e nagôs com porcentagens mínimas). A participação dos escravos oriundos da distante costa oriental africana, todos designados como moçambique, foi quase insignificante (0,29%) até 1802[424].

A partir dos dados descritos das pesquisas de Manolo Florentino por Gabriel Berute em seus períodos de análises, me fazem crer que possivelmente muitas das mães, pais, madrinhas e padrinhos foram inseridos na época Capitânia de Rio Grande de São Pedro durante este ciclo de tráfico, logo os moradores de Piratini no trato com os traficantes em Rio Grande ou até mesmo em outro porto como no Rio de Janeiro, ao se deslocarem para a região levaram consigo estas pessoas escravizadas. Muitas delas podem ter chegado ainda jovens e no transcorrer de tempo foram recriando laços de solidariedades.

Tabela 41 - Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1810 - 1831)

Grupo de procedência	1810 - 1831			
	Sexo	subtotal	total procedência por sexo	%
África Central Atlântica/Africanos centro atlânticos	H	55	259	
	M	204		68%
África Ocidental/Africanos Ocidentais	H	4	14	
	M	10		4%
África Oriental/Africanos Orientais	H	5	20	
	M	15		5%
Nação	H	4	19	
	M	15		5%
da Costa ou Costa	H	13	65	
	M	52		17%
Africanos sem distinção de procedência	H	0	2	
	M	2		1%
Total			379	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

[424] BERUTE, 2006, pg. 72 - 73.

Além dos escravizados da África Centro Atlântica não há como se desprezar a presença de outros grupos de procedência de africanos que tiveram mais destaques no período seguinte. Gabriel Berute refere que entre os anos de 1809 a 1824 houve uma queda na presença de escravizados da África Centro-Atlântica, e um aumento nos escravizados da África Ocidental e Oriental. Essa movimentação digamos assim, me leva a crer que é neste momento em que os escravizados, sobretudo da África Oriental se tornassem 5% neste primeiro recorte. Segundo Gabriel Berute:

> Enquanto entre 1788 e 1802 os moçambiques eram apenas 0,29%, no período 1809-24 saltaram para aproximadamente 16% dos escravos com nome de nação informado. Neste último intervalo, eram o segundo maior contingente de escravos desembarcados no Rio Grande de São Pedro, superados apenas pelos cerca de 19% escravos designados como benguela[425]

Essa presença maior de africanos descritos como da costa leste do continente indica, conforme Berute, que o tráfico estava sendo afetado no momento que abrange diretamente o segundo período nesta tese. Entre os anos de 1832 – 1850 em muitas ocasiões os padres não informaram as origens dos escravizados, e o número de africanos e africanas presentes como pais ou padrinhos (de ambos os sexos) caiu de 422 para 111. Portanto, uma queda de 73%, sendo que os africanos centro atlânticos praticamente não foram tão referenciados como em outro momento.

Tabela 42 - Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1832 - 1850)

Grupo de procedência	1832 - 1850			
	Sexo	subtotal	total procedência por sexo	%
África Central Atlântica/Africanos centro atlânticos	H	4	15	
	M	11		12%
África Ocidental/Africanos Ocidentais	H	0	3	
	M	3		3%
África Oriental/Africanos Orientais	H	0	3	
	M	3		3%
Nação	H	1	4	
	M	3		4%
da Costa ou Costa	H	2	12	
	M	10		11%
Africanos sem distinção de procedência	H	14	76	
	M	62		67%

[425] BERUTE, 2006, pg. 74.

Total	Total	113	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Os africanos sem distinção de procedência acabaram sendo os que mais tiveram registros em batismos neste segundo momento, seguidos pelos centro-atlânticos e por aqueles da Costa. Não há como presumir de que porto foram enviados estes escravizados ao Brasil. Como foi dito, minha hipótese é que os clérigos procuraram de alguma maneira ocultar a origem destas pessoas, muito em função da questão legislativa de final de tráfico, como descrito por Beatriz Mamigonian a lei de 1831 foi muito rigorosa, pois havia diversas discussões a época sobre seu impacto e nos primeiros anos houve uma diminuição da entrada de africanos que foi retomada a partir de 1834[426].

Portanto acredito que possivelmente havia por parte dos membros da localidade de Piratini um intuito em ocultar os portos de onde vinham os escravizados africanos, sobretudo os descritos como “africanos novos”, para evitar uma possível sanção aos escravistas por parte dos órgãos de justiça. Cabe destacar que alguns dos escravizados africanos que de uma maneira ou outra foram pais ou padrinhos de escravizados em poucos casos tiveram seu nome registrado em dois recortes temporais como 1810 – 1831 e 1832 – 1850. Cito aqui o caso de José e Josefa, ambos africanos, hora descritos como Congos, a única denominação feita a José, todavia Josefa foi descrita como com Benguela em outro momento, ambos eram escravizados de José Pereira da Silva Cacório. Entre os anos de 1810 – 1831, José foi padrinho de 31 batizandos[427] e Josefa de 32[428]. Mais adiante irei analisar esse caso, mas causa estranhamento eles praticamente desaparecerem dos registros de batismos, pois o último afilhado deste casal foi o crioulo Antônio[429], em outubro de 1829, preto, nascido em 08/03/1829, filho natural de Joana, crioula, ambos escravizados de Teresa Maria Feliciana. Depois deste momento não foram mais citados com tamanha frequência, somente a uma citação a José[430] em 1835, que foi padrinho de Joana, crioula, batizada em março daquele ano, nascida aos 06 de dezembro de 1834, filha natural

[426] MAMIGONIAN, 2009, pg. 224 – 226.
[427] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).
[428] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).
[429] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1829, pg. 154 verso.
[430] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), pg. 197 verso.

da crioula Francisca, escravizadas de Domingos Medina. Talvez José tenha sido liberto, posteriormente a isso, se incorporado aos Lanceiros Negros, mudado de município ou talvez tenha falecido?

Tabela 43 - Africanidade de Mães, pais, madrinhas e padrinhos nos registros de batismos (1851 - 1862)

Grupo de procedência	1851 – 1862			
	Sexo	sub total	total procedência por sexo	%
África Central Atlântica/Africanos centro atlânticos	H	0	1	
	M	1		1%
África Ocidental/Africanos Ocidentais	H	0	1	
	M	1		1%
África Oriental/Africanos Orientais	H	0	0	
	M	0		0
Nação	H	1	25	
	M	24		20%
da Costa ou Costa	H	0	0	
	M	0		0
Africanos sem distinção de procedência	H	27	96	
	M	69		78%
Total	Total		123	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Neste último recorte fica evidente que os africanos escravizados, fossem mães, pais, madrinhas e padrinhos, não tiveram suas origens descritas, ficando apenas o registro de africanos. Me parece notório que essa postura pode ter partido tanto de padres quanto de escravistas. Em um momento em que o tráfico atlântico fora proibido em 1831 um escravizado fosse mãe ou pai, madrinha ou padrinho, mas principalmente a mãe deveria ter em torno de 40 anos, o que para o período fértil de uma mulher já seria algo tardio. As chances de uma mãe africana ter um filho àquela altura de tempo seria bem mais difícil. No capítulo 3, quando abordar sobre as mães dos batizandos irei me ater mais ao caso.

Uma hipótese que tenho quando analisando os números de mães africanas comparadas ao de crioulas citadas nos registros de batismos é que essas possivelmente ou já estavam em Piratini antes da fundação da freguesia ou foram deslocadas para localidade, seja por comércio interno, seja pelo processo de

ocupação da região do Serro Pelado. Ou ainda, algumas destas africanas pertenciam a senhores como de Bagé ou Cacimbinhas que com o processo de elevação destes locais a condição de vila não mais batizaram seus filhos em Piratini.

Tabela 44 - Africanidade das mães dos batizandos em Piratini (1810 - 1862)

Africanidade das mães de batizando em Piratini (1810 - 1862)			
Naturalidade/Origem	1810 - 1831	1832 - 1850	1851 - 1862
Africanas	298	90	83
Crioulas	325	612	388
Africanidade	48%	13%	19%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

A africanidade das mães acompanha em certa medida as questões de africanos escravizados batizados na localidade, embora no último período percentualmente as africanas tivessem crescido 6% em números brutos foi uma queda de 7 africanas. Certamente algumas africanas não tiveram filhos, como algumas madrinhas, ou seja, não tiveram a oportunidade de constituírem uma família sanguínea, algumas outras podem ter tido abortos e consequentemente optaram ou não poderiam mais gestar.

Concluindo este subcapítulo, pude demonstrar a africanidade não só nas escravarias como na própria localidade (que já foi de uma certa medida destacada no capítulo 1 quando abordei os dados populacionais), demonstra a miríade de africanos e africanas existentes em Piratini. Os registros de batismos por serem uma fonte mais “ampla”, pois era um sacramento cristão e todo escravista deveria ou batizar ou ter batizado seu escravo, demonstra que Piratini estava muito ligada ao tráfico atlântico, mas não só pelos africanos batizados na localidade, como também por aqueles já ali se encontravam e os que possivelmente foram traficados ou deslocados (pensando em um movimento populacional dos livres indo para localidade com seus cativos) já batizados. Para sua pesquisa em Bagé, Marcelo Matheus analisa que naquela localidade poucos escravizados africanos foram lá batizados, a sua hipótese é que muitos dentro tivessem sido batizados nos portos de origem ou migrados com seus senhores para aquela região[431]. São questões que ficam em aberto tendo em vista a falta de maiores informações acerca dos africanos traficados para Piratini e já

[431] MATHEUS, 2016, pg. 130.

batizados, assim como suas relações afetivas que não foram registrados, seja porque não existiram seja por entendimento dos escravistas de como as leis antitráfico poderia os afetar, fazendo assim com que ocultassem a africanidade de seus cativos. No subcapítulo a seguir vou analisar as profissões dos escravizados pelo prisma dos inventários post-mortem.

2.6 - Da lida do campo a da vila: as profissões dos escravizados nos inventários em Piratini (1811-1871)

As profissões dos escravizados mostra de como se baseava a economia em Piratini, e para que ramo os escravizados se dedicavam. Em pesquisa anterior observei que muitos dos escravizados envolvidos em algum tipo de crime, eram campeiros. Ao transcrever os processos-crimes observei que muitos destes cativos eram descritos ora como campeiro, ora como lavrador ou roceiro. Compreendi que muitos destes eram escravizados de senhores com poucos escravos. Nos inventários entre 1811-1871, 36% eram campeiros, em comparação, por exemplo, com o Censo Demográfico de 1872 não foi citado essa profissão e sim a de lavrador para a profissão dos escravizados, aqueles que tinham envolvimento com a pecuária (e neste caso me refiro não só a bovina) eram os brancos livres.

Dos 140 escravizados e escravizadas com profissão informada, além dos 36% (51 campeiros), 6% dos escravizados tinham outras funções mais além de campeiro, ou seja, se dedicavam a mais de uma atividade na(s) propriedade(s) dos seus senhores. Dado importante de se enfatizar é que 26% dos escravizados em Piratini se dedicavam a atividade agrícola[432]. Os escravizados que se dedicavam a outras atividades, que descrevo aqui para um setor de ganho no meio rural e/ou urbano, somavam 31% do total, o que poderiam trazer ganhos aos seus senhores, sendo alugados vez ou outra, para as necessidades em outras localidades.

No recorte temporal de 1811-1830 todos os 28 escravizados com suas profissões informadas nos inventários, 23 pertenciam aos senhores com 10 escravizados ou mais, e 5 aos senhores com 1 a 9 cativo. Sendo que 24 dos escravizados se dedicavam ao campo, sendo 13 campeiros e 1 de roça, 1 lavrador,

[432] Lavradores, roceiros, de roça e roceiro/tanoeiro.

de roça, lavrador 3, e roceiro 6. Os escravizados que se dedicavam a outras atividades economicas eram 1 alfaiate, 1 aprendiz de sapateiro, 1 ferreiro e 1 sapateiro.

Para a década de 1831-1850 dos 72 escravizados que tiveram suas profissões informadas, 46 constavam na posse dos senhores com mais de 10 escravizados, enquanto 26 escravizados pertenciam aos senhores com 1 a 9 cativos. Entre as profissões, 43 escravizados praticavam funções ligadas essencialmente à produção agropecuária e 29 destes se dedicavam a atividades como ferreiro, aprendiz de ferreiro, pedreiro e sapateiro.

A década pós final do tráfico atlântico, 1851-1871, foram registrados 41 escravizados com profissões, dos quais 20 estavam realizando atividades essencialmente no campo, como campeiros, roceiros e lavradores; e 4 foram referidos como sem ofício, 1 era alfaiate, 1 carpinteiro, 1 sapateiro e 1 ourives. Vinte e cinco escravizados estavam na posse daqueles senhores de 10 a mais escravizados, e 16 escravizados que tiveram suas profissões informados estavam na posse dos senhores com 1 a 9 escravizado.

Quanto a relação entre escravizados campeiros e o grupo de procedência destes escravizados, dos 51 campeiros, 24 eram crioulos dos quais 11 eram crianças entre 6 e 14 anos. Conforme destaca Berute (2006) as crianças entre 1788-1802 eram em média 36% dos escravizados do Rio Grande do Sul. Para Piratini, dos 1110 cativos de origem crioula, 51,35% eram crianças de ambos os sexos, os meninos eram 26,04% e as meninas 25,32%. Entre 1841-1850 os senhores com mais de 10 escravizados 5 foram os escravizados com a descrição das mães. Somente em um caso constava o nome do pai nos inventários. Na década de 1851-60 eram 10 escravizados com a mãe descrita; em 1861-70 foram 17 crianças que foram citadas as mães nos inventários com senhores de mais de 10 escravizados. Para as escravarias com senhores de 1 a 9 escravizados em 1821-30: 5 crianças tinham as mães descritas nos inventários. Na década de 1831-40 eram 4; 1841-1850 era 1 mãe descrita; 1851-1860 eram 4 mães descritas nos inventários; 1861-1870 eram 3 mães descritas nos inventários de escravistas com 1 a 9 cativo por inventário. Ao dividir as crianças em dois grupos em um próximo tópico mostrarei que havia uma incidência de crianças de 0 a 7 anos, que certamente era a de escravizados nascidos na região.

Considerações gerais:

Piratini apresentou entre 1811-1850 uma diminuição do número percentual de escravizados africanos, um índice que era elevado nas primeiras décadas foi decaindo, e consequentemente houve um aumento do número de crioulos nas escravarias, e isto fica evidente pelo processo de reprodução natural das escravarias, como demonstrado nos registros de batismos. Obviamente muitas daquelas crianças não chegaram à vida adulta, o que acredito faria necessário se manter a mão de obra escrava também via Atlântico.

Importante destacar que a partir de 1830 houve um equilíbrio entre os sexos dos escravizados, principalmente dos crioulos e crioulas, possivelmente fosse reflexo da Revolução Farroupilha (1835-1845), e isso é visto tanto nos inventários quanto nos registros de batismos. Outra questão importante foi o crescimento/reprodução natural de escravizados, que tem seu ápice nos registros de batismos entre os anos de 1832 – 1850 e após este momento, teve reflexo nos inventários onde muitos escravizados compuseram parcela significativa das escravarias de Piratini.

Referente as profissões destaco o elevado número de escravizados campeiros, e que desenvolviam essa e outra atividade, mostrando que Piratini era uma localidade que dependia deste tipo de função tendo em vista a prática da pecuária. Os preços dos escravizados aumentaram durante o período estudado, influenciaram diretamente nesse processo as leis que restringiam o tráfico atlântico de pessoas escravizadas, principalmente a de 1850.

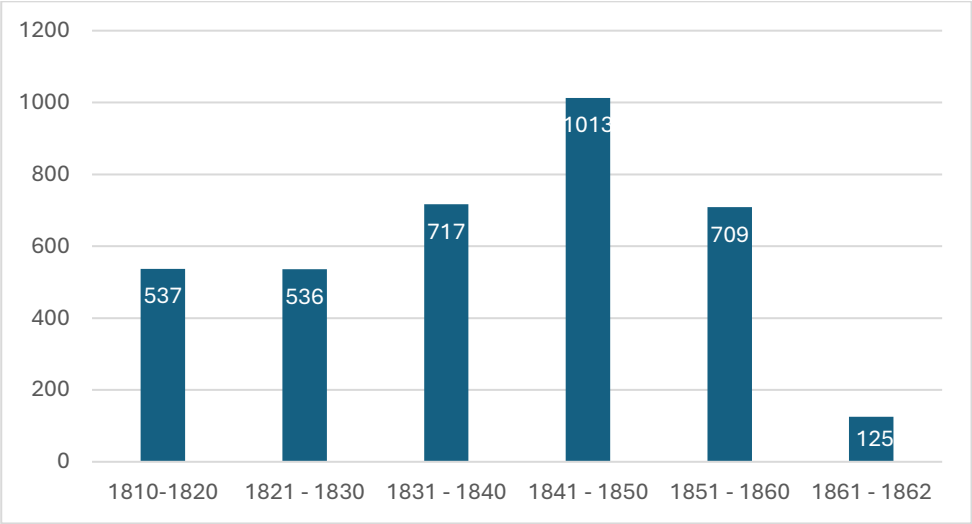
CAPÍTULO 3:
A FAMÍLIA ESCRAVA EM PIRATINI (1810 – 1862): UMA ANÁLISE A PARTIR DOS REGISTROS DE BATISMOS

Este capítulo tem como objetivo analisar de maneira mais aprofundada os registros de batismos dos escravizados em Piratini entre os anos de 1810 e 1862. Os recortes estabelecidos se darão tal qual no capítulo 2, 1810-1831, 1832-1850 e 1851-1862 onde analisei a posse escravizada a partir dos batismos da localidade e a africanidade dos escravizados a partir desta fonte. Inicialmente quero apresentar aqui alguns aspectos referentes a quantos escravizados foram batizados por décadas, que somavam 3637 cativos batizados entre os anos de 1810-1862. Destes 285 eram africanos de ambos os sexos e 3351[433] escravizados crioulos de ambos os sexos. Aqui irei me atentar a analisar os escravizados crioulos.

Porém, antes vou discorrer sobre alguns dados que considero importantes na pesquisa, como por exemplo a média de batismos por ano em Piratini. Pois dos 3637 escravizados e escravizadas batizados/as a média foi de 68,62 batismos por ano[434], em comparação com Herval localidade vizinha a Piratini entre os anos de 1844-1859, Matheus de Oliveira Couto descreve que a média de batismo por ano de 45,25 batismos por ano[435]. O número de batismos de escravizados por décadas como apresento no gráfico 3, vemos que entre 1841-1850 foi o período em que mais escravizados, fossem africanos fossem crioulos foram batizados.

[433] 1 o documento estava muito rasurado e não havia como definir o sexo da pessoa.
[434] A média foi de 68,62264 batismos por ano.
[435] COUTO, 2010, pg. 92.

Gráfico 3 - Batismos de escravizados por décadas em Piratini - 1810 – 1862



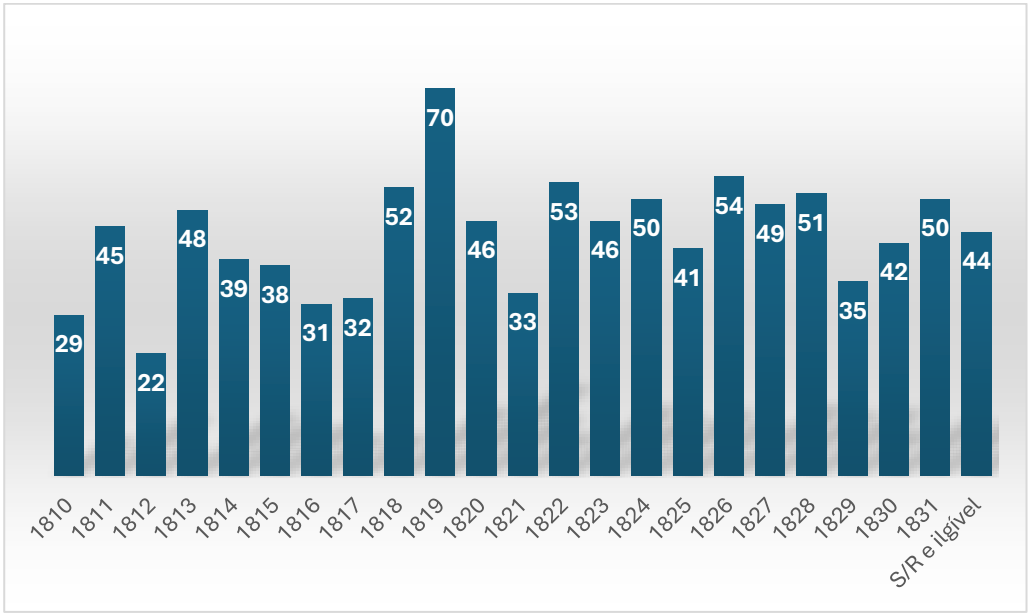
Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Como é notório a partir do gráfico 3 a década de 1841 – 1850 foi a década em que mais escravizados foram batizados em Piratini, mesmo que em 5 anos tenham se transcorrido a Revolução Farroupilha. Ao que tudo indica o número de batismos não foi tão afetado pela Guerra civil, se observamos a questão de batismo por décadas, pois o segundo momento em que escravizados foram batizados foi entre 1831-1840. Na década de 1831-1840, considerando que os impactos da farroupilha foram mais altos a partir de 1836-1840, nesse momento os números de batismos foram de 391 (55%) registros, destes 17 (4% dos 391) cativos oriundos da África, sendo 8 mulheres e 9 homens, enquanto entre 1831-1835 os escravizados batizados foram 326. Logo no segundo período entre 1841-1845 os batismos de escravizados eram 523 (52%), destes 61 eram africanos (12% dos 523), 28 africanas e 33 africanos, mostrando uma diferença pequena entre os sexos dos africanos também nesse período. Para Bagé, Marcelo Matheus destaca que "[...], até o início da Revolução Farroupilha, em 1835, a média de batismos de escravos em Bagé ficou em 17 registros por ano. Entre 1836 e 1839, os assentos praticamente escasseiam, para zerar nos três anos seguintes. Apenas em 1843, quando 43 batismos de cativos foram realizados, as celebrações voltam, para aumentar a cada ano[436]." Em Piratini como podemos observar pelo gráfico seguiram constantes os batismos na localidade.

[436] MATHEUS, 2016, pg. 121.

Sobre os anos de nascimentos de escravizados procuramos dividir conforme os recortes temporais estudados para melhor compreensão das questões de legitimidades e ilegitimidades a seguir. Ao longo de 1810-1831 nasceram 1000 crianças em Piratini, nem todas foram batizadas no mesmo recorte temporal em que nasceram, possivelmente aquelas em que os locais onde viviam fossem mais distantes da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini. No primeiro ano de 1810 possivelmente o número fosse baixo pelo fato de a Matriz de Nossa Senhora da Conceição ainda estar em processo de formação, pois no ano seguinte o número salta para 45 crianças nascidas, logo estava provavelmente ligada a ocupação do antigo Serro Pelado e a partir de 1812 Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Piratini. Porém o ano de 1812 foi o que menos nasceram crianças, não há ou pelo menos não encontramos nenhuma justificativa para esta questão. Pois após esse período o número de nascimentos não foi abaixo de 30 em todo período analisado de 1810 – 1831. Por hora conforme o gráfico 4 podemos observar que o ano de 1819 foi o ano em que mais nasceram crianças escravizadas em Piratini neste recorte temporal: 70 ao total naquele ano.

Gráfico 4 - Nascimentos de escravizados batizados (1810 – 1831)

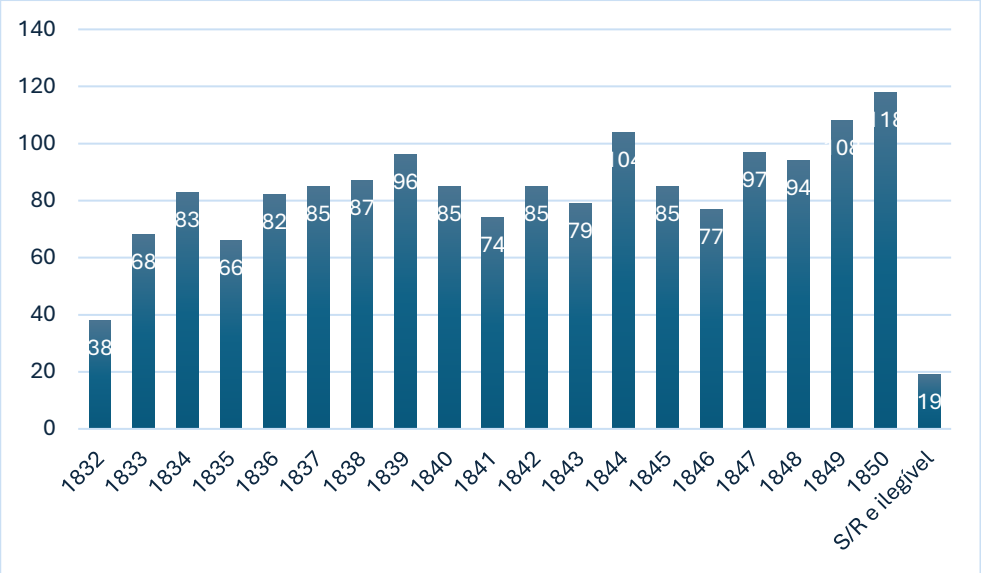


Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Como é perceptível os anos de 1819, 1826 e 1818 foram respectivamente os anos em que mais nasceram escravizados e foram batizados na Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Porém nem todas as crianças que nasceram entre 1810 –

1831 foram receberam o sacramento naquele mesmo período, exemplos práticos foram que uma criança nascida em 1828 foi batizada no segundo recorte temporal, 5 crianças foram batizadas no segundo recorte temporal e 14 crianças nascidas em 1831.

Gráfico 5 - Nascimentos de escravizados batizados (1832 - 1850)



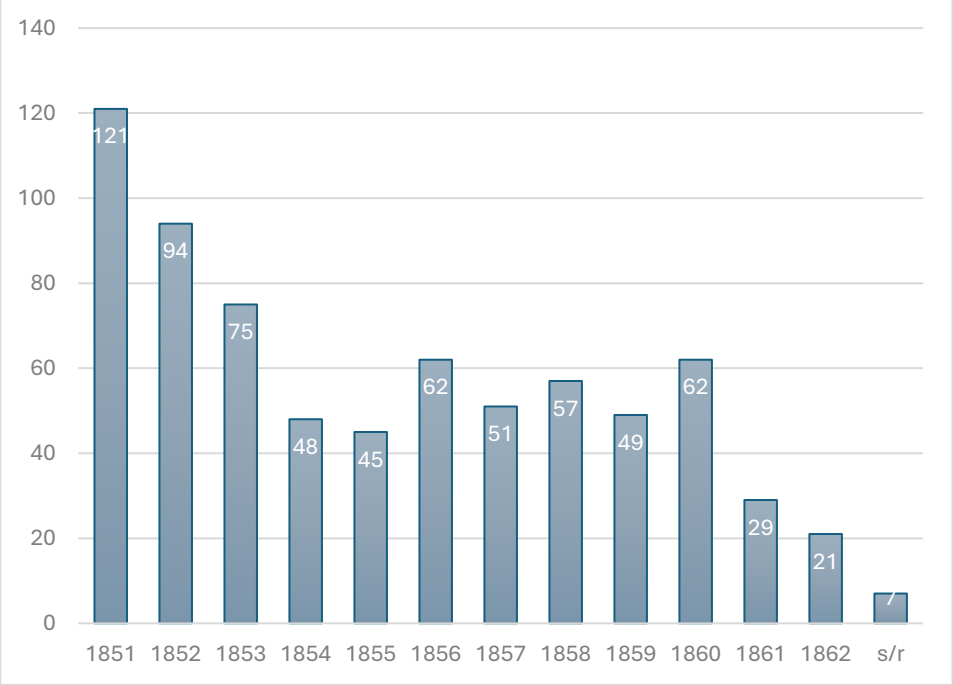
Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

No segundo recorte temporal de 1832 – 1850 foram batizadas 1630 crianças, sendo o ano de 1850, 118 crianças escravizadas descritas como nascidas naquele ano; já o ano de 1849 nasceram 109 crianças; em 1844 o último da Guerra Farroupilha o que mais teve nascimento registrados 104, enquanto os anos de 1847 nasceram 97 e em 1839 chama atenção o número de 96 crianças nascidas. Este período do estudo engloba a Revolução ou Guerra Farroupilha, logo é importante também referir que dos 66 escravizados nascidos em 1835, 30 foram batizados entre 1836, 1837, 1838, 1839 e 1849. Dos 82 nascidos no de 1836, 81 foram batizados nos anos de 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1844, 1845 e 1846. Dos 85 escravizados nascidos em 1837, 83 foram batizados durante a Guerra Civil sendo nos anos de 1837, 1838, 1839, 1841, 1842 e 1843. Para os 87 escravizados nascidos em 1838 foram batizados 86 foram durante a revolta. Expus esses dados para mostrar uma diferença do que ocorreu em Bagé, localidade vizinha a Piratini, onde segundo Marcelo Matheus:

> entre 1829 e 1836, os números de nascimento e registros se equiparam. Entretanto, se entre 1837 e 1842 praticamente nenhuma cerimônia foi celebrada, o número de nascimento não parou de aumentar neste mesmo período, chegando a 39 em 1842. A partir deste ano, o número de nascimento e registros crescem até 1848, quando têm uma relativa queda[437].

Marcelo Matheus destaca que em parte essa queda se deu pelo conflito sulino, mas não foi esse o ponto para a diminuição de batismos em Bagé[438]. Segundo o referido autor para Bagé "[...] o nascimento de escravos nunca cessou, com exceção do ano de 1836, o que deve significar uma sub-representação de batismos que é, por óbvio, quase impossível de mensurar[439]." Agora retomamos o caso de Piratini que no ano de 1850 nasceram 118, destas 53 foram batizadas no recorte de 1851 – 1862, mais especificamente entre 1851, 1852 e 1853. No gráfico 6 a seguir apresento os números dos nascimentos nos anos de 1851-1862.

Gráfico 6 - crianças escravizadas nascidas em Piratini (1851 – 1862)



Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Chama a atenção o ano de 1851, que foi o ápice de nascimentos de escravizados em Piratini, com uma forte queda até 1855. Muito possivelmente esse fato pode ter ocorrido em decorrência: a) diminuição de mulheres em idade fértil? b)

[437] MATHEUS, 2016, pg. 122.
[438] MATHEUS, 2016, pg. 121.
[439] MATHEUS, 2016, pg. 122.

diminuição da possibilidade de constituição da família escrava de forma legitimada? c) com o aumento de novas freguesias ocorreu uma diminuição de registros de batismos e consequentemente de nascimentos? Segundo Marcelo Matheus em Bagé:

> Em função desta queda, especialmente na quantidade de nascimentos (que chegaram a 50 em 1850, quase que metade dos anos de 1846, 1847 e 1848), acreditávamos que a partir da virada da década de 1840 para a década de 1850 a quantidade de batismos de escravos iria diminuir em relação à média de registros que alcançou entre 1847 e 1850 – mais de 106 registros por ano. A crença advinha do fato, já citado, que, entre 1849 e 1850, três capelas (Lavras do Sul, Dom Pedrito e Pinheiro Machado) foram instaladas ao redor da área que antes era assistida pelo padre de Bagé, absorvendo uma quantidade, impossível de mensurar, dos fregueses desta última.
> Entretanto, não foi o que aconteceu, ao contrário do que apontamos em relação aos batismos de livres. Se, entre 1829-1850, 821 escravos foram batizados na localidade, nas duas décadas seguintes este número mais que triplicou. De início, aquele aumento do final dos anos 1840 continuou no início da década de 1850, para logo após estabilizar (média de 116.5 registros neste decênio e 118.5 na década de 1860), apesar de algumas oscilações[440].

Possivelmente Piratini tenha sido mais afetada pelas novas freguesias do que Bagé, pois, incluindo a própria localidade durante um período foi parte do munícipio analisado nesta tese. Além desta situação ainda podemos englobar as quedas de nascimentos e batismos em Nossa Senhora da Conceição de Piratini as baixas taxas de legitimidades e a dificuldade em se constituir uma família estável, partindo dos registros de batismos como ponto de observação e análise. No tópico a seguir irei discutir as questões de legitimidade e ilegitimidade dos escravizados nos registros de batismos. Isso muito devido às informações descritas em processos-crimes por escravizados como Thomé, que no capítulo 2 desta tese referenciou quem eram sua mãe e escravista. Assim como ele haverá outros casos de homens e mulheres que em um momento ou outro foram citados em processos criminais, direta ou indiretamente, assim como senhores que em sua maioria eram pequenos escravistas e que representavam uma parcela significativa dos senhores nos registros de batismos de Piratini.

[440] MATHEUS, 2016, pg. 123.

3.1 - Batizandos de filhos de casais legítimos, ilegítimos e naturais em Piratini 1810 - 1862

Neste tópico vou abordar as questões de filhos legítimos, ilegítimos, “naturais” e sem registro de legitimidade das crianças escravizadas nascidas e batizadas na localidade em Piratini nos anos de 1810-1862. Em um primeiro momento irei falar sobre o número de batizandos filhos de país legítimos e sua distribuição nas escravarias, qual grupo ou quais grupos tinham mais batizandos filhos de casais reconhecidos pela igreja; em um segundo momento vou analisar aqueles grupos com batizandos filhos de mães que não tiveram o nome do pai no registro de batismo (ilegítimos, naturais e sem registro de legitimidade). Irei investigar as questões sobre família escrava e como esta poderia influenciar nas relações escravistas em Piratini e se pode ter relação a diminuição de batizando legítimos com o aumento de processos-crimes e a alta na média do preço do escravizado nos inventários. Ao longo das páginas que seguem também incluirei alguns casos encontrados em processos criminais que nos ajudam a entender melhor o cotidiano do cativeiro de pequenos proprietários, de como formavam-se casais nas escravarias, a presença de crianças e famílias cativas. Começo com um desses casos.

Era uma noite de 15 de março de 1820 na Freguesia de Piratini. Saia da casa de José Floriano de Barros, morador da localidade, o Sargento Mor Ubaldo Pinto Bandeira, quando foi alvejado por duas balas de chumbo oriundas de uma espingarda. Para sua “sorte” e “azar” do atirador, as balas de chumbo pegaram de raspão na cabeça de Ubaldo, acertando uma porta próxima a ele. Mas quem seriam os autores de tal intento? Os escravizados Catharina e Benedito de Ubaldo Pinto Bandeira, juntamente com José, escravizado do capataz de Ubaldo, Lauriano José Tarouco, foram acusados de tramar e atentar contra a vida de Ubaldo. Em um trecho de seu depoimento, o Sargento Mor afirmou que Catharina e José tinham uma ligação[441], ou como fica subentendido, uma “afeição”. Segundo a versão de Ubaldo, Catharina pegou a arma que estava guardada, entregou a Benedito, segundo Ubaldo, por um buraco na porta da casa da vizinha, que talvez fosse a morada do capataz José

[441] Pelo fato de a escrita do documento ser pouco visível dificultou ao afirmar na transcrição o que era.

Tarouco. Depois a arma foi passada ao escravizado José e tudo ocorreu, segundo Ubaldo, "[..] para introduzirem em casa o *amante da negra* (grifo meu)[442]".

Uma questão inicial sobre Catharina e José é o de como eles se tornaram um casal? Os laços que os uniam poderiam ser vários, podemos partir de o caso de ambos serem da região da África Central Atlântica, talvez a língua os aproximasse, os caminhos que os fizessem chegar até ali, várias seriam os motivos para terem laços que os unissem. Segundo o próprio Ubaldo a escravizada Catharina havia pedido sua liberdade (alforria) e este negou, afirmando que durante um tempo, a escrava teria fugido por um tempo e sido acusada de cometer um furto.[443]

Ubaldo Pinto Bandeira no período entre 1810-1831 estava no grupo com médias escravarias, tendo a época 11 escravizados batizados nos registros, e uma criança chamada Zeferina[444] (ou Severina) que foi alforriada, provavelmente na pia batismal, pois a fonte não descreve esse fato. A mãe de Zeferina era justamente Catharina, africana da Costa. Há nos registros de batismos mais uma citação a Catharina, só que ela foi descrita como crioula, podendo ser que fosse outra mulher, mas é muito provável que o padre não tenha levado em consideração se era de fato Catharina era africana ou não.

Outro processo-crime também traz informações semelhantes. Em 1855 ocorreu o homicídio de Albina Maria da Conceição. Os réus escravizados eram a crioula Romana, escrava de Albina; e os escravizados Domingos e José (crioulos), de João José Rodrigues Soares. O crime ocorreu no 2º Distrito do Cerrito, região que pertencia a época a Comarca de Piratini[445]. Em um de seus depoimentos, José, crioulo, mais ou menos 19 ou 20 anos de idade, solteiro, campeiro, brasileiro, nascido em Porto Alegre, e cativo de João José Rodrigues Soares, residente na Costa do Camaquã. José era filho da preta Sophia, escrava de Dona Anna de Azambuja. José ao ser questionado a quanto tempo residia na Costa do Camaquã, disse que era desde pequeno, ou seja, deve ter sido apartado de sua mãe ainda criança mostrando uma das faces mais cruéis da escravidão, que era a separação familiar. Em uma de suas

[442] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo n°: 1042, M. 25, E. 143, pg. Pg. 26 verso.
[443] AAPERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo n°: 1042, M. 25, E. 143, pg. Pg. 28 frente.
[444] L.R.B.E.F.N.S.C.P. Livro 1: 1810 – 1842, pg. 45, (A.M. D.Pel.).
[445] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143

contestações as testemunhas, José descreve que era amasio de Romana, e foi visitá-la após o parto, provavelmente acreditava que era pai da filha recém-nascida a época.

José, que tinha ido então até a casa de Albina Maria da Conceição, viu Romana que estava lavando as roupas de sua filha no local de lavagem, quando chega então José, que provavelmente havia descido de um cavalo, indo em direção de Romana para conversar, e ali ouviu que a pequena não era sua filha, mas para ele (José) não haveria importância nesta situação, e ao voltar para casa de Albina, e desencilhar sua montaria e se encostar em uma cancela, José foi chamado por um menino a pedido de Romana.

O tema do assunto era: José estava bravo com ela? José disse a Romana que não tinha como não estar, pois nas palavras dele "[...] porque não esperava que ela procedesse tão mal [...][446]," José estava certamente se sentido traído pela escravizada Romana, e isso lhe causou uma ira, afinal ao que parece acreditava ser pai da rebenta. A traição de Romana, aos olhos de José, era um rompimento de um laço de solidariedade e até mesmo um "duro golpe" na sua masculinidade, em uma sociedade escravista e patriarcal, seria difícil para ele lidar com essas situações, tanto que José ameaçou dar uma sova em Romana, "[...] se tornasse a fazer outra[447] [...]". E vindo do local da lavagem de roupas, Albina Maria da Conceição, chamou a atenção de José para que não ameaçasse Romana.

Catharina do processo-crime de 1820 foi acusada por Ubaldo de ser amante de José. Assim como Catharina e José, Romana e José em 1855, também foram acusados de um homicídio, e confirmaram serem amasios, e no caso de Romana, havia um terceiro elemento nessa relação que não foi descrito quem era. Provavelmente muitos outros escravizados foram amasiados e refletindo, em parte, sobre isso, busco analisar a legitimidade ou não das famílias escravizadas em Piratini.

Tabela 45 - Filiação dos escravizados de Piratini nos Registros Batismais (1810 - 1862)

Filiação dos escravizados de Piratini nos Registros Batismais (1810 - 1862)			
Condição	**1810 - 1831**	**1832 - 1850**	**1851 - 1862**

[446] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 18 verso.
[447] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 18 verso.

Legitimidade	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Não legítimos	739	75%	1452	93%	803	98%
Legítimos	241	25%	101	7%	16	2%
Total	980	100%	1553	100%	819	100%

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Ao observar a tabela acima é notório a diminuição de legitimidade entre os batizandos escravizados na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Piratini. Entre 1810-1831 para 1832-1850 houve uma queda de 58% dos Batizandos filhos de pais legítimos, saindo de 241 para 101 registros de batismos filhos de pais legítimos respectivamente, mas em termos percentuais a queda foi ainda maior, caindo de 25% para apenas 7%. De 1832-50 para 1851-1860 a redução de registros de batismos de filhos legítimos foi de 84% saindo de 101 para 16 batizados de filhos legítimos respectivamente, chegando a apenas 2% dos batismos no período. As fontes documentais descrevem os filhos não legítimos como ilegítimos, naturais ou sem registro. Logo, por entendermos que se tratava da mesma tipificação de legitimidades, preferimos usar o termo “não legítimos” para aqueles filhos em que as relações dos pais não eram legitimadas pela Igreja. Para localidade de Bagé, Marcelo Matheus analisou que nos anos de 1866-70, 0,5% das crianças batizadas (3) eram filhos considerados legítimos, tendo crescido naquela localidade o número de filho não legítimos.[448]

Entre as hipóteses para a diminuição de legitimidade dos batizandos em Piratini destacamos um possível aumento das pressões e restrições dos senhores sobre os seus cativos em uma nova conjuntura de leis antitráfico e de Guerra Farroupilha. O recrutamento de cativos para lutar na guerra e o deslocamento de senhores com seus cativos pode ter aumentado as tensões locais, com a diminuição de homens escravizados, diminuindo a possibilidade de constituição de famílias abençoadas pela Igreja. Inclusive, o que defendo ao longo da tese e que será mais aprofundado no capítulo 4, é que tal fenômeno pode ter contribuído para um aumento da criminalidade, pois, ao que parece, alguns dos espaços de autonomia dos escravizados foram

[448] “Esse baixo percentual de filhos legítimos de escravos – que variou de 8%, entre 1829 e 1835, para os 0,5% no final da década de 1860 – confirma dois postulados da historiografia: primeiro, a de que a ilegitimidade era maior em localidades onde grassavam pequenas e médias escravarias (realidade de Bagé, [...]) e, segundo, que essa ilegitimidade tendeu a crescer ao longo do século XIX.” (MATHEUS, 2016, pg. 114).

cerceados pelos seus senhores ao longo do período aqui estudado e o acesso ao casamento religioso poderia ser um deles.

Francisco Helton de Araújo Oliveira Filho em seu artigo *A vida familiar dos escravos na freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, Piauí (1850-1888)*, destaca que, após a década de 1850, houve uma alteração, podemos dizer assim, das experiências familiares dos escravizados, devido a novos panoramas de caráter políticos, sociais e económicos relacionados ao fim do tráfico atlântico de seres humanos escravizados que contribuiu para o aumento do preço dos cativos[449].

Tomando por base o aumento do preço dos escravizados no Piauí e traçando um paralelo com o gráfico 1 do valor dos escravizados em Piratini, entre 1811-1871 nos inventários, busquei pensar numa correlação entre a diminuição da legitimidade e o aumento do preço dos escravizados. Minha hipótese é que a valorização dos cativos associada à proibição do tráfico transatlântico pode ter fortalecido as redes de tráfico interno de cativos. No caso de um município em Guerra a venda de homens podia ser um recurso dos senhores para recuperarem suas perdas financeiras. Esse fenômeno por si só já pode ter impactado indiretamente a diminuição da legitimidade, mas penso que para os senhores, separar famílias para vender um dos membros do casal ou seus filhos também devia causar conflitos na escravaria. Nesse sentido, a proibição dos casamentos pode ter sido uma medida senhorial que visava não oferecer maiores direitos aos pais e mães, deixando-os mais vulneráveis a essas separações. Por outro lado, como demonstrei, as escravarias foram diminuindo no transcorrer do tempo, fazendo também com que as quedas de legitimidades diminuíssem, pois os casamentos eram permitidos nas mesmas escravarias.

É importante salientar que o constituir uma família ia além do termo legítimo, ilegítimo e natural, pois a família escrava era sobretudo uma forma de resistência e agência destas pessoas a escravidão. Ao analisar os casamentos de escravizados em Porto Alegre Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott afirmam que:

[449] OLIVEIRA FILHO, 2023, pg. 320. Segundo Oliveira Filho: “No Piauí, o aumento da produção de algodão teria contribuído para manter os índices de reprodução da população cativa na província, entre os anos 1850 e 1870. A população escrava, que em 1854 era de 16.858 pessoas, passou a 19.836 em 1870, chegando em 1872 a 23.795.” (OLIVEIRA FILHO, 2023, pg. 320).

> entre a população cativa, as possibilidades postas pelo casamento e a própria formação da família escrava estavam intimamente ligadas às características demográficas da população escravizada, assim como às vontades e aos constrangimentos impostos pelos senhores de cada uma das senzalas analisadas, comprovando, pelos exemplos de alguns escravistas, que o matrimônio estava submetido à vontade/interesse do senhor em estimular ou, pelo menos, não colocar obstáculos ao casamento dos seus escravizados[450].

Provavelmente entre essas "vontades" dos escravistas de Piratini estavam a diminuição dos casamentos, pelo menos nos registros de batismos. O Arcebispado da Bahia, segundo, Sheila de Castro Faria, tirava a autoridade dos escravistas, ou as "vontades[451]" destes de proibir ou não o casamento entre escravizados[452], mas pelo que compreendemos do texto da autora, quanto mais distantes dos "olhos" da Igreja e seu clérigo, provavelmente maior era o controle dos escravistas sobre este tipo de união[453]. Robert Slenes aponta que no Rio de Janeiro a partir de 1850 e principalmente a partir de 1872 houve uma grande diminuição na porcentagem de escravizados casados/viúvos segundo as fontes estudadas por ele[454]. Sobre a diminuição na legitimidade de batizandos, Sheila de Castro Faria ao analisar o sudeste brasileiro, aponta que as leis antitráfico trouxeram modificações no Brasil colônia, entre as transformações seria a Igreja e como esta elaborou leis que impediam a venda de casais.[455] Com as leis antitráfico, essas tensões teriam se acirrado:

> A abolição efetiva do tráfico, em 1850, mesmo podendo ser outra vez uma lei 'só para inglês ver', cristalizou o processo de interferência direta dos senhores na vida particular dos negros cativos. Não se podia mais admitir que houvesse a possibilidade de a Igreja interferir, em hipótese alguma, nas relações com seus escravos. O mercado de escravos interprovincial e, mesmo, intraprovincial, se intensificou, já que não dispunham mais de oferta externa [..].
> No século XIX, as diferenças regionais encontradas nas taxas de legitimidade entre escravos tenderam a desaparecer. Em todas as regiões brasileiras, até mesmo nas possuidoras de alta legitimidade, as taxas passaram a ser decrescentes, com raríssimas exceções. Existe um outro dado que é a observação das atitudes dos escravos nesta grande modificação[456].

---

[450] SCOTT, A.S.V; SCOTT, D; 2021, 21.
[451] Esse termo coloquei como forma de dialogar com os autores citados.
[452] Sobre isto ver o texto de: FARIA, 1998, pg. 310.
[453] Sobre a influência de membros de cargos mais altos da Igreja nas relações matrimoniais ver: FARIA, 1998, pg. 324.
[454] Sobre o tema ver: SLENES, 2011, pg. 95.
[455] Sobre isto: "A igreja elaborou leis que impedia, teoricamente, a separação de casais e de seus filhos, interferindo, desta forma, na relação senhor-escravo. Num período em que a oferta de mão de obra era razoavelmente facilitada, esta interferência não significava muita coisa, principalmente em lugares distantes dos bipados. Quando houve a possibilidade de restrição da entrada de africanos, a situação mudou - e bem rapidamente. Muitos senhores perceberam a tal problema, principalmente após a lei de 1831." (FARIA, 1998, pg. 339).
[456] FARIA, 1998, pg. 339.

Maria Cristina Roma de Vasconcelos ao investigar as *Famílias Escravas em Angra dos Reis 1801 – 1888*, localidade com características economicas parecidas com as de Piratini, de pequenas escravarias e voltadas a economia interna[457], informa que, as famílias escravizadas na localidade de Angra dos Reis "[...] eram formadas, majoritariamente, por mulheres solteiras, aos olhos da Igreja, e por seus filhos.[458] [...]". Segundo Maria Cristina de Vasconcellos essa foi a "tendência" em Angra e se deu, "principalmente, da falta de interesse dos senhores em verem seus cativos sacramentarem suas uniões".[459] A outra questão em Angra[460] vai ao encontro do que pensamos para Piratini, onde a Igreja proibia a venda de famílias legitimadas por ela, o que segundo Maria Cristina de Vasconcellos era algo não aceito pelos escravistas, pois era uma forma de intervenção da Igreja em questões privadas. Logo, para os escravistas não seria interessante que os escravizados contraíssem matrimonio legitimado pela Igreja, ou ainda segundo Maria Cristina de Vasconcellos, quem sabe os escravizados tenham perdido o interesse pelo casamento legitimado, ou encontraram dificuldades em conseguir companheiros nas escravarias a que pertenciam.[461]

Assim como em Piratini, em Angra houve um aumento de filhos descritos como não legítimos, em períodos de análises semelhantes, quando do fim do tráfico atlântico de escravizados, entre os fatores estava o aumento do preço da mão de obra escravizada como demonstramos para Piratini, uma semelhança entre a localidade fluminense e sul rio-grandense.[462]

Os mencionados fatores, no meu entendimento, levaram a gradual diminuição dos filhos descritos como legítimos e enquanto isso os tidos como naturais foram aumentando. Da mesma maneira, os ilegítimos sumiram das descrições dos párocos. Como pontua Sheila de Castro Faria para seu lócus de estudo, a baixa "[...] dos casamentos legais entre cativos não significou a ausência de família escrava. Significou, isto sim, uma mudança formal, visando satisfazer interesses senhoriais, ao mesmo tempo que deixou a cargo dos escravos a organização ritual da vida no

[457] A historiadora destaca estes aspectos na página 104.
[458] VASCONCELOS, 2006, pg. 101.
[459] VASCONCELOS, 2006, pg. 101.
[460] VASCONCELOS, 2006, pg. 101.
[461] VASCONCELOS, 2006, pg. 102.
[462] VASCONCELOS, 2006, pg. 101-102.

cativeiro".[463] Conforme Hebe Mattos, em "Das Cores o Silêncio", a família, possuía uma representação para a pessoa livre e outra para escrava, segundo Hebe Mattos "[...] a sobrevivência em liberdade, para os segundos era, antes, uma tentativa de aproximar-se dessa experiência[464]."

Vejamos agora os dados dos registros sobre a legitimidade dos batizandos nascidos na Vila de Piratini distribuídos por escravarias. No primeiro recorte temporal (1810 – 1831), as crianças batizadas descritas como filhas/filhos legítimos foram 25% dos batismos. Analisando esse recorte de maneira mais aprofundada podemos ver que aquelas escravarias com 1 a 4 escravizados tiveram menos crianças filhas de pais legítimos, comparadas com as escravarias com 5 a 9 cativos, sendo 27 e 63 respectivamente. Para as escravarias com 10 a 19 escravizados e aquelas com mais de 20, foram 72 e 79, respectivamente, indo ao encontro do que mostram os estudos sobre família escrava, ou seja, que em escravarias com mais cativos eram as que mais havia unidades familiares legitimadas pela Igreja.

No comparativo com os outros períodos podemos observar que as escravarias com 1 – 4 escravizados, obtiveram uma queda em números brutos de filhos legítimos, sendo 27 (1810 – 1831), 15 (1832 – 1850) e 3 (1851 – 1862) o porcentual variou nas pequenas escravarias de 1 a 4 escravizados, girando em torno de 11%, 15% e 19% daquele grupo (filhos legítimos) conforme os períodos citados. Dos 980 batismos de crianças escravizadas nascidas e/ou batizadas na localidade, as escravarias de 1-4 escravizados tiveram no primeiro recorte temporal 1810-1831, 3% dos batizandos descritos como filhos de pais legítimos, no segundo recorte temporal 1832-1850 neste grupo de escravistas houve uma redução de 56% dos filhos de pais legítimos[465], logo foram 1% de batizandos descritos como de famílias escravizadas legítimas (reconhecidas pela Igreja) de um total de 1553 batismos, esse número diminuiu para 80% das crianças batizadas como sendo filhas de pais legítimos em 1851-1862, sendo dos 819 batismos de crianças crioulas nascidas ou batizadas em Piratini apenas 0,4% eram filhos legítimos neste grupo de escravaria (1-4 escravizados). Porém como

[463] FARIA, 1998, pg. 341.
[464] MATTOS, 2013, pg. 59.
[465] Ou seja, nasceram mais crianças descritas pela fonte como sendo filhos naturais de suas mães como mostrarei a seguir no texto.

durante os períodos analisados o número de legitimidades não superou os 3%, posso apontar que em uma outra perspectiva houve uma constância nestes dados.

Os escravistas de 5-9 escravos tiveram um aumento no quesito porcentual entre os batizandos legítimos, indo de 25% (1810-1831), 29% (1832 - 1850) e 44% (1851 - 1862)[466]. Embora comparados aos outros grupos de escravistas, os de 5-9 escravizados também batizaram menos crianças nascidas nos cativeiros filhos de pais legítimos nos dois primeiros períodos analisados, pois os últimos 11 anos de batismos analisados mesmo sendo em um computo geral poucos filhos de casais legitimados pelo clero católico, este grupo de senhores teve 7 crianças batizadas em que consta o nome do casal. Os batismos de filhos legítimos entre os escravistas de 5-9 escravizados tiveram uma queda de 46% de 1810-1831 para 1832-1850, se no primeiro recorte temporal eram 6% dos 980 escravizados batizados nascidos em Piratini, em 1832-1850 eram 2% dos filhos de escravizados (total de crianças batizadas foi de 1553) e em 1851-1862 foram 0,9% dos escravizados batizados nascidos na localidade (819 total de crianças batizadas). A queda de batizandos filhos de pais legítimos nas escravarias de 5-9 escravizados de 1832-50 para 1851-62 foi de 75% das crianças batizadas na Vila naquele grupo de escravistas.

Entre os escravistas de 10-19 escravizados nos anos 1810-1831 foram batizados e batizadas 72 (30%) crianças filhas de pais legítimos, em 1832-1850 foram batizados 32 (32%), entre 1851-1862 foram os que menos tiveram crianças batizadas filhas legítimas 2 (13%) nesta condição. A queda de legitimidade dos batizandos foi de 46% de 1810-1831 para 1832-1850 entre 93% no último recorte temporal, o que impressiona comparado aos outros grupos. Em 1810-1831 dos 980 escravizados nascidos e/ou batizados em Piratini 7% eram de senhores com escravarias de 10-19 escravizados, em 1832-50 eram 2% dos 1553 escravizados batizados/nascidos na localidade e em 1851-62 foram 0,2% de 819.

As escravarias com mais de 20 escravizados no primeiro recorte temporal entre 1810-1831 tiveram 8% de batizandos filhos de pais legítimos, de um total de 980 batismos de crianças oriundas da localidade, somente entre os batizandos legítimos eram 33%, o que poderia ser uma estratégia escravista para poder manter sua posse aumentando e como uma forma de ter menos conflitos na relação senhor-

[466] Estes dados são referentes ao grupo de batizandos legítimos.

escravizados, e esses por sua vez, tinham na família a possibilidade da autonomia e a busca, como descreveu Hebe Mattos, de uma experiência mais próxima de liberdade.

Entre 1832-1850 este grupo de escravistas que tinham mais de 20 escravizados diminuíram o número de batizandos filhos de pais legítimos para 24% naquela condição enquanto no geral os filhos de pais legítimos eram de 2% dos 1553 batismos de crianças da localidade, uma queda de 69% de um período a outro considerando somente os legítimos; queda aproximada de batismos legítimos se deu entre 1832-50 para 1851-1862 quando ocorreu a diminuição de 83% neste grupo, mas, na comparação com as demais escravarias este grupo com mais de 20 escravizados foi de 25% dos registros de batismos descritos como legítimos e 0,5% do total (819).

José Dutra de Andrade um dos escravistas do grupo com mais de 20 escravizados, foi o que teve mais batizandos escravizados, no recorte temporal de 1810-1831 um total de 15, sendo 12 filhos de pais legítimos, e o casal Rosa e Manoel africanos foram pais de 7 crianças batizadas; foram descritos como um casal africano em 6 registros de batismos, sendo Rosa descrita como africana em 7 e Manoel em 6.[467] As descrições para o casal variaram quanto a procedência: Rosa foi descrita como Angola 1, Benguela 1, Congo 3 e da Costa 2; Manoel quando descrito como africano teve como procedência: Angola 1, Benguela 3 e da Costa 2[468]; observando as descrições das procedências provavelmente o casal tinha vínculos com a região da África Central Atlântica, ou seja, podem ter recriado laços culturais oriundos do grupo bantu.

Esse sistema de "permitir[469]" escravizados constituir famílias de forma legítima em sua escravaria por parte José Dutra de Andrade foi a tônica, neste primeiro período, pois no período de 1832-50 sua escravaria na questão de legitimidade dos batizandos foi acompanhando a diminuição deste grupo (batizandos filhos de pais legítimos). No segundo recorte temporal de 1832-1850, das 28 crianças crioulas

[467] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1816, 1820, 1822, 1823, 1825, 1827, 1830; pg. 39, 74 verso, 92, 105 verso, 120 verso, 138 e 156;
[468] [468] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1816, 1820, 1822, 1823, 1825, 1827, 1830; pg. 39, 74 verso, 92, 105 verso, 120 verso, 138 e 156;
[469] Partindo das argumentações de Sheila de Castro Faria (1998) de que os escravistas não poderiam proibir os casamentos de escravizados perante a Igreja conforme o Arcebispado da Bahia.

nascidas e batizadas na sua propriedade (e aqui não me refiro a um local único), a escravaria de Dutra de Andrade como um todo teve um aumento de algo em torno de 86%. Quanto a legitimidade, se em um primeiro período foram batizadas 12 crianças filhas de pais legítimos, no segundo período (1832-50) foram batizadas 5 crianças filhos de pais legítimos, uma queda de 58%, seguindo a tendência do período que foi a queda dessas taxas de legitimidade.

No último recorte temporal não houve nenhum registro de seus escravizados com filhos sendo batizados em Piratini. E aqui retomamos o que a hipótese no tópico anterior sobre menos escravos sendo batizados em Piratini, pois ocorreu no transcorrer do tempo a "fundação" de novas Capelas, isto provavelmente tenha ocorrido no caso aqui analisado, pelo fato de que José Dutra de Andrade era residente em Nossa Senhora da Luz de Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado). Ao pesquisar sobre este sujeito encontrei no site do IBGE[470] que José Dutra de Andrade teria sido um dos fundadores da Capela local de Nossa Senhora da Luz de Cacimbinhas. Segundo consta, Dutra de Andrade teve um período de cegueira e fez uma promessa a Nossa Senhora da Luz que caso voltasse a enxergar com as águas das cacimbas da localidade, levantaria uma Igreja a santa, fato ao que tudo indica ocorreu, pois em 1851 José Dutra de Andrade teria doado o terreno para construção da Capela.

Segundo a FEE, Cacimbinhas[471], atual Pinheiro Machado, teve o início de seu povoamento a partir de 1830, sendo Vila e sede de Munícipio em 1875[472]. Possivelmente, a partir de 1851, sem crianças serem batizadas em Piratini, José Dutra de Andrade pode ter levado para serem batizadas em Cacimbinhas, isto porque José

[470] As informações do texto têm como base o site do IBGE. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pinheiro-machado/historico Acessado em: 12/02/2024.
[471] Segundo a FEE os dados populacionais de 1858 apontam que no primeiro distrito de Cacimbinhas a população era composta de 1263 livres (de ambos os sexos), 37 libertos (de ambos os sexos) e 650 escravizados (de ambos os sexos), totalizando no 1° Distrito de Cacimbinhas 1950 pessoas. No 2° distrito de Cacimbinhas a população era da seguinte composição 929 livres (de ambos os sexos), 53 libertos (de ambos os sexos) e 522 escravizados (de ambos os sexos), totalizando no 2° Distrito de Cacimbinhas 1504 pessoas. Somando os dois distritos, Cacimbinhas tinha uma população em 1858 de 3454 pessoas, sendo 1172 escravizados, ou seja, 34% da população era escravizada. Somando libertos e escravizados a população não branca de Cacimbinhas era de 36,5%. Fonte dos dados populacionais: (FEE, 1981, p.66).
[472] FEE, 1981, p. 21.

Dutra de Andrade teria falecido em meados de 1865, ao que consta em seu testamento[473] e inventário[474].

Entre um dos casais da escravaria de José Dutra de Andrade estavam Antônio, sem registro sobre sua procedência ou naturalidade, mas consta que era casado com Rosa, que também não tem informações sobre origem e naturalidade[475]. Rosa, contudo, partindo do seu registro de batismo, era crioula e filha de Rosa e Manoel[476], e quando seu primeiro rebento foi batizado, a cativa tinha por volta de 18 anos de idade. Com base em seu batismo, seu filho Boaventura era crioulo, foi batizado em setembro de 1841 e nasceu no rigoroso inverno riograndense em 14/07/1841. Em novembro de 1843, Rosa teve seu segundo filho: Malaquias, batizado no mesmo mês, era crioulo e assim como seu irmão Boaventura filho legítimo de Rosa e Antônio. Diferente de Boaventura, seu irmão Malaquias foi doado por José Dutra de Andrade a seu afilhado, José Dutra Pinheiro, em seu batismo. Talvez esse ato fizesse com que Antônio tivesse "motivos mais que aparentes" para buscar uma insurreição. A separação de um de seus filhos pode ter sido um dos muitos acontecimentos ruins provocados pelo cativeiro e, somado a outros, ajuda a entender a presença de seu nome entre os suspeitos da insurreição cativa de Piratini, em 1865. Nessa época, seus filhos Boaventura e Malaquias talvez estivessem com 24[477] e 22 anos, respectivamente. Em 1865, quando seu escravista faleceu, Boaventura foi arrolado no inventário de Dutra de Andrade, ao contrário de Malaquias que havia sido doado a José Dutra Pinheiro, e talvez não tenha sobrevivido às intempéries da vida violenta no cativeiro. Quanto a Rosa, mãe dos dois escravizados, também não consta no inventário do escravista. De que forma essas perdas podem ter afetado a relação entre Antônio e José Dutra de Andrade?

---

[473] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1865 – Processo n°: 030. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 166.

[474] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Pinheiro Machado. Subfundo: Provedoria. Ano: 1865, Processo n°: 001, (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.158.

[475] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 - 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1841; 1842, pg. 267 verso e 276 verso;

[476] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 105 verso.

[477] No inventário de José Dutra de Andrade consta que Boaventura tinha 27 anos. Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Pinheiro Machado. Subfundo: Provedoria. Ano: 1865, Processo n°: 001, (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.158.

Segundo o inventário de José Dutra de Andrade, que consta na Comarca de Piratini, porém na localidade de Pinheiro Machado, o escravista possuía 14 escravizados arrolados: 9 eram homens e 5 mulheres. Começando pelas mulheres, das 5 escravizadas uma era idosa acima de 49 anos, de nome Catarina, 58 anos segundo o inventário, era Crioula, e avaliada em 250$; já em idade adulta produtiva estavam as crioulas Maria, de cor mulata/parda, com 30 anos a época, e avaliada em 900$; as meninas eram crioulas não são citadas as mães ou a mãe destas crianças eram: Guilhermina, parda, 4 anos, no valor de 300$; Leonilda, 2 anos, avaliada em 150$; Luísa, parda, 6 meses sem valor citado[478];

Dos 9 escravizados do sexo masculino havia um menino: Donato tinha 2 anos em 1865, descrito como pardo e avaliado em 150$; 6 adultos em idade produtiva (15-49 anos), os crioulos: José Domingos, que tinha por volta 46 anos, que sofria de reumatismo, e era avaliado em 400$; João, ao que indica a fonte tinha 44 anos, era rendido de uma virilha uma espécie de hérnia inguinal, e avaliado em 300$; Rafael, 41 anos, era avaliado em 1:000$; Boaventura, 27 anos, avaliado também em, 1:000$ assim como Crispim, mulato, 26 anos; Gregório, 25 anos, era rendido de uma virilha, e avaliado em 700$[479]; e os idosos acima de 50 anos estavam os escravizados Inácio e Antônio, a época ambos com 70 anos, descrito como africano e grupo de procedência descrito ser Nação, e no valor 100$.

Partindo de que seja o mesmo Antônio nos registros de batismos e no inventário, e na última documentação não constar sua esposa Rosa, possivelmente a sua companheira faleceu no decorrer dos anos entre os batismos de Malaquias e o inventário de Dutra de Andrade ou tenha sido doada ou vendida, ao longo da vida, ao que não é citado em nenhuma fonte. Mas ao mesmo tempo como a relação do casal Rosa e Antônio era ao que tudo indica validada pela Igreja, a hipótese de falecimento seja a mais próxima do real. Se Rosa faleceu e Malaquias, após ser doado, teve o mesmo destino, mesmo tendo Boaventura em seu convívio, o banzo e o anseio por liberdade tenham feito com que Antônio fosse preso no ano de 1865, de 06/02 a 08/02 daquele ano por ser parte de uma tentativa de insurreição de escravizados em Piratini.

---

[478] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Pinheiro Machado. Subfundo: Provedoria. Ano: 1865, Processo n°: 001, (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.158.

[479] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Pinheiro Machado. Subfundo: Provedoria. Ano: 1865, Processo n°: 001, (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.158.

Por mais que se possa explanar aqui não possuo fontes suficientes para afirmar o porquê de uma ruptura destas, mas, a maior de todas certamente era o fim do cativeiro e a luta por liberdade. Possivelmente essa tentativa de pelo menos se envolver em um processo de ruptura com seu escravista culminou com sua liberdade em testamento por José Dutra de Andrade em 1865, sendo o único escravizado a constar em tal fonte[480].

Manoel Rodrigues Barbosa um dos escravistas que mais batizaram escravizados na Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Piratini, teve em 1851 dois escravizados seus assassinados: Francisco e Joaquim[481]. Este último era descrito como crioulo nos registros de batismos entre 1836-1849[482]. O assassinato de Francisco e Joaquim foi descrito como sem réus, apenas que foi morto Francisco com um corte na virilha e Joaquim sendo degolado por objetos cortantes. Joaquim era crioulo, assim como sua mulher a escravizada Joana, embora, das 5 citações a ela em uma foi descrita como africana. O casal teve 6 filhos batizados na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini foram eles: José (1836), Generosa (1839), Seferino (1839), Ana (1844) e Genoveva (1849)[483]. Muito provavelmente aquele núcleo familiar estabelecido em um mundo escravista, extremamente violento não só física quanto psicologicamente, permitisse em constituir uma família um dos esparsos momentos de afeto e reciprocidade entre aquelas pessoas. Conforme aponta Jonis Freire:

> As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinavam que no sacramento do casamento: —O Varão para poder contrair Matrimônio, deve ter quatorze anos completos, e a fêmea doze anos também completos salvo quando antes da dita idade, constar, que tem discrição, e disposição bastante que supra a falta daquela (...) Ainda segundo elas, o senhor não poderia impedir o casamento com ameaças ou maus tratos e os cativos podiam contrair matrimônio com pessoas cativas ou livres. Aquele sínodo diocesano determinava ainda que não se deveria separar por venda os escravos casados. Entretanto, ao mesmo tempo em que dava aos escravos esses —direitos‖, assim como no caso dos batismos, a Igreja determinava que o cativo não sairia de sua condição de escravizado e permanecia pertencendo a seus senhores. [484]

[480] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1865 – Processo n°: 030. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 166.
[481] APERS – Processo-crime, 1494, Ano: 1851.
[482] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.).,1836, 1838, 1839, 1844, 1849, pg. 204, 224 verso, 241, 308 e 365 verso.
[483] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 - Livro 1. (A.M.D.Pel.).,1836, 1838, 1839, 1844, 1849, pg. 204, 224 verso, 241, 308 e 365 verso.
[484] FREIRE, 2009, pg.165-166.

Para Piratini constatei pelas fontes analisadas (registro de batismos e testamento) que Manoel Rodrigues Barbosa vendeu pelo menos um dos, ou no caso uma das batizandas, pois em seu testamento já citado anteriormente o caso de Eva (1822), que era filha legítima de Joaquina e José. José, africano, muito provavelmente oriundo da África Central Atlântica era casado com Joaquina, também africana e de procedência daquela região. Tiveram três filhas e entre eles estava Eva. As outras duas eram Rita (1826) e Anastácia (1828).[485] Havia na escravaria de Manoel Rodrigues Barbosa provavelmente mais três José(s), sendo 2 africanos e 1 crioulo. Nos batismos existia mais um casal envolvendo um José, Cassange, e Rosa, Benguela, que eram pais de Adão (1822). Além deste casal havia ainda Rosa e José ambos os crioulos pais de Barbara (1826), assim como nos outros casos citados poderiam ser os mesmos José e Rosa, mas, pelo fato da descrição destes diferirem optei metodologicamente em pôr os dois casais por considerar serem outro núcleo familiar/outras pessoas. E o 4° José desta escravaria, seria o africano Monjolo, assim como os pais de seu afilhado Adão, de procedência centro africano, que não consta ser casado e me levar a ter a hipótese de ser um quarto sujeito, pois, em 1866, José, africano, da Costa, tendo por volta de 70 anos, de profissão cozinheiro, escravo de Manoel Rodrigues Barbosa, tentou cometer suicídio, após a tentativa frustrada de fuga da casa de seu escravista.

A vida na escravaria de Manoel Rodrigues Barbosa acredito fosse extremamente violenta, não só a do pai quanto a do filho. Trago aqui o tema da criminalidade para mostrar que a família naquela escravaria, como já dito, possibilitava um espaço de afeto dentro de um regime violento que era a escravidão e no caso aqui analisado aquela escravaria. O escravista Manoel Rodrigues Barbosa e seu filho Manoel Rodrigues Barbosa Filho ou Junior estiveram envolvidos ou seus escravizados como réus ou vítimas em 5 processos-crimes. Em duas ocasiões a família Barbosa teve reses roubadas, uma em 1854 na propriedade de Manoel Rodrigues Barbosa (pai) e em 1855 por Manoel Rodrigues Barbosa Filho[486]. Sendo 2 mortos em 1851: Joaquim e Francisco[487], o caso de José também já citado.

[485] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1822; 1826; 1828, pg. 97 verso, 125 e 139 verso.
[486] Abordarei sobre os processos-crimes mais adiante.
[487] APERS – Processo-crime, 1494, Ano: 1851.

Em outubro de 1810 foi batizado Francisco, filho de Joaquina, crioula, ambos escravizados de Manoel Rodrigues Barbosa, o mesmo Francisco foi padrinho de Umbelina em 1828, filha legítima de Claudina, africana, de procedência da Costa e Fabricio, crioulo um casal exógeno com um padrinho de origem crioula da mesma escravaria. Em 1875[488], Franciso descrito como velho e liberto. Seu antigo escravista Manoel Rodrigues Barbosa já havia falecido, e ao que parece pelo testamento obteve ali sua alforria, mas, ao que tudo indica ficou na propriedade de Manoel Filho, e este segundo suas alegações teria amarrado a Francisco com uma corrente pois o liberto teria alienações mentais e acabou por falecer nos campos do ex-escravista[489].

Logo, pensar a legitimidade dos batizandos de Piratini e como essa "legalização", por parte da Igreja católica, tenha sido uma estratégia por parte dos escravistas até um determinado período, foi também para os escravizados uma forma de resistência e criação de vínculos afetivos. A família, como destaca Slenes, "[...] é importante para transmissão e reinterpretação da cultura e da experiência entre gerações[490]." Como procuramos demonstrar na documentação, algumas destas famílias nestas escravarias se perpetuaram criando vínculos, sobre o compadrio irei abordar mais adiante, mas, pude apresentar inicialmente que este também estava presente.

Em uma sociedade dependente da mão de obra que convivesse de uma forma a se deslocar por campos na lida da pecuária, o casamento seria uma forma de manutenção por parte dos escravistas para evitar fugas, fossem elas reivindicatórias e/ou definitivas. Em um contexto semelhante, Sheila de Castro Faria demonstra que na freguesia de Neves, onde a extração madeireira e a pecuária eram a economia local, os escravistas com maiores posses de escravizados tenham tido mais crianças batizadas por pais legítimos, pois na extração de madeira[491] e na lida com o gado os escravistas permitiam uma maior possibilidade de uniões "estáveis" entre os

---

[488] 1875 é período que não está no recorte temporal analisado, mas, que cito para apresentar como esta era uma escravaria onde as medidas de violência provavelmente levaram a rupturas mais severas que geraram processos-crimes.

[489] APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1875 - Processo n°: 1541. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 266.

[490] SLENES, 2011, pg. 124.

[491] "[..] Sendo uma atividade móvel, ou seja, que dependia do trabalho itinerante seria muito difícil controlar e alimentar escravos longes das sedes. Permitindo-se lhes estabelecer famílias, senhores buscavam impedir fugas e minimizar o trabalho com alimentação e tratamento de enfermos, [...]." (FARIA, 1998, pg. 327).

escravizados, visando assim restringir fugas. Conforme a autora, “pessoas com laços familiares são mais estáveis e menos propensas a mudanças. Homens sozinhos migravam mais do que acompanhados de família.[492]”

Traçando uma comparação com o trabalho do campeiro em Piratini, segundo constam nos inventários post-mortem da localidade como já apresentados no tópico do capítulo 2, as escravarias com mais de 10 escravizados[493] em que era praticada em grande parte a profissão de campeiro, havia a necessidade de que estes homens escravizados tivessem uma maior autonomia de deslocar-se de um local a outro na lida do gado, conforme aponta Mariana Thompson Flores em seus estudos sobre crimes de fronteira[494]. Os escravizados de Piratini que desenvolviam este tipo de ocupação pelo que constatei ao analisar o corpo documental tinham essa autonomia, como descrito na figura de José escravizado amásio de Romana e de Thomé citado na parte inicial do capítulo. Conseguiam se deslocar e manter contatos com outros escravizados e pessoas livres. Piratini no ano de 1865 foi palco de uma tentativa de insurreição por parte de escravizados, todos envolvidos no processo-crime[495] como réus eram solteiros e campeiros, alguns tinham ainda a profissão de lavrador e roceiro, e com uma média de idade 29 anos, sendo o mais velho Demenciano, preto, crioulo, solteiro, campeiro e escravizado de Carlota Sandim com 40 anos e o mais jovem com 21 anos era Guilherme, preto, crioulo, solteiro, campeiro e escravizado de Eusébio Maria Landim. Provavelmente almejavam construir uma família, eram escravizados de pequenas escravarias conforme os registros de batismos.

Ou seja, desfrutavam de uma autonomia para se deslocar de um local a outro, como era o caso de Thomé, escravizado de José Ulino da Rosa, campeiro, que foi acusado de ser um dos cabeças da tentativa insurreição, assim como Casemiro. Casemiro, preto, 26 anos, campeiro e lavrador, solteiro, era escravizado de João Antônio de Ávila, que entre os anos de 1832-1850 havia levado a pia batismal 3 escravizadas a serem batizadas, eram elas: Camila, crioula, nascida em 08/04/1846, batizada em maio de 1847, filha natural de Sabina, também crioula e escravizados de João Antônio de Ávila. Sabina também era mãe de Francisca, descrita como filha

---

[492] FARIA, 1998, pg. 327.
[493] No recorte temporal de 1811-1831 entre os escravistas com mais de 10 escravizados havia 13 campeiros, entre 1832-1850 eram 20 escravizados campeiros (incluindo aqueles que eram domador, carpinteiros e etc.) e em 1851-1871 eram 19 campeiros.
[494] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 203.
[495] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143 .

natural, nascida em 23/04/1848, crioula, e escravizada de João Antônio de Ávila. Joana era crioula, nascida em 28/08/1848, batizada em fevereiro de 1849, filha natural de Ana, africana e escravizada de João Antônio de Ávila.[496]

Pode-se presumir que Casemiro tivesse alguma relação com uma das mães, sendo ao que se indica pelas fontes o único escravo homem da escravaria de João Antônio Ávila, mas, nos batismos em nenhum momento isto é descrito ou informado. Partindo da hipótese de que Casemiro, assim como Thomé e os demais réus no processo-crime eram solteiros, ter uma esposa seria um espaço de autonomia no regime escravista, e uma conquista se observarmos os dados sobre legitimidade. Dentre o plano dos insurgentes estava o de roubarem **mulheres brancas** e irem com elas ao Uruguai, algo que, ao meu entendimento, pode ser um indício da vontade de constituir uma família, algo que devia ser importante para estes homens escravizados, a "flor na senzala" como afirma Slenes.

Retomando as análises de Sheila de Castro Farias para Freguesia de Neves, a historiadora, comparando a figura do homem livre trabalhador na extração de madeira aos escravizados, aponta que os escravizados que constituíssem uma família legitimada pelo seus escravistas e a Igreja, seriam menos "problemáticos" do ponto de vista senhorial do que os solteiros e sem filhos, ou seja, os vínculos familiares garantiriam até certo ponto uma estabilidade nas escravarias.[497] Logo, para o caso de Piratini, parte desses homens envolvidos na conspiração muito provavelmente tivessem em seus projetos de liberdade e autonomia constituírem uma família, para ter uma maior estabilidade em um momento de crise que se viviam no Brasil Império naqueles anos de 1865-70, mas possivelmente o sequestrar essas mulheres e tomarem como esposas também fosse um sinal de vingança e afronta a todo mal causado pelos anos de exploração. Tomando por base os índices de queda de legitimidade dos batizandos nos registros de batismos, presumo que o aumento da criminalidade dos 1851-71, tem como um dos motivos a possibilidade da conquista do

[496] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1847; 1849., pg. 354, 364 verso, 365.
[497] Sobre isto ver: "[...] que escravos com família tivessem mais problemas ou menos intenção de se deslocar do que outros, solteiros e sem filhos. Os laços familiares tendiam a estabilizar o indivíduo, e com isso contavam os senhores, ao reconhecer, socialmente, por meio de casamento legal, casais escravos. Dificultar-lhes as fugas, adequá-los ao cativeiro e ao trabalho, estabilizá-los na região e torná-los dóceis foram objetivos ferrenhamente perseguidos por senhores. As formas variavam: foram desde a violência explicita até o respeito às normas culturais do(s) grupo(s). Mas os objetivos eram os mesmos." (FARIA, 1998, pg. 327).

escravizado em possuir uma família legítima que diminuiu com a intensificação das leis antitráfico de africanos.

Casemiro em seu auto de qualificação em 09/02/1865[498], quando questionado sobre quem eram seus pais, afirmou ser filho do preto João e da preta Joana, mas, não informou quem era o(a) escravista de seus pais. Apenas que seu local de nascimento era o Rincão da Tuna, que era Termo da Vila de Piratini[499]. Ao buscar no banco de dados dos Registros de Batismos, encontrei uma referência a Joana (mãe) e Casemiro (filho)[500]. Casemiro, nascido em 08/03/1839 (mas acredito que fosse 1838), pois foi batizado em abril de 1838, era escravo, crioulo, filho natural de Joana, crioula e escravo de Teresa Joaquina de Jesus. Sendo realmente o mesmo Casemiro, ao que tudo indica ele saber no nome do provável pai, mostrava que a família escrava ia para além da legitimidade religiosa concedida pela Igreja. Sendo filho natural, ele se encaixa na ilegitimidade que formava a maioria dos escravizados nascidos e batizados em Piratini e que não tiveram o nome de seus pais anotados pelo padre, porém ao que tudo indica tiveram a presença de um homem que representava essa figura paterna (e aqui me refiro além das questões consanguíneas).

Sobre a ilegitimidade citada nos registros de batismos das crianças escravizadas batizadas, esse termo foi utilizado entre 1810 e 1831. Esta nomenclatura era vista pela Igreja como modo de não reconhecer a relação familiar de escravizados.

> A ilegitimidade foi vista, por uma parte da historiografia, como um indicativo de promiscuidade e, portanto, uma alternativa aos obstáculos para o casamento. Entretanto, devemos perceber que a família entre os cativos não passava necessariamente pelo reconhecimento da Igreja, e que os laços familiares se desenvolveram amplamente dentro das relações ditas ilícitas. Se não chegavam a formar famílias legítimas, não significava que viviam em promiscuidade sexual e em ligações temporárias. Outrossim, a ilegitimidade foi reflexo dos costumes senhoriais, mais do que do desinteresse dos escravos pelo matrimônio, ou seja, suas taxas variaram de acordo com o compromisso dos senhores na formalização dos enlaces matrimoniais de seus escravos, levando uniões consensuais a serem documentadas[501].

Em relação a ilegitimidade ou como preferimos usar o termo não-legítimos, das 980 crianças batizadas no período, 739 ou 75% eram filhos onde não foi citado o nome do pai ou não foram considerados filhos legítimos pela Igreja. Para as escravarias 1-4 escravizados, os filhos ilegítimos/naturais foram um total de 295 (40% dos filhos

[498] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143, pg. 24.
[499] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143, pg. 24.
[500] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1838, pg. 236 verso.
[501] FREIRE, 2009, pg.10.

naturais ou ilegítimos) uma média de 30% do total de batizandos no recorte temporal analisado. No segundo recorte temporal 1832-1850 houve um aumento de 96% dos batizandos descritos como naturais em relação aos anos de 1810-1831, sendo nas escravarias de 1-4 escravos um aumento de 51,5% passando de 295 filhos não legítimos para 608 no segundo período analisado. Ainda neste grupo das 1553 crianças batizadas em Piratini, 608, ou seja 38% eram das posses de 1-4 escravizados. Somente entre os batizandos descritos como filhos não legítimos que eram 1452, as escravistas de 1-4 escravizados batizaram 42% neste mesmo recorte temporal. No período estudado de 1851-1862 houve uma queda de 44% dos escravizados batizados como filhos naturais, saindo de 1452 (1832-1850) para 803 nos anos finais a serem analisados, sendo o percentual de naturais ou não legítimos na casa de 98%. Se no segundo recorte temporal foram batizados 608 escravizados filhos naturais nas pequenas escravarias com até 4 cativos, em 1851-1862, foram 474, uma diminuição de 22% de um período para outro. Neste último recorte crianças escravizadas batizadas não legítimas nas escravarias de 1 – 4 foram 58% (do total de 819 registros de batismos de crianças nascidas e/ou batizadas em Piratini), considerando somente os filhos naturais foram 59% dos 803 filhos naturais.

Entre os escravistas com 5-9 escravizados nos anos de 1810-1831 foram batizados 216 filhos não legítimos 29% deste grupo, e 22% do total de 980 crianças batizadas, o segundo grupo que mais batizou crianças não legítimas. No recorte temporal de 1832-1850 nas escravarias com 5 – 9 cativos, foram batizados como filhos e filhas não legítimas 493 crianças (32% do total 1553) e 34% no grupo de batizados naturais (1452 batizados filhos naturais). De 1810-1831 a 1832-1850 houve um aumento por volta de 56% dos escravizados filhos de mães naturais nestas escravarias. Os filhos não legítimos de escravizados batizados em Piratini nas posses dos senhores com 5 até 9 cativos no último recorte temporal analisado, eram 211 batizandos (26% dos 819 batizandos de Piratini, como para o grupo de não legítimos oriundos da localidade nos anos de 1851 – 1862). Entre os anos de 1832-50 e 1851-1862 houve uma queda de 57% dos batizados de filhos não legítimos nas escravarias de 5-9 escravizados.

No grupo de 10 -19 escravizados em 1810-1831 foram batizadas 178 crianças filhas não legitimadas pela Igreja (24% dos 739 filhos não considerados legítimos) e 18% dos 980 batizandos. Na passagem do recorte temporal de 1810-1831 para 1832-1850 ocorreu um aumento de 25% dos filhos naturais no grupo de escravistas de 10-

19 escravizados, saindo de 178 no primeiro recorte temporal para 262 no segundo recorte temporal sendo um aumento de 32% de filhos em que a legitimidade não foi considerada pela Igreja e 17% do total de batizandos. Nos anos de 1851-1862 os filhos de relações não legitimadas batizados neste grupo de escravistas foram 75 crianças (9% do total de crianças batizadas 819) e 9% dos 803 batizandos de filhos naturais. Do segundo recorte temporal para o último período estudado 1851-62 ocorreu uma diminuição de 71% deste grupo de batizandos.

Entre os escravistas com mais de 20 escravizados entre 1810-1831 foram batizadas 50 crianças descritas como filhas não legítimas, 5% dos 980 batismos de crianças nascidas ou batizadas na localidade, e 7% dos filhos não legítimos do período 739. Na passagem de 1810-1831 para 1832-1850 ocorreu um aumento de 44% dos batismos de filhos não legítimos, sendo que foram 89 crianças batizadas com tal quesito, sem o nome do pai, 6% dos 1553 registros de batismos de crioulos nascidos na localidade. No último recorte temporal 1851-1862, houve uma diminuição de aproximadamente 52% (43 crianças batizadas) na questão de filhos não legítimos neste grupo de escravistas com mais de 20 escravizados, tendo 5% do total de 819 escravizados nascidos e batizados na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, o mesmo percentual foi para somente o quesito de filhos não legítimos.

Sobre as crianças batizadas como ilegítimas ou naturais, na maioria dos casos a provável lacuna dos pais dos escravizados "[...] deve ser posta em dúvida, já que pode estar sendo influenciada pela documentação utilizada[502] [...]", como aponta Tarcísio Botelho, ao analisar a demografia e a família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. Exclusivamente "os laços conjugais legalmente sancionados eram levados em consideração. Assim muitos núcleos familiares que apareciam constituídos apenas de mãe e filhos poderiam na verdade contar com a presença de um parceiro masculino fixo, que também dividiria atribuições e encargos".[503] Logo, sobre a questão de legitimidade ou não destas crianças nascidas nas escravarias de Piratini, muitas das vezes elas podem ter sido criadas e/ou conheciam seus progenitores ou padrastos, mas, podem não terem tido o reconhecimento documental de tal fato.

Neste tópico busquei discutir a legitimidade destes batizandos, buscando compreender ou analisar o que pode ter levado a uma queda destes índices. Portanto,

[502] BOTELHO, 1994, pg. 164, APOUD. FREIRE, 2009, pg. 193.
[503] BOTELHO, 1994, pg. 164, APOUD. FREIRE, 2009, pg. 193-194.

porque com o passar dos anos menos crianças foram batizadas de famílias escravizadas reconhecidas pela Igreja?

Segundo Stuart Schwartz “não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre tratamento humano e direitos de propriedade[504]”, provavelmente isso se aplique a outros casais da localidade. Partindo do que afirmado por Sheila de Castro Faria em seu lócus de estudo a Freguesia de Neves, em que os “[...] grandes proprietários não só permitiam como incentivavam o casamento legal de seus escravos, e tinham nesta relação um dos pilares da organização do trabalho[505] [...].” Segundo Faria, em Neves os escravistas com escravarias menores não incentivaram da mesma maneira que os maiores escravistas a formação de família por parte dos escravizados, muito porque não autorizavam por exemplo casamentos com outras escravarias.

Concluo este subcapítulo constatando que se em um primeiro recorte temporal 1810-1831 os batizandos legítimos eram 25% dos batismos de crianças filhas de escravizadas da localidade, em 1832-50 esse índice caiu para 7%, chegando a 2% no último período. Não creio que essa queda fosse resultado de uma falta de interesse dos cativos em continuar se casando, pois, com isso, eles perderiam certos direitos religiosos e de autonomia no cativeiro. Nesse sentido, apoiado na bibliografia aqui discutida, acredito que se tratasse de uma interferência senhorial diante da nova conjuntura pós 1831. No caso de Piratini, a Guerra, o impacto nos rebanhos, o recrutamento de cativos, a proibição do tráfico, o aumento do preço e o comércio interno de escravizados, podem, cada um com o seu peso, ter influenciado esse aspecto da política de domínio senhorial. Se por um lado a Igreja não permitia a venda da família escravizadas, evitar ou proibir casamentos endógenos e exógenos, seria uma possibilidade para vender seus escravizados em um tráfico intraprovincial e interprovincial. Tudo isso tornava as relações do cativeiro mais tensas do que haviam sido há algumas décadas atrás.

3.2 - Os casais de Piratini segundo os Registros de Batismos (1810 – 1862)

[504] SCHWARTZ, 1988, pg. 313.
[505] FARIA, 1998, pg. 333.

No subcapítulo anterior analisei a legitimidade ou não dos batizandos em Piratini nos registros de batismos nos anos estudados e como estavam distribuídos nas escravarias. Nestes próximos subcapítulos quero analisar os perfis de pais e mães, sendo que essas últimas, pelas características da fonte, têm um número maior de informações. Logo, as suas pequenas trajetórias, de certa forma, mostram quantos filhos tiveram, quando obtiveram ou não suas uniões legitimadas e as suas prováveis origens. Nesta primeira parte irei me ater mais a parte quantitativa, relacionando o número de relações legítimas e seus grupos de procedência e naturalidade, e a seguir utilizarei algumas trajetórias e casos para tentar exemplificar e/ou compreender o processo de reprodução natural em Piratini, e para isso, quero entender o perfil das mães e de pais escravizados da localidade, independente de legitimidade das relações ou não.

Assim sendo, quando trato das questões de legitimidade é importante destacar, que no total dos 52 anos analisados a partir dos Batismos (1810 – 1862), de 2342 mães de escravizados batizandos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, 230 (algo em torno de 10%) tiveram suas relações legitimadas pela Igreja, enquanto 90% das mães não tiveram o nome dos pais de seus filhos registrado. Ou seja, as experiências familiares dos escravizados e escravizadas não estavam em sua maioria vinculadas aos “padrões de legitimidade” do mundo escravista, esses sujeitos criaram suas próprias formas de criarem e viverem seus laços parentais e afetivos. Em termos de comparação, para a localidade de Angra dos Reis, segundo Maria Cristina Roma de Vasconcelos, para os anos de 1800-1888, aquelas “famílias legitimadas pelo matrimônio não foram predominantes em Angra, correspondendo a 23,1%, entre 1800 e 1888. As constituídas por mães solteiras e seus filhos, representaram 76,9%. As últimas resultaram, quer de uniões estáveis, quer de encontros acidentais[506]”. Os filhos legítimos, com reconhecimento da Igreja em Piratini eram menores do que em Angra dos Reis e como já demonstrado foram ficando menos evidentes nos batismos.

Vejamos agora a naturalidade e procedência dos casais legítimos de escravizados entre os anos de 1810-1831.

[506] VASCONCELOS, 2006, pg. 104.

Tabela 46 - Legitimidade dos pais e mães de escravizados batizandos: por procedência e naturalidade (1810-1831)

1810 - 1831			
Número das mães Africanas	**Procedência/Naturalidade**	**Número dos Pais Africanos**	**Procedência/Naturalidade**
43	África Central Atlântica	43	África Central Atlântica
1		1	África Oriental
5		5	Crioulos
1		1	S/R
1		1	África Ocidental
1		1	Nação
52	**Subtotal**	**52**	**Subtotal**
3	África Ocidental	3	África Central Atlântica
1		1	África Ocidental
4	**Subtotal**	**4**	**Subtotal**
1	África Oriental	1	S/R
4		4	África Oriental
5	**Subtotal**	**5**	**Subtotal**
10	Africanas da Costa	10	Africanos da Costa
1		1	Crioulo
11	**Subtotal**	**11**	**Subtotal**
1	Nação	1	Crioulo
3		3	Nação
1		1	pai incógnito
5	**Subtotal**	**5**	**Subtotal**
5	Crioulas	5	África Central Atlântica
65		65	Crioulos
2		2	pai incógnito
1		1	índio
2		2	Africanos da Costa
2		2	África Ocidental
77	**Subtotal**	**77**	**Subtotal**
1	S/R	1	S/R
1	**Subtotal**	**1**	**Subtotal**
155	**Total**	155	**Total**

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Ao total foram 151 mulheres nos anos de 1810-1831 com suas relações reconhecidas pela Igreja, sendo que 77 eram crioulas, as que mais tiveram esse tipo

de reconhecimento, sendo 65 com companheiros de mesma naturalidade, no caso também crioulos. Outras 5 crioulas se casaram com escravizados africanos, mais precisamente da África Central Atlântica. Esses homens entre os africanos foram no recorte temporal analisado na tabela, os que mais se casaram, por estes tipos de registros[507] no período: 51 homens. Outras 4 crioulas tiveram suas relações reconhecidas com outros 4 africanos conforme a tabela. Já das 52 mulheres da África Central Atlântica, 43 se casaram com homens escravizados do mesmo grupo de procedência, 5 com homens crioulos, uma mulher da África Central Atlântica casou-se com um africano Ocidental (forro), uma africana Central Atlântica teve matrimonio reconhecido com um africano Oriental, uma mulher africana da região Central Atlântica com um homem sem registro de origem e outra mulher casou-se com um africano descrito como Nação.

Provavelmente essas mulheres optaram por se relacionarem com pessoas que compartilhavam a mesma cultura, pois, como afirma Jonis Freire, "os africanos escravizados trazidos para o Brasil trouxeram consigo suas culturas, experiências e recordações, que eram muitas das vezes ressignificadas".[508] Conforme Maria Cristina Roma de Vasconcelos em seus estudos sobre as famílias escravizadas em Angra dos Reis nos anos de 1801-1888, sobre o perfil dos casais, "Quando os cativos casavam, os cônjuges apresentavam, em geral, características comuns relativas à origem e à propriedade. Tais aspectos acabavam por 'dar uma cara' aos casais[509]".

Ou seja, esses escravizados dentro do leque de opções de relacionamentos buscavam, quando havia a possibilidade se relacionarem com pessoas o mais próximo da sua cultura, e quando não tinham homens ou mulheres que compartilhavam do mesmo modo de ver e viver, dentro do possível mantinham relações com grupos étnicos diferentes. Mesmo assim, acreditamos que tudo possa ser mais complexo e um pouco subjetivo, pois, tendo em vista que algumas procedências como da Costa e nação, não afirmam a localização dos portos reais de embarques destas pessoas, pois são nomenclaturas mais genéricas segundo Gabriel Aladrén.[510]

---

[507] Isto porque não tive acesso aos Registros de Matrimônios de Piratini.
[508] FREIRE, 2009, pg. 327.
[509] VASCONCELOS, 2006, pg. 102.
[510] Sobre isto ver: "O termo 'da costa' era uma denominação genérica para identificar todos os africanos e não somente os provenientes da África Ocidental. Localizei diversos casos de escravos 'da costa' que também foram designados de Benguela, Angola, Moçambique, entre outros. O exame de

As africanas da Costa ao que tudo indica optaram por ficarem entre os próprios grupos conforme os números da tabela, sendo 10 casais descritos como da Costa, somente 1 africana da Costa teve uma relação com 1 crioulo, mas nosso entendimento é que no mesmo caso dos centro africanos casando-se com crioulas é da proximidade destas mulheres e homens (quando centro africanas e de Nação) optaram por seus companheiros serem aqueles nascidos no Brasil, ou seja, eram filhos ou netos de crioulos, mais precisamente os filhos de africanos. As africanas Ocidentais neste período foram 4 escravizadas e 4 escravizados, sendo que apenas 1 mulher se casou com 1 homem da África Ocidental. Os outros 3 homens se casaram 1 com uma mulher da África Central Atlântica, e 2 homens da África Ocidental com 2 crioulas. Sobre os africanos ocidentais Mariza Soares destaca que:

> Os casamentos de mulheres minas têm uma maior diversidade que os das mulheres dos demais grupos de procedência. Enquanto 40% das mulheres minas casam com homens angolas (12/30, ou 4,74 sobre o total) apenas 5% das mulheres angolas casam com homens minas (6/125, ou 2,37 sobre o total). Mais importante ainda é o dado de que nos trinta casamentos de mulheres minas, doze delas casam-se com homens angolas. Somados aos outros quatro casamentos com homens dos outros grupos as mulheres minas atingem um total de dezesseis casamentos fora do grupo, o que corresponde a mais da metade do total de matrimônios[511]

Sobre os casais de procedência da África Central Atlântica e até outros grupos de procedência africana, posso pensar que tenha a mesma valia[512], que Slenes investiga em Na Senzala uma Flor que:

> [...] Primeiro, a grande maioria dos escravos importados para o atual Sudeste do Brasil, desde o final do século XVIII até 1850, vieram de sociedades falantes de línguas bantu, principalmente da atual Angola [...]. Segundo uma característica comum a praticamente todas as sociedades bantu, como aliás a quase todas as sociedades africanas, é o fato de que elas se estruturaram em torno da família concebida em *linhagem* (grifo do autor), isto é, como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns[513].

Partindo da citação acima e aproximando do locus de Piratini, segundo Gabriel Aladrén na fronteira do Rio Grande do Sul entre os anos de 1777-1840, de acordo com os inventários mais precisamente de Cachoeira, Jaguarão e Rio Pardo,

---

outras fontes, como os processos criminais, mostra que não havia correlação entre o termo ‘da costa' e a procedência da África Ocidental.” (ALADRÉN, 2012, pg. 124-125).

[511] SOARES, 1998, pg. 12.

[512] Pois do entendimento da “herança africana”, (SLENES, 2011, pg. 151) irei analisar em um tópico futuro a origem de procedência e naturalidade.

[513] SLENES, 2011, pg. 151.

apresentavam entre os grupos de africanos com maior número originários "[…] da África Central-Atlântica, em uma proporção de 87,2%[514]". Como já descrito no capítulo 2 deste trabalho, segundo Gabriel Santos Berute, o porto de onde partiam os escravizados vendidos a Província de Rio Grande de São Pedro, que era Rio de Janeiro, o porto que mais importou africanos e principal distribuidor de escravizados na América portuguesa[515]. Logo parte da trajetória de Piratini estudada neste trabalho abrange a primeira década do século XIX, ou seja, durante o período colonial certamente provinham dos portos cariocas boa parte dos escravizados africanos de Piratini, pois Berute descreve ainda que o Rio Grande do Sul era um dos importantes mercados da colônia que compravam escravizados do Rio de Janeiro[516], e "[…] eram abastecidos por via terrestre (tropas) ou marítima, com os escravos despachados a partir do porto carioca[517]."

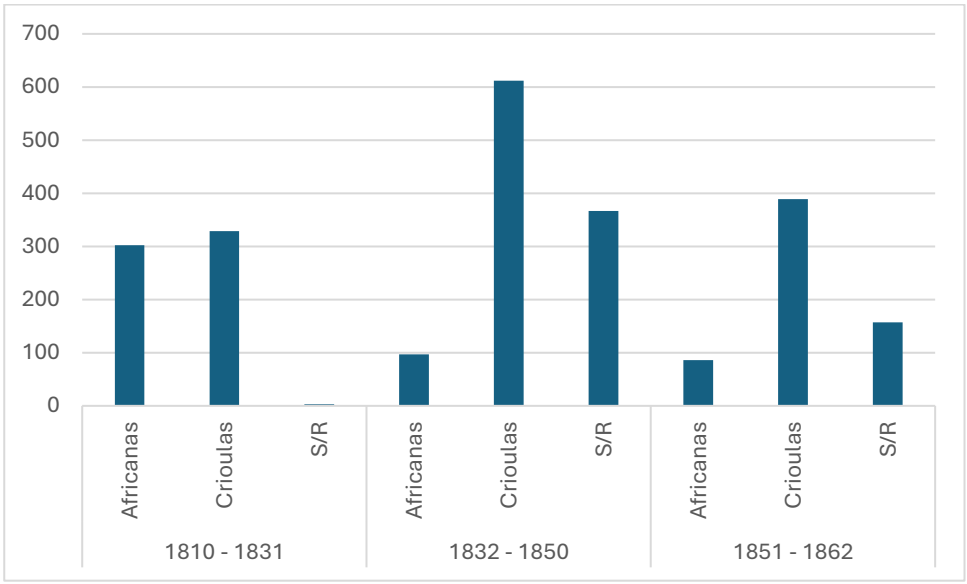
Baseado nos dados acima e no que indicam os inventários neste período, os escravizados oriundos da África Central Atlântica eram predominantes (nos inventários na década de 1810 – 1830 eram 95 escravizados, sendo 76 homens e 19 mulheres) entre os africanos. É necessário apontar que, mesmo neste primeiro período o número de crioulas foi maior em relação ao de africanas, situação semelhante Marcelo Matheus aponta para Bagé, localidade vizinha de Piratini[518].

Quando observamos a africanidade das mães de batizandos legítimos ou não, percebemos que a diferença de crioulas para africanas não era tão significativa nesse momento quanto viria a ser nos períodos posteriores. Percentualmente as mães crioulas em Piratini eram 51%, as africanas eram 48% e as sem registros de origem eram 1% em 1810-1831. Entre 1832-1850 o percentual de crioulas foi de 57%, enquanto as africanas foram 9% e as sem registro de origem foram 34%. Em 1851-1862 o percentual de mulheres africanas subiu para 14% (em termos de números reais houve uma queda, mas o número de mulheres sem registro também diminuiu, assim como o de crioulas), esse aumento percentual deu-se para as crioulas que foram a 61% das mães, e uma diminuição das mães sem registro de origem tanto em números reais quanto percentuais sendo, no último caso 25%.

---

514 ALÁDREN, 2012, pg. 124.
515 BERUTE, 2012, pg. 207.
516 BERUTE, 2012.
517 BERUTE, 2012, pg. 207.
518 MATHEUS, 2016, pg. 90.

Gráfico 7 - Naturalidade e Grupo de Procedência das mães de escravizados batizados em Piratini (1810 - 1862)



Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

No gráfico 7 onde expus os dados sobre as mães crioulas, africanas e sem registros de origem ou procedência, em que número de crioulas sempre foi superior ao de africanas, uma hipótese é que em parte essas mães descritas como crioulas em alguns casos fossem a segunda geração da família. Há um fator que reforça essa hipótese, e me baseio esclarecendo, que a crioula que foi mãe em 1812, provavelmente era filha de uma africana dos anos finais do século XVIII e tenham sido batizadas em outra capela ou paróquia. Esta é uma hipótese pelo fato de que segundo Jayme D'Ávila os livros de "batismos, casamentos e óbitos"[519], estão na Diocese de Rio Grande até o ano de 1810, ou seja, o período anterior a pesquisa aqui realizada.

A diferença de mães crioulas para africanas no primeiro período foi de 27 mulheres. Partindo disto procurei pensar um ponto que seria: quando houve um aumento de mães crioulas em relação as africanas? Haveria a hipótese de que parte das mães africanas em 1810-1831 fossem escravizadas batizadas em Piratini. Logo eram oriundas do tráfico Atlântico? Pensando nestas questões, procurei dividir em uma tabela o número de mães africanas e crioulas entre as décadas de 1810-1820 e 1821-1831. Dessa forma, as crioulas foram maioria entre os anos 1810-1820. Enquanto o número de mães africanas foi superior ao de crioulas na década de 1821-

[519] D'ÁVILA, 2007, pg. 11.

1831. Logo, a primeira resposta as questões iniciais do parágrafo é de que as crioulas eram maioria entre 1810 e 1820, indica que elas eram filhas de cativas já estabelecidas na região ou pertencentes a senhores que foram para Piratini oriundos de Rio Grande no início do século e se estabeleceram na localidade. No entanto, como as charqueadas estavam em forte expansão na década de 1810 e 1820, foi necessário ampliar o tráfico de africanas para trabalharem nas roças de Piratini e isso fez aumentar o número de africanas no período 1821-1831.

Tabela 47 - Africanas e Crioulas mães de escravizados em Piratini (1810 – 1831)

Africanas e Crioulas mães de escravizados em Piratini (1810 - 1831)			
Grupo de Procedência/Origem	1810 - 1820	1821 - 1831	Subtotal por procedência
Africanas	137 (42%)	163 (53%)	300 (45%)
Crioulas	188 (58%)	141 (47%)	329 (55%)
Total	325	304	629

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Um exemplo da tabela acima foi o caso de Maria[520], africana do grupo de procedência da África Central Atlântica, descrita como Congo segundo seu batismo em Piratini no ano de 1819, era escravizada de Domingos Lopes e teve o sacramento feito em Piratini. Quatro anos depois Maria dava à luz em 16/11/1823 a Paulino[521], batizado em março de 1824, ambos escravizados do mesmo senhor, e sem referência ao progenitor de Paulino. No batizado de seu filho, Maria foi descrita como africana de Nação. Outro caso de africana batizada na primeira metade entre os anos de 1810-1831, foi da africana Oriental da costa de leste, Maria[522], adulta, escravizada de Atanásio Luís Godinho, batizada em setembro de 1819. Um pouco mais de 1 ano após seu batismo, a africana deu à luz ao pequeno Nicolau[523], em 06/11/1820, porém batizado em março de 1821, sem citação ao pai do menino, era um filho natural e ambos escravizados (mãe e filho) de Atanásio Luís Godinho. Esses são dois casos que fortalecem a hipótese de que algumas africanas adentradas na primeira década, elevaram o número de africanas mães.

[520] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).,1819, pg. 55 verso.
[521] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1824, pg. 108.
[522] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 70.
[523] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1821, pg. 87 verso.

João da Rosa Machado era um escravista do grupo com 10-19 escravizados em 1810-1831, e em outubro de 1814 levou à pia batismal dois africanos escravizados: Felício[524] e Isabel[525]. Ao que parece João da Rosa Machado já possuía escravizados anterior a este período, dois homens Francisco e Pedro que foram padrinhos de escravizados em outras escravarias, e em 1814 tinha então, segundo os registros de batismos, 4 escravizados. Essa era a "fotografia" daquele momento. Não constam as informações da procedência de Francisco e Pedro, somente de Felício e Isabel. Felício foi batizado em outubro de 1814, adulto, africano de procedência sem registro, assim como Isabel batizada no mesmo dia e adulta. Isabel africana teve 4 filhos entre os anos de 1822-1830: Matheus[526], Felicidade[527], Ana[528] e Luísa[529]. Em 3 dos 4 batismos Isabel foi descrita como africana da Costa, e em outro como de procedência da África Central Atlântica (Rebola). Outra ou a mesma Isabel também foi descrita na posse de João da Rosa Machado, porém, era descrita como crioula e teve 3 filhos: Eufrásia[530], Ana[531] e Felis[532], todos crioulos, e sem o registro do seu progenitor ou progenitores, sendo escravizados de João da Rosa Machado. Pode ocorrer de ser a mesma Isabel, mas é difícil afirmar, logo metodologicamente contei como se fossem duas pessoas diferentes. Tanto a Isabel africana e a crioula tiveram mais de um filho sendo ambos importantes no processo de reprodução natural da escravaria de Machado.

Retomando a análise do número de mães africanas, esse grupo de mulheres foi diminuindo ao longo do tempo, embora, a maior queda na africanidade das mães deu-se de 1810-1831 para 1832-1850, foi de 302 para 97 respectivamente, algo em torno de 68% de decréscimo nas africanas, enquanto em 1851-1862, foram 85 mães escravizadas africanas, ou seja, uma diminuição de aproximadamente 12%. Esta queda no número de mães escravizadas de procedências africana pode ser um efeito das leis antitráfico, ou pelo processo de aumento de mulheres crioulas que entraram em fase reprodutiva nas primeiras décadas de 1830, tornando menos necessário

[524] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1814, pg. 28 verso.
[525] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1814, pg. 28 verso.
[526] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1824, pg. 110,
[527] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1825, pg. 119.
[528] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1827, pg. 130 verso.
[529] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1830, pg. 156 verso.
[530] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1818, pg. 50 verso.
[531] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1819, pg. 69 verso.
[532] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1822, pg. 95.

importar mulheres africanas. Isso fazia com que o processo de africanidade, e os efeitos do tráfico Atlântico de seres humanos, estivesse ligado ao processo de reprodução natural – um aspecto importante na análise das escravarias de Piratini. Essa hipótese da relação entre tráfico Atlântico e reprodução natural, pelo que compreendi, é um aspecto proposto por Marcelo Matheus em sua tese de doutorado, sobre a localidade de Bagé, em que:

> Apesar do maior número de crioulas, estas eram descendentes, diretas ou não, de africanas, tendo, assim, muita influência da cultura reprodutiva e de criação dos filhos, dentro dos limites colocados pela sociedade escravista em questão, de suas mães e/ou ascendentes. Por isso, não devemos desprezar a influência de padrões africanos sobre a reprodução natural das escravarias brasileiras ao longo do século XIX, mesmo em regiões onde número dos escravos trazidos via tráfico atlântico não tenha sido maior que o de crioulos[533].

Logo, isto vai ao encontro da hipótese de que as crioulas das duas primeiras décadas entre 1810-1830, fossem filhas de africanas introduzidas no tráfico Atlântico ainda no século XVIII, passando então um legado de sua cultura natal e a ressignificando em terras luso-americanas. Como na virada do século XVIII Piratini era um mero povoado pertencente à vila de Rio Grande, é possível que os primeiros africanos cativos ainda fossem de proprietários da vila que migravam para a fronteira do Rio Grande em busca de novas terras. Foram os primeiros povoadores e fundadores da freguesia de Piratini.

Esse aspecto cultural daria um sentido de união a estas pessoas, o que tornaria possível uma maior quantidade de casamentos naquele grupo de procedência. Um exemplo deste tipo de relação seriam os pais de Abel[534], crioulo, batizado em 1811, sua mãe era Francisca, escrava de José Rodrigues Barcelos, africana Central Atlântica casada com Antônio, escravo do mesmo senhor, de procedência da África Central Atlântica ambos descritos como angolas. Ou seja, o fato de serem de uma mesma região (e aqui penso em uma região extensa), pode ter lhes aproximado, um exemplo pode ter sido a religião, a língua, etc., além claro das agruras da vida em cativeiro, que lhes daria um sentido de solidariedade. Enquanto aos crioulos tanto homens quanto mulheres, talvez fossem descendentes de outros centro africanos o

[533] MATHEUS, 2016, pg. 91.
[534] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 4.

que aproximariam culturalmente, de seus companheiros e companheiras, pois herdariam de seus pais a cultura oriunda da terra natal. Ao analisar os casais de escravizados da Zona da Mata mineira, Jonis Freire considera que o "papel da família[535]" de africanos:

> [...] foi fundamental para a manutenção dessas culturas. Foi por meio delas que muitas das tradições africanas foram mantidas. Outrossim, os laços familiares e de parentesco desses cativos garantiu-lhes um espaço de autonomia e resistência. Os africanos muitas vezes se reconheciam em um grupo de parentesco, —pouco importando o local onde estavam. Era essa memória familiar intergeracional ancorada na família que lhes permitiu manter suas tradições fora da África[536].

Logo, acredito que existia uma relação entre africanidade e "crioulização", pois, provavelmente, muitos dos pais (tanto mães, quanto pais) dos escravizados crioulos e crioulas (no caso os avós maternos e paternos dos batizandos) que casaram-se e fossem descendentes de africanos oriundos da África Central Atlântica, podem ter buscados em seus parceiros e parceiras pessoas que conseguissem compartilhar a cultura originária da África, assim como ressignificando algumas das práticas culturais de seus antepassados, alguns talvez não tão distantes. E será importante esse processo de "crioulização" logo mais no texto para a questão da reprodução natural.

Dos 155 pais presentes nos registros de batismo analisados nos anos de 1810 – 1831, 153 eram escravizados dos quais estavam 77 africanos escravizados, sendo 51 da África Central Atlântica, 5 africanos Orientais, 4 africanos Ocidentais, 12 africanos da Costa e 4 africanos de Nação. Entre os pais de origem da África Central Atlântica, estava José, descrito como do Congo, escravizado de Manoel José Ribeiro. O africano José era casado com a também africana da região Central Atlântica, Tereza, contudo descrita como Benguela, e assim como seu marido escravizada de Manoel José Ribeiro. Tratava-se de um casal endogâmico do ponto de vista de grupo de procedência e de escravaria. O casal de africanos segundo os Registros de Batismos teve uma filha de nome Gertrudes[537], que ao que tudo indica teve uma vida longa e parte de sua trajetória será descrita no transcorrer dos próximos tópicos.

Portanto, esses escravizados de procedência se não a mesma, mas próximas buscavam em seus companheiros possibilidades de partilharem pessoas que dos

---

[535] FREIRE, 2009, pg. 327.
[536] FREIRE, 2009, pg. 327.
[537] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 102; 1823.

mesmos referenciais culturais, das mesmas heranças africanas que certamente transcenderam por outras gerações se ressignificando. Na tabela a seguir vou apresentar os dados dos casais legítimos de 1832-1850.

Tabela 48 - Legitimidade dos pais de escravizados Batizandos: por procedência e naturalidade (1832-1850)

Número das mães Africanas	Procedência/Naturalidade	Número dos Pais Africanos	Procedência/Naturalidade
1	África Central Atlântica	1	África Central Atlântica
1	**Subtotal**	**1**	**Subtotal**
3	Africanas sem distinção de procedência	3	Africanas sem distinção de procedência
1		1	Crioulos
4	**Subtotal**	**4**	**Subtotal**
34	Crioulas	34	Crioulos
2		2	Africano da Costa
1		1	S/R
1		1	África Central Atlântica
1		1	África de Nação
2		2	Africano sem distinção de procedência
41	**Subtotal**	**41**	**Subtotal**
1	Nação	1	Estreito
1	**Subtotal**	**1**	**Subtotal**
18	S/R	18	S/R
18	**Subtotal**	**18**	**Subtotal**
Total de casais	65		

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Na tabela 48 descrevemos 65 casais, porém um destes não era legitimado, e sim o filho escravizado era de uma relação entre a mãe e o escravista[538]. E dois pais foram descritos como forros[539], logo eram 63 casais de escravizados legitimados em Piratini, em 41 havia crioulas registrados das quais 34 tinham suas relações legitimadas com crioulos, ou seja 82%, do mesmo grupo de naturalidade, 8 crioulas

[538] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1840, pg. 243, 1840.
[539] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1834, pg. 191 verso. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.) 1849, pg. 364 verso.

casaram-se ainda com 2 africanos de procedência da Costa, 1 da África Central Atlântica, 1 de Nação, 2 africanos sem distinção de procedência e 1 crioula casou-se com um escravizado sem registro de origem. O segundo grupo com mais relações legitimadas ou que o pai teve o nome no registro foram aqueles sem registro de origem, 18 mulheres que se casaram 18 com homens sem registro de origem. Sobre esse grupo sem registro de origem há duas hipóteses: uma a questão do "esquecimento" dos padres e a outra pelo período compreendido de 1832-1850 em que os padres juntamente com os escravistas de diminuir dos registros o número de africanos, devido as leis antitráfico.

Outra hipótese é que talvez isso aos olhos dos responsáveis pelos registros fossem menos "importante" destacar a africanidade de mães e pais de escravizados, pois, inclusive os africanos não tiveram sua procedência descrita. Teria partido dos próprios se identificarem como africanos em alguns casos? Difícil afirmar, mas partindo dos processos-crimes onde os escravizados afirmavam sua africanidade, porém variando a procedência, é uma hipótese a ser considerada. Quanto aos inventários em muitos casos foram destacadas as procedências dos africanos(as), mas a questão é se eram eles ou elas quem afirmavam ou os tabeliões, pelo fato de dizer na descrição que eram angolas ou de Nação, provavelmente fossem eles mesmos ao se autodeterminarem assim como no caso dos escravizados envolvidos em processos-crimes.

Se no primeiro período havia 52 mulheres de procedência da África Central Atlântica com relações legitimadas pela Igreja, no período posterior foi apenas uma casada com um africano do mesmo grupo. Uma escravizada africana de Nação não foi casada, porém teve relações afetivas (que destacarei mais adiante), com um homem tinha origem descrita como do Estreito[540], acredito que fosse uma localidade de Portugal. Na tabela a seguir vou apresentar os dados de 1851-1862, sobre os casais legítimos da localidade.

Tabela 49 - Casais legítimos de escravizados Batizados: por procedência e naturalidade (1851 – 1862)

Casais legítimos de escravizados Batizados: por procedência e naturalidade (1851 – 1862)			
Número das mães Africanas	Procedência/Naturalidade	Número dos Pais Africanos	Procedência/Naturalidade

[540] Fonte: https://cm-oleiros.pt/freguesias/estreito-vilar-barroco/

2		2	Crioulos
1		1	Nação
1	Crioulas	1	Africanos sem distinção de procedência
4	**Subtotal**	4	**Subtotal**
8		8	S/R
1	S/R	1	Crioulo
9	**Subtotal**	9	**Subtotal**
1	Africana de Nação	1	Crioulos
1	**Subtotal**	1	**Subtotal**
Total de casais	14		

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Nos anos de 1851-1862 ao que se refere a naturalidade e procedência das 4 crioulas que tiveram suas relações legitimadas 2 se casaram com outros crioulos, uma com um homem sem registro de origem e outra crioula escravizada com um africano sem registro de procedência. Oito mulheres sem registro de origem casaram-se com 8 homens que também não tiveram a essa informação fornecida; uma mulher sem registro de origem casou-se com um homem crioulo, e por fim uma mulher africana de Nação casou-se com um crioulo.

Havia também nos registros de batismos, relações de escravizadas e escravizados com homens e mulheres livres, e homens forros, o que a historiografia denomina como casais mistos. Sobre as relações dos casais mistos, em questão de condição social, e casais de escravizados, segundo Adriana Dantas Reis na Freguesia de Nossa Senhora do Ó de Paripe:

> foram realizados pelo menos 353 casamentos, dos quais 154 (43,6%) envolveram escravos, 138 (39,09%) entre livres e 20 (5,66%) de forros. Para os escravos do mesmo senhor, registramos 113 casamentos (226 escravos, 74,3%), apenas 6 de senhores diferentes (12 escravos, 4%) e 31 casamentos mistos (20,3%), entre escravos e libertos ou livres, ou seja, pelo menos 269 escravos estavam casados, em Paripe, num período de 52 anos, número significativo, se comparado com os dados apresentados pela historiografia para outras freguesias rurais e urbanas da Bahia[541].

Em Piratini por não ter tido acesso aos registros de casamentos dos escravizados da localidade, a média é baseada nos batismos, e no período de 1810-1831, todos os casais de escravizados (155) descritos eram da mesma escravaria. Destes 155 casais 3 eram mistos (2%), duas escravizadas eram casadas com homens

[541] REIS, 2009, pg. 2.

livres e uma escravizada era casada com um forro. Da união do casal misto Vicência, crioula, escravizada de João Alvares de Castro e Miguel, índio, livre nasceram os gêmeos Fileno[542] e Ileno[543], ambos pardos, crioulos, nascidos em 20/09/1811 e batizados naquele mesmo mês e ano. Esse era um casal interétnico, uma mulher crioula, escravizada e um homem indígena. As condições para formação deste casal podem ter sido várias, em alguns processos-criminais já analisados em pesquisas anteriores havia citações de índios livres trabalhando juntamente com escravizados, então é de se supor que fosse esse o desenrolar da história do casal. Marcelo Matheus destaca que em Bagé houve dois casos de "duas índias casadas com escravos".[544]

Na escravaria de Bernardo Dias de Castro, a escravizada Ana, de procedência da África Central Atlântica, teve um relacionamento com Manoel da Cruz, homem livre, o casal eram pais de Pedro[545], crioulo, nascido em 25/11/1818 e batizado no mês de dezembro daquele ano. Outro casal misto deste período foi na escravaria de Manoel Correia da Silva e Rosa Correia da Silva, entre Isabel, escravizada do referido casal, tinha como grupo de procedência atribuída a ela a África Central Atlântica, enquanto seu marido o forro Pedro, era africano de Nação, ambos tiveram o pequeno Vicente[546], nascido em 22/11/1821 e batizado no mês de dezembro daquele ano.

Durante os anos que transcorreram de 1832-1850 dos 65 casais dos Registros de Batismos, 2 foram mistos (3%), nas escravarias de 1-4 escravizados, 2 escravizadas uma crioula e outra sem registro de origem eram casadas com homens forros, eram elas Maria mãe de Vicência[547], batizada em outubro de 1834, nascida em 16/10/1834, ambas escravizadas de Maria Joaquina de Sousa. Maria era casada com José, preto e forro. João[548], crioulo, nascido em 19/06/1848, batizado em fevereiro de 1849, era filho legítimo de Merenciana Maria e Felisberto Camargo, ela escravizada de Florência Vaz, e ele era forro. Maria, crioula, nascida em 1°/09/1839, natural de Maria, preta, africana descrita como procedência Nação, escrava de Narciso José da Silva, ao que tudo indica Maria crioula, seguiu sendo escravizada de seu pai Narciso José da Silva, pois, consta somente que este "declarado que reconhecia a maria por

[542] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 9.
[543] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 9.
[544] MATHEUS, 2016, pg. 107.
[545] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1818, pg. 61.
[546] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1821, pg. 90 verso.
[547] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1834, pg. 191 verso.
[548] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1849, pg. 364 verso.

sua filha natural herdeira de todos os seus bens[549]". Segundo Sheila de Castro Faria em Neves:

> Pode-se entender, com facilidade, os casamentos de escravos com mulheres livres, em termos familiares, já que os seus filhos nasceriam livres. Foram, entretanto, minoria: 43,2% dos matrimônios deram-se entre homens escravos e mulheres livres/forras e 56,8% entre escravas e homens livres/forros. Mais difícil, e considerando ser a relação predominante, é entender os motivos que levavam livres/forros a ter filhos escravos. Embora nada de definitivo possa, ainda, afirmar, algumas hipóteses podem ser levantadas: a primeira seria a presença do amor ou de preferências sexuais fortes; a segunda, e talvez mais provável para a maioria dos casos, seria o interesse de alguns homens, despossuídos, em ter acesso a terras dos donos das escravas; uma terceira poderia ser a existência de um mercado matrimonial restrito, com uma menor proporção de mulheres livres/forras e disponíveis para o casamento[550] [...]

Em Piratini esses tipos de relações entre escravizadas e livres, escravizadas e libertos, possivelmente o caso da preta Maria escrava de Narciso não havia uma relação de amor e sim uma relação de preferência sexual, ou até mesmo de abuso por parte do escravista, pois, ao que tudo indica a escravizada não foi liberta, nem sua filha naquele momento, embora em algum momento a pequena Maria crioula tenha herdado os bens de seu pai. Outro caso de envolvimento de uma escravizada Teresa e o livre José Justo Oroná, que originaram no concebimento de Hermenegildo, em que embora o pai tivesse seu nome registrado, o menino fruto da relação do casal foi descrito como "natural", o que pode nos fazer pensar em uma relação não legítima, talvez, sendo uma relação cotidiana.

E no caso das escravizadas com os forros muito provavelmente estejam na primeira hipótese de amor e questões de relações sexuais entre as escravizadas e libertos, embora, muito possivelmente para aqueles homens encontrassem na sociedade Piratini a possibilidade de contrair matrimônio com mulher não escravizadas, até pela condição social que certamente se encontravam esses sujeitos. Outro caso de relacionamento misto, mas, em que o marido era escravizado, por isso seu filho ser livre, foi entre Cecilia Maria Maximiliana, livre e os escravizado Braz Vieira, sem registro de origem e naturalidade, cativo de Candido de Azambuja. O casal entre a mulher livre e o escravizado gerou o pequeno João[551], crioulo, sem data de nascimento registrada, batizado em agosto de 1850, certamente não sofreu

[549] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1840, pg. 243.
[550] FARIA, 1998, pg. 317.
[551] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1850, pg. 382 verso.

as agruras do cativeiro pelo fato de ser de ventre livre, porém, certamente viu e ouviu de seu pai como era sua experiência na escravaria de Candido de Azambuja. Possivelmente esse não fosse o único casal entre mulher livre e escravizado, talvez em outro tipo de documentação seja mais visível como os registros de matrimônios, por hora, esse foi o único caso nos registros de batismos nos livros referentes a escravizados, pelo fato, de os filhos em eventuais outros casais eram de ventre livre, há probabilidade de estarem nos livros de registros de batismos de pessoas livres, conforme Marcelo Matheus a dúvida que se tem são "[...] quantas mulheres mais viviam em mancebia com cativos, mas sem legitimação perante à igreja, e, com isso, conseguiram agregar-se em terras dos senhores de seus amasios[552] [...]." Quanto ao último período estudado (1851-1862) não houve ocorrência de casamentos mistos nos batismos, sendo que os casais se deram nas próprias escravarias.

É importante ressaltar que em todos os períodos os casamentos entre escravizados foi endogâmico no sentido de serem entres parceiros de escravaria. Essa escolha pode em muitos casos ter partido dos próprios escravistas, quanto dos escravizados, pois, como já descrito anteriormente seria complicado para os escravistas a discussão da posse dos filhos dos casais em caso de escravarias diferentes. Possivelmente esses escravizados dividiam as suas angústias, esperanças e laços ancestrais trazendo um sentimento de pertencimento e companheirismo, pois segundo Robert Slenes:

> Provavelmente algumas das vantagens do casamento para os escravos – e não as menos importantes – teriam sido as de ordem emocional e psicológica: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, na luta para enfrentar privações e punições. A 'mão amiga', contudo, só atua de acordo com um determinado conceito de 'consolo', que necessariamente atribua significados ao mundo externo; isto é, as vantagens emocionais e psicológicas que a família teria conferido aos escravos não podem ser analisados independentemente de sua vida material e cultural.[553] [...]

Maria Cristina Roma de Vasconcelos destaca que em Angra dos Reis "[...], entre os casais localizados apenas nos registros de batismos, as uniões entre cativos de mesmo senhor também foram predominantes, correspondendo a 456 (98,1%) dos 465 casais. Dois (0,4%) casais foram formados por cativos de senhores diferentes[554]."

[552] MATHEUS, 2016, pg. 107.
[553] SLENES, 2011, pg. 157.
[554] VASCONCELOS, 2006, pg. 117.

E essa era uma tendencia juntamente a casais que além da procedência/origem também se casavam entre a mesma escravaria, quando da mesma condição social. Nos Registros de Batismos de Angra dos Reis, segundo Vasconcelos, “os casais que compareceram às cerimônias de batismos ou que foram localizados nos registros de casamentos de Angra dos Reis envolveram, em grande parte, escravos do mesmo senhor.”[555]

Portanto não era somente o “casar-se” e sim todo o projeto de vida, dentro daquele sistema, a possibilidade de formar uma família, ter entes próximos, o caso inclusive de ter a sua “casa” fora do convívio dos demais companheiros de escravarias. Uma questão que me suscitou refletir sobre ser da mesma escravaria ou não, ou no caso o pool de possíveis pretendentes é que possivelmente, os pais de filhos naturais e ilegítimos fossem de escravarias diferentes das mães, ou que nas pequenas escravarias como demonstrado na tabela do tópico anterior, a legitimidade era menor os escravistas dificultassem esse tipo de relação. Iniciei o tópico anterior com o caso de Catharina e José e de Romana e José, ao que parece, esses pertenciam a escravistas com poucos cativos, mas, que mantinham relações com escravizados de outras escravarias, logo a possibilidade de contrair matrimonio era menor, o que tenha levado essas pessoas a buscarem sua autonomia por vias de participarem ou não de agressões contra os escravistas.

O fato que é legitimada ou não, essas relações elas existiram e talvez tenham sido duradouras. No tópico a seguir vou analisar o perfil das mães dos escravizados, as escravarias em quais estavam inseridas e seus companheiros quando foram registrados. Um dos pontos desta pesquisa é a questão da reprodução natural e para analisar isto vou apresentar a média de mães por filhos apresentando alguns casos em que essas mulheres e seus filhos tiveram partes de suas trajetórias documentadas.

[555] VASCONCELOS, 2006, pg. 118.

3.3 - “Que com efeito este casal de escravos até o presente nos tem servido de muito boa vontade e dado a produção de 8 filhos, de que existem sete[556]: As mães e a reprodução natural de escravizados em Piratini

Em 08 de maio de 1810, a escravizada Maria, Benguela, deu à luz a pequena Galiana, batizada em julho de 1810, ambas escravizadas de José Joaquim Aires. Naquele mesmo mês de julho de 1810, o Padre Jacinto José Pinto Moreira batizou Januário, nascido em 1º de julho de 1810, filho de Maria ambos eram escravizados de Luís Antônio dos Reis. Tanto José Joaquim Aires, quanto Luís Antônio dos Reis eram escravistas que levaram apenas uma criança a ser batizada nos anos de 1810-1831, estando ambos no grupo de pequenos escravistas com 1-4 escravizados. José de Farias da Rosa que segundo esta pesquisa encontrava-se no grupo de 10 - 19 escravizados, levou a pia batismal 10 cativos, todos nascidos em sua posse, filhos de três mães Filipa, Maria e Tereza cativas do referido Rosa. Filipa, crioula deu à luz a Quintiliano[557] e Matheus[558], ambos filhos não legítimos (ilegítimo e natural respectivamente), enquanto a escravizada africana Tereza teve duas filhas, uma descrita como ilegítima, a pequena Angélica[559] e uma filha onde sua relação com o escravizado Ambrósio, Cassange e assim como sua esposa era escravizado de José de Farias da Rosa. Da relação legitimada do casal de africanos nasceu a pequena Ana[560] batizada em novembro de 1818, e nascida em 12/10/1818. Importante destacar que Tereza, no batismo de Angélica, foi descrita como Banguela e quando do batismo de Ana, Tereza foi descrita como Mina de procedência diferente de seu marido Ambrósio. Mais adiante irei discutir esses tipos de relações de forma quantitativa, mas, aqui fica um exemplo deste tipo de relações nas escravarias. Maria por sua vez, teve dois filhos não legítimos e sem o nome do pai. Os dois meninos eram chamados de Ambrósio[561], ambos batizados no mesmo ano de 1819 e com os mesmos padrinhos, seus companheiros de senzala que eram o casal Ambrósio e Thereza[562].

---

[556] AHRS – Fundo: Polícia - Códices– Município Piratini – Localização: Códice 317.Registro de uma Carta de Liberdade passada por **Francisco Garcia de Vasconcelos** e sua mulher, pg. 55 a 57 verso, **Piratini**, 24.09.1844. Agradeço gentilmente ao Professor Paulo Roberto Staudt Moreira que me cedeu as fotos da presente documentação.
[557] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 6 verso.
[558] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1818, pg. 52 verso.
[559] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 10.
[560] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1818, pg. 52 verso.
[561] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.) 1819, pg. 64 e 64 verso.
[562] Mais adiante vou analisar melhor este apadrinhamento.

No mesmo recorte temporal, porém na escravaria de Francisco Garcia de Vasconcelos, Maria, africana, teve seis filhos batizados na Igreja, e no decorrer de sua trajetória teve 4 dos 6 tidos como filhos naturais entre os anos de 1818 – 1824, provavelmente neste transcurso de tempo ela tenha juntamente com seu marido Manoel, também africano e escravizado do mesmo Francisco Garcia, conquistado o direito de legalizarem uma relação que já existente, pois 10 anos após o registro do primeiro filho em 1828, tiveram sua primeira filha legítima[563].

Estes foram alguns dentre os casos neste período de 1810-1831 de mães que tiveram mais de um filho. Na tabela 50 apresentarei os dados gerais de legitimidade, do número de batizandos nascidos de ventre de escravizadas em Piratini e a quantidade de mães.

Tabela 50 - Legitimidade dos batizandos e quantidade de mães escravizadas em Piratini (1810 - 1862)

Legitimidade	1810 – 1831		1832 - 1850		1851 - 1862	
	Qtd. de legitimidade	Qtd. de mães	Qtd. de legitimidade	Qtd. de mães	Qtd. de legitimidade	Qtd. de mães
Não legítimos	739 (75%)	479 (76%)	1452 (93%)	1012 (94%)	803 (98%)	618 (98%)
Legítimos	241 (25%)	155 (24%)	101 (7%)	64 (6%)	16 (2%)	14 (2%)
Total	980 (100%)	634 (100%)	1553	1076 (100%)	819	632 (2%)

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Ao observar a tabela 50, o leitor verá que em uma coluna constam os escravizados batizandos em Piratini (já analisados no tópico anterior) e na outra coluna o número de mães. É importante destacar que nos anos de 1810 – 1831 as escravarias com 1 a 4 cativos, tiveram uma pluralidade maior de mães dos 295 descritos como batizandos não legítimos: havia 263 mães e destas apenas 25 tiveram mais de um filho sendo batizados. Nos grupos de 5 a 9 escravos dos 216 batizados não legítimos, 108 mães tiveram seus nomes registrados como de pelo menos um filho e 50 foram mulheres tiveram mais de uma vez filhos sendo batizados. Chama a atenção que nas escravarias com 5 até 9 cativos, a média era 2,0 batizando por mãe entre os não legítimos esse número é próximo no mesmo período aos filhos descritos como legítimos nas escravarias com mais de 20 escravos e os não legítimos nas

[563] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, 1820, 1822, 1824, 1828, 1830; pg. 53, 77 verso, 94, 108 verso, 147 verso, 158.

escravarias de 10 – 19 e mais de 20. Os escravizados batizados como não legítimos nas escravarias com 10 a 19 cativos a média de filhos por mães foi de 2,1 (havia 178 batizandos, 84 mães e destas 47 tiveram mais de um rebento), assim como as com mais de 20 escravos que era de 2,1 filhos por mães (50 batizandos, 24 mães e 9 com mais de um filho). Ou seja, muito provavelmente nessas escravarias as cativas mesmo que forma ilegítima perante a Igreja, formaram seus núcleos familiares comparadas a outros grupos uma “alta” taxa de “natalidade”.

Por outro lado, neste primeiro recorte temporal cotejado observamos que dos 27 batizandos em escravarias com 1-4 havia 26 mães das quais apenas 1 teve mais de um filho, com uma média de um filho por mãe. Em escravarias de 5 – 9 cativos dos 63 batizandos havia 50 mães sendo que 15 tiveram mais de um rebento recendo o primeiro sacramento, e uma média de 1,3 mãe por filho. As escravarias com 10 – 19 escravos foram batizados 72 crianças, que tiveram o nome de mães registradas, sendo que 18 tiveram mais de um filho ou filha com uma média de 1,8 filho mãe. As escravarias com mais de 20 escravizados tiveram 79 batizandos e batizandas, dos quais havia 38 mães sendo que 18 tiveram mais de um filho e com uma média de 2,1 filho por mães, o que indica que estes escravizados tiveram uma capacidade mais efetiva de agenciarem seus projetos de construção ou formação familiar, ocasionando assim no processo de reprodução natural.

Entre os pais, as escravarias de 1-4 cativos tinham 40 pais sendo 38 escravizados; e 2 descritos como sem registro de condição; nas escravarias de 5-9 escravizados havia 43 pais sendo que 41 eram escravizados e 2 pais livres, destes livres 1 era descrito como índio. Os pais nas escravarias de 10-19 eram 39 todos escravizados; e as escravarias com mais de 20 cativos tinham 38 pais todos escravizados.

No segundo período estudado entre 1832-1850, dos 1553 batizandos em Piratini, havia 1076 mães, sendo 64 (6%) que tinham suas relações reconhecidas pela Igreja, 1012 (94%) não tiveram os nomes dos seus parceiros descritos nos registros de batismos de seus filhos. Neste mesmo período a média de filhos por mãe foi de 1,4 para filhos naturais por mães e 1,6 filhos por mães entre os filhos legítimos.

Dividindo os batizandos por escravarias e legitimidades observamos que nos anos de 1832 – 1850 dos 1553 batizandos, 1452 eram filhos não legítimos em que nas pequenas escravarias (1- 4) foram 608 (38%), sendo registradas 520 (48%) mães e 68 (23%) com mais de um rebento batizando, e uma média de 1,2 filhos por mães.

Nas escravarias de 5 – 9 escravizados o número de 493 (32%) batizandos, 307 (29%) mães onde 117 (40%) tiveram mais de um filho, em uma média de 1,6 filhos por mães. Nas escravarias com 10 – 19 escravizados dos 262 (17%) batizandos, foram registradas 149 mães (14%), em que 67 (23%) tiveram mais de um filho, a média de filhos por mães neste grupo era de 1,8, enquanto as escravarias com mais de 20 cativos foram 89 batizandos (6%) não legítimos e havia 36 mães (3%), onde 19 (7%) tiveram mais de um filho e uma média de 2,5 filhos por mães.

Entre os 101 batizandos legítimos, 15 foram levados a pia batismal por escravistas de 1 – 4 cativos, 14 mães foram registradas e apenas uma teve mais de um rebento, a média de filho por mãe foi de 1,1 neste grupo; nas escravarias de 5 – 9 cativos foram 29 batizandos, 20 mães em que 4 (1%) tiveram mais de um rebento batizado e tendo uma média de 1,5 filho por mãe. As escravarias com 10 – 19 escravizados foram 33 batizandos e 21 mães, onde 9 (3%) tiveram mais de um filho e a média de 1,6 filho por mãe; nas escravarias com mais de 20 escravizados foram 24 batizandos tendo 9 mães, onde 7 (2%) destas tiveram mais de um rebento e a média de filhos por mães foi na casa de 2,7.

No último recorte temporal de 1851-1862 dos 819 batismos de escravizados, foram registradas 632 mães, sendo que destas 14 (2%) eram casadas e tiveram seus companheiros nos registros de batismos de seus filhos e 618 (98%) mães não tiveram seus companheiros descritos; e a média de filhos escravizados por mães nos anos de 1851-1862 foi de 1,3 filho por mãe entre naturais e sem registro de legitimidade e 1,1 entre os legítimos.

Os batizandos descritos como não legítimos foram ao total 803, destes 474 estavam em escravarias com 1 – 4 cativos, 418 (66%) mães foram registradas pelos párocos e 46 (36%) tendo mais de um filho, a média de filho por mãe foi na casa de 1,1. Os escravistas com 5 – 9 cativos levaram a pia de batismo 211 (26%) crianças, filhos de 128 (20%), das quais 52 (41%) tiveram mais de um filho, e uma média de 1,6 filho por mãe; enquanto as escravarias de 10 – 19 escravizados foram batizadas 75 (9%) crianças, filhos de 48 (8%) mães, em que 19 (15%) tiveram mais de um filho, nesse grupo a média de filho por mãe foi de 1,6. As escravarias com mais de 20 escravizados tiveram 43 (5%) crianças batizadas, 24 (4%) mães registradas das quais 9 (7%) tiveram mais de um rebento a média de filho por mãe foi de 1,8.

Entre os filhos legítimos de 1 - 4 escravizados dos 3 batizandos (0,4%), havia 3 mães sendo uma média de 1 filho por mãe. Nas escravarias de 5 – 9 cativos foram

batizados 7 (0,9%) crianças descritas como legítimas, sendo 6 mães e uma (1%) com mais de um rebento batizado e uma média na casa de 1,16 filho por mãe; os escravistas com 10–19 cativos levaram a pia batismal 2 (0,2%) crianças escravizadas, e duas mães foram registradas tendo uma média de um filho por mãe; nas escravarias com mais de 20 escravizados foram 4 (0,5%) crianças batizadas e 3 mães registradas, sendo uma (1%) com mais de um filho, e uma média de 1,33 filho por mãe.

Quanto aos pais dos escravizados nesta tese acredito ser importante destacá-los quantitativamente e qualitativamente, embora fossem segundo os registros de batismos um número menor do que de mães, alguns foram citados quando batizandos eram filhos legítimos e em um caso quando natural. Existe a probabilidade de que muitos dos que não foram citados, fossem por puro preconceito dos padres na hora do assento em não reconhecer aquelas relações entre escravizados, ou por esquecimento, como ocorreu em um caso. Mas pelo que viemos demonstrando em alguns casos, seus filhos sejam eles de sangue ou não, tinham guardadas as memórias. Neste sentido em Piratini havia entre os pais escravizados no recorte temporal de 1810-1831, 153 pais escravizados. Ao que consta os pais escravizados entre os anos de 1832-1850 foram 61 cativos; no recorte temporal 1851-1862 foram 14 pais que tiveram seus nomes citados nos registros de batismos.

Como analisado em subcapítulo anterior, provavelmente as quedas nas taxas de legitimidade estivessem vinculadas aos recrudescimentos de direitos costumeiros dos escravizados, ou seja, o aumento das tensões nas escravarias, fez com que direito de possuir uma família legalizada perante os sacramentos católicos diminuíssem conforme o tempo. A possibilidade dessas cativas e cativos com o transcorrer do tempo foi diminuindo fazendo com que o projeto familiar dos escravizados continuasse, porém ao invés da legitimação da Igreja, e dos escravistas, essas famílias se formassem de forma não legítima perante as classes mais hierárquicas em Piratini. Logo, somando as leis antitráfico e a dificuldade de se obterem mão de obra africana pelos elevados preços, os escravistas optassem por não casarem legalmente seus cativos, pois como a Igreja proibia a venda da família, e de alguma maneira isso pudesse interferir nos interesses senhoriais. Mas como podemos observar pela tabela acima os índices de nascimento cresceram entre 1810-1831, ocorrendo assim um aumento da reprodução natural na localidade.

Retomando as mães para análise é preciso ser descrito que em uma mesma escravaria, por exemplo, algumas mulheres tiveram mais de um filho. Um exemplo

disto foi Joana, crioula, escravizada de Manoel Rodrigues Barbosa, que teve 6 filhos batizados e uma Joana, escravizada do mesmo Manoel, africana, que teve 1 filho batizado, sendo que esta não teve o pai descrito, sendo mãe natural, logo considerei duas escravizadas.

Outro caso foi Maria, crioula, escravizada de José Dutra de Andrade que entre os anos de 1832-1850, teve 9 filhos batizados, e na mesma escravaria havia uma outra Maria que teve 8 filhos batizados, esta por sua vez não teve a naturalidade ou grupo de procedência, por este fato considerei duas Marias, até mesmo pelo intervalo de tempo entre um filho e outro. Havia outra Maria descrita como Pescara, acredito fosse uma das duas, pois, em nenhum outro batismo foi citada. Logo para compreender melhor como estavam distribuídos filhos por mães, na tabela a seguir vou apresentar os dados de legitimidades e não legitimidade de filhos por mães nas escravarias.

Passo agora para casos de mães com mais de um filho, só que parto de um processo-crime gerado devido ao furto de uma rês. Era uma noite de inverno no Rio Grande do Sul, que é costumeiramente frio e intenso em algumas regiões, e naquela localidade de Piratini não era diferente, em 30 de julho de 1855 nas terras de Manoel Rodrigues Barbosa Filho. Somado ao frio do rigoroso, os cães da fazenda começaram a ladrar e acordaram Manoel e seus escravos. A algazarra dos cães não era à toa, se tratava do furto de uma vaca de pelo vermelho com a marca de dois corações, que teria sido furtada, carneada e comida pelos réus escravos João Baiano e Januário, escravizados de Zeferino Maximiano Ribeiro; e os cativos Manoel e Matheus de Israel Soares Bueno. A vaca era avaliada em sessenta e quatro mil réis. Este furto aconteceu, segundo o processo da Comarca de Piratini, a “[...] oito quadras mais ou menos de seu estabelecimento e imediato à estrada geral que por ali passava [...]”, como “conta” o tabelião do cartório Vicente Caetano da Silva[564].

Além dos dois escravizados, Israel Soares Bueno tinha dois parentes seus envolvidos no processo-crime, seu irmão Venerando Antônio Bueno[565] e seu sobrinho (filho de Venerando) Guilhermino Antônio Bueno que eram testemunhas de acusação, por serem respectivamente compadre e afilhado de Manoel Rodrigues Barbosa Filho[566]. Os escravizados de Israel Soares Bueno, Matheus e Manoel Caolho eram

[564] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. sem identificação.
[565] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 27 verso.
[566] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 33 verso.

segundo o processo-crime originários do continente africano, mas dizia Matheus segundo o inquérito saber quem eram seus pais, o que me leva crer que seus pais já na África eram escravizados pois apresentavam nomes cristãos:

> Como te chamas?
> Respondeu que chamar-se Matheus.
> De quem é filho?
> Respondeu ser filho legítimo de Joaquim e Maria.
> Qual sua idade?
> Respondeu que não sabe mas que regula ter quarenta e tantos anos.
> Qual seu estado?
> Respondeu ser solteiro.
> Qual sua profissão?
> Respondeu que pedreiro e lavrador.
> Qual sua naturalidade?
> Respondeu ser natural de Angola.
> Qual o local de seu nascimento?
> Respondeu ter nascido na Angola.[567]

É importante destacar que Matheus embora fosse oriundo do continente africano, diferentemente de Casemiro e André que eram crioulos, os três cada um em seu período, ou interrogatório, recordavam os nomes dos pais, acredito fosse uma maneira de guardar recordações daquele passado, onde para muitos escravizados fosse difícil ter a presença dos pais ao entorno. Possivelmente também seus pais fossem escravizados no continente de origem de Matheus, pelo fato de seus pais terem nomes luso-católicos. Segundo Robert Slenes ao estudar a região de Campinas na antiga Província de São Paulo destaca que a família escravizada "[...] não se reduzia a estratégias e projetos centrados em laços de parentesco.[568]" Segundo Slenes a família era muito ampla pois era neste seio que os escravizados desenvolviam:

> a partir de suas 'esperança e recordações'; ou melhor ela era apenas uma das instâncias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos[569].

Ou seja, as esperanças ou recordações de Matheus, provavelmente oriundo do outro lado do oceano, ou até mesmo criadas no próprio Brasil, fez ele ter em suas lembranças os nomes se não dos pais biológicos, talvez de seus pais espirituais ou

---

[567] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 - Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 32 frente.
[568] SLENES, 2011, pg. 59.
[569] SLENES, 2011, pg. 59.

de coração, caso oriundo do tráfico Atlântico quando ainda era criança, tema que desenvolverei em um outro tópico. A mesma situação tenha se dado nos casos de Casemiro e André, que mesmo sendo naturais de Piratini, tenham criado laços com algum escravizado próximo, que talvez tenham lhes ensinado a como sobreviver naquelas intempéries cotidianas. Manoel por sua vez, não sabia quem eram seus pais, era de Benguela segundo ele, lavrador, 50 anos e solteiro. Ambos certamente trabalhavam nas funções voltadas a produção agrícola, pois eram lavradores, e Matheus ainda poderia ser levado ao ganho pelo fato de ser pedreiro.

Mas não eram só Matheus e Manoel que compunham a escravaria de Israel Soares Bueno, escravista que estava naquele grupo de senhores com poucos escravizados conforme os registros de batismos, dentre os cativos de Israel Soares Bueno estava Gertrudes[570]. A escravizada Gertrudes foi descrita sem referência de origem em dois batismos nos anos de 1832 e 1844, enquanto nos anos 1838 e 1848 Gertrudes foi descrita como crioula. Nos batismos de outros três filhos que ela teve entre 1851-1862, Gertrudes também foi descrita como crioula. No primeiro recorte temporal 1810-1831 Israel não teve nenhum escravizado batizado, talvez, tenha herdado os escravizados africanos Matheus e Manoel Caolho ou comprados quando Israel começava sua vida como proprietário ou arrendatário de terras e de escravizados. Portanto, Gertrudes contribuiu muito para ampliar a escravaria de seu proprietário.

Entre os anos de 1832-1850 Gertrudes teve batizados os filhos Manoela[571], Jacinto[572], João[573], e Camila[574], uma característica em comum a essas crianças, era que todos sem referência ao pai ou aos pais. Entre os anos de 1851-1862 Gertrudes teve mais 3 filhos Patrício[575], Adão[576] e Josefa[577], e não há referência aos pais dos escravizados. Mas provavelmente fossem filhos de algum dos escravizados africanos de Israel, ou até mesmo de algum escravizado de outra escravaria, mas como se sabe

---

[570] Metodologicamente escolhi contabilizar uma Gertrudes, mesmo em dois batismos onde não há referência de sua origem, e em outro batismo havia uma Gertrudes descrita como crioula, pois mais adiante neste texto apresento indícios que me levaram a não seguir o mesmo processo para outros casos.
[571] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1838, pg. 232.
[572] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1842 pg. 274 verso.
[573] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1844, pg. 296 verso.
[574] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1842, pg. 274 verso.
[575] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1851, pg. 10.
[576] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1852, pg. 47.
[577] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1856, pg. 92 verso.

isso seria um problema na questão da posse destas crianças, ou seja, seriam escravizadas do(a) escravista da mãe ou do(a) pai?

Durante a dissertação de mestrado, analisei um processo-crime, onde alguns dos envolvidos relatavam que havia momentos em que saiam das casas de seus escravistas para visitarem suas mães. Por mais que este documento não esteja no período compreendido por esta tese[578] acredito que seja importante para a compreensão do significado das famílias escravas para aqueles sujeitos. Um dos sujeitos envolvidos no assassinato de Manoela Perpétua Pedroso e sua filha Perpétua, foi o escravizado crioulo Idalino, 22 anos de idade, rio grandense, solteiro, filho da preta Miquelina, escrava de José Antônio da Costa Filho, e Idalino era escravo de Venerando Antônio Bueno. Venerando também em 1832-1850 estava no grupo de escravistas com 1-4 cativos. Miquelina teve três filhos: Maria Leonor[579], Idalino[580] (já citado) e Antônio[581]. Já no período de 1851-62 Miquelina ou Michelina teve 4 filhos: José, José, Estácio e Ana, e seu escravista Venerando Antônio Bueno estava no grupo de escravista de 5-9 escravizados, isto devido à reprodução natural de sua escravaria. Fica a questão de quem seria o pai ou os pais destes escravizados? Seria uma reprodução de casal ilegítimos endógenos ou exógenos? Os registros de batismos não fornecem essas informações. Diferentemente de Matheus, André e Casemiro, Idalino não sabia o nome de seu pai ou progenitor.

Importante destacar que em algum momento de sua vida, Miquelina foi vendida, doada ou até mesmo utilizada em troca de alguma dívida por Venerando Antônio Bueno a José Antônio da Costa Filho. Segundo Jonis Freire, ao analisar a escravidão na Zona da Mata em Minas Gerais, “o tamanho das posses cativas foi fator importante para a estabilidade da família escrava[582].” Venerando o antigo escravista de Miquelina por ter uma escravaria de poucos cativos, talvez tenha utilizado Miquelina como uma forma de angariar algum tipo de renda, pois segundo Jonis Freire:

> No ato da divisão dos bens de um indivíduo, este aspecto fez toda a diferença para as relações familiares dos cativos, pois, não nos esqueçamos o escravo era um bem, uma mercadoria e, portanto poderia ser alvo de venda, troca, pagamento de dívidas, etc. O ‘fazer parte’ de uma propriedade, pequena, média ou grande podia influir não só nesta estabilidade, mas também nas

[578] APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143.
[579] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1845, pg. 323 verso.
[580] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1847, pg. 358.
[581] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 386.
[582] FREIRE, 2009, pg. 205.

> possibilidades de convívio dos membros da família, e na consecução de relações de parentesco, fossem elas consanguíneas ou fictícias[583] [...].

Portanto, no caso de Miquelina, teve seus laços familiares com seus filhos cortados, do ponto de vista do convívio diário com seus eles, mas, isto não fez com que Idalino e Miquelina não deixassem de encontrar, e continuassem mantendo suas experiências familiares. Em uma passagem de seu depoimento durante as investigações do assassinato de Manuela Perpétua Pedroso e sua filha Perpétua de 9 anos, que em autos de perguntas feitos em 1°/03/1874 ao ser questionado onde estava no dia do assassinato de Manoela Perpétua Pedroso, Idalino disse que estava na casa de José Antônio da Costa Filho "onde estava de passeio na casinha deste junto com sua mãe. [...][584]". Por mais que não estivessem mais na mesma escravaria, Idalino aproveitava muito provavelmente seus momentos de folga e/ou espaços de autonomia devido a sua função de campeiro para visitar sua mãe, assim como poderia ser essa visita a possibilidade entre ele e seu escravista de um período de folga dentro da relação entre senhor-escravo.

Sobre o escravista em que sua mãe vivia naquele período dos anos de 1874, não encontrei um José Antônio da Costa Filho, somente José Antônio da Costa, acredito fosse o pai deste. O José Antônio da Costa encontrado nos batismos teve seu nome citado 4 vezes no período de 1832-1850, sendo uma como padrinho de Luísa[585], preta, africana, de Nação, escravizada Manoel de Ávila Peixoto, e do também africano, preto de Nação, João[586], escravizado de José Antônio de Veleda. Em novembro de 1845, Joaquim, africano, preto, de Nação foi batizado, seu escravista era José Antônio da Costa[587]. Já 5 anos mais tarde, outubro de 1850 foi batizado o pequeno Sabino[588], nascido em 22/10/1849, filho de Maria, africana, ambos escravizados de José Antônio da Costa. No período entre 1851-1862, José Antônio da Costa teve 1 escravizada batizada, seu nome era Izabel, batizada em fevereiro de 1852 e nascida em 19 de outubro de 1851, filha de Maria, africana. Maria, africana, assim como Miquelina, geraram a seus escravistas mais de 1 filho, sendo Maria 1 em cada período aqui estudado, assim como outras escravizadas. Ressalto a

---

583 FREIRE, 2009, pg. 205.
584 APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 33 verso.
585 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1843, pg. 288.
586 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1843, pg. 290 verso.
587 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1845, pg. 336 verso.
588 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 388.

possibilidade de que os filhos de Maria, africana, de Nação tenha tido os filhos com Joaquim, muito pelo fato de ambos serem africanos e do mesmo grupo de procedência.

Quanto a José Antônio da Costa (pai?), é interessante pensar que foi padrinho de dois africanos ambos de Nação, e tinham em sua escravaria dois africanos também de Nação. O que me suscitou a hipótese de este José Antônio da Costa pudesse ser filho de algum liberto, mas, ao analisar o período em que ele foi padrinho de escravizados africanos batizados em Piratini, 32 escravizados tiveram seus padrinhos homens descritos como livres. Essa situação dele ser um padrinho de dois africanos, e ter em sua escravaria 2 de 4 da mesma procedência assim como o sobrenome da Costa me embasaram nessa hipótese. Pensando a questão do apadrinhamento, mesmo com os números apresentados, quero justificar que segundo Vinicius Augusto Andrade de Assis estudando os registros paroquiais de Castro em São Paulo os "[...] negros recém-chegados de África – 'brutos e boçais, e de língua não sabida, como são os que vêm da Mina, e muitos também de Angola' – o sacramento ocorreria com auxílio de intérprete e confirmação de cinco perguntas[589]. [...]". Com base nos apontamentos de Assis na localidade de Castro, e pensando para Piratini, José Antônio da Costa, era livre, provavelmente não fosse um tradutor, suas companheiras nos dois batismos eram mulheres livres. O que me leva a uma terceira hipótese.

Miquelina entre os anos de 1851-1862 teve 4 filhos sendo dois de nome José, um nascido em setembro de 1849 e outro nascido em setembro de 1850 ou 1851 (a fonte não é clara). Ambos foram doados no batismo ao filho de Venerando Antônio Bueno, Guilhermino Antônio Bueno, pode ocorrer de em algum momento da vida de um destes dois Josés, de seu pai de mesmo nome, no caso aqui José Antônio da Costa, ter comprado o filho e a companheira Miquelina. Miquelina era africana de Nação, os afilhados de José Antônio da Costa, talvez fosse a escravizada Miquelina que lhe ensinasse algumas palavras e ele fosse o elo entre saída do mundo dito como pagão, para o mundo cristão?

Quanto a seu filho não encontrei nenhum vestígio, mas, se José Antônio da Costa, o pai, fosse uma espécie de parceiro de Miquelina e tenha pedido ao filho para comprar a cativa após seu falecimento? Essa situação facilitaria as visitas de Idalino

[589] ASSIS, 2021, pg. 10.

para ver a mãe? Isso me leva novamente a pensar a questão de legitimidade das relações e ilegitimidade, assim como uma reprodução natural não forçada pelos escravistas, mas que ocorria naturalmente (sem querer ser redundante) devido aos espaços ocupados tantos de livres como de escravizados.

Ainda no processo-crime referido ao assassinato de Manoela Perpétua Pedroso e sua filha Perpétua de 9 anos, no dia 1°/03/1874 foram feitas perguntas a João Satú, crioulo, de mais ou menos 30 anos, escravizado de Pedro Vaz de Almeida e como profissão se dedicar ao serviço de campeiro. João Satú diferente de Idalino, foi apartado de sua mãe Gertrudes, sendo ele o escravizado a ser vendido ou doado, Pedro Vaz de Almeida seu escravista, provavelmente tenha o comprado ainda jovem, para trabalhar na lida do campo, pensando essa hipótese a partir da citação acima de Freire, de que os escravizados eram uma mercadoria do ponto de vista senhorial.

Segundo Robert Slenes a partir dos números da presença ou ausência dos pais (no caso seriam mãe e pai) em Campinas, nas escravarias com mais de 10 escravizados os senhores não tinham o hábito de doar ou vender seus cativos, antes dos 10 ou 14 anos, ou seja, a família escravizada tinha uma proximidade maior e mais longevo pelo que posso compreender no lócus de estudo de Slenes[590], enquanto em posses menores

> [...] contudo, os senhores aparentemente não seguiram essa prática antes da lei. De fato, a alta proporção de crianças nessas posses sem pai ou mãe presente, especialmente no grupo etário de 10 - 14 anos e a queda na porcentagem com ambos os pais presentes, quando se passa do grupo de crianças menores para aquele de 10 a 14 anos de idade sugerem que esses senhores frequentemente separavam mães e pais escravos de suas crianças [591].

Partindo da citação de Slenes acredito que tanto Israel quanto Venerando separaram estas famílias quando ainda eram muito jovens, embora, no caso de Venerando, ao doar os irmãos Josés esses ainda ficariam próximos a mãe pelo fato

---

[590] "[...] nas posses com dez ou mais escravos, as crianças conviviam mais frequentemente com ambos os pais e que os laços entre pais e filhos eram bem mais estáveis do que nas menores. Além disso, dado a porcentagem de crianças pequenas com ambos os pais presentes era bastante alta nas posses maiores, pode-se concluir que os senhores, nesses contextos, geralmente seguiam uma política de não separar os casais de suas crianças menores de 10 anos (e provavelmente, até certo ponto, daqueles de 10 a 14 anos), nem em contratos de venda ou doação, nem em processos de herança e partilha. Em suma, no que diz respeito a essas posses, a lei de 1869 (modificada em 1862) inscreveu no código positivo uma regra consuetudinária." (SLENES, 2011, pg. 116).

[591] SLENES, 2011, pg. 116-117.

de estarem na posse de Guilhermino Bueno, filho de Venerando. Quanto a João Satú a possibilidade de visitar sua mãe como mostrarei a seguir certamente dava-se num contexto de negociação e/ou espaços de autonomia da sua relação com seu escravista. Ou seja, isso não fez com que João perdesse proximidade com sua mãe Gertrudes. Esse era um tipo de arranjo familiar e negociação entre cativos e senhores que devia ser comum em todas as regiões do Brasil. Famílias eram separadas, mas, quando próximos, os filhos e filhas deviam tentar manter contato com suas mães, o que era mais um dos elementos que compunham as relações de negociação e conflito no cativeiro.

Sobre a escravizada é importante destacar sua trajetória. Quem era essa Gertrudes? João Satú era filho natural da preta liberta Gertrudes que foi escrava de Israel Soares Bueno, era o segundo filho batizado da liberta, que a época do batismo de seu filho João[592] em 1844 ainda era escravizada. Onze anos mais tarde em relação ao batizado do pequeno João (1844) em 1855 no processo-crime do furto da rês descrita neste tópico, ela é brevemente citada. João Bahiano, escravizado de Zeferino Maximiano Ribeiro, acusado de furtar a rês de Manoel Rodrigues Barbosa Filho, esta fugido ou abrigado na casa de Israel Soares Bueno. Durante as buscas a João Bahiano, alguns escravizados de Manoel Rodrigues Barbosa Filho, foram na casa de Israel Soares Bueno para capturá-lo. Aqui fica um registro importante de Israel abrigar a João Bahiano, em nenhum momento do processo-crime ele negou abrigo ao escravizado. O escravizado Manoel, de Manoel Rodrigues Barbosa filho foi até a casa de Israel, mas, respeitando a sua presença não quis capturar João Bahiano naquele momento. O plano do escravizado Manoel era esperar João Bahiano sair para cozinha e nesse momento então capturá-lo, porém para esperar que João se expusesse novamente Manoel se dirigiu ao quarto da crioula Gertrudes para conversar. Nesse momento do diálogo entre os dois, Gertrudes estava grávida de seu filho Adão, algo por volta de três meses de gestação. Qual teria sido o assunto dos dois escravizados? Não foi questionado isto no auto de perguntas a Manoel, mas, talvez fosse sobre o crime cometido ou algo da particularidade daquelas pessoas e seu cotidiano?

O fato é que Gertrudes em nenhum momento é ouvida em nenhum processo-crime, mas mesmo assim existem registros de sua trajetória, sendo uma das

[592] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1844, pg. 296 verso.

escravizadas que tiveram mais de um filho batizado, e seja principalmente por ter obtido sua liberdade. E essa acredito fosse a sua grande conquista, pois, embora não se tenha documentado como esse processo ocorreu, acredito que dentro das brechas e relações internas com seu escravista, em algum momento seja Gertrudes, algum dos seus filhos ou até mesmo seu parceiro que não foi citado no texto tenha de conseguido juntar um pecúlio e pagar por sua liberdade.

Na noite do assassinato de Manoela Perpétua Pedroso e sua filha Perpétua de 9 anos, João Satú disse em seu auto de perguntas que estava na casa de Israel Soares Bueno, "onde tinha ido ouvir um terço, e que ali teve lugar, e que concluído este passaram o resto da noite ele e os mais escravos, que ali estavam dançando e que pela manhã cedo se retirou para casa de seu senhor[593]." Quando questionado sobre quem eram esses escravizados que lá se encontravam dançando e ouvindo o terço, João Satú respondeu que eram Vicente e Antônio da escravaria de Ana Vaz Madruga; Bento cativo de Ana Clarinda; Camilo escravizado de Francisco Domingo Pedroso; João que era da escravaria de Claudino da Rosa Mendonça; Fernando escravizado de André José de Farias; Severino escravizado de Antônio Furtado; Pacífico escravizado de Camilo Antônio Machado; Romualdo cativo de Honório Soares Pires; Patrício escravizado de João Vaz de Almeida.[594]

Posso pensar que "o terço" fosse o católico, mas, a frase que segue de que dançaram toda noite, e sendo todos os homens citados, possivelmente não se trata-se de dança, mas, provavelmente seguissem a noite em práticas religiosas africanas ou no caso aqui afro-brasileiras? Sobre a religiosidade destes escravizados como pontua Tito Lívio Cruz Romão em *Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução*, aponta que:

> a verdadeira babel em que se viram confinados os africanos, que, em menor ou maior proporção, conforme a região a que foram destinados no Brasil, precisavam encontrar uma fórmula para a comunicação cotidiana. Analogamente, precisavam ajustar suas visões de mundo, das quais também fazia parte o universo religioso. Perante a religiosidade cristã dos colonizadores, baseada em um catolicismo fincado na Inquisição e num repúdio a quaisquer outras manifestações religiosas, os africanos, em seu afã por sobrevivência, lançaram mão, consciente ou inconscientemente, de um refinado estratagema para driblar a vigilância de seus senhores e poder

[593] APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 35 verso.
[594] Informações extraídas de: APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p. 35 verso.

> professar seus cultos originais: o *sincretismo religioso*, tema central deste trabalho, que vinculamos à ideia de *tradução*[595].

Discordo de Romão sobre a parte do inconsciente, pois no meu entendimento isso tira dos escravizados sua agência. Acredito que muitos dos escravizados compreenderam que esse sincretismo poderia ser uma forma de seguir a cultura africana aqui "reinventada" criando laços entre si, segundo Romão em sua análise sobre as religiões africanas no Brasil:

> O sincretismo religioso afro-brasileiro como aspecto cultural foi – e continua a ser – uma estratégia de sobrevivência transnacional, pois teve sua origem exatamente no desarraigamento de milhões de africanos pela via da chamada *passagem do meio*. Também o entendemos como translacional, porque sua complexidade temática se estendia – e ainda se estende – às mais diversas áreas da convivência e das vivências humanas: rituais religiosos, conteúdos históricos, práticas sociais, lendas e mitos como substratos culturais, e toda uma gama de outros fatores. Ao longo dos séculos, as diferentes experiências religiosas trazidas pelos diversos grupos étnicos para o Brasil resultaram num sem-número de transferências culturais em variados campos. Como nosso foco está voltado para aspectos do sincretismo religioso, é importante lembrar que no Brasil raramente se encontrará um panteão de origem africana totalmente baseado apenas em uma etnia[596].

Não foram citadas mulheres além de Gertrudes que parece encontrava-se ali na casa de seu antigo escravista, que ao mesmo tempo permitia que em sua casa seus escravizados compartilharem momentos como comer um pedaço de carne e inclusive praticarem atos culturais como ouvir o terço e dançarem. Se não autorizava de maneira direta também ao que parece não se opunha à reunião de seus escravizados e ex-escravizados, no caso de Gertrudes e João Satú.

José Ulino da Rosa (caso já citado neste trabalho anteriormente) escravista de Thomé (descrito no processo-crime de tentativa de insurreição) estava no grupo de senhores com até 9 escravizados, e tinha em suas posses Inácia que era mãe de três escravizados. Thomé não consta nos batismos, assim como Matheus e Manoel Caolho, cativos de Israel Soares Bueno também não constam nestas fontes, porém estão descritos nos processos-criminais, o que leva a pensar que a reprodução natural nestas escravarias pode ter se dado de forma endógena, ou seja, entre os escravizados das próprias escravarias, em alguns casos e exógena, como a hipótese de Miquelina e José Antônio da Costa. Como muitos dos registros de batismos de

---

595 ROMÃO, 2018, pg. 359.
596 ROMÃO. 2018, pg. 368.

Piratini demonstram não havia a legitimidade das famílias perante a Igreja, de maneira elevada ao longo do período estudado, pelo contrário, a legitimidade nos batizados diminuíram, porém como apresentei até aqui existiam essas relações com ou sem o consentimento dos escravistas.

Outro caso de escravizadas que tiveram mais de um filho foi na escravaria de José Furtado de Mendonça. Ele tinha em sua escravaria 9 batizandos que tiveram como mãe a escravizada (ou as escravizadas) Generosa, isto porque havia uma Generosa descrita como crioula e outra como africana, e que por questões metodológicas já explicadas, contabilizei como duas pessoas diferentes. Generosa, preta, crioula escravizada de José Furtado de Mendonça teve 4 filhos batizados em Piratini: Angélica[597], Vicência[598], Lourenço[599] e Albano[600], todos nascidos e batizados entre 1811 e 1818. Sendo que Angélica, Vicência e Lourenço eram descritos como filhos não legítimos (ilegítimos as duas meninas e Lourenço como naturais) e Albano foi descrito como filho legítimo de Generosa e João, preto, crioulo e escravizado de José Furtado de Mendonça.

Possivelmente Generosa e João já mantinham uma relação anterior ao reconhecimento da Igreja. A partir de 1818 com o batismo de Albano tiveram a família mudando seu status, a partir daí Generosa, africana e João africano são descritos em 3 batismos: Silvano[601], Manoela[602] e Mariana[603]. A pequena Eva[604] em seu batismo era filha de Generosa, que não teve registro de naturalidade ou procedência, mas João foi descrito como crioulo. Em outro batismo, do pequeno João era filho de Generosa que foi descrita como crioula, da Costa e João como africano, da Costa. Se levarmos em conta que fossem duas Generosas a crioula teve 5 filhos, é um sinal do estímulo dos escravistas ou incentivo para reprodução natural.

[597] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 8 verso.
[598] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1813, pg. 22.
[599] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1815, pg. 34 verso.
[600] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1818, pg. 41 verso.
[601] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1818, pg. 47.
[602] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1825, pg. 122 verso.
[603] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1829, pg. 152 verso.
[604] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1819, pg. 60.

3.4 - Reprodução Natural de escravizados em Piratini (1810-1862)

Expus estes dados pois no tópico anterior busquei analisar a proporção de filhos e mães para compreender o processo de reprodução natural dos escravizados em Piratini. Essa questão surgiu durante as pesquisas dos inventários, bem como durante a qualificação deste trabalho em julho de 2022. Havia nos inventários um número elevado de crianças como já demonstrado no capítulo anterior.

Observando os dados dos inventários podemos perceber que houve um aumento de algo em torno de 1,51 vezes de 1811-1831, e 2,76 vezes entre 1831-1850 para 1851-1871. Ou seja, a população escravizada conforme mostram os inventários vinham em um crescimento do ponto de vista das crianças de 0 a 14 anos, uma mostra clara de reprodução natural dos cativos (filhos de africanos ou de crioulos), daí a necessidade da utilização dos batismos como uma forma de compreender todo este processo. Acredito que mesmo com as quedas nas taxas de legitimidades, de uma forma ou de outra (sobretudo nos períodos compreendidos entre 1810-1850) auxiliaram estímulo a reprodução natural, possibilitando por parte dos escravistas que seus escravizados possuíssem família, senão de formas legítimas, por vias outras que eram as relações descritas como não legítimas, e outros casos que oficializaram suas relações no transcorrer do tempo. Na tabela a seguir disponho os dados de inventários e batismos, assim como o sexo das crianças escravizadas, deixo claro que a idade aqui é de 0 a 14 anos:

Tabela 51 - Crianças em Inventários e Batismos das idades de 0-14 anos por sexo entre 1810-1871

Crianças escravizadas (0 – 14 anos)	Recorte Temporal					
	1810-1830	1811-1831	1831-1850	1832-1850	1851-1871	1851-1862
	Fontes Primárias					
	Inventários	Batismos	Inventários	Batismos	Inventários	Batismos
Sexo	n°	n°	n°	n°	n°	n°
M	40	495	111	752	237	377
F	29	485	109	799	248	442
NCS	0	0	0	1	11	0
Subtotal	69	980	220	1552	485	819

Fonte: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini. Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – Livro 1 e Livro 2. Ano: 1810 – 1862. (A.M.D.Pel.)

Ao observar a tabela salta aos olhos a diferença entre o número de crianças dos batismos para os inventários, enquanto os registros da Igreja apresentam um alto índice de crianças, os inventários mostram um número menor, porém, não desprezível quando comparados a outros números da mesma natureza da fonte, que seria sua relação com os adultos, como foi feito no capítulo 2 desta tese. Ou seja, houve claramente um processo de reprodução natural destes escravizados. Segundo Marcelo Matheus em sua pesquisa para região de Bagé, localidade próxima a Piratini.

> Portanto, essa provável reprodução positiva dos escravos em Bagé estava em sintonia com os censos (1846, 1858 e 1872) [..]. Assim, em que pese a falta de africanos nos registros de batismos, a população escrava de Bagé cresceu ao longo do século XIX, apesar dos óbitos e das alforrias, situação parecida com a de outras regiões da própria província e com outras sociedades das Américas com as mesmas características (região de fronteira aberta, que atraia fluxos migratórios, e economia baseada também na pecuária)[605], [...]

Em Piratini assim como em Bagé[606] havia uma disseminação da posse escrava, conforme os registros de batismos, ou seja, o acesso a posse escrava ao que tudo indica estava acessível boa parte da população, logo a reprodução natural seria uma forma de manter e aumentar a posse escrava. Isso ao que apontou para Bagé, entre umas das explicações se dava também pelo tráfico de africanos:

> É fundamental deixar claro um aspecto: por mais que a escravidão, na região da Campanha e em muitos outros lugares do Brasil oitocentista, como vimos no início desse tópico, dependesse da reprodução natural, todo esse processo teve a mesma origem, isto é, a migração forçada de africanos. Em outras palavras, todo escravo crioulo, em algum momento e em alguma medida, descendia de um africano[607] – [...]

Da mesma forma que Marcelo Matheus destacou na localidade de Bagé, em que as mães eram majoritariamente crioulas, em Piratini o quadro foi semelhante,

---

[605] MATHEUS, 2016, pg. 125.

[606] Segundo Marcelo Matheus: “Este fenômeno está intimamente relacionado com duas questões centrais ao presente estudo. A hipótese aventada é que, talvez, tenha sido esta significativa reprodução natural da mão de obra cativa que possibilitou a existência de duas características na localidade (e, quiçá, em muitas outras regiões do Brasil imperial): primeiro, um alto grau de disseminação da posse escrava e, segundo, mas articulado com o primeiro ponto, o acesso de forros a mesma, especialmente à posse de escravas e seus filhos. Neste sentido, como algo recorrente, estes fenômenos eram parte intrínseca da complexa ordem hierárquica, bem mais complexa do que uma sociedade dividida entre livres, de um lado, e escravos, de outro”. (MATHEUS, 2016, pg. 126).

[607] MATHEUS, 2016, pg. 127.

sendo o número de crioulas muito superior entre 1832-1862, em Bagé segundo o historiador citado:

> Apesar do maior número de crioulas, estas eram descendentes, diretas ou não, de africanas, tendo, assim, muita influência da cultura reprodutiva e de criação dos filhos, dentro dos limites colocados pela sociedade escravista em questão, de suas mães e/ou ascendentes. Por isso, não devemos desprezar a influência de padrões africanos sobre a reprodução natural das escravarias brasileiras ao longo do século XIX, mesmo em regiões onde número dos escravos trazidos via tráfico atlântico não tenha sido maior que o de crioulos[608].

Portanto em nosso entendimento não há como discorrer sobre reprodução natural sem tocar na questão legitimidade e ilegitimidade, pois estes são termos cunhados pela classe dominante, mais precisamente, pela Igreja para denominar o que este grupo acreditava ser legal ou não. Logo, o formar uma família era um projeto de muitos escravizados, certamente era uma conquista tanto para homens quanto mulheres, o que amenizaria em alguns aspectos com solidariedades e conforto as agruras daquela vida dura da escravidão.

Por outro lado, para os escravistas como já discutido seria uma possibilidade de amenizar crises em suas escravarias. Heloísa Teixeira em seu artigo *"Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888)"*, estuda o impacto das crianças nas escravarias de Mariana em um contexto de uma localidade voltada a economia interna, aponta que a reprodução natural era uma forma de se manter a escravidão, e por esse motivo encontrava-se mais crianças que em regiões dedicadas a agroexportação. Para as áreas voltadas a exportação interligadas ao comércio atlântico a população escravizada era predominantemente composta por homens adultos, logo nessas localidades os escravistas optavam em maioria ao tráfico atlântico de seres humanos, ao passo quem localidades voltadas ao mercado interno como o cinturão escravista agropastoril das charqueadas no qual estava Piratini não havia uma entrada da mesma forma como em regiões agroexportadoras, logo nas áreas de subsistências "[...] essas áreas, os filhos das escravas significavam aumento da mão-de-obra[609]."

Se ter um casamento pelo que apresentei através dos batismos em Piratini, se tornou cada vez mais difícil com o transcorrer do tempo, pode ter ocorrido de alguma escravizada casada mais de uma vez? Esse foi o caso ocorrido na escravaria de José

[608] MATHEUS, 2016, pg. 90.
[609] TEIXEIRA, 2010, pg. 58.

Dutra de Andrade, onde Violanta teve mais de um matrimonio descrito como legitimo. O primeiro casamento de Violanta foi com Domingos, ambos segundo as fontes[610] eram oriundos do tráfico Atlântico de seres humanos, eram descritos como africanos, mas, suas naturalidades variavam, hora foram descritos como: Congo, Costa da África e Da Costa. Essas descrições africanas foram colocadas em Violanta e Domingos no período anterior a Lei de 1831. Pós Lei do referido ano, Violanta e Domingos são descritos como crioulos, e em um batismo somente Violanta não tem registro de procedência ou naturalidade, e ao invés do pai da criança ser Domingos, o pai era Matheus também sem registro. Acredito que Violanta seja a mesma escrava tendo em vista que no batismo de Ana uma de suas filhas com Domingos consta que quando a pequena foi batizada (1837), seu pai já havia falecido, e anos depois, mais precisamente 1842, ao batizar Antônia essa tinha como pai Matheus, descrita como filha legítima do casal. Segundo Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott ao analisarem os matrimônios em Porto Alegre na Província de São Pedro do Rio Grande:

> Quanto ao estado matrimonial, encontramos um viúvo se casando com uma viúva e oito escravizadas viúvas casando-se em segundas núpcias. É importante ressaltar que na esmagadora maioria dos casos não se mencionou explicitamente o estado matrimonial dos nubentes escravizados. É importante chamar a atenção para a possibilidade de segundas núpcias entre escravizados: ainda que o casamento fosse de acesso muito restrito, algumas mulheres escravizadas puderam se casar novamente, opção muito mais rara entre os escravizados[611].

Acredito que dentro da relação senhor-escravizado, no caso aqui, José Dutra de Andrade e Violanta, após a morte de Domingos, a escravizada em algum momento pode casar-se novamente por possivelmente alguma “representatividade” dentro da escravaria. Certamente Violanta foi comprada ou adquirida por doação ainda jovem, talvez mais jovem que seu finado marido Domingos. E após a morte deste muito provavelmente para Violanta manter seu status, e por parte de José Dutra estimular a reprodução em sua escravaria tenha permitido um segundo casamento da escravizada. Segundo Marcelo Matheus, na localidade de Bagé, para os primeiros cinco anos da década de 1850:

> dos 622 batismos de escravos e forros, 20 foram de filhos legítimos, ou quase 97% de ilegitimidade. Em todos eles a mãe era escrava, em quatro o pai era cativo, em dois forros e nos outros oito não consta nada sobre a

[610] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1821, 1826, 1828, 1837, 1842, pg. 89 verso, 125, 146, 219 verso e 272 verso.
[611] VOLPI SCOTT; SCOTT; 2021, pg. 18.

> condição jurídica do progenitor. Os quatro casais em que ambos os pais eram escravos pertenciam ao mesmo senhor. Já quatro casais batizaram dois filhos cada. Por fim, apenas duas mães e dois pais tiveram a origem anotadas: todos eram africanos e formavam dois casais[612].

Partindo desta citação de Marcelo Matheus, irei mostrar um caso "prático" que justifica o ponto apresentado pelo autor só que na localidade de Piratini. Provavelmente as portas da Igreja da Matriz estivessem abertas, "na espera" de alguma alma que fosse rezar e no caso aqui para realizar um dos primeiros sacramentos da Igreja Católica: o batismo. Quando naquele 28 de junho de 1832 adentram a "casa de Cristo[613]", Serafim Rodrigues Goulart, acompanhado obviamente de uma menina de 12 anos mais ou menos, provavelmente assustada, com pouco ou certamente nenhum conhecimento da língua portuguesa, pés descalços, roupas que pouco lhe aquecessem provavelmente, e certamente a saudade do seu local de origem. Sua idade talvez nem fosse a descrita no batismo, nem sua procedência, a partir dali uma "nova" identidade lhe seria conferida, uma nova vida dentro de uma escravaria cheia de mazelas e incertezas seriam a tônica de um futuro incerto. Ao ser batizada pelo padre Manoel José Soares de Paiva, tinha como padrinhos os escravizado Antônio de Manoel dos Santos Veleda e Catarina de Manoel Pires. A procedência dos padrinhos não foi indicada no batismo, talvez por esquecimento do sacerdote ou por não se importar com este fato.

Passados alguns anos do seu batismo, uma Eleutéria, com idade em torno dos 19 para 20 anos, possivelmente já acostumada com o idioma, e tendo consciência das formas como resistir àquela vida, retorna novamente a Igreja da Matriz, mas desta vez, para batizar a sua primeira filha Mariana[614], crioula, nascida em 03/03/1841, descrita como filha natural, seus padrinhos foram Israel Pires e Justina Brum ambos livres. Mariana era a primogênita de Eleutéria, nos anos de 1845, 1847 e 1854 a escravizada teve batizados mais três filhos, Felicidade[615], Cassiano[616] e Margarida[617]. Aqui fica clara a relação de africanidade e reprodução natural, pois, em 1881 a

---

612 MATHEUS, 2016, pg,112.
613 Como falam alguns padres em missas.
614 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1841, pg. 254.
615 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.) 1845, pg. 334.
616 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.) 1847, pg. 356 verso.
617 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.) 1854, pg. 78.

escravizada Mariana filha de Eleutéria consegue sua alforria por uma carta de Serafim Rodrigues Goulart:

> **Mariana** (solteira, preta, desta Província, 37) e seus filhos **Veríssimo** (pardo, 23), **Eufrásia** (parda, 21), **Maria Vicência** (parda,19), **Gregório** (preto, 15) e **Leonídio** (pardo, 12 meses); Sr. Serafim Rodrigues Goulart; dt. conc. 11-06-81; dt. reg. 15-06-81 (Livro 1, p. 11v). Desc.: A carta foi concedida em retribuição aos bons serviços prestados pelos escravos, "cuja escrava não mandei matricular nem a seus filhos porque tencionava libertá-los". A mãe da escrava Mariana chamava-se Eleutéria (Africana). Por não poder escrever, "por me achar tremulo das mãos", o senhor pediu a Virgilino Gonçalves Detroyat que a fizesse e assinasse a rogo.[618]

Como é descrito no resumo da carta de liberdade realizada pelo APERS, Mariana teve 5 filhos, ao que consta todos os filhos não legítimos. Assim como sua mãe, também não deu a luz a filhos de legitimidade reconhecida pela Igreja Católica. Nos registros de batismo, não encontrei Mariana, crioula, escrava de Serafim Rodrigues Goulart tendo filhos batizados, e sim, uma Mariana, crioula, escrava de Jeronimo Batista Meireles que em 1858 teve seu filho Verissimo batizado. Pelos cálculos da carta de liberdade de Mariana e Verissímo[619], este em 1858 teria os 23 anos descritos pela carta. A questão que fica é se forem os mesmos sujeitos mãe e filho, foram vendidos em algum momento da sua vida e suas alforrias pagas pelo antigo senhor de Eleutéria? Mas a questão mais importante deste caso é que corrobora a tese de que a reprodução natural estava de uma certa maneira vinculada ao tráfico Atlântico, ou seja, Eleutéria não viu ao que tudo indica seus descendentes serem alforriados, porém, durante sua vida, gerou ao seu escravista 5 filhos, entre os quais Mariana que gerou outros 4 filhos fazendo uma ligação entre tráfico Atlântico e reprodução natural que foi uma forma importante na sustentação da mão de obra escravizada em Piratini.

Retomo aqui o caso de Gertrudes, que em 1874 já era liberta, embora não saibamos quando este fato ocorreu. Quando pensei que o caso desta mulher afro-brasileira estava esgotado fui verificar novamente a Base de Dados com os registros de batismo, buscar informações sobre as Gertrudes do período entre 1810-1831 e encontrei 3 mulheres com esse nome. A primeira batizada em maio de 1815[620],

---

618 APERS. *Documentos da escravidão*. Catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. 050: Fundo Tabelionato do Munícipio de Piratini. Subfundo: Freguesia de Jaguarão. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Gerais. Livro 1 - 1870 a 1891, pg. 642. (Coordenação: Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha) Volume I. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2006, pg. 642.

619 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1858, pg. 112.

620 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1815- pg. 34.

nascida em 14/04/1815 parda, crioula, filha natural de Barbara, assim como sua filha também era crioula, ambas escravizadas de Manoel Gonçalves Meireles. A segunda, mas, não pela ordem e sim pelas minhas hipóteses foi Gertrudes[621], crioula, nascida em janeiro de 1825 e batizada em maio de 1826, filha natural de Maria, africana, de procedência da África Central Atlântica, a mãe era escravizada do Tenente Manoel de Coito Carneiro que doou Gertrudes a sua afilhada de nome Luciana de Coito Maceira que era filha do Manoel Maceira e de sua esposa Eufrasina Buena. Poderia ser essa a Gertrudes, até pelo fato do sobrenome de Eufrasina, mãe de Luciana, provavelmente tenha vendido a Israel Soares Bueno. Mas a possibilidade que mais acredito que seja a Gertrudes[622] que investigamos aqui seja a nascida em 14/07/1822, negra, crioula, filha legítima dos africanos, Tereza e José, ela descrita como Benguela e ele Congo. Por que acredito que seja essa a Gertrudes e não a Gertrudes escrava de Luciana Coito Maceira? Primeiro pela questão da idade, em 1838 quando nasce o primeiro filho de Gertrudes, escravizada de Israel Soares Bueno, a Gertrudes filha do casal de africanos teria 16 anos, enquanto a filha de Maria teria 13 anos, apesar da crueldade de imaginar uma menina de 16 anos sendo mãe, me parece ser mais plausível a Gertrudes escravizada de Manoel José Ribeiro[623] ter sido doada em algum momento ou vendida para Israel Soares Bueno.

A segunda questão é que no processo-crime envolvendo João Baiano, este se encontrava na casa de Israel Soares Bueno, ao que parece era na propriedade de Dona Ana Ribeiro[624]. Na mesma propriedade pelo que indica o processo-crime de 1855 também vivia Dona Constância Ribeiro, e em alguns momentos Zeferino Maximiano Ribeiro[625] (irmão de Constância Ribeiro). Mencionei toda essa "cartografia" onomástica para explicar que em algum momento Israel teve a posse de Gertrudes, pois em 1854[626], Manoel José Ribeiro já era falecido, então ou ele comprou antes ou depois do falecimento de Manoel José Ribeiro. Meu raciocínio é que se da mesma maneira em que por relações se não familiares, mas próximas disto, o marido de Ana

[621] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1826- pg. 124.
[622] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1823- pg. 102.
[623] Esse batismo já foi citado anteriormente no tópico: **Os casais de Piratini segundo os Registros de Batismos (1810 – 1862).**
[624] APERS – Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143.
[625] APERS – Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143, p. 40 frente.
[626] APERS – Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143.

Ribeiro em 1874, Pedro Vaz de Almeida[627], era escravista de João Satú conforme descrito no processo. Logo, seria provável que estes escravizados ficaram no mesmo núcleo de pessoas.

Isto me leva a crer que a Gertrudes da qual a trajetória foi colocada aqui fosse a que nasceu na escravaria de Manoel José Ribeiro, este ou algum de seus filhos ou parentes deu-lhe a posse de Israel Soares Bueno, este ao que indica fez o mesmo possivelmente com João Satú. Sendo a história de Gertrudes e seu núcleo familiar um caso de reprodução natural vinculada ao tráfico atlântico, pois os pais da escravizada conseguiram em uma escravaria de poucos cativos[628], contrair um matrimônio legítimo e a partir daí sua descendência não só genética, mas também, cultural seguiu adiante, até pelo menos João Satú. Se seus pais não tiveram mais filhos batizados, Gertrudes por sua vez, teve 7 filhos batizados em Piratini, talvez muitos destes não tenham chegado na fase adulta da vida, contudo João Satú não só chegou como de alguma forma gerou alguma forma de renda a Israel Soares Bueno.

Ou seja, no caso de Gertrudes, seus pais e filhos pertenciam a um reduto familiar que mesmo não estando na mesma "senzala" não perderam seus vínculos afetivos. A família para Gertrudes provavelmente foi um consolo e uma forma de resistência aquela dura vida em cativeiro. Não é informado quem foi o seu companheiro ou companheiros, provavelmente Gertrudes encontrou em algum dos seus parceiros de escravaria ou de outra alguém que compartilhasse suas relações afetivas do cotidiano, e neste espaço de sociabilidade suas relações geram filhos dos quais estava João Satú que mesmo não convivendo na mesma escravaria ainda mantinha vínculos emocionais com sua mãe.

Outro exemplo que ilumina o que estamos analisando até aqui pode ser dado a partir de Francisco Garcia de Vasconcelos natural de São Paulo, era casado com Escolástica Joaquina de Melo natural de Laguna[629]. O casal tinha entre suas posses segundo os registros de Batismos entre 1810-1831, 8 escravizados, sendo que 6 crianças batizadas neste período, todos filhos de Maria, sendo 4 naturais e 3 legítimos,

---

[627] APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 1302, M:33, E:143, p.15 frente e verso e 16 frente.

[628] Pelo menos é o que apontam os registros de batismos, dos 8 cativos, 5 eram adultos, sendo que um deles era o africano Oriental de Moçambique, José, de 20 anos, batizado em Piratini em abril de 1829. Fonte do batismo de José: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1829- pg. 151.

[629] Fonte: D'Ávila, 2007, pg. 185.

certamente Maria e Manoel eram os pais das 7 crianças[630], e tiveram sua relação reconhecida pela Igreja. Nos anos de 1831-1850, o casal de africanos teve somente 1 filho. Há na fonte citações a Maria e Manoel só que estes foram descritos como crioulos, logo, pela escolha metodológica desconsiderei que fossem o mesmo casal, todavia há um outro elemento que mostrarei adiante. Por ora abaixo deixo um quadro com os filhos do casal de africanos.

Quadro 8 - Filhos de Maria e Manoel - escravizados de Francisco Garcia de Vasconcelos (1818-1841): por ano de batismo, sexo, condição, naturalidade, ano de nascimento e legitimidade

Nome do Batizando	Livro	Pg.	Mês	Ano	Sexo	Cor	Condição	Crioulo ou Africano	Ano	Legitimidade
Cipriana	1	53	novembro	1818	f	s/r	escravo	Crioula	03/10/1818	natural
Pacífico	1	77v	junho	1820	m	s/r	escravo	crioulo	13/06/1820	natural
Maria	1	94	abril	1822	f	negra	escravo	crioula	1°/04/1822	natural
Lucrécia	1	108v	março	1824	f	s/r	escravo	crioula	09/03/1824	natural
Clara	1	147v	novembro	1828	f	preta	escravo	crioula	18/08/1828	legitimo
Júlio	1	158	agosto	1830	m	preto	escravo	crioulo	1°/07/1830	legitimo
Manoel	1	131	fevereiro	1827	m	s/r	escravo	crioulo	24/11/1826	legitima
Joaquim	1	256	agosto	1841	m	s/r	escravo	crioulo	06/02/1841	natural

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Em 1836 ano em que Piratini estava tumultuada devido a Revolução Farroupilha, Francisco Garcia de Vasconcelos talvez fosse montado em um cavalo ou a carroça do Paço da Cruz, sua propriedade até a Matriz da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, as portas da Igreja estavam abertas para mais “uma alma” que seria “purificada do pecado original”, ali encontrava-se o padre Manoel José Suares de Paiva. Logo, começaram o processo de batismo da pequena Belisária[631], mulata, nascida em 03/05/1846, filha de natural de Cipriana, ambas crioulas e escravizadas de Francisco Garcia de Vasconcelos, os padrinhos eram da própria escravaria: Pacífico e Liberata. Ao que tudo indica, Belisária era neta do casal de africanos, pois sua mãe era Cipriana filha de Maria, africana, e Manoel, africano. Segundo os batismos Maria tinha predominância de ser da África Central em 6 dos 7 batismos entre 1810-1831, enquanto Manoel em 2 de 3, em 1 tanto Manoel quanto Maria foram descritos como da Costa da África. No batismo de Joaquim[632], crioulo, nascido em

[630] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 102.
[631] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1836, pg. 205.
[632] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1841, pg. 102.

06/02/1841 e com seu sacramento realizado em agosto de 1841, filho descrito como natural do casal, embora, conste o nome de Manoel, em que pai e mãe foram descritos como africanos da África Central sendo ela Congo e ele Rebolo.

Este foi o último filho de Maria e Manoel a ser batizado, mas, a "saga" do casal não acabava ali. Ao que consta Francisco Garcia de Vasconcelos faleceu por volta de 1841, ao que tudo indica já havia escrito seu testamento, talvez, estivesse percebendo que a idade o acometesse de um falecimento, pois fez seu testamento em 07 de outubro de 1834[633], vindo então a falecer em 1841. Porém antes deste fato é importante destacar que esse escravista se valeu da reprodução natural dos africanos Maria e Manoel para aumentar a sua escravaria como foi descrita na carta de liberdade que deixou a ambos, embora a princípio fosse uma liberdade condicional a que só de fato lhes fossem dadas as alforrias quando não existisse mais o casal Francisco e Escolástica. Por esse fato acredito que o testamento de Francisco só foi ser aberto em 1848, quando então provavelmente faleceu Escolástica.

> Digo eu Francisco Garcia de Vasconcelos e minha mulher Escolástica Joaquina de Melo, e ambos abaixo assinados, que entre todos os bens que possuímos, livres e desembaraçados, são bem assim um casal de escravos, sendo o escravo de nome Manoel e de nação rebolo, e a escrava de nome Maria, e de nação benguela, a cujos escravos, nós ambos e de nossas unânimes e espontâneas vontades, lhes passamos esta Carta de Alforria, a qual aqui declaramos, e bem declarado fica, que somente lhe terá vigor depois que Deus Nosso Senhor disponha de nossas vidas, e tenhamos falecido ambos nós o casal, e sendo com a condição, porém, de nos servirem e acompanharem enquanto Deus Nosso Senhor for servido que existamos neste mundo, um e outro, e logo que com efeito faleçamos, marido e mulher, aqui declaramos que ficam forros ambos o dito casal de escravos acima mencionados, como se fossem desde o seu nascimento livres, [...][634]

É interessante pensar dois aspectos sobre este casal de escravistas: primeiro, a cultura do cuidado, onde o casal de escravizados seguiria na posse de seus senhores, sobretudo a africana Maria, isto porque conforme Karine Texeira Damasceno (2019), em sua tese de doutorado sobre as mulheres negras em Feira de

---

633 APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1848 – Processo n°: 027. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.170.

634 AHRS. Fundo: Polícia - Códices– Município Piratini – Localização: Códice 317.Registo de uma Carta de Liberdade passada por **Francisco Garcia de Vasconcelos** e sua mulher, pg. 55 a 57 verso, **Piratini**, 24.09.1844. Agradeço gentilmente ao Professor Paulo Roberto Staudt Moreira que me cedeu as fotos da presente documentação.

Santana na Bahia entre os anos de 1871 – 1888, a cultura do cuidado era algo presente na vida das mulheres escravizadas, segundo a autora recaia sobre elas:

> No caso das mulheres escravizadas, o papel de cuidar das pessoas e da casa influenciava, inclusive, no tipo de alforria que elas obteriam. Era comum, especialmente entre as cativas de pequenos proprietários, que ela recebesse cartas de liberdade condicionais e que a condição fosse acompanhar a senhora ou o senhor até o fim de suas vidas para, somente depois, poderem viver como "se de ventre livre tivessem nascido'. Então, elas precisavam ser obstinadas e pacientes, muito embora, diante de tanto sofrimento, elas tivessem pressa.[635]

Ou seja, o casal de africanos Maria e Manoel ficariam com seus escravistas cuidando lhes até seus últimos dias. O outro aspecto é que pretendiam manter a posse de seus escravizados o tempo de vida que tinham, usufruindo da sua mão de obra, e somente iriam deixá-los livres quando Francisco e Escolástica não mais existissem, porém não os deixariam "desamparados", antes preciso deixar claro que não acho que eles fizeram um grande ato de humanidade, porque como sabemos a escravidão é uma instituição por si só violenta do ponto de vista que for, mas, talvez com medo de que suas almas fossem cometidas por seus pecados, deixaram ao casal Manoel e Maria um pedaço de terras para que ali começassem sua vida como livres, tendo uma casa e um chão para suas lavouras. Isso era o mínimo para um casal de africanos que sofreu as mazelas de terem suas identidades se não ceifadas, recriadas e reinventadas em local distante, e que segundo seus escravistas, mais precisamente Francisco Garcia de Vasconcelos "atendendo que com efeito este casal de escravos até o presente nos tem servido de muito boa vontade e dado a produção de 8 filhos, de que existem sete, e temos reconhecido neles o zelo e obediência com que nos servem e nos tem servido no decurso de 18 a 19 anos que estão em nosso poder[636]."

A citação realizada acima é o título inicial deste capítulo. Achei necessário e importante colocar, pois, se um dos objetivos da tese e estudar a importância da reprodução natural das escravarias em Piratini esse é um elemento para destacar que foi algo de que certamente muitos escravistas se valeram. Além disso, acredito que a reprodução natural estava estruturalmente relacionada ao tráfico de africanos cativos. Se posteriormente ele foi decrescendo em Piratini, como mostrarei a seguir, ele foi a

---

[635] DAMASCENO, 2019, pg. 138.

[636] AHRS – Fundo: Polícia - Códices– Município Piratini – Localização: Códice 317.Registo de uma Carta de Liberdade passada por **Francisco Garcia de Vasconcelos** e sua mulher, pg. 55 a 57 verso, **Piratini**, 24.09.1844.

gênese para que não só o casal Garcia de Vasconcelos mas outros tivessem em suas escravarias mães com mais de um filho. Deixo abaixo a continuidade da Carta de Alforria do casal Manoel e Maria:

> É, pois, este o bastante motivo que nos fez dedicar a lhes passar esta carta de alforria com as condições acima referidas e declaradas, atendendo aos seus bons serviços e a tudo mais que acima deixamos dito, e para que a todo e qualquer tempo nenhum de nossos filhos e herdeiros ou testamenteiros lhe queiram ou possam pôr a menor dúvida ou embaraço. Pedimos e rogamos as Reais Justiças do nosso Império, queira a este papel ou carta de alforria lhe darem o seu inteiro vigor, como se fosse feita por Tabelião e Judicialmente, e a poderão em tempo competente lançar em notas para sua maior segurança, e aqui declaramos de mais a mais, que no caso que eles dito casal de escravos sempre continuarem e se conservarem no mesmo bom regime e obediência, com que se tem conservado até o presente, como com efeito assim o esperamos. Além de os deixarmos em suas liberdades, também lhes deixamos um pequeno rincão de terras, o quanto lhes seja suficiente para sua lavoura e casa de sua existência enquanto viverem, para não andarem depois de nossos falecimentos rolando e experimentando vontades alheias. E por ser estas as nossas últimas vontades, e sem constrangimento de pessoa alguma, e portanto certos que nenhum de nossos filhos ou filhas duvidarão e nunca lhe porão a menor oposição a este nosso benefício, por ser feito a uns escravos que tanto assim nos tem merecido, e por isso nos antecipamos que se aqui lhe faltar neste papel ou carta de alforria alguma cláusula ou cláusulas que seja preciso para sua validade, aqui as damos por expressadas e declaradas, como se delas fizéssemos expressa menção, e como não sabemos ler nem escrever, pedimos e rogamos a meu Irmão e compadre Antônio Garcia e Vasconcelos esta por nós fizesse e escrevesse, e como testemunha se assinasse. Eu me assinei por minha letra e sinal, e minha mulher a se rogo assina o mesmo meu Irmão Antônio acima declarado, à vista das testemunhas abaixo assinadas. Paço da Cruz em Piratini, 15.09.1831.[637]

Infelizmente não tenho informações sobre a vida do casal de africanos após sua alforria, mas é de se imaginar a alegria deles após quase 20 anos sendo subjugados e resistindo das mais variadas formas, terem sua casa e seu chão para plantarem, porém também é importante destacar que provavelmente nem todas as promessas feitas pelos escravistas não devem terem sido concretizadas. Conforme aponta Jonas Vargas, ao analisar a formação do cinturão escravista agropastoril das charqueadas pelotenses, muitos escravizados "[...] estavam presentes nas lavouras de subsistência e no cultivo do trigo voltado para a exportação e essas atividades econômicas foram centrais na busca pela liberdade e nos seus projetos de vida pós-cativeiro".[638] Pela carta de alforria, Francisco detalha que os seus ex-cativos não

---

[637] AHRS – Fundo: Polícia - Códices– Município Piratini – Localização: Códice 317.Registo de uma Carta de Liberdade passada por **Francisco Garcia de Vasconcelos** e sua mulher, pg. 55 a 57 verso, **Piratini**, 24.09.1844.

[638] VARGAS, no prelo, pg. 32.

poderiam serem reescravizados e se cercava de pessoas próximas que garantissem a liberdade conquistada pelos africanos após aqueles longos 20 anos de cativeiro. No testamento de Francisco é descrito que ele tinha 16 escravizados como libertos condicionais[639] mas, ficaram registrados somente Manoel e Maria.

Concluo esse tópico compreendendo que em Piratini, assim como outras localidades do Brasil oitocentista era dependente do tráfico Atlântico, pois como apresentado no tópico anterior por ser uma localidade dependente da mão de obra escravizada na pecuária e na agricultura. Na pecuária era necessário que estes escravizados se deslocassem e tivessem um grau de autonomia, e em alguns muito possivelmente criaram espaços onde havia uma troca de relações fossem elas de parceria a sexuais, criassem um "ambiente" onde a necessidade da mão de obra escrava caminhou paralelo a reprodução natural. Ao mesmo tempo que representava a possibilidade da formação de uma família de um espaço de afeto e sociabilidade, para os escravistas representava a oportunidade de angariar recursos financeiros, sendo usada a mão de obra nas lavouras e na lida com o gado, fosse vendendo seus escravizados, que aqui nos parece sendo na própria localidade como os casos de João Satú, Miquelina e Thomé.

3.5 - Compadrio nas escravarias de Piratini: apadrinhamento dos escravizados batizados em Piratini (1810 – 1862)

O batismo é o primeiro sacramento da Igreja Católica, grosso modo é ele quem purifica a alma pecadora do batizando do ponto de vista teológico do catolicismo. A criança, e no caso do nosso estudo aqui apresentado, as crianças escravizadas, tinham seu pecado original expurgado pelo padre. Porém além das crianças havia também nos casos estudados aqueles escravizados adultos ou crianças com mais de 4 anos de idade, oriundos do tráfico atlântico de seres humanos, ou seja, uma diáspora africana forçada, onde o batismo foi uma ferramenta importante no processo de dominação cultural, social e econômica.

Segundo Roquinaldo Ferreira o continente africano em diversos momentos foi vítima de diásporas forçadas, entretanto segundo ele, nenhuma foi como o tráfico atlântico de seres humanos "[...] que vitimou cerca de 12 milhões de pessoas entre os

[639] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1848 – Processo n°: 027. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.170.

séculos XVI e XIX, e disseminou violência e escravização no continente africano[640].” Muitas destas pessoas nesse processo de tráfico tiveram como destino o Brasil, e uma das primeiras medidas fosse no continente africano, fosse no americano era o batismo. Segundo Moacir de Castro Maia, muitos africanos eram desembarcados no Brasil

> sem o batismo, em particular, os que vinham de áreas em que não existia a presença da estrutura da Igreja. Outros, eram batizados nas ilhas atlânticas ou nos domínios de Angola e do Congo, antes de sofrerem a terrível travessia. O processo de feitura do novo escravo passava pela dessocialização do indivíduo, retirado de seu local de moradia, do convívio de seus parentes, transportado em longas distâncias para os entrepostos no litoral africano. Aprisionados em barracões e mercados, esperava-se a sua comercialização e a passagem pelas feitorias/fortes até o dia de serem transportados para os tumbeiros. Nos barracões e mercados, aguardavam, às vezes, muitos meses, antes de serem embarcados[641].

Passados todo o processo de dessocialização destes indivíduos conforme a descrição de Moacir de Castro Maia, para aqueles que se batizavam no continente americano, no caso aqui Brasil e mais especificadamente Piratini, o batismo era um importante elemento no processo de escravização e dominação destes sujeitos. Segundo Moacir de Castro Maia para as Minas Gerais do século XVIII no “[...] longo processo de escravização do africano, o batismo era critério central no processo de feitura do novo escravo[642].”

Neste capítulo vamos investigar as relações de compadrio entre os escravizados a partir dos registros de batismos[643]. Conforme Marcelo Matheus ao analisar o compadrio na localidade Bagé, é importante destaca que a prática de apadrinhamento tinha “[...] a importância destes laços não deve ser medida apenas no tocante à conquista ou não da liberdade. Eles podiam ser acionados no dia a dia, no que diz respeito a situações e/ou conflitos mais comuns, como a conquista de maior autonomia para se locomover, morar e mesmo constituir laços afetivos com outrem.[644]”

---

640 FERREIRA, 2018, pg. 49.
641 MAIA, 2011, pg. 1.
642 MAIA, 2011, pg. 2.
643 Partindo da falta de documentação de alforrias, o suficiente para buscar uma análise mais detalhada da relação compadrio e liberdade não tenho como inferir se as escolhas dos padrinhos resultaram em processos de liberdade ou não.
644 MATHEUS, 2016, pg. 257.

Segundo Jonis Freire, diversas pesquisas foram desenvolvidas a partir dos batismos “embora com métodos, perguntas e inquietações diferentes, indicam alguns padrões que caracterizavam o batismo de escravos no Brasil e a formação de laços de parentesco fictício (compadrio)”.[645] Esse parentesco que não considero fictício, mas sim para além dos laços consanguíneos foram importantes para ou criação de laços e para reafirmarem entre os cativos, fossem esses laços endógenos ou exógenos. Jonis Freira afirma também que “a condição social a que estavam submetidos, estabeleceram várias opções de compadrio”.[646] Maria Cristina de Vasconcellos destaca que o batismo:

> possuía uma importância para a população escrava, permitindo a adoção de laços de compadrio e de apadrinhamento e, portanto, de amizade, envolvendo cativos, livres e forros. Da mesma forma, para os proprietários, o registro de batismo de criança desempenhava, entre outros, a função de definir e deixar em prova a posse do menor. Portanto, os dois batizandos adultos crioulos devem ser entendidos como exceções, numa sociedade onde vínculos decorrentes dos batismos desempenhavam destacado papel.[647]

Logo, acredito que o batismo tinha como função a introdução dos africanos e crioulos (sobretudo recém nascidos ou crianças de colo) no mundo cristão e no da sociedade vigente, segundo Moacir de Castro Maia “o ato batismal institucionalizava dois sistemas sociais: o apadrinhamento, a relação entre afilhado e padrinhos; e o compadrio, que ligava os pais àqueles escolhidos para segurar a criança na celebração do batismo e serem seus protetores”.[648] Para compreender como se estabeleciam as relações entre escravizados, e com os demais tecidos sociais de Piratini, tenho como embasamento teórico os estudos de Martha Daisson Hameister, em que segundo a autora a escolha dos padrinhos e madrinhas dos cativos em alguns casos “[...] foi tomada por falta de opção ou de um leque muito restrito de opções”.[649] Segundo Hameister essa menor disponibilidade pode ser vista na concentração da escolha dos padrinhos e madrinhas. Para a autora, o compadrio era:

> uma das relações subjacentes ao ato do batismo. Ela existe entre os pais carnais e os padrinhos – pais espirituais de uma criança. Portanto, todo o compadrio acontece sob os auspícios da Santa Madre Igreja, que regulamenta também quem pode servir de padrinho e dita as regras – positivas e negativas – do conjunto de relações estabelecidas na pia batismal

[645] FREIRE, 2009, pg. 189.
[646] FREIRE, 2009, pg. 190.
[647] VASCONCELLOS, pg. 152.
[648] MAIA, 2011, pg. 6.
[649] HAMEISTER, 2012, pg. 107.

> entre os parentes carnais e consanguíneos e entre os parentes espirituais – que podiam ser membros da família consanguíneas ou afim. Como pais e padrinhos irmanam-se espiritualmente no batismo, tem-se como exemplo de regra positiva o respeito e o auxílio mútuo que entre uns e outros deve haver[650].

Portanto o compadrio e a escolha destas pessoas era uma busca em se "estreitar relações" (palavras minhas), entre os pais dos batizandos (e como demonstrei ao longo do capítulo, das mães já que muitas não tinham o nome do companheiro descrito), seus escravistas e aquelas pessoas escolhidas para serem os pais espirituais dos batizandos, mas que nunca eram pessoas sem o mínimo de hierarquia social. Como aponta Norbert Elias, "até o membro mais fraco da sociedade tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja[651]. Segundo Moacir Maia onde "[...] uma sociedade organizada sobre o princípio jurídico da diferença dos corpos, as relações de compadrio e apadrinhamento reforçavam os valores de distinção e hierarquia social.[652]" Ou seja, aquelas pessoas da sociedade "[...] produziam e reproduziam as relações hierarquizadas do Antigo Regime: de um lado, o padrinho e, do outro, a família e o afilhado, hierarquicamente posicionados[653]." Conforme Marcelo Matheus ao analisar o compadrio em Bagé, esses atos serviram "[...] para escravos e seus parentes alargarem o raio de relações e criar mecanismos de proteção social em meio ao cativeiro.[654]"

Em 1818, foi batizado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição o escravizado Manoel, sem registro de qual dia, mês e ano nasceram, foi descrito como filho natural de Joaquina, crioula, de pai incógnito ambos escravizados de Fortunato Garcia de Vasconcelos. O mesmo Fortunato foi padrinho de seu escravizado, algo que em Bagé, segundo Marcelo Matheus "[...] praticamente nenhum senhor batizou seus escravos diretamente. Por vezes uma parente o fazia (como veremos mais à frente em dois dos pouquíssimos casos), mas quase nunca o próprio proprietário[655]." Possivelmente a falta de padrinhos disponíveis, ou pensando em alargar sua relação com seu escravista Joaquina tenha entendido que fosse importante a seu rebento ser filho

---

650 HAMEISTER, 2006, pg. 231.
651 ELIAS, 1994, pg. 44. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4040999/mod_resource/content/6/A%20Sociedade%20Dos%20Individuos%20-%20Norbert%20Elias%20%281994%29.pdf Acessado em: 17/05/2016.
652 MAIA, 2011, pg. 6.
653 MAIA, 2011, pg. 6.
654 MATHEUS, 2016, pg. 230.
655 MATHEUS, 2016, pg. 228.

espiritual de seu senhor. Segundo Maria Cristina de Vasconcellos na localidade de Angra dos Reis na Província do Rio de Janeiro, dos 4.207 batismos naquela localidade fosse de adultos e crianças apenas em 8 registros os escravistas foram padrinhos de seus afilhados (0,2%).[656]

Na tabela a seguir vou apresentar as condições sociais dos padrinhos e madrinhas de escravizados em todo período estudado neste trabalho. É importante salientar que entre os anos de 1832 e 1850 houve um sub registro dos padrinhos e madrinhas pois os clérigos da localidade não anotaram a condição social destes, e em muitos casos assim como eram nos escravizados constava somente o nome, porém como é impreciso confirmar a condição destas pessoas os descrevi como S/R ou sem registro.

Tabela 52 - Condição social dos padrinhos nas escravarias de Piratini (1810 – 1862)

Condição social	Padrinho	%	Madrinha	%	Total/%
Escravo	1428	39	1446	40	2874/39,5%
Forro/Liberto	178	5	386	11	564/7,8%
Livre	1300	35	799	22	2099/28,9%
Não foi indicado	33	1	106	2,5	139/2%
Santa	0	0	55	1,5	55/0,8%
S/R	716	20	827	23	1543/21%
Total	**3655**	**100**	**3619**	**100**	**7274/100%**

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

É importante destacar o número de escravizados e escravizadas que foram pais espirituais de cativos batizados, 39,5%, seguidos pelos padrinhos e madrinhas livres 28,9%, na comparação destes dois grupos sociais, os escravizados do sexo masculino (39%) e feminino (40%) as cativas foram mais vezes madrinhas do que os homens, mesmo sendo uma diferença mínima em alguns casos foram pares de homens escravizados os padrinhos, como demonstrarei a seguir; enquanto os livres o processo foi inverso. Talvez como eram as mães que escolhiam os pais espirituais de seus rebentos no caso dos crioulos é provável que essa fosse a partir de relações

[656] VASCONCELLOS, 2006, pg. 144.

estabelecidas entre as mulheres cativas, talvez amigas da infância ou algum outro ponto de ligação entre elas.

Importante destacar o papel como madrinha espiritual de Nossa Senhora da Conceição, que foi madrinha de 31 escravizados entre 1810 e 1862, sendo 26 crianças crioulas escravizadas e 5 africanos. Apenas “Nossa Senhora”, descrita de forma genérica, aparece como madrinha de 13 crianças e 2 cativos africanos. Um escravizado africano teve Nossa Senhora do Rosário como madrinha e duas crianças escravizadas tiveram Nossa Senhora do Socorro lhes apadrinhando espiritualmente.

Segundo Paulo Roberto Staudt Moreira, ao estudar a família e compadrio entre os escravizados de Porto Alegre, “[...] ser afilhado de Nossa Senhora (em suas várias manifestações) não pode ser visto como um sinal de fragilidade ou desamparo[657].” Ser afilhado de uma entidade no caso a santa:

> talvez deva ser considerada como uma aposta dos pais do rebento na espiritualização do apadrinhamento, que acabava gerando uma filiação coletiva, já que remetia a um espaço de sociabilidade e a uma comunidade de devoção. Ou seja, ser afilhado de Nossa Senhora era tornar-se irmão de fé de um grupo amplo que compartilhava esta devoção, frequentando igrejas, festividades, procissões e irmandades. Mesmo que menos palpável, este apadrinhamento também angariava acolhimento e solidariedade. Isso sem esquecer a forma ampla e criativa com que a comunidade negra usufruía estes espaços católicos, com a eleição de reis e rainhas, a gestação de lideranças étnicas, o aproveitamento estratégico de ritos e espaços católicos[658].

Não há informações pelo menos até esse momento de irmandades negras ou semelhantes na localidade Piratini, mas provavelmente ter a Nossa Senhora como madrinha seria uma proteção a criança no transcorrer de sua vida. Entre as Nossas Senhoras, a que mais teve afilhados em Piratini foi a padroeira da cidade: Nossa Senhora da Conceição, mas acredito que não fosse exatamente a Imaculada Conceição que fosse madrinha dos escravizados. Como se sabe o sincretismo foi uma e é uma tônica da religiosidade brasileira, a Nossa Senhora da Conceição nos cultos de matriz africana representa Oxum, uma entidade africana, obviamente a mãe de uma criança escravizada não colocaria a sua mãe espiritual em seu filho, mas a sua “equivalente” seria aceitável pelo catolicismo. Logo acredito que o colocar Nossa

[657] MOREIRA, 2014, pg. 325.
[658] MOREIRA, 2014, pg. 325.

Senhora da Conceição havia também uma simbologia de agência e resistência por parte das mães escravizadas

Anderson José Machado de Oliveira, combate a ideia de dissimulação, pois segundo ele ao se desqualificar "[...] tanto os projetos e a ação catequética da Igreja quanto as possibilidades de escolha e as apropriações diferenciadas que os diversos grupos de africanos e seus descendentes fizeram do catolicismo.[659]" Anderson de Oliveira propõe o uso de "apropriação cultural[660]" de Roger Chartier, pois as reações dos africanos/as "[...] diante do catolicismo foram diversas[661] [...]" devido sua heterogeneidade cultural. Segundo Anderson de Oliveira haveria diferentes "leituras do catolicismo[662]". Segundo Anderson de Oliveira, a "dissimulação" dos africanos descritas por Roger Bastide, sobre o "catolicismo negro", não compreenderia do fenômeno, pois:

> Africanos e seus descendentes, ao se congregarem em suas irmandades, por exemplo, não estão ali para encobrir as religiões africanas. As suas práticas religiosas, no interior daquelas instituições, foram pautadas segundo os códigos de base católica, o que permite constatar um nível de crença nos símbolos cristãos, mesmo que estes tenham sido reapropriados. Estas práticas também acabaram por definir um espaço de cunho político que permitiu a afirmação de identidades próprias. Porém esta ambivalência não significou incompatibilidade. Era possível acreditar em Nossa Senhor do Rosário e acreditar em divindades do panteão africano, sabendo que elas mantinham suas respectivas identidades. Ou até pelo fato de ser só possível 'ler' Nossa Senhora do Rosário recorrendo a códigos próprios de suas respectivas inserção no mundo colonial.[663]

Ou seja, eles ressignificaram a partir de suas interpretações de cosmogonia religiosa (africana), criando identidades a partir de elementos do cristianismo, o que levaria a algumas mães escolherem para suas filhas e filhos (nessa perspectiva) santas católicas como mães espirituais de seus rebentos. Esse processo de catequização segundo o autor se caso "foi aceito por setores da população negra, esta aceitação se deu também por meio de interpretações particulares que não estavam necessariamente previstas e contempladas pela hierarquia eclesiástica[664]".

---

[659] OLIVEIRA, 2008, pg. 33.
[660] OLIVEIRA, 2008, pg. 33.
[661] OLIVEIRA, 2008, pg. 34.
[662] OLIVEIRA, 2008, pg. 34.
[663] OLIVEIRA, 2008, pg. 35.
[664] OLIVEIRA, 2008, pg. 36.

Em questão de comparação de Piratini com Bagé, segundo Marcelo Matheus, na localidade vizinha havia "[...] existência de quatorze madrinhas *santas* (em nove oportunidades a madrinha foi 'Nossa Senhora da Conceição', em quatro cerimônias somente 'Nossa Senhora' e em uma 'Nossa Senhora do Rosário')[665]. Conforme Marcelo Matheus a importância de ter uma santa como madrinha representava:

> a importância da dimensão espiritual e da crença e da visão de mundo que tinham aquelas pessoas. Uma madrinha *santa* poderia ser escolhida por uma série de razões, dentre elas o pagamento de uma promessa; em função de uma devoção específica; a falta de alguém a quem convidar, ainda mais em um contexto bélico, em que os movimentos migratórios eram intensos e as distâncias enormes; ou mesmo porque uma santa poderia significar uma escolha, aos olhos dos pais do rebento, que traria mais chances de ganhos futuros do que uma madrinha com poucos cabedais, não sendo, portanto, contraditória esta escolha[666].

Logo para essas crianças além dos recursos materiais pelo que compreendi haveria a possibilidade dos recursos espirituais, incluindo o mundo terreno em que uma madrinha não pudesse lhe angariar alguma condição melhor no mundo escravista a possibilidade da santa seria algo importante e de inclusão naquele mundo.

Vejamos agora como esse processo de compadrio ocorreu no transcorrer dos períodos estudados. Optei por dividir os batizandos entre africanos(as) e crioulos (as), para facilitar a discussão em cima do compadrio, pois eram questões de escolhas muito possivelmente diferentes, pelo que compreendi da historiografia estudada[667], eram os escravistas quem escolhiam os padrinhos/madrinhas dos africanos, conforme Maria Cristina de Vasconcellos para localidade de Angra dos Reis.[668]

A escolha por analisar os padrinhos de africanos recém-chegados ao Brasil dá-se mesmo sabendo das dificuldades que cercam o batismo de um africano ou africana introduzida no Brasil oitocentista, ainda mais em uma localidade do extremo sul do império brasileiro, para compreensão das hierarquias sociais. Analisando os batismos de Minas Gerais do século XVIII, Moacir Maia destaca que o escravizado africano quando:

---

[665] MATHEUS, 2016, pg. 233.
[666] MATHEUS, 2016, pg. 233-234.
[667] FARINATTI, 2012, pg. 147; SOARES, 2010; VASCONCELLOS, 2006;
[668] VASCONCELLOS, 2006, pg. 150.

> [...] adquirido e chegar a sua nova moradia, geralmente, o senhor encarregava outros escravos no acompanhamento do recém-chegado, com a obrigação de ensinar-lhe o ofício, inserindo no mundo do trabalho e, assim, iniciava o seu processo de socialização. Dentro dos primeiros seis meses de sua chegada, é que o escravo deveria ser informado da necessidade de ser batizado e da escolha do seu outro nome que o acompanhará nos documentos oficiais, nas matrículas de escravos, nos testamentos e inventários do senhor.[669]

Ou seja, a chegada desses africanos e o tempo em que levariam a receberem o batismo possivelmente os levassem a formar vínculos dentro das escravarias, ou que seus próprios escravistas indicassem pessoas fossem livres ou cativadas ligadas a elas. Moacir Maia destaca ainda para os africanos recém-chegados em Minas Gerais do século XVIII:

> Como o batismo era o sacramento mais disseminado e obrigatório no passado colonial, havia constante aprendizado e assimilação desse ritual do mundo cristão. Os que mais vivenciaram e circularam pelo batismo cristão foram os africanos, homens e mulheres que, se não fossem batizados, deveriam sê-lo assim que estivessem estabelecidos nos domínios portugueses, [...]. Dessa forma, homens e mulheres de diferentes etnias aprenderam, assimilaram e se utilizaram desses laços parentais, mesmo que os sentidos de conversão e escravização fossem rejeitados. Laços que, no cativeiro americano, ganharam significado em suas vidas, pelas dificuldades de criação de outros vínculos, como os matrimoniais, que dependiam também da aceitação dos senhores e da possibilidade aberta ao pagamento das exigências para o enlace.[670]

Portanto o batismo também para o africano era possibilidade de uma criação de laços parentais naquela sociedade, entre os anos de 1810 – 1831 foram batizados 159 africanos, sendo que 96 tiveram escravizados homens como padrinhos de 60% dos africanos batizados em Piratini, ao passo que as mulheres escravizadas foram madrinhas de 47% dos escravizados africanos (74).

Vale ressaltar que para Piratini bem como para localidade de Angra dos Reis estudada por Maria Cristina de Vasconcellos o número de crianças foi superior ao de adultos escravizados. Segundo a autora na localidade por ela investigada, havia um "[...] predomínio de crianças batizadas ocorreu em todos os subperíodos. Os adultos sempre foram minoria, estando em maior representatividade entre 1816-1826, correspondendo a 29,1%.[671]" Na tabela a seguir apresento a disposição das

[669] MAIA, 2011, pg. 5.
[670] MAIA, 2011, pg. 8.
[671] VASCONCELLOS, 2006, pg. 148.

madrinhas e padrinhos dos africanos batizados em Piratini entre os anos de 1810 – 1831.

Tabela 53 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos africanos em Piratini (1810 – 1831)

Condição social	Padrinho	%	Madrinha	%	Total/%
Escravo	96	60	74	47	170/53,5
Forro/Liberto	17	11	10	6	27/8,49
Livre	42	26	16	10	58/18,24
Não foi indicado	1	0,6	45	29	46/14,47
Santa	0	0	1	1	1/0,3
S/R	5	3,12	11	7	16/5
Total	161	100	157	100	318/100

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Como descrito os padrinhos escravizados foram maioria assim como as madrinhas da mesma condição social (53,5%). Cabe ressaltar que dos 96 padrinhos, em um caso houve uma dupla de padrinhos homens escravizados e em um caso houve somente uma madrinha escravizada. Segundo Maria Cristina de Vasconcellos na localidade de Angra dos Reis:

> Embora saibamos que uma das exigências para a participação no ritual fosse o conhecimento da doutrina católica, pouco deveria se exigir de indivíduos ainda em processo de conhecimento de sua realidade. Por acreditar nisso, consideramos que, assim que possível, os escravos eram levados à cerimônia. E pelo papel que desempenhavam, alguns senhores, responsáveis pela escolha dos padrinhos e das madrinhas, selecionaram indivíduos que considerassem aptos para completar a função do ritual, ou seja, a transformação de um recém-chegado em escravo, e, neste caso, nada melhor que fossem escravos.[672]

Em Piratini havia 70 duplas de escravizados tendo padrinho e madrinha escravizados. Os livres que foram 42 padrinhos em 1 caso foram uma dupla de homens, 3 padrinhos tiveram como dupla madrinhas escravizadas, 16 madrinhas livres como dupla, madrinhas não tiveram sua condição social descrita e 16 não tiveram parceiras ou dupla.

Quanto aos africanos que tiveram pais espirituais foram 17 forros em 4 ocasiões tiveram como dupla madrinhas forras, 1 sem registro e em 12 casos não

[672] VASCONCELLOS, 2006, pg. 156.

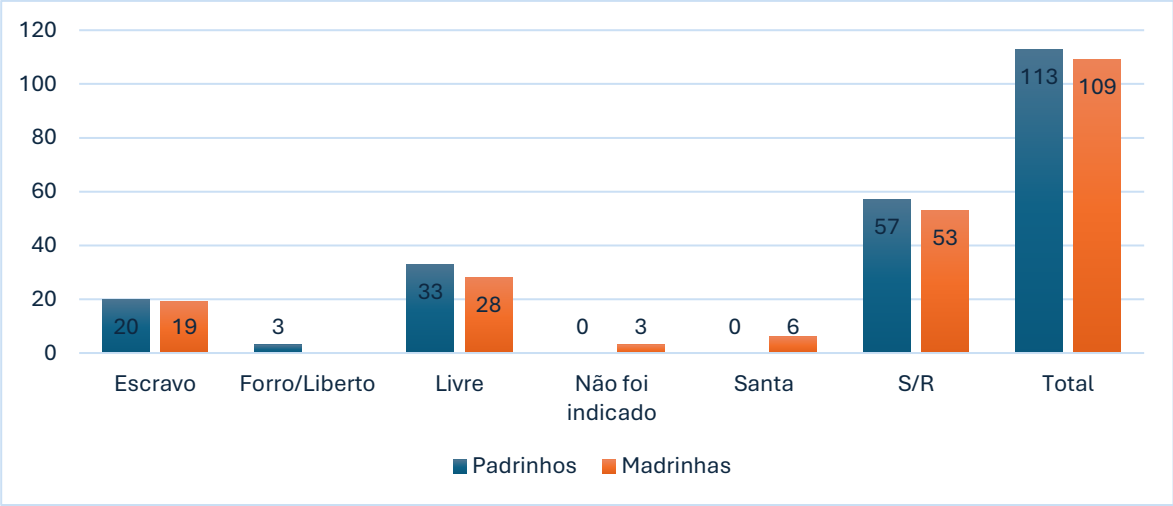
houve madrinhas. 5 homens padrinhos sem registro de condição social tiveram 3 mulheres que não foram citadas as condições sociais destas, um homem sem registro de condição social teve uma mulher forra como parceira.

Investigando os registros de batismos sobre aqueles que tiveram parceiros de escravarias como padrinhos nos anos de 1810-1831, em 18 casos escravizados africanos batizados, onde 12 casais das mesmas escravarias sendo pais espirituais de africanos batizados em Piratini, outros seis padrinhos pertenciam a mesma escravaria, porém em alguns casos não foi citada a madrinha ou não era pertencente ao mesmo núcleo. Dos 18 africanos sete eram das escravarias com mais de 20 cativos, sendo 4 nas posses de Manoel Rodrigues Barbosa[673], onde 2 africanos tinham somente o padrinho o escravizado Joaquim. João escravizado de Manoel Rodrigues Barbosa foi pai espiritual de dois escravizados em um caso sua companheira, não tinha sua condição social registrada seu nome era Maria, que possivelmente fosse a escravizada companheira João também da escravaria de Rodrigues Barbosa em outro batismo de africano. Outros 3 batizandos africanos, estavam na posse de Francisco da Chagas[674], todos com 15 anos, descritos como de Nação Africana, sendo Antônio e Maria pais espirituais dos 3 escravizados.

No período de 1832 – 1850 no meu entendimento houve um sub registro por parte dos clérigos de Piratini, tendo em vista que muitos padrinhos e madrinhas não foram citadas suas condições sociais, todavia, muitos assim como no caso dos escravizados foram citados somente os nomes sem o sobrenome ou outra referência de livres, forros ou libertos. Neste período foram batizados em Piratini 111 africanos (57 homens e 54 mulheres), que entre aquelas pessoas que os apadrinharam tiveram destaques aqueles sem registro de condição social 50% padrinhos e madrinhas, o que reforça esse sub registro.

[673] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – Livro 1, pg. 58 verso e 59. Ano: 1810 – 1819. (A.M.D.Pel.). (Todos 4 batizados no mesmo dia, mês e ano)
[674] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – Livro 1, pg. 4 verso. Ano: 1811. (A.M.D.Pel.).

Gráfico 8 - Condição social dos padrinhos e madrinhas de batizandos africanos em Piratini (1832 – 1850)



Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Tendo como base o gráfico 8 pode se indagar o leitor como havia 113 padrinhos e 109 madrinhas descritas, sendo que eram 111 africanos? Houve nesse período uma dupla de padrinhos livres e outra de homens sem registro de condição social, daí esses dados apresentados no Gráfico. Apesar do sub registro 18% dos africanos tiveram padrinhos e madrinhas desta condição social; 1% dos africanos batizados neste período tiveram padrinhos forros, nenhuma mulher forra foi madrinha de africanos, o que podem também estarem sub representadas pela falta de referências a condição social neste período. No caso dos escravizados e escravizadas com padrinhos livres, 27% deste grupo, os africanos que tiveram uma santa como madrinha foram 3%, e 1% não tinham madrinha indicada.

Dos 111 escravizados africanos batizados em Piratini, somente 5 eram na mesma escravaria, sendo em dois momentos dois casais de: Joaquim[675], africano, sem registro de procedência, batizado em novembro de 1850, cativo de João José de Araújo, senhor dos pais espirituais do africano que eram o casal de padrinhos Luís, escravizado e Maria também escravizada. Outra dupla de padrinhos na mesma escravaria de um africano foram Joaquim e uma escrava em que o nome estava ilegível devido as condições da fonte, apadrinham Januário, africano, sem registro de

[675] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.). 1850, pg. 2.

procedência, adulto, em outubro de 1834[676]; e somente um homem sendo padrinho em outra oportunidade, João foi pai espiritual de Maria, africana, com 10 anos de idade, sem registro de procedência na escravaria de Manoel Rodrigues Barbosa em abril de 1836[677].

Em nenhum destes casos foi indicado se os padrinhos e madrinhas eram ou não africanos nos registros, porém foi descrito como um dos escravizados que tinham sua relação legitimada pela Igreja com Margarida, sem registro de origem, também escrava de Rodrigues Barbosa, sendo pai de Estevão[678], crioulo, batizado em Janeiro de 1844, nascido em 06/09/1843 e teve como padrinhos Apolinário e Maria, ambos sem registro de condição civil. O outro filho de João e Margarida foi o crioulo, Domingos[679], batizado em março de 1845, nascido em 18/01/1845, teve como pais espirituais Antônio e Maria, sem registro de condição social. Exceto os pais espirituais, todos os citados eram cativos de Manoel Rodrigues Barbosa que foi um dos maiores escravistas de Piratini conforme os registros de batismos. Manoel se valeu tanto da reprodução natural quanto do tráfico Atlântico para aumentar sua posse escrava. Um destes foi o africano João, Cabinda, adulto, batizado em Piratini no mês de abril de 1839, teve como padrinho Joaquim, sem madrinha. João foi um dos casos citados acima, há de se ter como hipótese de que esse mesmo João tenha sido padrinho de 9 escravizados entre 1810 – 1831 e 1 entre 1832 = 1850. Quanto a esposa de João, Margarida, preta, africana, ela também foi vítima do tráfico atlântico de seres humanos, foi batizada em Piratini no ano de 1836, ainda menina aos 11 anos, teve como pais espirituais José, escravo, sem registro do escravista e Maria, escrava de José de Matos. Possivelmente, na relação entre Margarida e João se aplique o que aponta Slenes a respeito das africanas mais jovens procurarem algum africano, mesmo que mais velho, que foi o caso aqui destacado, por compreender que este estava a mais tempo resistindo àquele mundo, e ao que parece João tinha algum capital social hierárquico, que o fez pelo menos no primeiro recorte ser padrinho de 9 cativos.

[676] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1834, pg. 191.
[677] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1836, pg. 203 verso.
[678] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1844, pg. 298.
[679] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1845, pg. 318.

Tabela 54 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos africanos em Piratini (1851 – 1862)

Condição social	Padrinho	%	Madrinha	%	Total/%
Escravo	10	67	10	66,67	20/66,7
Forro/Liberto	2	13	1	6,67	03/10
Livre	2	13	3	20	5/16,7
Não foi indicado	0	0	0	0	0
Santa	0	0	1	6,67	1/3,33
S/R	1	7	0	0	1/3,33
Total	15	100	15	0	30

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Nos anos de 1851 – 1862 foram batizados 15 africanos em Piratini (7 homens e 8 mulheres), que foram apadrinhados em 66,7% por outros escravizados, sendo que 6 eram africanos, 4 homens e 2 mulheres cativos e 2 libertos africanos 1 homem e uma mulher. Os livres representavam 16,7% dos pais espirituais, quanto aos forros/libertos (as) foram 10% com destaque para os homens. Nenhum dos batizandos teve como pais espirituais cativos da mesma escravaria. O que pode representar também a possibilidade de que os escravistas interferiram na escolha dos padrinhos e madrinhas ou a falta de opções por parte destes africanos recém desembarcados.

Segundo Moacir Maia, em outros trabalhos por ele escritos, ele entendia os batismos de africanos como algo que denomina como "formal[680]", porém no transcorrer de suas pesquisas segundo ele:

> Seria formal, pois o sentido de conversão do batismo causaria repulsa ao africano recém-chegado, negando a religião senhorial. O que pode ter realmente acontecido. No entanto, o capital social gerado pela relação entre os 'novos parentes' não foi rejeitado. Dessa maneira, uma importante chave de compreensão sobre as alianças em cativeiro, a reprodução de antigos valores e a apropriação de novos, não foi tão valorizada pelos estudos sobre o africano na América Portuguesa[681].

Logo, essas novas alianças feitas pelos africanos novos na América Portuguesa (e acredito no período Imperial) tenha tido outros contornos, possivelmente fossem os escravizados quem tomasse também o papel da escolha de seus pais espirituais. Vejamos o caso descrito em 1832-50, de João e sua afilhada

[680] MAIA, 2011, pg. 9.
[681] MAIA, 2011, pg. 9 - 10.

Maria[682], africana de 10 anos, possivelmente a interlocutora dessa menina tenha sido Margarida esposa de João. Provavelmente o fato dele estar a mais tempo naquela escravaria, ter angariado um capital hierárquico tenha pesado na escolha de Maria para seu padrinho. Por tanto como afirma Martha Hameister “Ter um padrinho significava ter alguém que lhe dava fiança ante Deus e ante a sociedade[683].”

Partindo disto dos 10 batizandos com padrinhos cativos, 8 tiveram pais espirituais da mesma condição social (escravizados); um batizando teve um escravo como padrinho e a Santa como mãe espiritual; 1 batizando africano teve um casal de libertos; 1 teve um padrinho forro e uma madrinha escrava; dois foram batizados por dois casais de pessoas livres e 1 teve um padrinho sem registro de condição social e uma madrinha livre.

No século XVIII em Minas Gerais, o governador Conde de Assumar ordenou que os padrinhos de africanos não fossem outros escravizados, pois segundo ele os pais espirituais fariam também um papel de incentivar revoltas, segundo as pesquisas de Moacir Maia. Mas ao estudar as localidades de Vila Rica e Vila do Carmo, o referido historiador descreveu, 73% e 86% respectivamente, foram padrinhos da mesma condição social dos afilhados, ou seja, eram escravizados, o que segundo Maia estes dados “[...] apurados entre as duas primeiras vilas do território mineiro são fundamentais para evidenciar que o apadrinhamento do recém-chegado mobilizava parceiros de cativeiro ou indivíduos pertencentes a outros senhores.[684]”

Segundo Marta Hameister, sobre os batismos de escravizados na vila do Rio Grande no século XVIII:

> na qual uma comunidade de africanos e afro-descendentes estava ainda por se constituir, assim como a sociedade ainda estava por fazer-se a partir de conhecimentos e experiências pregressas, não havia muitos “anciãos africanos” para servirem de iniciadores nos ritos religiosos. Por outro lado, encontraram na nova localidade formas de parentesco ritualizado que vinculavam pessoas que não pertenciam necessariamente ao mesmo núcleo familiar, fosse de parentesco afim ou consanguíneos. A esses africanos foi oferecida a possibilidade de vincularem-se a “protetores espirituais”, iniciadores nos ritos da cristandade no ato do batismo, que para os católicos também tem o significado de renovação, renascimento, deixar para trás o pecado original ou a vida pregressa e inserir-se no novo mundo que a eles se lhe impunha.[685]

---

[682] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1836, pg. 203 verso.
[683] HAMEISTER, 2006, pg. 186.
[684] MAIA, 2011, pg. 10.
[685] HAMEISTER, 2066, pg. 321 – 322.

Portanto, posso compreender que o batismo para esses africanos foi uma etapa de um processo de resistência em um mundo “novo”, onde foram necessárias ressignificações, fossem elas sociais e parentais. Em alguns casos como na escravaria de Manoel Rodrigues Barbosa outros africanos tenham feito por seus afilhados aquilo que seus pais espirituais fizeram ou não eles. Retomo o caso de Maria, africana, com 10 anos, um pouco mais ou menos, João e inclusive Margarida (que não foi sua madrinha), devem ter sido um amparo a ela. A própria Margarida introduzida com quase a mesma idade Maria, certamente sabia a importância daquele ritual para a pequena africana escravizada, mas e para seus filhos e outros crioulos o que o batismo representou?

Tabela 55 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos crioulos em Piratini (1810 – 1831)

Condição social	Padrinho	%	Madrinha	%	Total/%
Escravo	577	58	584	59,9	1161/59
Forro/Liberto	68	7	71	7,3	139/7
Livre	272	28	180	18,5	452/23
Não foi indicado	13	1	34	3,5	47/2
Santa	0	0	11	1,1	11/1
S/R	55	6	95	9,7	150/8
Total	985	100	975	100	1960/100

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Entre as pessoas que apadrinharam cativos crioulos neste mesmo recorte temporal dos 980 batizandos, 572 tiveram padrinho com a condição de escravizados. Ao lado dos padrinhos escravizados estavam em 534 batismos mulheres escravizadas, 4 outro padrinho como dupla (sendo em duas oportunidades os mesmos padrinhos[686]), 20 escravizados tiveram seus padrinhos um homem cativo e uma mulher forra, 2 escravizados foram apadrinhados por 2 cativos com 2 mulheres livres, 1 cativo teve como pais espirituais um escravo e uma mulher sem registro de condição social, 3 escravizados foram apadrinhados por 3 cativos e suas parceiras eram Nossa Senhora da Conceição. E oito escravizados só tiveram um padrinho presente sem a madrinha de companheira.

[686] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1810, 1811, pg. 2 verso e 7.

Entre os batizandos que tiveram homens livres como padrinhos foram um total de 273 escravizados crioulos em que seus padrinhos em 20 batismos tiveram mulheres escravas como madrinhas, 170 batizandos tiveram lado a lado homens e mulheres descritas como livres, um homem livre foi padrinho ao lado de outro em um batismo; 55 mulheres sem registros foram madrinhas ao lado de homens livres; 5 batizandos tiveram homens livres (5) ao lado de Santas. E 13 batizandos tiveram somente um padrinho. Quanto aos padrinhos forros, 67 batizandos tiveram homens nessa condição acompanhados de 32 madrinhas descritas como escravas, 39 como forras, 1 livre, 3 sem registro de condição social e dois não tiveram parceira madrinhas. Aqueles escravizados que seus padrinhos não tinham a condição social registrada foram 63, dos quais 5 eram madrinhas escravizadas, 3 forras, 7 livres, 34 sem registro, 3 batizados tiveram homens sem registro de condição social e a santa como madrinha.

Ou seja, podemos observar que os padrinhos e madrinhas geralmente eram maioria entre os parceiros de mesma condição social. Um exemplo disso podemos ver nos seguintes casos: dos 572 batizandos com um padrinho escravizado, estes por sua vez em 93,4% tiveram uma madrinha escrava como parceira. Entre os escravizados batizandos com padrinhos livres, em 62,3% de madrinhas livres; os padrinhos forros em 58,2% tiveram uma madrinha da mesma condição social e 54% dos homens sem registro de condição social tiveram mulheres da mesma condição social.

Quanto aos crioulos no mesmo recorte temporal foram somando padrinhos e madrinhas escravizados(as) nas mesmas escravarias um total de 156 pessoas. Sendo que em 68 batismos foram parceiros homens e mulheres cativos escolhidos como pais espirituais pelas mães e pais consanguíneos dos batizandos. Sendo nas escravarias com mais de 20 cativos os que mais tiveram apadrinhamentos endógenos. Foram 62 de escravizados de ambos os sexos que apadrinharam crianças nascidas nas grandes escravarias de Piratini, destas 28 tiveram casais endógenos entre padrinhos e madrinhas 40% do total deste grupo. Muito possivelmente esses escravizados buscaram reforças laços internos nas escravarias em que viviam, posso entender como uma extensão da família o que venho destacando no decorrer deste texto[687].

[687] Todas as informações foram retiradas de: L.R.B.E.F.N.S.C.P – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Segundo Martha Hameister ao estudar o compadrio na Vila de Rio Grande, na escravaria de Francisco Pinto Bandeira, os escravizados daquele homem buscavam manter laços entre si e incluindo familiares do escravista. Mas para este caso aqui analisado vale as primeiras relações que segundo Martha Hameister "[...] Geravam-se no parentesco espiritual as relações, ou simulacro das relações, que haviam sido abruptamente interrompidas com a captura de escravos na África e sua posterior venda como "peças" no mercado escravista desse lado do Atlântico.[688] [...]".

No período de 1832 – 1850 é mais visível a presença de pessoas livres sendo padrinhos e madrinhas, do que escravizados, isso se dava muito pelo processo de sub registro como já descrito anteriormente neste texto, possivelmente essa questão influiu no processo de inserção de escravizados no compadrio de crioulos e africanos.

Tabela 56 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos crioulos em Piratini (1832 – 1850)

Condição social	Padrinho	%	Madrinha	%	Total/%
Escravo	310	19	321	20	631/20
Forro/Liberto	38	2	31	2	69/2
Livre	634	41	517	34	1151/37
Não foi indicado	10	1	11	1	21/1
Santa	0	0	27	2	27/1
S/R	571	37	636	41	1207/39
Total	1562	100	1544	100	3106

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Os pais espirituais sem registro de condição social foram a maioria neste período, possivelmente muitos destes fossem escravizados ou libertos tendo em vista que muitos dos casos havia somente o nome do sujeito. Trago novamente a cena o casal Antônio[689] e Rosa[690], da escravaria de José Dutra de Andrade, que neste recorte temporal tiveram batizados dois filhos, ambos também já citados Boaventura[691] e Malaquias[692]. De 1832 – 1850, uns dos padrinhos e madrinhas com mais de 2 registros foram Antônio e Rosa, sem condição social descrita, levo em conta que

[688] HAMEISTER, 2006, pg. 316.
[689] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1841, 1842, pg. 267 verso e 276 verso; Ano: 1841 -1842.
[690] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1841, 1842, pg. 267 verso e 276 verso.
[691] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1841, pg. 267 verso; Ano: 1841.
[692] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1842, pg. 276 verso; Ano: 1842.

possivelmente fosse o casal da escravaria de José Dutra de Andrade, pois foram nas cinco vezes descrito de forma consecutiva nos batismos de: Ana[693], crioula, filha legítima de Violanta e Domingos (este já falecido no batismo da filha), ambos crioulos; Sebastião[694] batizado em março de 1839, nascido em 20 de janeiro do mesmo ano; Domingos[695], crioulo, batizado em novembro de 1840, nascido em 06 de setembro do mesmo ano; Inácio[696] e Inácio[697], todos crioulos e filhos naturais de Maria crioula, com Antônio e Rosa como pais espirituais. Importante destacar que Domingos[698] afilhado de Antônio e Rosa (escravizados ou não), foi doado a Miguel Dutra Pinheiro; Felipe[699], crioulo, filho natural de Maria, descrita como de nação crioula, batizado em dezembro de 1832, nascido em 1° de maio daquele ano, que tinha como padrinhos Domingos e Violanta, escravizados sem o nome do seu escravista, foi doado ao mesmo afilhado de José Dutra de Andrade que foi Malaquias filho de Antônio e Rosa, que era José Dutra Pinheiro. O mesmo José Dutra Pinheiro também recebeu como doação de seu padrinho José Dutra de Andrade a posse de Paulo[700], crioulo, filho natural de Maria, batizado em 1833, nascido em 15/11/1833. O pequeno Paulo teve como padrinhos Joaquim, sem condição social descrita e Rosa, escrava, porém sem descrição de seu escravista. Outro filho de Maria, doado a José Dutra Pinheiro foi o pequeno Matheus[701], crioulo, filho natural, batizado em fevereiro de 1838, nascido em 10/09/1837. Miguel teve como pais espirituais Francisco e Violanta, ambos sem condição social descritas. Parece que havia uma preferência de José Dutra de Andrade em doar os filhos de Maria, pois em outubro de 1843, “doou para a neta Joaquina da Silva Pinheiro, filha legitima Manoel Antônio da Silva e Esméria Pinheiro da Silva[702]” o pequeno Paulino[703], filho natural da escravizada Maria, nascido em 23/06/1843, e tinha como padrinhos duas pessoas livres João Cardoso de Oliveira e Florinda Furtado de Mendonça.

---

693 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1837, pg. 219 verso; Ano: 1837.
694 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1839 pg. 235 verso; Ano: 1839.
695 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1840 pg. 246 verso; Ano: 1840.
696 Aqui me parecem ser o mesmo, porém há dois registros de batismos, não consta também serem gêmeos, então contabilizei como sendo duas crianças diferentes tal qual a fonte.
697 Ambos os registros: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1841- pg. 267.
698 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1840, pg. 246 verso.
699 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1832, pg. 173 verso.
700 L.R.B.E.F.N.S.C.P – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1840 pg. 246 verso.
701 L.R.B.E.F.N.S.C.P – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1838, pg. 221 verso.
702 L.R.B.E.F.N.S.C.P – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1843, pg. 301; Ano: 1843.
703 L.R.B.E.F.N.S.C.P – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).1843, pg. 301; Ano: 1843.

Outro fator que é importante destacar é que nesta escravaria (de Dutra de Andrade) 5 batizandos tiveram 5 escravizados padrinhos e 4 madrinhas, sendo 3 (33%) na mesma escravaria, o que me leva a crer ser uma das explicações de serem os mesmos sujeitos, outro elemento é que um dos casais desta escravaria era Domingos e Violanta, e um dos casais pais espirituais sem registro de condição social se chamavam Domingos e Violanta. Quanto as doações dos filhos de Maria há algumas hipóteses: a) baixa expectativa de vida das crianças: as crianças não passaram dos 5 anos de vida[704]; b) pela questão do apadrinhamento de José Dutra de Andrade com José Dutra Pinheiro, possivelmente este quisesse aumentar a mão de obra de seu afilhado, concedendo a ele meninos a trabalharem futuramente na lida do campo; c) possivelmente o aumento da escravaria estivesse fazendo com que diminuíssem as condições de manutenção das mesma; Há outra hipóteses para tentar compreender o que se passava naquela escravaria, fato é que destes somente Antônio[705] acabou sendo liberto no testamente de Dutra de Andrade.

Quanto ao segundo grupo que mais esteve presente como padrinho/madrinha temos os livres 37%, sendo que os homens foram mais vezes padrinhos do que as madrinhas. Somando todos livres padrinhos/madrinhas havia um total de 1151, que em 497 foram duplas ao apadrinhar crianças escravizadas, quatro duplas de padrinhos homens batizaram quatro rebentos cativos, 16 homens livres tiveram 16 mulheres escravizadas como companheiras ao batizar escravizados crioulos, 1 homem livre estava com uma mulher forra, 98 homens tiveram 98 mulheres sem registro de condição social como parceiras ao batizar uma criança escravizada, 1 homem livre teve como dupla um homem sem registro de condição social, em 16 ocasiões os homens livres tiveram a Nossa Senhora 8 (descrita de forma genérica), Nossa Senhora da Conceição 6 ocasiões e 2 Nossa Senhora do Socorro.

Os escravizados padrinhos/madrinhas tiveram 20% dos compadrios com seus parceiros cativos fossem da mesma escravaria ou não. Os padrinhos homens foram 310 menos escolhidas por suas “comadres” do que as escravizadas madrinhas 321. Das 321 em 87% dos seus parceiros padrinhos foram escravizados, em 5% das madrinhas escravizadas tiveram os 16 padrinhos livres. Em 6 oportunidades as

[704] Sobre isto: ROSSINI, 2019, pg. 781.
[705] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1865 – Processo n°: 030. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 166.

madrinhas escravizadas tiveram como padrinhos homens sem registro de condição social. Para os padrinhos escravizados após as escravizadas as forras foram duplas em 14 batismos; em 4 batismos foram cativos padrinhos e 4 madrinhas sem registro de condição social, em outras 4 ocasiões as duplas dos padrinhos escravizados foram as mulheres livres e em 6 ocasiões a madrinha ao “lado” dos padrinhos cativos foram Nossa Senhora (4 descritas como Nossa Senhora e 2 da Conceição). Os 38 homens forros/libertos que foram padrinhos tiveram outras forras/libertas como parceiras em 15 batismos; as escravizadas estiveram ao lado dos forros/libertos em 16 ocasiões; duas mulheres livres foram madrinhas juntamente com dois homens forros, sendo que 1 uma dupla eram conjugues, o crioulo forro Abel Fernandes a livre Maria Alves, ambos foram padrinho/madrinha de Eugênia[706], crioula, nascida em 14/06/1850, batizada em agosto do mesmo ano, era filha natural de Benedita, ambas escravizadas de Antônio José Luís. Em 4 batismos de crianças cativas homens forros tiveram como madrinhas mulheres sem registro de condição social, sendo que um destes homens era casado, com uma destas madrinha: Bento, forro era casado com Maria Rosa, ambos apadrinharam Bento[707], preto, crioulo, talvez uma homenagem ao seu padrinho, filho natural de Florência, batizado em julho de 1835 e nascido em 05 de abril daquele ano, ambos (mãe e filho) escravizados de Joaquim Alves de Oliveira. Em um batismo a dupla de um padrinho forro foi Nossa Senhora.

Os batizandos com padrinhos na mesma escravaria foram um total de 42 crioulos, destes em 8 casais de pais espirituais estavam na mesma escravaria do batizando. Um exemplo, pode ser Belisária[708], crioula, batizada em junho de 1836, nascida em 03/05/1835, filha natural de Cipriana, crioula, escravizadas de Francisco Garcia de Vasconcelos. Belisária teve como pais espirituais os cativos do mesmo senhor Francisco de Liberata. Nas escravarias de 1 – 4 cativos, havia 3 casais de pais espirituais do mesmo escravista, 6 padrinhos tiveram como parceiras madrinhas de outras escravarias, 4 madrinhas tiveram outros parceiros que não das mesmas escravarias (2 cativos e 2 livres), totalizando 16 escravizados envolvidos com afilhados do mesmo escravista. Para as escravarias com 5 a 9 cativos, foram 9 casais do mesmo núcleo senhorial apadrinhando filhos de seus parceiros, totalizando 18 escravizados (9 homens e 9 mulheres), 2 padrinhos da mesma escravaria tiveram

[706] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 383; Ano.
[707] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1843, pg. 301.
[708] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1833, pg. 181.

parceiras de outros senhores, e 4 madrinhas das mesmas escravarias tiveram padrinhos libertos como dupla. As escravarias 10 a 19 cativos havia 4 casais de pais espirituais da mesma escravaria, e 3 padrinhos com escravizadas de outros escravistas, 1 com uma liberta e um sem madrinha de companheira; uma madrinha escravizada de nome Gertrudes[709], crioula, do mesmo cativeiro que o batizando Paulino, crioulo, filho natural de Madalena, batizado em novembro de 1850, nascido em 12/06/1847, tinha como parceiro padrinho o pardo livre Floricio, o qual a relação não foi descrita. Nas escravarias com mais de 20 cativos havia 5 casais (10 escravizados sendo 5 homens e 5 mulheres) que apadrinharam os filhos de seus parceiros de cativeiro, um padrinho teve como dupla Nossa Senhora.

Tabela 57 - Condição social de padrinhos e madrinhas de batizandos crioulos em Piratini (1851 – 1862)

Condição social	Padrinho	%	Madrinha	%	Total/%
Escravo	415	51	438	54	853/51
Forro/Liberto	50	6,2	273	33	323/20
Livre	318	38,4	54	7	372/23
Não foi indicado	10	1,2	13	1	23/1
Santa	0	0	9	1	09/1
S/R	26	3,2	32	4	58/4
Total	819	100	819	100	1638/100

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

No último recorte temporal, das 834 crianças escravizadas batizadas na localidade de Piratini 51% dos padrinhos/madrinhas eram cativos, indo ao encontro da minha hipótese de que houve um sub registro destes no período anterior. Relevante observar que neste período o número de mulheres forras e libertas foi superior aos demais recortes temporais, obviamente algumas destas foram citadas mais de uma vez o que não inviabiliza o crescimento destas na localidade, ao passo que a citação a padrinhos na mesma condição social foi menor percentualmente.

Segundo Marcelo Matheus em suas pesquisas sobre o compadrio em Bagé o autor destaca que o

> crescimento de padrinhos escravos e forros nas décadas de 1850 e 1860 (passando de 50%, no caso das madrinhas, e de 45%, no caso dos padrinhos) está coerente com o crescimento da população escrava e forra na

[709] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).1850, pg. 3.

> localidade. Da mesma forma, revela um estreitamento e um amadurecimento das relações sociais entre indivíduos egressos do cativeiro.[710]

Possivelmente esse crescimento tenha ocorrido em Piratini como demonstram os registros de batismos. Chama a atenção também a redução de mulheres livres chamadas a pia batismal para serem madrinhas de crianças escravizadas, enquanto os homens livres seguiram sendo parcela considerável dos padrinhos. Outro fato que corrobora a hipótese de sub registro ou até negligência dos párocos na localidade de Piratini é o baixo número de padrinhos/madrinhas sem condição social registradas.

Assim como nos outros períodos os escravizados padrinhos tiveram como parceiros madrinhas na mesma condição social, dos 415 batizandos com cativos descritos como padrinhos 382 com madrinhas escravas como dupla 46% nesta condição social. As madrinhas escravizadas que foram as mais citadas em batismos, 438, tiveram ao seu lado como padrinhos homens de outras condições, como demonstrado no gráfico a seguir

Gráfico 9 - número de padrinhos que foram duplas com madrinhas escravizadas (1851 – 1862)

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Possivelmente houvesse preferência das mães dos batizandos em indicar mulheres na mesma condição que elas, como descrito anteriormente não só pensando em questões de alforria, mas também em uma proteção em uma sociedade instável e violenta como aquela, em Piratini como poderemos investigar mais adiante os números de violência aumentaram exatamente neste período. A presença

[710] MATHEUS, 2016, pg. 247.

marcante de homens livres acredito também estarem inseridos nesse princípio de proteção em momentos mais críticos da vida de seus afilhados, alguém a quem recorrer, o mesmo para o índice de mulheres forras. Muito possivelmente as mães escravizadas viram suas comadres ascenderem, conseguirem suas alforrias, crescido na hierarquia social e seriam boas madrinhas a seus afilhados. Segundo Hebe Mattos em seus estudos sobre o sudeste escravista brasileiro destaca a figura do "bom padrinho" que "[...] era, na maioria dos casos, um recurso de sobrevivência absolutamente necessário.[711]"

Segundo Marcelo Matheus as relações de hierarquia social começavam dentro do cativeiro, segundo ele:

> as relações de compadrio, um dos primeiros vínculos produzidos na vida de um indivíduo naquela sociedade. E, por isso também, a importância em averiguar a inserção social e, posteriormente, a possibilidade de mobilidade social daqueles escravos ou libertos que mais apareceram apadrinhando. Com efeito, acredita-se que uma quantidade significativa de laços de compadrio fazia com que estes sujeitos concentrassem recursos, materiais e simbólicos, os quais podiam servir a eles (na busca pela realização de seus projetos), ou mesmo circular pela rede social em que estavam inseridos, beneficiando outros indivíduos.[712]

Provavelmente essa escolha por um número maior de mulheres forras do que em outros períodos tenham sido mais significativa, o mesmo para de mulheres escravizadas, possivelmente visando estabelecerem um círculo maior de relações buscaram em outras escravizadas o papel de mãe espiritual em caso de separação fosse por doação, venda ou morte, buscando através dos pais estreitarem a relação dos filhos com seus padrinhos/madrinhas, isso pode ficar também evidente que se mantiveram altos os índices da padrinhos na condição de livres.

Dos 853 escravizados/escravizadas que foram citados sem levar em conta aqueles que foram padrinhos mais de uma vez, ou seja, não estou considerando a segundo ou terceiro batismo que um cativo ou cativa apadrinhou, 96 (50 padrinhos e 46 madrinhas) foram compadres de mães de batizandos na mesma escravaria cerca de 11%. Nesse período as escravarias com 10 até 19 cativos foram os que mais tiveram esse processo endógeno de compadrio 32 (15 padrinhos e 17 madrinhas). No

[711] MATTOS, 2013, pg. 58.
[712] MATHEUS, 2016, pg. 46.

próximo subcapítulo vou abordar os padrinhos/madrinhas que mais foram citados nos recortes temporais averiguados.

3.6 - Os campões de batismos de escravizados em Piratini (1810 – 1862)

Este subcapítulo tem como objetivo destacar aqueles que foram os chamados “campeões” de batismos, ou seja, aqueles padrinhos/madrinhas que mais foram a pia batismal iniciar seus afilhados ao cristianismo a partir deste primeiro sacramento. Além dos escravizados/escravizadas que mais batizaram, averiguei como as escravarias as quais pertenciam foram citadas nos batismos.

Nos quadros a seguir como forma de seleção escolhi aqueles pais espirituais com 6 ou mais afilhados, muito porque o número de livres descritos seria inferior, no quesito aqueles que mais vezes foram indicados como padrinhos. Neste período o índice de sub-registro foi inferior ao período a seguir, o que proporcionou o levantamento de escravizados com mais de 6 indicações na pia batismal. Vou dispor os dois quadros de padrinhos e madrinhas e depois as analisarei para facilitar o andamento do texto tendo em vista que muitas destas pessoas foram duplas/parceiros em vários batismos havendo uma relação entre os citados nos quadros a seguir pela questão de que muitos não tiveram envolvimentos assim como nos anos de 1810 – 1831, abordarei primeiros os padrinhos e a seguir as madrinhas.

Quadro 9 - Padrinhos mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1810 – 1831)

Nome do padrinho	Condição Social	Escravista	Total de afilhados
Antônio	Escravizado	José Rodrigues Barcelos	6
Antônio	Escravo	José Pereira da Silva Cacório	9
Aureliano Garcia de Vasconcellos	Livre	-	6
Cláudio	Escravizado	Manoel Correia da Silva	8
Floriano Jacinto de Barros/Floriano Jacinto	Livre	-	6
Inácio	Escravizado	Rosa Maria da Silva	11
Isidoro	Escravizado	José Inácio de Vasconcelos	11
João	Escravizado	Manoel Rodrigues Barbosa	9
José	Escravizado	José Pereira da Silva Cacório	31

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Quadro 10 – Madrinhas mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1810 – 1831)

Nome do padrinho	Condição Social	Escravista	Total de afilhados
Ana	Escravizada	Antônio Francisco de Camargo	8
Engrácia	Escravizada	José Inácio de Vasconcelos	6
Eufrásia	Escravizada	Rosa Correia da Silva e Manoel Correia da Silva	12
Josefa	Escravizada	José Pereira da Silva Cacório	32
Maria	Escravizada	Manoel Correia da Silva	7
Maria	Escravizada	José Pereira da Silva Cacório	10
Maria	Escravizada	José Rodrigues Barcelos	6
Maria	Escravizada	José Pimentel de Melo	14
Nossa Senhora da Conceição	Santa	-	8

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).

Podemos observar que em ambas os quadros algumas pessoas cativas de certas escravarias tiveram mais citações, como no caso da escravaria de José Pereira da Silva Cacório, que teve mais indicações entre aqueles com mais de 6 batismos como padrinho/madrinha (48 batizandos). Todavia, primeiro vou apresentar quem foi José Pereira da Silva Cacório. Não há informações de seu local de nascimento nem a data dele, mas segundo Jayme D'Ávila, Cacório casou-se duas vezes[713]. Na primeira ocasião com Angelina da Rosa Pinheiro, era natural dos açores no Faial, acabou falecendo em 10 de abril do ano de 1833, o casal não deixou filhos. Porém Cacório não levou muito tempo e encontrou uma nova companheira, Manoela Inácia de Jesus, casando-se em 07 de setembro de 1833. Manoela era filha de Luiz Vaz Bragança e Rosa Inácia de Jesus. Quanto a José Pereira da Silva era um homem de destaque na sociedade de Piratini, pois foi uma das pessoas que assinou o auto de criação da Vila e foi vereador na localidade em 1832[714]. No livro de Jayme de Ávila não encontrei referências a filhos do casal, o que me leva a crer que não tiveram herdeiros diretos. Possivelmente a escolha de seus escravizados a apadrinharem

[713] D'ÁVILA, 2007.
[714] Todas as informações foram retiradas de D'ÁVILA, 2007, pg. 217.

passava não só pela hierarquia de seus escravizados como também de seu escravista, os campeões de batismos foram o caso José e Josefa.

Retomando a investigação dos 48 batizandos que foram apadrinhados por escravizados de cativos de José Pereira da Silva Cacório, em 39 batismos houve parcerias entre cativos de Cacório, e em 4 somente os homens foram padrinhos nas cerimônias com madrinhas de outros senhores/senhoras. As relações de compadrio (padrinho/madrinha) dos cativos desta escravaria se deram da seguinte maneira: em 10 batismos nas pequenas escravarias de 1-4 cativos, 13 nas posses com 5 a 9 escravizados, 15 batizandos tiveram padrinhos nas escravarias com 10 – 19 escravos, sendo 3 na mesma posse de Cacório; e somente 1 batizando nas posses escravas com mais de 20. As madrinhas que tiveram padrinhos de outras escravarias ao batizarem cativos introduzidos no catolicismo, foi uma nas posses de 1 a 4, dois batismos tinham madrinhas da escravaria de Cacório nas posses 10 a 19 escravos. Os padrinhos sem parceiras da mesma escravaria foram 3 batismos nas posses de 1-4 cativos e em 1 batismo houve um padrinho da escravaria de Cacório nas escravarias de 10 a 19 escravos.

José, escravizado de José Pereira da Silva Cacório foi citado em 31 ocasiões[715] de batismos de escravizados em Piratini, era casado com Josefa, escravizada do mesmo Cacório, ambos batizaram 24 pessoas escravizadas juntos. E em 3 destes batismos em ambos conta como casado, o que tiveram sua relação legitimada pelo Igreja após Josefa ter dado à luz em 1°/05/1817 a Joana[716], crioula, sua filha natural, batizada em maio de 1817, teve como padrinhos Antônio e Maria, também escravizados de Pereira da Silva (Antônio teve 9 afilhados e Maria 10 neste período). Em setembro de 1818, Josefa[717] deu à luz a Januária crioula, sem o nome do pai descrito no Registro de Batismo e com os mesmos padrinhos de sua irmã Antônio e Maria. Sobre o casal José e Josefa, o primeiro foi descrito como africano em 5 batismos, dos quais em 3 de procedência Central Atlântico e 2 de Nação, da mesma forma que Josefa.

Metodologicamente, pelo fato de Josefa (mãe) ser descrita como crioula e a madrinha dos demais escravizados ser descrita como africana, posso levantar duas

[715] L.R.B.E.F.N.S.C.P . – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).
[716] L.R.B.E.F.N.S.C.P . – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). 1817, pg. 44.
[717] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.).1818, pg. 51 verso

hipóteses sobre sua procedência e quem eram: a) eram duas pessoas diferentes; b) talvez o padre na hora do registro não tenha dado tanta importância sobre a africanidade ou não dos escravizados.

José foi padrinho de 4 africanos homens, sendo que em 3 teve Josefa (Amaro[718], João[719] e Jerônimo[720]) ao seu lado como madrinha e uma vez (Francisco[721]) a escravizada Doroteia de Rosa Correia. Josefa em um batismo (Manoel[722]) que foi madrinha de um homem africano teve como parceiro Vitorino.

Quadro 11 - afilhados africanos de José e Josefa escravizados de José Pereira da Silva Cacório

Nome do Batizando	Mês	Ano	Cor	Condição	Crioulo ou Africano	Idade	Procedência	SENHOR da mãe e/ou do Batizando
Amaro	Abril	1822	S/r	Escravo	Africano	Adulto	Moçambique	Antônio José Vieira de Brito
Joao	Abril	1823	Preto	Escravo	Africano	Adulto	Cabinda	Domingos Lopes de Carvalho
Jeronimo	Novembro	1823	Negro	Escravo	Africano	-	Cabinda	Antônio Correia da Silva
Francisco	Setembro	1824	Negro	Escravo	Africano	Adulto	De nação	Joaquim Alves de Oliveira Castro
Manoel	Outubro	1824	Negro	Escravo	Africano	Adulto	Moçambique	Joao Antônio de Morais

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1822, 1824, pg. 93 - 112.

Dos 5 africanos batizados por José e Josefa, podemos observar que 4 são ligados a cultura bantu[723]. José e Josefa foram padrinhos de 21 crianças escravizadas crioulas, sendo 12 meninas e 9 meninos, entre os anos de 1818 – 1829. Sobre os dois Moçambique apadrinhados pelos escravizados, Amaro por José e Josefa e Manoel por Josefa, um dos motivos que podem ter levados a serem os pais espirituais destes pode ser a língua, pois conforme Edward A. Alpers, os moçambicanos ao chegarem ao Brasil "[...] os africanos orientais escravizados, quando desembarcaram no Brasil, não perderam a língua materna, mesmo que tivessem poucas oportunidades de usá-la ao aprenderem o português ou adotarem uma língua bantu mais usual como o kimbundu".[724]

[718] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1822, pg. 93.
[719] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 101. Ano: 1823.
[720] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 104 verso.
[721] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1824, pg. 112.
[722] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1824, pg. 112.
[723] Segundo Alpers os grupos de procedência oriundos da África Oriental falavam línguas de origem Bantu. (ALPERS, 2018, pg. 85-92).
[724] ALPERS, 2018, pg. 91.

Além destes quatro escravizados havia também na escravaria de José Pereira da Silva Cacório, a africana Maria, mãe da escravizada Ana[725], nascida em 16/08/1813 e batizada em outubro do mesmo ano, seus padrinhos foram os livres Joaquim da Rosa Pinheiro e Teresa da Rosa Rodrigues Pinheiro. Ana inclusive foi doada a Mariana Silveira, sobrinha de Angélica Rosa Pinheira[726], 1ª esposa de José Pereira da Silva Cacório. Faziam parte também da escravaria de Cacório, os cativos Miguel e Catarina que foram padrinhos de Fortunata[727], crioula, nascida em 22/10/1815, batizada em novembro daquele ano e filha natural de Maria, preta, crioula.

Ao que parece José Pereira da Silva Cacório faleceu em 1858, ano do seu testamento[728], não encontrei referência ao seu inventário. Em seu testamento contavam os escravizados Pio, que foi deixado como herança a Ana Inácia de Jesus, Matheus deixado para Maria José e José Pequeno que foi deixado para Maria de Jesus[729].

Entre os escravizados que mais apadrinharam batizandos neste recorte temporal estavam Isidoro e Engrácia, que foram pais espirituais de 11 e 6 batizandos respectivamente. Ambos eram cativos de José Inácio de Vasconcelos, natural do Desterro, atual Florianópolis em Santa Catarina[730], que por sua vez foi pai espiritual de 4 batizandos, 1 em uma escravaria de 1 – 4 cativos[731], 1 em uma escravaria de 5 – 9[732] e 2 em uma escravaria de 10 – 19 escravos[733]. José Inácio de Vasconcelos estava no grupo de 10 – 19 cativos por escravistas, ao que parece não foi um homem de grande destaque político da localidade como José Pereira da Silva Cacório, porém ele e seus escravizados, principalmente estes dois foram no período estudado de 1810 - 1831 uns que mais apadrinharam outros cativos. Dos 11 afilhados de Isidoro 4 foram em escravarias de 1 – 4 cativos, sendo que em 3 destes teve Engrácia como madrinha ao seu lado. É importante destacar que os escravizados deste escravista

[725] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1813, pg. 22 verso.
[726] Acredito que fosse Pinheiro, porém metodologicamente, optei por manter a grafia da fonte.
[727] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1815, pg. 36 verso.
[728] APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1858 – Processo n°: 050. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 172.
APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1858 – Processo n°: 050. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 172.
[730] D'ÁVILA, 2007.
[731] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1813, pg. 17.
[732] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 72.
[733] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1811, 1811, pg. 6 verso, 10.

batizaram mais crianças das pequenas escravarias, dos 11 filhos espirituais de Isidoro neste recorte temporal, 10 eram em escravarias com até 9 cativos e 1 em uma escravaria com mais de 20 escravizados, em nenhum caso dos 11 filhos espirituais foram africanos/africanas. Quanto a Engrácia 5 dos seus filhos espirituais estava em escravarias de 1 – 9 cativos e 1 em escravaria com mais de 20 escravizados, e assim como foi para Isidoro nenhum africano e todos em cativos de outros senhores.

Cito alguns dos casos como em junho de 1820 foi batizado Isidoro[734], crioulo, era filho natural de Maria, africana, Benguela, ambos escravizados de Faustina Antônia da Cunha, o padrinho era Isidoro, provavelmente uma homenagem da mãe do batizando ao pai espiritual da criança a madrinha junto de Isidoro foi Joana, escrava de José Inácio de Vasconcelos. Naquele mesmo ano só que em dezembro de 1820, Isidoro foi padrinho de Severo[735], crioulo, nascido em 07/11/1820, filho legítimo de Isabel e Manoel, ambos crioulos, escravizados do casal Felis Machado de Araújo e sua mulher Isidora Rosa, nesse batismo a companheira de Isidoro foi Maria, escravizada de Francisco Teodoro.

Em 1823 Isidoro foi padrinho de Isidoro[736], possivelmente uma homenagem. Foi classificado como negro, filho natural de Maria, africana de nação, nascido em 26/01/1823, ambos escravizados de Vicente Madruga Pereira Madruga, a madrinha ao ladro de Isidoro foi Engrácia. Na escravaria com mais de 20 cativos, o já citado José Dutra de Andrade teve uma das suas escravizadas batizandas Catarina[737], crioula, filha legítima de Rosa e Manoel, africanos, ela Congo e ele Benguela, em setembro de 1825, nascida em 22 de junho de 1825, seus padrinhos foram Isidoro e Engrácia. Possivelmente a escolha do casal de escravizados fosse pela proximidade dos escravistas, ou dos próprios escravizados geradas no seio da comunidade escrava durante um folguedo ou em alguma atividade, sobretudo de Isidoro e Manoel, não é informado quais as atividades laborais desenvolvidas por eles, mas pelos inventários, processos-crimes e fontes relacionadas a economia não é impossível presumir que estes fossem campeiros.

---

[734] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1820, pg. 78.
[735] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1820, pg. 83 verso.
[736] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 100.
[737] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1825, pg. 120 verso. Ano: 1825.

A escravaria de Rosa Maria da Silva e seu marido Manoel Correia da Silva, tiveram 4 escravizados conforme os Quadros 9 e 10, com 42 escravizados por eles batizados. Sendo Inácio padrinho 11 vezes e Eufrásia 12, seguidos de Cláudio (8 afilhados/as) e Maria (7 filhos espirituais). Inácio foi padrinho em 11 ocasiões em escravarias de 1 - 9 cativos, sendo 4 nas de 1 - 4, destes 3 crioulos (duas meninas e um menina) e 1 africano, 7 nas escravarias de 5 - 9, sendo 3 crianças crioulas (2 meninos e uma menina) 4 africanas. Em 10 batismos teve sua esposa Eufrásia como parceira de Inácio. Eufrásia nas duas oportunidades que apadrinhou escravizados sem a presença de Inácio como parceiro, foram em escravarias com mais de 10 escravizados. Cláudio foi padrinho de 8 batizandos, 2 foram em escravarias com 1 até 4 cativos, sendo 1 menino crioulo e 1 africano; 3 crianças crioulas nas escravarias de 5 até 9 escravizados, sendo 2 meninas e um menino; nas escravarias com 10 -19 teve uma menina crioula como filha espiritual, e na escravaria com mais de 20 escravizados, foi padrinho de dois menino assim como Eufrásia na escravaria de José Dutra de Andrade, o que leva a crer que havia relações entre essas escravarias e escravistas, assim como no caso de José Inácio de Vasconcelos e seus cativos Isidoro e Engrácia.

Maria outra escravizada do casal Rosa e Manoel Correia da Silva, foi madrinha de 7 escravizados, sendo 3 nas escravarias com 1 - 4 cativos (2 meninos e uma menina), seus companheiros como padrinhos foram 2 forros e um escravizado Adam, da mesma escravaria (Manoel Correia da Silva); nas escravarias de 5 -9 escravizados, Maria foi madrinha em duas oportunidades juntamente com Claudio já citado. Nas escravarias com 10 - 19 escravos, Maria novamente junto com Claúdio foram padrinhos de 1 criança, assim como nas escravarias com mais de 20 escravos onde batizou juntamente com João, também escravo de Manoel Correia da Silva foram pais espirituais de uma criança na mesma escravaria[738]. A escravizada Catarina de Manoel Correia da Silva e Rosa Correia da Silva não teve 6 afilhados, porém foi madrinha em 4 ocasiões, sendo que 2 (sendo um menino e um africano) nas escravarias com a 1-4 cativos, e teve parceiros de outras escravarias. Nas escravarias de 5 – 9, foram duas meninas batizandas como afilhadas de Catarina, tendo em uma afilhada sua Francisca[739] crioula, negra, batizada em outubro de 1824, filha natural de Maria,

[738] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1810, pg. 3.
[739] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1824, pg. 112.

africana, Congo, ambas escravizadas de João Antônio de Moraes, teve como parceiro Isidoro escravo de José Inácio de Vasconcelos, o que reforça minha hipótese de que havia uma rede relacional entre estes grupos de escravistas/escravizados e por este motivo a citamos no texto.

Outros batismos que demonstram essas redes de relações entre os escravizados de José Pereira da Silva Cacório, o casal Rosa Maria e Manoel Correia da Silva e José Inácio de Vasconcelos foram os batismos de Francisco[740], negro, africano de nação, escravizado de Joaquim Alves de Oliveira Castro, em que os pais espirituais do africano recém chegado na localidade foram José, cativo de José Pereira da Silva Cacório e Dorotéia, escravizada de Rosa Correia da Silva; e de Felicidade[741], batizada em março de 1824, e nascida em 06 de março daquele ano, foi descrita como negra, crioula, filha natural de Maria, africana do Congo, ambas escravas de José Pereira da Cunha. A pequena Felicidade teve como pais espirituais os escravizados Isidoro, cativo de José Inácio de Vasconcelos e Maria de José Pereira da Silva Cacório. Alguns anos antes, mais precisamente dois anos, em 1822, Martinho[742], negro, crioulo, filho natural de Maria, Congo, nascido em 11/11/1822, escrava de José Pereira da Cunha teve como pais espirituais os escravizados Antônio e Maria, casados, cativos de José Pereira da Silva Cacório. Como demonstrado então, embora na maioria dos casos estes cativos tivessem parceria com outros/as da mesma escravaria, vez ou outra também tiveram como companheiros/as ao apadrinharem escravos de outros senhores.

Maria escravizada de João Pimentel de Melo, foi madrinha de 13 crianças escravizadas e 1 africano novo de nome André, Congo, adulto, cativo de Pedro Brum e Silva, juntamente com Maria foi padrinho de André, o cativo José de João Pimentel de Melo. Maria teve 6[743] afilhados nas escravarias de 1 – 4 dos quais três eram meninos e três meninas, dois filhos espirituais[744] nas posses de 5 – 9 ambos afilhados

[740] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1824, pg. 112.
[741] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1824, pg. 108.
[742] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, 1820, pg. 48 verso e 78 verso.
[743] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1812; 1815; 1817; 1818; 1819; 1819 ,pg. 15; 34; 43 verso; 48 verso; 56; 73 verso.
[744] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, 1820, pg. 72 verso; 76.

do sexo masculino, 3[745] nas de 10 – 19, duas meninas e um menino; e 2 nas escravarias com mais de 20 cativos, sendo dois meninos[746].

Sobre o escravista de Maria, João Pimentel de Melo, este não levou nenhuma criança escravizada a pia batismal, ou seja, não teve nenhuma referência a uma escravizada sua sendo mãe ou algum africano novo recebendo o primeiro sacramento. Fui investigar no banco de dados do Excel e encontrei a referência em dois batismos a Thomaz Pimentel de Melo[747], que segundo Jayme d' Ávila, era originário da cidade do Rio de Janeiro, e filho de João Pimentel de Melo e Rosa Maria[748]. Thomaz Pimentel teve 4 filhos, dentre estes estava José Pimentel de Melo citado neste trabalho no capítulo, escravista de Alexandre e Silvano envolvido na tentativa de insurreição em 1865 que será analisada no capítulo 5 desta tese. Thomaz faleceu em 1823, ano em que foi feito seu inventário[749], a partir da análise desta fonte Thomaz estava no grupo de escravistas com 10 -19 cativos, sendo citados além de Angélica seus filhos Adão/Adam e Tomé mais 8 cativos. Era uma escravaria onde 9 dos 11 cativos eram homens com apenas duas mulheres Angélica e Isidora. Dos 11 escravizados/escravizadas 5 eram africanos, 3 crioulos e 3 sem registro de procedência ou naturalidade, dos 5 africanos todos tinham como procedência serem da região Centro-Atlântica da África, sendo três Congos (Antônio, Pedro e Angélica) um descrito como Songo, José de profissão campeiro, e o africano Camundá, Joaquim. Todos os africanos descritos com mais de 20 anos. Sendo que Antônio, Joaquim, José, Pedro e Angélica tinham respectivamente 50 anos, 50 anos, 30 anos, 23 anos e 24.

Neste caso temos uma contradição entre as fontes estudadas, tendo em vista que Thomaz Pimentel de Melo era um escravista de pequenas posses segundo os registros de batismos, teve duas crianças escravizadas batizadas, ambas filhas da mesma mãe Angélica, africana, mais precisamente que fosse da África Centro Atlântica, pois no batismo de seu filho Adam[750], crioulo, nascido em 16/03/1818, ambos escravizados de Thomaz Pimentel de Melo e sua esposa Maria Francisca da

---

[745] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1812, 1819, 1821, pg. 15; 57; 37.
[746] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, 1820, 1827, pg. 54; 75; 133.
[747] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1822, pg. 98.
[748] D'ÁVILA, 2007, pg. 276.
[749] Todas as informações deste inventário citadas no corpo do texto foram retiradas de: APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini. Ano: 1823. Processo: 51, Livro: 1.
[750] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 48 verso.

Rosa. Adam recebeu os santos óleos em abril de 1818, Angélica foi descrita como Cabinda, os padrinhos foram Maria, escrava de João Pimentel de Melo e Manoel cativo do mesmo escravista. Em maio de 1820, foi batizado Tomé[751], filho natural de Angélica, citada como africana, Banguela, o rebento por sua vez teria nascido em 28 de fevereiro de 1820, tendo como padrinhos Joaquim Alves forro e sua esposa Teresa Maria sem condição social descrita.

Foi necessário citar os caso de Thomaz Pimentel pela ligação entre esses grupos sociais, pois como demonstrado o neto de João Pimentel de Melo, teve escravizados envolvidos em uma tentativa de insurreição em que um cativo de José Dutra de Andrade, também foi indiciado em um primeiro momento, este mesmo Dutra de Andrade teve escravizados seus batizados pelos de José Pereira da Silva Cacório e Manoel Correia da Silva e Rosa Correia da Silva, mostrando uma ampla rede de relações que possivelmente ligavam escravizados/escravizadas e seus respectivos senhores.

Isto porque um dos afilhados de Maria, cativa de João Pimentel de Melo, foi Francisco[752], crioulo, batizado em dezembro de 1818 e nascido 17 de novembro daquele ano, filho natural de Violanta escravizada de José Dutra de Andrade, teve como pai espiritual Claúdio, escravizado de Rosa Maria da Silva.

Os escravizados Antônio e Maria da escravaria de José Rodrigues Barcelos, com mais de 20 cativos em sua posse, foram citados somando os dois 12 vezes, em 6 oportunidades Antônio e em outra 6 Maria. É importante pontuar que ambos eram casados. Nas escravarias com até 4 cativos, o casal teve relação de compadrio com Maria, crioula, escrava de Manoel Machado Pereira, ao serem pais espirituais de Isaac[753], crioulo, batizado em setembro de 1815 e nascido em 24 de agosto de 1815, neste batismo tanto Maria quanto Antônio foram descritos como Benguelas e conjugues.

Grosso modo dentro da escravaria de José Rodrigues Barcelos é que o casal mais apadrinhou crianças 5 ao total para cada. Todavia em 4[754] ocasiões (duas

[751] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1820, pg. 78 verso.
[752] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 54 verso.
[753]L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1815, pg. 38 verso.
[754] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1814, 1815, 1816, 1817, pg. 29 verso; 46; 46; 46 verso.

meninas e dois meninos) a parceira de Antônio foi sua esposa Maria. Em uma oportunidade Maria teve como parceiro Felisberto da mesma escravaria em maio de 1819, ao batizarem Thecla[755], nascida em 10/04/1819, crioula, filha natural de Antônia, crioula, ambas escravizadas assim como seus padrinhos de José Rodrigues Barcelos.

Antônio por sua vez foi padrinho de 5 crianças, além das 4 em que foi ao lado de Maria, em uma oportunidade esteve com Tereza no batismo de Justina[756] em janeiro de 1815. Justina, nasceu em 06/11/1814, era filha natural de Gertrudes, crioula, todos escravizados de Rodrigues Barcellos. Ao analisar esta escravaria não encontrei nenhum dado que faça referência a crianças batizadas com os pais casados de nome Maria e Antônio, porém nesta mesma escravaria havia um casal descrito como Francisca e Antônio que eram africanos e tiveram dois rebentos: Abel[757] e Senobia[758]. Abel era crioulo, foi batizado em janeiro de 1811, entretanto nasceu em 10/09/1810, sua mãe Francisca foi descrita como africana, Angola, bem como seu pai Antônio. Seus padrinhos foram da mesma escravaria Joaquim e Filipa. Senobia, nascida em 02/08/1814 e batizada no mesmo mês e ano, era filha legítima assim como seu irmão Abel, dos escravizados africanos, nesse momento descritos como Banguelas, Francisca e Antônio, e teve como pais espirituais Balbino e Antônia cativos do mesmo escravista.

Minha hipótese é de que Francisca faleceu após 1814, Antônio ficando então viúvo. Muito possivelmente conseguiu outro casamento naquela escravaria, tendo em Maria uma nova companheira com quem ao que tudo indica não teve filhos, pois havia mais duas Marias nesta escravaria uma africana e uma crioula. A Maria africana, Rebola, era casada com Matheus, africano, de procedência Angola, escravo do mesmo senhor e tiveram um filho Firmiano[759], batizado em janeiro de 1811 e nascido em 10/12/1810, o pequeno teve como pais espirituais Hilário e Quitéria todos cativos de Rodrigues Barcellos. Porém ao que tudo indica Matheus ou faleceu, ou foi vendido, ou doado, pelo fato de a Igreja proibir a separação de famílias legítimas, possivelmente Maria, africana ficou viúva. Logo o leitor pode imaginar que a situação de luto tenha aproximado Antônio e Maria, a final ambos viúvos e africanos sofriam

[755] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 71 verso.
[756] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1815, pg. 33.
[757] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1811, pg. 4.
[758] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1814, pg. 29.
[759] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1811, pg. 5.

não só pela falta de seus companheiros, mas por todo processo de escravização, só que não foi o que ocorreu. Maria teve mais uma filha Prisca[760], crioula, nascida em 15/08/1814 e batizada outubro daquele, tendo como pais espirituais Antônio e Maria, e sabemos conforme os estudos de Martha Hameister que pais não poderiam apadrinhar seus filhos[761], logo, descarto que Antônio tenha casado com essa Maria.

Maria crioula por sua vez foi mãe Noé[762] e Vitor[763] já citado anteriormente, Noé nasceu em 20/08/1816 e foi batizado no mesmo mês e ano, era filho natural de Maria, e teve como padrinhos Antônio e Maria, o que também descarta ser essa Maria a mesma escravizada esposa de Antônio. Logo Antônio e Maria eram além de viúvos, africanos e possivelmente estavam a mais tempo na condição de cativos de Rodrigues Barcellos, que mesmo onde a família escravizada era uma possibilidade este de alguma forma mantinha uma endogenia de compadrios.

Pelos dados investigados na pesquisa a escravaria de José Rodrigues Barcelos procurou essa forma de apadrinhamento mais endógeno, pois havia um batismo em que não foi citado a condição social dos padrinhos, porém, seus nomes eram Felisberto e Maria do crioulo Vitor, filho natural de Maria, crioula, batizado em outubro de 1819 e nascido em 20 de setembro daquele ano. Um fator que pode indicar a maior endogenia entre os batismos nesta escravaria é que dos 13 batismos de crianças, 9 foram no Oratório Sargento Mor José Rodrigues Barcellos.

Ana escravizada de Antônio Francisco de Camargo, foi madrinha de 8 batizandos sendo 1 na escravaria com 1 -4 cativos, 1 nas escravarias de 10 - 19, na qual o escravista de Ana se enquadrava na análise da estrutura de posse, e em 6 batismos foi madrinha nas escravarias com mais de 20 cativos, sendo nas posses do casal Manoel Correia da Silva e Rosa Maria da Silva.

Um dos livres ou forro que destacarei é Floriano Jacinto de Barros, este homem sendo a mesma pessoa apadrinho 10 batizandos, sendo 4 nas escravarias de 1 – 4 cativos, 2 batizandos nas escravarias de 5 -9, 4 nas escravarias de 10 – 19 cativos. Neste último grupo, Floriano foi padrinho de Damacena[764], crioula, batizada em fevereiro de 1817, mas nascida em 15/03/1816, filha natural de Maria, crioula, escrava

[760]L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1814, pg. 29 verso.
[761] HAMEISTER, 2012, pg. 104.
[762] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1816, pg. 46.
[763] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1819, pg. 71 verso.
[764] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1817, pg. 43.

assim como sua filha de Ubaldo Pinto Bandeira. Os padrinhos de Damacena foram Floriano Jacinto de Barros e sua esposa Ana Leonor de Oliveira, que neste batismo foram descritos como livres. Todavia essa é parte do importante a se destacar, pois 3 anos mais tarde seria da casa do compadre de sua escrava Maria, que Ubaldo Pinto Bandeira sofreu uma tentativa de homicídio onde foram acusados sua escravizada Catarina e seu escravizado Benedito, processo que será analisado no capítulo 4[765].

Nos batismos de José[766], africano, de nação, com mais ou menos 11 anos, escravizado de Joaquim Antônio e sua mulher Eleutéria Maria da Texeira, no ano de 1811, Floriano Jacinto de Barros e sua mulher Ana Leonarda Oliveira são descritos como pardo forros e conjugues. No batismo de Felisberto[767], pardo, crioulo em setembro de 1813, nascido no dia primeiro daquele mês e ano, filho ilegítimo de Paulina, crioula, ambos escravos de Felis de Sá Sotto Maior, Floriano novamente foi descrito como pardo e forro, e esta foi a última citação. Nesta ocasião, no entanto que foi madrinha ao seu lado foi a também parda, forra, Benedita Maria.

Floriano Jacinto Barros assim como sua esposa Ana Leonarda Oliveira batizaram conjuntamente mais 4 batizandos, crianças crioulas, sendo 2 meninos e 2 meninas (sendo uma delas Damacena já citada anteriormente). O que me leva a crer que conforme foi aumento seu leque ou sua ascensão social, o status de forro foi sendo abandonado, obviamente isto deve ter passado também pelo apadrinhamento de pessoas com poder aquisitivo e político como era Ubaldo Pinto Bandeira. O Alferes Antônio Garcia de Vasconcelos, escravista no grupo de 10 – 19 cativos conforme pesquisa realizada nos registros de batismos, também teve um dos seus escravizados batizados por Floriano Jacinto de Barros. Ipifânio[768], pardo, crioulo, batizado em maio de 1818, filho natural de Francisca, preta forra, teve como padrinhos Floriano Jacinto Barros e sua esposa agora descrita como Ana Floriana. Possivelmente Ana se chama-se assim em destaque a posição social em que seu marido ascendeu em Piratini. Sobre Francisca, ser forra e seu filho não acredito que isto ocorreu no batismo de Ipifânio, porém não é citado na fonte.

---

[765] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143.
[766] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1811, pg. 5 verso.
[767] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1813, pg. 22 verso.
[768] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1818, pg. 48 verso.

Em outro batismo Floriano teve ao seu lado Maria, escrava de João Pimentel de Melo, que foi o batismo de Anastácio[769] em junho de 1815, nascido em 11 de maio do mesmo ano, filho de Rosa, crioula, ambos escravizados de Tomaz Brum. Em setembro de 1820, Raquel, crioula, nascida do dia três daquele mês e ano, filha natural de Francisca, africana, Banguela, ambas escravizadas do Sargento Mor José Lucas de Oliveira, foram padrinhos Floriano Jacinto de Barros e Maria, escrava de Manoel Rodrigues Barbosa. O que evidencia dois pontos: a) muito provavelmente Floriano soube utilizar do compadrio para ter uma ascensão na hierarquia social e os registros de batismos mostram isto; b) a hipótese de que boa parte dos padrinhos/madrinhas citados possuíam relações muito próximas que poderiam advir dos momentos de folguedos destes ou de outras relações não explicitas nas fontes estudadas.

Ao que tudo indica a escolha por padrinhos nas escravarias com mais de 10 escravizados em sua maioria, possivelmente se deu pela busca de proteção e de criação ou reafirmação de vínculos entre os escravizados, e quem sabe em alguns casos dos escravistas destes, sobretudo das mães de crianças batizadas. Segundo Marcelo Matheus em sua análise sobre os "campeões" de batismos em Bagé, e acredito que isso sirva para o nosso lócus de análise, que "[...] no geral, buscava-se um padrinho mais bem situado na escala social, este fenômeno aponta que a hierarquia social, no Brasil oitocentista, era mais complexa do que um simples recorte a partir da condição jurídica nos revela, em que todos os livres estariam de um lado e todos os escravos de outro.[770]"

Nos anos de 1832 – 1850 houve um sub registro como já descrito dos escravizados sobretudo, assim o número de padrinhos e madrinhas nesta condição social foi menor que de livres como demonstrado no subcapítulo anterior na Tabela 56. Logo para selecionei aqueles padrinhos/madrinhas com mais de 4 indicações nos registros de batismos.

Quadro 12 – Padrinhos mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1832 – 1850)

Nome do padrinho	Condição Social	Escravista	Total de afilhados
Afonso Moreira da Silva	Livre	-	4
Antônio Inácio Dutra	Livre	-	4

[769] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1815, pg. 34.
[770] MATHEUS, 2016, pg. 248.

Camilo Antônio Machado	Livre	-	4
Francisco Inácio Davila/Francisco Inácio de Ávila/Francisco de Ávila	Livre	-	7
Jose de Assis Machado	Livre	-	7
Luis Lucas de Oliveira	Livre	-	9
Manoel Pinheiro	Livre	-	4
Manoel Luís de Ávila	Livre	-	4
Manoel Pereira dos Santos	Livre	-	4
Salvador Duarte/Salvador Aleixo Duarte	Livre	-	6
Manoel	Escravo	Francisco Garcia de Vasconcelos	4
José	Escravo	Serafim José da Silveira	4
Antônio	S/R	-	5

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Afonso Moreira da Silva teve quatro afilhados escravizados, 3 meninas e 1 africano adulto, sendo 1 menina em uma escravaria de 1 -4 cativos, uma batizanda de escravaria de 5 - 9, e uma menina e um africano em escravarias de 10 - 19 cativos. O africano era Joaquim[771], de nação, adulto, batizado em fevereiro de 1837, ou seja, durante a Guerra Civil, o que não impediu que dos 111 africanos introduzidos na localidade ali fossem batizados, entre eles Joaquim escravizado de Faustino de Lima. Outro padrinho com 4 afilhados foi Antônio Inácio Dutra, sendo 3 meninos e 1 menina, dos 4 afilhados 3 estavam em escravarias até 4 cativos, e 1 estava em uma escravaria com 10 a 19 escravos.

Francisco Inácio de Ávila escravista que segundo os registros de batismos estava entre 5-9 cativos entre 1832 – 1850, foi padrinho de escravizados/escravizadas em 7 ocasiões, sendo um menino em uma escravaria de 1 – 4 cativos, e 6 nas escravarias de 5 – 9 escravos. E 3 meninos e 3 meninas nas escravarias com até 9 cativos, sendo um casal filhos de Ana, crioula, escrava de José Inácio Gularte: Madalena[772], crioula, batizada em julho de 1835; Irineu[773], crioulo, batizado em novembro de 1838, nascido em 19/10/1836, onde nas duas ocasiões a madrinha foi Bernardina Inácia do Espírito Santo. Ambos apadrinharam também João[774], crioulo, batizado em novembro de 1838, nascido 10/11/1835, filho natural de Silvana, crioula,

[771] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1849, pg. 366.
[772] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1835, pg.231.
[773] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1838, pg.228 verso.
[774] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1838, pg.228 verso.

ambos cativos de Tomas Vieira de Brito. Outra filha de Silvana foi filha espiritual de Francisco Inácio d'Ávila assim como Gaudência[775], crioula, batizada em outubro de 1848, entretanto nascida em 14/03/1846, onde a parceira de Francisco foi Maria Faria de Goulart. Na escravaria de Ladislau Luís de Freitas, Francisco Inácio d'Ávila teve mais um casal de afilhados, Quintina[776], crioula, batizada em maio de 1835, a data de nascimento estava ilegível, filha natural de Micaela, crioula, Francisco d´Ávila teve como madrinha ao "seu lado" Nossa Senhora. O outro afilhado de Francisco d'Ávila na escravaria de Ladislau Luís foi Laureano, filho legítimo do casal Francisca e Eugênio, crioulos, Laureano[777] foi batizado em novembro de 1838, nascido em 4 de julho do mesmo ano. Francisco juntamente com Bernardina Inácia do Espírito Santo batizaram o rebento, sendo esta madrinha no período uma das que teve 5 filhos espirituais.

Manoel Pinheiro foi padrinho de 4 crianças escravizadas 1 em uma escravaria de 1 – 4 cativos e 3 nas de 5 – 9, sendo 3 meninos e 1 menina. Manoel Pereira dos Santos também foi padrinhos de 4 crianças escravizadas sendo 1 menino em uma escravaria de 1 – 4 cativos, 2 meninos nas escravarias de 5-9 cativos, e uma menina[778] na escravaria de Vicente Lucas de Oliveira, escravista com mais de 20 escravizados. Manoel Luiz de Ávila que no capítulo 5 deste trabalho será uma das pessoas envolvidas no processo de coibir por parte das forças de repressão a tentativa de insurreição de escravizados em Piratini, foi padrinho de 4 escravizadas, sendo uma em escravaria de 1 – 4 cativos, uma em escravarias de 5 – 9 escravizados, e 3 nas escravarias de 10 -19 escravizados. No grupo de 5 – 9 escravizados, a escravizada Galdina, batizada em setembro de 1847, nascida 07/07/1847, filha natural de Luísa, crioula, ambas estavam na posse de Urbano José da Rosa. Galdina teve como padrinho Manoel Luiz de Ávila e Mafalda Antônia da Rosa, Manoel como veremos foi peça importante na denúncia da tentativa de insurreição e Urbano tinha um escravizado seu indiciado no processo-crime[779].

Salvador Aleixo Duarte foi padrinho de 6 batizandos todas elas crianças, sendo 4 meninas e 2 meninos, 3 meninas e 1 menino foram nas escravarias de 1 – 4 cativos,

[775] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1848, pg.362 verso.
[776] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1835, pg.213.
[777] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1838, pg.229,
[778] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1844, pg.300 verso.
[779] APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143.

sendo 2 meninas na escravaria de Joaquim Luís Vaz Bragança[780], sendo como madrinha ao seu lado Luísa Vaz, que possivelmente fosse parece de Joaquim Luís Vaz Bragança, o que não é informado nos registros de batismos, detalhe que Luísa teve 6 afilhados, sendo 5 com Salvador sendo 4 nas escravarias até 4 cativos e um em uma escravaria com 5 - 9. Salvador ainda foi padrinho em mais uma oportunidade em uma escravaria de 10 – 19 escravizados.

José, escravizado de Serafim José da Silveira, escravista de estrutura de posses entre 5 – 9 cativos conforme nossa análise de batismos, foi padrinho em 4 ocasiões. José foi padrinho de 3 escravizados nas escravarias com até 4 cativos, sendo 1 crioulo[781], 1 africana[782] e 1 africano[783], e em uma escravaria de 5 – 9 cativos foi padrinho de um menino crioulo[784]. Outro escravizado que teve quatro afilhados foi Manoel, já citado neste trabalho, cativo de Francisco Garcia de Vasconcelos. Manoel foi padrinho de duas meninas[785] e dois meninos[786], todos crioulos em escravarias de 5 – 9 cativos. Sobre Antônio, sem registro, como descrito no subcapítulo anterior, minha hipótese é de que fosse o mesmo escravizado de José Dutra de Andrade, mas por negligência do padre ou esquecimento não foi citado nem sua condição nem seu escravista, pois nesta escravaria Antônio juntamente com Rosa batizaram 5 crianças de forma consecutiva e pelo padrão de endogenia de batizandos nesta escravaria.

Entre os homens livres que mais batizaram escravizados no período de 1832 – 1850, temos a figura de José de Assis Machado. Em primeiro lugar é importante situar que no mês de abril do ano de 1861, José de Assis Machado teve seu escravizado Romão[787], filho natural de Cristina, crioula e sua escravizada, batizado na Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição pelo Padre Antônio Roiz da Costa, os padrinhos do escravizado foram Amaro e Eleutéria, ambos escravizados, mas que não tiveram os nomes de seus escravistas registrados. Esse foi o único escravizado de José de Assis batizado no último período estudado, estando ele então entre os escravistas de pequenas posses. Porém José de Assis Machado foi o homem livre que mais vezes foi padrinho de escravizados, um total de 11. Sendo 7 vezes entre

[780] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1840, 1844, pg. 248 e 308 verso.
[781] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1834, pg. 184.
[782] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1834, pg. 183 verso.
[783] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1835, pg. 198.
[784] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1836, pg. 204 verso.
[785] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1834, pg. 189, 189 verso.
[786] L.R.B.E.F.N.S.C.P. - 1810 – 1842 - Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1834; 1835, pg. 189 verso; 200.
[787] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1861, pg. 133 verso.

1832-1850 e 4 vezes entre os anos de 1851-1862. No período de 1832-1850, José de Assis Machado foi padrinho de 2 escravizados nas escravarias de 1-4 cativos, 4 afilhados nas escravarias de 5-9 cativos e 1 nas escravarias com mais de 20 escravos. No último período José de Assis Machado foi padrinho de 2 escravizados nas escravarias de 1-4 escravos e 2 nas escravarias de 5-9 escravos.

Não encontrei referências sobre José de Assis Machado que pudessem destacar ele como uma figura importante politicamente ou economicamente, possivelmente para a família dos escravistas e seus escravizados, Assis tivesse algum tipo de ascendência que o fizessem ser escolhido como padrinho destas crianças? Ou partindo da citação de Hameister fosse uma falta de possibilidades? Ou também alguém em busca de construir um prestígio social ou uma rede de relações?

Entre os afilhados de José de Assis Machado estava Amélia, crioula, havia nascido em 05/06/1851, e foi batizada em outubro de 1851[788]. O escravista sua e de sua mãe foi Capitão Querubim Candido de Queiroz, o homem que levou aos autos do processo-crime de tentativa de insurreição, era um senhor que estava no grupo de escravistas com 1-4 cativos. Querubim convidou ou permitiu a sua escravizada a crioula Guimar, que José de Assis Machado fosse padrinho de Amélia. A madrinha era uma escravizada: Izidra, escrava de Antônio Belarmino Ribeiro. Para tanto muito possivelmente essas relações de compadrio na vertical entre as famílias dos crioulos e crioulas batizandos com José de Assis tenham feito com que tivesse sido padrinho dessas crianças visando para elas mais oportunidades naquela forma de sociedade.

Entre os livres padrinhos com um número com mais de 4 afilhados estava Luís Lucas de Oliveira foi padrinhos de 9 batizandos escravizados, todos crioulos, boa parte destes eram muito possivelmente de pessoas de sua família já que possuíam como sobrenome Lucas. Seu primeiro afilhado foi João, crioulo, batizado em dezembro de 1840, nascido em 26 de outubro daquele ano, era filho legítimo do casal de crioulos Joaquina e João Antônio, todos escravizados de Vicente Lucas de Oliveira[789], pai de Luís como consta nos registros de batismos de outros dois afilhados seus Isidro[790] e Ciríaco[791]. No batismo de João, Luís foi padrinho juntamente com

[788] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1840, pg. 247 verso, 1840.
[789] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1851, pg. 22 verso, 1851.
[790] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 370 verso.
[791] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 372.

Nossa Senhora da Conceição, não foi descrita a representante da santa neste caso e essa, porém virá à tona novamente. No ano de 1842, no mês de maio, Luís foi padrinho de Daniel[792], crioulo, filho natural de Josefa, crioula, escravizados de Vicente Lucas de Oliveira. Daniel nasceu em 11/01/1842 e além de Luís teve como madrinha Florência Lucas de Oliveira. Além de Daniel outro filho de Josefa que teve Luís Lucas como padrinho foi Aparício em 1844[793]. Em dezembro de 1847 ainda na escravaria de seu pai, Luís Lucas de Oliveira apadrinhou a Antônia[794], parda, crioula, nascida em 05/11/1847, filha natural de Lucrécia, crioula, a madrinha desta rebenta foi Nossa Senhora da Conceição. Isidro[795], crioulo, batizado em março de 1850, nascido no dia 02/01/1850, filho natural de Mariana, crioula, escravizada do Coronel Vicente Lucas de Oliveira, em que além de Luís teve como madrinha Maria Mercês de Lucas em procuração de Isabel Inácia de Lucas. Ciríaco[796], nascido em 22/03/1850, foi batizado em maio de 1850, era filho natural de Josefa crioula, ambos escravizado do Coronel Vicente Lucas, e tiveram como padrinhos Luís Lucas e sua irmã Florência Andressa Lucas. Ainda no ano de 1850, Luís foi padrinho de Aleixo, nascido em 17/07/1850, filho natural de natural de Lúcia, crioula, teve como madrinha Isabel Inácia Lucas. Em 1843 Luís apadrinhou uma escravizada de Pedro Fortunato, Vitorina[797], nascida em 22/12/1842, filha de natural de Faustina, além de Luís teve como madrinha Isabel Inácia Lucas. Eliseu[798], crioulo, nascido em 02/02/1848, foi outro afilhado de Luís, era filho natural de Mariana, crioula, escravizada de Maria Isabel de Lucas.

Possivelmente houve uma preferência na escravaria Vicente Lucas de Oliveira em que seus filhos, sobretudo Luís Lucas de Oliveira fosse padrinho de seus escravizados, provavelmente essa escolha passasse muito pelas mães dos rebentos, pois Luís era jovem, havia nascido em 1831[799] possivelmente ao ser um pai espiritual essas mães almejassem uma vida menos dura no cativeiro. Luís Lucas de Oliveira, futuramente tornou-se vereador de Piratini em 1860.

[792] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1842, pg. 217 verso, 1842.
[793] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1844, pg. 300 verso, 1844.
[794] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1847, pg. 358.
[795] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1850, pg. 370 verso.
[796] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 372.
[797] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1843, pg. 284 verso.
[798] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1849, pg. 366, 1849.
[799] D’ÁVILA, 2007, pg. 252.

Quadro 13 - Madrinhas mais chamadas para batizar escravizados em Piratini (1832 – 1850)

Nome da madrinha	Condição Social	Escravista	Total de afilhados
Albina Maria de Sousa	Livre	-	4
Bernardina Inácia do Espírito Santo	Livre	-	5
Felisbina Francisca de Moura	Livre	-	4
Luísa Vaz	Livre	-	6
Maria das Mercês Lucas	Livre	-	4
Ana Joaquina Rodrigues	Livre	-	5
Rosa	s/r	-	5
Nossa Senhora	Santa	-	15
Nossa Senhora da Conceição	Santa	-	15

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Entre as madrinhas Nossa senhora da Conceição e Nossa Senhora (de forma genérica) foram as mais citadas e como já descrito muito possivelmente, as mães de crianças quando escolhiam uma santa como madrinha/mãe espiritual de seus filhos/filhas buscavam com que estes se ligassem com seus irmãos espirituais tanto no mundo mundano/carnal quanto no mundo espiritual. Segundo Natália Pinto, Paulo Moreira e Caiuá Al-Alam, ao investigarem o Quilombo de Manoel Padeira na Serra dos Tapes, que abrange parte da localidade de Pelotas verificaram que "Nossa Senhora da Conceição aparece como uma madrinha santa de predileção do grupo social dos escravizados e forros em várias partes do Brasil.[800]" Segundo João José Reis "Nossa Senhora é o arquétipo cristão da mãe, mas sua qualidade de conceber, de gerar vida é o aspecto aqui evocado. A Senhora da Conceição era uma espécie da deusa brasileira da fecundidade.[801]" João José Reis destaca que é importante destacar "[...] a falta de ênfase da devoção popular quanto ao aspecto de "imaculada" da santa, humanizando-a, aproximando-a ainda mais dos problemas de concepção de suas devotas. Ela presidia simbolicamente o nascimento e a morte das crianças.[802]"

Luísa Vaz já citada quando abordei o caso de Salvador Aleixo Duarte foi madrinha de 5 crianças, porém Luísa ainda foi madrinha ao lado de Justino, sem registro de condição social. A pequena Justina[803], possivelmente uma homenagem a

[800] PINTO; MOREIRA; AL-ALAM; 2020, pg. 73.
[801] REIS, 1991, pg. 120.
[802] REIS, 1991, pg. 120 - 121.
[803] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1846, pg. 348.

seu padrinho, foi batizada em julho de 1846, crioula, nascida em 15/10/1843, era filha natural de Felícia, crioula, ambas escravizadas de um sujeito chamado somente de Felício, o que parece ser estranho para um livre ter somente o nome escrito sem referências a sobrenome? É difícil se especular muito sobre isto pois não há nenhuma outra citação a este homem. Bernardina Inácia do Espírito Santo foi madrinha de 5 crianças escravizados, todas crioulas e em escravarias 5 a 9 cativos, sendo 4 com Francisco Inácio d'Ávila como descrito anteriormente entre os padrinhos que mais vezes foram citados no mesmo período investigado. Juntamente com Francisco Ladislau de Ávila, Bernardina Inácia do Espírito Santo, em julho de 1835, batizaram Inocência[804] filha legítima de Eugênio e Francisca, sem registro da data de nascimento da menina. Inocência era descrita como mulata e crioula, seus pais eram crioulos, sua mãe não teve citação a cor, já Eugênio foi descrito como pardo, eram escravizados de Ladislau Luís de Freitas. Importante descrever que essa foi a segunda filha do casal batizada por Bernardina.

Ana Joaquina Rodrigues teve 5 filhos espirituais sendo 3 em escravarias de 1 – 4 cativos, um nas escravarias de 5 – 9 escravos e 1 nas escravarias de 10 – 19. Dos 5 batizandos/batizandas 3 eram meninas e 2 meninos, sendo duas[805] em escravarias até 4 cativos, um menino[806] na escravaria de 1 – 4, um batizando[807] nas escravarias até 9 e uma menina[808] em uma escravaria de 10 – 19 escravizados.

Felisbina Francisca de Moura foi madrinha de 4 batizandos escravizados, cabe salientar que 3 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Nas escravarias de 1 – 4 cativos, Felisbina Francisca foi madrinha de 3 batizandos, uma menina chamada Eva, crioula, nascida em 28/08/1838, entretanto batizada em novembro de 1834. Eva[809] era filha natural de Maria, crioula, mãe e filha escravizadas de José Antônio da Silva. Nesse batismo Felisbina teve ao seu lado como padrinho seu marido Sebastião Antônio de Pontes. Em novembro de 1845, Felisbina Francisca de Moura, juntamente com Antônio Francisco de Moura, foram padrinhos do africano Felipe[810], preto, de

[804] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1835, pg. 201.
[805] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1837, pg. 367. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850–1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 3.
[806] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1837, pg. 209.
[807] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1843, pg. 285 verso.
[808] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1841, pg. 254 verso, 1841.
[809] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1834, pg. 191 verso.
[810] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1845, pg. 339.

nação, adulto, escravizado de Manoel José de Mendonça. Em 30 de julho de 1850, Felisbina e seu marido Sebastião foram pais espirituais da africana Joana[811], de 21 anos, escravizada de Candido Rosa da Conceição, e de Rosa[812], africana, 30 anos, escravizada de Manoel Francisco de Moura. Como já apontado anteriormente na maioria das ocasiões os padrinhos e madrinhas de africanos eram escolhidos pelos escravistas, conforme Maria Cristina Vasconcellos "Padrinhos livres, comuns entre 1838-1848, resultaram também da preocupação senhorial com a seleção de pessoas de sua confiança, podendo vir a desempenhar o mesmo papel junto a seus afilhados, ou seja, como indivíduos que colaborariam na inserção do recém-chegado.[813]" Provavelmente a escolha de Felisbina Francisca e seu marido se desse pela escolha dos escravistas dos africanos, visando inseri-los na sociedade piratinenses.

Albina Maria de Sousa foi madrinha de 4 cativos, sendo de 1 menino em escravaria de 1 - 4 cativos. Na escravaria de Joana Isabel Correa que estava no grupo de escravistas com 5 – 9 escravos, a viúva Albina Maria de Sousa foi madrinha de 3 crianças filhas naturais de Felipa, crioula. Seu primeiro afilhado nesta escravaria foi Albino[814], pardo, crioulo, batizado em agosto de 1847, porém nascido em 20/07/1847, teve como padrinho João Carlos da Silva juntamente com Albina Maria. No mês de março de 1849, foi batizada Maria[815], parda, filha natural de Felipa (assim como Albino), nascida em 24/03/1848, teve como madrinha Albina Maria de Sousa juntamente com Florêncio de Sousa Lobato. Albina juntamente de Lobato, apadrinharam mais um filho de Felipa, escrava de Isabel Correa, em julho de 1850, Manoel[816], cabra, crioulo, nascido em 02/07/1850.

Assim como os afilhados de Isidoro no período de 1810 – 1831, Albino e Maria fossem homenagens de sua mãe ou sua escravista a sua madrinha ao lhes darem este nome, segundo Maria Cristina Vasconcellos em sua tese de doutorado:

> Quando os pais fizeram do batismo de seus filhos um momento para homenagens, prestigiaram padrinhos e madrinhas. Os padrinhos "emprestavam" seus nomes a seus afilhados do sexo masculino e, as madrinhas, às afilhadas.

[811] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 375 verso.
[812] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 375 verso.
[813] VASCONCELLOS, 2006, pg. 156 - 157.
[814] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1847, pg. 356 verso.
[815] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1849, pg. 365 verso.
[816] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 374.

> Em outras cerimônias, os inocentes legítimos receberam os nomes de seus pais, deixando implícito a preocupação com a memória da família, com a necessidade e a opção por propagar a lembrança familiar.[817]

Logo o nomear as crianças com alguma referência a madrinha ou o padrinho era uma tentativa destes escravizados de aumentar o vínculo existente entre eles e os pais espirituais de seus filhos. Assim como Albina Maria, Maria Mercês Lucas teve 4 filhos espirituais, um já citado junto de Luís Lucas de Oliveira, na escravaria de Vicente Lucas de Oliveira; e 3 em escravarias de 1 – 4 cativos, sendo em duas ocasiões na escravaria de Joana Inácia Lucas. O primeiro foi Honorato[818] batizando em janeiro de 1843, e nascido em 24/11/1842, nessa ocasião Mercês foi madrinha juntamente de João de Oliveira Soares. Marcolino[819] batizado em janeiro de 1850, e nascido em 24/01/1849, crioulo, filho natural de Joaquina, crioula, escravizada de Joana Lucas, teve Dona Maria Mercês como madrinha acompanhada do Capitão Vicente Lucas de Oliveira Junior.

No período de 1851 – 1862 houve uma pulverização dos padrinhos, diferente do que ocorreu em 1810 – 1831 em que muitos padrinhos e madrinhas tiveram mais que 4 afilhados/afilhadas escravizados, passando pelo sub registro de 1832 – 1850 que consequentemente teve reflexos em cativos campeões de batismos no recorte descrito, no último período isso fica mais evidente.

Quadro 14 - Padrinhos mais chamados para batizar escravizados em Piratini (1851 – 1862)

Nome do padrinho	Condição Social	Escravista	Total de afilhados
João	escravizado	Joana Correa	7
Joaquim	escravizado	Germano Antônio Duarte	6
Malaquias	escravizado	Inácio Pereira da Silva Batalha	4
Alexandre José de Moura	Livre	-	4

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Entre os padrinhos campões de batismos em 1851 – 1862 em Piratini, estava João, escravizado de Joana Isabel Correa, ao que consta era solteiro, todavia teve 7

[817] VASCONCELLOS, 2006, pg. 195.
[818] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1843, pg. 279 verso.
[819] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1850, pg. 369 verso.

filhos espirituais. João teve 4 filhos espirituais[820] em escravarias de 1 – 4 cativos, sendo 3 meninos e uma menina. Entre os meninos estava Manoel, crioulo, batizado em junho de 1851, nascido no dia 17 daquele mês e ano, filho natural de Felipa, crioula, ambos escravizados de Joana Isabel Correa, mesma senhora de João, que teve como madrinha ao seu lado Catharina, escravizada de José Gomes Garcia. Ainda nesta escravaria ao lado de Heva, escravizada de João José Damasceno uma das escravizadas com mais de 4 afilhados, foram padrinhos de João[821] (possivelmente uma homenagem a seu padrinho, como em outros casos já vimos neste trabalho), crioulo, batizado em dezembro de 1852 e nascido em 14 de junho do mesmo ano, era filho natural de Leocádia, africana, escravizada assim como seu filho João de Josefa Dutra Pinheiro. Em fevereiro de 1853, foi batizada Teodora[822], crioula, nascida em 04/07/1852, filha natural de Maria, africana, ambas cativas de Vitoriano José Prestes, onde João novamente foi padrinho com Heva, escrava de João José Damaceno. Nas escravarias com 5 - 9, João foi padrinho de Leovegildo[823] , batizado em novembro de 1853, crioulo, filho natural de Gertrudes, sem registro de procedência ou naturalidade, sendo filho e mãe escravizados de José Joaquim Gomes da Costa e Silva, João padrinho teve a escravizada Joana, de Silvana Maria de Jesus como parceira ao batizarem Leovegildo. Na escravaria de Leonardo José Vaz, João foi padrinho ao lado de Guiomar, cativa de Querubim Candido Pereira de Queiroz, de dois meninos, filhos de Francisca, crioula. Em janeiro de 1852 foi batizado Eusébio[824], crioulo, nascido em 03 de agosto de 1851; e em janeiro de 1854 foi batizado Francisco[825], crioulo, nascido em 21/11/1853.

O segundo padrinho mais citado foi Joaquim, escravizado de Germano Antônio Duarte, com 6 filhos espirituais, sendo 3 em escravarias de 1 – 4 cativos, e 3 em escravarias de 5 – 9, sendo 3 meninos e 3 meninas. Destes um era da mesma escravaria que Joaquim. Nicolau[826], pardo, crioulo, em dezembro de 1853, nascido em 04 de novembro de 1853, filho natural de Luísa, parda; Joaquim teve como companheira a escravizada Cecília, parda e assim como ele, Nicolau e Luísa todos

[820] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).1851, 1851, 1852, 1853, pg. 15; 15 verso; 51 verso; 54 verso.
[821] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1852, pg. 51 verso.
[822] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1853, pg. 54 verso.
[823] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1853, pg. 74.
[824] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 30 verso.
[825] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1854, pg. 77.
[826] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1853, pg. 76 verso.

cativos de Germano Antônio Duarte. Importante destacar que Joaquim em dois batismos teve Cecília[827] como madrinha ao seu lado (um descrito), e em dois Luísa[828], sua comadre e escravizada do mesmo Germano Antônio Duarte e em dois batismos duas mulheres livres: Umbelina Maria Gouvea[829] e Florinda Maria da Conceição[830].

Malaquias[831], crioulo, nascido em 27/07/1823, batizado em agosto do mesmo ano, filho natural de Catarina, preta, descrita como crioula, ambos escravizados de Inácio Pereira da Silva Batalha, foi padrinho de 4 batizandos entre 1851 – 1862, possivelmente ser um homem nascido naquela localidade tenha dado um destaque em relação ao outros escravizados, tendo em vista que em relação aos outros períodos estava muito pulverizado os apadrinhamentos por homens cativos. Outro fator que possivelmente destacava Malaquias perante outros cativos de forma hierárquica eram os pais espirituais, José e Josefa, cativos de José Pereira da Silva Cacório, como visto este casal de escravizados foram os campeões de batismos no período de 1810 – 1831.

Nas escravarias de 1 – 4 cativos Malaquias foi padrinho de 3 batizandos, um menino e uma menina crioulos e uma africana. Entre os crioulos estava Venâncio[832], pardo, crioulo, batizado em outubro de 1853 e nascido aos 23/08/1852, filho natural de Vicência, crioula, ambos escravizados de Manoel Pereira da Silva Batalha, filho de Inácio Pereira da Silva Batalha, escravista de Malaquias. Malaquias apadrinhou Venancio juntamente de Dionísia, escrava de Manoel d' Orneles. Em dezembro de 1853, Joana[833], africana, 22 anos, escravizada de Antônio de Souza, teve como padrinho Malaquias e Eleutéria, crioulos, escravizados de Inácio Pereira da Silva Batalha. A madrinha Eleutéria[834] era irmã de Malaquias, filha de Catarina, crioula, nascida 30/08/1815 e batizada no mês de setembro de 1815. Assim como em 1810-1831, Malaquias parece estar dentro da rede de relação de compadrio que estavam seus padrinhos José e Josefa, pois tal qual como eles, Malaquias, foi padrinho de Cipriana[835], crioula, em dezembro de 1856, nascida em 03 de janeiro daquele ano,

[827] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1851, pg. 9, 1851.
[828] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1858, pg. 113 verso. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1861, pg. 141.
[829] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1860, pg. 128 verso.
[830] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1854, pg. 89 verso.
[831] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 102 verso.
[832] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1853, pg. 66, 1853.
[833] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1853, pg. 76 verso.
[834] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1815, pg. 35 verso.
[835]L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1856, pg. 101 verso.

filha natural de Luísa, ambas cativas de Ana Maria da Silva Batalha, Malaquias assim como no batismo da africana Joana, teve sua irmã Eleutéria como madrinha ao seu lado. Pelo sobrenome possivelmente Ana Maria fosse da família do escravista de Malaquias, sendo semelhante aos batismos da família Lucas de Oliveira onde Luís Lucas filho de Vicente, foi padrinho dos escravizados de seu pai. Ou como já destacado, Malaquias assim como seus padrinhos José e Josefa estava dentro de uma hierarquia social entre os escravizados fazendo com que fosse mais vezes convidado para apadrinhar batizandos.

Na escravaria de Inácio Pereira da Silva Batalha seu escravista, Malaquias foi padrinho de sua sobrinha, Josefa[836], nascida em 20/07/1853 e batizada em novembro daquele ano. Josefa foi descrita como crioula, era filha natural de Eleutéria, crioula, escravizadas de Inácio Batalha, foram pais espirituais Malaquias e Josefa escravizada de Antônio Belarmino Ribeiro. Podemos supor que este foi mais um caso da rede de relações em que se enquadrava Malaquias, assim como a homenagem feita por Eleutéria a madrinha de sua filha. Segundo Sandra Graham (2005) "As alianças familiares estabelecidas por sangue e casamento ampliavam-se ainda mais com a prática da cultura católica dos laços voluntários do apadrinhamento ritual. A escolha de um padrinho e uma madrinha para batizar uma criança ligava as famílias a redes mais amplas de clientelismo, com trocas constantes de favores ou deferências.[837]"

Outro padrinho com 4 afilhados foi Alexandre José de Moura, que nas escravarias com 1 – 4 teve dois afilhados, Manoel, batizado em dezembro de 1851, nascido em 11 de janeiro daquele, era filho natural de Isabel, escravos de Antônio José Soares, teve além de Alexandre José de Moura como padrinho a viúva Emerenciana Maria Rodrigues como madrinha. Maximiano, crioulo, filho natural da também crioula, Canuta, escravizados de Belmira Nunes Domingos, foi batizado em agosto de 1852 e nasceu em 12 de junho do mesmo ano. Alexandre José de Moura foi padrinho de Maximiano juntamente com Josefa Domingues, parda livre.

Nas escravarias de 5 – 9 cativos, Alexandre foi padrinho de um casal. O primeiro foi pequeno Torquato[838], crioulo, batizado em agosto de 1852, nascido no ano de 1844, filho natural de Emerenciana, crioula, escravizada de Francisco Nunes

[836] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1853, pg. 74 verso.
[837] GRAHAM, 2005, pg. 69; APOUD: FREIRE, 2009, pg. 189.
[838] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1852, pg. 67 verso.

Garcia, neste batismo a escravizada Umbelina, de Francisco Garcia foi companheira de Alexandre. Nessa mesma escravaria, só que a filha de outra escravizada de Francisco Nunes Garcia, a cativa Felipa, crioula, Alexandre foi padrinho de Delfina[839], crioula, filha natural de Felipa, nasceu em dezembro de 1850 e foi batizada em agosto de 1852, como madrinha ao seu lado Alexandre teve a presença de Clara, crioula, Liberta.

Quadro 15 - Madrinhas mais chamadas para batizar escravizados em Piratini (1851 – 1862)

Nome da madrinha	Condição Social	Escravista	Total de afilhados
Nossa Senhora da Conceição	Santa	-	9
Constantina	escravizada	Rosa Furtado	7
Josefa	escravizada	Antônio Belarmino Ribeiro	6
Isabel	escravizada	Ana Bueno	5
Umbelina	escravizada	Francisco Nunes Garcia	5
Heva	escravizada	João José Damaceno	5
Cecilia	escravizada	Germano Antônio Duarte	4

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.).

Entre as madrinhas mais chamadas para apadrinharem batizandos e batizandas escravizados/escravizadas em Piratini no recorte de 1851 – 1862, temos Nossa Senhora Conceição como a que mais foi “chamada” para ser mãe espiritual, podemos pensar na questão da proteção espiritual indicadas pelas mães do batizandos/batizandas, um outro aspecto relevante em se destacar é o descrito por Maria Cristina de Vasconcellos ao investigar o compadrio em Angra dos Reis, onde a autora aponta que em muitos casos a santa denominada como madrinha estava vinculada a protetora da localidade[840], na prática Piratini era “protegida” por Nossa Senhora da Conceição, logo essa seria a Santa de “preferência” das mães de batizandos e em alguns caos dos escravistas de africanos e africanas. Dos 9 filhos e filhas espirituais de Nossa Senhora da Conceição todos estavam em pequenas escravarias até 9 cativos, sendo 6 nas posses com até 4 escravos e 3 nas escravarias de 5 – 9. Nas escravarias de 1 – 4 escravizados havia uma paridade de gênero sendo 3 do sexo masculino, sendo 1 destes o africano João, com 20 anos, batizado em

[839] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1852, pg. 67 verso.
[840] “Os registros de batismo que indicaram como protetoras, santas que ‘protegiam’ as freguesias, estavam, na verdade, ‘preenchendo’ a lacuna referente às madrinhas.” (VASCONCELLOS, 2006, pg. 160).

janeiro de 1852, escravizado de Eulália de Ávila, teve como padrinho Vicente, crioulo, escravo de Joaquim de Ávila, quem tocou a coroa de Nossa Senhora da Conceição, foi José de Assis Machado, um dos padrinhos campeões de batismos em Piratini. No sexo feminino foram 3 meninas, nas posses de 5 – 9 escravizados foram dois meninos e uma menina.

Constantina escravizada de Rosa Furtado de Mendonça foi madrinha de 7 crianças escravizadas, todas em escravarias de 1 – 9 cativos, destes 7 filhos espirituais de 5 eram meninos e duas meninas, 3 meninos e uma menina de 1 – 9 escravizado e 2 meninos e uma menina em escravarias de 5 – 9 cativos. Ao que parece isso também se dava pelo fato da escravista de Constantina, Rosa Furtado de Mendonça era uma escravista de pequenas posses, não teve nenhum escravizado ou escravizada batizado/batizada nos períodos estudados e temos Constantina como a única cativa desta mulher sendo citada. Podemos especular várias hipóteses para que Constantina fosse escolhida: a primeira foi descrita como crioula, possivelmente se criou próxima as mães de seus afilhados, pois 6 destas eram crioulas. Em uma busca em nosso banco de dados do Excel com os registros de batismos, encontrei duas referências Constantina. A mais crível trata-se de Constantina[841], crioula, batizada em junho de 1827, ser filha natural de Claúdia, preta, crioula, ambas escravizadas de José Furtado de Mendonça, que teve como pais espirituais José, escravizado de Luís Vaz Bragança e Josefa escravizada de José Pimentel de Melo[842]. Porém não encontrei nenhum dado que ligue Rosa Furtado de Mendonça e José Furtado de Mendonça, no testamento do mesmo não consta a quem foram doados ou deixados seus escravizados, no Family Search encontre referência a Josefa Furtado de Mendonça[843], filha de José, porém não invalida a hipótese tendo em vista que na obra de Jayme D'Ávila não são citados filhos de José Furtado de Mendonça. Outra hipótese é de que possivelmente exercesse alguma função social entre aquelas escravizadas, algo vinculada a cultura afro-brasileira, imperceptível a nossas fontes.

[841] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1827, pg. 133.
[842] Logo, Constantina seria parte de uma rede de relações pois, José era cativo de Luís Vaz Bragança sogro de segunda núpcias de José Pereira da Silva Cacório. Isso me leva a hipótese de que essas elites piratinenses e seus escravizados possuíam relações que extrapolavam as propriedades. Possivelmente fossem vizinhos e os cativos o que facilitaria o deslocamento sobretudo das mulheres, porém também não há como deixar de pensar que nos momentos de folgas dessas pessoas procurassem estabelecerem laços que repercutiram nos compadrios entre estes cativos.
[843] https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:XV96-9L1

Josefa, africana, escravizada de Antônio Belarmino Ribeiro, foi madrinha de 6 batizandos, dentre as suas afilhadas estava Josefa[844], crioula já citada, quando junto a Malaquias, escravizado de Inácio Pereira da Silva Batalha, batizaram a rebenta de Eleutéria, em uma escravaria com 10 – 19 escravos. Os demais 5 afilhados meninos de Josefa, africana estavam em escravarias 1 – 9 cativos, sendo 3 nas escravarias de 1 – 4 escravos e 2 nas escravarias de 5 – 9. Nas escravarias de 1 – 4, Josefa teve como parceiros 2 escravizados, sendo um Fortunato[845], africano da mesma escravaria que ela; em outros dois batismos estiveram ao seu lado Inácio[846], africano e Gregório[847] ambos escravizados Ana Gomes Dias. Cabe apontar que Antônio Belarmino Ribeiro, escravista de Josefa, não teve nenhuma criança ou africano/africana batizados no período de 1851 – 1862, porém entre os anos de 1832 – 1850 este sujeito estava no grupo de escravistas de 5 – 9 cativos, entre os escravos que possuía se encontrava Josefa, crioula, mãe natural de Maria[848] e Justino[849]. Maria[850] era preta, crioula, filha natural de Josefa, crioula, nascida em 07/10/1834 e batizada em dezembro daquele ano, teve como padrinhos João, escravizado de Quintiliano Pereira Madruga e Maria, escravizada de José de Matos; já seu irmão Justino[851], preto, crioulo, filho natural de Josefa, crioula, batizado em agosto de 1837 e nascido em 16/07/1836, teve como pais espirituais os irmãos Lianço José de Abreu, livre e Cândida sem registro. A Josefa madrinha de 6 crianças foi descrita como africana em 5 ocasiões, e a mãe dos escravizados Maria e Justino como crioula, pela questão metodológica usada neste trabalho seriam então duas mulheres, porém ao analisar o inventário de Antônio Belarmino Ribeiro[852] por este tipo de fonte estava no grupo de 10 – 19 cativos, tendo em suas posses 10 escravizados, sendo 5 homens e 5 mulheres, entre estas estava Josefa, africana com 54 anos de idade, logo podemos afirmar que esta fosse a mesma mãe de Maria e Justino. Segundo o mesmo inventário de Antônio Ribeiro, havia uma Maria, de 33 anos, mas africana e Justino não estava

[844] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1853, pg. 74 verso.
[845] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1851, pg. 24 verso.
[846] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1854, pg. 77.
[847] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1856, pg. 96 verso.
[848] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1834, pg. 192 verso.
[849] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.PEL.),1836, pg. 206.
[850] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.PEL.), 1834, pg. 192 verso, 1834.
[851] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.PEL.), 1836, pg. 206.
[852] APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: I Vara de Família. Ano: 1862, Processo n°: 215, (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 45.

no inventário, assim como Fortunato, africano. Não consta nos registros de batismos que estes cativos foram doados, ou assim como nos batismos a naturalidade de Maria foi alterada, por ela ou escrivão ou faleceu antes de alcançar a idade adulta ou foi vendida/doada, assim como Justino. Logo por ser uma mulher a mais tempo convivendo naquela localidade Josefa perante outras escravizadas tinha um maior grau na hierarquia social.

Umbelina, escravizada de Francisco Nunes Garcia foi madrinha em 5 ocasiões, nas quais 4 eram do mesmo núcleo familiar de seu escravista pelo que tudo indica. Um dos afilhados de Umbelina já citado foi Torquato[853], na escravaria de Manoel Nunes Garcia, que possivelmente fosse do mesmo núcleo familiar de Francisco, escravista de Umbelina foi mãe espiritual dos 3 filhos de Emerenciana, crioula. A primeira foi Maria[854], crioula, nascida em novembro de 1848, batizada em agosto de 1852, ao lado de Umbelina como padrinho estava Domingos, africano, cativo de Manoel Nunes Garcia. Ambos inclusive batizaram em conjunto outras duas filhas de Emerenciana. Isabel[855], crioula, nascida em 06/10/1850 e Bernardina[856], crioula, batizada em outubro de 1853, nascida em 28/09/1853. Em outubro de 1854, Umbelino, crioulo, nascido em 24/08/1854, filho natural de Leonida, parda, sem registro de origem ou naturalidade, ambos escravizados de Felicio Nunes Garcia, teve como madrinha Umbelina, escravizada de Francisco Nunes Garcia e Victorio, pardo, escravizado de José Dionísio Nunes. Este último batizando era de uma escravaria de posse até 4 escravos, enquanto os outros 4 eram de duas escravarias de 5 – 9 cativos.

Cabe apontar que Torquato, Maria e Isabel foram batizados em 13/08/1852, pela questão de serem escravizados pertencentes ao mesmo grupo familiar e viverem longe da Matriz, possivelmente esses escravistas esperaram um determinado dia para batizarem seus escravizados, podemos observar que todos os padrinhos e a madrinha eram também desses locais, conforme Maria Cristina de Vasconcellos em Angra dos Reis, havia registros de batismos “[...] que anotaram a conversão de mais de um pagão, ou seja, os batismos coletivos, levam-nos a crer na existência de algum grau de interferência senhorial, ao menos na escolha da data da cerimônia. Havia senhores

[853] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 67 verso.
[854] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 67 verso.
[855] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 67 verso.
[856] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1853, pg. 65 verso.

que esperavam acumular determinado número de cativos, para marcar o sacramento, visando evitar a interrupção das atividades diárias.[857] [...].”

Heva, escravizada de João José Damasceno foi madrinha de 5 batizandos sendo 4 em escravarias de 1 – 4 e uma em escravaria de 5 – 9 cativos, a escravizada Maximiana[858] batizada em janeiro de 1852, crioula, nascida em 08/10/1846, filha de Delfina, ambas escravizadas de Severo Gonçalves, chama atenção o fato de Maximiana ter 6 anos de idade quando batizada. Além de Heva como mãe espiritual, Maximiana teve João, crioulo, escrava de Joaquina Machado. João[859] e Teodora[860] citados quando abordei de João, escravizado de Joana Isabel Correa; e Aleixo[861] e Túlio[862], crioulos e de escravistas como posses até 4 cativos. No batismo de Aleixo a escravizada Heva teve Américo, crioulo, escravo de José Batalha; já no batismo de Túlio o parceiro de Heva foi Laureano também cativo de João José Damasceno.

Cecília escravizada de Germano Antônio Duarte foi madrinha de 4 batizandos, em duas oportunidades seu companheiro de escravaria Joaquim (que foi padrinho de 6 crianças), batizaram Nicolau[863], crioulo, batizado em 1853, nascido no dia 04 de novembro daquele ano, filho natural de Luísa, parda, escravizados de Germano Antônio Duarte. Ao lado de Joaquim, Cecília foi madrinha de Luís[864], crioulo, em abril de 1851, nascido em 26 de novembro de 1850, filho natural de Luísa, escravizados (mãe e filho) de Joaquim José de Farias, e os outros dois filhos espirituais de Cecília foram Felis[865] e Tobias[866] ambos os meninos em escravarias de 5 – 9 cativos, porém ao seu lado teve Manoel Joaquim e Manoel Joaquim respectivamente como parceiros, ou parceiro, pois há possibilidade de serem a mesma pessoa.

[857] VASCONCELLOS, 2006, 149.
[858] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 30 verso.
[859] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 51 verso.
[860] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1853, pg. 54 verso.
[861] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1852, pg. 47 verso.
[862] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1853, pg. 56.
[863] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1853, pg. 76 verso.
[864] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1851, pg. 9.
[865] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), 1854, pg. 80 verso.
[866] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.),1860, pg. 123 verso.

Conclusões Gerais:

Neste subcapítulo busquei analisar o compadrio, partindo da ideia de que o batismo cristão possibilitava aos cativos e seus filhos a oportunidade de ampliar suas redes de solidariedade, parentesco e afetividade. Logo a família como viemos demonstrando ao longo desta tese era um vínculo para além das questões consanguíneas, pois os escravizados e escravizadas buscaram criar e recriar laços, fosse através de relações legitimadas pela Igreja ou não e a partir de vínculos de compadrio visando assim manter e ressignificar seus laços, agindo e resistindo ao processo de escravização.

Tomamos como exemplo as escravarias sobretudo do primeiro recorte temporal analisados, onde tudo indica uma rede de relações entre os escravizados, José e Josefa, africanos, escravizados de José Pereira da Silva Cacório tinham um grau na hierarquia social que possivelmente fez com que em muitos casos ao invés de um homem ou mulher livre, eles fossem os escolhidos para o que Sandra Graham descreve como o de serem as pessoas que seriam responsáveis pelos filhos espirituais nas ausências ou irresponsabilidades das mães e pais carnais[867]. Logo José, Josefa e tantos outros citados e aqueles não citados que foram chamados 1, 2, 3 e 4 vezes, traziam possivelmente as mães das crianças batizadas a possibilidade de que, nas suas ausências, esses pais e mães espirituais estivessem transmitindo além da cultura o conhecimento do cotidiano escravista, de como agir e resistir.

Nesse sentido, o mesmo processo social que resultava na reprodução natural das escravarias também contribui para a reprodução das alianças espirituais dos cativos. De uma ou de outra forma, a igreja católica estava presente e a agência cativa também. Cada cativo nascido em Piratini podia estar entrelaçado a essas redes de relações e ao parentesco dentro e fora do cativeiro. Os cativos que planejaram a insurreição eram todos crioulos e também devem ser pensados a partir dessa chave de leitura. Portanto, como veremos a seguir, os mesmos escravizados que podiam seguir as normas católicas e estarem inseridos em relações familiares, também podiam se rebelar contra o cativeiro e planejar a morte dos seus senhores, muito embora o desejo de constituir a sua própria família e alargar os seus direitos e autonomia também pudesse influenciar os seus projetos e ações.

[867] GRAHAM, 2005, pg. 69-70; APOUD: FREIRE, 2009, pg. 189.

CAPÍTULO 4
RESISTINDO AO CATIVEIRO: OS ESCRAVIZADOS E A CRIMINALIDADE NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE PIRATINI

Este capítulo da presente tese tem como objetivo analisar a criminalidade escrava em Piratini, buscando compreender que estas práticas na maioria das vezes ocorriam como forma de resistência ao cativeiro. Analisarei a tentativa de insurreição cativa em Piratini, em que fica explicito que estes escravizados eram agentes não só em se organizar ou no caso aqui tentarem se organizar coletivamente, mas também no entendimento das fronteiras entre escravidão e liberdade e da política da região fronteiriça entre a Província do Rio Grande de São Pedro e o Uruguai.

O Estado e as forças de justiça e militares ainda hoje são estruturalmente racistas e agem como tal, mas dos séculos XVI ao XIX era necessário manter a instituição da escravidão se legitimando de inúmeras formas. O Judiciário do Brasil Império tinha um grande dilema do ponto de vista de como tratar o escravizado no âmbito do Direito, pois, ao mesmo tempo em que as autoridades imperiais viam os escravizados como “coisas”, ou “objetos”, no âmbito de condenações, os escravizados eram julgados como se fossem súditos do império.

O Estado brasileiro procurou de todas as formas legitimar as classes dominantes, e a partir desse ponto de que a escravidão ou o escravismo, como uma forma de instituição de exploração do trabalho de uma pessoa livre sobre uma não-livre, entendo que a escravidão era uma instituição presente em Piratini, assim como em todo o território brasileiro. Silva, em um *Dicionário de Conceitos Históricos*, disserta que Claude Meillassoux (1995) conceitua escravidão como:

> um *modo de exploração* que toma forma quando uma *classe distinta de indivíduos* se renova continuamente a partir da exploração de outra classe. Ou seja, a escravidão aparece quando todo um sistema social se estrutura com base na exploração e na perpetuação de escravos continuamente reintroduzidos seja por comércio ou reprodução natural. O autor ainda afirma que para a escravidão existir é preciso uma rede de relações entre diferentes sociedades: há aquelas nas quais os escravos são capturados, aquelas que dispõem de uma estrutura militar para capturar os cativos das primeiras, aquelas sociedades ditas mercantis que controlam o escoamento dos escravos e, por fim, há sociedades mercantis consumidoras de escravos. Essa definição demonstra o quanto a escravidão mobiliza um conjunto econômico e social geograficamente extenso[868].

[868] SILVA, 2009, pg. 110.

O Brasil seguiu o modelo de Estado Liberal que começou a ser instituído por D. João VI quando da chegada da Família Real Portuguesa. Cabe ressaltar que o Liberal no Brasil foge e muito em minha opinião do que se propõe a literatura especializada. Tendo em vista que o Estado no Brasil desde o período colonial legitimou a classe dominante e vez ou outra adaptando o Estado para mesmo assim se manter no poder.

> o paradigma liberal gestou uma percepção de sociedade como um todo formado por indivíduos "em estado de natureza", em pleno exercício de seus interesses egoístas e belicosos, capazes de inviabilizar, no limite, a reprodução da espécie. Para evitar tal possibilidade, pensadores liberais definiram o Estado como fruto de um contrato, firmado entre cada indivíduo e seu governante, capaz de assegurar os chamados direitos "naturais" fundamentais: a vida e a propriedade, numa reciprocidade assaz imperfeita, imposta de cima para baixo [869].

E nesse sentido o Estado Português e Brasileiro legitimaram a escravidão ou escravismo como prática econômica. Em entrevista à revista *Estudos Avançados*, Jacob Gorender coloca a seguinte afirmativa, sobre a escravidão:

> Ela deu grandes lucros, propiciou a prosperidade dos plantadores e comerciantes e, sem dúvida, o Brasil se fez com a escravidão. O Brasil foi o país de mais prolongada escravidão nos tempos modernos.
> Tivemos 350 anos de escravidão aproximadamente e também fomos os maiores absorvedores de escravos da África. Avalia-se que chegaram ao continente americano
> 10 milhões de africanos escravizados. Quatro milhões vieram para o Brasil, ou seja, 40% do total de todo continente americano. Deve-se concluir que o Brasil foi o maior país escravista dos tempos modernos[870].

Minha interpretação é que o Estado utilizou das leis como o Código Criminal de 1832 (e seus adendos após a tentativa de rebelião escrava em Salvador em 1835), com intuito de diminuir o número de insurgências de cativos durante a escravidão. Segundo Maria Helena P.T. Machado:

> Ao longo do século XIX, no entanto, a tendência manifesta foi de uma paulatina intromissão do Estado na regulamentação das relações entre senhores e escravos, como comprova o caudal de leis, decretos, avisos e alvarás que se somaram e superpuseram nas últimas décadas da escravidão, regulamentando a instituição escravista e a esfera de poder senhorial. Com relação à ordem jurídica, verificou-se, sobretudo a partir dos anos de 1850, o crescente encaminhamento dos crimes de escravos à justiça.[871]

---

[869] MENDONÇA, 2020, p.20.
[870] GORENDER, 2002, p 219.
[871] MACHADO, 2022, pg. 23.

Por outro lado como é notório as relações e/ou negociações entre senhor-escravizado, eram situações em que o Estado não tinha como controlar, pois as negociações de espaços de autonomia dos escravizados era uma ferramenta do ponto de vista senhorial para que seus cativos não recorressem as últimas instâncias como fugas e homicídios (de seus senhores, capatazes e etc.) para fugirem da escravidão; pelo lado dos escravizados muitas vezes até para reivindicar direitos que até determinados momentos eram costumeiros. A alforria certamente era uma das formas de domínio senhorial como coloca Sidney Chalhoub:

> numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como o resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor; no Brasil do século XIX, o fato de que senhores e escravos pautavam sua conduta a partir da noção de que cabia unicamente a cada senhor particular a decisão sobre a alforria ou não de qualquer um de seus escravos precisa ser entendida em termos de uma 'hegemonia de classe'; e os castigos físicos na escravidão precisavam se afigurar como moderados e aplicados por motivo justo, do contrário, os senhores estariam colocando em risco a sua própria segurança[872].

Umas das outras instituições do Estado que serviu para reforçar o caráter escravista da sociedade brasileira entre os séculos XVI e XIX, foi a Justiça, e o Direito como um campo desta área foi também um espaço de disputa entre escravistas e escravizados. Com bem destaca Adriana Ferreira Campos:

> Desde a década de 1960, na Europa, o Direito ganhou destaque na historiografia quando alguns pesquisadores passaram a preocupar-se com o binômio crime e Estado. Consoante Bretas (1997), E. P. Thompson, Douglas Hay, Peter Linebaugh inauguraram uma interpretação crítica à clássica formulação do Direito como instrumento exclusivo da classe dominante. Segundo esses estudiosos, o mundo jurídico é um locus no qual as diferentes classes sociais expressam os seus interesses conflitantes. As antigas concepções de superestrutura aplicadas indiscriminadamente ao Direito, à Justiça e às Leis, que concebiam as instituições como meros reflexos da estrutura socioeconômica, ou mesmo como simples instrumentos da classe dominante, cederam lugar ao entendimento dessas instâncias como espaços institucionais de luta e conflito na sociedade[873].

Adriana Campos ainda aponta que muitos historiadores defendem o Direito e o *locus* jurídico no campo teórico e empírico como:

> uma tarefa estrutural e estruturante nas sociedades escravistas, com o fim de criar e sustentar o 'estado' de escravidão. A estabilidade da instituição,

[872] CHALHOB, 2011, p. 24-25.
[873] CAMPOS, 2003, pg. 21 e 22.

> portanto, não se realizava somente pelo uso da força, disciplinando os cativos por meio de uma pedagogia da violência, mas também por um enquadramento ético que os privava de todos os seus 'direitos'[874].

Conforme Adriana Campos, uma ala da historiografia brasileira, Jacob Gorender (1990) e Jurandir Malerba (1992), não concordava com o estudo desta área pois transmitia a ideia do mundo escravista e não do escravizado, ao passo que Eugene Genovese (1988), defende outro ponto de vista, o de compreender que não há como se entender o mundo do escravizado sem conhecer quem o escravizou.

Diferentemente das colônias inglesas em que havia códigos negros, no Brasil atuou-se de outra forma. Segundo Adriana Campos:

> No Brasil, ao invés de códigos negros, operou-se uma práxis jurídica provida de expedientes de legitimação, apoiados amplamente na herança jurídica romana legada pela antiga legislação portuguesa e destinados a forçar a legislação nacional a adaptar-se às exigências de disciplina e controle da população escrava e afrodescendente. Nesse sentido, reveste se de fundamental importância o conhecimento da tradição jurídica que orientou os legisladores brasileiros na formação das leis do País e que forneceu a legitimidade legal à ação repressora e disciplinadora das autoridades policiais e judiciais[875].

Segundo Campos, as Ordenações Filipinas eram a legislação mais importante[876], dentro de um Estado patrimonialista e privado, mas, que ao mesmo tempo buscava ser centralizador embora nem sempre isto fosse fato. Importante destacar que o corpo jurídico do Brasil tem bases no mundo colonial lusitano, sendo que as Ordenações Filipinas[877] que versavam sobre como castigar/punir a criminalidade abordavam a escravidão como objeto cotidiano, e passava aos

---

[874] CAMPOS, 2003, pg. 21 e 22.
[875] CAMPOS, 2003, pg. 50.
[876] Segundo Adriana Campos (CAMPOS, 2003, pg 51 - 52): "A legislação mais importante eram as Ordenações Filipinas, que representavam o coroamento da obra entregue aos legistas para a edificação de uma 'base teórica, na qual se apoiasse todo o processo político, originando-se um conjunto de princípios próprios à fase de passagem, das concepções medievais, para as idéias modernas concernentes ao Estado' (Lacombe, 1985, p.15; apud: CAMPOS, 2003, pg. 51). Além de as Ordenações terem clara inspiração romana, o Direito Romano deveria ser aplicado subsidiariamente nas decisões judiciais, tornando-se a matriz teórica do Direito Português aplicado na colônia. O Direito Canônico, os costumes e a jurisprudência também compunham o complexo conjunto de leis. As autoridades político-administrativas orientavam-se também pelos regimentos, instruções, decretos, provisões, portarias, consultas e alvarás. Os autores, em geral, condenam como 'confuso' esse emaranhado de leis e atos administrativos. Talvez o sentido desse estado de coisas fosse a modernidade incompleta operada em Portugal, já que, por um lado, a modernidade portuguesa criou um Estado Absolutista, mas, por outro, se manteve firmemente atada aos valores e privilégios de uma sociedade estamental."
[877] Ver em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733

escravistas o “direito” de castigar de forma “moderada” seus escravizados. Segundo Alexandre Ricardo Ferreira, diferente da França, por exemplo, onde existia um código para os escravizados, isto nunca ocorreu no Brasil. No entanto, segundo Ferreira:

> No Livro V, havia ainda uma lei específica para a punição exemplar dos escravos que atentassem contra a vida dos seus senhores. O título 41 dispunha que, antes de ser executado “por morte natural na forca para sempre”, o escravo que matasse “seu senhor ou o filho de seu senhor” teria suas carnes apertadas por tenazes ardentes e as mãos decepadas. Caso o cativo, mesmo sem ferir o senhor, arrancasse contra ele uma arma, seria açoitado publicamente e teria uma das mãos cortadas[878].

As Ordenações Filipinas no seu Livro V foram até o desenvolvimento do Código Penal de 1830, o “manual” jurídico que organizavam estas atividades no Brasil colonial e início dos anos imperiais. A partir de 1830 entrou em vigor no Brasil o Código Penal que dirigiu a vida judicial no Brasil até a Proclamação da República. Segundo Ferreira, ao contrário do Livro V das Ordenações Filipinas:

> [...] não havia no Código do Império destaques artigo a artigo que explicavam a maneira de se imputar pena aos escravos. Havia um artigo (o de número 60) que se encarregava de prescrever a exceção para o caso do condenador escravos, o qual deveria ser considerado pelos juízes na aplicação de todas as leis penais então vigentes. O mesmo código, entretanto, não possuía uma lei específica para a punição do escravo que assassinasse seu senhor ou qualquer outra pessoa, salvo quando se caracterizava o crime como insurreição[879].

Na Piratini do século XIX, assim como em todo Império brasileiro, aplicava-se a pena de morte se caso um escravizado assassinasse o seu senhor, mas o contrário não ocorria, pois havia a necessidade de legitimar o *status quo* escravista. Já para outros tipos de crimes, em muitos casos, a prisão poderia ser transformada em açoites[880]. Como destaca Adriana Campos, na época da elaboração do Código Criminal, houve um debate[881] entre os parlamentares a respeito da pena de morte, pois os legisladores que se opunham ao autoritarismo do Imperador entendiam que a

---

[878] FERREIRA, 2011, pg. 162.
[879] FERREIRA, 2011, pg. 168.
[880] FERREIRA, 2011.
[881] Em relação ao debate segundo Adriana Campos este assim como os demais não foi muito profundo: “A Comissão Especial escolhida para elaboração do documento preferiu partir do projeto de Vasconcelos. Contudo, não foi senão em 1830 que o projeto de lei foi apresentado ao Senado e à Câmara de Deputados. Impressionante foi a forma resumida de debates adotada pelos Deputados, que abriram mão de discutir os artigos da lei proposta, exceção feita à pena de morte. Mesmo a polêmica sobre o assunto da pena capital foi breve.” (CAMPOS, 2003, pg. 105).

proibição da pena impediria D. Pedro I de utilizar essa “ferramenta” como forma de perseguição política. No entanto, a sua adoção atingiria os escravizados que se rebelassem e poderia conter a possibilidade de revolta.

> Os defensores da abolição da pena de morte tinham que se confrontar com a inclusão dos escravos no projeto arquitetado por Vasconcelos. A recusa por uma legislação criminal especial para os escravos, como pedida por alguns dos membros da Câmara, estava ligada à certeza de que a barbárie dos escravos se estendia a outros setores da população, possivelmente a seus descendentes livres[882].

Ou seja, para os políticos brasileiros do século XIX abordar essas questões como galés e pena de morte poderia ser uma forma de violência coercitiva a menos para subjugar seus escravizados, pensando nas várias formas de violência praticadas pelos escravistas. Para este trabalho é importante ressaltar a importância do Direito (campo jurídico) para o estudo da escravidão, pois é através das fontes criminais (processos-crimes, correspondências policiais e mapas de crimes, por exemplo) que que podemos ter um acesso parcial a “voz” desses sujeitos, algo dificilmente alcançável em outros tipos de fontes. O recorte temporal dos processos analisados abrange os anos finais do período colonial e vão até a década de 1870 do Brasil Imperial, ou seja, abarcam um período em que o Estado nacional estava surgindo e se constituindo até o início da crise da escravidão. Para isso é importante destacar que neste processo histórico houve duas legislações criminais que nortearam a sociedade brasileira nos referidos períodos. No tópico a seguir irei analisar de forma quantitativa os crimes cometidos em Piratini.

4.1 - O que mostram os processos criminais envolvendo cativos em Piratini?

Piratini, 22 de abril de 1848, o futuro Comendador Manoel José Gomes de Freitas, na época delegado de Polícia de Piratini, em correspondência ao General Francisco de Souza Soares d’Andrea, então presidente da Província do Rio Grande do Sul, dizia contratar homens para comporem o efetivo policial da Vila:

> Participo a V. Exa. que cumprindo o ordenado na Portaria de 22.04 do corrente ano, ajustei para a polícia deste termo dez homens mais um para comandá-los, constante da lista junta, os quais alugaram seu serviço por um ano, e eu me conformei com esse prazo, e será cumprido, salvo se eles não

[882] CAMPOS, 2003, pg. 105.

> servirem bem, ou emanar de V. Exa. ordem em contrário; estas condições foram declaradas no contrato que ontem com os mesmos pactuei, dia em que principiaram a vencer soldo. Parecendo-me útil dar-lhes instruções para o desempenho de seus deveres, assim o fiz, as quais submeto ao esclarecido conhecimento e aprovação de V. Exa. [...]";
> [Anexo] – "Instruções para os homens contratados, em cumprimento do ordenado por S. Exa. O presidente da província em portaria de 22.04 do corrente ano, para fazerem a polícia de Piratini**.**
> Artigo 4°: "Toda pessoa (não sendo soldado) que livre ou escrava, for encontrada de dia com arma de fogo, espada, estoque ou faca, e escravo mesmo com cacete, a levarão a presença do subdelegado de polícia; e sendo de noite os prenderão a ordem dele e os recolherão para a cadeia, dando-lhe parte circunstanciada no dia seguinte o mais cedo possível; e a todo escravo depois do toque de silêncio, que não andar munido de uma cédula de seu senhor em que declare ao que ele vai, ou na ocasião de incêndio com um barril de conduzir água, também prenderão e darão parte, como acima ordena".[883]

Oito anos mais tarde, em 15 de fevereiro de 1856, o então Delegado suplente de Polícia de Piratini, Bernardo Pires enviou uma correspondência ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba, reforçando a necessidade de um aumento no efetivo de polícia devido aos inúmeros crimes que se sucediam na Vila de Piratini:

> A V. exa. vou hoje com precisão manifestar alguns acontecimentos e mais fatos que ocorrem pelos diferentes distritos deste vasto município, onde não havendo uma polícia de número suficiente para com ela, de algum modo, prevenir-se o mal ou menos escorraças os malfeitores, irão então cada vez mais se arruinando as cousas, de maneira que os assassinos e perturbadores do sossego público se revestirão de mais audácia e coragem para as desordens crescerem, os roubos multiplicarem-se e o número de malvados de mais a mais engrossar e zombando então das lei, nem tremor nem do atropelarem afoitos o direito individual e de propriedade; e nesta apurada contingência a autoridade policial, sem meios, nem proteção, passa pelo dissabor e vexame de ser escarnecida por esses agressores, que por toda a parte aparecem ufanos e destemidos; depois o Povo que sofre as amarguras e o gravoso peso de suas nefandas perversidades, chama contra a autoridade que os não persegue e que os não corrige, mas como se poderá isso fazer se a polícia que faz a guarnição desta vila é composta somente de 4 praças e 1 sargento, a qual mal pode manter a segurança dos presos de graves culpas que aqui existem em uma cadeia fraca, mal construída e desgraçada, porque é um edifício para isso inteiramente impróprio.[884]

---

[883] AHRS. *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS*. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 22/04/1848. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.

[884] AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 15/02/1856. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.

Os documentos descritos acima ajudam a evidenciar que Piratini, no meado do Oitocentos, era retratada pelas autoridades provinciais como um dos municípios da Província que eram “contaminados de criminosos de importância, e tão ousados são eles, que as autoridades temem persegui-los. Em parte, são desculpáveis esses receios, porque nem todas [as vilas] têm força suficiente para apoiar suas diligências”.[885] A descrição do Presidente da Província em exercício Patrício Correa Câmara ao Ministério imperial, e Bernardo Pires ao Barão de Muritiba vai ao encontro do que mostram os dados levantados nos processos-crimes. Entre os anos de 1820, quando data o primeiro processo-crime da então freguesia de Piratini, até 1871, foram registradas 77 queixas do Estado contra atos considerados delituosos e que tiveram escravizados como réus ou vítimas. Destes 77 processos-criminais, que envolvem mais de uma pessoa nos autos, 82 pessoas escravizadas de ambos os sexos foram consideradas réus. Dos 77 processos-crimes em 39 pelo menos 1 escravizado(a) foi indiciado como réu. Entre as pessoas livres que foram indiciadas em 20 processos-crimes como réus, sendo um total de 46 pessoas, 34 homens e 4 mulheres; enquanto em 6 processos-crimes, ao menos 1 liberto foi indiciado como réu, sendo que dos 7 libertos (as) que foram considerados réus em 6 homens e 1 mulher. A Tabela 58 apresenta os tipos de crimes cometidos em Piratini. No primeiro recorte temporal entre 1820-1830 os dois processos-crimes que foram de “Ferimentos e outras ofensas físicas” tiveram 3 escravizados como réus, em uma tentativa de assassinar o Sargento Mor Ubaldo Pinto Bandeira[886], e o outro processo-crime foram acusados dois homens livres.

Tabela 58 - Tipificações[887] de crimes – Piratini (1820-1871)

Tipos de crimes	1820 - 1850	1851 - 1871	Total por crime	% dos crimes
Dano	0	2	2	3%
Estupro	0	1	1	1%
Excesso de autoridade; Ferimentos e outras ofensas físicas	0	1	1	1%
Ferimentos e outras ofensas físicas	6	9	15	19%
Ferimentos e outras ofensas físicas; rapto	1	0	1	1%
Furtos	1	7	8	10%

[885] Relatório Presidentes de Provincia 1859. Tranquilidade Pública. pg. 4.
[886] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143.
[887] Essas tipificações são as que constam no Catálogo do APERS. APERS. *Documentos da Escravidão:* processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Homicídios	2	21	23	30%
Infanticídios	0	1	1	1%
Insurreição	0	1	1	1%
Outros	0	5	5	6%
Redução à escravidão de Pessoas Livres	0	9	9	12%
Roubos	3	7	10	13%
Subtotal	13	64	100%	
Total	77			

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Localidade de Piratini.

É importante observar que o número de processos criminais em Piratini levantados aqui cresce vertiginosamente no segundo período, saltando de 13 para 64. Ou seja, o número de processos em número bruto aumentou cerca de 5 vezes após 1850. Certamente que esse aumento de casos acompanhou o crescimento das escravarias de Piratini, como apresentado no capítulo 2. Segundo Maria Helena Machado, os crimes aumentaram nas localidades de Campinas e Taubaté na Província de São Paulo[888], o que Róger Costa da Silva aponta para o aumento da criminalidade nas charqueadas de Pelotas entre 1850 – 1888[889] Contudo, nos parece que a repressão da Polícia e da Justiça na segunda metade do século também aumentou, em parte pelo próprio crescimento do Estado, mas em parte, talvez, pelo crescimento da criminalidade na região. Além disso, em se tratando do envolvimento de cativos em casos de pequenos furtos e outras contendas, não devemos descartar a hipótese de que tenham se resolvido de forma interna, dentro do cativeiro. Conforme Maria Helena P.T. Machado, os escravistas cientes "[...] de seu poderio, os senhores procuraram resolver parte dos conflitos que envolviam escravos nos limites das próprias unidades rurais.[890]"

Em seu estudo para Pelotas, Amanda Ciarlo Ramos afirmou que ao:

> [...] trabalhamos com processos criminais temos de lidar invariavelmente com a sub-representação dos crimes de cativos. Esta se dava tanto pelo ressentimento dos senhores frente à interferência da Justiça e do Estado em sua esfera, quanto pela preferência dos mesmos em punir seus cativos privadamente, a fim de evitar que fossem alijados do trabalho em que estavam inseridos[891].

[888] Sobre isto ver: MACHADO, 2022, pg. 19 – 24.
[889] SILVA, 2014.
[890] MACHADO, 2022, pg. 21.
[891] RAMOS, 2018, pg. 44-45.

Possivelmente os escravizados participaram de um número maior de crimes, porém é impreciso afirmar de maneira enfática pela falta de provas documentais. Amanda Ramos, ainda sobre essa sub-representação dos escravizados e dos crimes atribuídos a eles, acrescenta que:

> nem todos os delitos e conflitos viraram processos criminais, é mais improvável que os crimes contra a segurança da pessoa deixassem de chegar ao conhecimento das autoridades, e consequentemente, passassem pelo processo de judicialização. Dificilmente um homicídio deixaria de ser reportado à polícia e, por causa disto, tendem a ser estatisticamente mais confiáveis por sua visibilidade e repercussão[892].

Pensando neste ponto de que os crimes contra a segurança resultaram um maior número de processos-crimes, somando 40 casos (homicídios, infanticídios, ferimentos e outras ofensas físicas), possivelmente em Piratini houve uma sub-representação dos casos de furtos e roubos, pois como apresentei os dados de governo havia uma preocupação com os crimes na localidade. Se pensarmos no grande número de cativos nas escravarias, tanto em inventários quanto em batismos, o número de processos, a meu ver, é bem menor do que deveria ocorrer naquele contexto.

Tendo sido feitas essas ressalvas, dentre os crimes cometidos em Piratini os que mais tiveram processos abertos foram os homicídios, 23 ao total, seguido dos "Ferimentos e outras ofensas físicas", que foram 16. Os roubos foram 10 processos-crimes, redução de pessoas livres a escravidão, pós Lei Eusébio de Queiroz, foram 9 casos em que pessoas alegavam serem livres perante a justiça. Quanto aos furtos, 8 processos-crimes foram registrados em Piratini. Importante destacar que os escravizados foram réus em maioria dos processos-crimes de homicídios, roubos e furtos. Enquanto as pessoas livres foram rés em "Ferimentos e outras ofensas físicas" e redução de pessoas livres a escravidão.

Tabela 59 - Crimes e réus – Piratini (1830-1871)

Tipos de crimes	1831 - 1850					1851 - 1871				
Dano	Escravo	Homem	0	0	0	Escravo	Homem	6	6	6
		Mulher	0				Mulher	0		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		

[892] RAMOS, 2018, pg. 56.

	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
Estupro	Escravo	Homem	0	0	0	Escravo	Homem	2	2	2
		Mulher	0				Mulher	0		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
		Mulher	0				Mulher	0		
Excesso de autoridade; Ferimentos e outras ofensas físicas; rapto	Escravo	Homem	0	0	7	Escravo	Homem	3	3	10
		Mulher	0				Mulher	0		
	Livre	Homem	6	6		Livre	Homem	7	7	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Liberto	Homem	1	1		Liberto	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
		Mulher	0				Mulher	0		
Furtos	Escravo	Homem	1	1	1	Escravo	Homem	14	15	21
		Mulher	0				Mulher	1		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	6	6	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
Homicídios	Escravo	Homem	1	1	3	Escravo	Homem	17	18	31
		Mulher	0				Mulher	1		
	Livre	Homem	2	2		Livre	Homem	8	10	
		Mulher	0				Mulher	2[893]		
	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	3	3	
		Mulher	0				Mulher	0		
		Mulher	0				Mulher	0		
Insurreição	Escravo	Homem	0	0	0	Escravo	Homem	16	16	18
		Mulher	0				Mulher	0		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	2	2	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
Outros	Escravo	Homem	0	0	0	Escravo	Homem	0	1	2
		Mulher	0				Mulher	1		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	1	1	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Escravo	Homem	0	0	0	Escravo	Homem	0	0	10

[893] Aqui inclui um caso tipificado como infanticídio.

Redução à escravidão de Pessoas Livres		Mulher	0				Mulher	0		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	8	10	
		Mulher	0				Mulher	2		
	Liberto	Homem	0	0		Liberto	Homem	0	0	
		Mulher	0				Mulher	0		
Roubos	Escravo	Homem	3	3	4	Escravo	Homem	12	13	16
		Mulher	0				Mulher	1		
	Livre	Homem	0	0		Livre	Homem	2	2	
		Mulher	0				Mulher	0		
	Liberto	Homem	1	1		Liberto	Homem	0	1	
		Mulher	0				Mulher	1		
Subtotal			15			Subtotal		116		

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

Estudar e analisar os crimes cometidos por escravizadas(os) em situações de uma sociedade que vivia em um sistema que tolhia as suas liberdades individuais é importante, pois como discorre Leila Algranti, “essas análises permitem compreender melhor a estrutura social e as tensões existentes no meio estudado”.[894] Paulo Roberto S. Moreira, ao problematizar “a dinâmica do abolicionismo” no Rio Grande do Sul através da análise das práticas e representações sobre a liberdade e o cativeiro[895] apresenta análises de resistência escrava em Porto Alegre, que podem ser importantes para pensar as diversas maneiras em que os cativos de Piratini resistiram e se manifestaram em relação ao cativeiro. Por sua vez, Ricardo Ferreira aponta para uma noção de criminalidade entre os cativos que vá além dos assassinatos de senhores, de feitores e do planejamento de insurreições, incorporando um amplo conjunto de atos tidos como delituosos, algumas vezes praticados em condições muito próximas da população livre e liberta.[896]

Nesse sentido, é importante entender melhor o perfil dos cativos que foram réus e vítimas nos processos judiciais do município, pois ele ajuda a entender um pouco mais o complexo contexto da criminalidade local. Quanto ao grupo de procedência dos escravizados réus (informação mais presente para esses do que para as vítimas), os crioulos foram maioria em ralação aos africanos. Ao observar os dados da Tabela 60 pode-se perceber que, se em números absolutos os africanos aumentam a sua

[894] ALGRANTI, 1988, pg. 46.
[895] MOREIRA, 2003, p. 15.
[896] FERREIRA, 2009, pg. 341.

presença após 1850, em termos percentuais eles diminuem. É bem verdade que o período entre 1820 e 1850 apresenta uma pequena quantidade de dados, mas a queda do percentual para 17% não deixa de apontar o grande predomínio de crioulos após o fim do tráfico, algo também evidenciado nos inventários e registros de batismos. Isso parece não ter sido a regra na região. Em Rio Grande, por exemplo, na década de 1850, Douglas Reisdorfer verificou 51% de réus africanos em 33 processos criminais. Na década de 1860, o autor encontrou 34% de africanos em 26 processos.[897] Para Pelotas, entre 1850 e 1865, Amanda Ramos percebeu que 47,7% dos cativos réus eram africanos.[898] Portanto, em Piratini, o típico réu cativo nos anos 1850 e 1860 era o escravizado crioulo, sendo muito provavelmente formado por cativos nascidos na própria região. Mesmo que esse não fosse um objetivo senhorial, podemos considerar que a crioulização das escravarias através da reprodução natural não foi capaz de conter o aumento criminalidade. Essa constatação é importante, pois nos debates parlamentares realizados para a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, parte das elites considerou que o ingresso de cativos africanos deveria ser cessado para evitar possíveis rebeliões.[899]

Tabela 60 - Africanidade dos réus nos processos-crimes (1820 – 1871)

Africanos	1820-1830		1831-1850		1851-1871	
	2		2		8	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	1	1	2	0	8	0
Crioulos	1		2		48	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	1	0	2	0	44	4
Africanidade	67%		50%		17%	
Não Consta Origem	0		1		18	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	0	0	1	0	18	0
Totais	3		5		74	

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

No que diz respeito ao gênero, os dados da Tabela 61 e 62 mostram que os escravizados homens foram a maioria entre réus e vítimas. No geral, eles reuniram

[897] REISDORFER, 2024, p. 77.
[898] RAMOS, 2018 p. 97.
[899] MAMIGONIAN, 2017.

92% dos réus. Entre os réus escravizados, eles somavam 94%. Ao comparar os dados populacionais com os processos-criminais em que havia um ou mais escravizado, envolvido como réu ou vítima, eles são maioria percentual muito acima ao analisar as duas fontes por mim analisada. É curioso que, entre 1820 a 1850, somente uma mulher foi classificada como ré em um total de 19 réus. Em todo o período as mulheres foram mais vítimas do que rés nos processos. As mulheres consideradas como rés nos processos-crime somavam 8% do total, sendo 6% entre os cativos. Para Pelotas, na segunda metade do século XIX, Amanda Ramos informa que entre os "[...] réus, apenas 14 eram mulheres (apenas 9,2%) e 138 eram homens (90,8%)".[900] Para Rio Grande, entre 1850 e 1888, Reisdorfer encontrou 10,64% de mulheres como rés.[901] Para Maíra Chinelatto Alves, a "conclusão a que se chega a partir desta observação não é a de que as mulheres eram naturalmente dóceis e pacíficas e, portanto, incapazes de agir[902]", mas, que em um "mundo inerentemente violento, fossem preponderantes as noções de honra e coragem pessoais masculinos. Provavelmente os conflitos inteiramente femininos se dessem e se resolvessem em outras chaves, que não apenas as das ações criminosas, de maneira violenta ou desafiadora".[903]

Tabela 61 - Réus nos Processos-Crimes em Piratini (1820-1871)

Réus							
Condição Social	Sexo	1820 - 1830		1831 - 1850		1851 – 1871	
Escravo	Homem	2		5		70	
	Mulher	1	3	0	5	4	74
Livre	Homem	1		8		33	
	Mulher	0	1	0	8	4	37
Liberto	Homem	0		2		4	
	Mulher	0		0	2	1	5
Subtotal		4		15		116	
Total		135					

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

Tabela 62 - Vítimas nos Processos-Crimes em Piratini (1820-1871)

[900] RAMOS, 2018, pg. 93.
[901] REISDORFER, 2024, pg. 76.
[902] ALVES, pg. 295.
[903] ALVES, pg. 295 - 296.

Vítimas							
Condição Social	Sexo	1820 - 1830		1831 - 1850		1851 – 1871	
Escravo	Homem	0		5		25	
	Mulher	0	0	0	5	12	37
Livre	Homem	1		6		24	
	Mulher	0	1	1	7	6	30
Liberto	Homem	1		0		6	
	Mulher	0	1	0	0	5	11
Subtotal		2		12		78	
Total		92					

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

Os homens escravizados estavam envolvidos em diferentes crimes. Possivelmente pelas atividades que desempenhavam, como os campeiros, muitos deles pareciam ter um grau de autonomia e locomoção um pouco maior e estão mais presentes nesse tipo documento envolvidos em homicídios, roubos e furtos. Dos 23 homicídios localizados, três casos envolvem assassinatos de senhores e tiveram a participação de pelo menos um cativo seu no ato. Em contrapartida, em três processos-crimes 12 escravizados foram assassinados por seus senhores. Os escravizados foram réus em 11 processos-crimes por homicídios contra terceiros, ou seja, fora da relação senhor-escravo. No total dos homicídios, 33 pessoas foram consideradas réus, dos quais os escravizados de ambos os sexos foram 19 pessoas (18 homens e 1 mulher), os livres descritos como réus somavam 11 pessoas (10 homens e 1 mulher) e os libertos incriminados como réus foram três. As vítimas dos 23 homicídios totalizavam 39 pessoas. É importante considerar que 19 cativos terem sido julgados por homicídio entre 1820 e 1870, sendo três deles contra seus próprios senhores, não deve ser visto como um número desprezível. Tendo em vista que a maior parte deles foi depois de 1850, estamos falando de quase um homicídio por ano e as notícias desses crimes deviam deixar os escravistas apreensivos com relação ao comportamento de seus cativos.

Com relação à criminalidade cativa, mais especificamente sobre os “crimes contra a pessoa”, Maria Cristina Wissenbach, ao estudar o munícipio de São Paulo, destacou que:

> A primeira categoria - os crimes contra a pessoa - engloba intensidades distintas de ataques: neles estão arrolados os homicídios, as lesões corporais

> e suas graduações (das mais graves às mais leves) e os estupros. Além disso, uma vez cometidos pelos réus escravos, dizem respeito a vítimas de categorias sociais diversas. Impondo-se distinções entre as vítimas, estas foram discriminadas sobretudo com base nas relações que mantinham com os réus escravos[904]

Segundo a autora havia nestes tipos de crimes algo que refletia o "mundo" daquelas pessoas escravizadas, as suas relações, que em um momento ou outro os levavam a cometer um homicídio ou a tentativa do ato. Sobre os crimes de homicídio perpetrado por pessoas escravizadas contra escravistas ou pessoas que tivessem a figura semelhante à de um feitor, Wissenbach afirmou que "[...] em muitos sentidos, homicídios de senhores e feitores ocorridos nos distritos rurais, nas cidades, na época colonial ou nos tempos de desagregação do regime, assemelham-se entre si, refletindo a contradição básica do sistema".[905] Como no caso de 8 de julho de 1856 do assassinato[906] de José de Caldas Araújo, degolado pelo seu escravizado de nome Francisco, solteiro, descrito como pardo, 32 anos, rio-grandense, alegava que o nome de sua mãe era Maria e dizia-se ser de todo o serviço/campeiro. Francisco foi condenado à pena de morte, mas sobre José de Caldas não encontrei mais informações.

Ricardo Figueiredo Pirola analisou o assassinato de José Joaquim de Almeida Pinto por seus escravizados, na cidade de Campos, no norte do Rio de Janeiro. Segundo o autor, os cativos rebelados justificaram o crime como uma forma de conseguirem um outro senhor, já que, segundo Pirola, o inventário de Almeida Pinto indicava um sobrinho seu como futuro proprietário dos cativos. Para Pirola, possivelmente os escravizados teriam "conhecimento prévio de quem seria o novo proprietário, com quem, talvez, esperassem ser possível negociar melhores condições de trabalho e sobrevivência".[907] O fato aqui citado é que um dos motivos das causas do assassinato de Almeida fora o excesso de castigos de seu senhor à escrava Anastácia, após o sumiço de alguns ovos. Sobre esse caso, Pirola aponta:

---

[904] WISSENBACH, 1998, pg. 48.
[905] WISSENBACH, 1998, pg.49.
[906] APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1856 - Processo n°: 2380. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 249.
[907] PIROLA, 2015, pg. 53.

> Se, ao castigar a escrava por conta dos ovos, Almeida Pinto considerava a si mesmo um senhor bastante zeloso de sua propriedade, aos olhos de seus escravos seu comportamento estava, possivelmente, longe de ser o mais acertado. É curioso observar que, na segunda metade do século XIX, o castigo físico se tornou uma das alegações mais recorrentes dadas pelos escravos para justificar a prática de crimes contra agentes da produção (feitores e administradores) e membros da família.[908]

Isso tudo nos ajuda a pensar nas motivações dos cativos para matarem seus senhores em Piratini. Tendo em vista que essas pessoas eram sujeitos históricos, que compreendiam muito bem o mundo e a sociedade em que viviam, esses crimes podiam significar o rompimento de relações de violência cotidiana que atingiam um momento irreversível, do ponto de vista dos escravizados.

Tabela 63 - Condição social das vítimas de Homicídios em Piratini

Vítimas							
Condição Social	Sexo	1820 - 1830		1831 – 1850		1851 - 1871	
Escravo	Homem	0		1		18	
	Mulher	0	0	0	1	4	22
Livre	Homem	0		2		10	
	Mulher	0	0	0	2	2	12
Liberto	Homem	0		0		2	
	Mulher	0	0	0	0	0	2
Subtotal		0		3		36	
Total		39					

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

Importante destacar que a maioria das vítimas de homicídio dos processos aqui analisados foram homens cativos e em muitos dos casos os crimes foram resultado de disputas cotidianas que levaram estas pessoas ao óbito. Como no caso ocorrido em 9 de outubro de 1871[909], o cativo José Botelho, solteiro, preto, 56 a 57 anos, natural da Ilha dos Marinheiros, campeiro, filho da escravizada Joana, assassinou a seu senhor João Ferreira Telles. Segundo os autos, ele cometeu o crime com uma faca, instrumento comum dos trabalhadores campeiros. José afirmava que era livre,

[908] PIROLA, 2015, pg. 54.
[909] APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1871 – Processo n°: 2523. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 253.

pois dizia ter servido no Exército do General Urquiza[910] com o primeiro marido de sua senhora. Talvez acumulando toda a raiva e indignação para com a sua condição, o ato final da relação cotidiana entre réu e vítima deu-se por outro motivo. João Telles castigou José Botelho de forma severa, sendo morto pelo cativo. O Estado, por óbvio, condenou José a pena de morte.[911]

Em 1859, Carlota e Francisco, cativos de Cândida Gomes Dias[912], morreram após serem feridos em uma captura. Eles haviam fugido no 18 de outubro de 1858 e foram encontrados em Poncho Verde (famoso pelo tratado de paz entre os farroupilhas e legalistas em 1845). Cândida foi acusada de, no mês de novembro de 1858, agredir as vítimas. Carlota morreu no dia 5 de novembro e Francisco no dia 11 do mesmo mês, ambos na casa de Cândida. Provavelmente a resistência ao serem pegos deve ter deixado sequelas físicas em ambos e, sucessivamente a isso, o "trato" de Cândida com seus escravizados não tenha sido dos mais nobres.

Outro exemplo de como a relação senhorial podia acabar na morte entre uma das partes pode ser dado no caso envolvendo Arcênio Amaro da Silveira, que foi acusado pelo poder público de ter assassinado seus cativos a açoitadas. Seriam os escravizados: Maria, Crioula; Teresa, Crioula; Fortunato; Cacemiro; Manoel; Domingos Hermenegildo Quroba; Gabriel; [sem nome], Crioulo, menor. Alegou Arcênio que não tinha posse de pessoas escravizadas há 10 anos, além de Maria que seria a única, os demais, ou morreram, ou fugiram. Fica claro que Arcênio deve ter cometido o crime, tendo em vista a sua posição de cogitar que os escravizados fugiram ou morreram.

Importante perceber que nos dois casos, tanto de Arcênio quanto no de Cândida, o estado não puniu os excessos de agressões sobre os cativos, que levaram aos óbitos, mas, naquele período no âmbito de que a instituição do escravismo se mantivesse o Estado brasileiro na cúpula burocrática "tais como o Ministério da Justiça e o Conselho de Estado, o castigo perdeu progressivamente sua legitimidade na

---

[910] Foi Governador da Província de Entre Rios na Argentina, e também Presidente argentino entre os anos de 1854 – 1860. Nasceu em 18/10/1801 na Província de Entre Rios e faleceu na mesma província em 11/04/1870. Fonte: https://www.britannica.com/biography/Justo-Jose-de-Urquiza

[911] Esse caso ocorreu em Arroio Grande, mas foi julgado em Piratini. Matheus B. Bom analisou esse processo em sua dissertação de mestrado (BOM, 2017).

[912]APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1859 – Processo n°: 2404. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 166.

segunda metade do século XIX, servindo, inclusive, como argumento para justificar comutações de penas de morte em penas galé perpétuas, ao preceder um crime".[913] O estado imperial não beneficiava somente os senhores quando réus em processos criminais referentes a homicídios. Escravizados que a mando de seus senhores matarem seus companheiros de cativeiro, algumas vezes também possuíam essa benesse. Foi o caso de Joaquim Manoel de Lima[914], liberto solteiro, pardo/mulato, mais de 60/70 anos, vindo da Bahia, exercia a profissão de alfaiate, e seu senhor era o Tenente Coronel Baltazar Jacinto Dias, que na noite de 14 de dezembro de 1862 assassinou o cativo Lino, preto, também escravizado do Tenente Coronel Dias. Baltazar ordenou que Joaquim fosse ensinar aos meninos a doutrina, que no caso seria rezar. Mas os meninos não obedeceram às ordens de Joaquim, que então passou a chicotear os mesmos. Ao ver a cena, Lino reclamou e então houve por parte de Joaquim uma reação, ambos começaram um alarido, em que ao receber pancadas de Lino, Joaquim então o esfaqueou, levando Lino ao óbito. Joaquim, após o episódio, recebeu a liberdade de seu senhor. Óbvio que a posição de seu senhor o levou a ter um benefício perante a Justiça. E Joaquim por fim foi absolvido.

Em 1862, Felizardo, escravizado de João Basílio de Araújo, foi acusado de assassinar Angélico, cativo do mesmo senhor, após esse ter agredido a sua mãe. A morte foi causada por uma facada no peito da vítima, após ambos entrarem em uma luta corporal. Provavelmente com medo de alguma punição severa, Felizardo tentou suicidar-se, mas não obteve sucesso. Em outro caso ocorrido em 1869, após uma "brincadeira" com facas, Faustino Antônio, de mais ou menos 17 anos, campeiro, solteiro, filho da cativa Pracedina e escravizado de Fileno José Nunes, acabou esfaqueando acidentalmente a Inácio, crioulo, solteiro, 18 anos, filho de Maria Miquelina. Estes e outros crimes contra "terceiros" ou até mesmo parceiros, configuram o que Maria Cristina Wissembach descreve como uma "[...] intensa socialização que estes desfrutavam no espaço urbano ou nos caminhos que a ele confluíam, socialização instituída a partir da participação num mercado de trabalho diluído e diversificado".[915] Segundo Wissembach, esses escravizados tinham "em sua

[913] PIROLA, 2015, pg. 54.
[914] APERS. Documentos da escravidão: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Processo n°: 1186 – Ano: 1863. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 258.
[915] WISSENBACH, 1998, pg. 50.

rotina momentos de encontros e de lazer que, no geral, se estendiam às horas noturnas" e "abriam-se aos cativos possibilidades para a construção de laços e trocas sociais múltiplas, provocando, conjuntamente, situações no meio social heterogêneo dos trabalhadores citadinos"[916], o que provavelmente tenha sido o caso de Felizardo e Angélico.[917]

Quadro 16 - Profissão dos réus acusados de homicídios em Piratini (1851-1871)[918]

Profissão dos réus	n° de réus por profissão
Alfaiate	1
Alfaiate e campeiro	1
Campeiro	8
Cozinheiro	1
de todo serviço campeiro	1
Jornaleiro	1
Serviço doméstico	2
Serviço doméstico/lavadeira, engomadeira e costureira	1
Roceiro	**1**
Total	**17**

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

Observando o quadro 16, referente às profissões dos réus, somente escravizados e libertos tiveram suas profissões descritas. Assim como na dissertação onde investiguei os campeiros nos processos-crimes, para esta pesquisa de doutoramento, aponto que a maior parte dos escravizados se identificava como campeiro, ou seja, trabalhava na lida da pecuária, mas, suas tarefas iam além de lidar com o rebanho. Em alguns processos-criminais, os escravizados campeiros se identificavam também como trabalhadores em atividades, como as de lavrador. Thiago Araújo aponta que "mesmo um pequeno produtor, com seu pequeno rebanho, e que vivia mais da agricultura que da pecuária, utilizava sua força de trabalho escrava em todas as atividades".[919] Como vimos, essa era a realidade de Piratini, que apresentava pequenas escravarias, com médios e pequenos criadores.

[916] WISSENBACH, 1998, pg. 50.
[917] WISSENBACH, 1998, pg. 50.
[918] O recorte temporal descrito no título da tabela, segue este pois, os dois homicídios ocorridos no recorte temporal 1831-1850, não houve menção a profissão dos escravizados envolvidos.
[919] ARAÚJO, 2008, pg. 54;

As atividades exercidas por um escravizado podiam influenciar no tipo de autonomia vivenciada por ele no cativeiro. Segundo Amanda Ramos, ao pesquisar a relação entre as ocupações dos escravizados em Pelotas e a conquista da alforria, muitas vezes a ocupação do cativo estava diretamente ligada à sua maior ou menor grau de autonomia, ou seja, "[...] as experiências de sujeitos que se encaixavam em diferentes gradações entre os extremos da liberdade e do cativeiro[920]." Para a autora, os exemplos dessa autonomia possuíam várias nuances, como no caso da "escravidão urbana, com a possibilidade de maior autonomia - autonomia esta que também podia ser concebível em propriedades rurais, dependendo da ocupação exercida pelo cativo".[921]

No caso dos crimes por "Ferimentos e outras ofensas físicas" destacaram-se aqueles por espancamento (6), agressões por facas (4), envolvendo arma de fogo (3), excessos de castigos e um não houve descrições dos acontecidos. Nos "Ferimentos e outras ofensas físicas", 6 escravizados foram citados como réus, sendo 5 homens e uma mulher; os livres foram 12 réus todos homens, e um liberto foi considerado réu. As vítimas eram 4 pessoas livres (3 do sexo masculino e uma do sexo feminino); 14 escravizados foram vítimas de ferimentos e outras ofensas físicas, sendo 12 homens e 2 mulheres; as pessoas libertas vítimas deste tipo de violência foram 3, sendo dois homens e uma mulher. Além desses, houve um crime de estupro, onde foram indiciados como réus 2 homens escravizados, José, preto, solteiro, de nação Moçambique, campeiro e lavrador, escravo de Manoel Francisco de Moura, e Simão, preto, solteiro, de nação Angola, campeiro e lavrador, escravo de João Batista de Moura.[922]

Dos 8 furtos registrados em Piratini nos processos-crimes, um ocorreu entre 1831-1850 e 7 sucederam-se em 1851-1871. Foram 5 casos que correspondem aos furtos de reses, 3 furtos foram a casa ou algum objeto individual e ao comércio. De um total de 30 réus por esse crime, os escravizados somaram 16, sendo 15 homens e uma mulher. Entre os livres foram 6 réus, sendo todos homens. Assim como nos homicídios, os campeiros foram incriminados como os que mais participaram de

[920] RAMOS, 2018, pg. 161.
[921] RAMOS, 2018, pg. 161.
[922] APERS. *Documentos da Escravidão:* processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Processo n°: 1110 – Ano: 1851. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 255.

furtos. Entre os furtos, os lavradores também tiveram destaque com 3 réus, no qual 2 praticavam mais de uma função, como indica o quadro 17.

Quadro 17- Profissão dos réus acusados de furto em Piratini (1831-1871)

	1831 – 1850	1851 - 1871
Profissão dos réus	n° de réus por profissão	
alfaiate	1	0
aprendiz de alfaiate	0	2
campeiro	0	3
campeiro e lavrador	0	1
cozinheira	0	1
lavrador	0	2
lavrador e Pedreiro	0	1
padeiro	0	1

Fonte: APERS. *Documentos da Escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Comarca de Piratini.

Quanto à origem dos escravizados incriminados em furtos, 8 eram crioulos nascidos na Provincia do Rio Grande do Sul ou fora dela e 4 eram africanos, sendo 3 da África Central Atlântica e 1 da região Oriental. Entre os crimes de roubo, dos 10 processos criminais 20 pessoas foram descritas como réus, sendo 16 pessoas escravizadas (15 homens e 1 mulher), 2 homens livres e 2 libertos, sendo um homem e uma mulher. Na profissão destes escravizados se destacavam os campeiros (4), campeiro e roceiro (2), aprendiz de ferreiro (1), serviços da casa (1), roceiro (1), jornaleira (1). As pessoas que foram vítimas dos roubos foram 2 mulheres e 8 homens, totalizando 10 pessoas, todas livres. Portanto, tanto nos furtos quanto nos roubos, os cativos campeiros apresentaram certo destaque, podendo nos fazer pensar sobre a autonomia que esses trabalhadores possuíam e a usa presença demográfica na região.

O crime de redução de pessoas livres a escravidão resultou em 10 processos-crimes, sendo que 5 processos envolviam pessoas que eram livres no Estado Oriental e foram escravizadas em Piratini. O crime se dava com 7 vítimas mulheres e 3 homens (10 vítimas no total). Os crimes descritos como outros foram 5, onde havia apenas uma ré: uma escravizada que expos seu filho. As 5 vítimas da categoria “outros” eram 5 homens (4 escravos e 1 libertos) e 4. Essa categoria reúne 3 crimes de suicídio, Desses, 1 foi com uma facada no estômago e 2 foram enforcamentos cometidos pelos escravizados. Esse método de suicídio segundo Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz e Carlos Victor de Souza Ferreira:

> O enforcamento, tanto para outras províncias do Brasil como também no caso do Maranhão, parece ter sido o método mais utilizado e o mais eficaz dentre os que tentaram se suicidar. Muitos dos casos aconteciam fora da zona urbana, principalmente em matas e florestas inóspitas; isso tudo para que não pudessem ser impedidos por ninguém. Se observarmos os métodos dos casos de tentativas e suicídios dos escravizados, a porcentagem maior ficou com o enforcamento. As cordas de embiras, galhos de cipós de árvores, cordas atadas em caibros de telhas, tiras de redes, lenços e panos de roupas, foram utensílios para quem tentou se enforcar[923].

Pensar o suicídio sob a ótica da escravidão exige outros tipos de reflexões sobre como essas pessoas que eram agentes sociais ativos compreendiam esse tipo de ato. Em pesquisa sobre os suicídios no Maranhão entre 1834-1888, Pollyana Muniz e Carlos Victor Ferreira (2020) demonstram sobre essa tipificação de processo-crime:

> Em se tratando dos casos de suicídios ocorridos no Maranhão, se observamos a diferença entre suicídios consumados e tentativas, notaremos que a maioria dos que tentaram conseguiram completar seu intento pondo fim a sua vida. A maior incidência, certamente, esteve para os escravizados, de 159 casos que se constatou tratar de suicídios ou tentativas, 122 (77%) conseguiram se matar, 34 (22%) tentaram suicídio, ou seja, tentaram ou foram impedidos por alguém ou não conseguiram completar o ato por arrependimento[924]

Em Piratini, um deles foi José, preto, 70 anos mais ou menos, solteiro, cozinheiro, africano da Costa, escravizado de Manoel Rodrigues Barbosa. Em 1866, José estava fugido da casa de seu senhor e ao ser capturado tentou se suicidar com uma facada no estômago[925]. A última tipificação de crime foi a tentativa de insurreição de escravizados em Piratini, que será analisada no capítulo posterior.

4.2 - Roubos, Furtos, ferimentos físicos e homicídios: uma análise qualitativa dos processos criminais

Vila de Piratini, 15 de março de 1820. Era uma quarta-feira, por volta de 22h45, em uma noite de lua nova.[926] O chiar dos grilos e o latido de cão quando havia um movimento na rua completavam o cenário. Em sua casa, Jacinto Floriano de Barros e sua esposa[927] recebiam o Sargento Mor Ubaldo Pinto Bandeira. Talvez, pelo horário,

---

[923] MUNIZ; FERREIRA, 2020, pg,20;
[924] MUNIZ; FERREIRA, 2020, pg,20.
[925] APERS. *Documentos da Escravidão:* processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Processo n°: 1523 – Ano: 1866. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 265.
[926] https://www.supercalendario.com.br/1820/marco
[927] Não é citado o nome.

possam ter tomado um chimarrão e depois jantado, conversando sobre o cotidiano na Vila de Piratini. Terminado o encontro, Ubaldo decidiu ir para sua casa. Em volta da casa, escondido em algum lugar para não ser visto, estava José. Quando Ubaldo saiu de dentro da casa foi atingido por dois disparos. A partir dali se espalhava a algazarra dos cães, o socorro a Ubaldo por parte da vizinhança e a fuga de José.[928] Segundo o exame de corpo de delito[929] a primeira bala pegou apenas de raspão. Mais um polegar adentro teria realmente assassinado Ubaldo. A segunda bala acertou a casa de uma vizinha. Enquanto a José, pode-se imaginar que ao mesmo tempo havia a ansiedade de assassinar Ubaldo, houvesse também o medo do que viria a acontecer em uma sociedade escravista e violenta. Quando ocorreu esta tentativa de homicídio ainda vigoravam as Ordenações Filipinas, que possuía leis definidas e ainda mais rígidas de certa forma que o Código Criminal de 1835.

Para facilitar o entendimento do leitor sobre as pessoas que serão citadas no transcorrer deste tópico irei descrever um pequeno resumo com alguns pontos levantados na documentação. Iriei iniciar por aquele do qual disponho de mais informações, o Sargento-mor Ubaldo Pinto Bandeira, e a seguir, do único que não se "pronunciou" diretamente nos depoimentos, mas, fora citado por todos os envolvidos: o crioulo Benedito. Além desses, trarei um menor número de informações da preta Catharina e do preto José. No transcorrer do texto destacarei algumas testemunhas, não analisarei todas no texto, pois as informações muitas vezes pouco acrescentam na narrativa, tendo em vista que a maioria respondeu "sabia por ouvir dizer" ou "sendo de voz pública".

Ubaldo Pinto Bandeira teria nascido em Porto Alegre no ano de 1775[930] e falecido aos 60 anos de idade, sendo enterrado no Cemitério da Matriz de Piratini, segundo D'Ávila em 02/06/1835, às "vésperas" da Guerra Civil. D'Ávila descreve que há poucas informações sobre a passagem de Ubaldo na região. Alguns *sites* de genealogia[931] o colocam como irmão de Rafael Pinto Bandeira, mas o mencionado memorialista afirma que Ubaldo era primo-irmão de Rafael Pinto Bandeira. D'Ávila baseia sua informação em um registro da Revista do Arquivo Público do Rio Grande

[928] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143
[929] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 2 frente e verso.
[930] D'Ávila não confirma que a data do nascimento de Ubaldo Pinto Bandeira tenha sido neste ano, no site citado na nota de roda pé a seguir, consta que ele nasceu em 1770.
[931] Cito aqui o seguinte: https://www.geni.com/people/Ubaldo-Pinto-Bandeira/6000000018604829364

do Sul, de autoria de Aurélio Porto, que Ubaldo já apareceria em 1811 como capitão de tropas milicianas e que, em 1790, já tinha a posse de uma fazenda no lado direito da margem do Arrio Grande, e que este deveria ser primo de Rafael.[932]

Segundo Jayme D'Ávila, Ubaldo Pinto Bandeira foi um dos primeiros povoadores daquela localidade, e pertencia a ele algumas das terras demarcadas para os açorianos, em adjacências ao município atual de Piratini que hoje é conhecido como Cerro do Ubaldo. Em um registro dos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul encontrei uma doação promovida por Ubaldo Pinto Bandeira para auxiliar os habitantes de Diamantina, em Minas Gerais, que sofriam com uma crise de abastecimento de alimentos. Ubaldo arrecadou em Piratini o valor de 213$040 mil réis.[933]

Entre os anos de 1815 e 1820, Ubaldo levou para batizar na Matriz de Nossa Senhora da Conceição 7 crianças filhas de suas escravizadas. Somando as crianças batizadas, suas respectivas mães, e dois escravizados que foram padrinhos de crianças em outras escravarias, Ubaldo tinha a posse de 13 escravizados. Dentre os escravizados de Ubaldo, um batizou duas crianças, sendo uma delas fora de sua escravaria. O mencionado cativo se chamava Benedito, o mesmo que, dois anos depois, participaria da tentativa de homicídio de seu senhor.

Posso presumir uma série de motivos para Benedito ter sido escolhido para apadrinhar as duas crianças ou para ser descrito como "parceiro" da preta Catharina ao longo do processo-crime. No transcorrer do documento ele foi descrito como crioulo, como preto, como negro, mas não se informa a sua procedência. Se fosse crioulo poderia ser um homem de idade mais avançada, alguém com um grau de autonomia na escravaria que lhe permitisse algumas vantagens uma maior rede de relações local. Segundo Silva (2018), "no contexto da escravidão, o apadrinhamento ampliava as possibilidades dos envolvidos, favorecendo pessoas de condições diferentes, mas que ganhavam uma rede de apoio e solidariedade, que poderia ser acionada dentro e/ou fora do cativeiro".[934]

---

[932] A citação da fonte e a descrição do perfil de Ubaldo e sua família encontra-se em (D'ÁVILA, 2007, pg. 279).
[933] AHRS. Anais do AHRS, Volume 06, CV-3208, pg. 22.
[934] DA SILVA, 2018, pg.7.

Quanto aos outros dois escravizados temos a preta Catharina, Angola, 22 anos. As informações que encontrei foram somente as do processo-crime, que por óbvio são limitadas já que a fonte foi escrita visando informar as autoridades do crime e não tinha como objetivo relatar a vida da escravizada. O mesmo ocorreu com José, Congo, mais ou menos 30 anos, ferreiro, escravizado de Laureano José Tarouco, que era capataz e/ou feitor de Ubaldo Pinto Bandeira, e que seria o autor do disparo no patrão de seu senhor.

No auto de Corpo de Delito, descreveu Floriano Jacinto de Barros a situação de como foram dados os disparos e todo o transcorrer da tentativa de homicídio. O relato final de Floriano foi de que "milagrosamente"[935] Ubaldo Pinto Bandeira escapou da morte. O escrivão Floriano foi até a residência de Ubaldo e ouviu novamente ser "sorte" ter escapado com vida, mas, ao verificar a sua arma, percebeu que esta estava descarregada. Ubaldo acreditava que "viria de sua própria casa"[936], que sua escrava Catharina teria dado a sua carabina a outro parceiro chamado Benedito, que repassou a José, escravizado do capataz de Lauriano José Tarouco. Aqui cabe destacar a posse de escravizados como abordado no capítulo 1 do presente trabalho. Lauriano, que era empregado de Ubaldo, possivelmente possuísse menor renda, mesmo assim tinha um cativo, o que apresenta a disseminação da posse entre as parcelas menos abastadas da sociedade do século XIX. A fala do escrivão relata uma situação que possivelmente ocorresse com frequência no Brasil da época: Benedito, José e Catharina estavam presos e seriam castigados em praça pública.

As primeiras versões que apresentarei são as das testemunhas. Francisco Blanco, espanhol, solteiro, informou que Benedito faleceu após os castigos de açoites dados por Ubaldo[937], situações essas feitas as vistas públicas da Freguesia de Piratini. Segundo Francisco Blanco, as cenas de agressões a Benedito deveriam ser horrendas, a quem passasse pelo local dos castigos aplicados. Manoel Gonçalves, casado, morador na vila de Piratini, deu a entender que quando encontrou Benedito, o escravizado lhe informou que estava com a arma pois gostava de atirar, e depois soube do acontecido. Informou também Manoel que foi o Sargento-mor Antônio da

[935] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 2 verso.
[936] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 3 frente.
[937] A grafia do escrivão dificultou muito a leitura de partes do processo-crime, fazendo com que alguns detalhes não ficassem claros na transcrição.

Costa Pereira quem aplicou os castigos nos escravizados, sendo que o preto Benedito faleceu durante eles.

Pedro Rodrigues de Borba, casado, carpinteiro, 30 anos, informou que soube que José tinha dado um tiro de espingarda em Ubaldo, e que ele acreditava que devesse haver outras pessoas envolvidas, além de Benedito. Pedro chega a utilizar o termo “mal-feitor[938]”. Luiz Vaz Bragança, morador da Freguesia de Piratini, casado, vivia de negócio e lavoura, 38 anos, contou que na noite do ocorrido teriam 3 pessoas escravizadas, sendo duas destas cativas de Ubaldo: eram o crioulo Benedito e a preta Catharina, mas que Luiz não sabia o nome. Luiz disse que José, escravizado do capataz Laureano, estava junto com os outros dois cativos de Ubaldo e “deram um tiro no dito Sargento Mor e com ele o feriram e que o preto José e a escrava vieram a ferros para esta Vila e o crioulo Benedito morrera depois do fato, e consta ser por motivo do castigo que sobredito crioulo”.[939]

Vicente Manoel Espíndola, espanhol, homem branco, solteiro, vivia de seus negócios, 28 anos, soube que antes da semana santa havia ocorrido a tentativa de homicídio, afirmando que ouviu “estouro de tiro” e que seguindo-se uma algazarra. Espindola aparentemente não estranhou a movimentação, pois segundo ele era “coisa que comumente acontece a cada passo”[940]. Logo em seguida, ele foi rapidamente ao local, encontrando Pinto Bandeira “ferido e lhe tinham dado um tiro[941],”

> ensanguentado na cabeça rosto por onde a curado lhe achou o efeito de um bago de chumbo por cima da cabeça que lhe correu ao saltar, e que curado e o fazendo não se indagou mais nada, convido no dia seguinte de manhã vira ele testemunha duas balas cravadas no portal, em chapéu que tinha na cabeça os sinais de dois bagos de chumbo, mas esta ocasião se ignorava quem os autores de tal tiro; mas porque o mesmo ferido tendo uma arma carregada em casa, e passando a outra arma dera com [...] ela engatilhada e descarregada, logo desconfiado ser com a gente de casa passando a examinar verificou que seus escravos o crioulo Benedito e uma preta de nome Catharina sabiam do fato que encontrando nas averiguações confessaram estes dois escravos terem dado a arma ao preto José escravo de Laureano José Taroco que também se acha presente na averiguação[942]

[938] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 6 verso.
[939] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 10 verso.
[940] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg.11 frente.
[941] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg.11 frente.
[942] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg.11 frente e verso, 12 frente.

É de se presumir pelo depoimento do espanhol, que Ubaldo já deveria desconfiar de algo. Possivelmente deve ter ocorrido uma situação muito conflituosa em que acreditava que os seus escravizados pudessem lhe tirar a vida. Ele, como Sargento-mor, deveria ter angariado inimigos, mas desconfiou logo dos escravizados. Outro ponto importante de se analisar é que Catharina e José tinham relações afetivas mais próximas, eram companheiros não só de condição como ao que tudo indica de vida. Possivelmente, Ubaldo soubesse do fato. Um atrito entre Catharina e Ubaldo talvez fizesse com que José tentasse matar o escravista de sua companheira. As ligações dos dois cativos se davam pelo laço do relacionamento afetivo, além disso ambos eram de uma macrorregião africana de predominância banto, que era Congo e Angola. Ainda segundo o depoimento do espanhol, após os escravizados "confessarem" terem cometido a tentativa de homicídio, Ubaldo solicitou ao

> Comandante Major Antônio da Costa Pereira fossem castigados com quatrocentos açoites cada, fosse o que se praticou publicamente, com as formalidades do costume para tais castigos e que talvez ou por frio ou qualquer outro motivo casualmente morrera o crioulo Benedito apesar de ser este como ao mais escravos curado o castigo, e tratados e alimentados, [...][943]

O depoimento de Vicente Manoel expõe ou deixa aparente que Ubaldo era um escravista que usava da força extrema para "conter" seus escravizados. Ao mandar darem 400 açoites nos seus escravizados ele mostrou a crueldade que tinha. Outra situação que transparece nos depoimentos é que a morte de Benedito chocou menos do que as duas balas de chumbo que pegaram Ubaldo de raspão. Isto mostra a face daquela sociedade escravista que temia uma sublevação dos escravizados, como mostrarei a seguir. Ela não poderia deixar que escravizados assassinassem seus senhores sem receberem uma punição severa. Tratava-se de um exemplo para que os outros não ousassem fazer o mesmo. A parte do depoimento que mais ratifica essa crueldade foi quando Vicente, conforme a citação acima, talvez sua ignorância sobre os castigos fosse tanta, que para ele 400 açoites não fosse o suficiente para matar Benedito?

José Ferraz de Góis, casado, 41 anos, vivia de suas agências, citou o mesmo que as demais testemunhas sobre o caso, mas acrescentou que José estava com um

[943] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg.12 frente e verso.

tornilho[944] e sofria castigos do próprio senhor, que era Laureano. Ferraz testemunhou que Benedito suplicou durante os atos de castigo para que não prosseguissem, pois, não iria suportar os castigos que Ubaldo o mandou dar. Benedito teria informado durante os castigos, segundo José Ferraz, que Catharina teria as chaves da casa de Ubaldo e conseguiria o acesso ao pegar a arma, entregar a mão de Benedito e posteriormente a José que daria cabo da vida do Sargento-mor, mas o insucesso da ação fez com que os três sofressem duros castigos. No entanto, Catharina e José negavam as afirmativas de Benedito, segundo o testemunho de José Ferraz, que dizia que todas as vezes que Catharina sofria muita dor confirmava ter participado, mas que em outros momentos negava o fato.

Irineu Reis de Sá Rocha, casado, 31 anos, vivia de negócio, disse que Benedito entregou a carabina de Ubaldo a José por uma cerca que havia na propriedade, que ele denomina como “quintal”, talvez, bem distante de olhares “curiosos” e arma possivelmente com alguma cobertura para caso alguma outra pessoa ou mais de uma observa-se o encontro dos dois cativos. Em seguida descreve Irineu que José foi realizar os disparos que para o seu azar acabou errando. Irineu descreve que durante as averiguações de Ubaldo com seus escravizados, Benedito teria confessado a tentativa de homicídio, mas o preto José negava rotundamente a autoria do fato. Segundo Irineu, José “usava de todos os subterfúgios para se mostrar inocente[945] [...]” ao que "cada vez mais cumprir por não dizer coisa aceitável e por essas adentrando e que sendo por isso castigado publicamente morrendo o preto Benedito, e desta morte sabe por ser notório, [...][946].”

Companheiros em busca de liberdade?

Encontravam-se na Vila do Rio Grande, mais precisamente na casa do vereador, juiz de fora pela Lei, Antônio Soares da Silva: o tabelião Joaquim José da Costa Campello, o curador Alcaide Manoel José da Costa Bastos, além é claro do juiz.

---

[944] Segundo Antônio de Moraes Silva o significado de tornilho é: “Castigo militar que se dá atravessando uma arma sobre o pescoço do homem e outra pela curva das pernas, e apertando-as com correias, de sorte que façam dobrar e curvar o corpo” (SILVA, 1922, pg. 788). Segundo o Novo Dicionário Enciclopédico Brasileiro: “Antigo castigo militar que consistia em atravessar uma espingarda no pescoço e outra na curva das pernas do soldado delinquente, apertando-as com correias uma à outra, para obrigar o corpo a dobrar-se com grande custo e dor” (LELLO UNIVERSAL, pg. 1234).
[945] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 15 verso.
[946] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 15 verso.

Era 11 de dezembro de 1821, quando foi realizado o auto de perguntas feitos ao preto José, escravo de Laureano José Tarouco. José era de procedência do Congo, solteiro, não sabia sua idade ao certo, mas parecia ser 30 anos mais ou menos, e tinha como ofício ferreiro. Posso deduzir que provavelmente o ofício desempenhado por José levasse-o a ser quem "contribui-a" de forma significativa no sustento da casa de Laureano, podendo ser colocado ao ganho. A sua idade o encaixa como alguém que estava no grupo daqueles em faixa etária produtiva e estava inserido no tráfico atlântico de seres humanos. Provavelmente tenha vindo em um navio negreiro de algum traficante da Corte, pois era de procedência do Congo, uma das nações mais numerosas nessa rota do tráfico que conectava o Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul. Quando questionado de porque estava preso, José contou que era por ser acusado de atirar em Ubaldo, e que não foi ele que teria atirado e nem sabia quem o tinha feito.

Essa negação pode ter sido para preservar-se juntamente com a sua parceira Catharina, já que, como sabemos pela historiografia, os escravizados eram agentes que compreendiam muito bem o mundo em que estavam inseridos e elaboravam estratégias cotidianas para obter melhores condições dentro do cativeiro. Outro aspecto que é interessante no depoimento de José é sobre o cotidiano daquela sociedade, pois ele orientou-se na temporalidade dos fatos a partir de eventos do calendário cristão, como o caso da Semana Santa. Segundo José, ele chegaria à Freguesia de Piratini vindo de Bagé uns dias antes da véspera do referido feriado cristão.

> e depois de ter entregue os cavalos a Antônio de Souza onde estavam carneados cuja o digo caranuados tendo vindo de conduzir a Apolinário José de Almeida, e embora do dito Antônio de Souza dormira ele respondente, em dia seguinte depois de já ter trabalhado no Fernando de Cândida José Passos aonde costumava trabalhar e pedindo licença a este fora ter com o mencionado Apolinário José de Almeida para lhe pagar de ter o acompanhado a dita viagem de Bagé, e sendo ai fora preso sem lhe dizer porque, e sendo conduzido a casa do Major Ubaldo ai achava já presos uma escrava e um escravo deste de nomes Catharina e Benedito, e meteram ele respondente em tornilho e o açoitaram, perguntando ele respondente porque o castigavam, então soubera ser pelo tiro referido[947].

[947] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg.32 verso e 33 frente e verso.

Analisando a fala de José fica entendido que ele era um escravizado ao ganho, e ao que parece tinha um grau de autonomia para inclusive ir cobrar de um homem livre o valor que teria de receber, relevante também destacar o fato de José se dizer ferreiro, mas, ao que parece entendia também da lida do campo. A outra questão é a compreensão dele de questionar o motivo de ser castigado, o que pode se presumir que não foi a primeira vez que sofreu um tipo de castigo. O relato de como foi castigado também é descrito para compreensão de como funcionava na "voz" do escravizado um dos momentos mais cruéis da escravidão. Segundo Silvia Hunold Lara, em seu importante livro "Campos de Violência", os escravizados e escravizadas tinham a compreensão dos castigos serem ora de maneira vis, ora serem compreendidos como justos. Segundo a Silvia Lara, entendia-se que o castigo deveria ser de correção, "[...] não se devia maltratar o escravo nem ter intenção de matá-lo, ainda mais por ter ele custado um dinheiro que não devia ser desperdiçado; a não ser que houvesse um motivo justo, o castigo devia ser ministrado ou presidido pelo senhor e, no caso de o escravo ficar muito ferido, devia ser curado."[948]

Ao ser questionado das acusações de ter atirado em Ubaldo, José disse que não havia sido ele e que o motivo do fato era de sua amizade com a escravizada Catharina, o que aponta para uma relação pessoal próxima entre ambos os africanos. O juiz voltou a indagar José se ele teria planejado o crime com Catharina, sendo que a escravizada teria pegado a arma de Ubaldo, entregue a Benedito que repassou a José, e este por fim teria executado a tarefa. José negou todas as afirmações de que teria cometido o crime e afirmou também que toda aquela situação era uma armação e que só soube do ocorrido após os castigos que sofrera.

Em 13 de dezembro de 1821, no mesmo local onde foi interrogado o preto José, era a vez de Catharina dar o seu depoimento. Dizia ser de nação Angola, assim como José não sabia a sua idade, mas que provavelmente no caso dela fosse uns 20 anos mais ou menos, cativa do Sargento-mor Ubaldo Pinto Bandeira, era solteira. Catharina sabia o motivo de sua prisão, pois, segundo ela, no dia do ocorrido, estava na casa de seu senhor em Piratini, o que pode dizer que Ubaldo tivesse outras propriedades. Afirmou Catharina que soube do tiro quando foi presa juntamente de seu "parceiro" Benedito, como ela mesma discorreu ou como pode ter sido imputado pelo escrivão

[948] LARA, 1988, pg. 60.

no momento de colher o depoimento de Catharina; e o escravo José para que o caso fosse averiguado, segundo ela

> Nesta ocasião e debaixo de castigos, digo, nesta ocasião adentrando-se cada separado em um quarto aí soubera ela respondente que o motivo de sua prisão era por causa do dito tiro; pois assim o havia confessado já o crioulo Benedito seu "parceiro", dizendo este que ela respondente era entrada nesse assunto, pois que tendo lhe dado a arma de seu Senhor, ele Benedito havia dado ao preto José escravo de Tarouco, o qual havia descarregado no dito seu Senhor. O que era falso respeito a imputação feitas a ela respondente pois que tudo ignorava a este ponto[949].

Ao ser confrontada pelo Juiz que sua fala era inverídica, Catharina descreve a situação dolorosa dos castigos sofridos pela acusação do crime:

> Respondeu a verdade de ter dito achando-se presa já na segunda vez que a castigaram, sendo este castigo a primeira vez de tornilho e a segunda vez com pancada de pau, e que em desespero reinando mais castigo concordara com o que dizia o seu parceiro Benedito de lhe haver dado a arma no mais que neste ato lhe foi apresentado a vista do depoimento das testemunhas da devassa mas que se assim dissera fora pelo temor que já disse e não por ter sabido do caso antes de ser presa[950]

Catharina afirmou que durante o tiro estava dormindo, e soube do ocorrido quando um jovem chamado Vicente bateu à porta da casa e contou-lhe o que aconteceu. No transcorrer do processo, no auto de perguntas, o Juiz Antônio fez uma ilação sobre o relacionamento dos cativos. Ele sugeriu que Catharina mentia e além disso considerou que o plano dos escravizados seria o de buscarem a liberdade após o crime, pois ela e José seriam amasios. Como descrito na introdução deste trabalho, no quisto metodologia o historiador deve entender que existem uma série de filtros sobre os processos-criminais, mas, não é impossível pensar que o ato de assassinar o seu escravista poderia vir de algumas situações e/ou um rompimento definitivo como apontam Eduardo Silva e João José Reis[951]. Mas é importante refletir que as agressões descritas por Catharina e a forma como faleceu Benedito, e a fala de José ao questionar os castigos, mostram que não faltavam elementos para buscar a liberdade, mesmo sabendo os riscos. O fato de serem amasios pode se explicar muito

[949] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 53 frente.
[950] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. 54 verso.
[951] SILVA; REIS;1989.

pela idade, e pela procedência destes escravizados. Catharina confirmou ser amasia de José, mas seguiu negando ter participado do plano.

Sobre o número de prisões envolvendo os casos de violência de escravizados contra seus senhores, Algranti destaca que:

> atitudes típicas dos regimes escravistas - o Rio de Janeiro não é uma exceção. Entretanto, apenas 0,9% do total de prisões de escravos refere-se a crimes contra os proprietários. Sem dúvida, uma porcentagem pequena, se for levado em conta quão fácil seria para os negros roubar ou agredir seus amos, dada a proximidade física imposta pela escravidão urbana a escravos e senhores. O que provavelmente impediu que essa porcentagem fosse mais significativa nos livros da polícia e o fato de que essas infrações eram geralmente punidas pelos próprios senhores e dificilmente atingiam o mundo extra doméstico. De acordo com os documentos da polícia, num total de 37 crimes contra senhores, 15 (0,4%) foram agressões físicas e 9 (0,2%) resultaram de conspirações. Ha também um caso de tentativa de assassinato[952]

Em 1820, Ubaldo Pinto Bandeira discorreu sobre o fato da tentativa de homicídio contra ele e relatou que ao questionar Benedito, este confessou que juntamente com Catharina e José tentaram tirar a sua vida. Possivelmente as informações não foram obtidas de maneira simples. Como outras testemunhas afirmaram, Benedito faleceu após ser torturado durante a averiguação feita por Ubaldo. Ubaldo disse que José teria atirado nele, e após isto, o escravizado entregou a arma novamente para Catharina. Em um trecho, Ubaldo Bandeira afirma que Catharina e José tinham uma ligação, mas pelo fato de a escrita do documento ser pouco visível dificultou ao afirmar na transcrição o que era, mas, fica subentendido que era uma “afeição”. Catharina teria então pegado a arma, entregue a Benedito que receberia em um outro local fora da casa, que Ubaldo acredita ser por um buraco na porta da casa vizinha. “e para introduzirem em casa o <u>amante da negra</u> (grifo meu)[953]”, o que segundo Ubaldo, Catharina negou. Cabe aqui um exercício, não há como ficar sem imaginar como Catharina e José se tornaram amasios. Os laços que os uniam poderiam ser vários, podemos partir de o caso de ambos serem da região da África Central Atlântica, talvez a língua os aproximasse, os caminhos que os fizessem chegar até ali, várias seriam os motivos para terem laços que os unissem.

Robert Slenes discorre que o casamento de africanos oriundos do tráfico de pessoas escravizadas, principalmente as mulheres que desembarcavam no Brasil,

---

[952] ALGRANTI, 1988, pg. 58-59.
[953] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. Pg. 26 verso.

não possuíam parentes, principalmente do sexo masculino, logo para o autor, a mulher africana jovem de forma rápida compreenderia "[...] que 'o melhor partido' (aquele que permitiria a ela e a seus futuros filhos enfrentarem melhor as condições incertas da escravidão e conseguirem mais rapidamente favores da casa-grande e recursos que pudessem levar eventualmente até à alforria de algum familiar".[954] O autor destaca que não era o jovem, mais belo e com a mesma idade que possibilitaria uma vida menos incerta, e sim aquele mais ladinizado, aquele que tivesse mais relações de dependência é que seria o escolhido ou no caso aquele que com "ocupação diferenciada, em todo caso com algum pecúlio e com 'poder de poupança' maior[955]".

Caiuá Al-Alam, Paulo Roberto Staudt Moreira e Natália Garcia Pinto ao analisar o casal Pai Simão e Tereza Viera da Cunha, ambos libertos, casados e oriundo do continente africano, comentam:

> Encontrar no exílio uma mulher de sua terra ou das proximidades dela, que conseguia entender o que ele falava e entendia as experiências de dor e sofrimento pelas quais passara e que o marcaram perpétua e profundamente, devia ser alentador. Significava que o processo de coisificação que os senhores pretendiam, e que necessitava que ele esquecesse completamente quem era e a que mundo pertencia, não se completaria. Aquela mulher que o amadrinhava junto aos santos óleos do batismo católico, presentificava o que lhe haviam arrancado (sua família, sua identidade), lembrando-o quem era e dando indicativos seguros do que podia esperar daquela diáspora africana[956]

Ubaldo questionava e Catharina negava o envolvimento na tentativa de homicídio. Segundo o escravista, Catharina o ofendia e jogava a culpa em outras pessoas. Ao que parece, Catharina inclusive tentou fugir por um tempo, ela teria feito um roubo, entre outras atitudes que mostram a sua resistência ao cativeiro.[957] Catharina já havia pedido para que Ubaldo lhe desse a liberdade e, ao que tudo indica, lhe foi negado. O caso se encerrou com Catharina livre da prisão, Benedito morreu ao não suportar os castigos e José acabou falecendo de bexigas no Hospital Militar em 13 de abril de 1823. Nesse sentido, o documento materializa uma longa relação de negociação e conflito entre ela e seu senhor, envolvendo plano de fuga, pedido de alforria, roubo, até a derradeira tentativa de homicídio. Ubaldo era um oficial de milícias e carregava consigo um sobrenome conhecido naquelas paragens. Era um

---

954 SLENES, 2011, pg. 91.
955 SLENES, 2011, pg. 91.
956 AL-ALAM; MOREIRA; PINTO. 2020, pg. 63.
957APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143, pg. Pg. 28 frente.

dos primeiros moradores do local. Se os cativos de Piratini ousaram matar um homem como ele, o que restaria para os demais proprietários do local? Não sabemos se o crime repercutiu e nem como repercutiu na localidade, mas ele exemplifica as tensões no interior do cativeiro e de como a política de domínio senhorial deveria se tornar algo cada vez mais importante nas décadas posteriores, exigindo estratégias e negociações por parte dos senhores.

4.2.1 - A morte de Albina Maria da Conceição: um homicídio seguido de dois pratos de feijão e uma fritada de ovos

Este tópico do capítulo analisará o processo-crime envolvendo três pessoas escravizadas no homicídio de Albina Maria da Conceição. Os réus escravizados eram a crioula Romana, escrava de Albina; e os escravizados Domingos e José (crioulos), e escravizados de João José Rodrigues Soares. O crime ocorreu no 2º Distrito do Cerrito, região que, na época, pertencia a comarca de Piratini. Na primeira parte irei apresentar o caso, na segunda parte do tópico irei apresentar os "personagens" do processo, na terceira e quarta parte os depoimentos e o cotidiano daqueles cativos. A fonte nem sempre possibilita responder as questões que pensamos inicialmente, mas esse processo-crime apresentou como funcionavam as leis e a sociedade da época, o "palco" que era montado nas salas de audiência e como se comportavam escravizados e livres.

Era um domingo chuvoso aquele de 2 de setembro de 1855. Ao que parece, alguns rios tiveram cheias elevadas, como o do Passo do Vieira. Nessa época do ano, o inverno do sul ainda pode ter dias muito rigorosos e naquela época não devia ser diferente. Porém, o que poderia ser um domingo tranquilo, o deixou de ser quando, entre o pátio e a cozinha da morada de Albina Maria da Conceição, foi encontrada uma poça de sangue junto ao seu corpo. Era um final de tarde e início de noite. Sem dúvidas tratava-se de um crime.[958]

Albina estava em casa com a crioula Romana, que trazia no colo sua filha. Ambas eram cativas de Albina. O marido de Albina vivia de negócios e estava de viagem. No final da tarde, quando o sol estava para se pôr, dois homens montados

[958] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71.

em cavalos baios chegaram à casa da finada. O mais alto estava com uma capa preta e o mais baixo, descalço. Eles “entraram para dentro, e pediram uma pousada, e que sua senhora respondeu que daria a pousada no galpão, mandando uma esteira para, porem por baixo da cama[959]”. Albina respondeu aos dois homens que dentro da sua casa não poderia dar abrigo, pois “seu marido a dois meses andava carreteando fora de casa”.[960] Certamente não seria visto com bons olhos, pela sociedade local, uma mulher sozinha em casa aceitar dois homens desconhecidos em sua residência. Além disso, possivelmente Albina tivesse medo de algum tipo de atentado contra ela.

De acordo com o depoimento de Romana, os homens não desencilharam os cavalos devido ao mau tempo, pois não queriam que os animais inchassem da chuva, o que afetaria os seus rins. Contudo, essa resposta poderia ter sido dada para despistar as autoridades, tendo em vista que se foram com o crime premeditado ficaria mais fácil para fugirem. Os visitantes pediram o que comer, pois estavam com fome, e então Romana, a escravizada de Albina, preparou algo para os dois homens. Eles foram servidos com feijão e uma fritada de ovos. Os dois visitantes não comeram muito e por isso foram indagados por Albina o motivo de terem se servido tão pouco, ao que um deles respondeu que quem viajava tal qual como eles tinham pouca fome. Entre uma colher de feijão e uma fritada de ovos, que foi sugerido pela própria Albina para acrescentar a comida, o clima se intensificava, o homem mais baixo foi até a porta verificar os cavalos, e o mais alto ficou dentro da casa sentado à mesa. Aparentemente ambos eram desconhecidos dela, sendo o mais alto chamado por Albina de “Senhor Ezequiel”, por pelo menos duas vezes.

A tensão aumentou quando ambos pediram para Albina trocar um dinheiro, no caso uma moeda de ouro. Albina se manteve resistente e, segundo os autos, foi retrucada por um deles, que disse: “que mulher que tem negócio não tem troco”.[961] Contou a escravizada Romana, que se encontrava na cozinha, ter ouvido gritos de Albina ao repreender o sujeito que ficou dentro de casa enquanto outro foi para o lado de fora. Segundo Romana, o homem que ficou na parte interna da casa, “a pretendia forçar, o que conseguiu depois de lutar bastante com sua senhora o que efetuado a seu bel prazer”.[962] Ao que parece, antes de assassinar Albina, um dos réus a abusou

[959]APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 4 verso.
[960] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 5 verso.
[961] APERS - Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 99 verso.
[962] APERS - Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 40 frente.

sexualmente, logo em seguida, o homem que se encontrava fora da casa, adentrou o local e puxou Albina para o pátio, onde cometeram o assassinato. O homem mais alto gritou para seu parceiro ir atrás de Romana, que disse ter jogado sua filha no chão e fugido em direção a um faxinal e dali indo até a casa de Serafim José da Silva, que além de vizinho, era irmão de Albina.

O homicídio ocorreu no quarto quarteirão do segundo distrito do Cerrito, na casa de Albina, que fazia parte da Comarca de Piratini, mas pertencia aos limites do município de Canguçu na época.[963] No dia 2 de setembro de 1855, segundo o exame de corpo de delito, Albina levou 12 facadas, sendo que uma foi dada no lado direito do peito, com a profundidade de 3 polegadas e meia, em direção ao seu ombro direito, tendo uma e meia de largura, outras facadas foram dadas no braço esquerdo e na costela no lado esquerdo do corpo com 3 polegadas de profundidade e uma largura, outra facada foi no lado esquerdo do peito de 4 polegadas de profundidade.

Essa versão foi dada a partir do primeiro depoimento de Romana. No entanto, durante seu depoimento, ela foi alertada pelo Delegado Bernardo Pires de que não estava falando o que teria de fato ocorrido. Eis então que Romana decide mudar seu depoimento, afirmando que contaria o que "realmente" aconteceu. Colaborou para isso o fato de que os familiares de Albina não acreditaram na versão contada pela cativa. Segundo Jeremias e Serafim, irmãos de Albina, foi Romana, "com outras pessoas", a responsável pelo crime.[964] Portanto, foi com a mudança da versão que Domingos e José também se tornaram réus.

As motivações para o crime podem ser das mais variadas, mas as autoridades desconfiaram da participação de Romana. Assim como o crime cometido contra o Sargento-mor Ubaldo, analisado anteriormente, os cativos do senhor pareciam sempre estar entre os primeiros suspeitos de envolvimento com esses homicídios. Essa desconfiança pode revelar que, se no dia a dia da relação escravista poderia reinar uma certa harmonia e convivência aparentemente tranquila e cotidiana, o potencial de violência latente de um escravizado para com seu senhor nunca era descartado. Nesse caso, poderia ter Romana participado do assassinato de sua

[963]"Como a grande maioria dos municípios, os limites administrativos de Canguçu mudaram ao longo das décadas. No período pré-abolição a dimensão territorial era vasta comparando o tamanho atual, pois localidades como Cristal e Cerrito faziam parte do distrito e acabaram se emancipando bem mais tarde, dimensão que pode ser contemplada". (BALHEGO, 2020, pg. 23-24).
[964] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 4 verso.

escravista? O crime foi roubo seguido de morte? Várias questões podem nortear as perguntas feitas à fonte, além de outras que foram surgindo no transcorrer da transcrição. O que não se pode perder de vista eram as relações entre aquelas pessoas escravizadas, mesmo que de diferentes escravarias, e os “campos” de autonomia a muitos destes assegurado.

Romana tinha mais ou menos 27 anos, era solteira, filha dos pretos João e Maria e que tinha como profissão o serviço doméstico. Dizia mais, que era nascida em Canguçu. No dia 21 de setembro de 1855, foi a vez de depor a Justiça o pardo Domingos, mais ou menos 50 anos de idade[965], solteiro, disse ter como profissão ser alfaiate, mas que naquele momento era campeiro, e um segundo momento denominou como roceiro. Afirmava também ser nascido na freguesia de Canguçu, que não sabia ler nem escrever e era filho legítimo de Domingos e Florência, cativos de um tal Jerônimo Maria de Azambuja. No entanto, Domingos não era cativo dos mesmos escravistas de seus pais, pois disse ser escravizado de João José Rodrigues Soares, que residia no mesmo município, no 3º distrito. Provavelmente Domingos foi vendido pelo escravista de seus pais para Rodrigues Soares, evidenciando que separação de famílias era bastante comum. Outra informação interessante é que Domingos afirmou ser alfaiate, mas atualmente trabalhava como campeiro. Isso me leva a pensar que no período posterior à abolição do tráfico transatlântico, Domingos, assim como outros cativos da região, caiu na cadeia de negociações típicas do tráfico interno, sendo vendido para áreas que necessitavam de mais mão de obra. No caso presente, deixou de ser alfaiate e passou a ser campeiro em um distrito rural do próprio município.

O dia 21 de setembro estava agitado na casa do 2º suplente de subdelegado de Polícia em exercício, Bernardo Pires, pois foi realizado o auto de qualificação de José, crioulo, mais ou menos 19 ou 20 anos de idade, solteiro, campeiro, nascido em Porto Alegre, filho da preta Sophia, escrava de Dona Anna de Azambuja. José também era escravo de Rodrigues Soares, fazendeiro no 3º distrito, em terras que faziam divisa com Piratini, ao mesmo tempo que tinha como limite norte o rio Camaquã. José, ao ser questionado no último interrogatório há quanto tempo residia na Costa do Camaquã, disse que era desde pequeno, ou seja, deve ter sido apartado

[965] Em outro depoimento, Domingos alegou ter 37 ou 38 anos.

de sua mãe ainda criança, mostrando, novamente, uma das faces mais cruéis da escravidão, que a separação familiar e o costumeiro tráfico interno (intraprovincial), algo que não é muito estudado. Além do mais, tanto José, Domingos e Romana tinham conhecimento dos nomes de seus pais (ou os casais no caso de Romana e Domingos, ou somente da mãe como era o de José). Assim como abordado no capítulo 3, onde escravizados tinham conhecimento do nome de seus familiares, aqui mais uma vez isso fica evidente, mostrando a importância das relações familiares para os escravizados. Portanto, Romana, José e Domingos configuravam-se nos principais suspeitos do crime.

Entre os réus, a primeira a ser inquerida foi Romana. Ela afirmou, quando questionada, que sabia que estava sendo presa pelo assassinato de sua senhora, que ela seria uma das autoras. Relatava que no dia do homicídio estava na casa de sua senhora Albina Maria da Conceição, no Distrito do Cerrito (local em que Romana dizia viver a mais ou menos um ano), e que foi em um final de tarde de domingo. Quando questionada sobre como ocorreu o assassinato de Albina, Romana contou o ocorrido como descrito acima, porém denominando os algozes de sua escravista como sendo um mulato e um preto, José e Domingos, escravizados do Tenente João José Rodrigues Soares, pedindo para que trocassem dinheiro, e daí procedeu-se o crime.

Contudo, devemos questionar a mudança de versão de Romana. Ao longo dos autos é possível perceber que a cativa se defendia e resolveu mudar a versão para ver-se livre de ameaças. Em alguns momentos, ao longo de suas contestações, ela alegou que estava sendo vítima de coerção, principalmente por parte de Jeremias, irmão de Albina. Romana descreveu em seu depoimento as características dos dois homens desconhecidos sendo um mais alto, claro e rosado, barba cerrada, que usava um chapéu preto e da mesma cor era o seu lenço atado abaixo do queixo, usando segundo boas roupas. O outro homem era mais baixo, moreno, usava um chapéu velho de cor branca, andava descalços e com um poncho velho[966]. Portanto, por essa descrição, o primeiro homem não poderia ser um cativo. Segundo Romana, sua senhora era uma pessoa boa, que se dava bem com todos, mas obviamente ela não falaria o contrário, pois se o fizesse sobre ela recairia a culpa de ter cometido o crime.

[966] As informações foram retiradas do processo: APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 6 frente e verso.

Domingos foi questionado pelo juiz se sabia o motivo de estar preso, ao que o escravizado respondeu que pelo assassinato de Albina, no Distrito do Cerrito, mulher essa que Domingos alegou não conhecer. Segundo Domingos, no final de semana em que houve o assassinato de Albina ele estava indo em direção a Pelotas e que, no sábado, pernoitou na casa de um homem chamado Ignácio Coelho. Nas suas respostas, ele também acrescentou que teve a ordem de ficar na casa de sua comadre Lusia, uma parda, que ao que tudo indica era liberta, e que ficou com a morada após a morte do antigo dono. Lusia morava ali com sua filha Dorotéia, que o escravizado disse que era "aleijada[967]" de uma das pernas. Estava ali também um homem natural da Bahia, chamado José, pardo, que tinha como profissão carpinteiro.

Saindo da casa de sua comadre na segunda-feira à tarde, ele continuou a sua viagem até Pelotas, passando por um local chamado Passo do Vieira. Ali "encontrou uma parda com dois crioulos, que diziam ir para o Cerrito, e serem moradores naquelas imediações"[968]. Domingos fazia a longa viagem com uma égua baia, uma outra zaina negra, um cavalo vermelho. Os três eram para a sua montaria. Também trazia consigo uma mula, talvez para ajudar no carregamento de alguma mercadoria ou para vende-la. Frente a frente com o delegado, ele ainda fez questão de dar mais detalhes da viagem. Disse que na segunda-feira o rio estava cheio, devido às chuvas do final de semana, o que o obrigou a retornar para a casa de sua comadre, partindo finalmente para Pelotas somente na terça-feira. Na viagem de retorno, Domingos pernoitou novamente na casa de Lusia, onde encontrou um moço chamado Januário e que dizia ser da família dos Albuquerque.

O caminho de Piratini e Canguçu para Pelotas era o mesmo caminho das tropas que levavam gado para as charqueadas, mas também dos carreteiros que levavam gêneros agrícolas par a abastecer a cidade. A fala de Domingos é importante de se analisar pelo fato da mobilidade que possuía, pois, em nenhum momento ele sugere estar na presença de seu senhor, e cita uma rede de relações que possivelmente era sua, pois chama Lusia de "comadre", indicando que havia entre eles uma relação de compadrio, que não fica clara qual era. Tratava-se de uma rede de relações que podia também ser usada como álibi de um crime ou mesmo como ponto de parada em caso de fuga. Outro ponto importante da viagem de uma distância considerável entre

[967] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 8 frente.
[968] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 8 frente.

localidades é o número de animais usado por Domingos, era 4 ao total, sendo 3 equinos e um muar. Ao ser questionado sobre a distância entre a casa de Lusia, a comadre e de Albina, Domingos desconhecia, e disse que nunca havia estado na casa da falecida, então não tinha como ter essa noção de espaço-tempo. Soube da morte de Albina por sua comadre Lusia, que contou a ele o que tinha ocorrido naquela noite de domingo.

É importante destacar que a casa de Lusia era um espaço de sociabilidade entre escravizados e libertos, pois em nenhum momento é dito que a "comadre Lusia" era escrava, acredito que essa fosse liberta. Ao analisar as falas de Domingos, foi me surgindo algumas possibilidades de hipóteses: a primeira é o porquê Romana indicou ele e o José como cúmplices do crime? A segunda é que foi no dia em que Domingos estava de viagem e com alguns animais de montaria, que poderiam sugerir um rápido deslocamento? Domingos disse que ficou sabendo de sua morte por intermédio de Lusia. Ele conhecida Romana por intermédio de Lusia? Obviamente que a minha função como historiador não é a de encontrar os culpados do crime, e muito menos tenho essa pretensão, mas, é importante analisar essa rede que interligava esses escravizados e a "comadre Lusia" no caminho da serra que levava até Pelotas.

O juiz suspeitou que pudesse haver algum conflito entre os familiares e Albina ou entre Romana e Albina, para poder pensar em possíveis motivos para o crime. Contudo, Domingos disse que não sabia de nada. Afirmou que não tinha informações de que houvesse algum tipo de atrito entre Romana e sua senhora, mas muito pelo contrário, pelo que sabia havia sido sempre muito bem quista. Cabe aqui pontuar que possivelmente em muitos casos os escravizados e os senhores descreviam suas relações sempre como muito boas. Os escravistas a fim de não terem seus escravizados presos e assim terem perdas econômicas, e no caso de os escravizados não terem as agruras de que seriam impostos caso fosse comprovadas suas ações. No caso de Romana, é importante considerar que assassinar ou participar do assassinato de sua senhora seria caso de possível pena de morte, pela legislação vigente a época.[969]

O cativo José, por sua vez, respondeu ao interrogatório dizendo que soube do crime no final de tarde daquele domingo, mas estava na casa do seu senhor. Diferente

[969] Para análise da pena de morte em Pelotas, ver: AL-ALAM, 2008.

de Domingos, José afirmou saber onde residia Albina, e que havia sido lá o assassinato, no Distrito do Cerrito, e que soube por seu "parceiro o pardo Domingos[970]", do assassinato de Albina por dois homens que chegaram pedindo pousada e um pouco de feijão. A versão de José é que Domingos teria lhe falado que o autor do crime era um homem chamado "Senhor Ezequiel Marinheiro" e que Albina o teria reconhecido. José afirmou que conhecia Albina e Romana e que não sabia de nenhuma indisposição da escravizada com sua senhora, exceto, "[...] que só apenas sabe que a crioula Romana não gostava de viver naquele lugar isso por ela mesmo dizer a ele respondente [...]".[971]

Quando lemos os depoimentos de outras testemunhas, as coisas começam a ficar mais claras diante do conflito de versões. A terceira testemunha, Antônio Simas Pereira, disse que havia uma relação entre Romana e José. No início da transcrição do processo-crime, pensei qual poderia ser o motivo de Domingos e José estarem envolvidos no crime de uma mulher que não era sua senhora. Uma das possibilidades que me veio foi a de uma possível relação pessoal e/ou afetiva, assim como no caso de Catharina e José em 1820, na tentativa de homicídio de Ubaldo Pinto Bandeira.[972] No caso de Romana e José, havia ali uma relação de "amasiados". Durante a contestação ao crioulo José, há a descrição deste fato:

> é verdade que depois de ter-se levantado da cama Romana de ter uma filha, que ele foi à casa de sua senhora, e que encontrou esta na lavagem lavando a roupa da crioulinha, e que ai disse a ele respondente que a Romana tinha tido uma criança mas que não era filha dele respondente, ao que ele dissera que não se importava, e que foi para casa desencilhar o cavalo, depois disse chegou a dona da casa Albina, vinda da lavagem, estando ele respondente encostado a uma cancela, ali foi por um menino chamado em nome de Romana, e que falando com esta, que ela perguntou se ele respondente estava bravo com ela, que ele respondeu que não deixará de estar, porque não esperava que ela procedesse tão mal, e finalmente continuando a conversa, ele dissera que ela Romana lhe havia de pagar, que lhe daria uma sova se tornasse a fazer outra, e que também é certo que quando estavam nessa conversa, que Dona Albina disse que ele sossegasse, que deixasse de (ilegível) e que ele a esta não respondeu, e que é falso ter ele assassinado a Dona Albina, porque nesse sábado, véspera do domingo que se diz terem cometido o crime, que ele respondente em casa de sua senhora com cavalo pegado para ir a umas carreiras, as quais deixou de ir por ter chovido no domingo, e por isso também nesse dia esteve em casa de seu senhor onde pousou a noite de sábado e domingo.[973]

---

[970] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 11 frente.
[971] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 11 verso.
[972] APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo n°. 1042, M. 25, E. 143.
[973] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 19 frente.

Essa passagem descrita por José é importante para reforçar a autonomia que os escravizados campeiros dispunham, tendo em vista, que ele cita um relacionamento com a crioula Romana, de outra escravaria, além de ir correr "carreiras", prática que se referia a corridas de cavalos. Aliás, tal prática era muito comum na província. Vargas, Santos e Remedi verificaram a presença dos cativos nas carreiras, seja correndo, seja apostando. Tratava-se de um espaço de lazer bastante frequentado pelas camadas populares, incluindo libertos e negros livres, e os escravizados, que com a permissão e seus senhores também estavam presentes. Alguns, inclusive, tinham seus próprios cavalos e, nesse sentido, podemos até mesmo vincular a atividade de campeiro à desenvoltura com que os mesmos poderiam participar dessas corridas.[974]

Sobre Romana e José é notório observar que se tratava de uma relação com potencial de conflitos e violências cotidianas, onde o sentimento de posse do cativo para com ela fica claro quando ele afirma que lhe daria uma "sova" caso ela voltasse fazer algo que ele não aprovasse. O problema parecia estar relacionado ao fato de que Romana o dissera que a menina recém-nascida não era sua filha. Até mesmo o fato de Romana mandar um menino chamar a José pode sugerir que a escravizada tivesse medo de que o cativo fizesse algo contra elas. Essa descrição da relação entre Romana e José vai ao encontro do que discuti no capítulo 3 sobre a legitimidade ou não dos casais na localidade de Piratini. No período de 1851-1871 havia mais relações consideradas ilegítimas perante a Igreja do que aquelas reconhecidas por ela. O fato de uma criança não ter o nome do pai registrado no batismo não significa que ele não estivesse presente. Fica subentendido pelos depoimentos dos escravizados que Albina tinha conhecimento da relação entre Romana e José. Provavelmente, o fato de Romana não gostar de residir naquele local pudesse ser entendido como um anseio da cativa pela sua autonomia e por um ambiente onde pudesse compartilhar sua vida com outros escravizados, libertos e livres, sem o medo de tomar uma "sova", ampliando a sua sociabilidade e suas relações afetivas.

Segundo Amanda Ramos, perante o cenário que se estabelecia pós tráfico Atlântico com "[...] escassez de mão-de-obra, os senhores tenderam a tornarem-se

[974] VARGAS; SANTOS; REMEDI, 2023.

mais rígidos no controle de suas escravarias, sendo rompidos direitos e concessões que os cativos haviam tradicionalmente usufruído[975].” Entre os direito e concessões em que houve rompimentos e transformações se enquadra a instituição, digamos assim, que era a “[...] família escrava, atingida pela pressão do tráfico interno, sofreu a restrição de seus espaços de movimentação na vida cotidiana[976].” Como demonstrado no número de filhos legítimos no capítulo 3, eles sofreram um declínio entre 1851 - 1862, e fica notório que essa possivelmente fosse o que Amanda Ramos aponta para crimes ocorridos na segunda metade do século XIX em Pelotas como uma “ruptura nos padrões de relacionamento estava na origem de muitos crimes cometidos por cativos”.[977]

Em uma das várias versões das testemunhas, compreendo como importante destacar aqui a de Antônio Simas Pereira, rio-grandense, casado, quarenta anos, criador, residente no 2º Distrito de Canguçu. Simas disse que às vezes Romana entrava em atrito com Albina. Ele contou que interrogou Romana, questionando-a do motivo que teria feito José assassinar Albina. A cativa respondeu que no dia do crime se encontrava deitada na cama, pois havia dado a luz a sua filha faziam “dois dias, chegou o crioulo José e que do lado de fora pôs se a vigiar com ela dizendo que o filho não era dele, e que ele pôs a chorar, e a isto que sua senhora saiu e ralhou com ele, e lhe disse que não o queria ver mais ali, e que José respondeu que ela lhe havia de pagar”.[978] Portanto, no testemunho forçado que deu a Simas (ele confessou que ela estava sob ferros quando respondeu suas perguntas), Romana provavelmente sob ameaças de Jeremias, incriminou José. Provavelmente ele via em Romana e sua filha a possibilidade de formar uma família, com uma relação afetiva até mais duradoura. José foi declarado como inocente ao final do processo-crime.

A quinta testemunha foi Jeremias Pereira da Silva, rio-grandense, 47 anos de idade, solteiro, criador, residente do segundo distrito de Cerrito e Inspetor de Quarteirão. Jeremias era irmão de Albina. Disse que seu irmão Serafim, juntamente com um ervateiro chamado Felicio Cantador, foram até a sua casa e lhe contaram a versão dita por Romana que envolvia os dois homens a cavalo, o pedido de pouso e a refeição que fizeram. Jeremias disse que quando foi a casa de Albina, ela já se

975 RAMOS, 2018, pg. 43.
976 RAMOS, 2018, pg. 43.
977 RAMOS, 2018, pg. 43 - 44.
978 APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 17 frente.

encontrava falecida. As portas da casa se encontravam abertas, assim como as janelas e as roupas de Albina esparramadas pela casa. Jeremias ainda notou que o bebê estava no berço. Ele recolheu o corpo de sua irmã Albina, fechou a casa e chamou outros homens para servirem como testemunhas e velarem o corpo. Entre esses homens estavam o jurado José Sérgio dos Reis, Joaquim Luís Porto, o ervateiro Felicio Cantador e Marcos Gaspar. Ao amanhecer, Jeremias foi até a casa de seu irmão Serafim para buscar a crioula Romana, que lá se encontrava. Segundo Jeremias: "[...] com o vestido ensanguentado, quais por toda a frente dos joelhos para cima[979] [...]". Jeremias contou também que mandou uma pessoa a sua casa, buscar a filha de Romana que estava apartada de sua mãe por um bom tempo.

Jeremias, ao que parece, não era apenas o inspetor de quarteirão que agia enquanto representante do interesse público no caso, mas também era uma espécie de líder da família, pois mandou chamar testemunhas, autoridades, velou corpo da irmã e esperou que seu cunhado José Vicente da Cunha e Motta voltasse de uma viagem de negócios para então sepultar sua irmã. Jeremias possivelmente tinha a intenção de incriminar Domingos e José. Entre o dia 2 e o 9 de setembro de 1855 ele foi até a casa de um homem chamado Gregório Motta, e quando chegou em casa encontrou Romana em ferros acusando os escravizados Domingos e José como criminosos. Jeremias prometeu a Romana que a defenderia de todo tipo de mal desde que a escrava falasse a verdade. Dentre as acusações que Romana impetrou a Domingos, segundo Jeremias, estava o de que ele era afeito a roubos, e ao que parece, segundo este depoimento de Romana, ele estava inserido em uma "rede" de roubos:

> quem tinha levado o chapeado, lhe disse que foi o mulato Mingote, e que a roupa tinha levado o José, e que o mulato era mui perverso, que não era a primeira que fazia e que ao tempo que ela morava nas suas vistas que o Domingos fazia outros roubos e depois iam cobrar em casa da Clara Ferreira(?), do poder de uma mulata de nome Balbina e que não achando suficiente[980]

Sei que estou me alongando na análise desse processo, mas minha justificativa é que a sua riqueza de detalhes dialoga bastante com tudo o que tratei nos capítulos anteriores e que irei retomar adiante. Além disso, a guerra de versões estava longe

[979] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 22 verso.
[980] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 23 verso.

de acabar. Vejamos uma outra. João José Rodrigues Soares, senhor de ambos os réus, não estava contente com os "rumos" da investigação e acreditava que Jeremias, irmão de Albina, havia montado um esquema para incriminar seus escravizados. Para ele, Jeremias, que era o inspetor de quarteirão, poderia exercer uma certa autoridade e influência sobre os moradores da localidade. O homem escolhido por João José para defender Domingos foi Plácido Saraiva do Amaral, que pediu mercê ao juiz local para rever o caso. É importante pensar que a perda de Domingos seria um decréscimo nas suas posses, já que um escravizado naquele período teria seu valor acrescido pelo fim do tráfico de escravizados, e assassinar uma pessoa livre significaria a pena de morte ou galés perpétuas. Segundo Amanda Ramos, havia "a preferência dos senhores em resolver os conflitos e punir os acusados no âmbito privado, a fim de não correrem o risco de ter cativos de sua propriedade presos e afastados do trabalho diário".[981] Como afirmou Maíra Alves, os escravistas temiam a judicialização dos processos de seus escravizados, pois assim perderiam sua fonte de renda. Para os pequenos escravistas, como João José, isso deveria ser ainda mais impactante.

A primeira testemunha convocada por João José foi Querubim Candido Pereira de Queiroz, natural de Minas Gerais, 43 anos, casado, negociante. Ele contou que quando se encontrava na casa de Lazaro Soares Viana, em "fronteira" ao do Delegado, viu o escravizado Constantino conversando com Jeremias Pereira da Silva, e que este dizia ao pardo Constantino que contasse tudo sem medo. Para Querubim, Jeremias tentava instruir ou induzir os cativos a falar o que ele tinha como "verdade" no caso. Nesse sentido, o mesmo poderia ter sido feito em relação a Romana, de ser forçada a contar o que Jeremias queria, que era incriminar os escravizados Domingo e José, e que inclusive o guarda da cadeia sabia disto.

A segunda testemunha foi Manoel Antônio de Sá Mesquita, natural da província do Paraná, 36 anos de idade, casado, empregado público residente em Piratini. Disse que ele, outro homem chamado Simão e outros dois que os acompanhavam na cadeia, Manoel Antônio e José Joaquim Ferreira, viram Jeremias insinuando a Romana a que contasse ao Delegado que quem havia matado sua irmã Albina eram os escravizados de João José Rodrigues Soares. Segundo Manoel Mesquita, Jeremias teria prometido defender Romana para acusar os escravizados de João

[981] RAMOS, 2018, pg. 56.

José, e inclusive levaria cavalos para conduzi-la (isto o próprio Mesquita avistou). Ele também disse que o cativo Constantino teria dito que não sabia nada sobre o assassinato, e que "seu senhor mora retirado da casa onde foi assassinada a referida Albina, e que não permitia licença para passar nem de dia nem de noite".[982]

Ao que parece, no transcorrer do processo-crime como um todo, é que dentre os vários depoimentos e versões (e aqui cortei diversos trechos pois o processo é demasiado longo), havia uma série de relações pessoais e laços de sociabilidade mencionados por réus e testemunhas, que em algum momento, que não foi possível saber o motivo, resultou em um homicídio com a tentativa de se incriminar determinados escravizados. Segundo Maria Cristina Wissembach essas relações muitas vezes intensas levavam aos:

> conflitos entre pares, motivados, no geral, por disputas de posse de escassos bens, da afeição de parceiras escravas ou livres, e os oriundos das tênues diferenciações existentes entre eles e conquistadas a duras penas. Convivendo lado a lado, os crimes envolviam igualmente situações em que escravos e parceiros livres disputavam mulheres escravas ou libertas, nas alterações dos jogos de valentia, nos preconceitos raciais e sociais que perpassavam suas relações. Assim delineados, os confrontos deixam transparecer a violência incorporada como regularidade do meio social, expressando a ubiquidade do regime dilacerando expectativas e anseios, ou, ainda, padrões de afirmação social e de conduta nos quais a violência era igualmente norma condutora[983].

Essas disputas me parecem estar de alguma maneira presentes no processo-crime analisado. José Joaquim Ferreira das Neves foi a terceira testemunha chamada pelo suplicante João José. José Joaquim tinha 20 anos, era rio-grandense, solteiro, soldado do Corpo Policial na Vila de Piratini, contou que viu Jeremias na cadeia falando para Romana incriminar os escravizados Domingos e José. Outra testemunha, Manoel Antônio Xavier, também com 20 anos, rio-grandense, solteiro, também soldado do Corpo Policial na Vila de Piratini, confirmou a versão de seu colega, mas acrescentou que Jeremias disse a Romana "que não tivesse de sustentar isso, que tinha trazido cavalo, para a levar para casa de seu senhor, que lá tinha ela que cuidar de sua filha".[984] Ou seja, segundo a versão de Manoel Xavier, Jeremias usou a filha de Romana como forma de convencer a escravizada. Posso pensar, inclusive, que ao dizer que ela teria de cuidar sua filha, ele usou de violência

[982]APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 65 verso.
[983] WISSENBACH, 1998, pg. 50.
[984] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 66 verso.

psicológica contra a cativa. Após essa fala de Jeremias, Romana teria afirmado que os escravizados eram os culpados pelo assassinato de Albina, mas Jeremias não teria parado por aí. Segundo Manoel Xavier, teria escutado o próprio Jeremias:

> dizer ao pardo Constantino, que não se esquecesse que dissesse o que ele lhe havia dito, e que se precisasse de duas ou três onças, que dissesse, que estavam prontas que tinha gasto algum dinheiro com isso, sendo lhe preciso até vender algum gado, e que já estava cansado de tanto galopear; e que esta conversa de Jeremias com o mulato Constantino, foi na praça, quando o mesmo mulato se achava trabalhando com os mais, e antes de ser perguntada Romana.[985]

Jeremias parecia ter um interesse muito forte em toda a questão, estando disposto a vender o seu gado para conseguir mais pessoas para encobertar alguma situação do crime, já que havia gastado outras “onças”. As versões ficam cada vez mais intrigantes. Jeremias parecia frequentar bastante a casa de sua irmã. Em um determinado momento pensei na hipótese de Jeremias querer incriminar principalmente José e livrar Romana. Isto porque o irmão de Albina era um homem solteiro, com idade avançada, demonstrou certa “preocupação” com a filha de Romana, que dizia a José que ele não era o pai da criança. Livrar Romana e prender José parecia ser o principal plano de Jeremias. Em um dos depoimentos é citado inclusive determinado afeto de Albina para com a filha de Romana. Não descarto que pudesse haver alguma relação entre ambos, embora isso não tenha ficado explicito na fonte. Um processo criminal é capaz de revelar muitos aspectos do cotidiano dos cativos de pequenas escravarias, mas, ao mesmo tempo, silencia sobre tantos outros.

Toda a manobra feita por João José Rodrigues Soares fez com que o processo se desenrolasse por mais uns meses. Em maio de 1856, na Vila de Piratini, se reuniram o Juri, o Presidente do Tribunal, Doutor José de Araújo Brusque, o Promotor Público da Comarca Silvestre Nunes Sousa Alves Vieira, e o tabelião Vicente Caetano da Silva, que sortearam os 48 jurados que iriam decidir a vida ou a morte dos escravizados acusados de participarem do assassinato de Albina Maria da Conceição. No auto de perguntas feitos a Romana, ela confirmou que a sua bebê se encontrava no berço enrolada em um chale, que em seu primeiro depoimento ela falou o contrário, e desconhecia quem havia colocado a menina no berço. Quem poderia ao cometer um assassinato e na pressa de fugir ainda encontraria compaixão com uma criança

[985] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71, E:143, Pg. 67 frente.

de colo? O dia derradeiro para Romana, José e Domingos foi o 3 de maio de 1856, onde Romana foi considerada culpada de assassinar sua senhora. Seu julgamento foi incurso no artigo primeiro do Código da Lei de 10 de junho de 1835, logo, foi condenada a pena de morte, que seria cobrada de seu senhor. Já Domingos e José foram absolvidos e soltos, se livrando das acusações. Romana ainda buscou o Poder Moderador para reaver sua pena, mas, não obteve sucesso[986]. A "saga" de Romana nos autos do processo-crime foi até o ano de 1863, quando estava presa na Cadeia Municipal de Pelotas, ainda a espera de sua execução.

Em meio a guerra de versões a respeito do assassinato de Albina, o Júri, representando a Justiça, decidiu punir a escravizada da falecida. Nesse caso, Romana foi condenada, possivelmente, por não se opor aos dois homens que mataram sua senhora e por tentar sobreviver. Por essa visão, teria sido conivente com o crime. Em meio a isso, Jeremias parecia estar decidido a encontrar um culpado e por motivos que não ficaram claros, tentou incriminar Domingos e José, oferecendo, para isso, até dinheiro às testemunhas. Talvez o próprio Jeremias pudesse querer dar fim a vida da irmã, pois senão qual seria o motivo de pagar testemunhas para depor contra os escravizados? Talvez Romana realmente tenha sido conivente com a morte de Albina, por uma razão ao qual não tenha fica bem explicitada, mas que certamente devia estar relacionada com a sua triste condição de cativa.

Outro ponto que destaco é como aquela sociedade era discriminatória com os negros, pois em uma das falas testemunhais foi posto que a mesa arrumada era coisa de pessoas negras para incriminar os brancos e em outra foi dito que aquele tipo de crime só poderia ter sido cometido por pessoas negras. Além disso, a própria tentativa de Jeremias influenciar os depoimentos das testemunhas de acusação e da própria Romana, usando a filha da escrava como forma de coerção, apresenta como esses escravistas se utilizavam da sua influência para coagir principalmente os escravizados.

Portanto, a decisão em condenar Romana seria uma forma de destacar que a morte de um senhor por seu escravizado não teria impunidade pela Justiça, que

[986] "Na década de 1870, todos os casos de réus sentenciados à pena capital deveriam subir ao Poder Moderador, antes da execução da pena. Cabia ao imperador deliberar pela sentença ou pela comutação da pena ou, ainda, pelo perdão do réu. Enquanto não era publicada a decisão do Poder Moderador, o condenado permanecia preso na localidade em que fora julgado." (PIROLA, 2015, pg. 42).

estava a favor dos escravistas. Nesse sentido, fica claro que o Estado puniu Romana para que a escravizada servisse como exemplo para os demais. Segundo Ricardo Pirola, do ponto de vista jurídico de 10 de junho de 1835, uma de suas determinações dizia que “os réus escravos deveriam ser julgados nas localidades em que haviam cometidos seus crimes para servir de exemplo aos demais”.[987] No caso de Romana, até onde as informações da fonte documental constam, ela estava em Pelotas, não indo ao encontro do que defendia a lei. Além disso, não há informações de que tenha, de fato, sido executada.

Tudo o que foi analisado até aqui referente a esse processo criminal dialoga bastante com as análises realizadas nos capítulos anteriores. As relações afetivas entre os cativos, a reprodução natural envolvendo crianças classificadas como ilegítimas, o crime como forma de resistência ao cativeiro, a autonomia dos escravizados em deslocar-se para circular por diferentes espaços locais, o compadrio e os laços sociais possibilitados pelo parentesco espiritual, produção de alimentos e de animais para o mercado interno e o caminho das tropas que levava a Serra dos Tapes até Pelotas, entre outros. Romana, José, Domingos, Jeremias, a comadre Lusia e os demais citados, personificam essas questões e dão nome aos números e tabelas que expomos anteriormente. Nesse sentido, a complexidade das informações contidas em um processo criminal complementa a impessoalidade quantitativa, sempre necessária para conhecermos melhor esse universo escravista.

4.3 - Escravizados Campeiros e os crimes contra propriedade

Retomo aqui o caso envolvendo Damásio, preto, crioulo, campeiro, 23 anos mais ou menos, escravizado do Tenente Inácio Pereira da Silva[988], filho da preta africana, da Costa, Catharina[989], que foi acusado por José Justo Oroná de roubar e carnear suas duas reses nas terras do refiro Tenente. A primeira questão a se compreender é a autonomia e mobilidade de Damásio um escravizado que tinha como profissão ser campeiro. Estes escravizados gozavam de autonomia para deslocarem-

[987] PIROLA, 2015, pg. 53.
[988] Informações retiradas do process-crime: APERS - Processo-crime, Ano: 1851 – Processo n°: 1108, M:26, E:143. E do registro de batismo de Damásio: Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1828, pg. 141.
[989] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.),1828, pg. 141.

se entre a propriedade de seu escravista e de seus vizinhos, assim como a possibilidade de estarem em contato com pessoas libertas e livres[990]. Segundo Damásio em um dos seus depoimentos ele andava a noite pelas ruas de Piratini, e lá encontrara três pessoas: um castelhano foragido da cadeia chamado de José, um índio e um homem preto que não faz referência. Posso presumir que o passeio a noite de Damásio fosse um espaço conquistado por ele em sua relação com seu escravista. Há de se levar em conta também que ele nasceu naquela escravaria e muito possivelmente gozasse de um maior espaço de autonomia pelos longos anos de negociação com seu senhor.[991]

Segundo Damásio, ele não havia matado as duas reses. Dizia ter ganho a carne e a graxa de José castelhano e as repassou a Felicidade, cativa de Joana Correa. Felicidade afirmava que recebeu a carne e a graxa de Damásio no domingo depois do furto da rês. Felicidade, em seu depoimento, não sabia sua idade, não foi questionada se era crioula ou africana. Pesquisei nos registros de batismos de Piratini alguma Felicidade sendo batizada em data anterior a década de 1840 e não encontrei nenhuma referência. Todavia, na mesma base de dados, há o registro de batismo de seu filho André[992] em 1845, onde Felicidade não teve sua naturalidade ou procedência descrita. No batismo de sua filha Eleutéria[993], nascida em 22 de maio de 1847, e batizada no mês de junho do mesmo ano, Felicidade é descrita como crioula. O nome do pai de seus filhos não foi assinalado. Eram descritos como filhos naturais. A sua escravista Joana Correa estava no grupo das proprietárias com até 9 escravizados, entre 1832 e 1862. Quanto a Damásio, talvez tivesse o interesse em compartilhar a carne com Felicidade para angariar pecúlio para liberdade de André, caso esse fosse filho de ambos. A outra hipótese é que se tratava de uma relação afetiva de um núcleo familiar para além do sangue.

No entanto, a rede de repasse de carnes não parou nas mãos de Felicidade. Ana, escravizada de Domingos Correa da Silva, afirmou que recebeu a carne de

---

990 THOMPSON FLORES, 2012, pg. 203.

991 Segundo Karl Monsma havia muitos escravizados, principalmente “os campeiros, andavam a cavalo e podiam fugir facilmente. Além disso, os escravos das estâncias geralmente andavam armados de facas, facões, laços ou boleadeiras, o que dificultava sua recaptura. Certamente os escravos fugiam principalmente porque queriam a liberdade. Ou seja, a principal causa das fugas era a escravidão.” (MONSMA 2011, p.5).

992 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1845, pg. 313 verso.

993 L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1847, pg. 354 verso.

Felicidade para fazer linguiças. Posso especular que havia um comércio ilegal entre os escravizados do Tenente Inacio e os dos Correa. Possivelmente por trabalharem na criação e plantação e prepararem alimentos, o encargo de fazerem as linguiças ficava por conta das escravizadas, enquanto Damásio “produzia” a matéria-prima. Nesse sentido, apesar de suas relações sociais dos cativos serem de conhecimento dos seus senhores, nem tudo da economia interna dos cativos era de seu conhecimento. Ana e Felicidade provavelmente conviviam em um ambiente onde seus escravistas eram parentes, facilitando as trocas de carnes e alimentos. Domingos Correa da Silva, nascido em 07/10/1811, era filho de Manoel Correa da Silva e Rosa Maria da Silva, enquanto Manoel Correa da Silva era irmão de Joaquim Correa da Silva, pai de Joanna Correa, nascida em 21/10/1808.

Não se tratava de qualquer família. Pelos cargos que ocupou, Domingos Correia da Silva parecia ser importante figura da elite local. Seu pai e sua mãe foram uns dos escravistas que mais batizaram cativos em Piratini nos anos de 1810-1831, 19 ao total. Segundo Jayme D’Ávila, Domingos ocupou os cargos de vereador da Vila nos anos de 1848, 1852 e 1856. Também foi Juiz de Paz em 1849 e Delegado de Polícia em 1858 e 1867[994]. Provavelmente herdou de seu pai e sua mãe a escravizada Ana, pois existem dois registros de batismos com a referência a este nome, sendo um em 1810 e outro em 1815. Em dezembro de 1810 foi batizada Ana, crioula, filha legítima do casal de crioulos Isabel e Pedro[995]. No mês de dezembro, porém de 1815, foi batizada Ana, crioula, filha legítima do casal de crioulos, João e Maria. Os casais e suas filhas eram escravizados de Manoel e Rosa Correa da Silva, mostrando também nesse caso a importância da reprodução natural em Piratini. É importante apontar que provavelmente havia uma rede de relações entre escravizados, possivelmente partindo também de seus escravistas. E isso talvez ajude a entender como a carne roubada chegou até as mãos de Damásio e foi parar nas mãos de Felicidade e Ana. No mesmo ano em que Domingos Correia da Silva era vereador, o Tenente Inácio Pereira da Silva, senhor de Damásio, foi seu colega na Câmara, ou seja, eles viam-se cotidianamente.[996] Ao final do processo-crime não houve pena ao escravizado Damásio, pois os autores desistiram de dar continuidade à peça criminal.

[994] D’ÁVILA, 2007, pg. 233.
[995] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A. M, D. Pel.),1810, pg. 3.
[996] Relatório ao Presidente de Província 1858, n. 41. 559.

Portanto, em alguns casos as redes relacionais dos senhores podiam beneficiar os cativos, mesmo que indiretamente.

Um outro caso pode nos ajudar a entender ainda mais a complexidade do abigeato e das distintas funções da circulação da carne e dos derivados bovinos entre os cativos. Em um processo-crime de 1854, já comentado neste trabalho, temos o caso dos escravizados dos Ribeiros: José, escravizado de Zeferino Maximiano Ribeiro e Matheus, escravizado de Constância Maria Ribeiro. Na noite de 12 para 13 de abril de 1854[997], ambos foram acusados de arrombarem um cercado de pedra, roubarem e carnearem uma rês osca[998] baiada, próximo às terras dos Ribeiros. A carcaça da dita rês foi encontrada por Manoel Rodrigues Barbosa, juntamente com seus escravos. Manoel Rodrigues Barbosa, que como demonstrei anteriormente foi um dos maiores escravistas da localidade, também foi um dos signatários da fundação da Vila. Provavelmente um adepto das ideias farrapas, foi eleito vereador nos anos de 1832, 1840 e 1845, e no ano de 1843 foi Juiz de Paz em Piratini[999].

Segundo algumas testemunhas e escravizados informantes do processo-crime, os cativos da família Ribeiro tinham o costume de furtarem reses. A primeira testemunha referente ao roubo da rês de Manoel Rodrigues Barbosa, foi o lusitano José Victorino Teixeira Borges, solteiro, 36 anos e residente no 1º Distrito da Vila de Piratini. Informou ao Subdelegado em seu depoimento que os escravizados da família Ribeiro teriam como costume furtar e carnear animais de outras propriedades, e segundo ele, inclusive da própria família, que tinha conhecimento de que seus escravizados perpetravam estes delitos. Nesses casos, o valor arrecadado da venda da graxa, do sebo e da carne possivelmente era utilizado para adquirir um pecúlio, tendo em vista de que desde quando Manoel José Ribeiro era vivo essa prática ocorria. Desconhecia a testemunha se estes cativos possuíam gado para vender, o que indica que roubavam esses animais.

A testemunha Agostinho José de Mattos Guimarães, casado, na época com idade de 28 anos, rio-grandense, residente no 1º Distrito da Vila de Piratini, afirmava viver de lavoura e da criação de gado e que sabia ler e escrever, em seu depoimento

---

997 APERS – Processo-crime, Ano: 1851 – Processo n°: 1108, M:26, E:143

998 Osco significa “o gado de pelo escuro, lembrando o zaino dos eqüinos, podendo ser de cor mais ou menos carregada; pelo cor de pinhão; vermelho enfarruscado.” (BOSSLE, 2003, p.362).

999 D’ÁVILA, 2007, 164.

disse que além daquela rês, os escravizados praticavam outros tipos de crimes como furto/roubo de ovelhas e que outras pessoas se queixavam destes atos[1000]. Outra testemunha chamada Israel Rodrigues da Silva afirmou que esses dois escravizados tinham como costume a prática de furto de reses, mas por questão de passarem fome.[1001] O mesmo relato de que os escravizados "daquela casa[1002]" praticavam roubos/furtos de reses foi dado pela quinta testemunha: Ignácio José de Medeiros. Ao final do processo-crime, José foi condenado a prisão e livramento, incurso no artigo 269 do Código Criminal de 1835, e Mateus foi absolvido. Possivelmente os escravizados da família Ribeiro praticassem furtos e roubos ou por necessidades de falta de alimentação ou por algum tipo de negociação com seus escravista, que parecia saber dos delitos, isto porque no ano de 1855 outro escravizado de Zeferino Ribeiro, o preto João Baiano, em um processo-crime já comentado no capítulo 3, foi acusado de furtar uma rês de outro Manoel Rodrigues Barbosa, no caso o filho.

Conforme a sexta testemunha do processo-crime de 1855, o então Sargento da Vila de Piratini, José Francisco Nunes, natural da Província de Santa Catarina, 29 anos de idade, solteiro a época, disse que o próprio João Baiano havia lhe dito que furtou a rês de Barbosa filho pois sentia fome "[...] que ele testemunha perguntando ao dito preto qual a necessidade que tinha obrigado a matar essa rês, respondeu que tinha sido a fome, pelo motivo de andar fugido ausente de casa [...]".[1003] O escravizado João, de Anna Ribeiro, também informou que João Baiano estava com fome, assim como a testemunha José Francisco Nunes, o escravizado explicou que foi algo devido a fuga, pois segundo ele João Baiano estava "desertado[1004]". Um ponto importante na narrativa a ser descrita aqui é que Zeferino Maximiano Ribeiro[1005] tinha residências

[1000] APERS - Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143, pg. 14 verso.
[1001] dizia ser casado e natural da província de Rio Grande de São Pedro, afirmava ser morador no 1º Distrito da Vila e era comerciante, tinha 37 anos de idade e sabia ler e escrever. Informações: APERS - Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143, pg. 8 verso.
[1002] APERS - Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143, pg. 15 verso.
[1003] APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – n°: 1133, M:27, E:143, p. 54 verso.
[1004] "[...] de noite mandou pelo crioulinho Antônio, pedir comer a sua senhora e que esta lhe mandou um pouco de charque de que ele fez de sua ceia e que estando em ato de comer chegou o João baiano e admirando-se ele respondente por vê-lo ali perguntou o que andava fazendo – respondeu que andava desertado ajudou a ele respondente a comer e depois foram dormir indo para o galpão o João Baiano, no dia seguinte que ele respondente levantou-se e foi amolar o machado e com o preto Matheus foi inçar o cercado - voltando à noite recolheu-se em casa mas já não encontrou o João Baiano, [...]". Informações: APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p. 26 frente e verso.
[1005] Zeferino Maximiano Ribeiro faleceu em 1858 em seu testamento constava entre seus bens a posse de 11 escravos, dos quais não consta João Baiano nem Januário. E sim José mulato, na época em que foi descrito o inventário 1860 este José tinha 35 anos e estava foragido para o Estado Oriental.

em outras localidades, como Bagé e Serro Largo. E segundo o próprio no transcorrer de suas contestações as testemunhas, Ribeiro alegava ser vítima de perseguição. Ao que tudo indica em Bagé também era acusado de praticar ou permitir que seus escravizados praticassem furtos e roubos de reses.[1006] Como resultado do processo-crime, coube a João Baiano a pena de 4 anos de prisão, assim como trabalho e uma multa de 20% do valor da rês furtada, porém teve a pena comutada para o duro castigo de 400 açoites e uso de ferro em seu pescoço ao longo de dois anos. Quanto a Mateus e Januário foram absolvidos.

Não tive informações ao certo se João Baiano sobreviveu a pena dos açoites por muito tempo, todavia segundo carta expedida por Zeferino Pereira Madruga, a época 4° suplente de Delegado de Polícia de Piratini, em 24/01/1866, ao então Chefe de Polícia da Província Gervásio Pires Ferreira, com a relação de réus ausentes de Piratini, constava um João Baiano, preto, liberto por crime de homicídio. Assim como o também escravizado de Zeferino Maximiano Ribeiro, José, pardo que como sabemos estava fugido ao Estado Oriental, segundo a correspondência esse estava enquadrado nos crimes de roubo e morte[1007].

Outro caso ocorreu em 6 de março de 1856. Por volta das duas horas da manhã foi acusado de roubo na loja de Lázaro Soares Viana, o escravizado Raimundo, crioulo de Pernambuco, solteiro, campeiro do Tenente Coronel Manoel Lucas de Lima. Conforme o processo-crime, Raimundo arrombou a porta de loja de Lázaro roubou entre os objetos da

> gaveta do balcão de onde tirou uma onça de ouro, 4 moedas de dois patacões e meio – 2 moedas de 2 patacões cada 1 – duas moedas de 1 patacão cada 1 – 6 vintens em cobre e 5 moedinhas de meio tostão prata, assim como

---

Agradeço ao Professor Doutor Marcelo dos Santos Matheus por ter me disponibilizado essas informações.

[1006] "[...] bastante assustado das falsas e falsos que se lhe tem levantado neste Município e no de Bagé, finalmente do outro lado de Jaguarão, no departamento de Serro Largo porém felizmente tem provado a sua conduta, limpado o seu nome e feito muitos amigos, como comprovará se for preciso nesta Vila na de Serro Largo e na de Bagé, ficando bem conceituado por não poderem os prevenidos prejudicarem-no, a muita indisposição contra si pela grande malvadez ambiciosos e traficantes da carne de suor um ano, [...]". APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143, p..60 frente e verso.

[1007] AHRS - Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço17. **Correspondência expedida**, data: 24.01.1866. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 107.

> também roubou 2 chalés de lã e 1 de algodão – 3 lenços de seda – 1 peça de algodãozinho – 1 vidro de água de colônia – 1 barbicacho de sitras[1008],

Raimundo foi muito perspicaz ao arrombar a porta da loja de Lázaro Soares Viana, primeiro adentrou ao que tudo indica a casa do Capitão Luiz Joaquim da Luz, pegando cera e água quente. Em seguida usou um tição "[...] algumas achas de lenha um facão velho e de uma chaleira com água, veio a referida porta da rua da loja do mencionado Lázaro Soares Viana[1009] [...]". Ao ver o fogo aumentando sobre a porta e o rombo em que ela se encontrava, Raimundo buscou uma chaleira para não chamar tanta atenção. Depois pegou o que podia pegar e, saindo dali, cobriu os objetos com seu poncho. Mas qual o intuito de Raimundo com os objetos roubados?

Diferente dos outros roubos e furtos aqui apresentados, os de Raimundo eram elementos de vestimenta, perfume e dinheiro, mas que mesmo assim poderiam gerar a ele alguma forma de pecúlio. Após o roubo, Raimundo se dirigiu à casa de Manoel Castelhano, onde pagou uma quantia à mulher desse homem e ainda perdeu um pouco de dinheiro, provavelmente jogando, ainda ficou com um pouco "na algibeira". Ele afirmou, inclusive, que neste local jogava com alguns outros crioulos, mas não cita se eram escravizados ou não.[1010] O que incriminou Raimundo foi que o seu antigo lenço de seda havia ficado no local do crime. A vítima do processo, do ponto de vista das forças de repressão, era Lázaro Soares Viana, que segundo os registros de batismo estava no grupo de escravistas com até 9 cativos (ele possuía duas escravizadas nos anos de 1851-1862). Talvez por viver no meio mais urbano de Piratini, ele não necessitasse de muitos cativos. Anos depois, em 1865, Lázaro foi indicado como curador dos réus envolvidos na tentativa de insurreição cativa. Conforme consta no processo-crime, Raimundo foi preso pelo Capitão Querubim Candido de Queiroz quando jogava na casa de Manoel Castelhano. Quando soube do ato praticado por Raimundo, o seu escravista mandou que o prendessem. Raimundo foi condenado a ficar na prisão por 8 anos, porém teve uma pena comutada para 500 açoites e ao uso de um ferro no pescoço pelo tempo de 1 ano.

Para os casos de João Baiano e Raimundo provavelmente seus escravistas acreditavam que seria um menor prejuízo castigarem seus escravizados do que os

---

[1008] APERS – Processo-crime, Ano: 1856 – Processo n°: 1144, M:27, E:143, p.30 verso e 31 frente.
[1009] APERS – Processo-crime, Ano: 1856 – Processo n°: 1144, M:27, E:143, p.30 verso.
[1010] APERS – Processo-crime, Ano: 1856 – Processo n°: 1144, M:27, E:143, p. 10 frente.

perderem por 4 ou 8 anos. Obviamente é muito sanguinário pensar que alguém resistiria a esta intensidade de castigos, sobre isto o próximo tópico também abordará, porém talvez estes escravistas acreditassem na possibilidade de seus escravizados sobreviverem a essa pena duríssima. Conforme Elione Guimarães em seus estudos sobre Juiz de Fora, muitos escravistas defendiam seus interesses pretendo castigar internamente seus escravizados[1011], porém nesse caso não o podendo possivelmente preferiram arriscar em castigos físicos aos seus escravizados do que perdê-los por muito tempo.

Outro caso de roubo praticado por cativos merece ser analisado, pois traz mais elementos para pensarmos as relações entre a criminalidade cativa e o próprio funcionamento da escravidão em um pequeno município dedicado à produção para o mercado local. Em 3 de janeiro de 1862, José Joaquim da Silva, o peão escravizado Moisés, e o irmão mais novo de José, foram até os fundos do campo buscar três reses que faltavam no curral. No retorno para casa encontraram uma ponta de gado de Manoel Lucas de Oliveira Junior no campo de José Alves Pereira (que era a antiga Fazenda Espírito Santo), a época já morto e sepultado. O contato dos rebanhos dos vizinhos de campo era algo comum naquela época em que ainda não havia o cercamento dos campos. Nessa ponta de gado se encontrava uma novilha de pelo vermelho com manchas brancas, de 3 para 4 anos. Em seguida, ao levarem o gado ao curral, Moisés teria feito uma cova, onde fez um cigarro[1012], e carneou a rês, que já estava laçada por José Joaquim. Moisés usou o próprio couro do animal para encobrir o roubo. Segundo os relatos, não era a primeira vez que José Joaquim e Moisés haviam roubado reses de sua propriedade.[1013]

Somando esse caso com os do pardo José, o de João Baiano, o de Januário, cativo de Zeferino Maximiano Ribeiro, e o de Matheus, escravizado de Constância Ribeiro, em que se denunciou os escravizados da família cometiam esse tipo de crime, entendemos, em parte, o contexto de aumento da criminalidade e de roubos no município, como a própria polícia alertava. Conforme carta do delegado Bernardo Pires ao Presidente da Província, Barão de Muritiba, em 15 de fevereiro de 1856, “os roubos multiplicarem-se e o número de malvados de mais a mais engrossar e

[1011] GUIMARÃES, 2006, pg. 81.
[1012] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 8 frente.
[1013] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143. pg. 9 verso.

zombando então das leis, nem tremor nem do atropelarem afoitos o direito individual e de propriedade".[1014]

No caso de Moisés, ele não era cativo de José Joaquim, nem de seus pais, e não fica muito claro se ele estava ao ganho ou algo semelhante. A primeira testemunha, João Batista Garcia, 36 anos, casado, negociante, espanhol, residia no segundo distrito de Piratini. Estava em sua casa, onde arrendava terras e passaram por ali José Joaquim, Moisés e o irmão mais novo de José Joaquim. Garcia saiu de sua casa acompanhado de Antônio Inácio Borges para contar umas varas de porteira no campo e foram na mesma direção que os acusados. Quando entraram no mato contando as vacas viram então os acusados com a novilha vermelha, gorda segundo João Batista, com a marca de Manoel Lucas de Oliveira Junior. Dali, ele foi junto com Borges dar queixa sobre o ocorrido. Sobre a abordagem na casa dos réus João Batista, Garcia disse que em outra ocasião eles haviam conduzido uma vaca osca pertencente a Manoel Lucas Jr., e que mataram e carnearam a rês. O negociante Garcia disse que não era o único crime cometido por membros da família, pois além deste, outros haviam sido perpetrados, como, por exemplo, o da terneira "barrosa", que ele, Garcia, viu sendo morta no "terreiro" da família Silva. Finalizando seu depoimento, Garcia disse que era de conhecimento "a prática de outros furtos não só por queixas que tem ocorrido de seus vizinhos como também pela grande porção de couros partidos"[1015] e outros objetos em que ficavam caracterizados crimes de furto e bacias na casa dos Silva.

A segunda testemunha, Thomas Rubira, 40 anos de idade, solteiro, negociante, residente no 2° Distrito de Piratini, disse que foi José quem matou a rês apartando das demais reses do curral. Ele falou até que estas estavam em um "mangueirão". Segundo Thomas, muitas pessoas falavam que tanto José quanto Moisés praticavam crimes de furto e que os vizinhos viviam se queixando. Thomas contou que um peão que trabalhava na casa de Manoel José da Silva teria contado que havia muitas reses "alheias", entre elas estava uma novilha de pelo vermelho da marca de Antônio Silva, e outra vaquilhona lanosa pertencente a Thomas.

[1014] AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 15/02/1856. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.
[1015] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 10 verso.

A terceira testemunha Antônio Inácio Borges, 35 anos, casado, fazendeiro, rio grandense, residente do 2° Distrito de Piratini. Ao ver José Joaquim e Moisés carnearem a rês, se dirigiu até a casa do dono da rês, e no caminho encontrou um escravizado chamado Bernabé que pertencia a escravaria de Manoel José Lucas de Oliveira Junior para o avisarem do que estava ocorrendo. Segundo seu testemunho, ouviu de José e Moisés que tinham sido eles quem haviam furtado e carneado a rês, a mando da mãe de José, Manoela Rodrigues da Silva. E que Moisés foi quem tirou o couro da rês a mando de Manoela, pois se não o fizesse ela mesma o faria com as próprias mãos. E na casa dos Silvas encontraram mais vestígios como sogas e "lancas ou loncas" de variados pelos[1016]. Antônio Inácio Borges disse que Manoel José da Silva afirmava que possuía "o número de cem reses mansas e que calculava que os couros encontrados não podem ser de gado de sua propriedade porque possuindo ele pouco gado, não podia matar tantas reses e como demonstra que fazia a achada de diversos couros secos, outros verdes, e outros ainda não bem secos[1017]." Segue a questão de queixa de vizinhos dos Silva dos furtos de reses:

> e que ela mesma testemunha teve por outrem da autoridade do distrito, desacolherado animais cavalares do pescoço de outros animais da propriedade do mesmo Silva que pertenciam a ela testemunha tanto que sendo alguns ainda potrilhos logo que saiam, digo que foram desacolherados saiam marchando em poucas das éguas dele testemunha com as quais iam juntar[1018].

Antônio foi acusado pelo curador dos réus de ser "inimigo capital" do pai do réu, o que foi negado por Antônio. Ao que parece, essas querelas se davam pelos animais de Manoel da Silva pastarem nos campos de Antônio. O interessante era os Silva instruírem seus cativos para a execução dos roubos, podendo os mesmos receberem certas vantagens dentro do cativeiro.

A quarta testemunha Pedro Cunha da Neves, 31 anos, casado, negociante, fluminense, residente no 2° Distrito de Piratini, foi juntamente com o oficial de justiça, inspetor de quarteirão e o subdelegado à casa de Manoel da Silva e encontraram dentro da cozinha a carne da rês roubada, sendo a carne já cortada. Segundo Pedro, se reconheceria perfeitamente ser a novilha vermelha, onde em um dos pedaços ainda havia a marca de Manoel Junior. Pedro repete o que outra testemunha já havia

---

[1016] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 22 frente.
[1017] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 22 frente e 22 verso.
[1018] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 22 verso.

dito, ou seja, de que a novilha estava muito gorda e que ele inclusive quiz comprá-la. Dentro da cozinha, as testemunhas viram outros pedaços de carne, sendo algumas amarradas nas cabeças das reses. Segundo ele, Moisés admitiu o crime, mas não retirou as marcas do proprietário como Manoela havia mandado. Então, ela mesmo cortou com suas mãos a marca no couro. A família Silva, segundo Pedro, cometia crimes de furto de reses, como era o "clamor dos criadores[1019]" do segundo distrito, inclusive teria aconselhado os "infratores" que ocorreria o procedimento de buscas na residência. A sexta testemunha Pedro Andora, 37 anos, casado, jornaleiro, argentino, residente no 2º Distrito de Piratini, confirmou na busca na casa dos acusados encontrar a carne "charqueada" que parecia ter sido morta na véspera. O depoimento de Andora concordava com os demais, reafirmando que a família Silva era afeita aquele tipo de crime, "especialmente" o patriarca "acostumado a cometer crimes iguais aos de que se trata"[1020]. No entanto, no caso da vaca vermelha, a mandante seria Manoela.

No dia 22 de setembro de 1862, a polícia recolheu o depoimento daquela que era citada por todas as testemunhas: Manoela Rodrigues da Silva, esposa de Manoel José da Silva, 38 anos, filha de Francisco Inácio Rodrigues, natural de Colônia do Sacramento, sabia ler e escrever. Segundo ela, no dia do crime estava em casa, na Serra das Asperezas, 2° Distrito de Piratini. Respondeu que a rês que tinha matado era de sua propriedade, sendo que quem laçou a rês foi seu filho Joaquim e quem carneou foi Moisés, "seu peão", mas escravo do Doutor João Jacinto de Mendonça, de Pelotas. Mendonça era uma figura conhecida regionalmente. Médico em Pelotas, ele havia sido eleito Senador pelo Rio Grande do Sul, mas faleceu antes de tomar posse. O Doutor era filho de um charqueador em Pelotas, também chamado João Jacintho de Mendonça, que faleceu em 1862, deixando 75 cativos. O fato de os Jacintho de Mendonça terem um campeiro trabalhando em Piratini, em terras de terceiros, não deve ser visto como algo raro. Jonas Vargas identificou que a maior parte dos charqueadores pelotenses tinham sítios e chácaras na Serra dos Tapes ou estâncias em outros municípios. Os Mendonça, por exemplo possuíam a Estância do Palheiro em Cerro Largo. A grande questão é tentar descobrir qual a ligação deles com a família Silva.

[1019] APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 23 verso.
[1020] APERS - Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 28 frente.

Manoela disse estar dormindo quando a novilha foi morta, e que não reconheceu o couro da rês, pois quem poderia fazer isso era seu marido, que não estava em casa. Negou também ter mandado Moisés cortar parte do couro onde estava a marca da rês. Segundo Manoela, quando seu marido Manoel saia para resolver seus negócios, ele deixava seu filho Joaquim com ordens para cuidar do campo. Manoela disse que por não ter carne em casa, Joaquim tomou a providência de matar uma rês. Seu marido teria em torno de uma centena de reses, o que o caracterizava como um pequeno criador.[1021] Moisés trabalhava como peão de Manoel José havia 2 anos.

O réu José Joaquim da Silva[1022], tinha 16 anos, era solteiro, sabia ler e escrever, filho de Manoel José Joaquim da Silva e Manoela Rodrigues da Silva, natural de Rio Grande, em seu interrogatório também afirmara ser de Montevidéu. Residia, segundo ele, há 18 dias no 2° Distrito de Piratini, onde era "aprendiz na arte da farmácia e caixeiro de botica".[1023] Conhecia os envolvidos no processo, alguns de mais tempo, e outros fora conhecer naquele momento em que se encontrava preso. Teria ido segundo seu depoimento "juntar o gado de seu pai na vinda para casa, e daí levaram para o curral, isto tudo ele com um seu irmão pequeno, e depois de terem encerrado o dito gado, laçou a dita novilha vermelha com manchas brancas, e nisto chamou ao preto Moisés, para matá-la e carneá-la, o que assim fizeram e depois de haverem sido presos que soube que a dita novilha era da propriedade de Manoel Lucas de Oliveira Junior".[1024] Além da novilha de Oliveira Junior, foram carneadas outras reses, que segundo José Joaquim, eram reses que os tropeiros carneavam ali quando pernoitavam. Provavelmente conduziam gado para as charqueadas em Pelotas e outras reses eram da propriedade de seu pai. Afirmou que sua mãe só soube da "carneação", depois do ocorrido.

Chegamos ao cativo Moisés, responsável por carnear a rês. Era crioulo, filho dos pretos Joaquim e Ana (falecidos), aparentava ter 50 anos mais ou menos, solteiro, campeiro, e natural de Pelotas, terra da família Mendonça. Resolvi fazer algumas buscas para ver se encontrava mais informações sobre Moisés, sendo a pista inicial

---

[1021] FARINATTI,2007.
[1022] Segundo os autos de perguntas a José Joaquim da Silva, somente sua mãe se encontrava em casa quando foi carneada a rês.
[1023] APERS - Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 30 verso.
[1024] APERS - Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 6 verso e 7 frente.

a família Jacintho de Mendonça. O inventário do charqueador João Jacintho de Mendonça, aberto em 1862, apresenta um cativo chamado Moisés, avaliado em 700$000, mas não consta a sua idade. No entanto, não encontrei nenhum Moisés entre os cativos dos Jacintho de Mendonça batizados em Pelotas. Na realidade, creio ter encontrado Moisés, mas em outra escravaria. No dia 29 de novembro de 1813, uma criança chamada Moisés, filha natural de Ana (que era o nome de sua mãe conforme o interrogatório), foi batizada na igreja da Matriz de São Francisco de Paula de Pelotas. Eles eram escravizados do Capitão José Tomas da Silva. Em um primeiro momento, o sobrenome Silva me saltou aos olhos. Podia se tratar da mesma família conhecida pelos roubos de gado no distrito. Contudo, não se tratava apenas disso. O Capitão José Thomas era sogro do charqueador João Jacintho de Mendonça, estabelecido em Pelotas, que mencionei anteriormente. O próprio Capitão também havia sido um rico charqueador em Pelotas. Seu inventário foi aberto em 1829 e ele possuía 101 escravizados. Moisés era um deles e no documento consta que tinha 15 anos, era crioulo, foi avaliado em 150$ e que havia sido “doado” como antecipação de herança justamente a João Jacintho de Mendonça e sua esposa Dona Florinda Luiza da Silva.

Portanto, Moisés havia tido a experiência de trabalhar numa charqueada ainda quando criança, mas depois da morte dos seus senhores, estava trabalhando como peão, em Piratini. No processo, ainda consta que pertencia ao Doutor João Jacintho de Mendonça, sendo possível que estivesse sendo emprestado à família Silva, talvez parentes do finado Capitão José Thomas da Silva. Em 1862, Moisés disse ter mais ou menos 50 anos, o que bate com o seu nascimento em 1813. Ele devia ser utilizado como peão por diferentes núcleos familiares da mesma parentela, pois no seu depoimento disse que estava trabalhando como peão na casa de Miguel José Joaquim da Silva há uns 7 meses. Estudando os escravizados campeiros em Alegrete, Luis Farinatti encontrou uma prática semelhante, ou seja, os cativos de uma extensa família de pecuaristas costumavam ser emprestados uns para os outros.[1025] Isso colabora mais ainda com a ideia de maior autonomia dos peões, propiciando maiores chances deles se envolverem em crimes.

Perguntado sobre o crime, Moisés disse que, sendo peão, não questionaria as ordens de carnear a rês, pois “não fazia mais do que cumprir dignamente com que

[1025] FARINATTI,2007.

seus patrões lhe mandaram fazer”[1026] e neste caso então o peão falaria a “verdade”. Segundo Moisés, Manoela era “sabedora” da “carneação” da rês.[1027] Questionado se as demais reses eram da família de Manoel José Joaquim da Silva, ele disse que não tinha conhecimento. Ao final do processo, a ré Manoela foi condenada a 2 meses de prisão com trabalho e multa de 5% do valor roubado. Os réus José e Moisés foram absolvidos.

A hipótese para estes casos, sobretudo o de Damásio, e o que fica subentendido do pardo José e Matheus, é a questão da economia escrava, conceito utilizado por Robert Slenes, que “[...] abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos desde o cultivo de suas roças à caça e, inclusive, ao furto”.[1028] Em outro aspecto, pensando a questão da justificativa da fome dada por algumas testemunhas e escravizados, recorro aos estudos de Ricardo Alexandre Ferreira, em Franca, de que em alguns casos, por viverem em pequenas propriedades com poucos recursos, os cativos acabassem por cometerem crimes contra os bens de terceiros, pois havia necessidades básicas como a fome. Nesse sentido, “o cativeiro praticado em regiões rurais onde predominavam os senhores de pequenas posses” não necessariamente representaria algo mais tranquilo para o cativo. Nesse sentido, “viver entre poucos escravos [...] não era sinônimo de um cotidiano suavizado”.[1029]

Acredito que para muitos destes campeiros, onde havia uma maior mobilidade de se deslocarem principalmente a cavalo, a convivência com pessoas livres ou libertas, trabalhando como peões em propriedades de pequenas escravarias, era algo bastante comum. Isso possibilitava alguns contextos, como na situação envolvendo Raimundo, que estava jogando com castelhanos, possivelmente usando os roubos de carnes para conseguir dinheiro. As carnes também funcionavam como moeda de troca, sendo vendidas por Damásio, José, Matheus, contando com a participação de Moisés, sendo, inclusive, negociadas com a população mais pobre da localidade. Como afirma Paulo Moreira, esses grupos eram “formadores de classes perigosas do período, esses populares viviam em extrema proximidade, exercendo ocupações mal

[1026] APERS - Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 7 verso.
[1027] “Perguntado quem registrou a dita rês para carnear? Respondeu que ele respondente por mandado das pessoas da casa que para rês o mandaram ilegível”. APERS - Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143, pg. 8 frente.
[1028] SLENES, 2011, p.204.
[1029] FERREIRA, 2011, p.99.

remuneradas e ocasionais".[1030] Portanto, tratava-se de um meio com bastante autonomia, muito embora, como defenderei a seguir, esse quadro pudesse estar se alterando na década de 1860.

Segundo Maria Wissembach em seus estudos para criminalidade escrava em São Paulo, os crimes contra propriedade e aqui se encaixam furtos e roubos, eram "desde valores significativos de dinheiro e joias até pequenos objetos de uso pessoal, animais e gêneros, por vezes contavam com parceiros nos crimes premeditados, por outras substituíam-se produtos displicentemente colocados nas ruas da cidade[1031]." Paulo Moreira destaca ainda em seus estudos para Porto Alegre que produtos roubados ou furtados deveriam ser de uso próprio do escravizado, ou de pessoas com quem compartilhassem seu cotidiano[1032], caso contrário segundo Paulo Moreira "[...] deveriam preocupar-se em conseguir receptadores de confiança, que não se preocupassem com a origem dos objetos à venda[1033]". Possivelmente as pessoas de confiança de Damásio fosses as escravizadas Ana e Felicidade, que em tese produziriam a linguiça para revender; o mesmo ocorreria no caso da família Ribeiro, que conforme as acusações indicavam não fazer vistas grossas aos crimes perpetrados por seus escravizados, como parece que se valiam dos mesmos.

A correspondência de Bernardo Pires dá conta de que havia uma prática de crimes contra a propriedade na localidade, porém se há quem venda, há quem compre. Segundo Paulo Moreira sobre os compradores dos produtos oriundos de crimes "[...] é claro que sempre existiam vendeiros e outros profissionais interessados em obter produtos baratos, mas o nível artesanal dos pequenos estabelecimentos ocasionava a personalização de alguns produtos e facilitava a identificação das peças desviadas[1034]". Ou seja, muito provavelmente ao venderem partes da carne sem transformá-las em linguiça, facilitaria com que as autoridades investigassem esses tipos de crimes, como foi o caso de Manoel Lucas de Oliveira Junior, somados as suspeitas da localidade sobre a família de Manoel Silva e sua esposa, e o peão Moisés. No caso de João Baiano, a fome o levou ao roubo, e consequentemente pelo

[1030] MOREIRA, 2003, p. 75.
[1031] WISSENBACH, 1998, pg. 51.
[1032] MOREIRA, 2003, p. 34.
[1033] MOREIRA, 2003, p. 34.
[1034] MOREIRA, 2003, p. 34.

fato de seu escravista estar sob a mira das autoridades locais por conta da prática de seus escravizados lhe recaiu a culpa sobre o delito.

Concluindo, estes casos de crimes contra a propriedade levaram os escravizados aos bancos dos réus, mas acima de tudo mostra a autonomia e mobilidade deles, incluindo uma rede de sociabilidade sobretudo com parcelas mais carentes da sociedade da época. No entanto, é importante considerar que a mobilidade cativa era sempre vigiada e o contato com certas pessoas não era bem visto aos olhos das autoridades locais. Sedutores de cativos estavam sempre à espreita para convidá-los para fugas. A presença de argentinos e uruguaios em diferentes processos criminais, seja como testemunhas ou como pessoas mencionadas nos autos, evidenciam que eles estavam circulando por todos esses lugares e tal fenômeno típico de uma região de fronteira foi fundamental para a configuração do que pretendo analisar no próximo e último capítulo desta Tese.

CAPÍTULO 5

1865 - A "HAITIADA" DE PIRATINI: UMA ANÁLISE DA REVOLTA CATIVA QUE NÃO OCORREU

Em tempos como o nosso, as informações circulam de maneiras instantâneas, via redes sociais, sites, etc. Possivelmente para algumas pessoas das atuais gerações deve ser inimaginável a demora na circulação de uma informação, pois estes meios propagam e divulgam notícias enquanto essas histórias se desenrolam. Mas no ano de 1865, as informações corriam em outro tempo. Em 17 de fevereiro daquele ano, o Diário de Rio Grande publicava notícias enviadas de outros municípios do interior e às vezes não explicitava muito bem a origem da fonte, denominando-a apenas como o "correspondente". Ao que acredito, nesse contexto, o responsável por receber as informações era o Proprietário e Diretor de Redação do jornal, Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Para ele, o correspondente descrevia que conjecturava da desconfiança do destinatário da carta sobre sua ausência ou como ele me descreveu seu "longo silêncio". Se desculpava por não enviar notícias e entendia que decepcionava ao seu destinatário, por este fato. Segundo "nosso" correspondente anônimo, isto se dava, como falou em algum momento a um "capitanete" que "largara a pena para empunhar a espada".[1035] O corresponde não parou pôr ali e descreveu a situação na região:

> Enganou-se, pois que até o presente, mesmo sem compromisso de voto livre, me conservo cá na terra, esta, que se abstraindo do afã reunidor, próprio da crise bélica em que nos envolveram os caricatos novos Rosas, só saiu de sua normal tranquilidade com a surpreendente notícia de terem pisado o território da pátria caudilhos do governo de Montevidéu que se dirigiram sobre a cidade de Jaguarão[1036]!

[1035] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.

[1036] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.

Segundo Mário Maestri, a invasão em Jaguarão se deu muito em conta de uma resposta dos blancos uruguaios ao Estado Imperial Brasileiro que avançava sobre o Estado Oriental do Uruguai:

> A agitação no Rio Grande agravara-se com o ingresso das tropas imperiais no Uruguai, em setembro de 1864, com o apoio dos colorados. Em fins daquele ano, as tropas do Império cercaram Paissandu, *ferrolho* oriental sobre o rio Uruguai. Tentando reverter a difícil situação, à espera do aliado paraguaio, em 27 de janeiro de 1865, a cavalaria *blanca* atacou Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. Em seu Relatório, João Marcelino acusou uruguaios vivendo no Rio Grande de tentarem 'desencaminhar' cativos para facilitarem a invasão[1037].

Era o início da Guerra do Paraguai e o anseio por notícias parecia ser ainda maior. No dia 31 de janeiro de 1865, forças de Piratini e arredores foram em auxílio aos jaguarenses, com 38 membros da Guarda Nacional de infantaria que foram liderados pelo Capitão e o Alferes. Segundo o correspondente anônimo "o tenente não foi, porque sofria nessa ocasião um fortíssimo ataque de Choréa Santi Vite[1038]".[1039] No mesmo dia chegaram em Cacimbinhas onde se juntariam a mais 60 praças. A cavalaria já estava em destacamento em direção a Candiota, onde se uniriam com o Barão de Serro Alegre (João da Silva Tavares) ao socorro dos jaguarenses.

Após obterem êxito em conter o avanço *blanco* em Jaguarão, as forças de Piratini passaram por outra situação. Segundo o correspondente, o Capitão Querubim Candido Pereira de Queiroz soube por um cidadão, nas suas palavras, "mui respeitável", de que havia indícios que faziam o Capitão acreditar que iria ocorrer em Piratini uma "haitiada" (esse cidadão era Manoel Luís D'Ávila). O correspondente reportou ter ocorrido um retorno de Querubim de volta a Piratini, onde "deu acertadas providências e a dois do corrente aqui chegou com dez crioulos presos, que foram unir-se a sete orientais que estavam na cadeia".[1040]

[1037] MAESTRI, 2011, pg. 64 – 65.

[1038] Sobre esse mal-estar sentido pelo Tenente, também conhecido como doença de São Guido: "doença que se caracteriza por contrações involuntárias e irregulares, que voltam com intervalos incertos, e manifestam-se nos diversos músculos do corpo, principalmente nos das extremidades" (LANGAARD, 1872, pg. 586).

[1039] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.

[1040] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de

A imprensa dava informações que se confirmam na leitura do processo-crime. De acordo com os autos, quando Querubim Candido Queiroz encontrou os escravizados que estavam em marcha no sul da freguesia, passando pela casa de José de Brum e Silva, Manoel Luiz d'Ávila lhe comunicou que outro cidadão da localidade, de nome Matheus Farias, mandou avisar que Thomé, cativo de José Ulino da Rosa, estava "convidando" outros escravizados a se rebelarem no dia 5 de janeiro de 1865. O plano, segundo o processo-crime, era o de se unirem aos *blancos* para, em seguida, assassinariam seus escravistas e fugirem para o Estado Oriental.[1041] Segundo Querubim:

> Logo acampei a força de meu comando no passo de Manoel Lucas da Costa, e nesta noite entregue pelo seu senhor José Antonio d'Ávila o negro Casemiro o qual confessou os seus comparsas entrados, os quais são da relação junta, sendo um dos cabeças o negro Thomé, escravo de José Ulino da Rosa, e logo mandei prender passando a ordem de Vossa Excelência para fazer a justiça necessária, achavam-se armados os escravos de Joaquim Correa da Silva, de Dona Eusébia Sandim, Thomé escravo de José Ulino da Rosa, sendo também um dos sedutores João Castelhano, o qual foi reunido pelo Alferes Galdino Garcia de Vasconcelos e mais um índio que para na casa de Dona Feliciana e também reunido pelo mesmo Alferes. É o quanto tenho a comunicar[1042].

A frase do Capitão Querubim Queiroz "É o quanto tenho a comunicar", muito provavelmente estivesse no cenário político e até mesmo "policialesco" do momento. Isto porque desde os anos finais da década de 1850 algumas tentativas de insurreições foram sendo descritas em Relatórios do Presidente da Província e outras fontes oficiais.[1043] Segundo Paulo Moreira, ao analisar o movimento de escravizados que haviam sido seduzidos por um uruguaio de nome Francisco Antônio Dias, também conhecido como Antônio Barbat, para fugirem para o Estado Oriental e Corrientes, descreve que as movimentações coletivas e as fugas de escravizados, nas documentações sobre essas práticas "[...] logo tomavam uma roupagem mais séria nos documentos das autoridades, traduzindo-se como sedições e insurreições. Isso se explica pelo medo que existia sobre esse tipo de movimento, mas também pela

---

Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.

[1041] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n° 1210, M:29, E: 143, p.3 frente e verso.

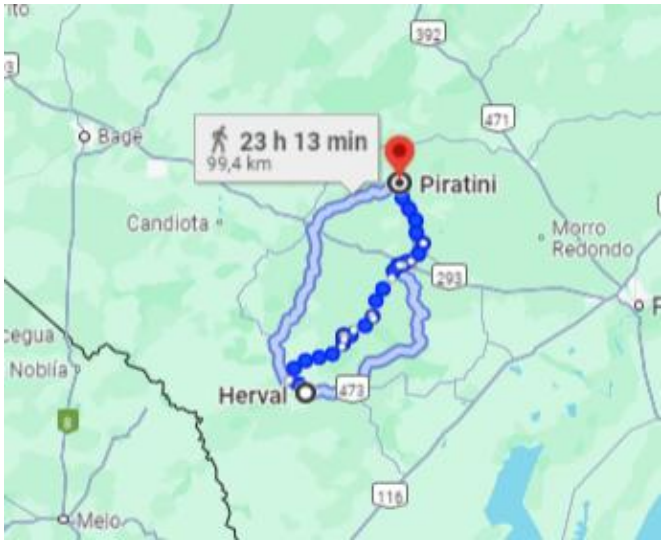
[1042] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n° 1210, M:29, E:143, p.3 frente e verso.

[1043] Sobre isto ver: MOREIRA, 2011, pg. 414-457. Ver também: MAESTRI, 2011, pg. 458-511.

consciência que tinham os senhores de escravos de que fuga e revolta seriam ações complementares".[1044]

Com base nessa denúncia da tentativa de insurreição dos escravizados de Piratini, se iniciou o processo-crime em 6 de março de 1865. Entretanto, esta não era a primeira vez que se avultava tal assunto na localidade. Anos antes, em 1859, já se tinha temor de que um movimento destes se desse em Piratini. Paulo Moreira mencionou que nesse mesmo ano, na localidade de Capivari, ocorreu um princípio de insurreição de escravizados "[...] que seduzidos por desertores e criminosos evadidos da prisão, planejavam uma sedição. Depois de se reunirem em um ponto determinado, os insurgentes atacariam primeiro Capivari, depois marchariam em direção as Vila de Encruzilhada e Herval".[1045] Tratava-se de um território muito próximo de Piratini. Herval, que é um dos locais para onde iriam os insurgentes, fica a menos de 99,4 km da vila de Piratini, mas as suas áreas rurais em bem mais próximas. Entre 1810 e 1862, por exemplo, 11 batismos registrados em Piratini tinham como origem a Capela de Herval e o Oratório de São João Batista de Herval.[1046]

Figure 5 - Distância atual entre Piratini e Herval



Fonte: https://www.google.com/maps/dir/Herval,+Rio+Grande+do+Sul/Piratini,+RS

[1044] MOREIRA, 2021, pg. 416.
[1045] MOREIRA, 2021, pg. 419.
[1046] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.). L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), pg. 10; 10 verso;36; 75; 80; 80 verso; 196; (na mesma página 80 e 80 verso há mais de um batizando). Livro 2: pg. 70 verso (os dois batismos na mesma página).

Portanto, não descarto a possibilidade de existir uma relação entre os movimentos de 1859, ou seja, o que se iniciaria em Capivari e o de Piratini, que conforme Paulo Moreira, não deixou muitas informações[1047] (o que também não encontrei). É plausível pensar que algum escravizado campeiro de Piratini tenha tido conhecimento dessa movimentação, pois como sabemos, os campeiros tinham uma capacidade de autonomia maior que a de um roceiro ou lavrador. Conforme Mariana Thompson Flores, os escravizados campeiros "eram os que dispunham de mais mobilidade em função do acesso a cavalos e a longas distâncias que alcançavam no desempenho de seu trabalho recorrendo campos sem demarcações atrás do gado que se espalhava".[1048] Logo, em alguma dessas "andanças", um escravizado possa ter sido seduzido para uma reunião com os demais, mas ao que tudo indica naquele momento não teve tanto "clamor" quanto anos mais tarde.

Sobre esse contexto de possíveis revoltas, é importante referir as palavras do Vice-presidente da Província, Patricio Corrêa da Câmara, em seu relatório quando abordava a questão de Tranquilidade Pública:

> Graças ao bom senso dos habitantes desta Provincia, e ao amor das instituições, que nos regem, a tranquilidade publica não tem sido nem de leve alterada. Tenho a mais firme convicção de que o futuro não será menos lisonjeiro. Vejo cada vez mais fortalecida a crença de que o progresso de um povo não se explica pelas lutas fratricidas de uma política odienta, nem pode achar garantias no desrespeito ao princípio da autoridade.
>
> A perturbação da ordem é a manifestação mais eloquente do perigo da liberdade pública. É sob o domínio da paz, que o progresso material e moral de um povo se pôde desenvolver.
>
> A política de moderação, justiça e tolerância, recomendada pelo Governo Imperial á seus Delegados, arrefecendo as lutas dos partidos, sem matar-lhes as convicções, anuncia ao país uma era de progresso, e prometendo ser duradoura, robustece a esperança de que não é uma ilusão a felicidade publica considerada sob este ponto de vista. A política de paz e neutralidade, que o Governo se propõe seguir em relação aos Estados vizinhos, e efetivamente tem mantido, desvanece quaisquer apreensões á respeito do futuro, e dispensa medidas extraordinárias á respeito cia segurança de nossas Fronteiras.
>
> Cabe aqui consignar dois factos de insurreição de escravos, que infelizmente teriam lugar em alguns pontos da Provincia, se enérgicas providencias, tomadas á tempo, não os fizessem abortar, mesmo antes de se manifestarem.
>
> A primeira tentativa era promovida em Capivari, Encruzilhada e Herval pelos desertores do Exército de nome Botelhos, e vários outros criminosos.
>
> O movimento de forças para esses pontos, a atividade das autoridades policiais respectivas, e do Comandante Superior do Rio Pardo, fez recuar esses criminosos do propósito em que estavam. Tempo depois a tranquilidade publica naquelas paragens estava completamente estabelecida, desaparecendo qualquer receio de perturbação. Um dos

[1047] MOREIRA, 2021, pg. 419.
[1048] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 203.

> promotores desse levantamento, Feliciano Botelho foi preso em maio no Termo de Taquary, devendo-se essa importante prisão á diligências do Delegado de Polícia José de Azambuja Villa Nova.[1049]

Ainda no mesmo quesito de Tranquilidade Pública[1050], Câmara apontava que:

> Já estava por assim dizer esquecida a tentativa dos Botelhos quando em Piratini correu o boato de que se tramava outra insurreição. Fiz seguir para ali uma força de polícia; as autoridades locais porém com a atividade e zelo que desenvolverão, e as providencias que tomarão, fizeram desaparecerem os receios, que se tinham manifestado.
> Alguns escravos comprometidos no plano de insurreição foram convenientemente corrigidos; combinações se desfizeram, e a confiança voltou de novo ao animo dos habitantes de Piratini.[1051]

No dia 15 de julho de 1859, em correspondência de João Antônio da Silva Lopes, Tenente Coronel Comandante Geral, ao presidente da Provincia Joaquim Antão Fernandes Leão, o remetente informou que foi ordenado a Prudêncio José da Silva, Tenente de Pelotas:

> que fizesse seguir para o 3º distrito de **Piratini** uma força do destacamento mais próximo, afim de acautelar qualquer fato desagradável que possa haver, em consequência das notícias que chegaram ao conhecimento do respectivo subdelegado, acerca de escravos residentes naquele distrito; o mesmo tenente, em cumprimento dessa ordem, me participou, por intermédio do Fiscal do Corpo, no ofício que tenho a honra de levar à presença de V. Exa., datado de 4 do corrente, ter dado as necessárias providências, afim de para ali seguir com brevidade a serem apresentadas ao respectivo subdelegado 6 praças efetivas do corpo, que serão comandadas por um inferior ou cabo de esquadra, pertencentes aos destacamentos da dita cidade de **Pelotas** e das vilas de **Piratini** e **Cangucú**, não sendo possível mandar maior número de praças por se ter de acudir a outros serviços urgentes, e que são reclamados pelas autoridades policiais, no entretanto que também ordenara ao alferes **Antônio José Dias da Silva**, comandante do destacamento da referida vila de **Piratini** para prestar-se com maior número de praças quando infelizmente seja ali alterada a ordem pública, e do que tudo comunicará oficialmente ao subdelegado respectivo[1052].

[1049] Relatório Presidente de Provincia 1859. Tranquilidade Pública. pg. 3 – 4

[1050] Esta mesma situação foi analisada por Moreira (2011), naquele momento o autor ressaltou também a falta de mais fontes para investigar essa possível insurreição. Moreira em 2023 me passou fontes de Piratini do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, onde existem duas correspondências sobre o fato. Ao Professor Paulo Moreira agradeço as informações para acrescentar neste trabalho.

[1051] Relatório Presidente de Provincia 1859. Tranquilidade Pública. pg. 3 – 4.

[1052] AHRS - Série Corpo Policial – Município Porto Alegre - Correspondência expedida – Maço 137, 15/07/1859, pg. 710.

Em agosto do mesmo ano, em outra correspondência para Joaquim Antão, o comandante geral José Antônio da Silva Lopes declarava que o tenente comandante do destacamento de Pelotas Prudêncio José lhe informou:

> que no dia 11 do mesmo mês passado seguiram na forma ordenada dois cabos e 4 soldados para a Capela da Luz, às ordens do respectivo subdelegado, em virtude das desconfianças que ali haviam de insurreição de escravos, mas que acham-se atualmente desvanecidas tais desconfianças e em paz o distrito da referida Capela, conforme comunicou o Delegado de Piratini ao doutor chefe de polícia, e não obstante o mesmo subdelegado não fez recolher aos destacamentos as ditas praças, entendendo, ao que parece, que elas ali tem de ficar destacadas, quando somente seguiram em virtude das ordens de V. Exa. até que se desvanecessem os receios que então haviam de insurreição de escravos, o que levo ao conhecimento de V. Exa. para que se digne ordenar o que for servido.[1053]

Quem era residente da Capela da Luz e era um dos escravistas que mais batizou cativos na Matriz de Piratini era José Dutra de Andrade. Em 1865, três dos seus cativos, José Domingues, Antônio e Isaías, estavam entre os mais de 30 presos na tentativa de insurgência cativa na mesma Vila. Será que desde 1859 os cativos de Andrade já buscavam meios de se insurgir? Com o fracasso de 1859, teriam eles esperado por mais alguns anos até reunirem um grande número de rebeldes aliados a fim de colocar seu plano em prática? As poucas informações sobre o movimento nos impedem de saber. Ainda sobre este período compreendido entre os anos finais de 1850 e a década de 1860, segundo Vinicius Pereira de Oliveira[1054], ocorreram muitas suspeitas de insurreições de escravizados no sul do Império do Brasil, que "adquiriram uma dimensão de ameaça real e exerceram influência na formulação dos parâmetros para a repressão e para o controle em Rio Grande".[1055] Nesse sentido, é possível pensar que em 1865, o aparato repressor local estavam mais bem preparado para possíveis rebeliões e, talvez, seja por isso que temos mais informações sobre a insurreição de 1865.

Sidney Chalhoub argumenta que após 1835, ano da tentativa de insurreição de escravizados na Bahia por parte dos africanos malês, houve na Corte um intenso controle sobre os escravizados a fim de impedir uma rebelião. Este medo se alastrava

---

[1053] AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Corpo Policial – Município Porto Alegre - Correspondência expedida – Maço 137, 1°/08/1859, (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 710.
[1054] OLIVEIRA, 2013.
[1055] OLIVEIRA, 2013, pg. 181.

para outras localidades do Império, como vemos em Pelotas, por exemplo.[1056] Para o autor, após a Lei Eusébio de Queiroz, os senhores tomaram várias medidas para evitar novas tentativas de revoltas:

> Nas décadas de 1850 e 1860 na Corte, vender para o interior e alforriar escravos podem ter sido ainda questões de segurança coletiva para senhores que andavam sobressaltados com a ameaça de insurreições, e que viviam no cotidiano a crescente dificuldade de acompanhar os movimentos dos cativos numa cidade cada vez mais desconhecida, autônoma e impermeável as tentativas de domesticação — uma cidade, em suma, cada vez mais negra e, naquela época, ainda predominantemente africana[1057].

Esta tentativa de insurreição de 1859 não chegou a evoluir ao ponto de gerar um processo-crime como a de 1865, mas isso não significa que ela não tenha alertado os proprietários do município e de seus arredores. Como vimos anteriormente, o homicídio de senhores, o roubo de gado e os crimes perpetrados por cativos haviam aumentado após 1850. A ameaça de uma invasão dos *blancos* na Fronteira e uma iminente guerra com o Paraguai rondavam o imaginário senhorial local. Portanto, focando agora na análise da insurreição de 1865, volto a mencionar o correspondente do Diário de Rio Grande, que denominou o contexto como de clima bélico na região da fronteira com o Estado Oriental. Nessa ocasião, o então subdelegado de polícia do 4° Distrito do termo de Piratini, na então freguesia de Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), José Maria Pinto informava em correspondência expedida em 03/02/1865 ao Presidente da Província João Marcelino de Souza Gonzaga, que recebeu um ofício do capitão comandante da 2° companhia de infantaria da Vila de Piratini, dizendo que se deslocou até Cacimbinhas, pois a:

> invasão dos inimigos Blancos, e regressando daqui na tarde do dia primeiro do corrente, lhe foi denunciado em marcha que a escravatura tinha em plano insurgirem-se; o subdelegado informa que tomou todas as providências necessárias, reunindo uma força com amigos 'para o bom êxito do que fosse preciso fazer' e ordenou a prisão do preto oriental Lázaro, que morava a uma e meia légua na casa de Umbelina Pires.[1058] (grifo nosso).

[1056] Sobre este tema ver: PINTO; MOREIRA; AL- ALAM, 2020, pg. 35 -36.
[1057] CHALHOUB, 1990, pg. 198.
[1058] AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). - Série Subdelegacia de Polícia – Município Pelotas - Correspondência expedida – Maço 49, 03/02/1865. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 296 – 297.

Sobre a denúncia, após ler as fontes documentais, me parece que o Capitão Querubim Queiroz soube do caso ainda quando estava envolvido com a invasão uruguaia em Jaguarão. Nesse contexto, Manoel Luís D'Ávila foi quem o informou a respeito do plano dos escravizados. A partir daí é uníssono entre as fontes que Querubim retornou a Piratini e desorganizou o movimento de tentativa de insurreição, prendendo Thomé e os outros cativos que, ao que parece, se utilizaram dos espaços de autonomia que haviam conquistado junto aos seus senhores para cooptar mais escravizados para a revolta. Quem pode ter contado a Manoel Luís d'Ávila sobre o plano? O processo não nos fornece essa informação.

Na denúncia é interessante a menção à figura do preto oriental Lázaro. Certamente tratava-se de um homem livre, mas pela menção a sua cor, não seria improvável pensar que um dia pudesse ter sido cativo, talvez ainda na infância, pois a escravidão foi abolida no Uruguai em 1846. A análise do mapa dos presos da cadeia de Piratini no ano de 1865 fornece preciosas informações sobre todos os presos na tentativa de insurreição. E de acordo com a lista abaixo, creio que o preto Lázaro se chamava Lázaro Cordón. Assim como ele, outros dois presos não foram listados como cativos. Antônio Cáceres provavelmente também fosse oriental, assim como Eustáquio de Melo. Deixo o leitor examinar com atenção a lista, pois não é comum termos o rol de todos os envolvidos nessas tentativas de revoltas que aconteceram no Rio Grande do Sul da época:

> **Termo de visita da cadeia** da vila de **Piratini** no mês de janeiro de 1866, data: 02.01.1866. Descrição: presente o delegado de polícia 2º suplente em exercício **José Moreira Fabião**, o escrivão **João Nolasco Pereira da Cunha.**
>
> [Anexo] – Mapa dos presos que frequentaram a cadeia civil da vila de **Piratini**, durante o ano de 1865:
>
> Nº 16 **- Demencianno**, escravizado de **Carlota Maria Sandim**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 21.02.1865, crime: insurreição;
> Nº 17 – **Fortunato**, escravizado de **José da Silva Brum**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
> Nº 18 – **Silvano**, escravizado de **José Pimentel da Silva Melo**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 06.02.1865, crime: insurreição;
> Nº 19 - **Alexandre**, escravizados de **José Pimentel da Silva Melo**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 06.02.1865, crime: insurreição;
> Nº 20 – **Matheus**, escravizado de **Constância Ribas**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
> Nº 21 – **André**, escravizado de **Urbano da Rosa**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 27.07.1865, crime: insurreição;
> Nº 22 – **José**, escravizado de **Francisco Simões Pires**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 20.02.1865, crime: insurreição;
> Nº 23 - **Guilherme**, escravizado de **Euzébio Maria Landim**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 21.02.1865, crime: insurreição;

Nº 24 - **Antônio**, escravizado de **Joaquim Correia da Silva**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 20.02.1865, crime: insurreição;
Nº 25 - **Mando**, escravizado de **Joaquim Correia da Silva**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 13.02.1865, crime: insurreição;
Nº 26 – **Casemiro**, escravizado de **João Antônio de Ávila**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 26.07.1865, crime: insurreição;
Nº 27 - **Antônio**, escravizado de **José de Oliveira Medina**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 06.02.1865, crime: insurreição;
Nº 28 - **Pedro**, escravizado de **José de Oliveira Medina**, data de entrada: 02.02.1865, dia da saída: 20.02.1865, crime: insurreição;
Nº 29 - **Tomé**, escravizado de **José Olívio da Rosa**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 02.11.1865, crime: insurreição;
Nº 30 - **Lino**, escravizado de **Maria de Ávila**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 20.02.1865, crime: insurreição;
Nº 31 - **Olívio**, escravizado de **Francisco Simões Pires**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 07.02.1865, crime: insurreição;
Nº 32 - **Fidélis**, escravizado de **Francisco Simões Pires**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 07.02.1865, crime: insurreição;
Nº 33 - **Luiz**, escravizado de **Mateus da Silva Faria**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 34 - **Felisberto**, escravizado de **Estevão da Rosa**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 22.02.1865, crime: insurreição;
Nº 35 – **João**, escravizado de **Manoel Antônio de Faria**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 11.02.1865, crime: insurreição;
Nº 36 – **João Batista**, escravizado de **Manoel Antônio de Faria**, data de entrada: 03.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 37 - **José**, escravizado de **Ana Xavier da Silva**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 38 - **Cândido**, escravizado de **Ana Xavier da Silva**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 39 – **José Domingues**, escravizado de **José Dutra de Andrade**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 40 – **Antônio**, escravizado de **José Dutra de Andrade**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 41 – **Isaias**, escravizado de **José Dutra de Andrade**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 42 – **Hilário**, escravizado de **Antônio Xavier da Silva**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 07.02.1865, crime: insurreição;
Nº 43 – **Antônio**, escravizado de **José de Brum e Silva**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 44 – **Jacinto**, escravizado de **José de Brum e Silva**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 45 – **Modesto**, escravizado de **Feliciana Xavier da Silva**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 08.02.1865, crime: insurreição;
Nº 46 – **Antônio Casseres**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 09.02.1865, crime: indiciado na insurreição de escravizados;
Nº 47 – **Eustáquio de Melo**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 14.02.1865, crime: indiciado na insurreição de escravizados;
Nº 48 – **Lázaro Cordon**, data de entrada: 06.02.1865, dia da saída: 10.02.1865, crime: indiciado na insurreição de escravizados;
Nº 49 – **Silvano**, escravizado de **José Pimentel da Silva Melo**, data de entrada: 09.02.1865, dia da saída: 20.02.1865, crime: insurreição;
Nº 50 – **Alexandre**, escravizado de **José Pimentel da Silva Melo**, data de entrada: 09.02.1865, dia da saída: 20.02.1865, crime: insurreição;
Nº 51 – **Pedro**, escravizado de **Esméria Pinheiro da Silva**, data de entrada: 09.02.1865, dia da saída: 10.02.1865, crime: insurreição;[1059]

[1059] AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia de Polícia – Localidade Piratini - Correspondência expedida – Maço 49, 24/01/1866; Termo de Visita da Cadeia, 02/01/1866. (Organizadores: MOREIRA, Paulo

Ao todo, os envolvidos ou acusados de terem parte na tentativa de insurreição foram 36 pessoas, dos quais 33 eram escravizados. Estavam todos presos na cadeia, mas dentre os 33 cativos listados, somente 11 depuseram no processo crime instaurado no mesmo ano. É provável que eles estivessem entre os líderes do movimento ou os que estivessem mais envolvidos em sua articulação, isto porque em nenhum momento, no processo-crime, são citados os outros cativos que também foram presos pelo mesmo crime de insurreição. No entanto, talvez o número de presos tenha sido ainda maior, sendo necessário enviar alguns para Pelotas. Segundo o Diário de Rio Grande, no dia 6 de fevereiro foram enviados da Delegacia de Piratini para a de Pelotas "oito desertores de Infantaria de primeira linha e sete orientais, entre estes foi um 1° sargento Ambrósio". Este Ambrósio que no processo-crime é descrito como "de Tal" foi acusado de ser "o principal motor"[1060] do projeto insurrecional. A figura de Ambrósio de tal, oriundo do Estado Oriental, se assemelha ao de Antônio Barbat, que em outra tentativa de insurreição foi acusado de tentar cooptar escravizados do Estado Brasileiro a fugirem ao Estado Oriental. Mesmo enviando alguns presos a Pelotas, relatava o correspondente do Diário de Rio Grande em Piratini que ainda assim haviam ficado 50 pessoas presas na localidade.

O fato é que na listagem de janeiro de 1866, já não se encontravam os 50 presos, pois alguns já haviam sido soltos. Nesse sentido, não descarto a possibilidade de os seus respectivos senhores terem conseguido livrar seus cativos do julgamento, antes que a Justiça os punisse. Como foi dito, somente 11 dos 33 cativos foram chamados para depor no processo criminal. Chama a atenção que todos eram campeiros, confirmando a mobilidade geográfico que esses cativos possuíam, e solteiros, não significando que fossem destituídos de vínculos afetivos. Eram todos jovens e crioulos, nascidos no Rio Grande do Sul (a maioria era de Piratini). No Quadro 18, evidencio as informações a respeito dos mesmos.

Quadro 18- Escravizados réus com interrogados no processo-crime, constando suas Naturalidades, Cor, Idade, Estado civil, Profissão e Escravista

Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 107, 108, 109.

[1060] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.

Escravizado	Naturalidade	Cor	Idade	Estado civil	Profissão	Escravista
Alexandre	Rio Grandense	preto	25	Solteiro	campeiro	José Pimentel da Silva Melo
Demenciano	Rio Grandense	preto	40	Solteiro	campeiro	Carlota Sandim
Lino	Rio Grandense	preto	27	Solteiro	campeiro	Maria d'Ávila
Silvano	Rio Grandense	pardo	28	Solteiro	campeiro	José Pimentel da Silva Melo
Casemiro	Rio Grandense	preto	26	Solteiro	campeiro e lavrador	João Antônio d' Ávila
Pedro	Rio Grandense	preto	22	Solteiro	campeiro	José de Oliveira Madeira
José	Rio Grandense	preto	27	Solteiro	campeiro	Francisco de Lima Simões Pires
Thomé	Rio Grandense	preto	36	Solteiro	campeiro e lavrador	José Ulino da Rosa
André	Rio Grandense	preto	36	Solteiro	campeiro e lavrador	Urbano Machado da Rosa
Antonio	Rio Grandense	preto	30	Solteiro	campeiro	Joaquim Corrêa da Silva
Felisberto	Rio Grandense	preto	30	Solteiro	campeiro	Estevão da Rosa Machado
Guilherne	Rio Grandense	preto	21	Solteiro	campeiro	Eusébio Maria Landim

Fonte: APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143.

No entanto, quem eram seus senhores e em que perfil de escravaria eles estavam localizados? Alguns deles já foram mencionados ao longo dessa tese, quando analisamos os inventários e os batismos. José Ulino da Rosa, por exemplo, estava entre os que possuíam de 1 a 9 cativos, assim como José Pimentel de Melo e João Antônio d'Ávila, escravista de Casemiro, e que teve 8 crianças batizadas na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piratini, entre os anos de 1847 e 1862. Sabina[1061], crioula, gerou 4 filhos de forma descrita como natural, sem o nome do pai constar. Cabe ressaltar que Sabina teve um filho batizado no ano de 1851 e que o cativo teve como padrinho José Ulino da Rosa, escravista de Thomé, evidenciando uma proximidade entre esses pequenos proprietários e de como seus cativos deviam se conhecer bastante.

Não encontrei Urbano Machado da Rosa nos inventários, mas sim, um homem chamado Urbano José da Rosa[1062] que, em 1881, possuía 20 escravizados. Nos registros de batismos encontrei novamente Urbano José da Rosa, que se encontrava

[1061]L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – 1850 -Livro 1. (A.M.D.Pel.), pg. 354 e 36 verso; 1850 -1862; L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850 – 1862 - Livro 2, pg. 27 verso e 146 verso.

[1062] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Inventários: o escravo deixado como herança. Município de Piratini. Ano: 1881. Processo: 95.

no grupo de 5 a 9 escravizados batizados, entre 1832 e 1862.[1063] Tentei rastrear seu nome nas listas da Guarda Nacional de Piratini[1064] e no Relatório de Criadores de Piratini de 1858[1065] e não encontrei referências nem a Urbano Machado da Rosa, nem a Urbano José da Rosa. Suspeito que fossem a mesma pessoa, porém mesmo que não fossem, não se trataria de um senhor de grande escravaria na década de 1860.

Neste mesmo grupo de escravistas com até 9 escravizados também estava José de Oliveira Madeira, o proprietário de Pedro. Entre os anos de 1832 e 1850, ele teve uma criança batizada, o crioulo Silvestre[1066], filho natural Maria também crioula e sua cativa. Entre 1851 e 1862, Madeira teve 6 escravizados batizados, todos crioulos e filhos naturais de Maria. Pedro era padrinho do pequeno Fernando, nascido em 1853. Joaquim Corrêa da Silva estava no grupo de 10 a 19 cativos. A sua escravizada Catharina teve 4 crianças, enquanto outras 4 cativas tiveram respetivamente um filho cada uma. Além das escravizadas batizadas e suas mães, também foram descritos Antônio, que foi padrinho de Libânia e Joana, e Júlia, crioula, madrinha de Plácido. Os demais escravistas não encontrei referencias, tanto nos inventários, quanto nos testamentos ou batismos. Por conta disso, creio que possivelmente fossem senhores de poucos escravizados, traço marcante dessa localidade, conforme o analisado em capítulo anterior.

Sobre os orientais acusados de estarem envolvidos na insurreição, podemos pensar que Lázaro Cordon, enquanto homem negro, exercesse o papel de principal sedutor dos cativos, procurando cooptá-los para fugirem para o país vizinho e assim tornarem-se livres como ele. Conforme Mariana Thompson Flores, os sedutores de escravizados oriundos do Estado Oriental eram:

> Em todos os casos, os sedutores são pessoas livres ou libertas que atuam persuadindo escravos a fugir do domínio de seus senhores e seguir com eles, sedutores, para o outro lado da fronteira onde, certamente, prometiam que teriam uma vida melhor. Esse processo de convencer os escravos de que gozariam de melhores condições do outro lado talvez não fosse o mais trabalhoso[1067].

[1063] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), pg. 318 verso, 345, 356 verso, 388. L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1850– 1862 – Livro 2. (A.M.D.Pel.), pg. 113.
[1064] AHRS - Lista de Qualificação da Guarda Nacional de Piratini, Ativa e Reserva, 1869, Fundo Guarda Nacional, município Piratini.
[1065] Relatório da Câmara de Piratini ao Presidente da Província do Rio Grande – 1858.
[1066] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1842 – 1850 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), pg. 386 verso.
[1067] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 210.

Não tenho dúvidas que o preto Lázaro deve ter exercido tal tarefa. No entanto, não devemos diminuir o protagonismo dos cativos na questão. Como mencionei anteriormente, uma tentativa de revolta já havia sido realizada em 1859 em Piratini. A Serra dos Tapes, que se estendia por Pelotas, Canguçu e Piratini, era um notável território negro, com quilombos, e de conhecido potencial rebelde. Já na década de 1810, Piratini havia sido sacudida pelo quilombo do preto Cafuncho, que também ameaçava sublevar escravarias e roubar as moças brancas, conforme estudo de Gabriel Aladren.[1068] Anos mais tarde, o território foi palco do Quilombo de Manoel Padeiro[1069] e, em 1848, é possível que também estivesse articulado aos planos dos pretos minas que planejaram uma insurreição em Pelotas.[1070] Nesse sentido, a insurreição de 1865 seguia uma tradição de rebeldia local, de uma das áreas de maior concentração de escravizados do sul do Brasil, mas que agora vivia uma nova conjuntura do cativeiro.

O ano de 1865 também marcou o início do conflito entre Brasil e Paraguai, guerra que perdurou até 1870 e afetou diretamente o Rio Grande do Sul, já que muitos rio-grandenses se incorporaram ao exército brasileiro para lutar contra os paraguaios. Em agosto de 1865, o Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga relatava que a tranquilidade pública no Rio Grande do Sul estava assegurada, mas que no início daquele "ano houve um estremecimento geral de suspeitas da existência de um plano de insurreição civil".[1071] Considero que o início da Guerra contra o Paraguai, pensando desde a intervenção brasileira para retirar os *blancos* do poder, em 1864, pode também ter contribuído para gerar um clima mais tenso entre senhores e cativos da fronteira. Aliás, alguns escravizados podem ter pensado que, diante de mais uma guerra no seu horizonte, eles serviriam mais uma vez como soldados, como já haviam sido em 1835, por exemplo.

Após 20 anos do fim da Guerra Civil Farroupilha a "memória" sobre o conflito ainda estava "viva" entre as pessoas daquela época, como demonstrei no capítulo 1, sobretudo com os registros de Smith[1072], em que trouxe a perspectiva desta "memória"

[1068] ALADRÉN, 2012;
[1069] MOREIRA; PINTO; AL-ALAN, 2020
[1070] VARGAS, 2024, p. 77-110.
[1071] Relatório dos presidentes de província. http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/897/000025.html. Consta ainda no mesmo relatório que, em Pelotas, também teve uma tentativa frustrada de insurreição, mas desmantelada pelo cidadão José Raphael Vieira da Cunha.
[1072] SMITH, 2013, pg. 196-7.

piratinense sobre o conflito civil. Nesse sentido, trago a hipótese do impacto dessa memória nos escravizados/escravizadas da localidade. A partir das experiências familiares dos escravizados em que tinham memórias afetivas de seus pais, talvez alguns deles ouvissem de seus familiares as trajetórias de seus parentes: como amigos (da mesma ou de outras escravarias), padrinhos, tios, pais ou avôs lutando nas tropas Farroupilhas como Lanceiros Negros, e todo o processo em que foram seduzidos pelo governo republicano para lutarem em troca de liberdade, como soldados, e a seguida traição em Porongos, que os teria marcado de maneira em que não mais se colocassem ao lado das tropas com seus escravizadores. Essa é uma hipótese a se pensar a partir do contexto em que aqueles sujeitos estavam inseridos: se colocarem ao lado daqueles que outrora os traíram ou buscar uma fuga (difícil), porém evitando uma nova traição?

Contudo, pensando no processo da fuga para o Estado Oriental, essa não foi o único pano de fundo da insurreição cativa planejada para fevereiro de 1865. Acredito que outros fatores devem ter encorajado os cativos a arriscarem-se na adesão ao movimento insurrecional. Depois da tentativa de revolta de 1859, por exemplo, é possível que tenha ocorrido uma maior vigilância dos seus senhores, restringindo a autonomia dos escravizados. Seus espaços de lazer e dias de folguedos podem ter diminuído por esse motivo. A crise de braços ocasionada pelo fim do tráfico fez aumentar o preço dos cativos, os tornando mais valiosos para os seus senhores e diminuindo a possibilidade de acesso aos pequenos produtores. Nesse caso, nem mesmo a reprodução natural resolveria o problema do acesso aos peões cativos, pois nasciam tantos meninos quanto meninas em termos de equilíbrio sexual, problema que não ocorria no período de funcionamento do tráfico, pois a compra de mais homens era uma opção viável.

Além disso, década de 1860 marcou o auge da produção das charqueadas, o que deve ter exigido o aumento da produção nas estâncias. Estudando a criminalidade nas charqueadas de Pelotas, Jonas Vargas verificou que foi justamente nesse período que os crimes contra capatazes aumentaram, devido a conflitos de trabalho. Para compensar o envelhecimento das escravarias, o trabalho dos mais jovens foi ampliado.[1073] Douglas Reisdorfer verificou o mesmo fenômeno para Rio Grande.[1074]

[1073] VARGAS, 2013.
[1074] REISDROFER, 2024.

Portanto, a exigência do aumento da produtividade para compensar a crise da oferta de cativos talvez pudesse resultar em mais crimes de sangue, mas também em mais roubo de gado e de outros bens, com vistas ao acúmulo de pecúlio para uma possível conquista da liberdade.

No entanto, uma das minhas hipóteses, que tenho pensado desde os primeiros capítulos, é que a iniciativa de insurgência dos escravizados também tinha relação com uma maior restrição às práticas de formação de famílias que o direito costumeiro os havia autorizado por décadas e que estavam sendo ameaçadas no contexto do pós-guerra farroupilha e de proibição do tráfico. A guerra havia desestruturado as escravarias, recrutado homens adultos saudáveis para os campos de batalha, interferindo nos laços parentais no cativeiro e fora dele. Piratini esteve sempre no centro das ações da República, sendo sua capital, fornecendo gado, soldados e cativos para seus exércitos. Além disso, como é sabido, com a possibilidade do aumento do tráfico interno após 1850, o medo de ser separado pode ter afetado muitas famílias escravizadas, por obvio essa não era uma questão somente de Piratini, tanto que levou ao ponto de o Estado ter que intervir criando uma Lei, em 1869, proibindo essa separação, que colocava as senzalas em clima de insurgência. Contudo, é provável que a proteção legal e a reivindicação de direitos fossem mais acessíveis aos cativos casados na Igreja, algo que já podia ser usado como forma de resistência cativa muito antes de 1869. Assim sendo, o crescimento do controle senhorial sobre a autonomia dos cativos na sua busca de ampliação dos laços de parentesco ou espaços de mobilidade, pode ter gerado um maior descontentamento entre as escravarias locais. Nesse sentido, penso que a queda nas taxas de legitimidade analisadas por meio dos batismos no recorte temporal entre 1851-1862, como apresentei nos capítulos anteriores, sejam um indício dessa maior rigidez da política de domínio senhorial, mas irei me deter um pouco mais a esse respeito nas páginas posteriores.

Isso tudo me leva a crer que talvez as relações entre os escravizados e os escravistas estavam cada vez mais tensas, ao ponto de que, como descreve Mariana Thompson Flores para seus estudos, convencer os escravizados para se rebelarem

de fato “não fosse o mais trabalhoso” para os seus sedutores.[1075] Mas como adverte a própria historiadora:

> entre os escravos que nunca haviam fugido havia uma tendência de projetar uma imagem de liberdade e de ganhos materiais no outro lado da fronteira. Os próprios sedutores se ocupavam dessa propaganda. A etapa complicada, no entanto, era a de convencer a fugir propriamente. Em alguns casos, o processo de convencimento dos escravos para fugir por parte dos sedutores podia levar semanas[1076].

A questão da família cativa e dos laços de parentesco e sociais dos mesmos perpassa muitas das páginas desta tese. Ao longo deste trabalho procurei ir inserindo as informações de alguns réus no processo-crime de insurreição cativa de 1865, cruzando dados com os registros de batismos de Piratini. Anteriormente, fiz menção aos réus Thomé e Casemiro. Agora examino o cativo André. André era considerado um dos escravizados que em seu auto de qualificação afirmava ser “Crioulo filho desta Província[1077]”, e afirmou ter nascido em um local denominado Curral do Pedro, que era parte do Termo de Piratini. Ao investigar na internet algo sobre Curral do Pedro, encontrei Curral das Pedras[1078], que fica em Pinheiro Machado, antiga Cacimbinhas, que fazia parte de Piratini até 1875, então possivelmente fosse o mesmo local denominado como Curral das Pedras. André, quando questionado de quem era filho, afirmava que sua mãe era a preta Maria e o seu pai o preto Felício.

Partindo das informações de André, pesquisei no banco de dados todos os escravizados com nome André para o período de 1810-1831 e encontrei um André, batizado em março de 1823, nascido no ano de 10/11/1822, filho natural de Maria, africana, descrita como de nação rebolo, e ambos escravizados de José da Rosa Machado.[1079] Sendo André escravizado de Urbano Machado da Rosa, tive a hipótese de dele ter sido herdado ou comprado dentro da mesma família. Pesquisei nas obras do genealogista Jayme Lucas d’Ávila sobre essa família descobri, em um primeiro momento, que José da Rosa Machado era filho de João Machado da Rosa e Catarina Tomásia de Jesus. José da Rosa Machado casou-se com Helena Joaquina de Jesus,

---

[1075] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 210.
[1076] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 210 - 211.
[1077] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210, M:29, E:143, pg. 30.
[1078] Localização do Curral das Pedras em Pinheiro Machado: 31°30'38"S 53°22'17"W. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/31%C2%B030'38.0%22S+53%C2%B022'17.0%22W/@-31.509425,-54.0278069,9z/data=!4m4!3m3!8m2!3d-31.5105556!4d-53.3713889?entry=ttu Acessado em: 23/02/2024
[1079] L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), 1823, pg. 99 verso.

o casal teve 8 filhos, mas nenhum de nome Urbano. Contudo, no site Family Search voltei a pesquisar sobre Urbano da Rosa Machado e encontrei seu registro de Batismo:

> Aos vinte e um de setembro de mil oitocentos e quatro nessa Freguesia (ilegível) Rio Grande no Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Capão Grande o padre José Rodrigues de Assunção batizou e pôs os santos óleos a Urbano filho legítimo de José da Rosa Machado e de Helena Joaquina de Jesus naturais da Ilha do Faial. Neto pela parte paterna de João da Rosa Machado e de Catharina Tomásia de Jesus ambos da mesma Ilha. E pela materna de Francisco José de Soares e Maria Inácia ambos da dita Freguesia da Praia da Ilha do Faial. Foram Padrinhos (ilegível) Bueno e Emerenciana Maria.
>
> Vigário Francisco Inácio da [1080]

Portanto, creio que o cativo André, envolvido na insurreição de 1865, seja o mesmo escravizado batizado em 1823, filho de sua mãe Maria rebolo. Nesse caso, como consta na fonte, sua relação com o preto Felício nunca foi legitimada, embora, ele lembrasse e mencionasse o nome do pai. De acordo com os batismos de Piratini, a preta Maria teve outros cinco filhos.

Quadro 19- Escravizados de José da Rosa Machado e sua esposa Ilena Joaquina de Jesus

Nome do Batizando	Cor	Condição	Crioulo ou Africano	Ano De Batismo	Mãe	Condição	Africana ou Crioula	SENHOR da mãe e/ou do Batizando
Januário	s/r	escravizado	crioula	1815	Maria	escrava	africana	José da Rosa Machado e de sua mulher Ilena Joaquina de Jesus
Narciso	s/r	escravizado	crioulo	1818	Maria	escrava	africana	José da Rosa Machado e de sua mulher Ilena Joaquina de Jesus
Faustino	s/r	escravizado	crioulo	1819	Maria	escrava	africana	José da Rosa Machado
Antônia	preta	escravizado	crioula	1821	Maria	escravo	africana	José da Rosa Machado
André	negro	escravizado	crioulo	1823	Maria	escravo	africana	José da Rosa Machado
Eva	s/r	escravizado	crioula	1824	Maria	escravo	africana	José da Rosa Machado

Fonte: L.R.B.E.F.N.S.C.P. – 1810 – 1842 – Livro 1. (A.M.D.Pel.), pg. 36 frente, 47 frente, 72 verso; 89 frente; 99 verso; 116 frente.

Pesquisei nos inventários e testamentos sobre José da Rosa Machado e não encontrei nenhuma referência sobre este escravista. Muito provavelmente tenha deixado alguns dos seus escravizados a seus filhos como forma de doação, e entre estes estava André, que ficou na posse de Urbano da Rosa Machado. Maria teve 6

[1080] "Brasil Batismos, 1688-1935", database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ3C-8MQ: 14 February 2020), Urbano Da Roza Machado, 1804, pg. 201.

filhos, mas em nenhum dos registros há alguma referência ao nome do pai. Em nenhum registro de cativos da família consta o nome de Felício, sendo possível que ele pertencesse a outra escravaria. Se Felício era o pai de André, ele poderia também ser o pai de outros filhos de Maria, o que poderia indicar uma certa estabilidade desse casal cativo. Mas se ele fosse pai somente de André, isso poderia indicar a ingerência do escravista de Maria em dificultar a formação de um casal constituído por ela e um cativo de outra escravaria. Penso que esse tipo de vínculo com escravizados de outras senzalas poderia dar problemas aos senhores. Se pensarmos que estamos estudando um município de pequenas escravarias, o que dificultava a formação de casais de uma mesma posse, essa ideia pode ser mais plausível. Nesse sentido, a o aumento da ilegitimidade assinalada pelo padre também poderia sugerir um aumento das restrições dos senhores para que seus cativos se casassem. Como vimos no capítulo 3, essa foi a tendência do período posterior a 1850, quando a taxa de ilegitimidade aumentou bastante.

Outra hipótese plausível é que o preto Felício talvez não fosse o pai “de sangue” de André, tendo ajuda a criar o menino. Mas tal ideia não exclui a importância da família escrava, mas ao contrário, pois reforça a importância dos laços afetivos e parentais para além dos laços consanguíneos.

Portanto, foi possível ao longo desta tese reconstituir os laços familiares de pelo menos três cativos que participaram da insurreição: Thomé, Casemiro e André foram interrogados e deram os nomes de seus pais e mães. Apenas para lembrar o leitor, no capítulo 2 evidenciamos que Thomé declarou ser filho da preta Mariana, escravizada de Maria Joaquina de Jesus. Localizamos a cativa e sua senhora, mas o nome de Thomé não foi arrolado entre os quatro filhos de Mariana. Nossa hipótese é que, caso o padre não tenha pecado em registrar o sacramento no livro, Thomé tomou Mariana como sua mãe, pois ela o criou desde pequeno.

Caso semelhante ao de Casemiro que afirmava ser filhos dos pretos João e Joana em seu auto de perguntas. Quanto a André, ele mencionou Maria rebolo e o preto Felício, possivelmente africano, como sua mãe e seu pai.

Tanto Casemiro quanto André mencionaram o nome de seu pai. Contudo, como eram filhos ilegítimos, seus nomes não constam nos registros de batismo. Com isso não estou querendo dizer que todos os filhos ilegítimos tivessem seus pais presentes

em sua vida e que seus filhos, uma vez adultos, relatassem a sua filiação paterna sempre que indagados. O fato é que o padre ocultava a paternidade dessas crianças nos documentos oficiais da época, por conta de sua condição ilegítima perante a Igreja. A importância disso na vida dos cativos talvez seja difícil saber, mas tal questão nos sugere que os laços afetivos e a memória de seus pais fosse algo importante para Thomé e Casemiro. Nesse sentido, a constituição de uma família estaria nos seus projetos de vida? Em caso positivo, como concretizar esse objetivo diante de um contexto de dificuldade crescente e maior cerceamento da autonomia cativa? Comoveremos a seguir, Thomé e Casemiro foram indicados como líderes da revolta, pois eles convidavam os demais cativos a se juntarem ao movimento. Todos campeiros e solteiros, aparentemente dispostos a se arriscarem.

Reitero que o aumento da ilegitimidade entre os batismos de escravizados em Piratini após 1850 acusava, entre outros aspectos, um maior cerceamento dos escravistas sobre a margem de autonomia dos seus cativos. Isso afetava diretamente as famílias e laços sociais já estabelecidos e dificultava a formação de novas famílias. Como o casamento religioso podia representar maiores direitos e espaços de autonomia dentro do cativeiro, isso deve ter sido sentido entre os escravizados. Do ponto de vista dos escravistas, dificultar o casamento religioso também podia ser reflexo de uma nova política de domínio senhorial em um novo contexto de aumento da criminalidade e possíveis insurreições, interferindo mais ainda nos espaços de autonomia e direitos costumeiros dos cativos. Dessa forma, seria também uma medida de prevenção. Minha hipótese é que essa política de domínio mais restritiva, que não se esgotava somente na questão dos casamentos, devia interferir em outros tipos de comportamentos cotidianos, talvez afetando a economia interna dos cativos, os obrigando a roubar para comer, por exemplo. Vimos anteriormente que a explicação para alguns roubos de gado foi a de matar a fome. Tudo isso ajudou a montar um pano de fundo dos motivos que provocaram as tentativas de insurreição de 1859 e de 1865.

5.1 - Piratini, Caporoca e o Estado Oriental: uma revolta de campeiros

Conforme o Diário de Rio Grande de 17 de fevereiro, ao obter a informação da possível insurreição e agir de forma enérgica contra os rebeldes (eram mais de 30 escravizados), o Capitão Querubim Candido de Queiroz informou que aquela revolta

ocorreria em 04 de fevereiro de 1865 e "[...] os insurgidos com divisa branca no chapéu, dariam saque a vila, reuniriam por persuasão ou por força todos os seus parentes, e iriam engrossar as fileiras blanquilhas. As diligências continuam, porque faltam prender alguns dos comprometidos".[1081] O uso de uma divisa branca seria algo novo para os cativos da região, mas talvez os fizesse lembrar das divisas vermelhas que os lanceiros negros (muitos deles de Piratini) usaram nos campos de batalha, cerca de 30 anos antes.

O contexto internacional nessa tentativa de insurreição era importante pois em agosto de 1864, o Brasil invadiu o Uruguai e tirou do poder o presidente Atanásio Aguirre, do Partido Blanco, acusado de ter posto em prática políticas antibrasileiras, e colocaram em seu lugar seu opositor Venâncio Flores do Partido Colorado. Em resposta a essa atitude contra seu aliado uruguaio, Solano Lopez apreendeu um navio mercante brasileiro no Rio Paraná. Estes elementos se dão em decorrência da formação dos Estados Nacionais, e o Brasil, neste caso, buscava impor sua posição na região e pelo domínio na navegação do Prata.[1082]

A reação de alguns *blancos* foi vingar-se dos brasileiros da fronteira. Nesse caso, a sublevação de cativos tocava no ponto fraco das elites escravistas brasileiras. Em um contexto de crescente tensão na sociedade escravista imperial, esse era mais um "combustível" para atrair escravizados descontentes. Embora como sabemos ocorreram diversos tratados entre o Império brasileiro e Estado Oriental para extradição de escravizados fugidos do Brasil ao Uruguai após o conflito contra Oribe e Rosas[1083]. Em 1868, uma tentativa insurrecional em Porto Alegre que aliaria paraguaios e escravizados em meio a Guerra do Paraguai causou certo temor nas elites, o que vai ao encontro deste medo que também havia em Piratini, em 1865. Segundo Paulo Moreira, "devemos salientar que a tentativa insurrecional de 1868 unia dois medos fundamentais no imaginário das elites – a escravaria e os estrangeiros. Pensar em uma ação conjunta destes dois atores sociais era um pesadelo recorrente".[1084]

[1081] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.
[1082] Sobre este tema ver: DORATIOTO, 2002.
[1083] Sobre isto ver: CARATTI, 2013.
[1084] MOREIRA, 2011, pg. 11.

Outro trecho do relato de Querubim mencionado acima dizia que os cativos iriam reunir, por persuasão ou por força, todos os seus parentes para engrossarem as fileiras. O que Querubim queria dizer com isso? Não era raro a separação de famílias dentro do cativeiro. Nas partilhas de inventários, muitas vezes era inevitável a separação. Isso exigia dos novos senhores uma maior permissividade para que os parentes voltassem a se encontrar. Em muitos casos, os herdeiros moravam em municípios vizinhos, dificultando mais ainda o contínuo contato dos parentes separados. Após 1850, por conta do tráfico interno, a separação deve ter aumentado. Homens como Querubim sabiam que os cativos tinham parentes espalhados pelo município, fossem pais, tios, irmãos ou primos, fossem compadres. Naquele mundo fronteiriço era comum convidar parentes para determinada campanha militar. Estudando a família Ribeiro de Almeida, de Alegrete, Luis Farinatti e Jonas Vargas (2017) verificaram como os parentes eram mobilizados em contextos de guerra.[1085] Portanto, o olhar branco de Querubim enxergava o parentesco entre os cativos como um potencial perigo naquele contexto.

Em outro trecho do relato do Diário de Rio Grande é descrito que se tinha a "impressão" de que a fronteira estava "poluída" por uma "horda de vândalos", o que não ocorria desde 1823, segundo consta no jornal naquele ano houve uma invasão do uruguaios a província rio-grandense, logo em 1865 chegava mais um temor a localidade e seus cidadãos possivelmente. A "lembrança de que se podem repetir tragédias iguais às de que foram atores bem celebres, Spartacus em Roma, Toussaint -Louverture em São Domingos [...]".[1086] É importante destacar aqui a referência a essas duas revoltas de escravizados cada um ao seu tempo, mas que se perpetuaram ao longo dos anos, sendo que a segunda fez parte do imaginário senhorial do Brasil no século XIX. Segundo João José, Reis ao analisar a Insurreição do Malês na Bahia, havia um medo oriundo dos acontecimentos da antiga colônia francesa no Caribe, que assolava a sociedade baiana da época, com o temor de uma revolta tal qual como aquela do Haiti.[1087] Segundo Leandro Fontella e Elisabete Weber Medeiros (2007), após a "Revolução Haitiana, a América Latina não seria mais a mesma, por todos os

[1085] VARGAS; FARINATTI; 2017, 123-147.
[1086] Fonte: autor desconhecido. O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. A.B.P.R.G.– Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.
[1087] REIS, 2003, pg. 80 – 81.

seus recantos se disseminaria o *medo negro*".[1088] No caso do Rio Grande do Sul, também havia um temor muito grande neste período que os conflitos na região platina influenciassem as escravarias.

Sobre o plano dos escravizados, ele consistia em se reunirem no dia 4 de fevereiro nos campos de Vicente Madruga, local conhecido como Capororoca, na estrada para Bagé, passando pela propriedade de José Pimentel de Melo. Como pode ser conferido na listagem acima, esse homem era senhor de dois cativos envolvidos na insurreição: Alexandre e Silvano. Ao chegarem no local da reunião, todos os envolvidos deveriam portar uma fita branca no chapéu, como sinal de que tinham aceitado o convite e sabiam do plano. Portanto, o contato dos cativos com os *blancos* era mais do que evidente, mas se a sedução oriental deu algum resultado é porque ela encontrou nos cativos profundo descontentamento da sua condição, os encorajando a pegar em armas contra seus senhores. Após isto, o passo seguinte seria atacarem a Vila de Piratini, roubarem o que conseguissem, matarem os escravistas e todos os homens brancos da localidade, roubarem as "moças brancas" e fugirem para o Estado Oriental.

Como tenho defendido, não vejo a insurreição como um plano dos *blancos* que se utilizou dos cativos para executarem seus projetos políticos. É certo que esse conteúdo político estava presente no movimento, mas ele se combinava com anseios dos cativos que também tinham o seu projeto. Se não fosse assim, qual o motivo de matar os seus senhores e todos os brancos da Vila? Essa parece ser mais uma "pauta" dos campeiros escravizados do que dos uruguaios, mesmo que tivesse a simpatia de Lázaro, o preto oriental. Além disso, o horizonte da liberdade interessava mais aos cativos do que aos orientais. A fuga para o Estado Oriental e a consequente liberdade certamente era do conhecimento dos escravizados do Rio Grande do Sul, visto as suas interações tanto com a população livre, quanto a escravizada e liberta. Além do mais, todos os participantes da insurreição já eram nascidos quando o Estado Oriental aboliu a escravidão em definitivo e tal notícia era conhecida naquela fronteira.[1089] Segundo Paulo Moreira, ao estudar tentativas de/e insurreições na província sul-rio-grandense, "a estratégia de ultrapassar a linha fronteiriça foi uma variável que apareceu reiteradamente nos documentos pesquisados, seja como

[1088] FONTELLA; MEDEIROS, 2007, 69.
[1089] Ver: MONSMA, 2013, pg.43.

objetivo principal dos planos sediciosos, seja como alternativa quando os intentos insurrecionais eram frustrados".[1090]

Segundo Mariana Thompson Flores, a consequente fuga e sedução de escravizados na região de fronteira, não eram "soluções", digamos assim, tão "simples", pois a "[...] fuga pela fronteira, muito embora pudesse tornar a recaptura mais difícil, não garantia a liberdade plena, haja vista os recrutamentos compulsórios e as ameaças de devolução".[1091] Descreve ainda Mariana Thompson Flores que a escravidão havia sido abolida em Montevidéu em 15 de dezembro de 1842, e segundo ela no Império do Brasil durante o século XIX escravos fugiam de seus escravistas "procurando quilombos ou outros lugares distantes onde pudessem se passar por libertos, o que era na realidade uma possibilidade mais remota.[1092] Possivelmente fosse esse o intuito dos escravizados envolvidos na tentativa de insurreição em Piratini, vislumbrando fugir para o Uruguai e assim buscar sua liberdade.

Corrigindo os possíveis erros dos outros cativos em 1859, eles buscariam escapar de um cativeiro que parecia estar ficando cada vez mais difícil com o fim do tráfico atlântico, assim como a possibilidade de manter os direitos antes costumeiros, como a possibilidade de manter a sua economia interna sem a interferência do senhor, ver os seus parentes quando bem entendessem, casar-se com parceiras de sua escolha e proteger seus parentes das redes do tráfico interno, entre outros aspectos. Logo, como destaca Mariana Thompson Flores, a região de fronteira, e aqui ao que tudo indica Piratini estava em uma área de contato próxima, a possibilidade "[...] de poder fugir para o outro lado do limite político e colocar-se sob tutela de outra soberania, onde regiam leis diferentes e onde a autoridade de seu lugar de origem não podia exercer seu poder diretamente devolução".[1093]

Segundo os autos, José, 27 anos, rio-grandense, solteiro, campeiro, escravizado de Francisco de Lima Pires, afirmou que foi convidado para fugir para o Estado Oriental duas vezes. Em uma oportunidade foi por um Oriental chamado Ambrósio de tal (aquele descrito no jornal Diário de Rio Grande) que residia ou parava, como disse José, na casa de Antônio Furtado de Mendonça. E em uma segunda oportunidade quem fez o convite foi o escravizado Casemiro. Como apresentado na

[1090] MOREIRA, 2011, pg. 17.
[1091] THOMPSON FLORES, 2012, p. 195.
[1092] THOMPSON FLORES, 2012, p. 201.
[1093] THOMPSON FLORES, 2012, p. 202.

Quadro 18, os escravizados investigados eram todos campeiros, ou tinham essa como uma de suas ocupações. Os campeiros, conforme Karl Monsma, tinham, no seu cotidiano, “relações com os estancieiros e com os administradores de estâncias, porque estes cativos trabalhavam com um alto grau de autonomia, a cavalo e armados”.[1094]. E neste grau de autonomia, provavelmente tinham a possibilidade de entrarem em contato com estas pessoas do outro lado da fronteira. É de se supor que Ambrósio fosse um trabalhador livre da propriedade de Antônio Furtado de Mendonça, e tenha criado uma relação de sociabilidade com estes escravizados, até mesmo com o interesse de seduzi-los para uma fuga para o lado Oriental, por exemplo. Segundo Karl Monsma, uma forma de “reconhecimento concedido aos cativos era o trabalho e a sociabilidade junto com trabalhadores livres, tolerado pelos senhores e pelos trabalhadores. Parece que os escravos campeiros participavam das brincadeiras e zombarias masculinas das vendas, às vezes provocando homens livres”.[1095] Segundo Mariana Thompson Flores, nos processos-criminais investigados pela autora, na maioria dos casos “[...] os escravos que empreendiam as fugas tiveram diversas oportunidades para conhecer sedutores (sujeitos que aliciavam os escravos para fugir) e/ou para combinar com outros escravos o plano de fuga. Obviamente que esses momentos só foram possíveis em ocasiões em que os escravos se encontravam longe de qualquer vigilância”.[1096]

É importante ressaltar que não há no processo criminal aqui analisado uma referência a alguma situação envolvendo o cerceamento dos espaços de autonomia dos cativos. Em nenhum dos depoimentos os escravizados remeteram as causas da revolta ao excesso de castigos. Contudo, isso não significa que a insurreição não tivesse como motivo uma ruptura com o cativeiro e tudo o que ele representava em seu cotidiano. Obviamente a escravidão por si só seria um motivo para a fuga, porém este ato (o fugir) muitas vezes significava viver em um mundo, como descreveu Paulo Moreira “[...] viver uma vida à deriva”.[1097] Segundo Mariana Thompson Flores “[...] mesmo com o sucesso da fuga, continuariam sendo escravos juridicamente, seja fugidos ou querendo passar-se por libertos.[1098] Por isso, o objetivo de matar os seus senhores e todos os brancos da Vila, segundo as palavras do Capitão Querubim,

[1094] MONSMA, 2013, pg. 32.
[1095] MONSMA, 2013, pg. 39.
[1096] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 204.
[1097] MOREIRA, 2021, pg. 453.
[1098] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 201.

carregava consigo um potencial de violência antiescravista bastante importante. Para além das motivações antiescravistas, podemos, inclusive, politizar a ação desses cativos, pois os mesmos, ao aliarem-se com os *blancos*, estariam tomando o lado inimigo na guerra que o Império acabara de iniciar.

A agência desses escravizados de Piratini, ao que parece, os fazia compreender os riscos envolvidos. Analisar que, além da possibilidade da fuga, eles pretendiam rumar para um local onde eles não seriam capturados, pelo menos não de maneira imediata, nos induz a incluir em sua agência o conceito de "fronteira manejada". Nesse sentido, Mariana Thompson Flores colabora mais uma vez:

> abordar a fuga de escravos pela fronteira a partir da ótica da fronteira manejada, quer dizer, como este espaço ofereceu margens de ação e negociação aos escravos para que estes, através de redes sociais que atravessavam a fronteira, ou valendo-se de brechas existentes entre as soberanias justapostas, pudessem conquistar liberdade ou, simplesmente, mais autonomia. Da mesma forma, como esse mesmo espaço, que pode sugerir ao leitor menos avisado uma ideia de terra de redenção em função do suposto acesso à liberdade ao cruzar uma linha geográfica imaginária, apresentou reveses e impôs empecilhos às ações e estratégias[1099].

Havia pela parte dos escravizados o entendimento do contexto político em que se encontrava o Império brasileiro ao se intrometer nas questões do Estado Oriental. Segundo João José Reis, os escravizados africanos na Bahia, no início da década de 1820, tinha entendimento dos movimentos que ocorriam tanto em âmbito nacional quanto internacional, a mesma agência se valiam os escravizados em Piratini. Isto porque segundo os depoimentos dos escravizados havia o entendimento de que do outro lado da fronteira se obteria a liberdade.[1100] Por esse olhar, os *blancos* seriam os sedutores, mas os cativos deixaram-se seduzir e parecem ter influenciado na forma como o movimento foi conduzido. Talvez por isso o movimento não tenha ido adiante, pois eles estavam sendo muito vigiados naquele contexto, sendo delatados por alguma pessoa que não ficou claro na transcrição da documentação.

5.3 - Ouvindo os insurgentes: o que disseram os escravizados interrogados pela Polícia

[1099] THOMPSON FLORES, 2012, pg. 194.
[1100] REIS, 2003, pg. 45.

Alexandre, rio-grandense, vinte anos mais ou menos, solteiro, tinha como ocupação ser campeiro, foi o primeiro a ser inquerido pelas autoridades, assim como ele: Demenciano, Lino, Silvano, José, Pedro, André, Antônio, Felisberto e Guilherme foram convidados por Casemiro a fugirem ao Estado Oriental. Alexandre negou sair da casa de seu escravista. E ao que parece não denunciou Casemiro para este não ser punido. Segundo Alexandre o local de encontro seria próximo a casa de José Pimentel de Melo, na estrada que ficava em direção a Bagé, chamado de Capororoca. E o dia seria em 4 de fevereiro de 1865. No dia seguinte os revoltosos segundo o plano de Casemiro, descrito por Alexandre, assaltariam a Vila de Piratini, roubariam roupas e armamentos.

Aqui um ponto importante, Alexandre não comentou sobre o rapto de mulheres brancas, logo é presumível que talvez essa não fosse um dos objetivos principais, sendo compartilhado por uns e não por outros. Alexandre disse também que Thomé escravizado de José Olino (Ulino) da Rosa foi um dos convidados para estar na reunião para se insurgirem, mas, não sabia quem havia convidado o escravizado, e o sinal utilizado pelos cativos na reunião era uma fita branca no chapéu. Em um primeiro momento, Alexandre negou que Silvano, escravizado de José Pimentel de Melo, tivesse sido convidado a participar da reunião. Em seguida, ao ser questionado por que negou que Silvano (seu parceiro de escravaria como demonstrado no capítulo 2) participaria da reunião, Alexandre alegou ter medo de represálias. Talvez Alexandre estivesse protegendo Silvano, mas isso não fica claro nos autos. Outra hipótese é a de que tivessem combinado em não entregar seus comparsas e, caso o fizesse, Alexandre poderia sofrer represálias do próprio Silvano, caso ambos escapassem da prisão. Ou até mesmo ele pudesse sofrer castigo de seu escravista, pois, se fosse Silvano indiciado como um dos cabeças, sofreria pena de morte, o que para o Pimentel seria uma perda do ponto de vista de mão de obra.

Demenciano, rio-grandense, de 40 anos mais ou menos, escravizado de Carlota Sandim, disse ser solteiro e campeiro. Indagado pelas autoridades, ele respondeu que não fugiria para o Estado Oriental por dois motivos: um que Casemiro não lhe dava tempo para a resposta e outro que sua escravista lhe “tratava bem”.[1101] Quando questionado por que não denunciou Casemiro a sua senhora, Demenciano afirmou que acreditava ser uma “caçoada” do escravizado Casemiro. Demenciano foi

[1101] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 7 verso.

ao encontro de Alexandre sobre o plano dos escravizados e ainda destacou que parte do plano seria também ir à Capela da Luz, atual Pinheiro Machado, e lá realizarem o mesmo plano: roubarem armas e roupas. Quanto ao número de escravizados, segundo Demenciano: "Casemiro lhe dissera que já tinha convidado uma porção deles, e que na marcha iria convidando mais, e que aqueles que não quisessem ir *levariam amarrados".*[1102] Essa afirmação convergia com as declarações do Capitão Querubim na imprensa rio-grandina, ou seja, a de que os rebeldes incorporariam mais pessoas ao grupo, entre os quais os seus parentes, ou por persuasão ou por força. Demenciano ainda negou saber sobre Thomé, e ao ser questionado sobre quem era o cabeça da insurreição, ele acreditava que Casemiro fosse um deles, tendo em vista que foi ele quem o convidou.

Lino, 27 anos mais ou menos, solteiro, campeiro, era escravizado da viúva Maria d'Ávila. Afirmou ter sido convidado por Casemiro para fugir ao Estado Oriental, mas negou ter aceitado, pois "vivia bem na companhia de sua senhora e de seus senhores moços".[1103] Como foi dito no capítulo anterior, uma forma de escapar de uma denúncia criminosa contra seus senhores era afirmar que tinha uma boa relação com eles. Lino alegou que não denunciou Casemiro pois tinha medo do escravizado ou da reação deste. Disse que não sabia o local da reunião pois como recusou o convite de Casemiro, este não lhe disse. Podemos imaginar que provavelmente Casemiro desconfiasse de uma denúncia de algum convidado. Segundo Paulo Moreira, "o segredo era o ingrediente essencial dessas mobilizações".[1104] A forma como Lino descreveu o plano foi muito parecida com os demais depoimentos. Sobre os escravizados convidados para participarem do plano, Lino informou os nomes de Guilherme, André e Demenciano.[1105] Segundo Lino, Thomé foi convidado por Casemiro.

Casemiro foi à delegacia realizar o seu depoimento, carregando o peso de ser um dos suspeitos de convidar os demais cativos para a insurreição. Dizia ter 26 anos mais ou menos, rio-grandense, nascido no Rincão da Serra na Vila de Piratini, afirmava ser filho dos pretos João e Joana, era escravizado de João Antônio d'Ávila, tinha como ocupação além de campeiro ser lavrador. Casemiro afirmava ter sido

[1102] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 8 frente.
[1103] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 9 verso.
[1104] MOREIRA, 2021, pg. 414.
[1105] Todos citados no Quadro..

convidado por Thomé, cativo de José Ulino da Rosa, para fugirem ao Estado Oriental. Casemiro relatou ter aceitado ao convite de Thomé de espontânea vontade, segundo ele, e que o escravizado Thomé era "o cabeça ou influente"[1106], isto porque Thomé quando foi explicar o plano não falou mais nenhum nome, pois era "invenção sua".[1107] Após o contato de Thomé, Casemiro convidou Alexandre, Demenciano, Lino, Silvano e José, e estes "estavam prontos".[1108] Segundo Casemiro, ele convidaria os escravizados do sul do município e Thomé os do norte da localidade. Por essa resposta percebemos que o plano parecia ambicionar uma grande sublevação, mas logo depois Casemiro falou de 20 a 30 escravizados, o que talvez fossem os líderes iniciais. O local seria na estrada que seguia em direção a Bagé, na Capororoca, em um domingo. No dia 5 de fevereiro, em um domingo à noite, os escravizados reunidos por ele e Thomé, chegariam ao local onde todos deveriam estar de chapéu com uma fita branca para serem reconhecidos. Então se dirigiriam a Piratini, assaltariam a Vila, roubariam armas, roupas, tudo mais que pudessem, incluindo "moças brancas".[1109]

Pedro, 22 anos, rio-grandense, solteiro, campeiro, escravizado de José de Oliveira Madeiro, recusou o convite de fuga para o Estado Oriental. Disse que esse não havia sido o primeiro convite feito a ele. Outro preto escravizado de nome Francisco já o havia convidado, mas ele nunca aceitou, pois "seu Senhor nunca lhe deu motivo".[1110] Sobre o convite feito por Francisco, que estaria morto quando Casemiro procurou Pedro, seria o mesmo levante ou seria o levante de 1859? Em 1859, Pedro teria 16 anos de idade mais ou menos, Francisco talvez fosse mais velho, e por ter mais tempo de cativeiro tentasse aguçar um "espírito insurrecional" do jovem Pedro? O escravizado não explanou mais sobre esse convite anterior e nem foi questionado pelas autoridades sobre isto. Pedro não deu parte de Casemiro a seu escravista para não ser chamado de "enredeiro" e ao mesmo tempo não se comprometer e nem comprometer Casemiro com as autoridades. Quando Casemiro convidou Pedro, não indicou o lugar e nem o dia. Mas, quando voltasse em uma outra oportunidade o faria, para que fugissem aos "castelhanos como também para roubarem armamentos em uma venda e conduzirem as senhoras moças brancas, sem lhe dizer que venda era nem quem eram moças brancas e que deviam matar os

[1106] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 12 verso.
[1107] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 12 verso.
[1108] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 13 frente.
[1109] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 13 verso.
[1110] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 16 verso.

homens brancos antes da fuga".[1111] Pedro ainda disse que confirmou a negativa ao convite de Casemiro por intermédio de Alexandre e Silvano. É importante lembrar que eram todos eles campeiros e que, apesar de serem de escravarias distintas, pareciam ver-se com bastante frequência.

Thomé, rio-grandense, afirmava ser de Piratini, filho de Mariana escravizada de Maria Joaquina de Jesus, 36 anos, solteiro, campeiro e lavrador. Era escravizado de José Ulino da Rosa. Portanto, vivia separado de sua mãe, em escravarias distintas. Em seu depoimento afirmou que foi convidado por André, mas negou o convite, "porque vinham os Blancos para cá, e que de toda maneira estavam mal tanto ele respondente como ele André que lhe convidava".[1112] Segundo Thomé, André era o cabeça da fuga, não sabendo outro nome. Afirmou não convidar ninguém para o plano e nem ter combinado com Casemiro a divisão de convite de escravizados do Munícipio. Thomé contou ainda que soube terem sido convidados por André os escravizados Pedro e Felisberto, e que não sabia se estes haviam aceitado pois no momento da conversa entre Thomé e André chegou a escravista de André. Thomé não denunciou o convite a sua senhora, pois não concluiu o assunto com André.

Retornamos a André, analisado anteriormente como filho dos pretos Maria e Felicio. Nascido no Curral de Pedro, rio-grandense, tinha 36 anos, era solteiro, campeiro e escravizado de Urbano da Rosa Machado. Afirmou ter sido convidado por Casemiro para fugir ao Estado Oriental, mas negou o convite dizendo que seus senhores eram bons para ele. Não entregou Casemiro por não ter feito caso do convite feito. Disse que o local do encontro seria "no Paço de Candiota grande e o dia marcado era no sábado".[1113] Não sabia nenhuma informação sobre o plano dos escravizados, mas tinha a informação de que Thomé convidou outros escravizados sendo eles: Matheus, cativo da família Ribeiro, e o preto José, escravizado de Francisco de Lima Simões Pires. Também negou ter convidado Thomé. Sobre o oriental Ambrósio de Tal, André disse que o via de conversa com Thomé e que desconfiava que daquela relação poderia ter emergido essa tentativa de insurreição.

O escravizado Antônio, natural da província do Rio Grande do Sul, de 30 anos mais ou menos, também era solteiro, tinha como profissão campeiro e era cativo de

[1111] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 16 verso e 17 frente.
[1112] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 18 verso.
[1113] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 20 verso.

Joaquim Correa da Silva. Em seu interrogatório discorreu que o plano seria se reunirem nos campos de Vicente Madruga, no local conhecido como Caporoca. Confirmou todo o plano, mas não afirmou ser Casemiro o cabeça, mesmo sabendo que ele havia convidado outros a se insurgirem. Segundo Antônio, Casemiro também o convidou para recrutar escravizados de outras direções próximas no município, incluindo os da Fazenda Espírito Santo do finado João Alves. Antônio alegou não ter informado seu senhor sobre o convite pois a cativa Antônia, de Euzébia Sandim, o orientou a não proceder. Aqui podemos supor que Antônia soubesse da reunião, e talvez fosse ao encontro ou esperasse o resultado da ação para fugir ao Estado Oriental. É a primeira mulher a aparecer nessa rede de cativos insurgentes, o que não poderia ser diferente, pois elas estavam cotidianamente em contato com esses homens.

Felisberto, de 30 anos mais ou menos, rio-grandense, solteiro, tinha como ocupação ser campeiro e lavrador, e era escravizado de Estevão da Rosa Machado. Assim como outros, também negou o convite, pois não tinha queixas de seu escravista. Julgava ser Casemiro o cabeça pois foi o único que fez o convite. Sabia que Casemiro havia convidado a Alexandre e Silvano, e que estes, segundo Casemiro, teriam negado participarem do plano. Afirmou não ter avisado do plano a seu escravista pelo fato de não querer participar.

Guilherme, cativo de Eusébia Maria Sandim, com idade em torno de 21 anos, rio-grandense, tinha como ocupação ser campeiro, recebeu o convite para insurreição por parte de Casemiro. Este fato ocorreu em um dia em que recolhia uma “tropilha de cavalos por ordem de sua senhora”.[1114] Desmentiu Casemiro de que haveria aceitado ao convite, mas não afirmou ser ele o “sedutor” e nem quem era o cabeça. Guilherme não falou a sua senhora ou seus jovens senhores o plano de fuga, pois não aceitou, mas, se Casemiro voltasse a convidá-lo neste caso o delataria.

Provavelmente estes escravizados que negaram o convite de Casemiro o fizeram com entendimento das punições que sofreriam ao fazerem o inverso, ou seja, afirmarem que aceitaram o convite. Não só isso, exaltaram seus escravistas os descrevendo como “bons senhores”. Essa no meu entendimento é a mesma agência que tinham sobre a política no Estado Oriental, visto a fala de Thomé, bem como a provável liberdade ao atravessarem a fronteira. Provável, pois segundo Monsma, no

[1114] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, Pg. 26 verso.

ano de “1851 o Brasil e o Uruguai celebraram o tratado de Extradição, que previa a devolução dos cativos fugidos”. O que não garantiria a liberdade de fato caso fossem pegos. Pois segundo o referido autor, os escravizados “rebeldes ou fujões podiam enfrentar castigos horríveis quando recapturados”[1115], logo o insucesso seria o erro derradeiro destes escravizados. Entretanto, também não descarto a hipótese de que alguns tenham aceitado participar, mas diante da Polícia negaram ser coniventes com a insurreição.

É importante ressaltar novamente que, em alguns depoimentos, os cativos diziam que Casemiro omitia detalhes do plano quando convidava alguém pela primeira vez. Conforme Paulo Moreira (2011), ao analisar movimentos insurrecionais de escravizados no Rio Grande de São Pedro, o planejamento de uma insurreição:

> O segredo era ingrediente essencial destas mobilizações. Só aos iniciados, aqueles que mereciam a credibilidade dos *cabeças*, é que os planos seriam confiados na sua íntegra. Certamente muitos planejamentos não saíram da mente de seus idealizadores ou não foram concretizados por fatores diversos. Tais cuidados eram importantes e válidos, tanto é assim que os episódios que abordaremos, em sua grande maioria, foram denunciados antes que ocorressem de fato, mostrando que mesmo os maiores cuidados não foram suficientes[1116]

Além do interrogatório feito aos escravizados, alguns dos seus escravistas e outros envolvidos na denúncia como Manoel Luís d’Ávila e Matheus Farias dos Santos, foram convocados para servirem de testemunha. O primeiro entre as testemunhas do processo-crime foi João Antônio d’Ávila, escravista de Casemiro, a época com 57 anos de idade. Era casado e natural da Província do Rio Grande do Sul, se denominava como criador de reses no 1º Distrito da Vila de Piratini. Em 9 de março de 1865, afirmou às autoridades que não sabia de um projeto de insurreição dos escravizados André, Casemiro e Tomé no dia 5 de fevereiro de 1865. Quando questionado se foram ou não seduzidos os escravizados por pessoas livres para se sublevarem e depois fugirem para o Estado Oriental, João respondeu que era de “voz pública” a sedução praticada segundo ele “por vários orientais imigrados neste Município, cujos nomes ignora”. Afirmou que conhecia os escravizados que foram apontados como réus desde quando nasceram. Tinham relações muito próximas com

[1115] MONSMA, 2013, pg. 44.
[1116] MOREIRA, 2011, pg. 1.

seus senhores, possivelmente, o que um escravo vindo de outra região do Império nesta época não haveria de ter. Afirmou também que os escravizados “tinham bons precedentes e tinham sido bons escravos”.[1117] Provavelmente, João Antônio d’Ávila procurou incriminar os orientais como Ambrósio e Lázaro (eles não são citados na fonte, no processo-crime é descrito de maneira geral) de serem os sediciosos da tentativa de insurreição. Seu intuito possivelmente fosse de colocar seu escravo como alguém manipulado a praticar este crime contra a ordem pública, e assim provavelmente diminuir uma pena.

O escravista de André, Urbano José da Rosa, a época com 60 anos de idade, era casado, dizia ser criador de gado, rio grandense e residente no primeiro distrito de Piratini. Também afirmava conhecer os escravizados desde o nascimento destes. Alegava desconhecer o tal “projeto de insurreição”, porém tinha a desconfiança se os escravizados pensassem em se rebelarem era porque alguns orientais “imigrados que vagavam” em Piratini haviam os seduzido. Afirmava Urbano que aqueles escravizados não tinham comportamentos ruins, muito pelo contrário, segundo ele os réus eram na verdade, “bons escravos”. Desconhecia que algum escravizado estivesse convidando aos outros para fugirem ao Estado Oriental. Entretanto tinha conhecimento de “voz pública” que os Orientais Ambrósio, João Martesina e outros orientais “eram os influentes da insurreição e sedutores dos réus”.[1118] É interessante ler os depoimentos desses criadores dizendo que não sabiam nada sobre seus cativos estarem convidando outros para se sublevarem, quando os próprios escravizados depunham confirmando que faziam os convites uns aos outros e que queriam matar os brancos da Vila.

Manoel Luiz da Ávila, 32 anos, casado, criador de gado, rio grandense, disse que conhecia Thomé, André e Casemiro desde criança e colocou a culpa da tentativa de insurreição nos orientais que andavam por Piratini. Matheus dos Santos Farias, 40 anos, casado, criador de gado, rio grandense; José Ulino da Rosa, 51 anos, casado, criador de gado rio grandense; André José de Farias, 40 anos, Rio Grandense, casado e Criador, afirmavam conhecerem os escravizados há muito tempo. Matheus dos Santos Farias dizia que a mais ou menos 12 anos conhecia os réus. Porém todos afirmavam que a conspiração havia sido um plano desenvolvido (digamos assim) pelos homens oriundos do Estado Oriental que pela Vila vagavam.

[1117] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, p.36 frente.
[1118] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, p.38 frente.

Somente a sétima testemunha, Thomás Leite de Farias, 31 anos, casado, criador, rio grandense e residente em Piratini, trouxe a cena um depoimento que ia na contramão das demais testemunhas. Afirmava conhecer os réus aproximadamente há 12 anos. Segundo ele, as versões dadas pelas outras testemunhas eram opostas ao que haviam lhe dito anteriormente, e na presença das autoridades mudaram suas falas. Afirmou ainda ter ouvido de Casemiro que havia convidado a outros escravos para fugirem ao Estado Oriental. E quando questionado se sabia algo sobre os escravizados terem arquitetado uma tentativa de insurreição naquele dia 05 de fevereiro de 1865, Thomás descreveu "que sabe por ouvir dizer pelos próprios senhores dos ditos escravos, que eles não quiseram trabalhar e que se ajuntaram a fazer reuniões uns com os outros".[1119] Ou seja, partindo de seu depoimento, posso conjecturar que para aqueles escravistas não fosse interessante que o processo-crime fosse tocado adiante pois as penas fariam com que, em um momento de crise do escravismo em localidades de economia subsidiária, a reposição a mão de obra fosse muito custosa. Tratavam-se de cativos adultos e em idade produtiva. Eles deviam ser cobiçados por outros mercados compradores, em pleno auge do tráfico interno. Portanto, penso que eles preferiam castigar seus escravizados privadamente do que ceder ao Estado o papel de puni-los.

Essa consideração vai ao encontro do que afirma Amanda Ciarlo Ramos para Pelotas na segunda metade do século XIX, onde os charqueadores habilmente não queriam envolver a Justiça e decidiam punir de maneira privada "os implicados em casos envolvendo principalmente crimes contra a propriedade e roubos".[1120] Segundo Ramos, havia um "número elevado de absolvições, improcedências e desistências nos processos", o que "também parece estar relacionado ao esforço e capacidade dos proprietários em livrar seus cativos das amarras do Estado[1121]."

Em 1863, na Aldeia dos Anjos se evitou por parte das autoridades uma tentativa de insurreição de escravizados, que segundo Pedroso o:

> planejamento insurrecional, conforme os relatos, os escravos teriam buscado aliciar grande número de cativos para depois reunirem-se e verificarem quantos 'já haviam prontos'. O próximo passo seria o de matarem seus 'senhores moços' e tomarem o armamento que encontrassem nessas

[1119] APERS - Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143, p.49 frente.
[1120] RAMOS, 2018, pg. 63.
[1121] RAMOS, 2018, pg. 63.

> fazendas e na própria povoação. Unidos em grande grupo e armados, marchariam para um lugar determinado[243] e pediriam sua liberdade [...] [1122]

Em uma comparação com o que poderia ter ocorrido em Piratini, no caso o sucesso da insurreição, havia um planejamento que consistia em matarem os escravistas. Alguns dos escravizados em Piratini ressaltavam estarem com "bons senhores" em virtude de se defender do processo-crime, mas, obviamente o fim chegaria aqueles, para Aldeia dos Anjos como aponta Wagner Pedroso:

> Outra questão interessante, presente em diversos relatos, são as que indicam a pretensão dos insurgentes em matar seus senhores moços logo ao início do levante planejado. Talvez os escravos percebessem que estes poderiam interferir em sua estrutura de vida, ou seja, poderiam representar uma nova forma de domínio senhorial que se diferenciaria de seus senhores velhos, podendo até mesmo alterar as vantagens conquistadas ao longo do cativeiro[1123].

Concluindo este capítulo, é importante ressaltar a agência destes escravizados, crioulos, nascidos nas localidades de Piratini, que tinham uma capacidade de mobilidade e autonomia muito devido as suas ocupações como campeiros e que se valeram disto para se organizarem contra o sistema escravista. Escravizados com este tipo de ocupação, conforme Wagner Pedroso, em seus estudos sobre a Aldeia dos Anjos, possuíam mobilidade para que circulassem e articulassem uma insurreição[1124] ou até mesmo durante seus folguedos[1125]. Segundo Karl Monsma os escravizados campeiros devido a sua ocupação tinham maiores probabilidades em fugirem, do que os escravizados "[...] trabalhadores das charqueadas ou para escravos com 'outras' ocupações, tipicamente serviço doméstico ou trabalho artesanal urbano." Para Monsma, essa situação que diferenciava os campeiros de outros escravizados com outras ocupações "[...] é que os campeiros andavam a

[1122] PEDROSO, 2013, pg. 175.
[1123] PEDROSO, 2013, pg. 176.
[1124] "Voltando ao processo de aliciamento de escravos, relato recorrente nos diversos relatados dos interrogados, parece-nos que estes percorreram diversas propriedades da Aldeia dos Anjos e de seu entorno, conversando em vendas, cobrando favores de outros cativos e visitando parentes e conhecidos em diversas fazendas da região. Utilizaram as mais variadas estratégias para se locomoverem pelo território da Aldeia e, quando não conseguiam ir a determinado local, incumbiam tarefas a outros cativos que podiam se locomover para essas localidades." (PEDROSO, 2013, pg. 177).
[1125] PEDROSO, 2013, pg. 177.

cavalo e conheciam a geografia do interior, podendo chegar rapidamente ao Uruguai ou à Argentina[1126].”

Mesmo que estivessem com sua costumeira autonomia sendo restringida, o fato desses escravizados terem uma mobilidade maior do que roceiros e lavradores pode ter sido um fator determinante no processo de organização da tentativa de insurreição. É de se imaginar que estes homens não suportassem mais as condições da escravização e a proximidade com a fronteira e o contexto bélico lhe atraíram a pensar e articular uma provável revolta que teria a fuga como forma de rompimento com seus escravistas e o vislumbre de liberdade em outro país. Seus sonhos e esperanças estariam, nesse caso, sujeitos ao sucesso da insurreição, ocasião em que também aproveitariam agir violentamente contra os seus escravistas. O relato dos escravistas de que os conheciam desde a infância pode revelar que foram anos de maus tratos e recrudescimento de direitos, e possivelmente como ao que tudo indica no caso de Thomé, a separação de sua mãe fosse ela biológica ou não.

Contudo, matar os seus senhores era apenas um dos objetivos. O roubo de mulheres brancas, me parece, pode ser pensado de duas formas: a) a construção por parte da sociedade escravista de um escravizado abusador, que visava uma espécie de vingança contra a sociedade escravista, mas também uma forma de liberarem a masculinidade, cotidianamente cerceada pelo cativeiro. Tratava-se de uma violência de gênero contra as moças sequestradas que, ao mesmo tempo, era uma vingança racial; b) de fato era um plano dos escravizados, embora não possuo maiores elementos para decifrar quais os vínculos desse objetivo com todo o contexto que tenho tentado construir até aqui. A hipótese de que esses escravizados, pelo fato de viverem em pequenas escravarias e ter um acesso menor a possibilidade de construir uma família escrava, estariam procurando parceiras para uma nova vida em liberdade pode ser considerada. Mas nesse caso, por que não cooptarem mulheres cativas para a fuga? Se o plano envolvia matar os brancos, muitas cativas poderiam tornar-se livres ao longo do violento processo insurgente. No entanto, não tenho como pensar por estes homens e tentar desvendar essa e outras questões. Mesmo que tenham ficado mais perguntas do que respostas, espero ter contribuído um pouco mais para o

[1126] MONSMA, 2013, pg. 42.

conhecimento do potencial de rebeldia dos cativos de Piratini na “Haitiada” rio-grandense de 1865.

CONCLUSÃO:

Concluo este trabalho afirmando que a Piratini do século XIX seguia o mesmo padrão de outras localidades do Brasil Império, uma economia subsidiária e dependente do trabalho escravizado. Isso fica evidente a partir dos dados populacionais de 1814 – 1858 – 1872 e dos dados do DGE-RS onde a população não branca sempre foi em torno de 40% do total. O que vai na contramão do que apresentavam os historiadores locais em que Piratini teria sido uma localidade açoriana, dando pouco ou quase nenhum destaque a outras populações que ali viviam antes e após a chegada dos colonizadores. Logo Piratini conforme mostram os dados populacionais era uma localidade multiétnica e dependente do trabalho escravizado, que estava presente sobretudo nas atividades agropastoris.

Os dados do Relatório da Câmara de Piratini ao Presidente da Província do Rio Grande de 1858, apresentam como atividade pecuária era importante para a econômica local, bem como para a provincial, já que como demonstrado através da documentação e da bibliografia analisada Piratini fazia parte do cinturão escravista agropastoril das charqueadas[1127], fornecendo reses (matéria-prima) à Pelotas para produção da indústria charqueadora. Porém não só a pecuária era a produção agrícola de Piratini, a localidade também se dedicou a agricultura sobretudo a tritícola e ao setor terciário como comércio e o trabalho de jornaleiros e empregados públicos.

Os processos criminais juntamente com os inventários foram importantes na análise de como era utilizada a mão de obra escravizada. Pois através deles vimos que alguns escravizados, como o caso de Thomé, além de campeiros eram também lavradores. Essas informações que configuram uma Piratini para além de Estâncias de criação de gado bovino sobretudo, foi viável graças ao cruzamento de fontes que permitiram com que fosse vislumbrada de maneira mais abrange como era economicamente a Piratini nos de 1810 – 1871.

A mão-de-obra necessária para que a economia piratinense foi a escravizada, e isso se evidencia também a partir dos inventários post-mortem onde visualizamos que Piratini assim como em todo Brasil Imperial havia uma disseminação da posse escravizada, ratificado também pelos registros de batismos. Os inventários

[1127] Denominação referida por Jonas Moreira Vargas: VARGAS, 2024, no prelo, pg. 1.

demonstram ainda que havia uma concentração de escravizados nas mãos de poucos senhores. Esse postulado se caracteriza também pelo tipo de fonte que era o inventário, em poucos tinham acessa a sua produção.

Os inventários nos revelaram que Piratini nos primeiros anos de sua configuração como Freguesia (1810) e posteriormente Vila e sede de Munícipio em 1830, era dependente assim como outras tantas localidades (em primeiro momento da colônia Luso-americana e após no Brasil Imperial), da mão-obra africana sendo dependente deste com ligações até a década de 1830 com o Porto do Rio de Janeiro, de onde eram oriundos africanos da África Centro Atlântica, como foi demonstrado no capítulo 2, ou seja, indo ao encontro dos estudos de Gabriel Santos Berute (2006) e Gabriel Aladrén (2012), após a década de 1830, os crioulos nos inventários superaram o número de africanos, sobretudo o número de crianças demonstrando a força da reprodução natural das escravarias da localidade, o que foi comprovado a partir dos registros de batismos principalmente a partir de 1832 – 1850 o que se refletiu nos inventários entre os anos de 1851 - 1871.

Outro ponto importante a ser destacado é que a partir da década de 1830, sobretudo com o desenrolar da Revolução Farroupilha (1835 – 1845), houve um equilíbrio entre os sexos dos cativos na localidade. Ainda sobre os inventários post-mortem é imperioso assinalar que o preço dos escravizados e escravizadas em idade produtiva (15 – 49 anos) foi subindo conforme o transcorrer de tempo, fazendo assim com que houvesse uma maior concentração de escravizados nas mãos de poucos senhores.

Os registros de batismos mostraram que havia uma pulverização da mão-de-obra escravizada em Piratini tendo o naquela documentação muitos senhores com poucos escravizados. Além disto vimos que nos primeiros 21 anos analisados entre 1810 – 1831, as famílias escravizadas legitimadas pela Igreja se faziam presentes em 25% dos batismos daquele período, da passagem de 1832 – 1850 onde havia o reflexo das leis antitráfico a queda de legitimidade foi de 58% dos batizandos, mesmo com um aumento do número de batismos evidenciando que a família escravizada ainda se fazia presente, porém não de forma legítima, a reprodução natural foi a tônica do período. Obviamente o tráfico não foi abandonado, tanto que até 1856 havia o batismo de africanos na localidade, muito provavelmente muitos outros adentraram

no tráfico já clandestino via Lei Eusébio de Queiroz devido a preocupação demonstrada pelas autoridades[1128], e o que não posso afirmar devido a falta de fontes.

O fato da restrição a alguns direitos conquistados pelos escravizados, principalmente a diminuição da constituição de famílias legitimadas acredito foi um dos elementos em que a partir da década de 1851 os crimes tivessem aumento. Obviamente a restrição a legitimidade também ocorrera anterior ao período citado como o caso de Catharina, Angola escravizada de Ubaldo Pinto Bandeira e José, Angola, cativo de José Tarouco, capataz de Ubaldo. Catharina ao não obter a alforria exigida por ela foi acusada de armar seu companheiro levando a tentativa de assassinato de Ubaldo Pinto Bandeira. Romana em 1855 fora acusada de participar do assassinato de sua escravista Albina Maria da Conceição, em nenhum momento isso fica evidente, todavia o que une Romana e Catharina que ambas mantinham relações com companheiros de outras escravarias e como demonstraram os registros batismais essa não era uma prática das escravarias analisada, a legitimação de casamentos de escravizados/escravizadas de senhores diferentes.

Outros crimes que tiveram aumento na segunda metade do século XIX em Piratini foram os contra a propriedade, a possibilidade de autonomia e mobilidade, somada a economia escrava[1129] fez com que muitos campeiros praticassem crimes contra a propriedade como demonstrado no capítulo 4, em que foram envolvidos os escravizados Damásio, João Baiano, José, Matheus, Manoel Caolho e Raimundo que foram acusados de furtarem e roubarem reses e outros objetos de terceiros. Contudo é necessário destacar que embora existisse mobilidade escrava dos campeiros, nem sempre foi bem-vista pela lógica senhorial da localidade, tendo em vista ser uma zona fronteiriça e a sociabilidade que havia com os uruguaios havia a possibilidade da sedução dos mesmos a fugirem ao país vizinho.

Temor este por parte das elites locais que quase se configurou em um “haitiada” na localidade, tendo em vista essa sociabilidade com uruguaios somada a agência e compreensão de mundo dos escravizados dos acontecimentos na fronteira no ano de 1865, temos o eixo desta tese que foi a tentativa de insurreição. Algumas

[1128] AHRS - Registro de correspondência - delegacia de polícia de Piratini – Códice 137, Folha 139. Agradeço gentilmente ao Professor Paulo Roberto Staudt Moreira que me cedeu as fotos da presente documentação.
[1129] Termo embasado a partir dos estudos de Robert Slenes (2011).

características são necessárias retomar como a lembrança da família. Os nomes de pais e mães se fizeram presentes em alguns depoimentos como no caso de Thomé, André e Casemiro. Um conflito como o início da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), somada as condições insuportáveis no cativeiro e a possibilidade de fuga pela fronteira fez com que os escravizados campeiros, se utilizando da mobilidade e sociabilidade mesmo que restringida pela elite local, levou os escravizados crioulos nascidos na localidade se mobilizassem para fugirem contendo nos seus planos as mortes dos homens brancos e o rapto de mulheres brancas. Não há como desvendar o que planejavam de fato esses homens escravizados, todavia os planos e sonhos destes sujeitos foram interrompidos pelas forças de repressão do Estado fazendo assim com que o medo de insurreição alarmasse a localidade.

O estudo sobre escravidão, economia, família e criminalidade foi importante para mostrar que em Piratini várias práticas do Brasil Império também se aplicavam aquela localidade, embora suas particularidades a presente tese acredito contribui para compreendermos melhor sobre esse processo histórico que ainda hoje tem marcas profundas em nossa sociedade.

FONTES E SITES CONSULTADOS:

AHRS. *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS*. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 22/04/1848. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.

AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 15/02/1856. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.

AHRS. *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS*. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 22/04/1848. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.

AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço 16, 15/02/1856. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 97.

AHRS - Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia – Município Piratini - Correspondência expedida – Maço17. **Correspondência expedida**, data: 24.01.1866. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 107.

AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Delegacia de Polícia – Localidade Piratini - Correspondência expedida – Maço 49, 24/01/1866; Termo de Visita da Cadeia, 02/01/1866. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 107, 108, 109.

AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). - Série Subdelegacia de Polícia – Município Pelotas - Correspondência expedida – Maço 49, 03/02/1865. (Organizadores: MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 296 – 297.

AHRS. Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS. Fundo Polícia - documentação avulsa (1826/1888). Série Corpo Policial – Município Porto Alegre - Correspondência expedida – Maço 137, 1°/08/1859, (Organizadores: MOREIRA,

Paulo Roberto Staudt; FERNANDES, Ananda. S.; CARDOZO, José Carlos da S.; VARGAS, Jonas M.). 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2023, pg. 710.

AHRS. Anais do AHRS. Coleção Varela. Volume 2. Porto Alegre, 1978, CVV. 377.1, folha 18, 1837.

AHRS. Anais do AHRS. Conteúdo — 6. Coleção de Alfredo Varela; correspondência ativa; documentos. Porto Alegre, 1983, CV-3316, pg. 144.

AHRS. Anais do AHRS, Conteúdo — 6. Coleção de Alfredo Varela; correspondência ativa; documentos. Porto Alegre, 1983, CV-3208, pg. 22.

AHRS. Anais do AHRS. Conteúdo: v.13 Coleção Alfredo Varela; correspondências do General Antônio de Souza Netto e outros. Porto Alegra, 2004, CV-6249, 1841.

APERS. *Documentos da escravidão*. Catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. 050: Fundo Tabelionato do Munícipio de Piratini. Subfundo: Freguesia de Jaguarão. Espécie / tipologia: Livros Notariais de Registros Gerais. Livro 1 - 1870 a 1891, pg. 642. (Coordenação: Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha) Volume I. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2006, pg. 642.

APERS. *Documentos da escravidão*: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Livro 2. 051. Fundo Tabelionato Munícipio de Piratini. Subfundo: 2ºDistrito Espécie / tipologia: Livros Notariais de Transmissões e Notas Livro S/nº - 1848 a 1864. (Coordenação Jovani de Souza Scherer e Márcia Medeiros da Rocha). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 118.

APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. Ano: 1811. Processo n°: 609. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 26.

APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Município de Piratini. Ano: 1867. Processo n°: 13. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 64.

APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Subfundo: Vara de Família. Ano: 1819. Processo n°: 041. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). V. 1. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 124.

APERS. Inventários: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Pinheiro Machado. Subfundo: Provedoria. Ano: 1865, Processo n°: 001, (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.158.

APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1865 – Processo n°: 030.

(Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 166.

APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1865 – Processo n°: 031. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.pg. 166.

APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1848 – Processo n°: 027. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg.170.

APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1858 – Processo n°: 050. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 172.

APERS. *Documentos da escravidão*: testamentos: o escravo deixado como herança. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1880 – Processo n°: 097. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 175.

APERS. *Documentos da Escravidão:* processos-crime: o escravo como vítima ou réu. (Coordenação: Bruno StelmachPessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292867959.Livro_Processos_Crime.pdf

APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1856 - Processo n°: 2380. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 249.

APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1871 – Processo n°: 2523. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 253.

APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1859 – Processo n°: 2404. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 250.

APERS. *Documentos da escravidão*: : processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1863 - Processo n°: 1186. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 258.

APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1862 - Processo n°: 1179.

(Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 258.

APERS. *Documentos da Escravidão:* processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Processo n°: 1523 – Ano: 1866. (Coordenação: Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 265.

APERS. *Documentos da escravidão*: processos-crime: o escravo como vítima ou réu. Fundo: 008: Comarca de Piratini. Localidade: Piratini. Ano: 1875 - Processo n°: 1541. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza Silva). Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, pg. 266.

APERS – Processo-crime, Ano: 1820 – Processo N. 1042, M. 25, E. 143.

APERS – Processo-crime, Ano: 1851 – Processo n°: 1108, M:26, E:143.

APERS – Processo-crime, Ano: 1854 – n°: 1125, M:27, E:143.

APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 1133, M:27, E:143

APERS – Processo-crime, Ano: 1855 – Processo n°: 2377, M:71.

APERS – Processo-crime, Ano: 1856 – Processo n°: 1144, M:27, E:143.

APERS – Processo-crime, Ano: 1862 – Processo n°: 1293, M:32, E:143.

APERS - Juízo de Órfãos da Vila de Piratini e seu termo - Inventário de Ambrósio Carlos da Costa – 1856.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo n°: 2404 - Ano: 1859.

APERS – Processo-crime, Ano: 1865 – Processo n°: 1210 , M:29, E:143

APERS – Processo-crime, Ano: 1874 – Processo n°: 2377, M:71, E:143.

Censo de 1858. Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p.66.

Censo Geral de 1872 (disponível em: http//www.ibge.gov.br)

Dados populacionais de 1814: Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p.50.

Lista de Qualificação da Guarda Nacional de Piratini, Ativa e Reserva, 1869, Fundo Guarda Nacional, município Piratini, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Livro de Registro de Batismos de Escravizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini – 1810 – 1842 – Livro 1. (Acervo da Mitra Diocesana de Pelotas).

Livro de Registro de Batismos de Escravizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini – 1842 – 1850 – Livro 1. (Acervo da Mitra Diocesana de Pelotas).

Livro de Registro de Batismos de Escravizados da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratini – 1850– 1862 – Livro 2. (Acervo da Mitra Diocesana de Pelotas).

“Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio” - Fundo *Estatística*, maço 02, Arquivo Histórico do Rio G. do Sul (AHRS).

O Comercial – Rio Grande - Quarta-feira 8 de fevereiro de 1865. Proprietário Francisco de Paula Cardoso. Tipografia, rua do Pito n° 120 A, perto do largo de São Pedro. Ano IX. N° 31, pg. 2. O jornal encontra-se disponível na Biblioteca Pública de Rio Grande.

O Diário de Rio Grande. Rio Grande, sexta-feira 17 de fevereiro de 1865. Acervo da Biblioteca Pública Rio Grandense – Cidade de Rio Grande. Proprietário e Diretor de Redação: Antônio Estevão de Bitancourt e Silva. Rua Direita n. 96 da esquina da do Zallony – Impressor e diretor responsável Fermiano Barboza César.

"Brasil Batismos, 1688-1935", database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XJ3C-8MQ: 14 February 2020), Urbano Da Roza Machado, 1804, pg. 201.
Relatório dos presidentes de província. http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/897/000025.html.

Relatório ao Presidente de Província 1858, n. 41. 559)

Relatório da Câmara Municipal de Piratini ao Presidente da Província,1858, Fundo *Câmaras Municipais* (AHRS).

Relatório da Diretoria Geral de Estatística Ano de 1874 a 1878. Disponíveis no site: http://memoria.nemesis.org.br.

Site: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733

Site: https://www.geni.com/people/Ubaldo-Pinto-Bandeira/6000000018604829364

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AL-ALAM, CAIUÁ CARDOSO.**A Negra Forca da Princesa: Polícia, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830-1857**). 1. ed. Pelotas: Do Autor; Sebo Icária, 2008. v. 1. 218p.

ALADRÉN, Gabriel. **“Sem respeitar nem tratados”: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 - 1835)**. Niterói: PPGH/UFF, 2012. (Tese de Doutorado).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida e ordem privada no Império. In Idem (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pg. 11-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). Estudos Econômicos, São Paulo, v. 18, n. especial, p. 45-79, 1988.

ALMEIDA, Davi. *História do município de Piratini: roteiro histórico e sentimental*. 2.ed. Piratini: Gráfica C.E.A.J., 1997, pg 96.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado).

_____. Para o outro lado da linha: as fugas de escravos para o além da fronteira (século XIX). In: GRINBERG, Keila (Org.). **As Fronteiras: da escravidão e da liberdade no sul da América***.* 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p.163-181.

Assis, V. A. A. de. O primeiro de todos os Sacramentos: compadrio e escravidão numa vila não exportadora (Castro, Capitania de São Paulo, c.1789-1836). *Revista Crítica Histórica*, *12*(23), 2021, pg. 8–43. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/12257/8806 Acessado em: 03/01/2024.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSKY. Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas.** 3ª Edição, 1ª reimpressão. - São Paulo. Contexto, 2014, p. 23-79.

BACELLAR, Carlos de Almeida.; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio Odilon, et. Al. (Coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

BALHEGO, Alisson Barcellos. **Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia:** Ações de Liberdade em Canguçu (1868 – 1887). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel), Pelotas, 2020.

BENTO, Cláudio Moreira. MATTOS, Moacyr Pereira. **Transportes e Transportadores em Canguçu**. IN: BENTO, Cláudio Moreira (org.). Revista dos 200 anos de Canguçu. Canguçu: ACANDHIS, 2000. v. 1.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825.** Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2006. (Dissertação de Mestrado).

_____. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. (Org.): XAVIER, Regina Célia Lima. In: **Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise.** São Paulo. Editora: Alameda, 2012, pg. 207 -228.

BOM, Matheus Batalha. POROSAS FRONTEIRAS: EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NOS LIMITES DO IMPÉRIO (JAGUARÃO - SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH-UNISINOS). São Leopoldo – RS, 2017. https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6690/Matheus+Batalha+Bom_.pdf;jsessionid=FDE16DE1668B4A5EFE2E52408E91B472?sequence=1

BOSAK, Joana. O outro, o mesmo, o gaúcho e suas vestes. ART RESEARCH JOURNAL, v. 9, p. 1, 2022.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de minas gerais no Século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. **BIB**, n. 32, p. 49, 2º sem. 1991.

CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Org.). RS Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v., p. 15-31.

CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade*: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo, Oikos & Unisinos, 2013.

CARRION, Raul. Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha. Porto Alegre. Gabinete do Deputado Raul Carrion, 2005.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. Fronteiras da Liberdade: “Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850. Daniela Vallandro de Carvalho. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2013.

CASTRO, Hebe. História Social. VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro Flamarion. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Campos, 1997, p.76-96.

CASTORIADIS, Cornelius. III. A INSTITUIÇÃO E O IMAGINÁRIO: PRIMEIRA ABORDAGEM. In: A instituição imaginária da sociedade. Paz e Terra, 1991, pg. 139-197.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Visões da Liberdade**: uma história das ultimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____; Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp,2008, 2ª reimpressão da 2ª ed., 2001.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. IN: **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP, v.14, n.26, 1º semestre 2009, p. 13-45.
CORRÊA, André do Nascimento. *Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM/PPGH, 2013.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, 17:2 mai./ago. 1987.

COSTA, Emilia Viotti. O Mito da Democracia Racial no Brasil. In: **Da Monarquia à República:** momentos decisivos*.* 6ª edição, São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999, p.365-384.

COUGO JUNIOR, Francisco A. A historiografia da "música gauchesca": apontamentos para uma História. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades* (Online), v. 10, p. 1-23, 2012. Acessado em: 20/04/2022 Disponível em: https://revistacontemporaneos.com.br/n10/dossie/histografia-musica-gauchesca.pdf

COUTO, Matheus de Oliveira. **A pia e a cruz A demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-1859).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História - Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2010.

DAMASCENO, Karine Teixeira. **PARA SEREM DONAS DE SI**: MULHERES NEGRAS LUTANDO EM FAMÍLIA (FEIRA DE SANTANA, BAHIA, 1871-1888). Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2019.

D'ÁVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'El- rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros.* Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2007.

DAVIS, Natalie Zemon. Las Formas de Historia Social. In: História Social, n.10, primavera-verano, 1991, p. 177-182.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*: nova história da Guerra do Paraguai*.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUTRA, Iracema Ferreira. *História e Memória de Piratini – Em seus Bairros, Ruas, Praças e Avenidas*. Porto Alegre, 2008.

FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento: Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *"Identidade e comunidade escrava: um ensaio". Tempo*. Rio de Janeiro, n. 22, 2007, p. 122- 146.

FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado – PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro,
2007.

_____. Escravos do Pastoreio: Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). *Ciência e Ambiente* – UFSM, n. 33, jul-dez 2006. Santa Maria, p. 135-154.

_____. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, vol. 15, n. 28, jul. 2008, p. 57-72.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*: a criminalidade em São Paulo 1880-1924. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unesp, 2011. ISBN 9788539301485 Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113690>.

_____. Livres, escravos e a construção de um conceito moderno de criminalidade no Brasil Imperial. *História*, São Paulo, 2009, vol.28, n.2, P. 339-376. Acessado em: 24/04/2022 Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/wZyFb6PJsTfCvxkfpwyF8qD/?lang=pt&format=pdf

FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888.* São Paulo, PPGH: USP. 2011. (Tese de Doutorado)
FORTES, Armyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Editor: Porto Alegre: Globo, *1963.*

FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONTELLA, Leandro Goya.; MEDEIROS, E. W. Revolução haitiana: o medo negro assombra a América. Disciplinarum Scientia. Série Ciências Humanas, v. 8, p. 59-70, 2007.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Freire, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas: Campinas, SP, 2009.
Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/437603 Acessado em: 06/01/2024

_____. "Relação dos Habitantes do Districto de Santo Antonio do Juiz de Fóra ...":as listas Nominativas de 1831 e algumas características de sua população. In: VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9 Conferência Internacional de História de Empresas, 2009, Campinas - SP. Anais do VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9 Conferência Internacional de História de Empresas, 2009. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/jonis-freire_1.pdf Acessado em: 17/01/2024

FREITAS, Décio. *O Capitalismo Pastoril.* Porto Alegre: EST-UCS, 1980.

Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981.

GIL, Tiago. **Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____.; SIRTORI, Bruna. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. *In*: Regina Xavier (org.). *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 123-142.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.173-175.
_____. O inquisidor como antropólogo. In: _____. **O fio e os rastros:** O verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.280-293.
_____.Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.143-180.

_____. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177-191.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, no. 34, jul-dez, 2004, p. 157-186.
Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2228/1367 Acessado em: 10/07/2016.

GORENDER, Jacob. Liberalismo e escravidão. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 208-222, dez.2002.Entrevista concedida ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ea/v16n46/v16n46a15.pdf Acessado em: 28/10/2020

GUEDES, Roberto. Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Porto Feliz (São Paulo, 1798-1843). Boletim de História Demográfica, NEHD-FEA/USP, v. 41, p. 1-20, 2006. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd41/rg.pdf Acessado em: 12/01/2024

GUIMARÃES, Elione Silva. Criminalidade entre Mancípios: a comunidade escrava no contexto de grandes fazendas cafeeiras da zona da mata mineira, 1850-88. In: X Seminário sobre a economia Mineira, 2002, DIAMANTINA. ANAIS DO X SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2002, pg. 1-27.

_____. *Violência entre parceiros de cativeiro:* Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2006. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Viol%C3%AAncia_entre_parceiros_de_cativeiro.html?id=fN31seXnIfUC&redir_esc=y Acessado em: 08/09/2024

HAMEISTER, Martha Daisson. O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão. In: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE: Temas, problemas e perspectivas de análise. XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). São Paulo: Alameda, 2012, pg. 97 – 121.

HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: Sobre História. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013, pg. 127.

JUNIOR, Manoel Batista do Prado. O ATLÂNTICO, UM MAR DE IDENTIDADES: etnias africanas no Sudeste brasileiro (Mangaratiba, século XIX). Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 46, fev. 2011, pg. 1-12.

Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao46/materia02/texto02.pdf Acessado em: 16/05/20

KÜHN, Fábio. Os primeiros habitantes: da conquista à mestiçagem. In: **Breve História do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 9 -25.

LANDÉ, Carl H. "*A Base Diádica do Clientelismo".* In: SCHIMIDT; S. W. (Eds.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, 1977, p. 13-37 (versão traduzida e datilografada em português).

LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular - Volume I*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872;

LARA, H. Silvia. **Campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITMAN, Spencer. The road to Porongos: *haitianismo* and *artiguismo* in the massacre that ended the *farroupilha,* 1835-1845. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS*. Vol. 13 Nº 25, Edição Especial de 2021, pg. 558 – 591.

LOSEKANN, Marilise Beatriz. **Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da "Costa do Bica" e "Paredão", Piratini, RS**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração análise ambiental e dinâmica espacial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia. Santa Maria, 2011.

MAESTRI, Mário. Insurreições escravas no Rio Grande do Sul (século XIX). Orgs.: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. In: Revoltas Escravas no Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pg. 458-511.

_____. *O Escravo no rio Grande do Sul*. *A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

(LELLO UNIVERSAL. *Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol. 4. Porto, Lello & Irmão: p. 1234.

LUNA, Francisco V; KLEIN, Herbert. Slavery and the economy of São Paulo (1750-1850). Standford: Standford University Press, 2003, pp 2003: 29,228

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos à América Portuguesa (Minas Gerais, século XVIII). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011, pg. 1 – 24.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). Coleção Brasil Imperial. 1°ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 1, p. 207-233.

_____. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 1. 600p.

_____; GRINBERG, Keila. (Org.). Para inglês ver? Revisitando a lei de 1831 - Dossiê da Revista Estudos Afro-Asiáticos. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Universidade Cândido Mendes, 2007. v. 1. 253p.

MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese (Livre-docência), Ribeirão Preto, USP, 2005.

MATHEUS, Marcelo Santos. A ESCRAVIDÃO NAS MARGENS DO IMPÉRIO – ALEGRETE, SÉCULO XIX. Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888). Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: 2012.

_____;*A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2016.

_____; Escravidão, pecuária e liberdade: o Livro de classificação de escravos (Alegrete, década de 1870). Vol. 17 Nº 1 - janeiro/abril de 2013, pg. 25-36.
Acessado em: 10/04/2022 Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866791007

_____; FARINATTI, L. A. E.. Registros de batismo e inventários post mortem como fontes para o estudo da estrutura de posse de escravos no sul do Brasil (século XIX): possibilidades e limites. Estudios Históricos (Rivera), v. 1, p. 1-16, 2016.

_____.; FONTELLA, Leandro Goya. **Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico (c. 1820 – c. 1870). Revista Latino-Americana de História** Vol. 2, nº. 9 – Dezembro de 2013, pg. 71-96.

_____.; MUGGE, M. (Org.). **Africanos Minas-Nagôs no Rio Grande do Sul: séculos XVIII, XIX e XX.** 1º. ed. São Leopoldo: Oikos, 2024. 269 p.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3a ed. rcv. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Anais: produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. p. 17-31.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão*: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. São Paulo: Estudo Econômicos, 1983, v.13, n.1, p.151-179. Acessado em: 17/05/2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156723/152265

MENDONÇA, Sonia Regina de. ESTADO E PODER: ELITES, CLASSES E HEGEMONIA. In: REIS, Tiago Siqueira [et al.] **Organizadores. Coleção história do tempo presente: volume 3** – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, pg. 19-39.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MATHEUS, Marcelo Santos. As matrículas de escravos da capitania de São Pedro do Rio Grande: análise dos plantéis de cativos das freguesias de Mostardas, Cachoeira e Triunfo – década de 1780. *6° Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): 2013, pg 1 -21.

_____. “Porque os brancos eram uns pelos outros, os negros também deviam fazer o mesmo”: revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade

do Oitocentos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Orgs. Revoltas Escravas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pg. 414-457.

_____**;** MARTINS, Maria Cristina Bohn (Org.). **Herbeth Smith: um naturalista em viagem pela América Meridional.** 1. ed. São Leopoldo: Oikos / Editora da Unisinos, 2013.

_____**.** *Os cativos e os homens de bem***:** experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre –1858-1888, Porto Alegre, EST Edições, 2003.

MONSMA, Karl. Escravidão nas Estâncias do Rio Grande do Sul: Estratégias de Dominação e de Resistência. **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS,2011.

_____. Resistência cotidiana, fugas e a dominação negociada: os campeiros escravizados do Rio Grande do Sul. *Raízes*, v.33, n.2, jul-dez /2013, pg. 29 – 52.

MORR, Maria Lúcia de Barros. SER MÃE: A ESCRAVA EM FACE DO ABORTO E DO INFANTICIDIO. *R. História*, São Paulo, 120, p.85-96,jan/jul. 1989.

MOTTA, Flávio José. **Velhos no cativeiro posse e comercialização de escravos idosos.** XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, pg. 1 - 20. Acessado em: 10/05/2021 Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1773/1732.

MUNIZ, Pollyanna Gouveia Mendonça; FERREIRA, Carlos Victor de Sousa. Cenas fatídicas: experiências suicidas dos escravizados no Maranhão (1834-1888). *Diálogos afro-brasileiros* – v. 33, n. 53 (Dez/2020), pg. 23-35.

NUNES, Vinicius Cardoso. **Escravidão e criminalidade: os campeiros nos processos-crimes na Vila de Piratini (1850-1870)***.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel), Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula*: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais - século XIX. Porto Alegre, EST, 2006.

_____. **Águas Revoltas:** cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864). Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2013.

_____. CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antônio e outros personagens negros na Guerra dos Farrapos**. In: DA SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Org.). RS Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento. 2a.ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, v., p. 63-82.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Devoção Negra**. Santos pretos e catequese no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Francisco Helton de Araujo. A vida familiar dos escravos na freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, Piauí (1850-1888), *Etnográfica* [Online], 27(2) | 2023, pg. 318 – 340.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 1990, (Dissertação de Mestrado).
_____. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, (Tese de Doutorado).

PARÉS, Luís Nicolau. Africanos ocidentais. In: *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Orgs.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pg. 78-84.

PATRÍCIO, Pétrus David Sousa; MARTINS, Edson Soares. De Paul a Naná: práticas nominativas de escravizados africanos e suas representações em Toni Morrison e em Marcelo D'Salete. Odisseia, Natal, RN, v. 7, n. 2, p. 41-60, jul.-dez. 2022.

PEDROSO, Wagner. **Escravos, senhores, posses, partilhas e um plano insurrecional na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos, RS (1863).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: 2013.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História do Rio Grande do Sul.** 9ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014, P. 14-17.

PINTO, Natália Garcia. A dinâmica socioeconômica escravista pelotense. In: *A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: 2012, pg. 39-88.

_____. *Gerações de senzalas, Gerações de Liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2018.

_____.; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAN, Caiuá Cardoso. Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes .2ª Edição Revisada e Ampliada. E-BOOK. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. 259p.

PIROLA, Ricardo F. Escravos e Rebeldes na Justiça imperial: dois de casos de assassinatos senhoriais em Campos de Goytacazes (RJ), 1873. **Revista Afro-Ásia,** v. 1, p. 41-80.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. A Vila do Rio Grande de São Pedro. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas,

1985, pg, 246-250. Acessado em 24/04/2022 Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75245

RAMBO, Pe. Balduíno Pes S. J. *A fisionomia do Rio Grande do Sul.* 2. Ed. Porto Alegre: Selbach, 1956.

REISDORFER. Douglas. Um porto negro ao sul do Império: estudo sobre escravidão e criminalidade em Rio Grande (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Pelotas, 2024.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(57.1): 353-381, jan./abr. 2018.

ROSSINI, Gabriela Almeida Antunes. A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. *Estud. Econ.,* São Paulo, vol.49 n.4, p.777-806, out.-dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/v8HqjNZJ7ZsrKnYbFvty3Tt/# Acessado em: 09/08/2024.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas. Um mundo à parte: a construção da invisibilidade. In: Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2014, pg. 29 – 83.

SALAINI, Cristian Jobi. "*Nossos heróis não morreram*": um estudo antropológico sobre formas de "ser negro" e de "ser gaúcho" no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII. Sito Paulo : Ed. Nacional ; (Brasília) : INL , Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. Acessado em: 24/04/2022 Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/428

SANTOS, Elton Vinicius Lima dos Santos; MILANI, Débora Raquel da Costa; PEREZ, Márcia Cristina Argenti. "Infância" das "crianças" negras e escravas no brasil: aproximações com realidades contemporâneas. Educação em Debate, Fortaleza, ano 41, nº 79 - maio/ago. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/47160/1/2019_art_evlssantos.pdf Acessado em: 09/08/2024

SCHEMES, C. et. al. A vestimenta masculina, cores e apropriações. In: *Cultura Visual*, n. 12, outubro/2009, Salvador: EDUFBA, p. 11-26.

SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava e as limitações da escravidão. In: Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pg. 310 – 334.

SECRETO, Maria Veronica. *Novas perspectivas na história da escravidão.* Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 41. p.442-450, set-dez.,2016.
Acessado em: 03/10/19. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n41/1413-7704-tem-22-41-00442.pdf

SILVA, Darlene Rosa da. Aspectos socioeconômicos e de (não) escolaridade dos moradores do Paredão e da Costa Bica (Piratini, RS). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010, pg 24.

SILVA, Eduardo. REIS, João José. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista*.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Juremir Machado da. História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). Porto Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. Ed. – Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Lingua Portuguesa***.* Tomo 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922: p. 788. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

SILVA, Róger Costa da. **OS CRIMES E OS DIREITOS: LUTAS ESCRAVAS EM PELOTAS/RS (1845-1880).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2014.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava:** Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. SLENES, Robert. Africanos Centrais. In: *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Orgs.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018, pg. 64-71.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano Soares. De Cabindas e crioulos: as nações da capoeira. A capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). – 2ª Edição. Campinas, SP: Unicamp, 2004, pg. 134

SOARES, Mariza de Carvalho. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. Tempo, Rio de Janeiro: s.n, v. 3, n. 6, p. 73-93, Dez. /1998.

Storchi, Ceres. *Centro histórico de Piratini : preservação e valorização*. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

STORCHI, Ceres. *Centro histórico de Piratini: preservação e valorização.* Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2012.

TEIXEIRA, Heloísa. Os filhos das escravas: crianças cativas e ingênuas nas propriedades de Mariana (1850-1888). *Cadernos de História***,** Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2º sem. 2010.

THOMPSON FLORES, Mariana. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese de doutorado, PPG-História/PUCRS, Porto Alegre, 2012.

VASCONCELLOS, Maria Cristina Roma de. *Famílias Escravas em Angra dos Reis 1801 – 1888.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro: 2013.

_____. **O tráfico transatlântico, as charqueadas de Pelotas e o seu cinturão escravista agropastoril na Fronteira Sul.** no prelo.

_____. Escravidão e tráfico ilegal na fronteira sul do Brasil: o caso dos charqueadores rio-grandenses, dos saladeristas uruguaios e de suas redes mercantis (c. 1830-1850). *ESBOÇOS* (UFSC), v. 30, 2023, p. 211-136.

_____; FARINATTI, Luis Augusto E. Alargados horizontes: estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c. 1830 ? c. 1855). LOCUS (UFJF), v. 23, p. 123-147, 2017.

_____; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; REMEDI, José Martinho Rodrigues. -Uma reunião de carreiras de cavalos-: lazer, esporte e os paradoxos da modernidade no Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX. *TOPOI* (RIO DE JANEIRO), v. 21, p. 682-704, 2020.

_____. “Os implicados naquela Insurreição”: africanos minas, escravidão e revolta nas charqueadas de Pelotas (1790-1850). In: MATHEUS, Marcelo; MUGGE, Miqueias (Org.). **Africanos minas-nagôs no Rio Grande do Sul (séculos XVIII, XIX e XX).** São Leopoldo: Oikos, 2024, p. 77-110.

VOLPI SCOTT, A.S; SCOTT,D. Entre constrangimentos e vontades: casamentos entre escravizados em Porto Alegre (1772 – 1850). Revista Brasileira de Estudos de População, v. 38, 2021, pg. 1-26.
Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/kzqHcyqKHHn7PQzTRFJ6QFt/ Acessado em: 20/12/2023

XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In. DA SILVA, Gilberto Ferreira; DOS SANTOS, José Antônio; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Org.). RS Negro: cartografia sobre a produção do conhecimento. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v., p. 15-31.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas:** escravos e forros em São Paulo (1850-1888). São Paulo, USP, 1998.

ZARTH, P. A. Terras de uso comum nos ervais do Rio Grande do Sul. In: Marcio Antônio Both da Silva; Paulo José Koling. (Org.). TERRA E PODER: Abordagens em História Agrária. 1ed.PORTO ALEGRE: FCM Editora, 2015, v. 1, p. 56-72.